

2014

Relatório Anual Consolidado



anos

Itaú Unibanco



Índice

1

Contexto

- A-4** Contexto macroeconômico
- A-7** Contexto do Itaú Unibanco Holding
- A-10** Contexto deste relatório

5

Desempenho

- A-97** Desempenho financeiro
- A-136** Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS)

2

Nosso perfil

- A-13** Em números
- A-14** Destaques de 2014
- A-19** Nossa história
- A-24** Nosso negócio
- A-36** Pontos fortes competitivos
- A-37** Nossas ações

6

Sustentabilidade

- A-138** Performance sustentável
- A-138** Materialidade
- A-142** Gestão e governança de sustentabilidade
- A-143** Estratégia de sustentabilidade nos negócios
- A-151** Engajamento dos stakeholders
- A-172** Ecoeficiência
- A-178** Investimentos e gastos ambientais
- A-178** Mudanças climáticas

3

Nossa governança

- A-44** Nossas práticas
- A-44** Estrutura da administração
- A-56** Principais diferenças entre as práticas de governança corporativa no Brasil e nos EUA

7

Anexos

- A-181** GRI – *Global Reporting Initiative*
- A-196** Informações estatísticas selecionadas
- A-197** Taxas de câmbio
- A-198** Considerações para detentores de ADS
- A-205** Glossário

4

Nossa gestão de risco

- A-60** Fatores de risco
- A-66** Gerenciamento de riscos e capital
- A-81** Ambiente regulatório



CAPITAL HUMANO



CAPITAL FINANCEIRO



CAPITAL INTELECTUAL



CAPITAL MANUFATURADO



CAPITAL NATURAL



CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

Neste Relatório identificamos os capitais mencionados em nosso Relato Integrado por meio dos ícones ilustrados abaixo:

Para saber mais sobre o nosso Relato Integrado consulte a [página A-145](#) deste Relatório.



Anos 20:
Fachada da Casa Moreira Salles



Anos 30:
Em 1935, o Itaúseg se tornou Companhia Seguradora Brasileira



Anos 40:
Primeiro Conselho de Administração do Banco Central de Crédito S.A.



Contexto



Contexto

Contexto macroeconômico

Contexto global

A crise de 2008 no mercado financeiro global afetou significativamente a economia mundial. A crise gerou: i) recessão e aumento do desemprego nas principais economias do mundo; ii) redução nos investimentos em escala global; iii) redução na disponibilidade de crédito e liquidez; e iv) uma retração geral nos volumes de transações nos mercados de capitais no mundo inteiro. A economia mundial e os mercados de crédito e de capital apresentaram uma recuperação substancial em relação a 2008, mas a condição dos mercados financeiros globais ainda está relativamente frágil.

Atualmente, a economia mundial se caracteriza por perspectivas de crescimento divergentes. Enquanto a economia dos EUA deve crescer a taxas de 3,2% em 2015 e 2,9% em 2016 (de acordo com o *Survey of Professional Forecasters do Federal Reserve Bank of Philadelphia*), a zona do euro e o Japão provavelmente enfrentarão dificuldades para aumentar o crescimento de suas economias. Na China, a expansão econômica está desacelerando e o crescimento em outros mercados emergentes tem sido lento.

O crescimento na zona do euro melhorou no segundo semestre de 2013 e continuou em ritmo moderado em 2014. Mais fundamentalmente, a consolidação fiscal tem ocorrido em países europeus e a confiança e as condições financeiras melhoraram quando comparadas às de 2013, criando condições para a manutenção desse crescimento moderado. Crescimento modesto, o elevado hiato do produto e os preços das *commodities* mais baixos empurraram a inflação na zona do euro para um nível negativo: - 0,2% em 2014. O Banco Central Europeu (BCE) respondeu à queda da inflação e ao crescimento moderado ao longo do ano cortando as taxas de juros em junho e setembro de 2014, anunciando operações direcionadas de refinanciamento de longo prazo, adotando medidas para aumentar a liquidez e estabelecendo um programa para a aquisição de certos tipos de ativos de emissão privada. Adicionalmente, o BCE anunciou em janeiro de 2015 que comprará mensalmente € 60 bilhões em ativos, incluindo títulos governamentais, a partir de março de 2015 até, pelo menos, setembro de 2016.

As medidas de políticas monetárias inéditas que vêm sendo implantadas pelos países desenvolvidos, desde 2008, criaram um período de liquidez significativamente maior para os mercados emergentes, que impulsionou os preços dos ativos. Contudo, na medida em que a economia dos Estados Unidos se recupera e as perspectivas de crescimento continuarem positivas, espera-se que o *Federal Reserve* inicie um ciclo de alta de juros. De acordo com a ata da reunião de dezembro do *Federal Open Market Committee* (FOMC), a maioria dos membros do comitê indicou que seria apropriado começar a elevar as taxas de juros em meados de 2015.

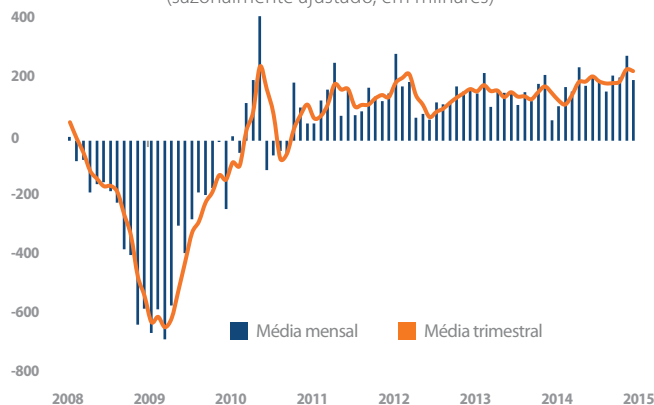
Estruturar uma saída suave desse período de estímulo monetário extraordinário continua sendo um desafio para os próximos anos. Essa transição pode resultar em uma maior volatilidade dos preços de ativos nos mercados emergentes, podendo potencialmente impactar nossos resultados operacionais.

A atividade econômica dos Estados Unidos se fortaleceu em 2014, apresentando crescimento real do PIB de 2,4%, uma melhoria em comparação ao crescimento de 2,2% em 2013. Após uma forte

desaceleração no primeiro trimestre, quando o PIB dos EUA diminuiu 2,1% em uma base anualizada, o PIB cresceu a taxas anualizadas de 4,6%, 5,0% e 2,2% nos segundo, terceiro e quarto trimestres de 2014, respectivamente. Houve, em média, criação de 260 mil empregos por mês no ano de 2014. A taxa de desemprego nos Estados Unidos recuou para 5,6% em dezembro de 2014, o menor nível desde junho de 2008. De acordo com pesquisas, as confianças dos empresários e dos consumidores mantiveram-se em níveis elevados.

Criação de Empregos nos Estados Unidos – Setores de Bens, Serviços e Construção

(sazonalmente ajustado, em milhares)



Fonte: Itaú Unibanco Holding and Bureau de Estatísticas do Trabalho (BLS) dos EUA

Na China, o PIB cresceu 7,3% no quarto trimestre de 2014, quando comparado ao mesmo período de 2013, continuando em sua tendência de desaceleração. Os formuladores de políticas chineses mostram sinais de comprometimento com as reformas de médio prazo, para melhorar a produtividade, e de que estão aceitando uma taxa de crescimento menor, porém mais balanceada. A expectativa é que as reformas ajudem a reequilibrar a economia e sustentem o crescimento no médio prazo, embora ainda existam alguns riscos de implantação desses planos.

Na América Latina, as economias têm mostrado taxas de crescimento mais baixas em 2014 do que no ano anterior. México é uma exceção. Embora as políticas domésticas e o crescimento global mais elevado devam contribuir para a recuperação de muitos países da região, esperamos que a retomada seja lenta devido aos preços mais baixos das *commodities*.

A tabela abaixo mostra as taxas de crescimento real do PIB em sete países da América Latina para os anos findos em 31 de dezembro (exceto quando indicado) de 2014 2013, 2012, 2011 e 2010.

CRESCIMENTO REAL DO PIB (%)	PARA O ANO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE				
	2014	2013	2012	2011	2010
Argentina ⁽¹⁾	(2,5)	3,3	(0,4)	5,2	8,2
Chile ⁽²⁾	1,9	4,2	5,5	5,8	5,8
Colômbia ⁽³⁾	4,6	4,9	4,0	6,6	4,0
México ⁽⁴⁾	2,1	1,4	4,0	4,0	5,1
Paraguai ⁽⁵⁾	4,4	14,2	(1,2)	4,3	13,1
Peru ⁽⁶⁾	2,4	5,8	6,0	6,5	8,5
Uruguai ⁽⁷⁾	3,5	5,1	3,3	5,2	7,8

(1) "IGA" (*Índice General de Actividad*), uma aproximação do PIB. Fonte: OJF (Orlando J. Ferreres & Asociados S.A.).

(2) Fonte: Banco Central de Chile.

(3) Fonte: Banco de la República.

(4) Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía.

(5) Fonte: Banco Central del Paraguay.

(6) Fonte: Banco Central de Reserva del Perú.

(7) Fonte: Banco Central del Uruguay.

Os problemas fiscais nas economias avançadas, a desaceleração nos países desenvolvidos, a inflação e outros problemas nos países em desenvolvimento, em particular na América Latina, podem ter um impacto sobre o futuro crescimento do Brasil e, portanto, nos resultados de nossas operações.

Contexto brasileiro

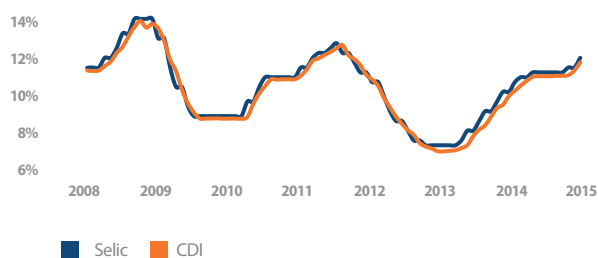
Na qualidade de banco brasileiro, cujas atividades são preponderantemente realizadas no Brasil, somos afetados de forma significativa pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. Nos últimos anos, fomos beneficiados pela estabilidade geral da economia, com crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 4,4% a.a., de 2004 a 2011, que levou ao aumento nos empréstimos e depósitos bancários. O PIB brasileiro cresceu 1,8% em 2012, 2,7% em 2013 e 0,1% em 2014, refletindo parcialmente uma desaceleração no crescimento potencial.

Crescimento do PIB
(%)



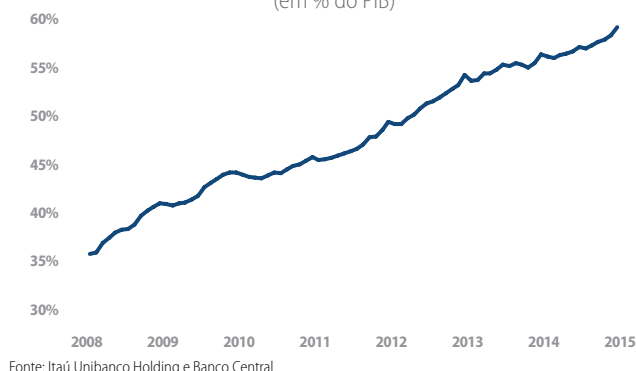
Em abril de 2013, o Banco Central do Brasil iniciou um ciclo de aperto monetário, elevando a taxa de juros de referência, paga aos detentores de títulos emitidos pelo governo brasileiro e negociados por meio do SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), de 7,25% em março de 2013 para 11,00% em abril de 2014. Em outubro de 2014, o Banco Central retomou o ciclo de contração monetária. Em dezembro de 2014, a taxa Selic chegou a 11,75%. O recente aumento nas taxas de juros também deflagrou um aumento da TR (Taxa Referencial), de aproximadamente 0,05% ao mês em dezembro de 2013 para cerca de 0,11% ao mês, em dezembro de 2014. Como proporção do PIB, o saldo de empréstimos bancários cresceu para 58,9% em dezembro de 2014, em comparação com 56,1% em dezembro de 2013.

Selic
(taxa de juros nominal)



Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central

Crédito Total
(em % do PIB)



A inflação de preços ao consumidor manteve-se em níveis elevados em 2014. A taxa de inflação em doze meses medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) atingiu 6,41% em dezembro de 2014, acima da meta de 4,5%.

Taxa de Inflação em 12 meses (IPCA)



Espera-se que o ciclo de aperto monetário implantado pelo Banco Central, desde abril de 2013, mantenha a inflação sob controle, embora possa também impactar a atividade doméstica. Se a inflação persistir ou a atividade econômica se enfraquecer, a renda familiar poderá diminuir em termos reais, causando elevação das taxas de inadimplência no sistema bancário brasileiro.

Durante os últimos três anos, o governo brasileiro adotou uma política fiscal expansionista, que resultou na queda do superávit primário do setor público de 3,1% do PIB em 2011 para -0,6% do PIB em 2014. A redução do superávit primário, combinada com o recente aumento nos custos de financiamento da dívida do governo brasileiro, tem contribuído para a pressão sobre a dívida pública. A necessidade de ajuste fiscal, apesar dos desafios associados à sua implementação, deve levar a uma tendência de consolidação fiscal ao longo dos próximos anos, gerando efeitos positivos sobre a confiança e o crescimento.

Além disso, o Brasil passou por uma grande quantidade de alterações regulatórias, relacionadas às exigências de reservas e de capital dos bancos e a outras políticas macroprudenciais (por exemplo, controles de capital). Em setembro de 2012, o compulsório adicional sobre depósitos à vista diminuiu de 6,0% para zero e, em março de 2013, o compulsório adicional dos depósitos a prazo caiu de 12,0% para 11,0%. Em março de 2014, a regra que reduzia os juros aplicáveis ao compulsório sobre os depósitos a prazo foi revogada, conforme determinado pelo Banco Central em julho de 2013. O objetivo dessa redução foi estimular a transferência de liquidez das instituições financeiras maiores para as menores e gerou a injeção de mais de R\$ 46 bilhões em instituições financeiras de pequeno porte. Em junho de 2014, os depósitos compulsórios sobre recursos à vista aumentaram de 44% para 45%.

Em agosto de 2014, o Banco Central introduziu algumas alterações no requerimento de capital dos bancos em mais um movimento de convergência ao modelo de Basileia III. Os fatores ponderadores de risco (FPR) de 150% e 300%, aplicáveis ao crédito para consumo com prazos superiores a 36 e 60 meses, respectivamente, foram reduzidos para 75%. Além disso, o critério para uma empresa pertencer ao segmento de varejo, que tem menor FPR, foi alterado, permitindo que mais empresas fossem classificadas nesse segmento.

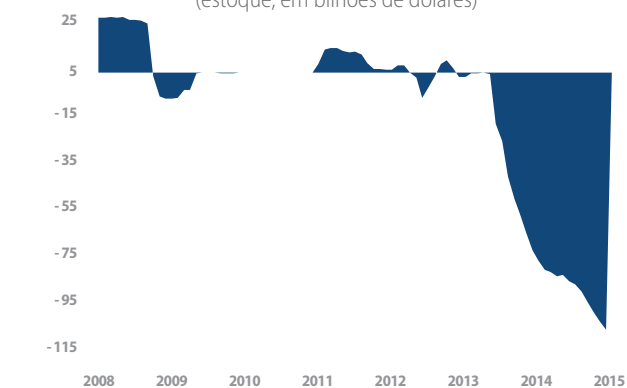
O Banco Central também alterou as regras para os depósitos compulsórios sobre recursos a prazo. Para o período de doze meses a partir de agosto de 2014, 60% dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo não serão remunerados (100% eram remunerados à taxa Selic). Os bancos podem utilizar esse montante não remunerado para financiamentos de veículos e, desde outubro, de capital de giro. O uso desses depósitos é permitido somente quando o montante de crédito concedido for superior à média da concessão do primeiro semestre de 2014. Esses depósitos também podem ser usados para o financiamento de motocicletas ou para a aquisição de carteiras de crédito de instituições financeiras elegíveis. Além disso, as regras de elegibilidade dessas instituições ficaram menos restritivas.

O real depreciou em relação ao dólar dos Estados Unidos, atingindo R\$ 2,66 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2014, em comparação com R\$ 2,39 por US\$ 1,00 em 2 de janeiro de 2014. O fortalecimento do dólar sobre as principais moedas do mundo foi o principal fator da desvalorização do real em relação ao dólar. Em 24 de março de 2015, o Banco Central anunciou que descontinuará o programa de *swap* cambial (iniciado em 22 de agosto de 2013). O Banco Central também informou que irá rolar integralmente os *swaps* cambiais com vencimentos a partir de 1º de maio, 2015.

Taxa de Câmbio Nominal
(R\$/US\$)



Swaps Cambiais do Banco Central
(estoque, em bilhões de dólares)



O atual déficit em conta-corrente (saldo líquido do comércio de produtos e serviços e transferências internacionais) alcançou 4,2% do PIB em dezembro de 2014, um aumento em relação a dezembro de 2013 (3,6%). Apesar do aumento do déficit, o Brasil mantém sua solvência externa, com reservas internacionais no valor de US\$ 374 bilhões e dívida externa de US\$ 348,5 bilhões (números de dezembro de 2014).

O mercado de crédito continuou a desacelerar em 2014. O crescimento anual real dos empréstimos no Brasil se reduziu de 8,1%, no final de 2013, para 4,6%, em dezembro de 2014. O crescimento do total de novos empréstimos diminuiu de uma taxa média anual real de 5,1% em dezembro de 2013 para -0,9% ao final de 2014. O crescimento das operações de crédito livre continuou a diminuir. A inadimplência nos empréstimos às famílias caiu de 4,1%, do total de empréstimos efetuados até dezembro de 2013, para 3,7%, em dezembro de 2014. A inadimplência nos empréstimos a empresas não financeiras permaneceu em torno de 2,0% durante 2014.

As eleições gerais brasileiras foram realizadas em outubro de 2014 para a presidência da República, os governos estaduais, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e os poderes legislativos estaduais. O segundo turno das eleições para a presidência do Brasil ocorreu em 26 de outubro de 2014, no qual Dilma Rousseff foi reeleita como presidente do Brasil. O governo, desde então, deu início a um processo de ajuste fiscal, anunciando medidas de austeridade que visam melhorar as condições fiscais e realinhar preços monitorados.

A tabela a seguir apresenta o crescimento real do PIB, a taxa de inflação, a variação cambial e as taxas de juros no Brasil referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010:

PARA O ANO ENCERRADO EM
31 DE DEZEMBRO DE

	2014	2013	2012	2011	2010
Crescimento real do PIB % ⁽¹⁾	0,1	2,7	1,8	3,9	7,6
Taxa de inflação – IGP-DI % ⁽²⁾	3,8	5,5	8,1	5,0	11,3
Taxa de inflação – IPCA % ⁽³⁾	6,4	5,9	5,8	6,5	5,9
Variação cambial % (R\$/US\$) ⁽⁴⁾	13,4	14,6	8,9	12,6	(4,3)
TR % (taxa de juros de referência) ⁽⁵⁾	1,01	0,53	0,00	1,07	0,66
CDI % (taxa de juros interbancária) ⁽⁶⁾	11,51	9,78	6,94	10,87	10,64
SELIC % (taxa de juros overnight) ⁽⁶⁾	11,58	9,90	7,16	10,90	10,66
CDS soberano – 5 anos ⁽⁷⁾	200,8	193,8	108,4	161,6	111,3

(1) Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE. Informação de 2014 se refere aos 12 meses findos em 30 de setembro de 2014.

(2) Fonte: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

(3) Fonte: Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE.

(4) Fonte: Banco Central (taxas acumuladas no período), números positivos significam depreciação do real. A informação para 31 de março de 2015 é 20,4.

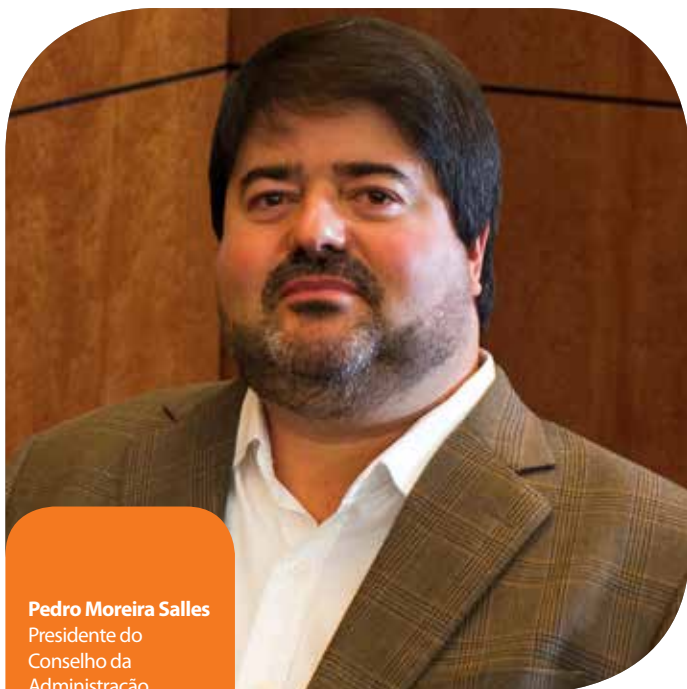
(5) Fonte: Taxa referencial para o crédito imobiliário, publicada pelo Banco Central. Informação apresentada em % a.a.

(6) Fonte: Banco Central (acumulada em dezembro de 2014). Informação apresentada em % a.a.

(7) Fonte: Bloomberg (final do período). *Swap* de crédito (*Credit default swap* ou CDS) é uma medida do risco-país (pontos-base). A informação para 31 de março de 2015 é 281,7.

Contexto do Itaú Unibanco Holding

Mensagem do Presidente do Conselho da Administração



Pedro Moreira Salles
Presidente do
Conselho da
Administração

Caro acionista,

Celebramos, em 2014, nove décadas desde a fundação da casa bancária Moreira Salles, primeira empresa financeira que deu origem ao Itaú Unibanco. A análise da história nos mostra o quanto estamos ligados ao desenvolvimento do Brasil e como o nosso permanente desejo de crescer com o país nos transformou numa instituição que superou o sonho dos nossos fundadores. Desde aquele correspondente bancário em Poços de Caldas, cujo departamento contava com pouco mais de 200 clientes no início da década de 1920, o constante investimento no crescimento orgânico das nossas operações e a realização de dezenas de fusões e aquisições criaram a formidável organização que somos hoje. Em 2014 nossos ativos ultrapassam R\$ 1,1 trilhão.

Atualmente somos o maior banco privado do Brasil e da América Latina, estamos presentes em mais de 18 países e continuamos a expandir nossas operações no exterior. A união do nosso banco no Chile com o CorpBanca, que ainda está aguardando aprovações, nos elevará da sétima para a quarta posição no *ranking* dos maiores bancos daquele país, criando uma plataforma para crescimento e busca de novas oportunidades de negócios no setor financeiro no Chile, na Colômbia e na América Central. [GRI G4-6](#)

Para suportar nossos negócios inauguramos, no início de março, nosso novo *data center*, um dos maiores e mais modernos do mundo.

A estratégia que adotamos, a partir de 2011, de expansão da carteira de crédito com operações de menor risco, foco em seguros e serviços e contínua melhoria de nossos indicadores de eficiência, se revelou acertada.

Temos apresentado resultados sólidos e fundamentos que asseguram nossa sustentabilidade. Nosso lucro líquido, em 2014, atingiu R\$ 21,9 bilhões, com retorno sobre o patrimônio líquido de 24,3%⁽¹⁾. [GRI G4-9](#)

Nossa despesa de provisão com créditos de liquidação duvidosa caiu em 2014, apesar do crescimento de 9,9% de nossa carteira de crédito. Os produtos de crédito consignado e imobiliário, que conferem menor inadimplência e mais garantias para a nossa carteira, foram os que mais se expandiram no ano, crescendo 79,5% e 18,8%, respectivamente. Nosso índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu, em dezembro, 3,1%, sendo o menor desde a fusão entre Itaú e Unibanco.

Aumentamos nossas receitas advindas das operações de seguros e serviços. Esses produtos têm crescente importância para nossa instituição, contribuindo para uma menor volatilidade do nosso resultado, uma vez que são menos impactados pelos ciclos econômicos do que as atividades de crédito. Nossa operação de seguros é baseada no modelo de *bancassurance*, priorizando os produtos que podem ser oferecidos através de nossos diversos canais bancários. Em linha com essa estratégia, alienamos, em outubro de 2014, nossa operação de grandes riscos, cujos clientes são médias e grandes empresas com apólices de valores segurados elevados. O efeito dessa operação foi refletido nos resultados do 4º trimestre de 2014.

O crescimento de nossas receitas de seguros e serviços e o aumento controlado de nossas despesas fizeram com que nosso índice de eficiência melhorasse 1,9 ponto percentual em 2014. Estamos constantemente revisando nossos processos e buscando oportunidades para fazer mais com menos.

Mesmo após 90 anos, temos grande orgulho de sermos uma empresa contemporânea, ágil, com uma cultura forte, um propósito engajador e um cuidado permanente com nossa reputação. Possuímos, há onze anos, a marca mais valiosa do Brasil e nossas ações estão incluídas nas carteiras dos principais índices de sustentabilidade do mundo. E o que queremos hoje? Continuar crescendo, como resultado de uma visão muito clara: satisfazer nossos clientes e obter performance sustentável em nossos negócios.

Em linha com essa visão, implantamos, em fevereiro deste ano, uma nova estrutura organizacional para nossa administração. As mudanças têm por objetivo garantir uma preparação suave e segura para o processo sucessório de nosso CEO, Roberto Setubal, que atingirá a idade limite para ocupar seu cargo atual em 2017, e endereçar desafios mais imediatos relacionados à conjuntura econômica atual. Dessa forma, nosso comitê executivo passa a ser composto por, além do Presidente Executivo, três Diretores Gerais e dois Vice-Presidentes: Diretor-Geral de Varejo, Diretor-Geral de Atacado, Diretor-Geral de Tecnologia e Operações, Vice-Presidente das áreas Finanças e Riscos e Vice-Presidente das áreas Jurídico e Pessoas. Uma estrutura mais enxuta e ágil, que dará foco aos temas prioritários do banco: eficiência, simplificação e satisfação do cliente.

Cordialmente.

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

Mensagem do Diretor-Presidente GRI G4-1

Roberto Setubal
Presidente
Executivo e CEO



Prezado(a) leitor(a),

Encerramos o ano de 2014 com um lucro líquido de R\$ 21,9 bilhões, um aumento de 32,3% em comparação a 2013, e rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio⁽¹⁾ de 24,3%, um dos melhores resultados desde a fusão entre Itaú e Unibanco, reflexo da melhora contínua na qualidade operacional do banco. Nossa base de capital evoluiu, o índice de Basileia alcançou 16,9% em dezembro de 2014, 0,3 p.p. superior a dezembro de 2013. Esses resultados apresentados são consequência de uma redução no apetite de risco, foco na expansão dos serviços ao cliente, e com controle rígido das despesas. Iniciados em 2011, permitiram uma redução na nossa despesa de provisão com créditos de liquidação duvidosa, aumento das receitas de seguridade & serviços, e crescimento das despesas alinhado à inflação, com consequente melhora no índice de eficiência.

A carteira de crédito total registrou aumento de 9,9% em relação a 31 de dezembro de 2013, atingindo R\$ 452,4 bilhões. Apresentamos crescimento em carteiras de menor risco, como o crédito consignado e imobiliário. Como consequência, a inadimplência atingiu 3,1%, o menor nível desde a fusão entre Itaú e Unibanco. É importante observar que em 2014 a carteira de crédito isoladamente atingiu retorno equivalente ao custo de capital do banco, fato somente possível pela revisão do apetite de risco em 2011. Em 2014 o lucro líquido⁽²⁾ das operações de crédito foi de R\$ 9,3 bilhões.

A receita de serviços e resultado de seguros, parte central de nossa estratégia, cresceu 13,2%. A aquisição da REDE em 2012, a integração da operação da Credicard e a venda da operação de seguros de grandes riscos são iniciativas estratégicas com foco no crescimento das nossas receitas não financeiras e atividades de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário. A forte rentabilidade dos serviços financeiros e seguros estão associados à forte presença do banco de varejo no mercado e nossa habilidade de vender serviços e seguros aos clientes do banco. Em 2014 o lucro líquido⁽¹⁾ das atividades de seguros & serviços foi de R\$ 11,4 bilhões.

Durante 2014 nossas despesas cresceram apenas 6,6%, e alcançamos um melhor índice de eficiência ajustado ao risco, 64,3% no acumulado do ano, o melhor de nossa história. Nossos investimentos e esforços estão voltados para o desenvolvimento de plataformas e serviços que se utilizem do melhor da tecnologia, objetivando simplificar e facilitar a vida de nossos clientes, com foco em mobilidade e conveniência. Nosso novo *Data Center*, no interior de São Paulo, que exigiu investimentos de mais de R\$ 3 bilhões, teve as obras concluídas conforme o planejado e as configurações da infraestrutura de ambientes realizadas com sucesso. Demos início ao processo de migração dos nossos sistemas e serviços, com término previsto para o segundo semestre de 2016. Com isso, nossa capacidade de processamento para alocação de dados será multiplicada em 25 vezes.

Na América Latina, obtivemos algumas das aprovações regulatórias necessárias para a fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca, e esperamos concluir a fusão societária ainda em 2015.

Em 2015, permaneceremos com a mesma estratégia que foi iniciada em 2011, que vem nos trazendo bons resultados, por conta de ser menos cíclica dada a participação das receitas de seguridade & serviços. Estamos posicionados para enfrentar um ambiente desafiador em 2015.

Convido-o para a leitura do nosso Relatório Anual Consolidado, que pelo segundo ano integra o 20-F e o prospecto de dívida, e nessa edição apresenta linguagem mais objetiva, que gerou redução do relatório mantendo profundidade de seu conteúdo.

Agradecemos a todos os acionistas e clientes pela confiança que nos é depositada.

Boa leitura!

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores.

Estratégia de negócios

O nosso Conselho de Administração é responsável pela definição das diretrizes de nossa estratégia e das nossas subsidiárias. As decisões estratégicas tomadas pelo Conselho de Administração são apoiadas pelo Comitê de Estratégia, que fornece dados e informações sobre as nossas áreas de negócios. As atividades e as responsabilidades do Comitê de Estratégia vão desde a avaliação das oportunidades de investimentos e diretrizes orçamentárias até o aconselhamento e o apoio ao Diretor-Presidente para monitorar a nossa estratégia consolidada. O Comitê de Estratégia é apoiado pelo Subcomitê de Cenários Econômicos, que fornece dados macroeconômicos para subsidiar as discussões sobre estratégias, investimentos e orçamentos. Consulte a seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, Comitês do Conselho de Administração, Comitê de Estratégia para maiores informações.

Expansão das nossas operações no Brasil e no exterior

Nosso objetivo é expandir as operações no Brasil e no exterior. Em janeiro de 2014, firmamos um acordo com o CorpBanca e seus acionistas controladores para a fusão do Banco Itaú Chile e CorpBanca, que estará sob nosso controle. Algumas das aprovações por órgãos regulatórios necessárias para a conclusão dessa operação já foram obtidas. Em agosto de 2014, reafirmando nosso compromisso com o mercado chileno e nossa visão de sermos o maior banco privado no mercado da América Latina, ampliamos o acordo de associação celebrado em 2011 com a Munita, Cruzat & Claro S.A. Corredores de Bolsa, uma corretora de valores, e a MCC Securities Inc. (MCC), obtendo participação total na MCC.

Em 2013, realizamos uma série de transações com o objetivo de expandir nossas operações no Brasil. Em dezembro de 2013, concluímos a aquisição da totalidade das ações do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Negócios S.A., por aproximadamente R\$ 2,8 bilhões em dinheiro, incluindo a marca "Credicard". Na América Latina, adquirimos o Citibank Uruguai em 28 de junho de 2013, incluindo as operações de cartões de crédito e de banco de varejo. Adicionalmente, para consolidar e expandir nossas operações na Europa, em 2013, concluímos a transferência da administração central e da sede da nossa unidade de Banco de Atacado na Europa por meio de uma fusão internacional do Banco Itaú BBA International, banco com sede em Portugal com o Itaú BBA International plc (antigo Itaú BBA International Limited). Consulte a seção Nosso Perfil, item Nossos Negócios, Nossos Negócios Internacionais, Itaú BBA International para maiores detalhes sobre os negócios da Itaú BBA International.

Em 2012, tivemos sucesso na obtenção da parcela restante de 49,9% de participação da REDE, dos acionistas minoritários, pelo valor de R\$ 11,8 bilhões, por meio de oferta pública. Em 9 de julho de 2012, celebramos um acordo de associação com o Banco BMG S.A., para a oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados. Também recebemos autorização dos órgãos reguladores da Colômbia para estruturar nossas operações de banco de investimentos e de atacado por meio do Itaú BBA S.A. Colômbia.

Foco nas receitas não decorrentes de juros

Estamos constantemente buscando implantar e focar a venda de novos produtos e serviços que acreditamos agregar valor a nossos clientes e que, ao mesmo tempo, possibilitem o crescimento de nossa receita de prestação de serviços. Esse aumento se deve principalmente ao crescimento da quantidade de pacotes e serviços vendidos. Novas contratações de pacotes de serviços de conta-corrente e ajuste de serviços fornecidos aos nossos clientes de renda mais alta, Uniclass, pela nossa unidade de negócios Itaú Empresas também contribuíram para esse crescimento.

Além disso, continuamos a nos concentrar no aumento das receitas de serviços securitários, operando com base no modelo de *bancassurance*, focado na comercialização de seguros massificados de pessoas e patrimoniais, amplamente comercializados pelo varejo bancário. Como parte dessa estratégia, em outubro de 2014 anunciamos a alienação da operação de seguros de grandes riscos para o grupo ACE e a rescisão antecipada dos acordos operacionais entre a Via Varejo S.A. e nossa controlada Itaú Seguros S.A. relativos à oferta de seguro de garantia estendida nas lojas do Ponto Frio e das Casas Bahia.

Consulte a seção Nosso Perfil, item Destaques de 2014 para maiores detalhes sobre a Operação de Seguros de Grandes Riscos e a Via Varejo S.A.

Melhoria contínua da eficiência

Em 2010, estabelecemos um Programa de Eficiência com o objetivo de identificar, implantar e monitorar custos e receitas, além de promover uma forte cultura de eficiência operacional. Em 2012, 2013 e 2014, nosso foco foi a redução de custos desnecessários, promovendo a simplificação e a centralização de processos e descrições de cargos, promovendo ganhos de sinergia e combinando a administração de algumas unidades de negócios.

Nosso objetivo também está voltado à simplificação de nossa estrutura para apoiar o crescimento. Nosso compromisso é o de melhorar processos, simplificar operações, sermos mais eficazes em tudo o que fazemos, com o claro propósito de atingir a satisfação do cliente. Como exemplo de como nos propomos a atender essas expectativas, no início de 2013 anunciamos alterações em nossa estrutura executiva, que possibilitou a organização de nossas operações de forma mais simples e eficaz. As mudanças ajudaram a melhorar nosso índice de eficiência e nosso índice de eficiência ajustado ao risco, em 2014.

Crescimento da nossa carteira de crédito com manutenção da qualidade dos ativos

O crescimento de nossa carteira de crédito e a manutenção da qualidade dos ativos são questões centrais para a nossa estratégia. Buscamos continuamente aprimorar nossos modelos de gestão de risco, nossas previsões econômicas e os modelos de cenários. Pretendemos aumentar o volume médio de nossas operações de crédito para manter e até ampliar nossa participação no mercado, dependendo do tipo de produto, segmento e cliente, inclusive por meio do desenvolvimento de novos produtos para grupos específicos.

Nos últimos três anos nosso foco voltou-se para a melhoria da qualidade de nossos ativos, por meio de maior seletividade na concessão do crédito, alterando nosso *mix* da carteira de crédito, com prioridade para a venda de produtos de risco mais baixo, como crédito imobiliário e empréstimo consignado reduzindo a originação de carteiras de risco mais elevado, como o de financiamento de veículos.

Desenvolvimento de fortes relações com os clientes com base em sua segmentação

Continuaremos a trabalhar na estratégia de segmentação e identificação das necessidades dos clientes e na melhoria do relacionamento com nossa base de clientes, bem como aumentar a nossa penetração no mercado. Acreditamos que as nossas ferramentas e estratégias de segmentação de clientes proporcionam uma importante vantagem competitiva conquistada ao longo de mais de 25 anos. O nosso objetivo é satisfazer as necessidades financeiras dos clientes, por meio de uma ampla carteira de produtos, que inclui a venda cruzada de produtos bancários e securitários e a venda por meio de uma variedade de canais. Estamos focados em prestar os "melhores" serviços do mercado, para manter e aumentar a satisfação do cliente e aumentar a lucratividade da carteira.

Em 2013, transferimos nossa área de atendimento a médias empresas (empresas com receita anual entre R\$ 30 milhões e R\$ 300 milhões) de nosso segmento de Banco Comercial – Varejo para o segmento de Banco de Atacado. A partir do primeiro trimestre de 2013, começamos a transição e o atendimento desses clientes através do Itaú BBA. A partir de 2014, começamos a desenvolver um modelo diferenciado de negócios, que nos permite oferecer serviços de mais alta qualidade e crescimento sustentável para atingir uma posição proeminente no mercado. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), Nota 34 – informação sobre segmento, para mais detalhes.

Contexto deste relatório

Esta edição do nosso relatório anual reflete as mudanças estruturais e conceituais do relatório anual de 2013. Empreendemos mudanças, em 2014, na busca por inovação, transparência e eficiência na apuração das informações e na comunicação com o público de interesse. Este relatório unifica o conteúdo dos principais relatórios confeccionados anualmente, como o Formulário 20-F, o Relatório Anual e o Prospecto de Dívida do Programa de Notas de Médio Prazo (Programa MTN). O Formulário 20-F, documento disponibilizado na Securities and Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos da América, foi a referência para o conteúdo do relatório aqui apresentado.

O relatório anual descreve nossa estratégia, estrutura, atividades e operações, usando uma linguagem simples e direta para se tornar acessível para todos os públicos que possam vir a consultar este relatório.

As informações apresentadas estão em linha com o Pronunciamento 13 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM), uma iniciativa conjunta de entidades brasileiras que representam o mercado de capitais, com foco em melhorar a transparência e divulgação de informações no mercado de capitais brasileiro.

O relatório reúne dados apurados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, apresentando a nossa estrutura corporativa e de negócios, governança e desempenho financeiro, entre outros assuntos. A descrição de nossos desafios para 2015 no médio e longo prazos é fruto das entrevistas com executivos e alinhada com nossas teleconferências trimestrais de resultados. O relatório também abrange informações sobre todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa do Itaú Unibanco Holding S.A. Quaisquer potenciais alterações ou impactos sobre os dados coletados como resultado de certas transações, a aquisição ou venda de ativos ou outras alterações significativas para os negócios serão sinalizados ao longo deste relatório. O relatório anual está dividido nas seguintes seções: (i) Contexto, (ii) Nosso Perfil, (iii) Nossa Governança, (iv) Nossa Gestão de Risco, (v) Desempenho, (vi) Sustentabilidade e (vii) Anexos. [GRI 4-3](#) | [G4-28](#) | [G4-30](#)

A auditoria das nossas demonstrações contábeis, em IFRS, é realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC).

Documentos disponibilizados

Estamos sujeitos às exigências de informações aplicáveis aos emissores privados estrangeiros previstas na Lei de Bolsas de Valores (*Exchange Act*). Dessa forma, somos obrigados a arquivar relatórios e outras informações na SEC, inclusive os relatórios anuais no Formulário 20-F e os relatórios no Formulário 6-K. Os relatórios e outras informações por nós arquivados na SEC podem ser examinados e copiados nas

instalações de consulta pública mantidas pela SEC na 100 F Street, N.W., Washington, D.C. 20549, e nos escritórios regionais da SEC localizados em 500 West Madison Street, Suite 1400, Chicago, Illinois 60661 e na 233 Broadway, New York, New York 10279. Cópias dos materiais podem ser obtidas por correio, solicitando-as à Public Reference Room da SEC, em 100 F Street, N.W., Washington, D.C. 20549, mediante o pagamento de taxas determinadas. O público pode obter informações sobre o funcionamento da Public Reference Room da SEC contatando a SEC nos Estados Unidos pelo telefone 1-800-SEC-0330. Além disso, a SEC mantém o website no endereço www.sec.gov, no qual é possível acessar esses materiais por meio eletrônico, inclusive este relatório anual e seus respectivos anexos. Também arquivamos demonstrações contábeis e outros relatórios periódicos na CVM, localizada à Rua Sete de Setembro, 111 – Rio de Janeiro – RJ – 20050 – 901 – Brasil. A CVM mantém um website no endereço www.cvm.gov.br.

Cópias de nosso relatório anual no Formulário 20-F estarão disponíveis para consulta, mediante solicitação, em nossos escritórios localizados à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Conceição, 9º andar – São Paulo – SP – 04344-902 – Brasil.

Os investidores podem solicitar uma cópia impressa deste relatório anual no Formulário 20-F, inclusive das nossas demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao último exercício fiscal, sem custo, ao nosso Departamento de Relações com Investidores, pelo e-mail relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br, mencionando as informações para contato e o endereço completo. Comentários e sugestões em relação a este relatório podem ser enviados ao mesmo endereço eletrônico. [GRI 4-31](#)

Lendo este Relatório

Neste relatório, os termos:

- **“Itaú Unibanco Holding”, “Grupo Itaú Unibanco”, “nós” ou “nosso”** referem-se ao Itaú Unibanco Holding S.A. (anteriormente Banco Itaú Holding Financeira S.A.) e todas as suas controladas e coligadas consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **“Itaú Unibanco”** refere-se ao Itaú Unibanco S.A. (anteriormente Banco Itaú S.A.) com todas as suas controladas consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **“Itaú BBA”** refere-se ao Banco Itaú BBA S.A. e suas controladas consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **“Brasil”** refere-se à República Federativa do Brasil;
- **“governo brasileiro”** refere-se ao governo federal da República Federativa do Brasil;
- **“Banco Central”** é o Banco Central do Brasil;
- **“CMN”** é o Conselho Monetário Nacional;
- **“CVM”** é a Comissão de Valores Mobiliários;
- **“ações preferenciais” e “ações ordinárias”** referem-se às ações preferenciais e ordinárias autorizadas e em circulação sem valor nominal;
- **“ADSs”** referem-se às nossas Ações Depositárias Americanas (um ADS representa uma ação preferencial);
- **“R\$”, “reais” ou “real”** são reais, a moeda oficial do Brasil; e
- **“US\$”, “dólares” ou “dólares dos EUA”** são dólares dos Estados Unidos.

Adicionalmente, acrônimos utilizados repetidamente neste relatório anual, termos técnicos e expressões específicas do mercado serão explicados ou detalhados na seção Anexos, item Glossário, assim como o nome completo de nossas principais controladas e outras entidades referenciadas neste relatório anual. [GRI 4-17](#)

A data-base para as informações quantitativas deste relatório é 31 de dezembro de 2014 para saldos e o acumulado em 2014 para informações de resultados, exceto quando indicado de outra forma. Sem prejuízo para o precedente, as informações contidas nos sites ou acessíveis através deles mencionadas neste relatório anual não fazem parte deste documento nem foram incorporadas para referência.

Nosso ano fiscal termina em 31 de dezembro, e as alusões neste relatório anual a qualquer ano fiscal específico referem-se ao período de doze meses findo em 31 de dezembro daquele ano. [GRI G4-28](#)

As informações constantes deste relatório anual são precisas apenas com referência à data em que foram feitas ou à data deste relatório anual, conforme o caso. Nossas atividades, situação financeira e patrimonial, resultado das operações e perspectivas podem ter mudado desde essa data.

Este documento contém informações, incluindo dados estatísticos, sobre determinados mercados e nossa posição competitiva. Exceto quando indicado de forma diferente, essas informações são retiradas ou derivadas de fontes externas. Indicamos o nome da fonte externa em cada caso em que os dados da indústria são apresentados neste relatório anual. Nós não podemos garantir a precisão das informações extraídas de fontes externas, ou que, em relação às estimativas internas, um terceiro que utiliza métodos diferentes obterá as mesmas estimativas que nós.

As informações contidas ou acessíveis através dos websites mencionados neste relatório anual não fazem parte deste relatório, a menos que especifiquemos que são incorporadas por referência e façam parte deste relatório. Todas as referências neste relatório aos websites são referências textuais inativas e apenas para informação.

Informações prospectivas

Este relatório anual contém informações que são ou podem constituir informações prospectivas, de acordo com o significado da Seção 27A da Lei das Sociedades por Ações de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterada, e Seção 21E da Lei das Sociedades por Ações de 1934 dos Estados Unidos da América, conforme alterada. Tais informações prospectivas se baseiam, em grande parte, nas nossas expectativas e projeções atuais com respeito a acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetam nossas atividades. Essas informações prospectivas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições que incluem, entre outros riscos:

- Condições gerais econômicas, políticas e comerciais no Brasil e as variações nos índices de inflação, nas taxas de juros e de câmbio, e o desempenho dos mercados financeiros;
- Condições gerais econômicas e políticas no exterior e, em particular, nos países onde operamos;
- Normas governamentais e legislação fiscal e respectivas alterações;
- Turbulências e volatilidades nos mercados financeiros globais;
- Aumentos nas exigências referentes a reservas e depósitos compulsórios;
- Regulação e liquidação do nosso negócio de forma consolidada;
- Obstáculos para os detentores de nossas ações e ADSs receberem dividendos;
- Falha ou violação de nossos sistemas ou infraestrutura operacionais e de segurança;
- Fortalecimento da concorrência e consolidação do setor;
- Alterações em nossas carteiras de crédito e no valor dos nossos títulos e valores mobiliários e derivativos;
- Perdas associadas às exposições das contrapartes.
- Nossa exposição à dívida brasileira pública;
- Metodologias incorretas de precificação de produtos de seguro,

- previdência e capitalização e reservas inadequadas;
- Eficácia de nossas políticas de gerenciamento de risco;
- Danos à nossa reputação;
- Capacidade de nosso acionista controlador de dirigir nosso negócio;
- Dificuldades na integração dos negócios adquiridos ou incorporados;
- Outros fatores de risco expostos na seção Nosso gerenciamento de risco, item Fatores de risco.

As palavras “acreditar”, “poder”, “dever”, “estimar”, “continuar”, “prever”, “pretender”, “esperar” e semelhantes são usadas para caracterizar declarações prospectivas, mas não são formas exclusivas de identificação de tais declarações. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever informações prospectivas devido a novas informações, acontecimentos futuros ou outros fatores. Em vista desses riscos e incertezas, as informações, os fatos e as circunstâncias prospectivos expostos neste relatório anual podem não vir a ocorrer. Nossos resultados e desempenho efetivos podem diferir substancialmente daqueles previstos nessas informações prospectivas.

Sobre nossas informações contábeis

Nossas demonstrações contábeis consolidadas, incluídas neste relatório anual, são preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) –, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adotamos o IFRS pela primeira vez em 1º de janeiro de 2010, e nossas demonstrações contábeis consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram as nossas primeiras demonstrações contábeis consolidadas apresentadas nesse padrão. Todas as informações contábeis consolidadas referentes aos exercícios de 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010, incluídas neste relatório, foram elaboradas em conformidade com o IFRS emitido pelo IASB.

Usamos práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para instituições autorizadas a operar pelo Banco Central para o reporte aos nossos acionistas brasileiros, em registros na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e para a apuração de pagamento de dividendos e de passivos fiscais.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as instituições financeiras que atendem certos critérios, como o Itaú Unibanco Holding, deverão apresentar demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

Os dados referentes aos segmentos foram extraídos de nossos sistemas de relatórios gerenciais e não estão baseados no IFRS, nem foram elaborados de acordo com esse padrão contábil.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 34 – Informações por segmento, para mais detalhes sobre as principais diferenças entre nossos sistemas de relatórios gerenciais e as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

Nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2014 e 2013 e ao período de doze meses terminado em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, uma empresa de auditoria independente, conforme declarado no parecer incluído na seção Desempenho, item Desempenho Financeiro deste relatório.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2 – Políticas contábeis significativas, para mais detalhes sobre as principais políticas contábeis aplicadas na preparação de nossas demonstrações contábeis consolidadas de acordo como IFRS.



Anos 50:
Fachada do Banco Federal de Crédito S.A.

2 Nosso perfil



Nosso perfil



Em números

Dados financeiros selecionados – IFRS

Os dados financeiros apresentados devem ser lidos em conjunto com

a seção Desempenho, item Resultados e Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), contidos neste relatório anual.

Os dados constantes das tabelas a seguir são extraídos de nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas, referentes aos exercícios apresentados, elaboradas de acordo com o IFRS emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), salvo indicação contrária.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

ATIVO	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE					VARIAÇÃO							
	2014	2013	2012	2011	2010	2014-2013	%	2013-2012	%	2012-2011	%	2011-2010	%
Disponibilidades	17.527	16.576	13.967	10.668	10.172	951	5,7	2.609	18,7	3.299	30,9	496	4,9
Depósitos Compulsórios no Banco Central	63.106	77.010	63.701	98.053	85.776	(13.904)	(18,1)	13.309	20,9	(34.352)	(35,0)	12.277	14,3
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.081	25.660	23.826	27.821	14.835	(2.579)	(10,1)	1.834	7,7	(3.995)	(14,4)	12.986	87,5
Aplicações no Mercado Aberto	208.918	138.455	162.737	92.248	88.682	70.463	50,9	(24.282)	(14,9)	70.489	76,4	3.566	4,0
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	132.944	148.860	145.516	121.889	115.497	(15.916)	(10,7)	3.344	2,3	23.627	19,4	6.392	5,5
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo Através do Resultado	733	371	220	186	306	362	97,6	151	68,6	34	18,3	(120)	(39,2)
Derivativos	14.156	11.366	11.597	8.754	7.777	2.790	24,5	(231)	(2,0)	2.843	32,5	977	12,6
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	78.360	96.626	90.869	47.510	44.539	(18.266)	(18,9)	5.757	6,3	43.359	91,3	2.971	6,7
Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	34.434	10.116	3.202	3.105	3.170	24.318	240,4	6.914	215,9	97	3,1	(65)	(2,1)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquidas	430.039	389.467	341.271	322.391	274.843	40.572	10,4	48.196	14,1	18.880	5,9	47.548	17,3
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	452.431	411.702	366.984	346.264	294.837	40.729	9,9	44.718	12,2	20.720	6,0	51.427	17,4
(-) Provisão para Perdas em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(22.392)	(22.235)	(25.713)	(23.873)	(19.994)	(157)	0,7	3.478	(13,5)	(1.840)	7,7	(3.879)	19,4
Outros Ativos Financeiros	53.649	47.592	44.492	40.254	40.945	6.057	12,7	3.100	7,0	4.238	10,5	(691)	(1,7)
Investimentos em Empresas Não Consolidadas	4.090	3.931	3.005	2.544	2.948	159	4,0	926	30,8	461	18,1	(404)	(13,7)
Ágio	1.961	1.905	-	-	-	56	2,9	1.905	100,0	-	-	-	-
Imobilizado, Líquido	8.711	6.564	5.628	5.358	4.801	2.147	32,7	936	16,6	270	5,0	557	11,6
Ativos Intangíveis, Líquido	6.134	5.797	4.671	3.825	2.934	337	5,8	1.126	24,1	846	22,1	891	30,4
Ativos Fiscais	35.243	34.742	32.412	26.088	24.142	501	1,4	2.330	7,2	6.324	24,2	1.946	8,1
Bens Destinados à Venda	196	117	117	85	78	79.00	67,5	-	-	32	37,6	7	9,0
Outros Ativos	13.921	12.142	9.923	7.357	5.637	1.779	14,7	2.219	22,4	2.566	34,9	1.720	30,5
Total do Ativo	1.127.203	1.027.297	957.154	818.136	727.082	99.906	9,7	70.143	7,3	139.018	17,0	91.054	12,5
Ativos médios remunerados ⁽¹⁾	955.416	882.472	784.686	721.686	585.125	72.944	8,3	97.786	12,5	63.000	8,7	136.561	23,3
Ativos médios não remunerados ⁽¹⁾	97.526	83.025	70.758	69.134	65.044	14.501	17,5	12.267	17,3	1.624	2,3	4.090	6,3
Ativos médios totais⁽¹⁾	1.052.942	965.497	855.444	790.820	650.169	87.445	9,1	110.053	12,9	64.624	8,2	140.651	21,6

(1) Calculamos o saldo médio com base nos saldos contábeis mensais. Consulte a seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimoniais para maiores detalhes.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

PASSIVO	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE					VARIAÇÃO							
	2014	2013	2012	2011	2010	2014-2013	%	2013-2012	%	2012-2011	%	2011-2010	%
Depósitos	294.773	274.383	243.200	242.636	202.688	20.390	7,4	31.183	12,8	564	0,2	39.948	19,7
Captações no Mercado Aberto	288.683	266.682	267.405	185.413	199.657	22.001	8,2	(723)	(0,3)	81.992	44,2	(14.244)	(7,1)
Passivos Financeiros Mantidos Para Negociação	520	371	642	2.815	1.335	149	40,2	(271)	(42,2)	(2.173)	(77,2)	1.480	110,9
Derivativos	17.350	11.405	11.069	6.747	5.671	5.945	52,1	336	3,0	4.322	64,1	1.076	19,0
Recursos de Mercados Interbancários	122.586	111.376	97.073	90.498	62.599	11.210	10,1	14.303	14,7	6.575	7,3	27.899	44,6
Recursos de Mercados Institucionais	73.242	72.055	72.028	54.807	44.513	1.187	1,6	27	0,0	17.221	31,4	10.294	23,1
Outros Passivos Financeiros	71.492	61.274	50.255	44.119	41.012	10.218	16,7	11.019	21,9	6.136	13,9	3.107	7,6
Provisões de Seguro e Previdência Privada	109.778	99.023	90.318	70.904	56.864	10.755	10,9	8.705	9,6	19.414	27,4	14.040	24,7
Passivos de Planos de Capitalização	3.010	3.032	2.892	2.838	2.603	(22)	(0,7)	140	4,8	54	1,9	235	9,0
Provisões	17.027	18.862	19.209	15.990	14.457	(1.835)	(9,7)	(347)	(1,8)	3.219	20,1	1.533	10,6
Obrigações Fiscais	4.465	3.794	7.109	7.408	12.110	671	17,7	(3.315)	(46,6)	(299)	(4,0)	(4.702)	(38,8)
Outros Passivos	23.660	20.848	19.956	18.625	16.021	2.812	13,5	892	4,5	1.331	7,1	2.604	16,3
Total do Passivo	1.026.586	943.105	881.156	742.800	659.530	83.481	8,9	61.949	7,0	138.356	18,6	83.270	12,6
Capital Social	75.000	60.000	45.000	45.000	45.000	15.000	25,0	15.000	33,3	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	(1.328)	(1.854)	(1.523)	(1.663)	(628)	526	(28,4)	(331)	21,7	140	(8,4)	(1.035)	164,8
Capital Adicional Integralizado	1.508	984	888	738	490	524	53,3	96	10,8	150	20,3	248	50,6
Reservas Integralizadas	8.210	13.468	22.423	24.279	16.904	(5.258)	(39,0)	(8.955)	(39,9)	(1.856)	(7,6)	7.375	43,6
Reservas a Integralizar	16.301	12.138	7.379	5.561	3.615	4.163	34,3	4.759	64,5	1.818	32,7	1.946	53,8
Resultado Abrangente Acumulado	(431)	(1.513)	1.735	26	494	1.082	(71,5)	(3.248)	(187,2)	1.709	657,3	(468)	(94,7)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	99.260	83.223	75.902	73.941	65.875	16.037	19,3	7.321	9,6	1.961	2,7	8.066	12,2
Participações de Acionistas Não Controladores	1.357	969	96	1.395	1.677	388	40,0	873	909,4	(1.299)	(93,1)	(282)	(16,8)
Total do Patrimônio Líquido	100.617	84.192	75.998	75.336	67.552	16.425	19,5	8.194	10,8	662	0,9	7.784	11,5
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.127.203	1.027.297	957.154	818.136	727.082	99.906	9,7	70.143	7,3	139.018	17,0	91.054	12,5
Passivos Médios Remunerados ⁽¹⁾	793.069	738.535	649.026	572.622	464.214	54.534	7,4	89.509	13,8	76.404	13,3	108.408	23,4
Passivos Médios Não Remunerados ⁽¹⁾	169.247	148.215	130.293	150.813	128.220	21.032	14,2	17.922	13,8	(20.520)	(13,6)	22.593	17,6
Patrimônio Líquido Total Médio⁽¹⁾	90.626	78.747	76.125	67.385	57.736	11.879	15,1	2.622	3,4	8.740	13,0	9.649	16,7
Passivo e Patrimônio Líquido Total Médio⁽¹⁾	1.052.942	965.497	855.444	790.820	650.169	87.445	9,1	110.053	12,9	64.624	8,2	140.651	21,6

(1) Calculamos o saldo médio com base nos saldos contábeis mensais. Consulte a seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimoniais para maiores detalhes.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE							VARIAÇÃO					
	2014	2013	2012	2011	2010	2014-2013	%	2013-2012	%	2012-2011	%	2011-2010	%
Produto Bancário	91.657	79.387	81.172	74.276	69.415	12.270	15,5	(1.785)	(2,2)	6.896	9,3	4.861	7,0
Perdas com Créditos e Sinistros	(15.801)	(14.870)	(21.354)	(16.072)	(12.938)	(931)	6,3	6.484	(30,4)	(5.282)	32,9	(3.134)	24,2
Margem Operacional	75.856	64.517	59.818	58.204	56.477	11.339	17,6	4.699	7,9	1.614	2,8	1.727	3,1
Despesas Gerais e Administrativas	(42.550)	(39.914)	(38.080)	(35.674)	(34.632)	(2.636)	6,6	(1.834)	4,8	(2.406)	6,7	(1.042)	3,0
Despesas Tributárias	(5.063)	(4.341)	(4.497)	(4.166)	(4.164)	(722)	16,6	156	(3,5)	(331)	7,9	(2)	0,0
Participação no Resultado de Empresas não Consolidadas	565	603	175	(113)	349	(38)	(6,3)	428	244,6	288	(254,9)	(462)	(132,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(7.209)	(7.503)	(7.716)	(6.956)	(4.042)	294	(3,9)	213	(2,8)	(760)	10,9	(2.914)	72,1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	262	3.160	3.491	3.315	(1.494)	(2.898)	(91,7)	(331)	(9,5)	176	5,3	4.809	(321,9)
Lucro Líquido	21.861	16.522	13.191	14.610	12.494	5.339	32,3	3.331	25,3	(1.419)	(9,7)	2.116	16,9
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	21.555	16.424	12.634	13.837	11.708	5.131	31,2	3.790	30,0	(1.203)	(8,7)	2.129	18,2
Lucro Líquido Atributivo aos Acionistas não Controladores	306	98	557	773	786	208	212,2	(459)	(82,4)	(216)	(27,9)	(13)	(1,7)

(em milhões de R\$, exceto número de ações)

LUCROS E DIVIDENDOS POR AÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE				
	2014	2013	2012	2011	2010
Lucro básico por ação ^{(1) (2)}					
Ordinárias	3,94	3,01	2,31	2,52	2,13
Preferenciais	3,94	3,01	2,31	2,52	2,13
Lucro básico por ação ^{(1) (2)}					
Ordinárias	3,92	3,00	2,30	2,52	2,12
Preferenciais	3,92	3,00	2,30	2,52	2,12
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ⁽³⁾					
Ordinárias	1,22	1,03	1,00	0,97	0,86
Preferenciais	1,22	1,03	1,00	0,97	0,86
Média ponderada das ações em circulação ⁽¹⁾					
Ordinárias	2.770.034.003	2.770.034.003	2.770.034.003	2.770.033.973	2.770.033.970
Preferenciais	2.699.460.382	2.692.213.780	2.696.697.363	2.710.432.134	2.718.609.630
Média ponderada do número de ações em circulação diluído					
Ordinárias	2.770.034.003	2.770.034.003	2.770.034.003	2.770.033.973	2.770.033.970
Preferenciais	2.724.080.698	2.713.733.080	2.715.295.033	2.730.583.350	2.743.229.665

- (1) As informações por ação relacionadas a 2013, 2012, 2011 e 2010 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2014.
(2) O lucro por ação foi calculado seguindo o método "Duas Classes" estabelecido pelo IAS 33 - Lucro por Ação. Consulte a seção Itaú Unibanco, item Informações para o investidor - História de pagamento de dividendos para mais detalhes sobre nossas duas classes de ações. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 28 - Lucro por ação para maiores detalhes sobre o cálculo do lucro por ação.
(3) Consulte a seção Itaú Unibanco, item Informações para o investidor - História de pagamento de dividendos e Nossa Gestão de Risco - Ambiente Regulador para mais detalhes. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 21b - Patrimônio líquido para maiores detalhes.

(em US\$)

Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ⁽²⁾⁽³⁾	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE				
	2014	2013 ⁽¹⁾	2012 ⁽¹⁾	2011 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
Ordinárias	0,46	0,44	0,49	0,52	0,52
Preferenciais	0,46	0,44	0,49	0,52	0,52

- (1) As informações por ação relacionadas a 2013, 2012, 2011 e 2010 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2014.
(2) Nos termos da legislação societária brasileira, podemos pagar juros sobre patrimônio líquido como alternativa ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. Consulte a seção Itaú Unibanco, item Informações para o investidor - História de Pagamento de dividendos e Nossa Gestão de Risco - Ambiente Regulador para maiores detalhes sobre juros sobre patrimônio líquido.
(3) Convertido de reais para dólares dos Estados Unidos pela taxa de câmbio de venda estabelecida pelo Banco Central no final do exercício em que os dividendos ou os juros sobre patrimônio líquido foram pagos ou declarados, conforme o caso.

Índices consolidados selecionados

RENTABILIDADE E DESEMPENHO	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE				
	2014	2013	2012	2011	2010
Margem financeira líquida ⁽¹⁾⁽⁴⁾	4,9	5,4	6,2	5,8	7,0
Retorno sobre os ativos médios ⁽²⁾⁽⁴⁾	2,0	1,7	1,5	1,7	1,8
Retorno sobre o patrimônio líquido médio ⁽³⁾⁽⁴⁾	24,1	20,9	16,6	20,5	20,3

LIQUIDEZ	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE				
	2014	2013	2012	2011	2010
Empréstimos e arrendamento mercantil como porcentagem do total de depósitos ⁽⁵⁾	153,5	150,0	150,9	142,7	145,5
Patrimônio Líquido total como porcentagem do total dos ativos ⁽⁶⁾	8,9	8,2	7,9	9,2	9,3

- (1) Receita líquida de juros dividida pela média dos ativos remunerados.
(2) Lucro líquido atribuível aos controladores dividido pela média do total dos ativos.
(3) Lucro líquido atribuível aos proprietários da controladora dividido pelo patrimônio líquido médio.
(4) Os saldos médios são calculados mensalmente. Consulte Anexos - Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimonial e Taxa de Juros para informações mais detalhadas sobre nossos ativos, passivos e patrimônio líquido médios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2014, 2013 e 2012.
(5) Operações de crédito e arrendamento mercantil no final do exercício divididas pelo total de depósitos no final do exercício.
(6) Total do patrimônio líquido no final do exercício dividido pelo total de ativos no final do exercício.

Destaques de 2014 [GRI G4-13](#)

Eventos societários e parcerias

Itaú CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, celebramos um acordo com o CorpBanca e seus acionistas controladores visando a fusão das operações do Banco Itaú Chile e do CorpBanca. Algumas das aprovações regulatórias exigidas para a conclusão dessa operação já foram asseguradas. [GRI G4-22](#)

GRI G4-13

Reorganização societária GRI G4-22 | G4-23

Em 31 de janeiro de 2014, reorganizamos nossa estrutura societária para transferir as atividades de tesouraria institucional e do segmento *corporate banking* (grandes empresas) do Itaú BBA para o Itaú Unibanco, incluindo as carteiras de títulos e valores mobiliários e de crédito e todos os outros ativos e passivos relacionados com essas atividades. O Itaú BBA manteve suas atividades de banco de investimento e gestão de caixa. Não existe mais qualquer pendência de aprovações regulatórias.

Associação com o BMG GRI G4-22

Em 29 de abril de 2014, por meio de nossa subsidiária Itaú Unibanco S.A., celebramos um acordo de unificação de negócios com o Banco BMG S.A. (Banco BMG), que estabelece os termos e condições para unificação dos negócios de crédito consignado do Banco BMG e do Banco Itaú BMG Consignado S.A. (Itaú BMG Consignado). A operação foi concluída em 25 de julho de 2014, após todas as aprovações regulatórias competentes terem sido obtidas. Como resultado da unificação de negócios, a participação do Banco BMG no capital total e votante do Itaú BMG Consignado aumentou de 30% para 40% por meio de aumento de capital totalmente subscrito e integralizado pelo Banco BMG.

Operação de Seguros de Grandes Riscos

Em 4 de julho de 2014, assinamos um contrato com a ACE INA International Holdings, Ltd. (ACE), para a venda de todas as ações detidas na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (ISSC) para a ACE Seguradora S.A. A ISSC conduzia as operações de seguros de grandes riscos para o Grupo Itaú Unibanco, tendo como clientes empresas de médio e grande porte com apólices contendo grandes valores segurados. A operação foi concluída em 31 de outubro de 2014, após todas as aprovações regulatórias competentes terem sido obtidas.

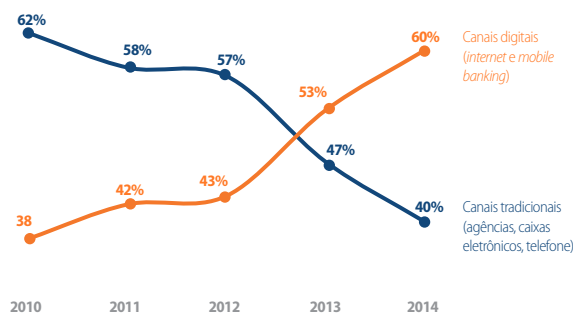
TecBan

Em 17 de julho de 2014, assinamos um novo acordo de acionistas da Tecban, por meio do qual os bancos signatários substituirão, em até quatro anos, parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento (TAA) por equipamentos da Rede Banco 24Horas, administrados pela TecBan. Para fins deste acordo, uma rede externa de TAAs consiste de TAAs localizados (i) fora do sistema bancário da agência da respectiva instituição financeira; ou (ii) em local onde o acesso não é restrito, exclusivo ou controlado, como, por exemplo, equipamento instalado em shopping centers, postos de gasolina, supermercados, etc. O acordo de acionistas entrou em vigor em 14 de novembro de 2014.

Via Varejo S.A.

Em 1º de outubro de 2014, os acordos operacionais entre o Itaú Seguros S.A. e a Via Varejo S.A. relativos à oferta de seguro de garantia estendida nas lojas do Ponto Frio e das Casas Bahia foram rescindidos antes do vencimento de seus prazos. Como resultado dessa rescisão antecipada pela Via Varejo S.A., esta empresa pagou ao Itaú Seguros S.A. o valor de R\$ 584 milhões em 8 de outubro de 2014, que corresponde, na sua maior parte, à restituição dos valores desembolsados pelo Itaú Seguros S.A. nos termos desses acordos, devidamente ajustados.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 3 – Desenvolvimento de negócios, para mais informações.

Tecnologia**Volume de transações**

Em linha com a nossa estratégia de aumentar a eficiência em nossos negócios e serviços, continuando nossos esforços em 2013, em 2014 anunciamos diversas inovações, oferecendo maior conveniência para os nossos clientes. Novos recursos estão sendo disponibilizados por meio de nossos canais digitais (*Internet Banking* e *Mobile Banking*) e investimentos estão sendo feitos para aprimorar e criar ferramentas novas para atender a expansão desses canais (veja o quadro acima), proporcionando qualidade nas operações em um ambiente ágil, moderno e seguro. Esses novos recursos e aprimoramentos incluem:

Personnalité Digital – ampliamos nosso modelo de relacionamento com o cliente, no qual os serviços são proporcionados exclusivamente online. Nessa nova plataforma, os gerentes de relacionamento oferecem serviços aos clientes das 7h até meia-noite, de segunda a sexta-feira. Consultores especializados em investimentos, câmbio e crédito imobiliário também estão disponíveis nesse horário. Os serviços podem ser oferecidos por telefone, SMS, videoconferência, *chat online* ou *e-mail*.

Uniclass Digital – por meio desta nova plataforma, gerentes de relacionamento remotamente atendem aos clientes e estão disponíveis em horários diferentes das agências físicas. O gerente e o cliente comunicam-se de várias maneiras, como por telefone, SMS e *chat online*, permitindo uma interação remota rápida e muito conveniente.

Novo caixa eletrônico – totalmente reprojetoado, a navegação no novo caixa eletrônico é fácil, rápida e intuitiva para o cliente, com telas menores e mais simples. Assim, este canal ganha um incentivo a mais para ser usado, em linha com nossa estratégia de operações.

Loja Virtual de Seguros – com o propósito de aumentar a oferta a não correntistas e a presença de nossos produtos em canais eletrônicos, ampliamos nossa loja virtual de seguros (www.lojadesegurositaui.com.br), um empreendimento pioneiro no mercado de seguros. Além dos produtos de seguros de acidentes pessoais e residencial, no último trimestre de 2014, também disponibilizamos o seguro de viagens por intermédio da loja virtual de seguros e intensificamos a disseminação desses serviços na mídia digital.

iTempo – é a plataforma (www.itaui.com.br/itempo) que compreende nossos serviços inovadores e de conveniência, proporcionando mais tempo livre e conveniência a nossos clientes. Os destaques dessa plataforma em 2014 foram:

GRI G4-13

- Itaú APPs – mantendo constantes melhorias e desenvolvimento de nossos canais digitais, disponibilizamos novas versões dos nossos aplicativos. Consulte o item Marketing e canal de *Mobile Banking*;
- Itaú SMS – acesso simplificado a informações de conta-corrente, como saldos e extratos, ou saldo de cartão de crédito. Os clientes podem enviar um SMS grátis para o número 4828 e receber a informação solicitada imediatamente; e
- Expansão do serviço de pagamentos via caixa eletrônico – faturas dos cartões Itaucard, boletos de qualquer banco e contas de água, gás e luz podem ser pagas com cartão de débito de outros bancos nos nossos caixas eletrônicos.

"Cada vez mais inserida no cotidiano dos negócios em 2014, a área de tecnologia desenvolveu soluções para os nossos clientes com foco na mobilidade e conveniência, intensificando a oferta e atendimento em canais digitais e aplicativos mobile."

Alexandre de Barros

Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Tecnologia em 2014

Todos os projetos de TI são executados conjuntamente com as áreas de negócios, jurídico e marketing, levando em consideração os aspectos de sustentabilidade. Cabe ressaltar que todos os projetos são sujeitos à análise de valuation para serem aprovados e priorizados.

Temos processos de contingência de local de trabalho e de recuperação de desastres para nossos principais negócios. Nossa unidade de *backup* também está localizada no Estado de São Paulo. Ambos os *data centers* primários e secundários possuem sistemas de alimentação dedicados e geradores desenvolvidos para iniciar automaticamente sempre que houver um blecaute.

DataCenterDynamics Brazil Awards – Conquistamos a premiação na categoria "Inovação em um *Mega-Data Center*". O prêmio *DataCenterDynamics Awards* reconhece a inovação, liderança e forma de pensar inovadora no setor brasileiro de *data center*.

First Annual Brill Award for Efficient IT – O projeto Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), implantado no Centro Tecnológico de São Paulo, foi premiado em 2014, na categoria *Operational Data Center Upgrade (Latin America)*. Essa premiação foi concedida pelo *Uptime Institute*.

Top of Mind Internet 2014 – Em uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, fomos o banco mais lembrado para a pergunta: "Qual é a primeira marca de que você se lembra, quando pensa em internet?" Fomos reconhecidos na categoria de Bancos, desde que a pesquisa foi criada, em 2007.

Efinance 2014 – Recebemos prêmios nas categorias Microcrédito e Engenharia de Programa. Patrocinado pela revista *Executivos Financeiros*, o prêmio reconhece as mais inovadoras soluções, implementações e aplicações nas áreas de TI e Telecom das instituições financeiras.

Prêmio Relatório Bancário – Recebemos o prêmio Soluções para o Método de Pagamento com relação ao aplicativo Itaú Tokpag. O Relatório Bancário é promovido por Cantarino Brasileiro, empresa de marketing dedicada a cobrir o setor bancário brasileiro.

Prêmios e reconhecimentos

Em 2014 recebemos uma série de prêmios e reconhecimentos que contribuíram para fortalecer nossa reputação. Algumas das nossas principais conquistas e dos mais importantes prêmios estão listados a seguir:

IR Magazine Awards Brazil 2014 – Concedido pela *IR Magazine*, em parceria com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), este prêmio reflete o resultado de uma pesquisa sobre as empresas brasileiras com as melhores práticas de "Relações com Investidores", conduzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com aproximadamente 400 administradores de carteira e analistas de investimento. Fomos reconhecidos em sete categorias em 2014: *Grand Prix* para o melhor programa de Relações com Investidores (*large cap*), Melhor uso de tecnologia (*large cap*), Melhor Teleconferência, Melhor encontro com Investidores (*large cap*), Melhor Relatório Anual, Melhor desempenho em relações com investidores no período de 2005-2014 (*large cap*) e Melhor Relações com Investidores no Setor Financeiro.

Prêmio Apimec – Pela sexta vez, recebemos o prêmio Companhia Aberta – Categoria A, oferecido pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (Apimec) relativo a 2013. Este prêmio é concedido a empresas com desempenho destacado em relacionamentos com o mercado, considerando componentes como transparência, tempestividade e qualidade.

Latin American Executive Team 2014 – Organizado pela revista Institutional Investor, o *ranking* é obtido por meio de pesquisa realizada com gestores de fundos de investimentos e de pensões (analistas *buy side*), corretoras e bancos de investimento (analistas *sell side*) com atuação na América Latina. Vencemos seis das oito categorias: "Melhor Relações com Investidores" pelos analistas *Sell* e *Buy Sides*; "Melhor CEO" pelos analistas *Sell* e *Buy Sides*; "Melhor CFO de Bancos" pelos analistas *Buy Side* e "Melhor Profissional de Relações com Investidores" pelos analistas *Buy Side*.

World's Best Banks 2014 – Organizado pela revista *Global Finance*, os vencedores deste prêmio são escolhidos por meio de uma pesquisa com analistas, executivos e consultores de instituições financeiras. Fomos reconhecidos nas seguintes categorias:

- *Best Emerging Markets Banks in Latin America 2014* para o Banco Itaú Paraguay e o Itaú Unibanco;
- *World's Best Investment Banks 2014* para o Itaú BBA nas categorias *Best Investment Bank* e *Best Equity Bank* em *Regional Winners – Latin America*, e instituição financeira destaque em *Country Winners – Brazil*; e
- *World's Best Trade Finance Banks 2014* para o Itaú BBA em *Country Winners – Brazil* pelo sexto ano consecutivo.
- As Empresas Mais Admiradas do Brasil – Promovida pela revista *Carta Capital*, fomos os vencedores no segmento de "banco de varejo" e o Itaú BBA venceu no segmento *Corporate Bank*.

As Empresas Mais Admiradas do Brasil – Promovido pela revista Carta Capital, ficamos em primeiro lugar na categoria "Banco de Varejo" e o Itaú BBA conquistou a categoria "Banco de Atacado".

Bank of The Year 2014 – Fomos eleitos o banco do ano nas Américas pela revista britânica *The Banker*. Também fomos reconhecidos na categoria banco do ano no Brasil, Paraguai e Uruguai.

GRI G4-13

Empresas Notáveis Consumidor Moderno – Fomos destaque no setor bancário na pesquisa conduzida pela revista Consumidor Moderno em parceria com institutos de pesquisa e consultorias especializadas, com base em levantamentos conduzidos em 2013 sobre percepções de consumidores e clientes.

15º Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente – Promovido pelo Grupo Padrão, essa premiação reconhece anualmente as companhias com as melhores práticas em serviços ao consumidor. Na edição de 2014 vencemos na categoria Bancos.

2ª Annual Reactions Latin America Awards – Publicada pela revista britânica *Reactions*, estas premiações reconhecem as principais seguradoras da América Latina no ano de 2013. Fomos eleitos nas categorias *Best Latin America Investment Bank* e *Best Brazil Insurer Overall*.

Global Counsel Awards 2014 – O Itaú BBA recebeu o prêmio como melhor equipe jurídica na categoria Regulatório (Serviços Financeiros). Esta foi a primeira vez que um banco brasileiro recebeu esta premiação, o que nos coloca em posição de destaque em comparação com outras instituições financeiras com operações globais. O prêmio é promovido pela *International Law Office*, que elege os vencedores a partir da análise de mais de quatro mil indicações feitas por advogados do setor corporativo e sócios de escritórios de advocacia, em várias categorias.

Melhores e Maiores – Na 41ª edição da pesquisa da revista *Exame*, fomos reconhecidos por nossos resultados em 2013. O *ranking* avalia dados dos maiores grupos no Brasil, como patrimônio líquido e receita líquida. Vencemos nas seguintes categorias:

- os 100 maiores bancos na América Latina, em termos de patrimônio;
- os 200 maiores grupos empresariais no Brasil, em termos de receita líquida; e
- os 50 maiores bancos no Brasil, em termos de patrimônio.

Prêmio de Ouvidorias Brasil 2014 – Em julho de 2014 fomos reconhecidos por ter uma das dez melhores ouvidorias do País. O prêmio é uma iniciativa da revista *Consumidor Moderno* e avalia os melhores *cases* de ouvidoria, implantados com foco em inovação, obedecendo aos critérios de desempenho, governança, alianças, integração e responsabilidade social.

Valor 1000 – em agosto de 2014, conquistamos o 1º lugar na *ranking* da área financeira nas seguintes categorias: (i) Maior em patrimônio líquido e (ii) Melhor resultado operacional sem equivalência patrimonial. Realizado pelo jornal *Valor Econômico*, o anuário analisa os balanços em IFRS do ano anterior das mil maiores empresas do Brasil em termos de receita líquida.

Prêmio Aberje 2014 (São Paulo) – em outubro de 2014 conquistamos o 1º lugar na categoria Publicação Especial por nosso Relato Integrado 2013. Os temas vencedores foram Conectando informações sobre nossa estratégia e capacidade de gerar valor ao longo do tempo e Comunicação de Programas, Projetos e Ações Esportivas devido à campanha pela internet Envolver e engajar os colaboradores do Banco Oficial da Copa do Mundo da FIFA™ Brasil 2014 e patrocinador oficial da Seleção Brasileira

Cash Management Survey 2014 – fomos reconhecidos pelo sétimo ano consecutivo como *Best Cash Management Bank in Brazil* pela revista *Euromoney*, uma das mais importantes publicações do mercado financeiro. Fomos também eleitos *Best Cash Management Bank in Latin America* pela revista *Euromoney*.

Prêmio Comunicação – Fomos eleitos Anunciante do Ano 2014 pela Associação Brasileira de Propaganda (ABP).

Top 1000 World Banks – em junho de 2014 fomos escolhidos como os líderes entre os bancos na América do Sul e na América Central por Nível I do capital regulatório (*Tier 1 capital*).

Latin Finance's Banks of the Year 2014 – fomos nomeados pela revista *LatinFinance*, considerada a principal fonte de inteligência do mercado financeiro na América Latina e no Caribe, como o banco do ano no Paraguai e no Uruguai. A publicação também nomeou o Itaú BBA o melhor banco de investimento do ano no Brasil.

Latin America Syndicated Loan of the Year – fomos reconhecidos pela revista *LatinFinance* pela maior e mais abrangente operação de empréstimo sindicalizado efetuada por uma instituição financeira da América Latina: a operação de US\$ 1,5 bilhão que incluiu três bancos estruturados e 35 bancos participantes de 147 países.

3ª Annual North American Structured Products Conference – Vencemos em três categorias em *Structured Retail Products Awards*. Fomos reconhecidos nas categorias *Best Sales, Brazil*, *Best COE Wrapped Sales, Brazil* e *Best Private Banking Product, Brazil*.

Dow Jones Sustainability World Index 2014/2015 – Pela 15ª vez consecutiva fomos selecionados para compor o índice. Somos o único banco latino-americano a participar do índice desde sua criação, em 1999.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa 2014/2015 – Em 2014, fomos selecionados para compor este índice pelo décimo ano consecutivo. As empresas que compõem o índice mantêm o padrão em investimento socialmente responsável e atuam como negócios de referência no Brasil.

Carbon Disclosure Project Latin America – Fomos reconhecidos entre dez companhias, nomeados Líderes em Transparência na Edição 2014 do questionário Mudanças Climáticas. As Líderes em Transparência são as companhias com pontuação do CDP no *top 10%*, com base em pesquisas.

Guia Exame de Sustentabilidade – Fomos nomeados pela revista *Exame* a companhia mais sustentável do ano na categoria Instituições Financeiras, Bancos e Seguradoras. Esse reconhecimento é um dos mais importantes do setor no Brasil.

Eventos Subsequentes

Itaú Unibanco anuncia nova estrutura administrativada Holding

Em linha com o processo de transição já comunicado ao mercado, em 23 de fevereiro de 2015 foram anunciadas mudanças estruturais na

GRI G4-13

direção da Itaú Unibanco Holding S.A., presidida por Roberto Setubal, que passou a ter um comitê executivo composto por 3 diretores gerais e 2 vice-presidentes.

Marco Bonomi assume a Diretoria Geral de Varejo (DGV), liderando os negócios de Agências, Cartões e Rede, Imobiliário, Seguros, Veículos e Crédito. A área de Marketing também fica sob sua liderança.

Candido Bracher passa a liderar a Diretoria Geral de Atacado (DGA), à frente dos negócios de grandes e médias corporações, de *Asset Management*, de *Private Bank* e de Custódia, além dos negócios da América Latina, que ficam sob a liderança de Ricardo Marino, que até então estava no comitê executivo da *holding*.

Marcio Schettini assume a Diretoria Geral de Tecnologia, Operações e Eficiência. Com isso, liderará todas as operações que viabilizam os negócios da DGV e da DGA, além das atividades de Compras, Administração Predial e um dos maiores *data centers* do mundo que o banco inaugurou em março de 2015.

Claudia Poltanski continua como Vice-Presidente das áreas Jurídico e Ouvidoria e passa a acumular as áreas de Pessoas, Comunicação Corporativa e Relações Institucionais e Governamentais.

Eduardo Vassimon se mantém como Vice-Presidente de Riscos e assume também a área de Finanças e Controladoria, passando a responder como CFO da *Holding*. Marcelo Kopel, nesta estrutura, será indicado para diretor de Relações com Investidores da organização. Caio David, Vice-Presidente de Finanças e CFO da *Holding* até o momento, passa a liderar a Tesouraria Institucional, que fica alocada na DGA.

“Nosso objetivo é fazer a transição para o futuro de forma suave e segura e endereçar os desafios mais imediatos do banco. As prioridades continuam sendo eficiência e simplificação. Tecnologia também é um grande desafio para nós, já que é essencial para viabilizar nossa agenda de eficiência e simplificação, mas também pela conjuntura que atravessamos, com inúmeras inovações que têm transformado o mundo e a indústria bancária. Daí a importância dessas mudanças que estamos anunciando hoje”, afirma Roberto Setubal.

Com as mudanças, deixam o Comitê Executivo da *holding* três vice-presidentes do Itaú Unibanco e um do Itaú BBA:

- Alexandre de Barros, Vice-Presidente da área de Tecnologia, deixa o posto e permanece no banco como Consultor e Assessor Especial da DGTO.

- Zeca Rudge, Vice-Presidente de Marketing, Pessoas, Eficiência, Compras, Patrimônio, encerra sua carreira no banco e assumirá a Vice-Presidência do Conselho de Administração da Porto Seguro, como nosso representante.
- Alfredo Setubal, Vice-Presidente de *Asset Management*, Custódia e *Private Bank*, além de diretor de Relações com Investidores, deixa a vida executiva do banco e ocupará a presidência da Itaúsa, continuando como membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco.
- Daniel Gleizer, Vice-Presidente de Tesouraria Institucional, deixa a instituição, conforme anunciado há alguns meses.

“Estas mudanças demonstram nosso enorme dinamismo e vão fortalecer ainda mais a Itaú Unibanco Holding. O objetivo continua sendo o de nos renovarmos constantemente, a fim de que possamos continuar criando valor para nossos colaboradores, acionistas, oferecer produtos e serviços mais modernos e melhores para nossos clientes e contribuir para a transformação e desenvolvimento da sociedade”, finaliza Roberto Setubal.

Aliança com MasterCard no mercado de soluções de pagamento no Brasil

Em 13 de março de 2015 por meio de nossa subsidiária Itaú Unibanco S.A., celebramos um contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil (Aliança Estratégica).

Pelo prazo de 20 anos da Aliança Estratégica, o Itaú Unibanco e a MasterCard vão operar uma nova rede de pagamentos eletrônicos, por meio de uma sociedade controlada pela MasterCard, na qual o Itaú Unibanco terá determinados direitos de veto e de aprovação. Essa nova rede de pagamentos eletrônicos irá operar sob uma bandeira de aceitação nacional e internacional.

Nossos objetivos ao criar a Aliança Estratégica são (a) focar a ampliação de seus negócios de emissão e aquisição, principalmente relacionados à nova rede de soluções de pagamento; (b) ter acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento; (c) obter importantes ganhos de escala e eficiência; e (d) beneficiar-se da *expertise* da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento.

A eficácia da Aliança Estratégica está sujeita à satisfação de algumas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes. Não se espera que a Aliança Estratégica cause impacto material nos resultados do Itaú Unibanco neste ano.

Nossa história

Linha do Tempo

ITAÚ	UNIBANCO
1924	• Autorização de Funcionamento da Casa Moreira Salles
1944	• Fundação do Banco Central de Crédito S.A.
1945	• Início das operações do Banco Central de Crédito S.A.
Anos 1940 a 1960	• Mudança da razão social para Banco Federal de Crédito S.A., depois Banco Federal Itaú e, posteriormente, Banco Federal Itaú Sul Americano S.A., após fusões com outros bancos brasileiros • Surgimento do Banco Itaú América após fusão do Banco da América com Banco Federal Sul Americano • Fusões da Casa Bancária Moreira Salles, Banco Machadense e Casa Bancária de Botelhos, dando origem ao Banco Moreira Salles, posteriormente União de Bancos Brasileiros S.A. • Constituição do BIB – Banco de Investimentos do Brasil
Anos 1970 a 1990	• Incorporação do Banco Aliança, marco da expansão na região Nordeste • Incorporações de bancos nacionais, como o Banco União Comercial, o que tornou o Itaú segundo maior banco privado do País • Aquisição do Banco Francês e Brasileiro S.A. (BFB), antecessor do Itaú Personnalité • Aquisição dos bancos estaduais Banerj e Bemge • Aquisições de outras instituições financeiras, como o Banco Nacional, o que fez do Unibanco uma das três maiores instituições financeiras do País
Anos 2000 a 2010	• Aquisição dos bancos estaduais Banestado e Beg, do Banco Fiat, e das operações brasileiras do <i>Bank Boston</i>, ampliando a presença no segmento de alta renda e do BBA Creditanstalt, antecessor do Itaú BBA, maior banco de atacado do País • Incorporação do Banco Bandeirantes e do Credibanco, colocando o Unibanco entre os cinco maiores bancos da América Latina e como o terceiro maior banco privado do Brasil
ITAÚ UNIBANCO	
2008	• Associação entre Itaú e Unibanco, anunciada em 3 de novembro
2009	• Associação com a Porto Seguro em 24 de agosto
2012	• Associação com o Banco BMG para operações com crédito consignado • Aquisição da totalidade de ações em circulação da Redecard

90 Anos do Itaú Unibanco Holding



As trajetórias da antiga Casa Moreira Salles, fundada em 1924, e do antigo prédio de escritórios do Banco Central de Crédito na cidade de São Paulo são inseparáveis da

história do desenvolvimento brasileiro. As atividades da Casa Moreira Salles concentraram-se no interior do Estado de Minas Gerais, mais especificamente na região de Poços de Caldas, com o objetivo de proporcionar crédito e outros serviços menores a clientes – até aquela época predominantemente ausentes nas regiões interioranas. Com o desenvolvimento desse potencial, a Casa Moreira Salles cresceu em importância, concentrando-se cada vez mais no negócio de crédito em detrimento do segmento de varejo de mercadorias.

Com a ampliação de seu negócio financeiro, a operação atingiu o *status* de Banco Moreira Salles, após sua primeira operação de fusão em 4 de

maio de 1940, com o antigo Banco Machadense. Em 15 de julho de 1940, a Casa de Comércio Moreira Salles encerrou suas atividades de varejo para se concentrar nas atividades empreendedoras da família que envolviam somente o Banco Moreira Salles.

Enquanto o Banco Moreira Salles crescia no interior de Minas Gerais e expandia seus domínios para o Mato Grosso até a fronteira com a Bolívia, em São Paulo, Alfredo Egydio de Souza Aranha fundava o Banco Central de Crédito em 1945. Durante a segunda metade daquela década, o Banco Central de Crédito experimentou uma rápida valorização de suas ações, que oferecia aos acionistas dividendos entre 10% e 12%, níveis equivalentes aos bancos líderes de São Paulo. A instituição também se expandia, com a abertura de agências na capital e no interior do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, foi durante essa época que o jovem Olavo Setubal fundou a Artefatos Deca Ltda., em parceria com Renato Refinetti, seu colega dos tempos da Escola Politécnica. O primeiro capital para essa nova empresa viria do então presidente do conselho do Banco Central de Crédito, Alfredo Egydio de Souza Aranha. O caminho dos dois bancos começava a se cruzar e se tornava similar um com o outro com o crescimento e desenvolvimento de ambos, tanto na cidade quanto no Estado de São Paulo. Durante a década de 1940, com o crescimento da importância do Banco Moreira Salles no cenário nacional, o banco descentralizou suas atividades da região sul do Estado de Minas Gerais, estabelecendo sua presença até mesmo na cidade de Santos, onde experimentaria grande crescimento em suas operações.

Os anos seguintes seriam testemunhas de um processo de adaptação e consolidação, tanto para o Banco Moreira Salles quanto para o Banco Central de Crédito, paralelamente à maior complexidade do sistema bancário e na economia do País. Com o passar do tempo, a estrutura bancária tornou-se mais enxuta, desencadeando uma grande tendência em direção a fusões e aquisições, levando à formação do Banco Federal Itaú e do Unibanco – União de Bancos Brasileiros.

Desde o estabelecimento da primeira agência no Estado de Minas Gerais, onde foi fundada a mais antiga instituição que forma o Grupo Itaú Unibanco, até a associação entre a Itaú Holding Financeira e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros em 2008, nove décadas de crescimento e desenvolvimento produziram uma das maiores instituições financeiras da América Latina em termos de valor de mercado e a marca mais valiosa do Brasil.

A associação resultou no maior banco privado do Brasil e em um dos 30 maiores bancos no mundo em termos de valor de mercado em 31 de janeiro de 2015. O Itaú e o Unibanco desenvolveram ao longo do tempo características similares e complementares, com suas trajetórias de crescimento caracterizadas por fusões, aquisições e incorporações. Em 31 de dezembro de 2014, nosso total de ativos ultrapassava R\$ 1,1 trilhão e o valor de mercado era de R\$ 190,2 bilhões.

Nossa história é caracterizada por ideais de empreendedorismo e espírito visionário demonstrados pelos pais fundadores das instituições originais naqueles primeiros tempos. O espírito de luta e a coragem também demonstrados por aqueles que vieram depois durante o crescimento das respectivas operações foram instrumentais para aprimorar seus níveis de excelência, mesmo antes da fusão que criou o maior banco privado do País e um dos maiores da América Latina.

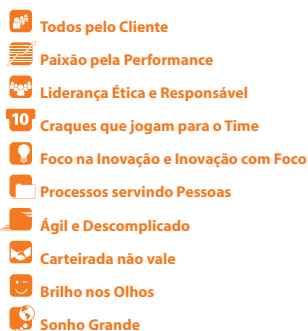
Nossa Visão

Nosso objetivo é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes. Para nós, performance sustentável é gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e a sociedade, garantido a perenidade dos negócios.

Nossa Cultura

Nossa cultura corporativa é expressa por um conjunto de dez princípios que direcionam a forma como fazemos negócios e assinalam a abordagem que esperamos que nossas equipes tenham para transformar nossa visão em realidade. Esse conjunto de princípios é chamado “Nosso Jeito de Fazer” e reforçamos esses valores com nossos colaboradores por meio de diversas iniciativas, como (i) eventos, entre os quais nossa reunião anual com gestores (Encontro entre Líderes) e nosso Prêmio Walther Moreira Salles; (ii) nossos processos para avaliar o desempenho que mede o alinhamento dos colaboradores com os comportamentos esperados que são derivados de tais princípios; e (iii) campanhas em nossos canais de comunicação.

Nosso Jeito de Fazer



Em 2014, comemoramos cinco anos da fusão que criou o Grupo Itaú Unibanco. Nesses cinco anos, fomentamos uma cultura comum que disseminamos por toda a organização por meio de várias iniciativas.

Celebramos agora outra etapa na consolidação de nossa cultura. Por meio da pesquisa de alinhamento ao Nosso Jeito de Fazer, realizada a cada dois anos, identificamos um crescimento de 9% no alinhamento cultural percebido em nossos colaboradores, em relação a 2012. Alcançar esse limiar permite acreditar que estamos cada vez mais alinhados com o jeito como gostaríamos de fazer negócios e nos relacionar com os clientes. Pelo quinto ano consecutivo, realizamos o Encontro entre Líderes em abril. Essa oportunidade, em que todos os líderes do Itaú Unibanco se reúnem para tomar conhecimento e compartilhar os desafios, atuais e futuros, da organização, foi crucial para a entrega das mensagens relativas a:

- Crescimento contínuo baseado em nossa visão;
- Resultados obtidos;
- Papel da liderança na gestão da excelência técnica e do pessoal; e
- Ciclo de meritocracia.

É por meio do Encontro entre Líderes e de outras iniciativas que pretendemos desenvolver nossa cultura durante os próximos anos, com foco constante na performance sustentável e na satisfação do cliente.

Colaboradores

O número de colaboradores do Grupo Itaú Unibanco passou de 95.696, em 2013, para 93.175, em 2014. A redução no número de colaboradores é explicada principalmente como resultados da nossa natural renovação de pessoal. Além disso, houve a redução de 322 colaboradores devido à venda das nossas operações de grande risco, nosso negócio de seguros, em outubro de 2014. [GRI 64-9](#)

Apresentamos nas tabelas abaixo o número total de colaboradores, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, segmentados por região (Brasil e exterior) e unidade operacional:

COLABORADORES (BRASIL E EXTERIOR)	EM 31 DE DEZEMBRO,			VARIAÇÃO (%)	
	2014	2013	2012	2014-2013	2013-2012
No Brasil	86.192	88.783	90.323	(2,9)	(1,7)
Exterior	6.983	6.913	6.654	1,0	3,9
Argentina	1.679	1.696	1.650	(1,0)	2,8
Chile	2.563	2.542	2.451	0,8	3,7
Uruguai	1.176	1.180	1.127	(0,3)	4,7
Paraguai	789	731	701	7,9	4,3
Europa	233	256	261	(9,0)	(1,9)
Outros	543	508	464	6,9	9,5
Total	93.175	95.696	96.977	(2,6)	(1,3)

COLABORADORES (POR UNIDADE OPERACIONAL)	EM 31 DE DEZEMBRO,			VARIAÇÃO (%)	
	2014	2013	2012	2014-2013	2013-2012
Banco Comercial – Varejo	92.457	90.427	91.304	2,2	(1,0)
Banco de Atacado	395	2.532	2.848	(84,4)	(11,1)
Crédito ao Consumidor – Varejo	303	2.718	2.781	(88,9)	(2,3)
Operações com o Mercado e Corporação	20	19	44	5,3	(56,8)
Total	93.175	95.696	96.977	(2,6)	(1,3)

As Melhores da Dinheiro 2014 – fomos os vencedores na categoria de Recursos Humanos. Promovida pela revista *Isto É Dinheiro*, esta premiação reconhece as melhores empresas do ano utilizando critérios de gestão.

Empresa dos Sonhos dos Jovens – Conquistamos o quarto lugar entre as empresas mais procuradas por jovens brasileiros em 2014. Essa pesquisa é organizada pela Cia. de Talentos.

Relações trabalhistas [GRI 64-11](#)

Mantemos um canal permanente de diálogo com as entidades sindicais que representam todos os nossos colaboradores, nas diversas categorias profissionais. Entre nossos princípios temos o respeito, a transparência e a relação direta com esses sindicatos. Nossa prioridade é encontrar soluções criativas e negociadas para minimizar possíveis diferenças e abordar as questões que envolvem nossos colaboradores.

Asseguramos aos nossos colaboradores o direito de livre associação aos sindicatos e reconhecemos os direitos e prerrogativas daqueles que venham a ser eleitos para cargos diretivos nos sindicatos, em conformidade com a legislação brasileira vigente e as convenções coletivas de cada categoria profissional de que somos parte. Além disso, permitimos aos sindicatos realizar campanhas de sindicalização e, quando solicitado, realizar reuniões eventuais com as entidades e gestores e/ou colaboradores.

Mantemos o nosso compromisso de priorizar as negociações coletivas e uma agenda permanente de assuntos a serem debatidos com os sindicatos. Essa agenda nos permite resolver conflitos de maneira mais eficiente e reforça o nosso compromisso em manter a política de relacionamento permanente com os sindicatos.

GRI G4-11

Todos os nossos colaboradores contam com o respaldo de convenções coletivas de trabalho que garantem outros direitos além daqueles concedidos pela competente lei trabalhista, além de outros benefícios que podem ser concedidos a nossos colaboradores em base não recorrente em conformidade com nossas políticas. Empenhamos nossos esforços para seguir as diretrizes estabelecidas com os sindicatos visando melhorar as condições de saúde dos nossos colaboradores e proporcionar um ambiente de trabalho produtivo.

Durante as negociações salariais dos colaboradores bancários em 2014, que normalmente acontecem em setembro, nossas agências sofreram greve de cinco dias úteis, que resultou no fechamento de aproximadamente 25,4% de nossas agências durante esse período.

Durante as negociações salariais dos colaboradores bancários em 2013, nossas agências sofreram greve de 18 dias úteis, que resultou no fechamento de aproximadamente 31,6% de nossas agências durante esse período.

Durante uma greve dos colaboradores bancários em 2012, nossas agências sofreram greve de nove dias úteis, que resultou no fechamento de aproximadamente 30,0% de nossas agências durante esse período.

Apesar das interrupções em nossas operações bancárias de varejo e, em menor proporção, em nossas operações bancárias corporativas, historicamente, não sofremos perdas significativas devido a greves.

Marca

Nossa marca representa, cada vez mais, a transformação positiva na vida das pessoas, da sociedade e do País que queremos promover. Nossos produtos e serviços, orientados para as necessidades dos clientes, refletem a nossa busca constante em melhorar a experiência de todos que se relacionam conosco no dia a dia. Nossas iniciativas de educação financeira, permeadas por todo o banco, procuram incentivar as pessoas a manterem um relacionamento mais equilibrado com o dinheiro. Nossa responsabilidade com o desenvolvimento do País está na essência da nossa marca, de forma que, além da transformação positiva inerente à nossa atividade *core*, também investimos em projetos ligados a educação, cultura, esporte e mobilidade urbana.

Em 2014, nossa marca foi apontada como a mais valiosa no Brasil pelo décimo primeiro ano consecutivo, com um valor estimado de R\$ 21,7 bilhões, de acordo com a empresa de consultoria *Interbrand*. A análise é baseada na capacidade da nossa marca de gerar resultados financeiros, influenciar o processo de seleção de clientes e garantir uma demanda de longo prazo.

A plataforma (#issomudaomundo), lançada em 2013 com o objetivo de estabelecer um elo entre nosso propósito de transformar o mundo das pessoas para melhor, nossas causas e os diversos projetos que recebem nosso investimento, foi mais uma vez nosso tema da campanha institucional de 2014.

Em pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa Officina Sophia em 2014, tivemos resultados importantes para a marca: os usuários das iniciativas da plataforma ajudam a alavancar nossos indicadores. Por exemplo, junto a pessoas impactadas por alguma de nossas campanhas de divulgação da plataforma, identificamos uma percepção 27% superior em relação a consideração (para se relacionar) e 50% maior em prestígio (melhor banco).

Nossa representatividade também está presente nas mídias sociais. Possuímos a maior comunidade no Facebook em todo o mundo entre os bancos, com mais de 7,4 milhões de fãs e somos uma das

10 maiores bases de fãs entre todas as marcas brasileiras, de acordo com a plataforma de monitoramento *Socialbakers*. Atualmente, nosso perfil no Twitter é o número um no segmento financeiro brasileiro em relação a seguidores, com mais de 435 mil.

Nossa estratégia de conteúdo nas redes sociais é composta de uma série de filmes que expressam nosso ponto de vista em formatos específicos para a internet, que são disponibilizados em nosso *brand channel* no YouTube. Queremos inspirar as pessoas a acreditarem em atitudes transformadoras, contando histórias que as estimulem a iniciar mudanças positivas. Possuímos mais de 158 milhões de *views* e somos o maior *brand channel* em número de visualizações no Brasil entre todos os segmentos e o maior do mundo no segmento financeiro.

Continuamos com uma estrutura especial que monitora nossos perfis de mídia social e interage com o público em geral e com nossos clientes sobre todos os assuntos relacionados ao Itaú: dúvidas, sugestões, elogios e reclamações. De acordo com a plataforma de monitoramento da agência Gauge, tivemos mais de 1,2 milhão de menções nas redes sociais, sendo que 68% desses comentários foram positivos ou neutros. Demos também prosseguimento a nosso atendimento via mídias sociais, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com tempo médio de 6 minutos para o primeiro contato com o cliente.

Em 2014, tivemos um fato inédito para a marca Itaú: fomos patrocinadores locais da Copa do Mundo da FIFA 2014™ realizada no Brasil. Nosso desafio era nos destacarmos entre as marcas globais que já vêm patrocinando o evento por décadas e possuem maior aderência com esse tema. E, ao término do evento, conseguimos alcançar resultados expressivos para a nossa marca: maior pico de engajamento da história do Twitter no Brasil com 23,91%, a marca mais procurada no Google relacionada à Copa do Mundo da FIFA 2014™, a mais associada à Seleção Brasileira e a segunda marca mais associada ao evento, de acordo com uma pesquisa conduzida pelo Ibope.

Patentes

Somos os titulares de patentes e pedidos de registro de patentes no Brasil e no exterior, para um método de geração de teclado virtual para digitação da senha de segurança ou do PIN (número de identificação pessoal) de usuários. Os pedidos relativos à patente dessa tecnologia ainda estão pendentes de análise no Brasil, Uruguai e Venezuela. Somos os titulares de patente para esse método em países como Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Peru, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. Além disso, somos os titulares de pedidos de patente para um método de identificação do PIN de acesso de uma instituição financeira e para um método, dispositivo de usuário e sistema para submissão de informações de operações financeiras, ainda pendentes de análise no Brasil.

No Brasil, o prazo de vigência das patentes de invenção é de 20 (vinte) anos a contar da data do depósito do referido pedido. Os prazos de vigência e o alcance das patentes no exterior dependem da legislação de cada país ou região em que a patente se encontra registrada.

Principais acionistas

Somos controlados pela Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) que, por sua vez, é controlada conjuntamente pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston. A Itaúsa é controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha e a Cia. E. Johnston é controlada pelos membros da família Moreira Salles.

Exceto pelas ações detidas de forma indireta pelos nossos acionistas controladores (por meio da participação na IUPAR e Itaúsa), os membros

do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, individualmente e como grupo, são usufrutuários de menos de 1% das nossas ações ordinárias, e de menos de 1% das nossas ações preferenciais.

De acordo com a regulamentação brasileira, e conforme aprovado pelo Banco Central, os investidores estrangeiros podem deter, no

máximo, 30% das nossas ações ordinárias.

A tabela a seguir apresenta informações relativas às pessoas que, em nosso conhecimento, detinham mais de 5% de nossas ações ordinárias ou preferenciais em 31 de janeiro de 2015:

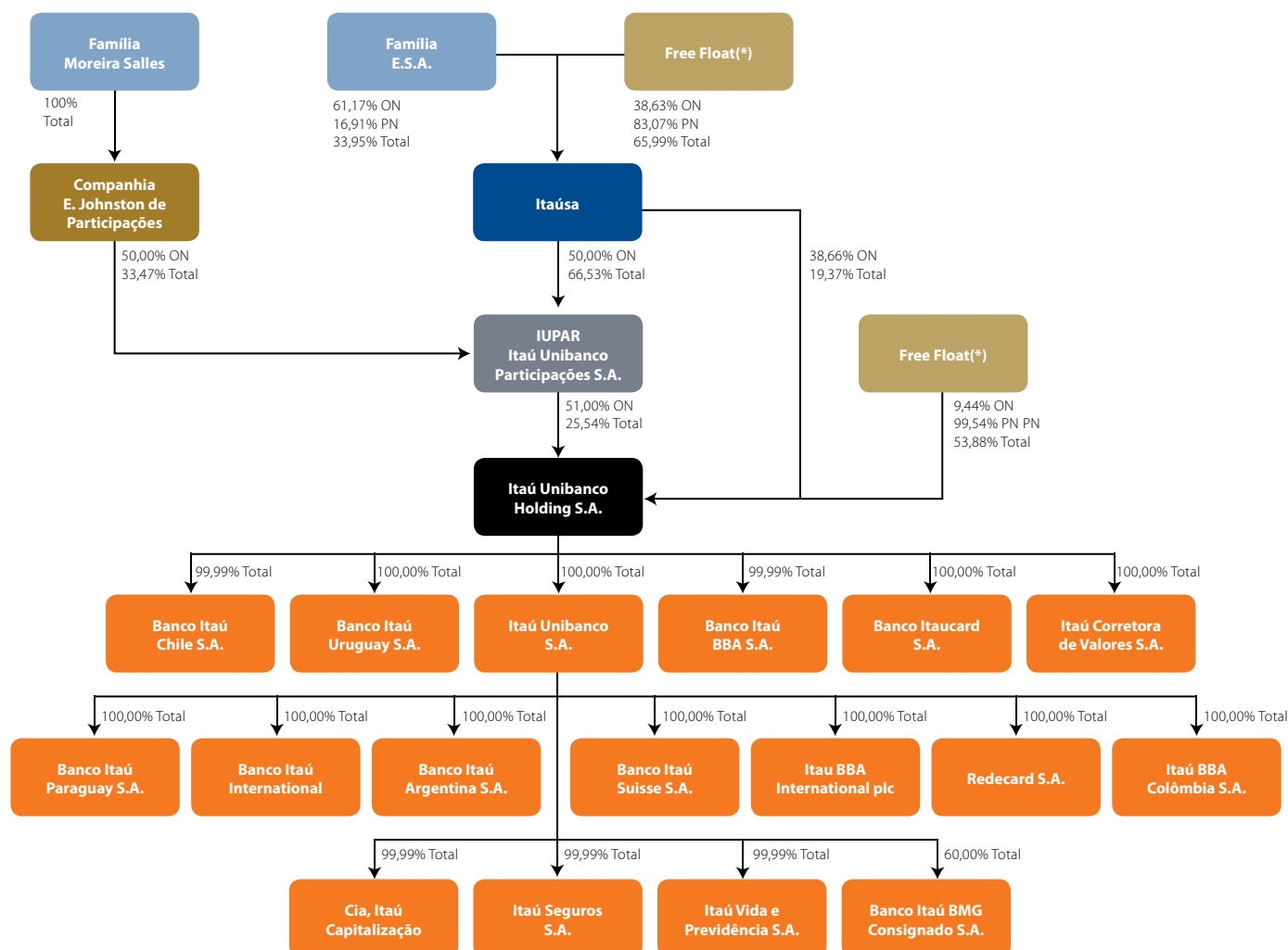
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE TOTAL DE AÇÕES	% DO TOTAL	QUANTIDADE TOTAL DE AÇÕES	% DO TOTAL	QUANTIDADE TOTAL DE AÇÕES	% DO TOTAL
IUPAR – Itaú Unibanco Participações	1.412.718.681	51,0	-	-	1.412.718.681	25,5
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.	1.071.022.909	38,7	93.291	0,0	1.071.116.200	19,4
BlackRock ⁽¹⁾	-	-	192.796.197	7,0	192.796.197	3,5
Outros	286.292.413	10,3	2.503.199.305	90,7	2.789.491.718	50,4
Subtotal	2.770.034.003	100,0	2.696.088.793	97,7	5.466.122.796	98,8
Ações em tesouraria	2.541	0,0	64.707.344	2,3	64.709.885	1,2
Total	2.770.036.544	100,0	2.760.796.137	100,0	5.530.832.681	100,0

1. Participação acionária fornecida pelo acionista.

Em 31 de janeiro de 2015, 11.226.802 ações ordinárias e 1.707.868.177 ações preferenciais eram detidas por investidores estrangeiros (calculados com base nos endereços dos investidores indicados nos nossos registros referentes às ações sob custódia), representando 0,4% e 63,3%, respectivamente, do total de cada classe em circulação.

Estrutura acionária

O quadro a seguir é uma visão geral da estrutura acionária do conglomerado Itaú Unibanco em 31 de janeiro de 2015, que inclui nossos controladores e algumas de nossas principais controladas:



(*) Exclui ações mantidas em tesouraria e pelos nossos acionistas controladores.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS), Nota 2.4 a I – Resumo das principais práticas contábeis para mais informações sobre nossas controladas.

Acordo de acionistas da IUPAR

A Itaúsa e Cia. E. Johnston possuem um acordo de acionistas para regulamentar o seu relacionamento enquanto acionistas controladoras da IUPAR e, indiretamente, enquanto nossas acionistas controladoras e de nossas subsidiárias. Consulte www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/IUPARAcordoAcionistasCVM.pdf para maiores detalhes. Os seus principais termos e condições estão descritos a seguir.

O Conselho de Administração e a diretoria da IUPAR são compostos por quatro membros cada: dois indicados pela Itaúsa e dois indicados pela Cia. E. Johnston, para cada um desses órgãos. Em conformidade com o acordo de acionistas da IUPAR, as ações da IUPAR detidas pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston não podem ser transferidas a terceiros até 3 de novembro de 2018. Após esse período, se qualquer dos acionistas decidir transferir as suas ações da IUPAR a um terceiro, a outra parte terá direito de preferência na aquisição de tais ações ou direitos de venda conjunta (*tag-along*). Se a Itaúsa e também a Cia. E. Johnston decidirem transferir a totalidade de suas ações detidas na IUPAR ou a totalidade das ações detidas pela IUPAR no Itaú Unibanco Holding para terceiros, a Itaúsa poderá exercer seu direito de venda conjunta, a fim de incluir na venda a totalidade ou parte das ações por ela detidas diretamente no Itaú Unibanco Holding. Todas as ações detidas diretamente pela Itaúsa no Itaú Unibanco Holding podem ser transferidas livremente.

O Acordo de Acionistas IUPAR é válido pelo prazo de 20 anos a contar de 27 de janeiro de 2009, podendo ser prorrogado automaticamente por novos e sucessivos períodos de dez anos, exceto se indicado de outra forma.

Transferência de controle e aumento da participação no capital social

Observados os termos do acordo de acionistas da IUPAR, nosso estatuto não contém disposições que visem retardar, adiar ou impedir uma mudança de nosso controle acionário ou que produzam efeitos em relação às operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária da companhia ou de suas subsidiárias. Entretanto, em conformidade com a regulamentação brasileira, todas essas operações precisam ser realizadas de acordo com procedimentos específicos estabelecidos pelo CMN e aprovadas previamente pelo Banco Central.

A legislação brasileira determina que a aquisição do controle de uma empresa aberta desencadeia a exigência de que a parte adquirente faça uma oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação, por um preço equivalente a, pelo menos, 80% do preço pago por ação aos acionistas controladores. Adicionalmente, nosso estatuto estabelece a mesma regra de preço para os detentores de nossas ações preferenciais.

Essa legislação também requer que nossos acionistas controladores façam uma oferta de todas as nossas ações, caso haja aumento da sua participação no nosso capital próprio até um nível que afete significativa e negativamente a liquidez das nossas ações.

Canais de comercialização e distribuição

Fornecemos serviços e produtos financeiros integrados para nossos clientes, por meio de diversos canais de comercialização e distribuição. Além da nossa carteira tradicional de produtos bancários, oferecemos seguros, investimentos, câmbio e corretagem.

No segmento de banco comercial – varejo, os nossos clientes Itaú Uniclass dispõem de serviços exclusivos, como atendimento gerencial personalizado, consultoria de investimentos, caixas exclusivas, atendimento por telefone por meio de gerentes de agências e maiores limites de crédito. Fornecemos também serviços de assessoria para investimentos e crédito imobiliário para nossos clientes de alta renda por meio do Itaú Personalité. Nossa carteira de produtos corporativos desenhada para empresas de grande porte é administrada pelo nosso banco de atacado.

Nossa rede de distribuição está dividida em canais físicos, que incluem agências, caixas eletrônicos e PABs (postos de atendimento bancário localizados em clientes corporativos) e canais digitais, tais como *Internet Banking*, *Mobile Banking* e centrais de atendimento.

As transações bancárias realizadas pela internet e por telefone celular cresceram significativamente nos últimos anos.

Agências

Nossa rede de agências funciona como uma rede de distribuição para todos os produtos e serviços que oferecemos aos nossos clientes.

Em 2013, inauguramos agências especialmente reformuladas para o atendimento em shopping centers, com uma nova identidade visual e proposta de serviços. Localizadas em diferentes cidades em São Paulo e no Rio de Janeiro, os espaços apresentam um novo conceito de serviço ao cliente, com um padrão visual diferenciado inspirado no desenho de uma loja de varejo. Com foco no relacionamento com o cliente como uma forma de fortalecer o contato com o nosso público, essas agências ficam abertas das 12h às 20h, com serviços exclusivos para os nossos clientes a partir das 17h. A primeira agência com esse conceito foi aberta em 2012, no Shopping Villa Lobos, na cidade de São Paulo e, atualmente, existem 25 agências no Brasil. Temos a intenção de estender esse conceito nos próximos anos.

De forma semelhante, implantamos também mudanças nos horários de atendimento de certas agências localizadas em centros comerciais, que abrem às 8h ou 9h e fecham às 18h ou 20h. Essa iniciativa foi projetada para adaptar nossos serviços à rotina dos nossos clientes. Nosso objetivo é estender esse modelo para outros shoppings e centros comerciais no Brasil nos próximos anos.

Postos de atendimento bancário

O leque de serviços oferecidos nos PABs pode ser o mesmo de uma agência de serviços completos ou mais limitado, de acordo com o tamanho do cliente corporativo e suas necessidades. Os PABs constituem uma alternativa de baixo custo à abertura de agências com serviços completos. Além disso, acreditamos que eles nos proporcionam uma oportunidade de conquistar novos clientes de varejo, enquanto atendemos os clientes corporativos e seu pessoal.

Caixas eletrônicos

Os caixas eletrônicos constituem uma alternativa de baixo custo para os serviços executados por funcionários e proporcionam a oferta de pontos de atendimento a custos significativamente inferiores aos das agências. Nossos clientes podem realizar praticamente todas as transações relacionadas com contas bancárias por meio dos caixas eletrônicos.

Também temos contratos com outros operadores de rede, como as marcas Cirrus e Maestro, que permitem que os nossos clientes façam uso de serviços limitados por intermédio de suas redes.

Desde 2012, disponibilizamos serviços diferenciados para certos clientes cadastrados. Além dos serviços disponíveis aos nossos clientes em geral, determinados clientes cadastrados podem fazer saques e consultar saldos e extratos da conta-corrente por meio de biometria. A biometria permite que esses clientes cadastrados realizem operações bancárias pela identificação da impressão digital, sem a necessidade de digitar senha, trazendo mais segurança e comodidade. Para utilizar a biometria, basta realizar o cadastro em qualquer agência Itaú Unibanco.

Canais digitais (internet e Mobile Banking)

O canal *Internet Banking* tornou-se, nos últimos anos, uma importante ferramenta devido ao contínuo crescimento na demanda de transações online. Nosso *Internet Banking* funciona desde 1998, oferecendo conveniência por meio de serviços e produtos para nossos clientes pessoa física e jurídica, tais como transferências, pagamentos, crédito, investimentos e seguro, entre outros. Como resultado, nossas transações por meio desse canal representaram 60% do total de transações de clientes.

Uma das nossas inovações tecnológicas recentes mais importantes foram os aplicativos para o *Mobile Banking*, que permitem que os clientes acessem suas contas e façam transações bancárias por meio de *smartphones* ou *tablets* criados com foco na inovação, eficácia das transações e experiência de alto nível para o cliente.

Em 2014, redesenhamos todos os aplicativos para celular para nossos clientes no Brasil: App Itaú (com versão para *tablet*), App Itaú Empresas e App Itaúcard. Lançamos ainda o App Itaú *tokpag*, aplicativo que faz transferências de dinheiro usando o número do celular com rapidez e segurança. Com foco na inovação, o aplicativo também permite que os usuários façam transferências para outros bancos e interajam por mensagem, trazendo comodidade para as transações. Para nossas operações na América Latina, lançamos o App Itaú Mobile para clientes pessoa física no Chile, totalmente alinhado com nossos aplicativos.

A tabela a seguir mostra nossa rede de agências, PABs e caixas eletrônicos, detalhada por tipo de serviços oferecidos e distribuição geográfica, em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

NO BRASIL E EXTERIOR	AGÊNCIAS			PABs			CAIXAS ELETRÔNICOS		
	2014 ⁽¹⁾	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Itaú Unibanco	3.640	3.627	3.615	849	860	873	26.721	26.756	26.909
Itaú Personalitê	318	277	240	3	3	3	588	557	500
Itaú BBA	9	9	9	-	-	-	-	-	-
Total no Brasil	3.967	3.913	3.864	852	863	876	27.309	27.313	27.409
Argentina	72	73	75	17	18	20	186	189	194
Chile	99	98	91	-	-	-	70	72	70
Uruguai	23	25	59	1	1	1	54	43	41
Paraguai	30	28	27	4	3	9	297	283	246
Outros	5	5	5	-	-	-	-	-	-
Total	4.196	4.142	4.121	874	885	906	27.916	27.900	27.960

POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE NOSSA REDE DE DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL	AGÊNCIAS			PABs			CAIXAS ELETRÔNICOS		
	2014 ⁽¹⁾⁽²⁾	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Sul	653	648	637	118	119	120	3.870	3.815	3.790
Sudeste	2.606	2.557	2.534	605	611	607	18.912	18.975	19.132
Centro Oeste	297	295	294	42	45	63	1.716	1.707	1.741
Nordeste	314	316	304	50	50	49	2.159	2.173	2.113
Norte	97	97	95	37	38	37	652	643	633
Total no Brasil	3.967	3.913	3.864	852	863	876	27.309	27.313	27.409

(1) Em 31 de dezembro de 2014, total de agências incluem agências digitais e filiais de negócios, que são considerados pontos de serviço pela Resolução CMN nº 4.072/2012.

(2) 72,8% das nossas agências estão localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais no Sudeste do Brasil, Paraná no Sul do Brasil, e Goiás no Centro-Oeste do Brasil.

Nosso negócio

Visão geral

Oferecemos uma ampla gama de serviços bancários para uma base diversificada de clientes composta por pessoas físicas e jurídicas. Oferecemos tais serviços em uma base integrada por meio dos seguintes segmentos operacionais: **GRI 64-4**

O segmento **Banco comercial – Varejo** oferece serviços a uma diversificada base de pessoas físicas e empresas com receita anual de até R\$ 30 milhões. Tais serviços abrangem seguro, previdência e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de crédito. Os serviços são personalizados e desenvolvidos para satisfazer as necessidades dos clientes por meio de unidades especializadas. As nossas estratégias de marketing são adaptadas ao perfil de cada cliente e implementadas por meio dos canais de distribuição mais adequados. Nossa meta é aumentar o número de produtos usados por nossos clientes, diversificando assim as fontes de receita. O segmento de negócios é uma importante fonte de captação para nossas operações e gera significativas receitas financeiras e de prestação de serviços.

Pelo segmento de **Crédito ao Consumidor – Varejo**, desenvolvemos uma estratégia de expansão da oferta de produtos e serviços financeiros para além de nossos clientes correntistas. Dessa forma, este segmento supervisiona o financiamento de veículos fora de nossa rede de agências, a oferta de cartões de crédito a pessoas físicas não correntistas e operações de Itaú BMG Consignado.

O **Banco de Atacado** é responsável por nossas atividades de banco de grandes empresas e de investimentos, incluindo serviços bancários para médias empresas. Nosso modelo de administração do banco de atacado tem por base a formação de estreitos relacionamentos com os clientes, por meio do conhecimento profundo de suas necessidades e da oferta de soluções personalizadas. As atividades referentes às grandes empresas incluem a prestação de serviços bancários e de banco de investimento, que abrangem a oferta de recursos de financiamento a esse segmento por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável.

O segmento de **Atividades com o Mercado e Corporação** gerencia o resultado financeiro associado a nosso excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de instrumentos financeiros via posições proprietárias, da gestão de *gaps* de juros de taxas de moedas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e doméstico, e da marcação ao mercado (*mark-to-market*) de instrumentos financeiros. Este segmento também inclui nossa participação na Porto Seguro.

Além disso, contamos com um amplo leque de operações no exterior e construímos nossa presença internacional com base em unidades estrategicamente localizadas nas Américas, na Europa e na Ásia. Dessa forma, são geradas sinergias significativas em financiamento ao comércio exterior, colocação de *Eurobonds*, e na oferta de transações financeiras mais sofisticadas e operações de *private banking*. Essas operações estão presentes nos segmentos de Banco Comercial – varejo e banco de atacado.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho Financeiro, Resultados, e a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 34, Informações sobre Segmentos, para mais informações sobre nossos segmentos.

Visão geral dos produtos e serviços

Temos uma ampla e diversificada carteira de produtos, como crédito e investimentos, e serviços para atender às necessidades de nossos clientes. Nosso segmento de banco comercial está dividido de acordo com o perfil do cliente. Essa estratégia nos aproxima de nossos clientes, compreendendo suas necessidades e oferecendo os produtos mais adequados para atender suas exigências.

"Aprofundamos nossas atividades para oferecer o produto certo, para o cliente certo, no canal certo. Em 2014, implantamos e expandimos nossos canais de distribuição com as agências digitais do Personnalité e do Uniclass, uma nova maneira de atender as necessidades de nossos clientes, com foco em conveniência e mobilidade."

Marco Bonomi

Vice-Presidente do Itaú Unibanco –
Banco de Varejo em 2014 e Diretor Geral – Varejo a partir de 2015

Banco Itaú de Varejo (pessoa física)

Nosso principal negócio é o banco de varejo e é por meio das operações desse segmento que oferecemos uma estrutura de serviço exclusiva para clientes em todo o Brasil. Nossa estrutura de atendimento busca oferecer as melhores soluções para cada perfil de cliente. Classificamos nossos clientes de varejo como pessoas físicas com renda mensal de até R\$ 10.000,00

Nossos serviços Itaú Uniclass estão disponíveis em todas as agências para clientes que ganham mais de R\$ 4.000,00 ou R\$ 5.000,00 por mês, dependendo da região, uma inovação no setor bancário brasileiro. Oferecemos serviços exclusivos para clientes Itaú Uniclass, como consultoria de investimentos, caixas exclusivas, atendimento telefônico especial e limites de crédito mais altos, além de uma grande equipe com gerentes de relacionamento exclusivos.

Nossa rede de banco de varejo se concentra na construção de relacionamentos duradouros e transparentes com nossos clientes.

Itaú Personnalité (serviços bancários para pessoas físicas de alta renda)

O Itaú Unibanco começou a fornecer serviços personalizados a pessoas físicas de alta renda em 1996, com a criação do Itaú Personnalité, que atende, atualmente, pessoas físicas com rendimento acima de R\$ 10.000,00 por mês ou que tenham investimentos acima de R\$ 100.000,00.

O foco do Itaú Personnalité é fornecer (i) serviços de assessoria financeira por gerentes que entendem as necessidades específicas de nossos clientes de alta renda; (ii) uma ampla oferta de produtos e serviços exclusivos; e (iii) benefícios especiais com base no tipo e tempo de relacionamento com o cliente, inclusive a concessão de descontos para diversos produtos e serviços. O Itaú Personnalité atende seus clientes por meio de uma rede dedicada, formada por 289 agências nas principais cidades brasileiras. Os clientes do Itaú Personnalité também têm acesso à rede de agências e caixas eletrônicos do Itaú Unibanco em todo o País, bem como aos serviços bancários por internet e telefone.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Banco de Varejo (inclui Itaú Personnalité)	Em dezembro de 2014, alcançamos 13,1% de participação do mercado em termos de saldo total de empréstimos em reais ao público, nossos principais concorrentes são e ocupamos a terceira posição entre os bancos de varejo no Brasil.	O Itaú Unibanco Holding possui uma posição de liderança em muitos setores do mercado financeiro brasileiro. Com base nos dados do Banco Central e em informações disponíveis a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A. e o Banco Santander Brasil S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Bacen.

Itaú Empresas (micro e pequenas empresas)

Para atender as necessidades de nossos clientes corporativos, oferecemos uma estrutura dedicada, soluções personalizadas e consultoria detalhada sobre todos os produtos e serviços para:

- **Microempresas:** base de clientes com receita anual de até R\$ 1,2 milhão, atendidos por 4.371 agências bancárias com 2.805 gerentes em 31 de dezembro de 2014; e
- **Pequenas empresas:** base de clientes com receita anual de R\$ 1,2 milhão a R\$ 30 milhões, atendidas por 359 escritórios com 2.008 gerentes em 31 de dezembro de 2014.

Todos os nossos gerentes são certificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e, ao longo do ano, recebem treinamento para oferecer as melhores soluções a cada perfil de cliente. Nossos clientes contam com nossa capacidade de oferecer produtos, prazos e taxas ajustados a suas necessidades.

Nossa estratégia é aproveitar as oportunidades do mercado, suprimindo as necessidades dessas empresas e seus sócios, particularmente em relação à gestão de fluxos de caixa, linhas de crédito, necessidades de investimentos e serviços.

Como em 2013, melhorar nossa carteira de crédito e reduzir o volume de inadimplentes permaneceram como nossas metas em 2014: processos, políticas e ferramentas de crédito foram aprimoradas e intensificamos as ações de cobrança. Neste segmento, nosso foco está alinhado com essa estratégia e alcançamos melhorias significativas na qualidade da nossa carteira de empréstimos.

Com foco no atendimento às necessidades dos clientes, desenvolvemos o produto Conta Certa, um plano de conta com pacotes de serviços personalizáveis, e ampliamos nossas ofertas em canais eletrônicos, possibilitando que o próprio cliente financie e adquira uma ampla gama de serviços sem a necessidade de se deslocar até nossas agências.

Com relação a meios de pagamentos por cartões e domiciliações, tivemos um aumento no número de credenciados, no volume das transações com cartão e faturamento, em comparação aos anos anteriores. Lançamos uma série de novos produtos, em 2014, como o Flex, que permite aos clientes comerciantes antecipar a receita de vendas feitas com cartão de crédito e o plano Combo, um pacote de serviços que oferece taxas reduzidas para Conta Certa e para o aluguel do equipamento da REDE. Além disso, aprimoramos nosso *pricing* integrado a empréstimos, serviços de cash e serviços de adquirentes.

Melhorar e simplificar nossos processos operacionais e comerciais também fizeram parte de nossa agenda, trabalhando para reduzir o tempo em processos como o de abertura de conta-corrente, e organizando as áreas operacionais e comerciais para trabalharem de modo padronizado, seguindo o conceito de franquias.

Setor Público

Com produtos e serviços customizados para o setor público, operamos com todas as esferas (federal, estadual e municipal) do governo, atendendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para atender esses clientes, utilizamos plataformas separadas das agências de Banco de Varejo, com equipes de gerentes especialmente capacitados para oferecer soluções personalizadas para a arrecadação de impostos, serviços de câmbio, administração de ativos públicos, pagamentos a fornecedores, folha de pagamento de servidores civis e militares, e aposentadoria. Com base nessas plataformas, temos uma quantidade significativa de negócios com clientes do setor público, sobretudo nos Estados brasileiros no quais, antes, adquirimos instituições financeiras estatais.

Em dezembro de 2014, contávamos com 2.707 clientes do setor público e 15 escritórios no Brasil.

"Exercemos papel de liderança em nossos negócios de gestão de ativos, oferecendo uma ampla oferta de soluções e serviços nesses negócios, que nos possibilita atender aos nossos clientes de maneira completa e de forma eficiente."

Alfredo Setubal

Membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente do Itaú Unibanco Holding – Wealth Management & Services em 2014

Itaú Private Bank

Com sede em São Paulo, o Itaú Private Bank é líder no segmento de gestão de patrimônio na América Latina, com uma parcela de mercado de mais de 25%. Além de sete escritórios no Brasil, conta também com escritórios no Chile, Uruguai, Paraguai, Miami, Nova York, Suíça, Ilhas Cayman e Bahamas. Possui uma equipe exclusiva, com mais de 700 profissionais, que fornece soluções financeiras abrangentes para clientes da maior parte dos países na América Latina. Em 2014, reafirmamos nosso compromisso com o mercado chileno de ser o maior *private bank* do mercado da América Latina, ampliando nosso acordo de associação assinado, em 2011, com Munita, Cruzat & Claro (MCC), obtendo 100% de participação na empresa.

Nossos clientes têm acesso a uma carteira completa de produtos e serviços, desde a gestão de investimentos até o planejamento patrimonial, bem como a soluções bancárias e de crédito. Além de nossos produtos e serviços personalizados, oferecemos aos nossos clientes acesso a uma arquitetura aberta de investimentos fornecida por outros prestadores de serviços. Nossa equipe com mais de 120 *private bankers*, em 31 de dezembro de 2014, apoiados por uma equipe de consultores de investimento e especialistas em produtos, dedica-se a compreender e atender as necessidades de nossos clientes.

Em linha com a nossa missão de sermos a empresa líder em satisfação dos clientes e desempenho sustentável, decidimos concentrar nossas prioridades estratégicas, e pretendemos continuar a fazê-las durante o próximo ano, nas seguintes iniciativas:

- Ser o *private bank* líder em satisfação de clientes;
- Acrescentar valor para clientes e acionistas oferecendo assessoria proativa completa e de longo prazo;
- Continuar a investir em nossas plataformas internacionais para aperfeiçoar serviços e atendimento para o cliente brasileiro e expandir nossa operação na América Latina;
- Aumentar a eficiência operacional de nossa plataforma por intermédio de investimentos contínuos em tecnologia;
- Manter o foco na gestão de riscos e aspectos regulatórios.

Global Private Banking Awards 2014 – patrocinado pelas revistas *Professional Wealth Management* e *The Banker*, em outubro de 2014, o Itaú Private Bank foi reconhecido nas categorias *Best Private Bank for Innovation* e, pela terceira vez, *Best Private Bank in Brazil*.

24th Global Wealth Summit & Awards – em outubro de 2014, fomos eleitos pela quinta vez como *Outstanding Global Private Bank in Latin America*, em premiação promovida pela *Private Banker International*.

Private Banking Survey – Promovida pela revista *Euromoney*, fomos reconhecidos pela quinta vez na categoria *Best Private Banking Services Overall in Brazil* e também como *Best Private Banking Services Overall in Paraguay*.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Private Bank	Em dezembro de 2014, nossa participação de mercado era superior a 25%, em termos de ativos sob administração, nos posicionando como o maior Private Bank do Brasil.	De acordo com a ANBIMA, a indústria de Private Bank no Brasil era detentora de ativos no valor de R\$ 645,1 bilhões em dezembro de 2014, com a concorrência concentrada entre os bancos grandes e bem estabelecidos. Nossos principais concorrentes nos fundos de Private Bank são o BTG Pactual, Credit Suisse Hedging Griffo e Banco Bradesco S.A.

Source: Itaú Unibanco Holding and ANBIMA.

Itaú Gestão de Recursos de Terceiros

A Itaú Asset Management é especializada na gestão de recursos de clientes. É a maior gestora privada de recursos de terceiros do Brasil, e uma das líderes da América Latina, com mais de R\$ 360 bilhões em recursos sob gestão, segundo a ANBIMA. Conta com cerca de 360 profissionais presentes em oito países e mais de 50 anos de experiência de gestão de recursos.

Além disso, conta com uma das maiores equipes de pesquisa da América Latina, composta por profissionais concentrados em indústrias específicas e estratégias de investimento. O investimento constante em pesquisa de mercado permite-nos analisar oportunidades de investimento em detalhes, sob várias perspectivas. Por meio das estratégias norteadoras, oferecemos uma variedade de soluções e produtos personalizados, ajustados a particularidades de cada cliente, considerando objetivos de investimento e perfis de risco diferentes. Além disso, contamos com uma equipe de gestão de riscos dedicada, responsável por apoiar a operação.

Kinea, uma empresa de gestão de investimentos alternativos, geria R\$ 5,9 bilhões em ativos sob administração no final de 2014.

Top Gestão 2014 – O Itaú Asset Management foi reconhecido na categoria Maiores – alocação mista flexível, organizada pelo jornal *Valor Econômico* e pela *Standard & Poor's*, que avalia fundos de renda fixa, fundos de renda variável e multimercado e reconhece os melhores gestores de fundos no Brasil. A publicação também concedeu cinco estrelas para 13 fundos administrados pelo Itaú Asset Management, com base na lucratividade e regularidade dos resultados atingidos.

1000 Melhores Fundos de Investimento 2014 – pelo segundo ano consecutivo, o Itaú Asset Management foi nomeado o melhor gestor de fundos de investimento do Brasil pelo *Guia Exame Investimentos Pessoas*. Essa premiação é concedida pela revista *Exame* em parceria com o Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas (GVCEF-FGV), responsável pela pesquisa.

Fitch Ratings 2014 – Essa agência de classificação, responsável por avaliar a qualidade dos produtos financeiros ou ativos de companhias no mundo inteiro, considerou como Mais Alto Padrão o *Rating* de Gestores de Recursos em Escala Internacional do Itaú Asset Management.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Gestão de Recursos de Terceiros	Em dezembro de 2014, alcançamos 14,5% de participação do mercado em termos de ativos sob gestão, o segundo maior gestor de recursos de terceiros no Brasil.	De acordo com a ANBIMA, em dezembro de 2014 o setor de gestão de recursos de terceiros no Brasil alcançou R\$ 2.682 bilhões de ativos totais, com a concorrência concentrada em grandes e bem estabelecidos Bancos de Varejo. Nossos principais concorrentes são o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ANBIMA.

Soluções para mercado de capitais

Itaú Securities Services fornece: custódia local e serviços fiduciários, custódia internacional e soluções corporativas onde atua como agente de transferência entre a entidade de gestão de acionistas para empresas brasileiras e agentes emissores, debêntures, notas promissórias e certificado bancários. Trabalhamos também como avalista em operações de *project finance*, depósitos judiciais e contratos de empréstimo e financiamento.

Nosso foco é sermos um prestador de serviços completo para clientes institucionais, oferecendo soluções integradas e um canal exclusivo com profissionais especializados. Para sermos eficientes, temos como alicerce desses negócios a tecnologia.

Nossos principais clientes nesses negócios são fundos de previdência, seguradoras, gestores de ativos, investidores institucionais internacionais e emissores de ações e dívida, representando cerca de 2.611 clientes, em 21 países que atingiu R\$ 3,4 trilhões em ativos sob administração em 31 de dezembro de 2014, que inclui fundos de investimento, subscrição, fundos de pensão, agentes fiduciários e serviço de corretagem.

Global Custodian 2014 Awards for Excellence – Fomos nomeados, por esta publicação renomada no setor de soluções para mercado de capitais, como *Single Market Sub-Custody in the Americas: Emerging Markets*, no Brasil, que reflete a opinião dos clientes com relação à qualidade dos serviços fornecidos.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Custódia Local	Em dezembro de 2014, alcançamos 26,0% do mercado total de ativos sob custódia local e ocupamos a segunda posição entre os custodiantes locais.	De acordo com a ANBIMA, o total de ativos sob custódia local no Brasil atingiu R\$ 3.134 bilhões em dezembro de 2014. Nossos principais concorrentes são o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.
Custódia Internacional	Em dezembro de 2014, a nossa participação do mercado atingiu 14,3% em termos totais de ativos sob custódia internacional e ocupamos a segunda posição entre os custodiantes internacionais.	De acordo com a ANBIMA, o serviço de custódia internacional no Brasil totalizou R\$ 1.089 bilhões em ativos em dezembro de 2014. Nossos principais concorrentes são o Banco Citibank S.A., <i>JP Morgan's Securities</i> e o Banco Bradesco S.A.
Soluções para Corporações	Em dezembro de 2014, lideramos como agentes de transferência e de registro para 227 empresas listadas na BM&FBovespa, o que representa 62,5% das empresas listadas nessa bolsa de valores. Além disso, lideramos como agente de transferência em 478 ofertas de debêntures no mercado brasileiro, o que representa 51,5% do mercado.	Nossos principais concorrentes no mercado de ações são o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. Nosso principal concorrente em debêntures é o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding, ANBIMA e BM&FBovespa.

Carteira de outros serviços e produtos

“Em 2014, consolidamos a estrutura organizacional em Crédito ao Consumo, Financiamento Imobiliário, Veículos e Seguros definida em 2013, simplificando a gestão. Nos negócios, demos prioridade às atividades foco, que tenham escala, que efetivamente gerem valor e que estejam intrinsecamente relacionados aos negócios em que o banco atua.”

Marcio Schettini

Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Crédito ao Consumo, Imobiliário, Veículos e Seguros em 2014 e Diretor Geral – Tecnologia & Operações a partir de 2015

Seguros

Nosso negócio de seguros oferece uma ampla gama de produtos de seguro de vida e acidentes pessoais, automóvel e residência, prestamista e viagem. Nosso foco é na simplificação da carteira, no desenvolvimento de produtos mais completos e na distribuição adequada, por meio de nossos canais de venda: agências, internet, terminais de autosserviço, *telemarketing* e aplicativos móveis, além de associação com varejistas. Em 2014, intensificamos a venda de nossos produtos foco, explorando as sinergias entre os canais bancários (agências, caixas eletrônicos e terminais de caixa) e entre os produtos financeiros (cartão e crédito). Essa operação oferece uma margem mais alta e é menos volátil, gerando lucratividade sem implicar risco de crédito, aumentando a sua importância para a diversificação de nossa receita.

Focando em aumentar a lucratividade e atingir mais clientes de maneira assertiva, expandimos nossa oferta de produtos via canais digitais. Desenvolvemos a Loja Online de Seguros, cuja participação nas vendas é crescente, por ser acessível a clientes e não clientes; a Loja Online permitiu expandir nossa comunicação e melhorar o conhecimento sobre os nossos produtos. Além dos seguros viagem e acidentes pessoais, oferecemos seguros de veículos e patrimoniais, para pessoa física, pequenas e médias empresas. Os seguros comercializados pela internet, em 2014, apresentaram um aumento de 123,3% em itens vendidos, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Trabalhamos para oferecer processos cada vez mais eficientes e serviços de alta qualidade para os nossos clientes. Isso resultou no aumento de nossas vendas em 31,1%, em comparação a 2013.

Nossa estratégia para aumentar a penetração no mercado brasileiro de seguros varia conforme os setores em que escolhemos competir. Para os mercados de Pessoa Física e de pequenas e médias empresas, o foco é a base de clientes do banco e de cartonistas. Também, para pequenas e médias empresas, trabalhamos para aprimorar a penetração dos seguros patrimoniais. Além disso, inovação tem sido um fator muito importante para o aumento da nossa carteira corporativa. Para esses clientes oferecemos um serviço especializado de assessoria e soluções personalizadas. Nosso foco é desenvolver parcerias de longo prazo e manter estreitas relações com os departamentos de Recursos Humanos de nossos clientes.

Em outubro de 2014, concluímos a venda de nossa operação de seguros de grandes riscos e a migração da BMG Seguradora, adquirida em junho de 2013. Consulte a seção Nosso Perfil, Destaques de 2014 para mais informações.

O lançamento do Proteja, site educativo sobre seguros, reforçou a posição de nossa marca e promoveu a compreensão da importância de produtos de seguros. Consulte www.itaubank.com.br/proteja para mais informações sobre o site.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Seguro	Considerando nossa participação de 30% na Porto Seguro S.A., atingimos 12,0% de participação do mercado brasileiro em termos de prêmios ganhos, excluindo VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), de janeiro a dezembro de 2014, posicionando-nos em segundo lugar neste segmento. Considerando apenas nossas atividades foco de seguros, atingimos 14,2% de participação do mercado no mesmo período.	O mercado brasileiro de seguros é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes neste setor, excluindo companhias de seguro-saúde, são afiliados a grandes bancos comerciais, como Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. Embora exista uma grande concentração de bancos brasileiros, esse mercado ainda se encontra disperso, especialmente com participantes atuando em nichos específicos. Em dezembro de 2014, o setor apresentava aproximadamente 158 seguradoras de vários portes, incluindo 41 conglomerados e 49 companhias independentes. Acreditamos que nossa aliança com a Porto Seguro S.A. tenha resultado em ganho de escala e eficiência.

Fonte: SUSEP. As atividades foco de seguros consideram: seguros de pessoas (vida, acidentes pessoais, prestamista, educacional, viagem, desemprego, auxílio funeral, doenças graves e eventos aleatórios), habitacional, riscos diversos, crédito interno e doméstico Pessoa Física.

Planos de Previdência Privada

Oferecemos planos de previdência privada aos nossos clientes como opção de planejamento financeiro e sucessório e para fins de imposto de renda (esses produtos têm imposto diferido). Proporcionamos a nossos clientes soluções para assegurar a manutenção de sua qualidade de vida, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos de longo prazo

As captações com os planos de previdência privada totalizaram R\$ 17,5 bilhões de janeiro a dezembro de 2014. As receitas de prestação de serviços atingiram R\$ 1,16 bilhão, e as provisões técnicas aumentaram 16,8% no mesmo período, totalizando R\$ 103,7 em 31 de dezembro de 2014.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Previdência	Em dezembro de 2014, nosso saldo de provisões representava 24,4% da participação do mercado brasileiro de previdência, posicionando-nos em terceiro lugar neste segmento.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de previdência privada são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A., que, como nós, utilizam sua rede de agências para acessar o mercado de varejo.

Fonte: SUSEP (Saldo de provisões – planos de previdência para pessoas físicas e jurídicas).

Títulos de capitalização

Títulos de capitalização são produtos de depósito fixo em que o cliente paga, de uma única vez ou mensalmente, uma quantia que lhe será devolvida, acrescida dos juros auferidos, ao término de um prazo previamente designado. O cliente pode retirar o saldo depositado antes do término do contrato mediante o desconto das taxas referentes à retirada prematura. Ao adquirir títulos de capitalização, o cliente participa automaticamente de sorteios periódicos, concorrendo a significativos prêmios em dinheiro. Em 2014, distribuímos mais de R\$ 64,9 milhões em prêmios para mais de 3,1 mil clientes.

Atualmente, nossos produtos de capitalização são distribuídos por meio de nossa rede de agências, canais eletrônicos e terminais de caixa, e estamos desenvolvendo novas tecnologias para diversificar ainda mais os canais. Como consequência do nosso foco na distribuição, o número de produtos vendidos por meio de nossos canais prioritários aumentou 71,6% em 2014, em comparação a 2013.

Seguindo os princípios corporativos de responsabilidade, em agosto de 2014, estabelecemos uma parceria com o Instituto Ayrton Senna, organização sem fins lucrativos que se concentra em promover a qualidade da educação pública no Brasil. Parte da receita da compra do PIC, o título de capitalização do nosso banco, é direcionada aos projetos educacionais do Instituto Ayrton Senna.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Capitalização	No período de janeiro a dezembro de 2014, nossa participação no mercado brasileiro foi de 11,1%, em termos de receita de vendas dos produtos de capitalização, posicionando-nos em terceiro lugar neste segmento.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de capitalização são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S. A, que, como nós, utilizam sua rede de agências para acessar o mercado de varejo. Nossa lucratividade (calculada por lucro líquido em relação às receitas de vendas) é a maior entre nossos principais concorrentes.

Fonte: SUSEP.

Empréstimos Consignados

O empréstimo consignado consiste em um empréstimo com parcelas fixas descontadas diretamente da folha de pagamento do devedor para a conta do banco sem registrar na conta do devedor. Nossa estratégia para esse segmento é expandir nossas atividades em negócios com taxas de *spread* e de perdas historicamente mais baixas, alcançando uma posição de liderança no segmento de oferta, distribuição e venda de empréstimos consignados no Brasil.

Para expandir esse negócio e complementar nossa estratégia, em 9 de julho de 2012 celebramos um acordo de associação com o Banco BMG S.A. para oferecer, distribuir e comercializar empréstimos consignados originados por essa instituição financeira. O Itaú BMG Consignado, a entidade usada para fins desse empreendimento comum, iniciou suas operações em dezembro de 2012 e está presente em todo o território brasileiro. O propósito dessa associação é a diversificação de nossa carteira de empréstimos, complementando nossa estratégia de empréstimos consignados e melhorando o perfil de risco de nossa carteira de empréstimos para pessoas físicas. O Itaú BMG Consignado também possibilita a expansão de nosso negócio no setor de empréstimos consignados, em linha com nossos valores e princípios de transparência, seguindo as melhores práticas e políticas de gestão.

Nossa estratégia de buscar um maior crescimento no setor de beneficiários do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), combinada com determinadas políticas de crédito que adotamos, possibilitou a evolução de nossa carteira seguida pela redução dos níveis de inadimplência.

A evolução do negócio resultou em maior participação dos empréstimos consignados na carteira de empréstimos pessoais, de 13,5% em dezembro de 2013 para 21,8% em dezembro de 2014.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Empréstimos Consignados	Em dezembro de 2014, alcançamos 16,1% de participação do mercado em termos de empréstimos consignados e ocupamos a terceira posição entre os bancos no Brasil.	Nossos principais concorrentes neste setor são Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A. e Banco Santander Brasil S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Financiamento e Crédito Imobiliário

Nossos compromissos na área de crédito imobiliário são:

- Estarmos alinhados à nossa estratégia de investir em empresas com riscos mais baixos;
- Contribuir para o desenvolvimento social e financeiro de nossos clientes; e
- Criar lealdade – os relacionamentos estabelecidos nesse setor são geralmente de longo prazo.

Acreditamos sermos os líderes no segmento de financiamento imobiliário para pessoas físicas, entre os bancos privados brasileiros, no período de 2008 a 2014, o que reflete nosso foco no negócio alinhado à nossa estratégia de migrar para carteiras de menos riscos.

Oferecemos produtos por meio de nossa rede de agências, incorporadoras, imobiliárias, incluindo nossa parceria com a Coelho da Fonseca Empreendimentos Imobiliários Ltda. e nossa associação com a LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A. (Lopes), chamada Credipronto. Esses dois acordos de longo prazo fornecem para nós, com exclusividade, a originação de financiamento imobiliário em muitas regiões do Brasil.

Durante 2014, incorporamos novos produtos à nossa carteira com o objetivo de trazer valor ao nosso negócio imobiliário:

- Empréstimo com Garantia de Imóvel: permite ao tomador de crédito usar uma propriedade como garantia para empréstimo pessoal, com taxas de juros mais baixas do que aquelas das linhas tradicionais de crédito. Nesse caso, é imprescindível o cliente quitar o financiamento, para usar a propriedade como garantia para outros empréstimos.
- Seguro para Prestações Imobiliárias (Prestamista): garante aos mutuários o pagamento de até quatro prestações, no caso de desemprego involuntário ou incapacidade, mesmo que temporária, para exercer as próprias atividades e dá assistência em caso de recolocação profissional.

Como consequência das novas iniciativas, o número de financiamentos que concedemos diretamente para pessoas físicas, em 2014, foi de 32,2 mil, um valor de R\$ 9,5 bilhões no período. No plano empresário, foram realizadas contratações que geraram 28 mil novas unidades, somando um valor de R\$ 5,4 bilhões ao longo de 2014.

Desde 2007, as transações de financiamento de crédito imobiliário no mercado brasileiro vêm sendo realizadas principalmente por meio de financiamentos imobiliários únicos, não permitindo que o mutuário utilize seu ativo como garantia enquanto este não estiver completamente quitado, e de um sistema de alienação fiduciária, pela qual o comprador torna-se o proprietário do bem após todos os pagamentos terem sido realizados, tornando mais fácil para o banco (financiador) recuperar o bem no caso de inadimplência do mutuário.

Esse sistema resultou em menores riscos jurídicos e de crédito, em comparação a outros tipos de garantia.

Outra característica positiva do mercado brasileiro é o Sistema de Amortização Constante (SAC), segundo o qual parcelas decrescentes trazem uma amortização mais rápida do contrato, reduzindo nosso indicador LTV (relação entre o valor do empréstimo e o valor do imóvel) a uma taxa mais rápida, quando comparada a outros sistemas de amortização.

Em 31 de dezembro de 2014, 98,8% de nossos empréstimos a pessoas físicas foram realizados com garantia por alienação fiduciária. Em 2014, o total de nossa originação de crédito foi baseado no Sistema de Amortização Constante (SAC) e o nosso índice LTV atingiu 42% em comparação a 40%, em 2013.

Euromoney's Real Estate Awards 2014 – Em setembro de 2014, fomos classificados em primeiro lugar, na categoria bancos, nas subcategorias *Overall e Equity Finance*, ambas na América Latina e no Brasil, e também na subcategoria *Loan Finance*, no Brasil. A 10ª edição da análise premia as melhores empresas que operam no mercado imobiliário global, de acordo com a opinião de consultores imobiliários, incorporadoras, gerentes de investimento, usuários finais corporativos e bancos.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios aqui listados:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Financiamento e Crédito Imobiliário	No período de janeiro a dezembro de 2014 lideramos o mercado de novos empréstimos para pessoas físicas, entre os bancos privados brasileiros, atingindo 33,8% de participação do mercado. Considerando todos os bancos brasileiros, ocupamos a segunda posição , alcançando 11,6% de participação do mercado.	O principal participante no mercado imobiliário brasileiro é a Caixa Econômica Federal (CEF), banco de propriedade do governo brasileiro. A CEF dedica-se ao financiamento de imóveis e detém a liderança no mercado. Outros concorrentes são o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

Microcrédito

Nossa unidade de microcrédito oferece para empreendedores de baixa renda, que não são atendidos pelo sistema financeiro tradicional, a oportunidade de expandir o próprio negócio. Os agentes de microcrédito do Itaú buscam clientes, oferecendo crédito (junto a um microsseguro grátis de proteção ao crédito), máquinas para ponto de venda e disseminando conceitos de educação financeira relacionados ao uso responsável do dinheiro.

Os microempreendedores começam a desenvolver um relacionamento formal com o mercado financeiro, o que é um dos principais benefícios dessa iniciativa. Nossas atividades de microcrédito são divididas em dois níveis:

- Crédito de primeiro piso: inclui crédito para capital de giro ou para reformas e compra de imobilizado, concedido a empreendedores formais e informais proprietários de micronegócios. Qualquer concessão de crédito exige a presença de um agente de microcrédito treinado; e
- Crédito de segundo piso: crédito para microempreendedores por intermédio de organizações da sociedade civil de interesse público registradas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo

Orientado. Nosso compromisso é o de promover as melhores práticas em microfinanças e trocar experiências com organizações parceiras.

Nosso investimento em microcrédito consolida nossa estratégia de atuar como agentes transformadores da sociedade. O microcrédito reforça a nossa visão de sustentabilidade e aumenta a nossa capacidade de transmitir conhecimentos em educação financeira. O objetivo final é criar um círculo virtuoso no qual o banco estimula o desenvolvimento econômico e social da população brasileira de baixa renda.

Cartões de Crédito e Acordos Comerciais

Por meio de operações próprias e parcerias com grandes varejistas, operadoras de telefonia, montadoras e companhias aéreas estabelecidas no Brasil, oferecemos uma ampla gama de cartões de crédito e de débito a mais de 62,5 milhões de correntistas e não correntistas (em número de contas em dezembro de 2014).

Nossas principais metas no segmento de cartões de crédito são: promover o crescimento de nossa carteira, melhorar sua rentabilidade, gerenciar a qualidade de nossos ativos e buscar a satisfação total de nossos clientes. Para tanto, a nossa divisão de cartões de crédito dedica-se ao desenvolvimento de novos produtos, à avaliação de nossas parcerias, ao controle da qualidade de crédito de nossa carteira e a uma gestão de custos mais eficaz.

Em 2014, concluímos a migração da carteira da Credicard adquirida em maio de 2013, com a aquisição do Banco Credicard S.A. e Citifinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda.

Em agosto de 2014, lançamos o Acelerador de Pontos em nosso programa de recompensas chamado Sempre Presente. Com ele, o cliente pode dobrar os pontos da fatura ao pagar uma porcentagem das despesas mensais, antecipando o resgate de prêmios e viagens.

Em setembro de 2014, lançamos o TudoAzul Itaucard, cartão *co-branded*, em parceria com a Azul Linhas Aéreas, uma das maiores companhias aéreas do Brasil. Essa operação está alinhada com nosso objetivo de oferecer uma carteira diversificada, fornecendo o produto mais adequado para nossos clientes.

Desde seu lançamento, em agosto de 2012, o Itaucard 2.0 emitiu 5,3 milhões de cartões. Esse cartão de crédito é o único no Brasil em harmonia com o modelo padrão internacional de juros, que cobra taxas rotativas de juros a partir da data da compra, ao invés da data de vencimento da fatura, o que permite taxas de juros mais baixas.

Nossa bandeira de cartão Hiper, atualmente emitida pelo Banco Itaucard S.A., foi lançada em outubro de 2013, inicialmente com funções de cartão de crédito e, a partir de setembro de 2014, também com as funções de cartão de débito. Os cartões com a bandeira Hiper contam com o benefício da conversão de 120% da anuidade do cartão em bônus para celulares (atualmente disponível para três das quatro maiores operadoras brasileiras de telefonia) e podem ser emitidos tanto na modalidade Itaucard 2.0 quanto com as características de outros cartões de crédito Itaucard.

Prêmio Época Reclame Aqui – Fomos eleitos pela revista *Época* e pelo Reclame Aqui como a companhia do ano na categoria Bancos e Serviços Financeiros – Cartões. Este prêmio é considerado o principal reconhecimento do setor, e é baseado em avaliações diretas dos consumidores.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Cartões de Crédito	Ocupamos a liderança no mercado brasileiro de cartões de crédito, em termos de volume de transações, atingindo 38,2% de participação no mercado no período de janeiro a dezembro de 2014.	O mercado brasileiro de cartões de crédito é altamente competitivo, registrando crescimento anual composto superior a 16,8% nos últimos quatro anos, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços em 31 de dezembro de 2014. Nossos principais concorrentes neste setor são Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços.

Adquirência

REDE (antiga Redecard) é uma das duas maiores empresas adquirentes multimarcas de transações com cartões de crédito, débito e de benefícios no Brasil. As atividades da REDE são adquirência, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito e débito; antecipação de recebíveis para estabelecimentos comerciais (resultantes de vendas feitas com cartões de crédito); aluguel de terminais para pontos de venda, ou PDV; consulta de cheques por meio desses terminais e captura e transmissão de transações realizadas com *vouchers* e programas de fidelização.

Nossa meta é ser o principal parceiro de vendedores de bens e serviços que buscam ampliar o potencial de seus negócios concentrando-se em investimento de TI, infraestrutura e modernização de pontos de venda. Para esses parceiros, a REDE oferece uma série de produtos que acompanham as últimas tendências do mercado. Dentre esses produtos, destacamos o Mobile REDE, que captura transações por meio de dispositivo acoplado ao *smartphone* ou *tablet*. Permite a leitura do cartão e a inserção de dados da compra para assinatura do cliente, reforçando nossa posição em novas soluções de pagamento para autônomos e microempresários. Com o e-REDE, intensificamos e aprimoramos a qualidade de nossa plataforma para pagamentos eletrônicos, oferecendo não só o serviço de adquirência, mas também um portal antifraude. Oferecemos uma plataforma única, com uma completa, rápida e eficiente solução para pagamentos online usando um robusto sistema antifraude.

Tivemos um crescimento significativo no segmento de comércio eletrônico do nosso negócio de adquirência. Em setembro de 2014, adquirimos a maxiPago!, empresa brasileira de meios eletrônicos de pagamento concentrada no comércio eletrônico com o propósito de aumentar a segurança e a conveniência para nossos clientes, assim como manter forte nossa plataforma digital.

Em 2014, o segmento de adquirência do Itaú Unibanco capturou R\$ 358 bilhões em transações realizadas com cartões de crédito e débito, um aumento de 10,9%, em comparação a 2013. O volume de transações capturadas e processadas atingiu 3,9 bilhões, o que representa um aumento de 4,7%, em relação a 2013. Em dezembro de 2014, contávamos com 1,8 milhão de terminais eletrônicos instalados em todo o Brasil, o que representou um aumento de 17,1% em relação a 2013. Em 31 de dezembro de 2014, a REDE estava presente em quase todos os municípios brasileiros que contam com energia elétrica e rede de telecomunicações. De forma geral, consideramos cada PDV como um cliente.

O quadro a seguir apresenta o volume financeiro de transações e o montante de transações com cartões de crédito e de débito processadas por nós, em 2014, 2013 e 2012:

	(em bilhões de R\$)			(em bilhões)		
	VOLUME FINANCEIRO			TRANSAÇÕES		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Cartões de Crédito	232	209	183	1,9	1,8	1,7
Cartões de Débito	126	114	94	2,0	1,8	1,6
Total	358	323	278	3,9	3,7	3,3

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Adquirência	No período de janeiro a dezembro de 2014, alcançamos 37,1% de participação do mercado, em termos do volume total de transações (crédito e débito) geradas pelos serviços de Adquirência, nos posicionando em segundo lugar nesse segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor são Cielo S.A., GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (GetNet) e Banco Bankpar S.A. (American Express).

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços.

Financiamento de veículos

Em 31 de dezembro de 2014, nossa carteira de financiamento de veículos para pessoa física de R\$ 28.927 milhões e para pessoas jurídicas R\$ 5.573 milhões, totalizando R\$ 34.500 milhões, com uma média de LTV (a relação entre o valor de um empréstimo e o valor do bem adquirido) de 73,7% em 2014, seguindo uma tendência de queda durante o ano. Desde 2012, viemos reduzindo nossa exposição ao risco nesse setor e nos concentramos em clientes com melhores perfis de risco, o que permitiu uma melhora na qualidade de crédito da carteira de financiamento de veículos.

De janeiro a dezembro de 2014, o prazo de financiamento de veículos foi de 39 meses e metade das transações foram realizadas com o prazo de até 36 meses.

Além de agências bancárias, concessionárias, vendedores de carros e parceiros, também nos concentramos em canais eficientes de vendas que oferecem serviço completo para nossos clientes. Tivemos, em média, 13 milhões de acessos por mês no iCarros, site de anúncios classificados que facilita a compra e a venda de veículos novos e usados. Com foco em soluções inovadoras, o site também está disponível em aplicativos para celular e oferece ferramentas para comparar veículos novos e um serviço pioneiro para receber propostas de financiamento de nossos parceiros. Além disso, o iCarros oferece cartões de crédito, seguros e consórcios.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Veículos	Em dezembro de 2014, alcançamos 15,4% de participação do mercado, em termos de empréstimos para pessoa física entre os bancos, ocupando a terceira posição no Brasil neste segmento.	Nossos principais bancos concorrentes nesse segmento são Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A.

Fonte: Banco Central e relatórios trimestrais.

Consórcios

Consórcio é um sistema de autofinanciamento criado no Brasil com o intuito de estimular a poupança para a compra de veículos e de outros ativos, como imóveis. De acordo com os contratos de consórcio, os participantes são reunidos em grupos de acordo com o ativo específico que decidem adquirir (por exemplo, veículo de uma determinada montadora ou de um modelo em particular), que será pago em prestações. Os pagamentos feitos pelos participantes de um dado consórcio são usados para criar uma “reserva” de fundos, que são utilizados por um ou mais membros do consórcio de cada vez para adquirir os ativos escolhidos pelos participantes e esses membros continuarão a fazer os pagamentos conforme programado. Em geral, os participantes podem receber o ativo (i) durante o prazo do contrato do consórcio, antes de todas as parcelas serem pagas, caso o participante pague, além da prestação regularmente programada e devida, um montante maior do que qualquer outro valor oferecido por outros membros do consórcio nesse período; ou (ii) durante o prazo do contrato do consórcio, antes de todas as parcelas serem pagas, com o participante sendo contemplado em um sorteio organizado pelo banco devendo continuar a pagar as demais parcelas restantes, conforme programado.

Por ser considerada uma prestação de serviços, de acordo com a legislação brasileira, a administração de consórcio não gera risco de inadimplência nem alocação de capital de crédito para a instituição.

Como os consórcios não cobram taxas de juros, nossa receita é gerada, principalmente, das taxas de administração cobradas dos clientes.

Em razão dessas características, esse negócio é estratégico para nós, pois contribui para diversificar a receita e oferecer uma carteira de produtos mais completa a nossos clientes. Em 2014, alcançamos os seguintes resultados:

- Contratos Ativos: em dezembro de 2014, atingimos 402 mil contratos ativos, com um crescimento de 8,0%, em comparação a dezembro de 2013;
- Saldo de prestações a receber: em dezembro de 2014, atingimos R\$ 10,9 bilhões, com um crescimento de 10,9%, em comparação com dezembro de 2013; e
- Taxa de Administração: de janeiro a dezembro de 2014, recebemos R\$ 610,3 milhões, com um crescimento de 48,9%, em comparação ao mesmo período de 2013.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Receitas de Serviços de Consórcios	No período de janeiro a setembro de 2014, atingimos uma participação do mercado de 10,4% no total de receitas de serviços de consórcios. Considerando apenas os bancos, ocupamos o segundo lugar em receitas de serviços de consórcios no Brasil.	Considerando apenas os bancos, nossos principais concorrentes no mercado brasileiro de consórcios são Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. e BB Administradora de Consórcios.

Fonte: Banco Central.

Banco de Atacado

Banco de Atacado é o segmento responsável por serviços bancários de investimento e operações bancárias de empresas grandes (receita anual acima de R\$ 300 milhões) e médias (receita anual de R\$ 30 a R\$ 300 milhões). O segmento oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil.

Nossas atividades nesse segmento variam de transações típicas de um banco comercial a transações em mercado de capitais e consultoria em

fusões e aquisições. Essas atividades são completamente integradas, o que nos permite atingir um desempenho personalizado às necessidades de nossos clientes.

Uma das características mais importantes do nosso banco de atacado é a série de iniciativas relacionadas à melhoria da eficiência de nossas operações. Essas ações contínuas, que se espera sigam crescendo nos próximos anos, são projetadas para aumentar receitas, aprimorar processos e reduzir custos.

“Apesar do ambiente macroeconômico desafiador, nós progredimos em várias iniciativas em 2014, incluindo nossa posição como líder de mercado em operações de Fusões e Aquisições e na estruturação de um modelo de negócios diferenciado para servir as empresas de middle market, onde esperamos a geração de contribuições adicionais para o nosso resultado dos próximos anos.”

Candido Bracher

Membro do Conselho da Administração e Vice-Presidente do Itaú Unibanco Holding – Banco de Atacado em 2014 e Diretor Geral – Atacado a partir de 2015

Desde outubro de 2013, o negócio de médias empresas (que abrange empresas com receita anual acima de R\$ 30 milhões e de até R\$ 300 milhões), composto pelos segmentos *upper middle* e *middle*, tornou-se parte da estrutura de gestão do Banco de Atacado.

Estamos trabalhando para criar e implementar um novo modelo, para sermos referência no mercado em todos os aspectos do segmento de Médias Empresas, tais como crédito, produtos e pessoas, a fim de estabelecer um crescimento diferenciado e sustentável para o nosso Banco de Atacado. Começamos a implementar o novo modelo em 2014 e esperamos concluir a fase de implementação até o final de 2015. As principais etapas para este ano serão: suportar a área comercial com ferramentas apropriadas, modelo de crédito, incrementar a capacitação da equipe e do *middle office*, e novos centros comerciais (polos).

Oferecemos um leque completo de produtos e serviços financeiros para empresas de médio porte: conta-corrente, opções de investimento, seguros e crédito, como empréstimo para investimento, empréstimo de capital de giro, financiamento de estoques, financiamento de operações comerciais, serviços de câmbio, *leasing* de equipamentos, cartas de crédito e garantias. Também realizamos operações financeiras para nossos clientes (médias empresas) como operações interbancárias, operações no mercado aberto e operações de futuros, *swaps*, *hedging* e arbitragem; além disso, oferecemos uma ampla variedade de serviços de gestão de caixa para essas médias empresas, como serviços de cobrança, pagamento eletrônico e *internet office banking*.

Banco de Investimento

Nosso segmento de banco de investimento conduzido pelo Itaú BBA auxilia empresas a levantar fundos por meio de instrumentos de renda fixa e ações, em mercados de capital públicos e privados, e proporciona serviços de consultoria em fusões e aquisições. Proporcionamos consultoria a empresas, fundos de ações e investidores na estruturação de produtos de renda variável e em fusões e aquisições. Desde a fase de pesquisa até a execução, acreditamos oferecer uma ampla carteira de serviços de banco de investimento em relação a empresas brasileiras e outras companhias latino-americanas.

No segmento de banco de investimento, o departamento de renda fixa atua como *bookrunner* ou gestor na emissão de debêntures, notas promissórias e operações de securitização

The Banker's Investment Banking Awards 2014 – promovido pela revista *The Banker*, o Itaú BBA foi reconhecido como “*Most Innovative Investment Bank in Latin America*”.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Banco de Investimento	No período de janeiro a dezembro de 2014, o Itaú BBA ficou em 1º lugar em termos de mercado de capitais – dívidas ⁽¹⁾ e em fusões e aquisições ⁽²⁾ .	Em Banco de Investimento, os maiores concorrentes do Itaú BBA são Banco Santander, Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., Banco Morgan Stanley S.A., Banco JP Morgan S.A., Bradesco BBI e Banco BTG Pactual S.A.

Fonte: (1) classificação ANBIMA por distribuição em termos de volume,

(2) classificação Thomson por quantidade de negociações.

Itaú Corretora

A Itaú Corretora presta serviços de corretagem na BM&FBovespa desde 1965. Nós prestamos serviços de corretagem para mais de 90 mil clientes com carteiras nos mercados de renda fixa e variável, contando com aproximadamente R\$ 27,1 bilhões em volume de negócios. Esses serviços também são oferecidos para clientes internacionais por nossas operações em Nova York.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Serviços de Corretagem ⁽¹⁾	Classificada em terceiro lugar no segmento de Serviços de Corretagem por volume de negócios no período de janeiro a dezembro de 2014.	Principais concorrentes: XP Investimentos, Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cash Equities ⁽¹⁾	Classificada em sexto lugar no segmento de <i>Cash Equities</i> , por volume de negociação, no período de janeiro a dezembro de 2014.	Principais concorrentes: Credit Suisse Hedging – Griffo Corretora de Valores S.A., UBS Brasil Corretora, Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., XP Investimentos e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Futuros e Derivativos ⁽¹⁾	Classificada em quinto lugar no segmento de Futuros e Derivativos por número de contratos negociados, no período de janeiro a dezembro de 2014.	Principais concorrentes: UBS Brasil Corretora, BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ICAP do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Tullett Prebon Brasil S.A. Corretora de Valores e Câmbio, BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Pesquisa ⁽²⁾	Nomeada a segunda <i>Research House</i> para a América Latina	Principais concorrentes (locais e globais): J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e Bank of America Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Fonte: (1) CBLCnet, (2) Revista Institutional Investor.

Nossas operações internacionais

Itaú Unibanco Holding – Atuação global [GRI G4-8](#)



Em 31 de dezembro de 2014, estávamos presentes em 18 países, além do Brasil, dos quais sete estão na América Latina. Na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, atendemos o varejo e atacado, com foco principal em atividades de banco comercial. No México, estamos abrindo uma corretora. Contamos ainda com um escritório de representação do Itaú BBA no Peru e estamos gradualmente intensificando nossa presença na Colômbia por meio de nossas operações de banco de investimento e grandes empresas.

Além disso, temos operações na Europa (França, Alemanha, Portugal, Reino Unido, Espanha e Suíça), nos Estados Unidos (Miami e Nova York), no Caribe (Ilhas Cayman e Bahamas), no Oriente Médio (Dubai) e na Ásia (Hong Kong, Xangai e Tóquio). Essas operações atendem principalmente clientes institucionais, do segmento corporativo e de *private banking*.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados, Receitas das operações no Brasil e no exterior, para mais informações.

América Latina

A América Latina é nossa prioridade na expansão internacional devido à proximidade geográfica e cultural de seus países com o Brasil. Nosso objetivo é sermos reconhecidos como o “banco da América Latina”, uma referência na região, para todos os serviços financeiros prestados a pessoas físicas e jurídicas. Ampliamos nossos negócios na região de forma sustentável nos últimos anos e nossa prioridade é ganhar escala, mantendo o forte vínculo nos mercados de varejo e fortalecer nosso vínculo com as empresas locais.

A fim de prestar serviços aos nossos mais de 1,9 milhão de clientes, em 31 de dezembro de 2014, contávamos com uma rede de 246 agências e postos de atendimento bancário (PABs) na América Latina (ex-Brasil). No Paraguai, contávamos com 40 correspondentes não bancários, que são postos de atendimento com estrutura simplificada e localizados estrategicamente em supermercados para fornecer serviços a nossos clientes nesse país. Em dezembro de 2014, temos ainda 36 postos de atendimento por intermédio da OCA S.A., nossa operadora de cartões de crédito no Uruguai. [GRI G4-9](#)

“O foco da atuação do Itaú Unibanco na América Latina é a satisfação do cliente e a integração dos diversos negócios e segmentos na região, possibilitando termos uma visão holística e uma governança mais simples e ágil.”

Ricardo Marino

Membro do Conselho da Administração do Itaú Unibanco Holding e Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Latam



(*) Em 31 de dezembro de 2014.

GRI G4-8

Banco Itaú Argentina

Atuamos na Argentina desde 1979 com foco em empresas de grande porte com negócios no Brasil. Em 1994, demos início a nossas operações de varejo em Buenos Aires. Em 1998, aumentamos nossa presença naquele país com a aquisição do *Buen Ayre Bank*, renomeado posteriormente para Banco Itaú Argentina.

Oferecemos, por intermédio do Banco Itaú Argentina, produtos e serviços nos segmentos de grandes empresas (*corporate*), de pequenas e médias empresas e de varejo. O nosso foco de atuação, quanto ao segmento grandes empresas, é o de companhias de grande porte e clientes institucionais, com a oferta de serviços de empréstimos, financiamento estruturado, investimentos e gestão de caixa. Nosso segmento de pequenas e médias empresas oferece crédito para capital de giro e investimentos para o crescimento da capacidade produtiva corporativa. No varejo, concentramos nosso foco de atuação em clientes de média e alta renda e oferecemos serviços de conta-corrente e de poupança, crédito pessoal e cartões de crédito. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco Itaú Argentina contava com 72 agências e 186 caixas eletrônicos.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

PRODUTO/SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Carteira de Crédito Total (inclui somente bancos privados)	Em setembro de 2014, alcançamos 3,0% de participação do mercado em termos de saldo total de empréstimos em pesos argentinos.	Nossos principais concorrentes são Banco Santander Río S.A., Banco de Galicia y Buenos Aires S.A., BBVA Banco Francés S.A. e Banco Macro S.A.

Fonte: Banco Central da Argentina.

Banco Itaú Chile

Nossos negócios no Chile concentram-se principalmente no segmento de varejo e de alta renda, mas também operamos com empresas de médio e grande porte. Em 2014, abrimos 3 novas agências, totalizando 99 agências em nossa rede de atendimento no Chile, em 31 de dezembro de 2014.

Iniciamos nossas atividades no Chile em 2007, depois que o Bank of America Corporation transferiu as operações do BankBoston Chile e do BankBoston Uruguay para nós. Em agosto de 2014, ampliamos o contrato assinado em 2011 e passamos a deter 100% de participação na Munita, Cruzat & Claro, líder em gestão de fortunas de terceiros no Chile. A integração, realizada por meio do Itaú Private Bank, irá se concentrar na continuidade do relacionamento com clientes. Nesse sentido, reafirmamos nosso compromisso com o mercado chileno e nosso objetivo de sermos o maior banco privado do mercado latino-americano.

Atualmente, ocupamos posto de destaque em gestão de fortunas e, entre os principais bancos do País, somos o banco que mais cresce em termos de carteira de crédito, (dados da SBIF – Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras, em novembro de 2014).

Morningstar Awards 2014 – o Itaú Chile AGF foi eleito pela Morningstar, companhia líder no segmento de pesquisas de investimentos independentes, nas seguintes categorias: *Mejor Fondo de Renta Fija Latinoamérica* (melhor fundo de renda fixa na América Latina) com o fundo *Itaú Latam Corporate Bond Fund A*, e *Mejor Administradora de Renta Fija* (melhor gestor de renda fixa).

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Carteira de Crédito Total (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2014, nossa participação do mercado atingiu 5,9% em termos de saldo total de empréstimos em pesos chilenos.	Nossos maiores concorrentes são Banco Santander-Chile S.A., Banco de Chile S.A., Banco de Crédito e Inversiones S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Chile S.A.

Fonte: Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras.

Itaú CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, celebramos um contrato com o CorpBanca e seus controladores com o objetivo de realizar uma operação de fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca. Algumas das aprovações regulatórias necessárias para o fechamento dessa operação já foram obtidas.

A transação cria uma importante plataforma para expansão e busca de novos negócios na região. No Chile, deverá nos permitir passar da 7ª para a 4ª posição no *ranking* de maiores bancos privados em termos de empréstimos (dados da Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras – SBIF, dezembro de 2014).

Banco Itaú Paraguai

Em 1978, iniciamos nossas operações no Paraguai, nos segmentos de varejo e de atacado, por intermédio do Interbanco, que foi adquirido em 1995 pelo Unibanco. Em 2010, a marca Itaú foi introduzida e o nome de nosso banco foi mudado para Banco Itaú Paraguai. Em 2014, abrimos duas novas agências, totalizando 30 agências e 297 caixas automáticos, em nossa rede de atendimento, no Paraguai, em 31 de dezembro de 2014.

O Banco Itaú Paraguai oferece produtos e serviços para pequenas e médias empresas, agronegócios, grandes empresas, clientes institucionais e clientes do segmento *consumer banking*. As principais fontes de receita do Banco Itaú Paraguai são os produtos de *consumer banking*, com destaque para os cartões de crédito. O segmento de varejo também está voltado para clientes de folha de pagamento. No segmento de *corporate banking*, o Banco Itaú Paraguai tem presença tradicional no segmento de agronegócios.

Somos líderes no segmento de cartões de crédito e detemos o primeiro lugar entre os bancos do Paraguai com base em resultados, retorno sobre patrimônio líquido médio e em índice de eficiência, de acordo com o Banco Central do Paraguai, em dezembro de 2014.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Carteira de Crédito Total (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2014, alcançamos 17,0% de participação do mercado em termos de saldo total de empréstimos em guaranis e ocupamos a terceira posição entre os bancos privados no Paraguai.	Nossos maiores concorrentes são Banco Continental S.A.E.C.A., Banco Regional S.A.E.C.A. e Banco Bilbao Viscaya Argentaria Paraguay S.A.

Fonte: Banco Central do Paraguai.

Banco Itaú Uruguai

Nossas operações no Uruguai incluem o Banco Itaú Uruguai, a OCA (o maior emissor de cartões de crédito naquele país) e a empresa de gestão de fundos de pensão Unión Capital AFAP S.A. Nossa estratégia no Uruguai é atender uma ampla gama de clientes por meio de

GRI G4-8

soluções bancárias personalizadas. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco Itaú Uruguai contava com 23 agências e 54 caixas eletrônicos.

Nosso negócio de banco de varejo está focado em clientes pessoas físicas e pequenas empresas. Os produtos e serviços de varejo priorizam os segmentos de média e alta renda e também incluem contas-correntes e de poupança, folha de pagamento, áreas de autosserviços e caixas eletrônicos em todas as agências, além de serviços bancários via telefone e internet. A divisão de banco de atacado é voltada para empresas multinacionais, instituições financeiras, empresas de médio e grande porte e o setor público, fornecendo serviços de empréstimos, gerenciamento de caixa, tesouraria, negociação e investimentos. Além disso, a unidade de negócios de *private banking* oferece uma carteira completa de produtos para o mercado financeiro local e internacional.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência nos negócios listados abaixo:

PRODUTO/ SERVIÇO	POSIÇÃO DE MERCADO	OUTRAS INFORMAÇÕES E PRINCIPAIS CONCORRENTES
Carteira de Crédito Total (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2014, alcançamos 20,0% de participação do mercado em termos de saldo total de empréstimos em pesos uruguaios e ocupamos a terceira posição entre os bancos privados no Uruguai.	Nossos maiores concorrentes são Banco Santander S.A., Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Uruguay S.A. e Scotiabank Uruguay S.A.

Fonte: Banco Central do Uruguai.

Colômbia

Na Colômbia, iniciamos nossas operações nos segmentos de atacado e de banco de investimento, no final de 2012. Nosso mercado alvo naquele país consiste em investidores institucionais e empresas brasileiras de grande porte, com operações na Colômbia, e também empresas colombianas que operem no Brasil. A carteira de produtos compõe-se de operações de crédito, financiamento de operações comerciais no exterior, câmbio e derivativos, e atividades de banco de investimentos, tais como assessoria para fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais.

Nossa presença na Colômbia está crescendo e pretendemos ser um dos três principais bancos de investimento e de atacado naquele país nos próximos quatro anos. Os segmentos considerados mais atraentes são mineração, energia, petróleo, gás e as áreas relacionadas a infraestrutura. Além disso, como consequência da fusão das operações com o CorpBanca, entraremos no mercado financeiro colombiano de varejo.

Consulte a seção Nosso Perfil, item Destaques de 2014, Eventos Recentes, para mais informações sobre a fusão do Banco Itaú Chile com o CorpBanca.

Peru

Possuímos um escritório de representação no Peru e estamos considerando expandir nossas atividades para os segmentos de grandes empresas e banco de investimento, seguindo a mesma estratégia executada na Colômbia, e visando aproveitar o forte crescimento experimentado pelo país atualmente.

México

Em outubro de 2014 recebemos a aprovação do Banco Central do Brasil para a abertura de uma corretora no país e em novembro de 2014 recebemos a aprovação do regulador local.

Itaú BBA International

Nossas atividades bancárias desenvolvidas sob a estrutura societária do Itaú BBA International estão focadas sobretudo em duas linhas de negócio:

- *Corporate and Investment Banking*: Com sede no Reino Unido e plataformas comerciais em diversas cidades europeias, atendemos às necessidades financeiras de empresas com presença e operações internacionais, com destaque para as operações associadas a financiamentos e relações de investimentos entre empresas na América Latina e na Europa. Os diversos serviços que oferecemos incluem a originação de financiamento estruturado, operações de cobertura de riscos, financiamento de exportação e consultoria para empresas europeias que investem na América Latina e companhias latino-americanas em processo de internacionalização.
- *Private Banking*: sob a estrutura corporativa do Itaú BBA International, atuamos como gestor de atividades de *private banking* em Miami e na Suíça, oferecendo produtos e serviços financeiros especializados para clientes latino-americanos com alto poder aquisitivo.

Outras operações internacionais

Para dar assistência a nossos clientes em serviços e operações financeiras internacionais, nossas unidades internacionais fornecem diversos produtos financeiros, como financiamento de operações comerciais, empréstimos de agências multilaterais de crédito, empréstimos no exterior, serviços internacionais de gestão de caixa, câmbio, cartas de crédito, garantias exigidas em processos internacionais de licitação, derivativos para fins de proteção (*hedging*) ou negociação comercial própria, transações estruturadas e ofertas nos mercados de capitais estrangeiros. Esses serviços são oferecidos, principalmente, por meio de nossas agências localizadas em Bahamas, Nova York e Ilhas Cayman, bem como por meio de nossas outras transações internacionais.

Gerenciamos carteiras próprias e captamos recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários no mercado internacional. A captação de recursos, mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, certificados de depósito, papéis comerciais e notas comerciais, pode ser feita por nossas agências localizadas nas Ilhas Cayman, Bahamas e em Nova York, bem como pelo Itaú Bank Ltd., subsidiária bancária constituída nas Ilhas Cayman. Nossas carteiras próprias são mantidas principalmente pelo Itaú Bank e por nossas agências das Ilhas Cayman e Nassau. Essas unidades também aumentam nossa capacidade de administrar nossa liquidez internacional.

Por meio de nossas operações internacionais, estabelecemos e monitoramos linhas de crédito comerciais de bancos estrangeiros e mantemos relacionamentos com bancos correspondentes com centros monetários e bancos regionais em todo o mundo, além de supervisionarmos nossas outras atividades de captação de fundos no exterior.

Além disso, o Itaú BBA participa, como distribuidor, dos mercados internacionais de capital, por contar com equipes de negociação e vendas de ações e produtos de renda fixa em São Paulo, Nova York, Londres, Hong Kong e Tóquio. Oferecemos ampla cobertura de pesquisa para mais de 217 empresas com ações negociadas no Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru, Panamá e Argentina. Nossas equipes de ações e renda fixa atuam na oferta e na negociação de títulos e valores mobiliários brasileiros e latino-americanos para investidores institucionais.

Pontos Fortes Competitivos

Acreditamos que os seguintes pontos fortes nos proporcionam vantagens competitivas significativas e nos distinguem da concorrência.

Principal marca de banco no Brasil

Acreditamos que nossas marcas são bastante fortes e altamente reconhecidas no Brasil e que estão associadas a qualidade e confiabilidade e, com a nossa ampla carteira de produtos, ajudamos a manter uma rotatividade baixa de clientes, particularmente entre aqueles do segmento de alta renda. Em 2014, nossa marca foi eleita como a “marca mais valiosa” no Brasil pela décima primeira vez consecutiva pela empresa de consultoria *Interbrand*.

Extensa rede de agências em regiões geográficas com grande atividade econômica

A nossa rede de agências no Brasil, embora tenha alcance nacional, está estrategicamente concentrada na região Sudeste do País, a região brasileira mais desenvolvida. A nossa rede de agências em outros países do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) também está localizada em regiões de alto nível de atividade econômica. Ter nossa rede de agências localizada em regiões econômicas-chave nos proporciona uma forte presença e uma vantagem competitiva para oferecer nossos serviços a uma ampla variedade de clientes, beneficiando-nos com oportunidades seletivas de mercado. A nossa rede exclusiva de caixas eletrônicos – um dos nossos fortes pontos competitivos – permite que ofereçamos uma ampla gama de produtos e serviços para nossos clientes.

Além disso, repensamos o atendimento de agências, principalmente as localizadas em shopping centers. Essas agências possuem uma nova identidade visual e nova proposta de serviços, oferecendo um novo conceito de atendimento ao cliente e *layout* diferenciado, inspirado no design de uma loja de varejo. As agências localizadas em shopping centers possuem horário de atendimento ampliado, uma conveniência adicional para os nossos clientes. Temos uma ampla rede que compreende agências, postos de atendimento bancário e caixas automáticos, no Brasil e no exterior. Para mais informações, consulte a seção Nosso Perfil, item Marketing e Canais de Distribuição.

Linha diversificada de produtos e serviços

Somos um banco de múltiplos serviços com uma linha diversificada de produtos e serviços criados para atender às necessidades dos nossos diversos tipos de clientes: grandes, micro e pequenas empresas, varejo, pessoas físicas de alta renda, clientes de *private bank*, não correntistas e usuários de cartão de crédito. Acreditamos que esse modelo de negócio cria oportunidades para melhorar nossa relação com os clientes e, dessa forma, aumenta a nossa participação no mercado. Esperamos manter nossa presença dominante conquistando um sólido e crescente número de operações em diversos segmentos de negócios.

Tecnologia e canais de distribuição eletrônicos como incentivos para vendas

Nosso uso intenso de tecnologia e canais de distribuição eletrônicos contribui significativamente para o aumento de vendas de produtos e

serviços e é uma das nossas vantagens competitivas mais importantes. Investimos em tecnologia porque acreditamos que assim poderemos melhorar o mundo dos nossos funcionários e clientes. Priorizamos os esforços no desenvolvimento de plataformas e serviços que utilizam o melhor da tecnologia, com o objetivo de simplificar e facilitar a vida de todos que se relacionam com o banco, com foco na mobilidade e conveniência.

Nossa tecnologia sofisticada permite oferecer serviços bancários remotos (call centers, internet banking, etc.) e possibilita aos clientes verificar extratos e fazer transações online por telefone. Além disso, nossas equipes de vendas podem acessar a classificação de crédito dos clientes com facilidade e propostas de crédito podem ser enviadas pela internet por qualquer corretora cadastrada em nossos sistemas.

Em 31 de dezembro de 2014, nossos investimentos em TI representaram mais de 78% do total de investimentos previstos para o período de 2012 a 2015, financiado por recursos internos. Esperamos investir esse valor total em sistemas de processamento de dados, compra de softwares, desenvolvimento de sistemas, e no nosso novo Centro de Processamento de Dados construído no Estado de São Paulo. A construção desse Centro, um dos maiores da América Latina, foi concluída conforme planejado, sendo que as configurações da infraestrutura ambiental foram estabelecidas com sucesso. Iniciamos a migração dos nossos sistemas e serviços, com término previsto para o segundo semestre de 2016.

Além disso, por meio das nossas plataformas online Uniclass e Personalité Digital, ampliamos o nosso modelo, permitindo que os gerentes de relacionamento ofereçam serviços personalizados aos clientes das 7h até meia-noite, de segunda a sexta-feira. Também remodelamos e oferecemos aos nossos clientes outros canais digitais, como as aplicações Itaucard e Itaú Empresas. Para mais informações sobre o Personalité Digital e outros canais digitais, consulte a seção Nosso Perfil, item Marketing e Canais de Distribuição.

Modelo de precificação baseado em risco como ferramenta para gerenciar risco ao mesmo tempo em que explora oportunidades

Nosso modelo de precificação baseado em risco aplicado a nossos produtos é uma importante vantagem competitiva, pois fornece uma dimensão mais precisa do risco e retorno em diversos cenários. É uma ferramenta fundamental para explorar oportunidades comerciais e, simultaneamente, gerenciar o risco. Dependendo do produto, cada contrato é precificado separadamente, utilizando os modelos de retorno sobre capital ajustado ao risco que proporcionam uma melhor avaliação do mercado correspondente.

Nossas ações

BOLSA DE VALORES		SÍMBOLOS		NÍVEIS DE GOVERNANÇA
		AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	
	Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA)	ITUB3	ITUB4	Nível 1
	Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)	-	ITUB ⁽¹⁾	Nível 2
	Bolsa de Valores de Buenos Aires (BCBA)	-	ITUB4 ⁽²⁾	-

(1) American Depositary Shares, ou ADSs.

(2) Certificados de Depósitos Argentinos, ou CEDEARs.

As ações ordinárias conferem a seu titular direito a um voto nas assembleias gerais. O direito ao voto dos nossos acionistas controladores não difere do direito ao voto dos outros detentores de ações ordinárias.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem a seu titular:

- prioridade no recebimento do dividendo obrigatório, no valor de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo com o dividendo mínimo; e
- direito de venda conjunta (*tag-along*) em eventual alienação de controle, garantindo o preço igual a 80% do valor pago pelas ações ordinárias dos acionistas controladores.

A legislação societária brasileira prevê que os acionistas detentores de ações preferenciais podem votar quando a empresa deixar de pagar dividendos fixos ou mínimos aos quais eles têm direito, pelo prazo

previsto no estatuto social da empresa, nunca superior a três exercícios consecutivos. Os acionistas detentores de ações preferenciais mantêm esse direito até que o pagamento seja efetuado, no caso de dividendos não cumulativos, ou até que os dividendos cumulativos sejam pagos.

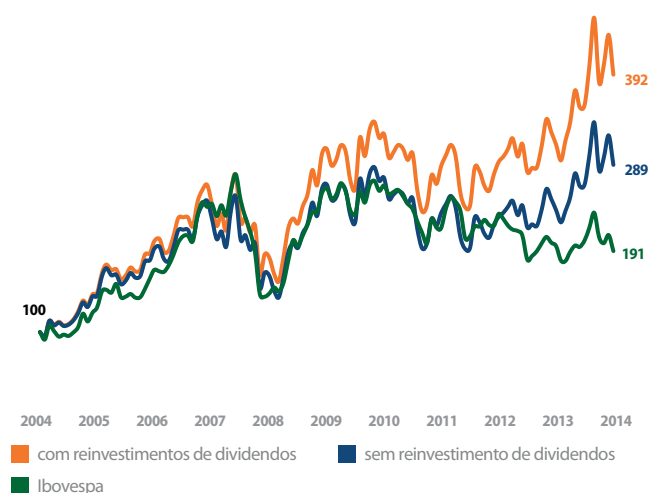
A criação de uma nova classe de ações com prioridade sobre as ações preferenciais, ou qualquer mudança na preferência ou nos direitos associados às ações preferenciais, precisam ser aprovadas por, no mínimo, 50% das ações ordinárias e também pelos acionistas que representam a maioria das ações preferenciais, em uma assembleia geral especial. Consulte a seção Nossa Governança, item Estrutura de Administração, Assembleia Geral Ordinária, para mais informações sobre os procedimentos de convocação de assembleias gerais ordinárias e especiais.

A tabela a seguir apresenta o preço da ação preferencial pelos períodos indicados:

	POR AÇÃO PREFERENCIAL (ITUB4)		POR AÇÃO PREFERENCIAL (ITUB4)		POR ADS (ITUB)	
	MÁXIMO (EM R\$)	MÍNIMO (EM R\$)	MÁXIMO (EM US\$)	MÍNIMO (EM US\$)	MÁXIMO (EM US\$)	MÍNIMO (EM US\$)
2015 (até 31 de março de 2015)	36,89	32,75	13,66	10,21	13,53	10,39
Janeiro	36,36	32,90	13,66	12,36	13,53	12,12
Fevereiro	36,89	33,32	12,82	11,58	12,95	11,70
Março	36,60	32,75	11,41	10,21	12,53	10,39
2014	41,24	26,60	16,83	11,75	18,32	10,86
Setembro	41,24	33,87	16,83	13,82	18,32	13,88
Outubro	38,35	32,00	15,69	13,09	16,00	12,86
Novembro	39,98	35,04	15,62	13,69	16,11	13,38
Dezembro	37,03	32,87	13,94	12,37	14,40	11,95
Primeiro trimestre	30,82	26,60	13,62	11,75	13,51	10,86
Segundo trimestre	34,48	30,95	15,65	14,05	15,41	13,63
Terceiro trimestre	41,24	31,56	16,83	12,88	18,32	13,88
Quarto trimestre	39,98	32,00	15,05	12,05	16,11	11,95
2013	31,46	24,36	15,14	10,93	15,74	10,63
Primeiro trimestre	30,50	27,50	15,14	13,65	15,74	13,78
Segundo trimestre	30,24	25,09	13,65	11,32	14,76	11,27
Terceiro trimestre	29,55	24,36	13,25	10,93	13,53	10,63
Quarto trimestre	31,46	27,90	13,43	11,91	14,37	11,94
2012	31,90	22,36	15,61	10,94	17,98	10,82
2011	33,55	21,12	17,89	11,26	20,29	12,14
2010	35,98	26,54	21,59	15,93	21,70	14,13

Fonte: Sistema Economatica.

O gráfico a seguir apresenta a evolução de R\$ 100 investidos de 30 de dezembro de 2004 a 30 de dezembro de 2014, comparando o preço da nossa ação referencial (ITUB4), com e sem reinvestimento de dividendos, com o desempenho do Ibovespa.



Integramos vários índices da BM&FBovespa, em que as ações da instituição financeira podem estar sendo negociadas. Na tabela abaixo, apresentamos nossa participação em cada uma das carteiras de índices das quais fazemos parte, válidas de janeiro a abril de 2015 e de setembro a dezembro de 2014.

ÍNDICES (%)	ATUAL (DE JANEIRO A ABRIL DE 2015)	ANTERIOR (DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2014)
Índices Nacionais		
Índice Bovespa – Ibovespa	11,23	9,98
Índice Brasil 50 – IBrX50	11,17	10,34
Índice Brasil 100 – IBrX100	9,78	9,18
Índice Brasil Amplo – IBrA	10,25	9,58
Índice de Segmento		
Índice BM&FBovespa Mid Large Cap – MLCX	11,35	10,63
Índices Setoriais		
BM&FBovespa Índice Financeiro – IFNC	20,00	20,00
Índices de Sustentabilidade		
Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE	6,18	5,88
Índice de Carbono Eficiente – ICO2	15,13	15,09
Índices de Governança Corporativa		
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGCC	7,76	7,70
Índice Governança Corporativa Trade – IGCT	12,49	12,22
Índice de Ações com Tag-along Diferenciado – ITAG	13,12	12,80

Informação para o Investidor

Adoção do Voto Múltiplo

Segundo a legislação societária brasileira, os acionistas que representam pelo menos 5% do capital social com direito a voto podem exigir o processo de voto múltiplo com até 48 horas de antecedência à assembleia geral ordinária. Cada ação terá direito a tantos votos quantos forem os membros do conselho eleitos, e o acionista tem o direito de concentrar os votos em um candidato ou de distribuí-los entre os diversos candidatos. Cabe à mesa que dirigir os trabalhos da assembleia informar antecipadamente aos acionistas o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

Sempre que a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa de eleger um conselheiro, será assegurado ao acionista controlador o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, compuser o conselho.

Além disso, como o nosso Estatuto Social não prevê intervalos escalonados, nossos conselheiros podem ser reeleitos consecutivamente, sem interrupção. Sempre que a eleição for realizada por meio do processo de voto múltiplo, a destituição do cargo de quaisquer membros do Conselho de Administração pelos acionistas, em uma assembleia geral, resultará na destituição de todos os demais membros e uma nova eleição será providenciada. Para não afetar a administração da empresa, como resultado da destituição de membros do Conselho de Administração, a legislação societária brasileira prevê que, apesar da destituição, os mesmos membros do Conselho de Administração poderão continuar no exercício de suas funções até que os novos membros eleitos sejam empossados.

Direito de preferência, aumento de capital e integralização de ações subscritas

Todo acionista tem o direito de preferência na subscrição de novas ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação acionária, exceto em casos específicos, conforme a legislação societária brasileira.

Nosso Estatuto autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social até o limite de 7,26 bilhões de ações, sendo 3,63 bilhões de ações ordinárias e 3,63 bilhões de ações preferenciais. Até o limite do nosso capital autorizado, a emissão de ações pode ser feita sem consideração ao direito de preferência dos nossos acionistas se (i) for realizada para venda em bolsa de valores; (ii) por subscrição pública; e (iii) troca por nossas ações em uma oferta pública para aquisição do nosso controle. Independentemente dessa disposição, todos os nossos aumentos de capital social precisam ser ratificados pelos nossos acionistas e aprovados pelo Banco Central.

Após aprovação do aumento de capital pelo Banco Central, o acionista precisará integralizar o montante correspondente às ações subscritas, nos prazos previstos, na documentação de subscrição relativa àquele aumento de capital. O acionista que não fizer a integralização no prazo determinado na documentação de subscrição será considerado inadimplente segundo os termos da legislação societária brasileira.

A legislação brasileira não prevê responsabilidade em chamadas de capital, portanto, a participação de nossos acionistas pode ser diluída caso eles optem por não exercer seus direitos de preferência na subscrição de ações em caso de aumento de capital.

Forma e Transferência

Nossas ações são escriturais e a Itaú Corretora de Valores S.A. é a nossa prestadora dos serviços de escrituração de ações. Portanto, as ações emitidas por nós devem ser mantidas em contas de depósito e em nome do investidor.

Como alternativa, o investidor também pode depositar ações na BM&FBovespa por intermédio de uma instituição custodiante autorizada pela CVM. Nesse caso, a BM&FBovespa, como depositária central, detém as ações em seu nome, mas controla a titularidade dos valores mobiliários por meio de uma estrutura de contas de depósito mantidas em nome do investidor. Não há distinção nos direitos e nas obrigações dos acionistas, independentemente de suas ações estarem depositadas em uma corretora e distribuidora de valores ou na BM&FBovespa.

Resgate e direito de retirada

Nossas ações ordinárias e preferenciais não são resgatáveis, exceto no caso de deixarem de ser negociadas em bolsa. Segundo a legislação societária brasileira, contudo, a aprovação de determinadas matérias dá ao acionista dissidente, em certas condições, o direito de se retirar da empresa, e esse direito expirará 30 dias após a publicação da ata de assembleia aplicável. Esse afastamento pode ocorrer em certas condições, mediante o reembolso do valor justo das ações desse detentor, calculado com base em critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. Ainda de acordo com a legislação societária brasileira, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que dê origem a uma retirada no prazo de até dez dias após o término do prazo de retirada estabelecido, se o exercício do direito de retirada vier a comprometer a nossa estabilidade financeira.

O direito de retirada não está disponível para acionistas cujas ações possuam liquidez e forem negociadas ativamente no mercado acionário em casos de fusão ou incorporação, ou nos casos em que a empresa optar por fazer parte de um grupo de sociedades.

As ações ordinárias e preferenciais devem ser reembolsadas mediante o cancelamento de seu registro, ao preço justo apurado pelos critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. Se a assembleia geral na qual foi aprovada a deliberação que ensejou o direito de retirada for realizada mais de 60 dias após a data da aprovação do último balanço patrimonial, o acionista poderá exigir o resgate de suas ações por um valor baseado em novo balanço patrimonial, datado de até 60 dias após a data da realização da assembleia geral.

Nos Estados Unidos



Nossas ações preferenciais estão sendo negociadas na NYSE, na forma de *American Depositary Shares* (ADSs – uma ADS representa uma ação preferencial), desde 21 de fevereiro de 2002, de acordo com as exigências da NYSE e da SEC. Essas exigências incluem a divulgação das demonstrações contábeis em IFRS, a partir de 2011, e o atendimento às exigências da legislação dos EUA, inclusive a lei *Sarbanes-Oxley* de 2002.

Nossas ADSs são emitidas pelo *The Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário, nos termos do contrato de depósito datado de 31 de maio de 2001, e alterações posteriores de 20 de fevereiro de 2002 e 30 de março de 2009, vigentes a partir de 3 de abril de 2009, em vigor a partir 3 de abril de 2009, entre nós, o depositário e titulares e usufrutuários de ADSs. O escritório principal do depositário está localizado em One Wall Street, New York, New York 10286.

Não tratamos os detentores de ADS como nossos acionistas, e os seus direitos não são os mesmos dos acionistas, que são regidos pela legislação societária brasileira. O depositário é o detentor das ações preferenciais subjacentes às ADSs. Os detentores de ADSs possuem os direitos dos detentores daqueles títulos.

O investidor pode deter as ADSs diretamente, registradas em seu nome, ou indiretamente, por intermédio de uma corretora ou outra instituição financeira. Os detentores de ADSs não possuem os mesmos direitos que os acionistas, depositários e proprietários das ações correspondentes no Brasil. O contrato de depósito determina os direitos e obrigações dos detentores de ADSs e é regido pela legislação de Nova York.

Na hipótese de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito anteriormente, têm direito de preferência apenas na subscrição de novas ações preferenciais emitidas. Na hipótese de um aumento de capital que reduzisse a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito acima, teriam direito de preferência na subscrição de ações preferenciais, proporcionalmente a suas participações, e de ações ordinárias somente até o limite necessário para evitar diluição de suas participações.

Consulte a seção Anexos, Considerações para Detentores de ADS, para mais informações.

Taxas e Despesas

A tabela a seguir resume as taxas e despesas a serem pagas pelos detentores de ADSs ao depositário:

EVENTO	TAXAS
Emissão ⁽¹⁾ ou cancelamento para fins de resgate de ⁽²⁾ de ADSs	US\$ 5,00 (ou menos) por 100 ADSs (ou parcela dele) mais quaisquer taxas adicionais cobradas por quaisquer autoridades governamentais ou outras instituições para a formalização, entrega ou resgate de ADSs.
Qualquer distribuição em dinheiro	US\$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela dele)
Serviços depositários	US\$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela dele) por ano civil (além da taxa de distribuição em dinheiro de US\$ 0,02 por ADS durante o ano).

(1) Inclui emissões resultantes da distribuição de ações preferenciais, direitos ou outros bens, substituição de ações subjacentes e transferência, desdobramento ou agrupamento de recebimentos.

(2) Inclui em caso de término do contrato de depósito.

Além disso, as outras taxas e despesas a serem pagas pelos detentores de ADSs são:

- Taxas de registro: Registro das transferências de ações preferenciais no nosso registro de ações preferenciais de/para o nome do depositário ou seu agente, quando se deposita ou retira ações preferenciais.
- Taxa de distribuição de valores mobiliários feita pelo depositário aos detentores de ADS: equivalente àquela que seria paga se os títulos e valores mobiliários distribuídos ao detentor fossem ações preferenciais, e essas ações tivessem sido depositadas para emissão de ADSs.
- Despesas de conversão de moeda estrangeira: Despesas do depositário na conversão de moeda estrangeira para dólares dos EUA.
- Despesas do depositário: transmissões por cabo, telex e fac-símile (quando previstas expressamente no Contrato de Depósito).

Adicionalmente, impostos e outros encargos governamentais que o depositário ou o custodiante têm que pagar sobre qualquer ADR ou ação preferencial objeto de uma ADS (por exemplo, os impostos sobre a transferência de ações, impostos do selo ou impostos retidos na fonte) serão necessariamente pagos detentores das ADS. Quaisquer outras despesas

incorridas pelo depositário ou seus agentes referentes aos títulos e valores mobiliários não são realizadas no mercado brasileiro neste momento.

Pagamento de Impostos

O depositário pode deduzir o valor de quaisquer impostos devidos por quaisquer pagamentos realizados aos investidores. Ele pode também vender títulos depositados, em uma venda pública ou privada, para pagar quaisquer impostos em débito. Os investidores continuarão responsáveis pelo débito se o produto da venda não for suficiente para pagar os impostos. Se o depositário vender os títulos e valores mobiliários depositados, ele reduzirá – caso seja adequado – o número de ADSs para então refletir a venda e pagar aos investidores qualquer importância obtida, ou ainda enviar aos investidores quaisquer bens remanescentes após o pagamento dos impostos.

Reembolso

The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, concordou em nos reembolsar pelas despesas que incorreremos em relação à organização e manutenção do programa de ADS. O depositário concordou em nos reembolsar pelas taxas em que incorreremos para continuidade da negociação em bolsa de valores. O depositário também concordou em pagar os custos de manutenção usuais para as ADSs, que consistem em despesas de postagem e envelopes para remessa de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques de dividendos, arquivamento eletrônico de informações sobre impostos federais dos Estados Unidos, despacho de formulários fiscais obrigatórios, papel timbrado, fac-símile e ligações telefônicas, assim como em nos reembolsar, anualmente, por certos programas de relacionamento com o investidor ou atividades promocionais especiais de relações com investidores. Em certos casos, o depositário concordou em realizar pagamentos adicionais para nós, com base em indicadores de desempenho aplicáveis, referentes à ADS. Existem limites para o valor das despesas que serão reembolsadas pelo depositário, mas o valor do reembolso disponível para nós não está necessariamente vinculado ao valor das taxas que o depositário cobrar dos investidores.

O depositário cobra taxas pela entrega e resgate de ADSs diretamente dos investidores que depositam ações ou resgatam ADSs, em caso de exercício dos direitos de retirada ou de intermediários agindo em nome deles. O depositário cobra taxas pela realização das distribuições aos investidores, deduzindo-as dos valores distribuídos ou vendendo uma parte dos bens passíveis de distribuição para pagar essas taxas. O depositário pode cobrar uma taxa anual pelos serviços de depósito por ele prestados, deduzindo-a das distribuições em dinheiro, faturando diretamente os investidores ou, ainda, fazendo lançamentos nas contas do sistema de escrituração dos participantes agindo em nome deles. Em geral, o depositário pode se recusar a prestar serviços sujeitos às taxas até que elas tenham sido pagas.

Em 2014, recebemos do depositário US\$ 15,9 milhões destinados a promover e incentivar o programa de ADR no mercado e a suprir os custos usuais de manutenção dos ADSs (conforme descritos anteriormente), quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis referentes à ADS, taxas de subscrição e despesas legais.

Na Argentina

Emitimos também Certificados de Depósitos Argentinos – CEDEAR, que representam ações de empresas estrangeiras negociadas na Argentina. Os nossos CEDEARs estão lastreados nas nossas ações preferenciais, sendo negociados na Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BCBA), que é uma associação privada autorregulamentada, sem fins lucrativos. A BCBA é responsável pelo registro dos negócios e a publicação de cotações e volumes das operações. A sua autoridade

de fiscalização permite, entre outras medidas, a suspensão do pregão sempre que a considere necessária para controlar ou prevenir variações anormais nas cotações.

Pagamento de acionistas

Nosso Estatuto estabelece a distribuição, aos acionistas, de dividendo obrigatório equivalente a 25% de nosso lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores referentes à constituição da reserva legal, da reserva para contingências e da reversão dessa reserva relativa a exercícios anteriores.

O dividendo obrigatório poderá ser pago na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. A principal diferença entre as duas formas de pagamento é o tratamento fiscal. O pagamento de dividendos é isento de tributação para os acionistas. O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, ou 25% para acionistas residentes ou domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal ou regime tributário privilegiado.

O valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital, líquido de qualquer retenção de imposto, poderá ser incluído como parte do dividendo obrigatório. Nesses casos, temos que distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido pelos acionistas, depois do pagamento que nos cabe dos impostos aplicáveis referentes à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja, no mínimo, igual ao dividendo obrigatório. Consulte a seção Anexos, item Considerações para Detentores de ADS, Tributação para Detentores de ADS, para mais informações.

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o pagamento mensal de R\$ 0,015 por ação, a título de antecipação do dividendo obrigatório. A data-base para apuração dos acionistas que fazem jus a esse recebimento, no Brasil, é considerada com base na posição acionária registrada no último dia do mês anterior ao mês de referência do dividendo mensal. Com relação às nossas ADSs, entretanto, a data usada para determinar os acionistas que fazem jus a receber o dividendo mensal é três dias após a data de referência brasileira. Em ambos os casos, os dividendos mensais são pagos no primeiro dia útil do mês seguinte.

Quando o valor do nosso resultado estiver calculado, pretendemos pagar a diferença existente entre o valor acumulado dos dividendos mensais antecipados e o valor equivalente ao dividendo obrigatório, calculado conforme mencionado anteriormente. Além disso, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários, os quais deverão ser submetidos à ratificação da assembleia geral ordinária.

O acionista pode pleitear o pagamento de qualquer dividendo no prazo de três anos, a partir da data de pagamento desses dividendos. Após esse período, não temos qualquer responsabilidade por tal pagamento.

Acionistas não residentes no Brasil precisam registrar-se no Banco Central para que os dividendos, juros sobre o capital próprio e outros valores relativos às suas ações possam ser remetidos em moeda estrangeira para fora do Brasil.

Atualmente, pagamos dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes ou superiores ao obrigatório, o que pode não ocorrer caso nossos acionistas decidam que tal distribuição seria desaconselhável em vista de nossa situação financeira. Nesse caso, se o nosso Conselho Fiscal estiver constituído, ele precisará dar um parecer sobre essa decisão e a administração precisará apresentar à CVM um relatório detalhado com os motivos da suspensão do pagamento de dividendos. O lucro não

distribuído em virtude de suspensão de pagamento de dividendos terá que ser alocado em uma reserva especial e, caso não seja absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, ele será pago como dividendo assim que a situação financeira permitir.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 21, b, e a seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil.

Pagamento de dividendos aos detentores de ADS

As ações preferenciais subjacentes às ADSs são mantidas no Brasil pelo custodiante, o Itaú Unibanco, que é também o proprietário registrado nos serviços de registro de nossas ações preferenciais. O depositário do nosso programa de ADS é *The Bank of New York Mellon*. Os pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro sobre nossas ações preferenciais subjacentes às ADSs são feitos diretamente ao banco depositário no exterior, que se incumba de repassá-los aos acionistas titulares em um prazo médio de dez dias após a realização do pagamento no Brasil. O montante recebido pelo detentor de ADS pode ser reduzido se nós, o custodiante ou o depositário pudermos reter um montante referente aos impostos ou outros encargos governamentais.

A tabela a seguir apresenta os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou declarados para os titulares de nossas ações ordinárias e preferenciais desde 2011.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	2014	2013	2012	2011
Valor distribuído ⁽¹⁾ (em milhões de R\$)	6.635	5.095	4.518	4.394
Por Ação ⁽²⁾ (R\$)	1,22	1,03	1,00	0,97
Payout ⁽³⁾ (%)	30,35	30,8	34,3	30,1
Dividend Yield ⁽⁴⁾ (%)	3,5	3,3	3,3	3,1

(1) Dividendos e juros sobre o capital próprio – pagos/provisionados (líquidos).

(2) Dividendos e juros sobre o capital próprio – pagos/provisionados (líquidos)/total de ações.

(3) Dividendos e juros sobre o capital próprio – pagos/provisionados (líquidos)/lucro líquido do exercício.

(4) Dividendos pagos por ação no período/preço da nossa ação preferencial (ITUB4) na data de início do período.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 21 – Patrimônio Líquido, para outras informações sobre dividendos e ações em circulação.

Em 4 de agosto de 2014, nosso Conselho de Administração declarou o pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 0,32556 por ação (ou R\$ 0,276726 por ação, líquido de impostos) a serem pagos em 25 de agosto de 2014 para todos os acionistas registrados na data de fechamento da negociação em 13 de agosto de 2014. Em 2 de fevereiro de 2015, nosso Conselho de Administração declarou juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,5380 por ação (ou R\$ 0,4573 por ação, líquido de impostos) a serem pagos em 26 de fevereiro de 2015 a todos os acionistas registrados no fechamento da negociação em 10 de fevereiro de 2015.

Bonificação de 10% das ações do Itaú Unibanco

Nossos acionistas receberam gratuitamente em junho de 2014 uma nova ação para cada dez ações da mesma espécie que possuíam, com custo atribuído de R\$ 29,83 por ação bonificada, gerando benefício fiscal. Importante ressaltar que mantivemos os pagamentos de dividendos mensais de R\$ 0,015 por ação.

Informações adicionais ao investidor GRI G4-5

Somos constituídos, por prazo indeterminado e de acordo com as leis do Brasil, como uma empresa de capital aberto. Nossa sede administrativa está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, 04344-902, São Paulo (SP), Brasil, e nosso telefone é (11) 2794-3547. Somos regidos, principalmente, pela legislação societária brasileira e pelo nosso estatuto social. Estamos registrados no CNPJ sob o nº 60.872.504/0001-23 e estamos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo por meio do NIRE 35300010230. Nosso objeto social, estabelecido no Artigo 2º do nosso estatuto social, é o de desenvolver a atividade bancária em todas as formas autorizadas, inclusive transações cambiais. Nosso agente para citação nos Estados Unidos é o gerente geral de nossa agência em Nova York, que está localizada na 767 Fifth Avenue, 50th floor, Nova York, NY 10153.

CONTATOS

Programa de Ações

Serviço de escrituração contábil	Itaú Corretora de Valores S.A.
Telefone	3003 9285 (capitais e áreas metropolitanas) ou 0800 720 9285 (outras localidades) (ligações do Brasil) ou +55 11 3003 9285 (ligações do exterior)
E-mail	investfone@itau-unibanco.com.br
Site	www.itaucorretora.com.br
Endereço das agências especializadas	www.itaucustodia.com.br/agencia_enderecos.htm

Programa de ADS

Banco depositário	The Bank of New York Mellon
Telefone	1 888 BNY ADPS (1 888 269 2377) (ligações dos EUA) ou +1 201 680 6825 (ligações de fora dos EUA)
Site	www.adrbnymellon.com

Programa de CEDEAR

Banco depositário	Banco Itaú Buen Ayre

Relações com Investidores

Itaú Unibanco Holding S.A.	
Telefone	+55 11 2794 3547
E-mail	relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br
Site	www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

2015 AGENDA CORPORATIVA

Assembleia Geral Ordinária	29 de abril de 2015
Divulgação dos Resultados – Primeiro Trimestre de 2015	5 de maio de 2015
Divulgação dos Resultados – Segundo Trimestre de 2015	4 de agosto de 2015
Divulgação dos Resultados – Terceiro Trimestre de 2015	3 de novembro de 2015

Rating de Crédito

Nosso risco de crédito é submetido para avaliação independente pelas agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's*. As agências avaliam nossa qualidade de crédito baseada em análises sobre a abrangência dos nossos negócios e atributos financeiros, incluindo processos e procedimentos de gestão de riscos, força de capital, resultados, captação, liquidez, governança, bem como suporte externo do governo e/ou do grupo.

Ratings de Crédito⁽¹⁾

31 DE DEZEMBRO DE 2014	FITCH RATINGS	STANDARD & POOR'S	MOODY'S
Itaú Unibanco Holding S.A.			
Curto Prazo	F2	A-3	P-2
Longo prazo	BBB+	BBB-	(P) Baa2 ⁽²⁾
Perspectiva	Estável	Estável	Negativo
Itaú Unibanco S.A.			
Curto Prazo	F2	Não classificado publicamente	P-2
Longo prazo	BBB+	Não classificado publicamente	(P) Baa ⁽³⁾
Perspectiva	Estável	Não classificado publicamente	Negativo

(1) Ratings em Escala Internacional Moeda Estrangeira.

(2) Refere-se ao rating da Dívida Senior do Itaú Unibanco Holding S.A. Moody's não classifica Ratings de Depósito ao Itaú Unibanco Holding.

(3) Refere-se ao rating da Dívida Senior do Itaú Unibanco S.A. O rating de Depósito de Longo Prazo do Itaú Unibanco S.A. era Baa2.

Em função do rebaixamento do rating soberano pela *Standard & Poor's*, em março de 2014, a agência anunciou o *downgrade* dos ratings de 13 instituições de serviços financeiros, incluindo os ratings do Itaú Unibanco Holding em escala internacional de BBB para BBB- (longo prazo) e de A-2 para A-3 (curto prazo). Essa ação de rating refletiu a visão da S&P sobre o nível de exposição ao soberano na carteira de crédito e de investimentos de tais entidades.

Diante da mudança de estável para negativa na perspectivado rating soberano, anunciada pela *Moody's* em Setembro de 2014, a agência fez a mesma alteração na perspectiva dos seguintes ratings de determinados bancos brasileiros, incluindo Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA: (i) rating de emissor e depósito de longo em moeda local; e (ii) rating de depósito de longo prazo em moeda estrangeira, bem como de dívida sênior e subordinada.

Após revisar suas diretrizes para ratings de escala nacional correspondentes à escala internacional, a *Standard & Poor's* elevou, no fim de setembro de 2014, de brA-1 para brA-1+ os ratings na escala nacional de curto prazo de oito bancos brasileiros, incluindo Itaú Unibanco Holding e Banco Itaú BBA.

Evento Subsequente:

Em 16 de março de 2015, a *Moody's* divulgou sua nova metodologia global para bancos e, devido a isto, no dia 17 de março colocou sob revisão para *downgrade* os seguintes ratings: (i) Itaú Unibanco e Itaú BBA: avaliação de base de crédito (*baseline credit assessment*), depósito em moeda local e dívida sênior em moeda estrangeira; e (ii) Itaú Unibanco Holding: emissor em moeda local e dívida sênior em moeda estrangeira.



3 Nossa governança



Nossa governança

Nossas práticas

A adoção de boas práticas de governança corporativa agrega valor a uma empresa, facilita seu acesso ao capital e contribui para a sua longevidade. Portanto, adotamos práticas de governança corporativa que estão alinhadas com as melhores práticas em vigor nos mercados brasileiro e internacional. Buscamos a evolução constante de nossas políticas e mecanismos de gestão a fim de garantir a excelência em nossas práticas e o crescimento sustentável de nossa empresa.

De acordo com esses princípios, aderimos, de forma voluntária, ao Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), que foi elaborado com base nas melhores práticas de governança corporativa adotadas no Brasil e no exterior. Nossas práticas de governança têm sido reconhecidas e, como resultado, fomos indicados para o Índice de Sustentabilidade *Dow Jones* e para o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE). Consulte a seção Nosso Perfil, item Destaques de 2014 para outras informações sobre nossos prêmios e reconhecimento. [GRI G4-15](#)

Adotamos um Código de Ética que se aplica a todos os nossos colaboradores, membros do Conselho de Administração e diretores. O nosso código baseia-se em princípios que sustentam uma cultura organizacional voltada para a valorização das pessoas, para o cumprimento rigoroso de regras e regulamentos e para a busca permanente pelo desenvolvimento. Consulte o nosso Código de Ética em www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/CodigoEtica2013.pdf

Adicionalmente, adotamos a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que trata da divulgação para o público de informações relevantes, de acordo com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

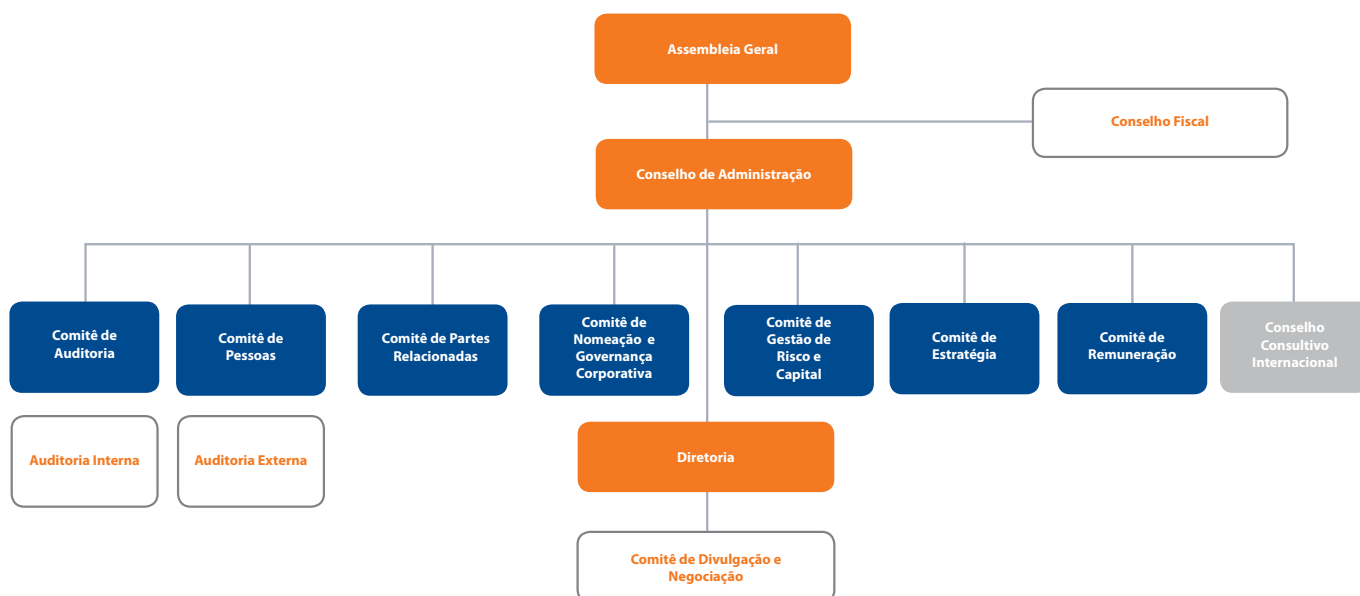
Também adotamos a Política de Negociação de Valores Mobiliários, que restringe a negociação de títulos e valores mobiliários durante certo período, exigindo que a administração anuncie publicamente todas as operações realizadas com os nossos títulos e valores mobiliários, conforme faculta a regulamentação da CVM. Consulte www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/politica_gc.pdf para mais informações sobre os princípios e práticas de governança corporativa que adotamos.

Ao longo de nossa história, como parte de nossas iniciativas de governança corporativa, adotamos decisões relacionadas com a melhoria da divulgação de nossas informações e com a proteção dos direitos dos acionistas não controladores. Por exemplo, somos registrados como uma empresa de capital aberto na BM&FBOVESPA, e em 2001 fomos uma das primeiras empresas a aderir voluntariamente ao Nível 1 de Governança Corporativa dessa bolsa. Em 2002, registramos nossos ADSs de Nível 2 na NYSE, cumprindo tanto com os critérios da SEC como também com as exigências legais dos Estados Unidos, como a lei Sarbanes-Oxley, de 2002.

Desde 2002, em sintonia com o nosso compromisso de fortalecer nossa posição no mercado de capitais brasileiro, realizamos uma série de apresentações nos escritórios regionais da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC). Desde 1996, também promovemos apresentações nos Estados Unidos e na Europa sobre as nossas práticas de governança. Nesses encontros, temos a oportunidade de fornecer para a comunidade financeira os detalhes sobre nosso desempenho, estratégias para agregar valor, perspectivas futuras, entre outras questões importantes.

Estrutura de administração

Nossa administração está estruturada de forma a garantir que as questões sejam amplamente discutidas e que as decisões sejam tomadas de forma conjunta. Apresentamos, a seguir, os órgãos de nossa administração, suas principais funções e os administradores que os compõem.



Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A nossa Assembleia Geral é o órgão mais alto de tomada de decisões e reúne os acionistas regularmente antes do final de abril de cada ano, e, excepcionalmente, sempre que os interesses da empresa assim o exigirem.

A convocação da assembleia geral é de responsabilidade do nosso Conselho de Administração. O primeiro edital de convocação deve ser publicado até 15 dias antes da data da assembleia. A legislação societária brasileira estabelece que, em circunstâncias específicas, a assembleia também pode ser convocada pelo conselho fiscal ou por qualquer acionista.

O edital de convocação de uma assembleia geral deve ser publicado três vezes em datas diferentes, em diários oficiais de ampla circulação em São Paulo, onde está localizada a nossa sede, determinando o local, a data e a hora da reunião, a ordem do dia e, no caso de uma alteração em nosso estatuto social, uma descrição da alteração proposta.

Além de cumprir as exigências da legislação societária brasileira, nós também publicamos os editais, em três idiomas diferentes (português, inglês e espanhol) em nosso site e os enviamos por mensagem eletrônica para os investidores e acionistas cadastrados, bem como por meio da CVM, da BM&FBOvespa, da *Securities and Exchange Commission* (SEC), da *New York Stock Exchange* (NYSE) e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BCBA).

Como regra geral, a legislação societária brasileira prevê que o quórum para uma assembleia geral é composto por acionistas que representem, pelo menos, 25% do capital votante emitido na data da primeira convocação da assembleia. Caso esse quórum não seja alcançado, ele será representado por qualquer porcentual do capital votante da empresa na data da segunda convocação da assembleia. Geralmente, as nossas assembleias são realizadas com um quórum que representa aproximadamente 90% do nosso capital votante.

Para participar de uma assembleia geral, os acionistas devem apresentar um documento de identificação. O acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um representante nomeado menos de um ano antes da assembleia. O representante precisa ser um acionista ou um diretor da empresa, um advogado ou uma instituição financeira. Os fundos de investimento devem ser representados por seu gestor.

Em 2012, passamos a disponibilizar uma ferramenta de “Assembleia Online”, plataforma de votação eletrônica, que permite maior acessibilidade aos acionistas, os quais podem exercer seus votos antecipadamente, de qualquer localidade.

Conselho de Administração

O nosso Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais dos nossos negócios, inclusive nossas controladas, cuja eleição é feita anualmente pelos nossos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem atuar de forma imparcial, de acordo com regras preestabelecidas, evitando conflitos de interesse. Essas regras incluem: **GRI 64-41**

- Não participar de deliberações referentes aos assuntos com os quais os interesses do membro do Conselho de Administração sejam conflitantes com os nossos interesses. O membro do Conselho de Administração deve informar ao Conselho qualquer possível conflito de interesse assim que o assunto que gerou esse conflito for incluído na ordem do dia ou proposto pelo Presidente do Conselho de Administração e, em qualquer circunstância, antes do início de qualquer discussão sobre o tema em questão;

- Caso o membro do Conselho de Administração, ou uma empresa por ele controlada ou gerida, realize uma operação com qualquer empresa do Grupo Itaú Unibanco: (i) a operação deve ser realizada em condições normais de mercado; (ii) se ela não for uma operação cotidiana ou uma prestação de serviços, um laudo deve ser emitido por consultorias reconhecidas comprovando que a operação foi realizada em condições normais de mercado; e (iii) a operação deve ser informada e conduzida sob a supervisão do Comitê de Partes Relacionadas, da Superintendência de Ética e Ombudsman ou dos canais habitualmente competentes na hierarquia do Grupo Itaú Unibanco, observadas as regras e condições previstas em nossa Política para Transações com Partes Relacionadas; e
- Participar, no máximo, de quatro conselhos de administração de empresas que não pertençam a um mesmo grupo.

O desempenho do Conselho de Administração é avaliado anualmente e visa assegurar que seus membros estejam alinhados com os valores da organização e que eles representem os interesses dos nossos acionistas.

Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 12 membros, sendo quatro independentes (33%). Os conselheiros se reúnem ordinariamente oito vezes ao ano e, excepcionalmente, sempre que necessário.

De acordo com o nosso Estatuto, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo não podem ser exercidos pela mesma pessoa. **GRI 64-39**

De acordo com a legislação brasileira, a eleição ou reeleição de cada membro do nosso Conselho de Administração está sujeita à aprovação do Banco Central. Todos os membros do Conselho de Administração são eleitos para um mandato de um ano e podem ser reeleitos mediante a aprovação do Banco Central. Ainda, segundo a legislação brasileira, um membro do Conselho de Administração em exercício é mantido em seu cargo até que ele seja reeleito ou até que o seu sucessor tome posse.

Consulte [www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/consadmin\(1\).pdf](http://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/consadmin(1).pdf) para mais informações.

Comitês do Conselho de Administração

Apresentamos, neste organograma, nossos sete comitês, os quais respondem diretamente ao Conselho de Administração. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano e devem ter comprovado conhecimento nas respectivas áreas de atuação e capacitação técnica compatível com suas atribuições.

Os comitês podem contratar especialistas externos, com a preocupação de sempre zelar pela manutenção da integridade e da confidencialidade dos seus trabalhos.

Consulte www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas, a respeito das normas de cada comitê.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário responsável pela supervisão da qualidade e da integridade das nossas demonstrações contábeis, do cumprimento das exigências legais e regulatórias, do desempenho, independência e qualidade dos serviços prestados pelos nossos auditores independentes e auditores internos, e da eficiência dos controles internos e sistemas de gestão de risco. É um órgão único responsável pela supervisão das empresas do Grupo Itaú Unibanco que estão autorizadas a operar pelo Banco Central ou que são supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados, ou SUSEP.

Todos os membros do Comitê de Auditoria são independentes, nos termos da regulamentação do CMN, sendo que o Conselho de Administração encerrará o mandato de qualquer integrante do Comitê de Auditoria se a sua independência for afetada por qualquer circunstância de conflito ou potencialmente conflituosa. Visando a atender as exigências do CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados, ou CNSP, bem como da SEC e da NYSE, o Comitê de Auditoria conta com o especialista financeiro independente: Sr. Diego Fresco Gutierrez.

As avaliações do Comitê de Auditoria baseiam-se em informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, das áreas responsáveis pela gestão de risco e controles internos, e nas análises dos membros do Comitê de Auditoria resultantes da observação direta. Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê realizou 149 reuniões em 53 dias, no período de janeiro a dezembro de 2014.

Pré-aprovação de Políticas e Procedimentos

Entre as responsabilidades do Comitê de Auditoria, está a determinação de políticas e procedimentos relativos aos serviços que podem ser prestados por nossos auditores externos. Anualmente, o Comitê de Auditoria emite (i) a lista dos serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos, considerando que tais serviços poderiam, eventualmente, afetar sua independência; (ii) a lista dos serviços que estão pré-aprovados; e (iii) os serviços que precisam ser aprovados previamente pelo Comitê de Auditoria.

Honorários e Serviços dos Principais Auditores

O quadro a seguir apresenta o valor total cobrado por categoria pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes pelos serviços prestados nos exercícios de 2014, 2013 e 2012:

TOTAL DOS HONORÁRIOS	(em milhares de R\$)					
	2014	% DE APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE AUDITORIA	2013	% DE APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE AUDITORIA	2012	% DE APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE AUDITORIA
Honorários de Auditoria	44.364	100,0	39.129	100,0	37.191	99,0
Honorários Relacionados à Auditoria	5.686	100,0	6.264	99,0	3.330	100,0
Honorários de Serviços Tributários	224	100,0	-	-	64	100,0
Demais Honorários	475	100,0	508	100,0	1.491	100,0
Total	50.749		45.901		42.075	

- Honorários de Auditoria: correspondem à auditoria das nossas demonstrações contábeis consolidadas anuais, à revisão das nossas demonstrações contábeis trimestrais, bem como à auditoria e revisão das demonstrações contábeis das nossas subsidiárias, serviços referentes à emissão de *comfort letters* em ofertas de títulos e valores mobiliários e auditoria de controles internos referentes a requerimentos da Lei Sarbanes-Oxley.
- Honorários relacionados à Auditoria: correspondem aos serviços prestados em relação à emissão de laudos de avaliação contábil, assessoria na revisão de documentos a serem enviados aos órgãos reguladores nacionais e internacionais – inclusive documentos sobre o cumprimento de leis e regulamentações –, auditoria de demonstrações contábeis específicas, assecuração dos controles e políticas de emissão de gases do efeito estufa, atividades de “*due diligence*” e revisão de relatórios para fins especiais.
- Honorários de Serviços Tributários: correspondem à consultoria

tributária, análise de contingências e possíveis riscos fiscais e revisão do imposto de renda.

- Outros Honorários: correspondem a testes relativos à segurança de internet, avaliação da gestão de continuidade de negócios, consultoria em novos projetos, utilização de pesquisas e materiais técnicos, treinamentos, assistência na análise de operações, serviços de consultoria relacionados à certificação *Global Investment Performance Standards* (GIPS), revisão independente de aspectos contábeis e tributários de operações no exterior e revisão independente do plano de implementação do COSO 2013.

“Durante o ano de 2014, o Comitê manteve 149 reuniões ao longo de 53 dias e dedicou-se especialmente ao acompanhamento dos controles internos e compliance da organização e das atividades da Auditoria Interna, com foco nas unidades locais e nas do exterior.”

Nesse período atingiram o término de seus mandatos os membros Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, Gustavo Jorge Laboissière Loyola e Guy Almeida Andrade, substituídos pelos novos membros Diego Fresco Gutierrez, na qualidade de especialista financeiro, Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana e Sergio Darcy da Silva Alves.”

Geraldo Travaglia Filho

Conselheiro Independente e Presidente do Comitê de Auditoria

Comitê de Pessoas

O Comitê de Pessoas é responsável por definir as principais diretrizes referentes a pessoas. Suas atribuições incluem a definição das diretrizes relacionadas com a atração e retenção de talentos, recrutamento e capacitação, e com os nossos programas de incentivo de longo prazo.

“O ano de 2014 foi importante para completar o que chamamos no Itaú Unibanco de “Ciclo de Meritocracia”. Agora, todo executivo recebe seu feedback e é avaliado não só com base na sua performance passada mas também em relação ao seu momento de carreira. Com isso, é possível detalhar um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), importante instrumento que permite tanto à organização quanto ao executivo traçarem metas de desenvolvimento de forma clara e organizada, incluindo possíveis áreas futuras de atuação. Além disso, o PDI fornece ao Itaú Unibanco um mapeamento completo de seu grupo de executivos, identificando pontos fortes e eventuais fragilidades.”

A atração, formação e desenvolvimento de talentos também foi um dos grandes avanços de 2014. Podemos citar, como exemplo, o expressivo aumento na contratação de estagiários das melhores universidades do Brasil, e destacar o programa de estágio de férias, que vem atraindo cada vez mais o interesse dos jovens. Um programa importante é a formação que é oferecida aos colaboradores que assumem o grande desafio de gerir equipes. Aqui o foco é desenvolvê-los em Gestão de Pessoas e Ética e Legislação Trabalhista. Para os líderes em estágio mais avançado na carreira, foi lançado um novo Programa de Educação Executiva, desenhado exclusivamente para as necessidades e desafios do Itaú Unibanco.

Esses e outros avanços relacionados à nossa agenda de Pessoas nos permitiram atingir a marca de 80% de satisfação dos colaboradores, um crescimento de 4 p.p. em nossa pesquisa de clima organizacional, denominada Fale Francamente. Nossa cultura interna, chamada de Nosso Jeito de Fazer, também saiu fortalecida de 2014: na pesquisa de aderência às atitudes que valorizamos na organização, atingimos 82%, uma evolução de 9 p.p.”

Pedro Moreira Salles

Presidente do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas

Comitê de Partes Relacionadas

O Comitê de Partes Relacionadas é responsável por analisar as transações entre partes relacionadas, nas circunstâncias especificadas em nossa Política para Transações com Partes Relacionadas, visando assegurar a igualdade e a transparência nessas operações. É composto em sua totalidade por membros independentes.

Transações com partes relacionadas

A nossa política referente a transações com partes relacionadas ("Política para Transações com Partes Relacionadas") define o conceito de parte relacionada e estabelece regras e procedimentos para transações desse tipo. Essa política estabelece que tais transações devem ser realizadas por escrito, em condições de mercado, em conformidade com nossas políticas internas (tais como as orientações especificadas em nosso Código de Ética) e divulgadas em nossas demonstrações contábeis, de acordo com os critérios de materialidade definidos pelas normas contábeis.

Transações com partes relacionadas envolvendo valores "significativos", conforme definido na nossa Política para Transações com Partes Relacionadas, estão sujeitas a governança interna adicional. Em dezembro de 2014, nossa Política para Transações com Partes Relacionadas foi alterada para estabelecer que "Transações Significativas" com partes relacionadas (transações ou conjuntos de transações correlatas envolvendo, no período de um ano, valores iguais ou superiores a R\$ 1,0 milhão) devem ser aprovadas pelo nosso Comitê de Partes Relacionadas, composto integralmente por membros independentes do nosso Conselho de Administração. Antes da aprovação, as "Transações Significativas" em valores inferiores a R\$ 50,0 milhões são submetidas à análise da Superintendência de Ética e Ombudsman. Todas as "Transações Significativas" com partes relacionadas são reportadas, trimestralmente, ao nosso Conselho de Administração. Consulte a seção Anexos, Política para Transações com Partes Relacionadas em www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Politica_para_Transacoes_de_Part_Relacionadas_Port.pdf.

A Instrução CVM nº 480/09 também foi alterada recentemente para exigir que as transações com partes relacionadas que cumprem as condições especificadas pelo Anexo 30-XXXIII dessa norma sejam divulgadas em até 7 (sete) dias úteis de sua ocorrência, de acordo com os termos definidos na referida norma.

Ainda, a regulamentação brasileira estabelece que não é permitido às instituições financeiras conceder empréstimos, adiantamentos ou garantias para determinadas pessoas físicas e jurídicas a elas relacionadas. Consulte a seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório – Empréstimos e Adiantamentos a Partes Relacionadas, para maiores detalhes.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 35 – Partes Relacionadas, para maiores detalhes sobre as partes relacionadas com quem fazemos negócios e os principais termos dessas transações.

"Durante 2014, o Comitê analisou operações com partes relacionadas que tenham atingido, em um único contrato ou em contratos sucessivos com o mesmo fim, valor igual ou superior a 0,1% do patrimônio líquido da Companhia no período de 1 (um) ano, nos termos da Política para Transações com Partes Relacionadas então em vigor. Além disso, reportou ao Conselho de Administração as operações avaliadas pela Superintendência de Ética e Ombudsman da Companhia. No final de 2014, decidiu-se ampliar a competência do Comitê de modo que, a partir de 2015, ele passasse a analisar todas as operações com partes relacionadas ou

conjuntos de operações correlatas cujo valor, no período de 1 (um) ano, supere R\$ 1 milhão. A redução do valor que demandará a análise pelo órgão e a consequente ampliação das atribuições do Comitê visam aprimorar a governança interna do processo de aprovação dessas operações, que tem o escopo de assegurar igualdade e transparência e garantir aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que o Itaú Unibanco se encontra de acordo com as melhores práticas de governança corporativa."

Gustavo Jorge Laboissière Loyola

Conselheiro Independente e membro do Comitê de Partes Relacionadas

Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

O Comitê de Nomeação e Governança Corporativa é responsável por promover e supervisionar discussões relacionadas à nossa governança. Suas atribuições incluem, sem limitações, a análise e a emissão de pareceres sobre situações de potencial conflito de interesses entre os membros do Conselho de Administração e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, a revisão periódica dos critérios de nomeação dos membros independentes do nosso Conselho de Administração – de acordo com os princípios de governança e a regulamentação aplicável –, o apoio metodológico e procedimental à avaliação do Conselho, dos seus membros, dos comitês e do Diretor-Presidente e a discussão sobre a sucessão dos membros do Conselho de Administração e do Diretor-Presidente, bem como a recomendação desses.

Consulte a seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, para mais informações sobre mudanças no nosso Conselho de Administração.

"O Comitê de Nomeação e Governança efetuou 4 reuniões em 2014 dedicando-se a diversos assuntos, dentre os quais destacam-se:

- *Avaliação do Comitê Executivo;*
- *Discussão de possíveis nomes de elementos para participarem do Conselho de Administração; Comitê de Auditoria e composição dos diversos comitês;*
- *Avaliação do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente Executivo e pontos a serem melhorados para as próximas avaliações;*
- *Revisão dos regimentos dos Comitês; e*
- *Revisão de diversas Políticas, destacando-se a Antitruste, Negociação de Valores Mobiliários de emissão da própria Companhia, Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Governança Corporativa.*

Foi discutida em detalhe a reestruturação necessária e o encaminhamento do processo sucessório do atual Presidente Executivo e alterada a idade limite para ser Presidente Executivo da Holding para 62 anos, prevalecendo a de 60 anos para a condução das áreas de Varejo e Corporate."

Henri Penchas

Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

Comitê de Gestão de Riscos e de Capital

O Comitê de Gestão de Riscos e de Capital é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de atribuições relacionadas à nossa gestão de riscos e de capital, enviando relatórios e recomendações sobre esses temas para a aprovação do Conselho. Suas atribuições incluem a definição do nosso apetite de risco, o retorno mínimo esperado sobre o nosso capital e a supervisão das atividades de gestão e controle de riscos, assegurando a sua adequação aos níveis de risco assumidos e à complexidade das operações e o atendimento às exigências regulatórias. Ele também é responsável por promover o aperfeiçoamento da nossa cultura de risco.

“Ao longo de 2014, o Comitê de Gestão de Riscos e Capital continuou a exercer o seu mandato de supervisão das atividades de gestão de riscos e de capital. Dessa forma, manteve o acompanhamento da avaliação da suficiência e da adequação dos níveis de capital, em situações normais e em estresse, bem como monitoramento das nossas exposições consolidadas. Neste ano, também houve a revisão dos limites estabelecidos pelo apetite de risco, além do aprofundamento nas discussões da estrutura de controles de risco de mercado.”

Pedro Luiz Bodin de Moraes

Conselheiro Independente e Presidente do Comitê de Gestão de Riscos e Capital

Comitê de Estratégia

O Comitê de Estratégia é responsável por promover discussões sobre assuntos estratégicos e de elevado impacto para nós. Suas atribuições incluem: propor diretrizes orçamentárias para o Conselho de Administração, emitir pareceres e recomendações sobre diretrizes estratégicas e oportunidades de investimentos, fornecendo subsídios para as decisões do Conselho de Administração.

“No ano de 2014 o Comitê de Estratégia continuou a implementar as estratégias definidas em seu plano para o ano de 2020, além de alinhar o orçamento e as metas de 2015 com o referido plano.”

Nesse sentido, cabe destacar o desinvestimento da operação de seguros de grandes riscos, dentro da estratégia de concentrar a atuação do Itaú Unibanco na comercialização de seguros massificados, relacionados ao varejo bancário. A fusão das nossas operações bancárias no Chile e na Colômbia com o CorpBanca continuaram a evoluir, com fechamento final previsto para meados de 2015. Especial atenção tem sido dedicada ainda aos novos investimentos nas operações digitais, sejam eles relacionados à infraestrutura e arquitetura dos sistemas ou aos novos produtos.”

Nildemar Secches

Conselheiro Independente e Membro do Comitê de Estratégia

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é responsável por promover discussões sobre assuntos relacionados à remuneração de nossa administração. Suas atribuições incluem, sem limitações, o desenvolvimento de uma política de remuneração para os nossos administradores, propondo ao Conselho de Administração diferentes formas de remuneração fixa e variável – além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento –, a discussão, a análise e a supervisão da implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, discutindo os princípios gerais para a remuneração dos nossos colaboradores e recomendando o seu aprimoramento ao Conselho de Administração.

“Em 2014, o Comitê de Remuneração se empenhou em avaliar os impactos da legislação sobre pagamento baseado em ações, a lei 12.973. Através das orientações dessa lei e apoiado em estudos regulatórios, tributários e de gestão de risco, o Comitê aprovou algumas alterações nos modelos de incentivo de longo prazo que serão submetidas à aprovação da AGO.”

Além do estudo de impacto da lei 12.973, o Comitê de Remuneração manteve suas atividades em relação à análise dos incentivos oriundos dos modelos de remuneração variável do Itaú Unibanco Holding, sempre com foco em manter os montantes totais distribuídos alinhados ao apetite de risco da organização.”

Israel Vainboim

Conselheiro Independente e Membro do Comitê de Remuneração

Conselho Consultivo Internacional

O Conselho Consultivo Internacional é responsável por avaliar as perspectivas para a economia mundial e a adoção, por nossa parte, de códigos e normas internacionalmente aceitos, especialmente com relação à política monetária e financeira, governança corporativa, mercado de capitais e aos sistemas de pagamento e prevenção contra a lavagem de dinheiro, visando contribuir para o fortalecimento de nossa presença na comunidade financeira internacional e oferecer diretrizes para o Conselho de Administração. O Conselho Consultivo Internacional é composto pelas seguintes pessoas – algumas delas não são membros do nosso Conselho de Administração nem colaboradores do Grupo Itaú Unibanco: Pedro Sampaio Malan, Alessandro Profumo, André Lara Rezende, Andres Velasco, Angel Corcóstegui, Carlos Ghosn, Pedro Moreira Salles, Ricardo Villela Marino, Roberto Egydio Setubal, Vikram Pandit e Woods Staton.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão independente, composto por três a cinco membros, e suplentes em igual número, eleitos anualmente pelos nossos acionistas, cujas atribuições são fiscalizar as atividades da nossa administração, examinar as nossas demonstrações contábeis do exercício social e emitir uma opinião sobre essas demonstrações, entre outras competências estabelecidas pela legislação brasileira. O Conselho Fiscal deve atuar de forma independente da administração, dos nossos auditores externos e do Comitê de Auditoria.

Embora sua existência permanente não seja legalmente obrigatória, temos um Conselho Fiscal instalado e operando de forma ininterrupta desde 2000.

Consulte www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/en/Rules_Fiscal_Council.pdf para mais informações sobre as regras de cada comitê.

Diretoria

Nossa Diretoria é eleita anualmente pelo Conselho de Administração e tem o papel de implementar as diretrizes por ele propostas. Os diretores conduzem nossos negócios, garantindo a melhor alocação e gestão dos recursos para alcançarmos as metas estabelecidas. A estrutura da nossa Diretoria está constituída levando em consideração a segmentação dos nossos negócios.

De acordo com a legislação brasileira, a eleição de cada membro da nossa Diretoria deve ser aprovada pelo Banco Central. Ainda, segundo a legislação brasileira, um diretor em exercício mantém o seu cargo até que ele seja reeleito ou a posse de seu sucessor. Os nossos diretores passam por uma rigorosa avaliação interna e periódica, na qual são considerados critérios de desempenho como a satisfação do cliente e a gestão de pessoas e financeira.

Comitê de Divulgação e Negociação

O Comitê de Divulgação e Negociação está subordinado à Diretoria e é composto por membros do Conselho de Administração e da diretoria da Itaú Unibanco Holding, ou qualquer empresa do Grupo Itaú Unibanco, e por profissionais de conhecimento comprovado na área de mercado de capitais, indicados pelo nosso Diretor de Relações com Investidores, que também é um membro permanente do comitê.

O Comitê é responsável por gerir a nossa Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e a nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários. Fomos um dos primeiros, entre as empresas de capital aberto do Brasil, a instituir esse comitê.

As atribuições do Comitê de Divulgação e Negociação incluem a condução de ações internas que buscam melhorar o fluxo de informações e promover a conduta ética dos nossos administradores e colaboradores, assegurando a transparência, a qualidade, a igualdade e a segurança nas informações prestadas aos nossos acionistas, investidores e demais agentes do mercado de capitais.

Membros do nosso Conselho de Administração e Diretores Executivos

Quatro membros do nosso Conselho de Administração, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Ricardo Villela Marino e Alfredo Egydio Setubal e Roberto Egydio Setubal são membros da família Egydio de Souza Aranha; e um dos membros do nosso Conselho de Administração, Pedro Moreira Salles, é membro da família Moreira Salles.

No início de 2014, anunciamos as seguintes mudanças em nosso comitê de auditoria:

- Sérgio Darcy da Silva Alves, Diego Fresco Gutierrez (como especialista financeiro independente do Comitê de Auditoria) e Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana foram eleitos para o Comitê de Auditoria (em 27 de fevereiro, 20 de março e 24 de abril, respectivamente). Em 24 de abril de 2014, as nomeações de Guy Almeida Andrade e Gustavo Jorge Laboissière Loyola foram renovadas.

Em 24 de abril de 2014, anunciamos as seguintes mudanças em nossa alta administração:

- Wagner Bettini Sanches foi eleito para a Diretoria Executiva e desde 31 de julho de 2014 é o Diretor responsável pela Gestão de Risco de Crédito; e
- Marcelo Kopel foi eleito para a Diretoria Executiva e também nomeado como membro do Comitê de Divulgação e Negociação.

Ana Tereza de Lima e Silva Prandini deixou seu cargo na Diretoria Executiva, e Robert George Stribling, responsável pela Gestão de Risco de Liquidez, e Rogério Calderón Peres não foram reeleitos.

Em 29 de maio de 2014, Matias Granata foi eleito para a Diretoria Executiva, sendo o Diretor responsável pela Gestão de Risco de Liquidez e de Risco de Mercado.

Em 02 de fevereiro de 2015, Adriano Cabral Volpini e Cláudio José Coutinho Arromatte foram eleitos para a Diretoria Executiva. Desde 11 de fevereiro de 2015, Adriano Cabral Volpini é o Diretor responsável pela Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Cláudio José Coutinho Arromatte é o Diretor Responsável pelo Controle de Risco Operacional, Fornecimento de Informações, Procedimentos e Controles internos com relação à negociação de Valores Mobiliários em Mercados Regulamentados e ao cumprimento das Política de Responsabilidade Socioambiental.

Em 21 de fevereiro de 2015, anunciamos uma nova estrutura do Itaú Unibanco Holding. Por favor, consulte a seção Nosso perfil, inciso 2014 destaques, os desenvolvimentos recentes para mais informações.

MEMBROS NOME (IDADE), POSIÇÃO	MEMBRO DESDE	COMITÊ DE AUDITORIA	COMITÊ DE PESSOAS	COMITÊ DE PARTES RELACIONADAS	COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA CORPORATIVA	COMITÊ DE GESTÃO DE RISCO E CAPITAL	COMITÊ DE ESTRATÉGIA	COMITÊ DE REMUNERAÇÃO ⁽¹⁾	CONSELHO CONSULTIVO INTERNACIONAL ⁽²⁾
Conselho da Administração ⁽³⁾ (12 membros)	Pedro Moreira Salles (55), Presidente		P	P	P		P	P	M
	Alfredo Egydio Arunda Villela Filho (45), Vice Presidente				M				
	Roberto Egydio Setubal (60), Vice Presidente		M			M	M		M
	Alfredo Egydio Setubal (56), Membro				M				
	Candido Botelho Bracher (56), Membro		M			M			
	Demosthenes Madureira de Pinho Neto (54), Membro			M	M				
	Gustavo Jorge Laboissière Loyola (62), Membro Independente	I		M		M			
	Henri Penchas (68), Membro				M		M		
	Israel Vainboim (70), Membro Independente	I			M		M		
	Nildemar Secches (66), Membro Independente	I	M	P			M		
	Pedro Luiz Bodin de Moraes (58), Membro Independente	I		M		P			M
	Ricardo Villela Marinho (40), Membro		M				M		M
Comitê Executivo (14 membros)	Roberto Egydio Setubal (60), Diretor Presidente (CEO)								
	Alfredo Egydio Setubal (56), Vice Presidente Executivo e Diretor de Relações com Investidores								
	Candido Botelho Bracher (56), Vice Presidente Executivo								
	Caio Ibrahim David (46), Diretor Financeiro e Diretor Executivo								
	Claudia Politanski (44), Diretor Executivo								
	Eduardo Mazzilli de Vassimon (56), Diretor Executivo								
	Ricardo Baldin (60), Diretor Executivo								
	Alexandro Broedel Lopes (40), Diretor								
	Eduardo Hioyuki Miyaki (42), Diretor								
	Emerson Macedo Bortoloto (37), Diretor								
	Marcelo Kopel (50), Diretor								
	Matias Granata (40), Diretor								
	Rodrigo Luis Rosa Couto (39), Diretor								
	Wagner Bertini Sanchez (43), Diretor								
Comitê de Auditoria ⁽³⁾ (6 membros)	Alkimar Ribeiro Moura (73), Membro Independente	I	M						
	Diego Fresco Gutierrez (44), Membro Independente	I	M						
	Geraldo Travaglia Filho (63), Membro Independente	I	P						
	Luiz Alberto Fiore (63), Membro Independente	I	M						
	Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (55), Membro Independente	I	M						
	Sergio Darcy da Silva Alves (69), Membro Independente	I	M						
Conselho Fiscal ⁽³⁾ (3 membros)	Alberto Sozin Fuuquern (71), Membro Independente	I							
	Iran Siqueira Lima (70), Membro Independente	I							
	Luiz Alberto de Castro Falleiros (57), Membro Independente	I							

(1) Inclui os indivíduos que não são membros do nosso Conselho de Administração. José Castro Araújo Rudge.

(2) Inclui indivíduos que não são membros de nosso Conselho de Administração ou colaboradores do Grupo Itaú Unibanco. Alessandro Profumo, Aníjé Lara Rezende, Andres Velasco, Angel Corróstegui, Carlos Ghosn, Pedro Sampaio Malan, Vikram Pandit and Woods Staton.

(3) Os critérios de independência para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Fiscal são diversos, sob as nossas políticas e regulamentos aplicáveis em vigor.

 Presidente
  Membro
  Membro Independente
  também Membro do Conselho de Administração

Conselho de Administração

Pedro Moreira Salles (Presidente do Conselho de Administração)

ocupou vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive Vice-Presidente do Conselho de Administração (fevereiro de 2010 a abril de 2012) do Banco Itaú BBA S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração (março de 2008 a novembro de 2008) e Diretor-Presidente da Unibanco Holdings S.A. (março de 2007 a novembro de 2008); Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. – (setembro de 2004 a novembro de 2008) e Presidente do Conselho de Administração da Unibanco Seguros S.A. (dezembro de 1995 a fevereiro de 2009).

É também membro do Conselho de Administração da Totvs S.A. desde março de 2010 e Presidente do Conselho de Administração da Companhia E. Johnston de Participações desde 2008 e Membro do Conselho de Administração desde novembro de 2008 da IUPAR, tendo sido Presidente (novembro de 2008 a abril de 2012).

Ocupou também o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. (novembro de 2009 a março de 2012) e de Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston Representação e Participações S.A. (2001 a fevereiro de 2009).

É Bacharel, *magna cum laude*, em Economia e História pela Universidade da Califórnia, Los Angeles. Também cursou o programa de mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Yale e o Programa de Administração de Sócio/Presidente (OPM) na Universidade de Harvard, ambos nos Estados Unidos.

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente do Conselho de Administração)

foi Vice-Presidente do Conselho de Administração desde março de 2003 e Membro do Conselho de Administração desde abril de 1997. É Vice-Presidente desde janeiro de 2010, tendo sido Presidente (abril de 2009 a janeiro de 2010) e Vice-Presidente (abril de 1997 a abril de 2009) da Itaútec S.A.; Membro do Conselho de Administração (abril de 2004 a abril de 2010), sendo Presidente (de abril de 2009 a novembro de 2009) e Vice-Presidente (abril de 2004 a abril de 2009 e novembro de 2009 a abril de 2010) da Elekeiroz S.A.; Membro do Conselho de Administração desde 1996, sendo Vice-Presidente do Conselho desde 2008 da Duratex S.A.; Membro do Conselho de Administração desde agosto de 1995, sendo Vice-Presidente desde maio de 2011 e Diretor-Presidente desde setembro de 2009 da Itaúsa.

Ele também é Membro do Grupo Itaú Unibanco e atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco S.A. (agosto de 2002 a março de 2003).

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) e Pós-Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do Conselho de Administração) ocupou vários cargos dentro do Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor-Presidente desde novembro de 1995 no Itaú Unibanco Holding S.A.; Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. desde novembro de 2004; Diretor-Presidente e Diretor-Geral desde abril de 1994, Diretor-Gerente (de julho de 1990 a abril de 1994) e Membro do Conselho de Administração (maio de 1991 a março de 2003) do Itaú Unibanco S.A.

Ele também atuou como Diretor Vice-Presidente da Itaúsa desde maio de 1994; Membro do Conselho da Conferência Monetária Internacional desde 1994; Membro do Comitê Consultivo Internacional do Banco da Reserva Federal de Nova York desde 2002; Membro do Comitê Consultivo Internacional de NYSE desde abril de 2000; Membro do Fórum de Desenvolvimento de China desde 2010; Presidente da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) (abril de 1997 a março de 2001); Presidente do Conselho Consultivo da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) desde outubro de 2008; Co-Presidente do WEF 2015 (*World Economic Forum*) desde 2015.

É Bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Engenharia pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos.

Alfredo Egydio Setubal (Membro) ocupou vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Vice-Presidente Executivo desde abril de 1996; Diretor-Executivo (maio de 1993 a junho de 1996); Diretor-Gerente (entre 1988 e 1993) e Diretor de Relações com Investidores (1995 a 2003) do Itaú Unibanco S.A.

Ele também atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Itaúsa desde setembro de 2008; Membro do Conselho Consultivo da Associação dos Concessionários de Valores Mobiliários (ADEVAL) desde 1993; Diretor Financeiro do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) desde 1992 e da ABRASCA desde 1999.

É Presidente da Comissão Superior de Orientação, Nomeação e Ética desde 2009 e Membro do Conselho de Administração (1999 a 2009) do IBRI. Foi Vice-Presidente (1994 a agosto de 2003) e Presidente (agosto de 2003 a agosto de 2008) da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), atualmente Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais – ANBIMA).

É Bacharel e Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com especialização na INSEAD, França.

Candido Botelho Bracher (Membro) é Vice-Presidente do Conselho de Administração desde março de 2003 e Diretor-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. desde agosto de 2005.

Foi membro do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A. (abril de 2009 a junho de 2014); Membro Suplente do Conselho de Administração (setembro de 1999 a junho de 2005) e Membro do Conselho de Administração (junho de 2005 a março de 2013) do Pão de Açúcar – Cia. Brasileira de Distribuição. Ele foi Vice-Presidente Executivo do Banco Itaú BBA S.A. (fevereiro de 2003 a agosto de 2005), onde era responsável pelas unidades comerciais, mercados de capital e de políticas de recursos humanos. Foi Diretor do Banco Itaú BBA Creditanstalt S.A. (1988 a 2003).

É Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Demosthenes Madureira de Pinho Neto (Membro) atuou como Diretor-Executivo do Itaú Unibanco S.A. (novembro de 2008 a janeiro de 2012).

Foi Diretor Vice-Presidente no Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2008 a abril de 2009); Vice-Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (dezembro de 2004 a abril de 2009); Diretor-

Executivo do Unibanco *Asset Management* (agosto de 2002 a julho de 2005). Foi Vice-Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) (2000 a 2003); Diretor-Presidente da *Dresdner Asset Management* (novembro de 1999 a 2002); Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (de 1997 a março de 1999) e Coordenador Geral de Política Monetária e Financeira para o Ministério da Fazenda (1993).

É Bacharel e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RJ, no Brasil, e Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos.

Gustavo Jorge Laboissière Loyola (Membro Independente)

foi Presidente do Conselho Fiscal (março de 2003 a abril de 2006) e Presidente do Comitê de Auditoria (setembro de 2008 a abril de 2014) do Itaú Unibanco Holding S.A. Atua como Sócio nas empresas Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda. desde novembro de 2002 e Tendências Conhecimento Assessoria Econômica Ltda. desde julho de 2003. Atua, ainda, como Sócio-Diretor da Gustavo Loyola Consultoria S/C desde fevereiro de 1998. Atuou como Presidente do Banco Central do Brasil (novembro de 1992 a março de 1993 e junho de 1995 a agosto de 1997), e como Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional do Banco Central do Brasil (março de 1990 a novembro de 1992).

É Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e Pós-Graduado em Economia pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Henri Penchas (Membro) atua no Grupo Itaú Unibanco como Membro do Conselho de Administração desde setembro de 1998 e Vice-Presidente (julho de 2003 a abril de 2009) do Banco Itaú BBA S.A.; Membro do Conselho de Administração (abril de 1997 a março de 2003), Vice-Presidente Sênior (abril de 1997 a abril de 2008), Vice-Presidente Executivo (maio de 1993 a abril de 1997), Diretor-Executivo responsável pela área de Controle Econômico (1988 a 1993) do Itaú Unibanco S.A.

É também Vice-Presidente Executivo desde abril de 2009 e Diretor de Relações com Investidores desde 1995. Foi Diretor-Executivo da Itaúsa (dezembro de 1984 a abril de 2008). Atua como Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Auditoria e Comitê de Gerenciamento de Risco da Duratex S.A. desde abril de 2013 e é Membro do Conselho de Administração da Elekeiroz S.A. desde abril de 2013. Atua como Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Divulgação desde abril de 2013 e Diretor-Presidente (abril de 2013 a abril de 2014) da Itautech S.A. – Grupo Itautech.

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade Mackenzie e Pós-Graduado em Finanças pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Israel Vainboim (Membro Independente) atuou como membro do Conselho de Administração do Unibanco (1988 a 2008) e como Diretor-Presidente da Unibanco Holdings S.A. (1994 a 2007) e foi Presidente do Conselho de Administração (2007 a 2009). Atuou como Diretor-Presidente (1988 a agosto de 1992), como Diretor Vice-Presidente (1978 a 1988) do Unibanco e comandou as Operações de Retaguarda do Grupo Unibanco (1973 a 1977).

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com MBA pela Universidade de *Stanford*, nos Estados Unidos.

Nildemar Secches (Membro Independente) atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da WEG S.A. (1998 a 2011) e Membro do Conselho de Administração desde 2011; como Vice-Presidente do Conselho de Administração da *lochpe-Maxion* desde 2004, como Membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose desde maio de 2008 e da Ultrapar S.A. desde abril de 2002.

Atuou como Diretor-Presidente da Perdigão S.A. (janeiro de 1995 a outubro de 2008) e Diretor-Geral Corporativo do Grupo *lochpe-Maxion* (1990 a 1994). Atuou como Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES – 1987 a 1990) e como Presidente do Conselho de Administração da BRF – Brasil *Foods* (abril de 2007 a 2013). Foi Presidente da Associação dos Produtores e Exportadores de Frangos (2001 a 2003).

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela USP de São Carlos, Pós-Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pós-Graduado em Finanças pela PUC do Rio de Janeiro.

Pedro Luiz Bodin de Moraes (Membro Independente) atuou como membro do Conselho de Administração do Unibanco (julho de 2003 a dezembro de 2008). Atuou como Diretor e Sócio do Banco Icatu S.A. (1993 a 2002). Atua como Sócio desde 2003 e foi Diretor (2002 a 2003) da Icatu Holding S.A. Foi Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil (1991 a 1992) e Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES – 1990 e 1991).

É Bacharel e Mestre em Economia pela PUC-RJ e Pós-Graduado em Economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos.

Ricardo Villela Marino (Membro) atua no Grupo Itaú Unibanco como Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde agosto de 2010. Foi Diretor-Executivo (setembro de 2006 a agosto de 2010), Diretor Gerente Sênior (agosto de 2005 a setembro de 2006), Diretor Gerente (dezembro de 2004 a agosto de 2005) no Itaú Unibanco S.A. Atua como Membro Suplente do Conselho de Administração da Itaúsa desde abril de 2011. É membro suplente do Conselho de Administração da Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautech S.A. desde abril de 2009. Foi Presidente da Federación Latino Americana de Bancos (FELABAN) (2008 a 2010).

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas pela *Sloan School of Management* do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), em Cambridge, nos Estados Unidos.

Diretoria

Caio Ibrahim David (Diretor Financeiro e Diretor-Executivo) no Grupo Itaú Unibanco atua como Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde agosto de 2010.

Ingressou no Itaú Unibanco S.A. em 1987 como *trainee*, atuando nas áreas de controladoria e controle de riscos de mercado e liquidez. Atua como Membro do Conselho de Administração da Investimentos Bemge S.A. desde abril de 2012 e como Membro do Conselho de

Administração da *Dibens Leasing S.A.* – Arrendamento Mercantil desde julho de 2010. Também atuou como Diretor-Executivo da Itauseg Participações S.A. (empresa de capital aberto até novembro de 2012 (abril de 2010 até abril de 2013). Atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Redecard S.A. (junho de 2010 a dezembro de 2012). Atuou como associado no *Bankers Trust* em Nova York na área de Gestão de Risco Global em 1998.

É Bacharel em Engenharia pela Universidade Mackenzie (1990), Pós-Graduado em Economia e Finanças (1993) pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Controladoria pela USP (1997), com MBA pela Universidade de Nova York (1999), com especialização em Finanças, Contabilidade e Negócios Internacionais nos Estados Unidos.

Claudia Politanski (Diretora-Executiva) é Vice-Presidente Executiva do Itaú Unibanco S.A. desde julho de 2013. Atualmente, é responsável pela nossa ouvidoria e divisão jurídica e atua como Assessora Jurídica Geral.

Ela ingressou no Unibanco em 1991 e se tornou Diretora-Executiva (agosto de 2007 a julho de 2014), Diretora (fevereiro de 2006 a agosto de 2007) e Diretora Adjunta (julho de 2003 a fevereiro de 2006). Foi também Diretora-Executiva do Itaú Unibanco S.A. (fevereiro de 2010 a março de 2013).

É Bacharel em Direito pela USP com MBA pela Fundação Dom Cabral de Minas Gerais. Tem ainda Mestrado em Direito (LLM) pela Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos.

Eduardo Mazzilli de Vassimon (Diretor-Executivo) ocupou vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde março de 2013, e é membro do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. desde novembro de 2004.

Atuou como Diretor Vice-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2004 a dezembro de 2008) e foi responsável pelas áreas internacional, de instituições financeiras, produtos, mesa de clientes e tesouraria. Atuou como Gerente Geral do Itaú Unibanco S.A. (1980 a 1990). Atua como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Investimentos Bemge S.A. desde fevereiro de 2013. Atuou como Diretor Adjunto de Câmbio (1990 a 1991) e como Diretor da Área Internacional (1992 a 2003) do Banco BBA-Creditanstalt S.A.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da USP (1980) e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (1980). Mestre pela EAESP/FGV (1982) e pela *École des Hautes Études Commerciales* – França (1982).

Ricardo Baldin (Diretor-Executivo) atuou no Grupo Itaú Unibanco como Diretor-Executivo do Itaú Unibanco S.A. (fevereiro de 2010 a abril de 2011).

Atua como membro do Comitê de Auditoria da Porto Seguro S.A. desde outubro de 2011. Em 1977, foi contratado pela *PricewaterhouseCoopers* (PwC) como *trainee* e lá atuou como sócio durante 18 anos. Como auditor independente, foi o sócio responsável

pela área de instituições financeiras. Foi também o sócio responsável pelo grupo de instituições financeiras da PwC na América do Sul, onde foi responsável pela coordenação de vários projetos na região, inclusive a avaliação do sistema financeiro equatoriano. Foi Diretor da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) e responsável pelo grupo de instituições financeiras no IBRACON por diversos anos.

É Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS) (1978), com cursos de extensão universitária em Administração e Finanças na Fundação Dom Cabral e na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Alexsandro Broedel Lopes (Diretor) atua no Grupo Itaú Unibanco como Diretor do Itaú Unibanco S.A. desde maio de 2012.

Atua na Investimentos Bemge S.A. como Diretor desde junho de 2012 e na Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil como Diretor desde agosto de 2012. Na USP atua como Professor Titular de Ciências Contábeis e Finanças desde 2002, lecionando disciplinas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado nas áreas de finanças e contabilidade. Atuou como Diretor na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2010 a 2012). É membro do Conselho Consultivo de Normas e do Grupo Consultivo de Educação da Fundação IFRS.

É Doutor em Ciências Contábeis e Finanças pela Escola de Economia de Manchester (2008) no Reino Unido, Doutor em Controladoria e Ciências Contábeis pela USP (2001), Bacharel em Ciências Contábeis (1997) pela USP e Bacharel em Direito pela USP (2012). Foi agraciado com o Prêmio Unibanco de Desempenho Universitário e com o Prêmio Prof. Ari Toríbio de Melhor Trabalho de Conclusão de Curso.

Eduardo Hiroyuki Miyaki (Diretor) atuou no Grupo Itaú Unibanco como Diretor do Itaú Unibanco S.A. (agosto de 2010 a agosto de 2011).

Atuou como Gestor e Diretor de *Compliance* do programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro do Itaú Unibanco (1996 a 2003). Foi o gestor responsável pelo Departamento de Auditoria Interna das áreas de Gestão de Ativos e Tesouraria (2003 a 2004). Foi também gestor das áreas de Auditoria Interna, Mercado de Capitais, Seguros e Títulos e Valores Mobiliários (2005 a 2010).

É Bacharel em Engenharia Civil pela USP e Doutor em Saneamento pela Universidade Federal da Província Japonesa de Gunma. Também é Doutor em Administração de Empresas pela FGV. cursou MBA em Finanças e Negócios Internacionais na escola de Administração *Leonard Stern*, da Universidade de Nova York, nos Estados Unidos.

Emerson Macedo Bortoloto (Diretor) ingressou no Itaú Unibanco S.A. em julho de 2003, ocupando cargos na área de Auditoria Interna. Desde novembro de 2008, é responsável pela avaliação de processos relacionados com riscos de mercado, crédito e operacional, além de auditoria de projetos e auditoria contínua. Também foi responsável por auditorias nos processos de Tecnologia da Informação e de análise e concessão de crédito no varejo. Atuou, ainda, na *Ernst & Young*

Audítores Independentes (maio de 2001 a junho de 2003). Trabalhou no Banco Bandeirantes S.A. (1992 a 2001), sendo responsável por conduzir auditorias de TI e de processos operacionais.

É Bacharel em Tecnologia de Processamento de Dados pelas Faculdades Integradas Tiberiá e doutor em Auditoria e Consultoria em Segurança da Informação pelas Faculdades Associadas de São Paulo (FASP). Obteve, em 2004, a certificação CISA emitida pelo ISACA. Cursou MBA em auditoria interna pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).

Marcelo Kopel (Diretor) foi Diretor-Executivo da Redecard S.A. (maio de 2010 a julho de 2014) e Diretor do Itaú Unibanco S.A. desde julho de 2014. Também atuou como Diretor do Banco Credicard S.A. (novembro de 2004 a fevereiro de 2010); Banco Citibank S.A. como Diretor Financeiro (2006 a 2010) e ING Bank Brasil (1992 a 1998) e América Latina (1998 a 2002). No *Bank of America* atuou como Diretor Financeiro acumulando o cargo de Diretor de Operações (2002 a 2003).

É formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP).

Matias Granata (Diretor) ocupou vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, sendo Diretor desde julho de 2014. Atuou como Superintendente de Risco de Mercado de outubro de 2010 a abril de 2014 e Superintendente de Risco Operacional de março de 2009 a outubro de 2010.

Também foi *Trader Sênior* Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo (agosto de 2007 a março de 2009); *Trader Sênior* Tesouraria – Mesa Proprietária Londres (agosto de 2004 a agosto de 2007), *Trader* de Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo (abril de 2003 a agosto de 2004); Economista Sênior de Pesquisa Econômica (maio de 2002 a abril de 2003).

É Mestre em Política Econômica Internacional pela Universidade de Warwick, Reino Unido. Foi Bolsista pelo programa britânico *Chevening* (2000-2001); é Mestre em Economia pela Universidade Torcuato Di Tella (UTDT), Argentina; (1998-2000) e tem Graduação em Economia pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina (1992-1997).

Rodrigo Luís Rosa Couto (Diretor) ocupou vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, sendo Diretor desde janeiro de 2012 e foi chefe da área de riscos corporativos (fevereiro de 2008 a dezembro de 2011) no Itaú Unibanco Holding S.A. e Diretor desde dezembro de 2011 no Itaú Unibanco S.A.

Trabalhou como Inspetor do Departamento de Supervisão Direta – DESUP – no Banco Central do Brasil (1988 a 2003). Fez estágio no *Financial Stability Institute* do BIS, durante o qual participou da elaboração e lecionou um curso preparatório para supervisores bancários de autoridades regulatórias em âmbito mundial, curso que também ministrou (abril a junho de 2003). Atuou na *McKinsey & Company Associate* como consultor em prática de gestão de riscos e como especialista em assuntos relacionados com risco e finanças (setembro de 2005 a fevereiro de 2008).

É Bacharel em Administração, com Ênfase em Finanças, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) (1997) com MBA, com menção honrosa pela *The Wharton School*, Universidade da Pensilvânia (2005), nos Estados Unidos.

Wagner Bettini Sanches (Diretor) ocupou vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, sendo Diretor desde junho de 2014 no Itaú Unibanco Holding S.A.; Diretor desde outubro de 2011 no Itaú Unibanco S.A. e Diretor desde novembro de 2012 do Banco Itaú BMG Consignado S.A.

Anteriormente, ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Analista da Assessoria do Mercado de Empresas (1996 a 1999); Coordenador da Assessoria do Mercado de Empresas (1999 a 2000); Gerente da Assessoria do Mercado de Empresas (2000 a 2001); Superintendente de Crédito de Pessoa Jurídica – Mercado de Empresas (2003 a 2007); Superintendente Comercial de Crédito Imobiliário Pessoa Jurídica, sendo responsável pelo relacionamento comercial com as incorporadoras em todo o País (2007 e 2008); Superintendente de Crédito e Cobrança de Crédito Imobiliário Pessoa Física e Jurídica, sendo responsável pela gerência de mesa de crédito Pessoa Física, análise de crédito Pessoa Jurídica, planejamento, monitoramento de projetos, gestão de cobrança e cobrança operacional e contencioso desde 2009 do Itaú Unibanco S.A.

É Bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, Pós-Graduado pela Universidade de Michigan; MBA, com alta distinção, com ênfase em finanças e estratégia pela *Ross School Business* nos Estados Unidos (2003).

Comitê de Auditoria

Alkimar Ribeiro Moura (Membro Independente) atuou como membro independente do Conselho de Supervisão da BM&FBOVESPA S.A. (outubro de 2007 a setembro de 2010), como membro do Conselho de Administração do Banco Nossa Caixa S.A. (maio de 2006 a fevereiro de 2007) e Vice-Presidente de Finanças e Mercado de Capitais do Banco do Brasil S.A. (abril de 2001 a janeiro de 2003). Atuou como Membro do Conselho de Administração da Cia. Brasil de Seguros (maio de 2001 a fevereiro de 2003) e do Banco Bandeirantes S.A. (maio de 1999 a dezembro de 2000). Foi Diretor Adjunto de Política Monetária (fevereiro de 1994 a fevereiro de 1996) e Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional (fevereiro de 1996 a setembro de 1997), ambos no Banco Central do Brasil. É professor aposentado de Economia na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV (EAESP/FGV).

É Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Economia pela Universidade da Califórnia, em *Berkeley*, e Doutor em Economia aplicada pela Universidade de *Stanford*.

Diego Fresco Gutierrez (Membro Independente) atua como consultor independente para assuntos complexos relativos a relatórios financeiros, especialmente para empresas com ações com registro duplo (no Brasil e nos Estados Unidos) desde junho de 2013. Foi sócio da PwC – São Paulo (2000 a junho de 2013) nas áreas de Mercado de Capitais e Serviços de Assessoria Contábil, tendo ocupado vários cargos na PwC no Uruguai e nos Estados Unidos.

É Bacharel em Ciências Contábeis pela *Universidad de la Republica Oriental del Uruguay* em 1994; é *Certified Public Accountant* (CPA no Estado da Virgínia (Estados Unidos) desde 2002 (Matrícula 27.245); e tem certificação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sendo Membro da Comissão de Governança em Instituições Financeiras desde 2013.

Geraldo Travaglia Filho (Membro Independente) atuou como Diretor-Executivo do Itaú Unibanco S.A. e da Itaú Unibanco Holding S.A. (novembro de 2008 a abril de 2009), como Diretor-Executivo do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2008 a janeiro de 2010) e como Diretor-Executivo de Finanças da Redecard S.A. (maio de 2009 a abril de 2010). Atuou como Vice-Presidente do Unibanco (setembro de 2004 a abril de 2009).

É Bacharel em Administração de Empresas pela USP com especialização em Gestão Bancária pela *Wharton School* da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Luiz Alberto Fiore (Membro Independente) foi auditor independente da PwC (1971 a 1973). Ingressou na *Deloitte Touche Tohmatsu*, onde atuou como sócio nas áreas de Auditoria Externa e *Corporate Finance* (1973 a 2010). Atuou como Membro do Comitê Executivo e do Conselho de Administração da Deloitte do Brasil (1987 a 2008) e como Membro da Diretoria Internacional da *Deloitte Corporate Finance* (1998 a 2005).

É Bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica (ESAN-PUC) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie, ambas no Brasil.

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (Membro Independente) atuou como Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013 e Presidente do Comitê de Governança Corporativa desde abril de 2014 da Companhia Brasileira de Distribuição S.A.; Membro do Conselho de Administração da CPFL Energia S.A., desde abril de 2013; Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Totvs S.A. desde abril de 2013; Membro do Conselho Curador da Fundação IFRS, desde janeiro de 2014. Foi Presidente (julho de 2007 a julho de 2012) e Diretora (julho de 2006 a julho de 2007) da CVM; Vice-Presidente (2004 a 2006) e Membro do Conselho de Administração desde 2001 do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, ou IBGC; Presidente do Comitê Executivo (2010 a 2012) na Organização Internacional das Comissões de Valores, ou IOSCO. Trabalhou para a BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo – (atualmente BM&FBOVESPA S.A.) durante 12 anos, atuando como Superintendente de Empresas Listadas e Relações com Emissores de 2000 a junho de 2006. Participou, desde o início, da criação do Novo Mercado e Níveis de Listagem de Governança Corporativa e foi encarregada da sua implementação.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, ou FEAUSP, no Brasil.

Sergio Darcy da Silva Alves (Membro Independente) atuou como Membro do Comitê de Auditoria do Banco Santander S.A. (outubro de 2006 a março de 2013) e Membro dos Comitês Regulatórios como Coordenador e Auditor na BM&FBOVESPA S.A. desde janeiro de 2007. Ele ocupou vários cargos: Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro (setembro de 1997 a abril de 2006); Chefe do Departamento de Normas e Organização do Sistema Financeiro (abril de 1991 a agosto de 1997); Chefe Adjunto do Departamento de Normas e Organização do Sistema Financeiro (março de 1985 a março de 1991); Coordenador do Departamento do Mercado de Capitais na Divisão de Autorizações de Instituições Financeiras até 1985.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1968) e com Curso Superior de Ciências Contábeis pela Associação de Ensino Unificado de Brasília (AEUDF) (1975 a 1978).

Conselho Fiscal

Alberto Sozin Furuguem (Membro Independente) ocupou, anteriormente, vários cargos no Banco Central do Brasil, inclusive o de Economista Chefe do Departamento Econômico (1981 a 1983), Diretor (1985), Delegado Regional em São Paulo (1991 a 1992) Escriturário (1963 a 1966). Atuou, ainda, como Assessor de Ministro (Gestão Mário Henrique Simonsen) no Ministério da Fazenda (Março de 1974 a Março de 1975) e como Diretor do Banco de Desenvolvimento (1975 a 1979) no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

É Bacharel e Pós-Graduado em Economia pela Fundação Getulio Vargas (FGV), no Brasil (janeiro 1967 a dezembro 1968).

Iran Siqueira Lima (Membro Independente) ocupou vários cargos no Banco Central do Brasil como funcionário de carreira (1967 e 1993), no qual ocupou diversos cargos, com destaque para: Chefe Adjunto de Departamento de Fiscalização do Mercado de Capitais (1976 a 1979); Chefe do Departamento do Mercado de Capitais (1979 a 1984); Diretor da Área de Mercado de Capitais (1984); Diretor da Área de Fiscalização (1985); e Delegado Regional em São Paulo (SP) (1991 e 1993). No Banco da Cidade S.A. foi Diretor da Área de Mercado de Capitais (1986 a 1988), fundou um escritório de consultoria, na área de mercado de capitais, no qual exerceu a função de Sócio-Gerente, de 1987 a junho de 1988. No Governo Federal exerceu a função de Secretário de Orçamento e Controle de Empresas Estatais – SEST (julho de 1988 a março de 1990). Exerceu o cargo de Diretor Econômico-Financeiro da Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S.A. (maio de 1991 a dezembro de 1992) e atuou como Membro dos Conselhos de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Telecomunicações de São Paulo (Telesp) e da Telebras – Telecomunicações Brasileiras S.A. Desde 1972, leciona disciplinas ligadas à área de contabilidade e finanças nas seguintes Universidades: AEUDF, UNB, USP, e nos cursos MBA da FIPECAFI.

É Bacharel em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (1969) e em Ciências Contábeis pela AEUDF (1973). Tem Doutorado em Engenharia Econômica e Administração Industrial pela Universidade Candido Mendes (1971) e é Mestre e Doutor em Ciências Contábeis e Controladoria pela USP (1976 e 1998), respectivamente.

Luiz Alberto de Castro Falleiros (Membro Independente) atua como membro do Conselho de Administração da Universidade Tiradentes desde abril de 2009; é membro Suplente do Conselho Fiscal da AES, Tiete e da Tupy S.A., desde abril de 2010. Atuou como membro do Conselho Fiscal do Banco Indusval entre abril de 2010 e abril de 2012. Foi Gerente Geral do Banco Alfa de Investimento S.A. (julho de 1998 a dezembro de 2000), Superintendente de Relações com o Mercado da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) (janeiro de 1997 a junho de 1998), Diretor Adjunto de Investimento e Subscrição do Banco ABC – Roma S.A. (janeiro de 1992 a dezembro de 1996) e Diretor Adjunto de *Underwriting* (janeiro de 1991 a janeiro de 1992).

É Bacharel em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (1978), com MBA em Finanças pela FACAMP (2004).

Remuneração dos Administradores GRI G4-51

Nossa Política de Remuneração está de acordo com as diretrizes estabelecidas pela regulamentação brasileira aplicável, foi estruturada com base nos nossos princípios e práticas, e destina-se a alinhar os interesses dos nossos acionistas e os dos nossos administradores. Em relação à remuneração variável, nossa Política de Remuneração tem o objetivo de atrair, reter e recompensar as realizações da administração, bem como incentivar a adoção de níveis prudentes de exposição ao risco nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

Nesse sentido, nossa Política de Remuneração prevê que, do total da remuneração variável paga aos administradores, 50%, no mínimo, precisam ser pagos em ações ou instrumentos nelas baseados, e 50%, no mínimo, precisam ser diferidos para pagamento futuro em um período de pelo menos três anos. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente devido à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período em curso.

Nossa estrutura de governança para a definição da remuneração prevê processos claros e transparentes e conta com a supervisão do Comitê de Remuneração. Entre suas atribuições está a elaboração da Política de Remuneração, que deve ser submetida à aprovação e revisão anual do Conselho de Administração. Além disso, nosso Comitê de Remuneração atua como importante intermediário junto ao BACEN, aumentando a precisão e a transparência das informações prestadas a esse órgão regulador. Consulte www.itau.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/Remuneracao.pdf para mais informações.

Os valores máximos a serem pagos aos administradores são propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária. Para 2014, o valor aprovado foi de R\$ 145 milhões.

Além disso, instituímos um plano de participação nos lucros segundo o qual cada um dos beneficiários terá, anualmente, a atribuição de um valor base para o cálculo dos pagamentos. O valor final do pagamento para um indivíduo baseia-se nos resultados consolidados do Grupo Itaú Unibanco, nos resultados da unidade de negócios à qual o executivo pertence e no seu desempenho individual. Esse valor individual é determinado por meio da multiplicação do valor base por diversos índices que representam os Indicadores-Chave de Desempenho (resultados da Itaú Unibanco Holding e/ou resultados da unidade de negócio e desempenho individual).

A Assembleia Geral Ordinária aprovou para os membros do Conselho Fiscal uma remuneração fixa mensal individual de R\$ 15.000 para os membros efetivos e de R\$ 6.000 para os suplentes.

Em 2014, registramos despesas com remuneração, inclusive o plano de opções dos administradores no valor aproximado de R\$ 845 milhões. Esse valor inclui honorários, no montante aproximado de R\$ 343 milhões, participação nos lucros no valor aproximado de R\$ 261 milhões, e contribuições para os planos de previdência no montante aproximado de R\$ 7,0 milhões. Além disso, os administradores receberam benefícios, tais como assistência médica e odontológica, que totalizaram aproximadamente R\$ 4,0 milhões. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 35 – Partes relacionadas – (b) Remuneração do pessoal-chave da administração, para mais detalhes.

A legislação brasileira não exige a divulgação da remuneração individual dos nossos administradores, com exceção do maior e do menor valor recebido, não sendo necessário identificar os executivos. O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (IBEF) ajuizou, em nome dos seus filiados, uma ação judicial questionando a legalidade da exigência de referida divulgação, tendo sido deferida liminar para suspender a exigência. Não temos a intenção de fazer tal divulgação até que seja obtida uma decisão final sobre esse assunto. Consulte a seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório, Remuneração de membros da diretoria e do conselho de administração de instituições financeiras, para mais informações.

Nossa política de remuneração prevê benefícios pós-emprego para os nossos administradores, incluindo benefícios médicos, tais como plano de saúde e *check-up* médico anual. Exceto pelos benefícios estabelecidos pela nossa Política de Remuneração, não temos contratos de prestação de serviços com os administradores que estabeleçam benefícios em caso de término do vínculo empregatício.

Plano de Opções de Ações

Temos um plano de opções, por meio do qual nossos colaboradores e administradores recebem opções de ações, que permite que os colaboradores e administradores compartilhem o risco da flutuação do preço das nossas ações preferenciais com outros acionistas. Essas opções são destinadas a integrar os beneficiários do nosso Plano de Opções de Ações no processo de desenvolvimento do nosso grupo em médio e longo prazos.

O nosso Comitê de Remuneração administra o Plano de Opções de Ações, inclusive aspectos como preços de exercício, prazos de carência e de vigência das opções, de acordo com as diretrizes previstas no documento.

As opções somente poderão ser outorgadas aos beneficiários se houver lucro suficiente para a distribuição dos dividendos obrigatórios. Consulte a seção Itaú Unibanco Holding, item Informação para o investidor, Pagamento dos acionistas, para mais informações sobre o pagamento de dividendos. Ainda, a fim de evitar a diluição dos acionistas, a soma das ações a serem utilizadas para remuneração de administradores e das opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% do total das ações em circulação na data do balanço de encerramento do mesmo exercício. Caso o número de ações entregues e de opções outorgadas tenha ficado abaixo do limite de 0,5%, a diferença poderá ser acrescida para fins de remuneração em ações ou de outorga de opções em qualquer um dos sete exercícios subsequentes.

Em 2014, 11.007.189 opções foram outorgadas no âmbito de nosso Plano de Opções. Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos ainda 74.451.399 opções a serem exercidas pelos beneficiários, compreendendo 572 beneficiários de opções simples e 249 beneficiários de opções de sócios. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 22 – Plano para Outorga de Opções de Ações.

Principais Diferenças entre as Práticas de Governança Corporativa no Brasil e nos EUA

Nos EUA, registramos nossas ADSs na NYSE na qualidade de emissor privado estrangeiro e, como resultado, a NYSE nos permite cumprir algumas exigências de governança corporativa previstas na legislação brasileira aplicável, ao invés daquelas previstas nas normas de listagem de governança corporativa da NYSE aplicáveis às empresas norte-americanas com títulos negociados naquela bolsa.

Nos termos das regras da NYSE, temos apenas que (i) ter um comitê de auditoria ou um conselho de auditoria que atenda a certas exigências, conforme discutiremos a seguir; (ii) enviar notificação do nosso Diretor-Presidente para a NYSE com relação a qualquer descumprimento, por nós, de quaisquer normas aplicáveis de governança corporativa para registro de ações da NYSE; (iii) fornecer para a NYSE declarações anuais e intermediárias por escrito referentes à nossa aderência às normas de governança corporativa para registro de ações da NYSE sobre governança corporativa; e (iv) fornecer uma declaração sobre as diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e as práticas de governança corporativa que devem ser seguidas pelas companhias de capital aberto dos EUA segundo as regras da NYSE. Exceto por essas exigências, temos permissão para gerenciar nossa governança corporativa de acordo com a legislação aplicável no Brasil.

Apresentamos a seguir a descrição das diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e aquelas exigidas para as companhias de capital aberto dos EUA. Nossas principais normas e políticas podem ser encontradas em www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas.

Maioria de membros independentes do Conselho de Administração

As regras da NYSE exigem que a maioria dos membros de um conselho de administração seja independente. Essa independência é definida por vários critérios, como a ausência de um relacionamento relevante entre o membro do conselho e a companhia de capital aberto. Entretanto, de acordo com as regras da NYSE, as companhias nela registradas (tanto dos EUA quanto estrangeiras) que tenham mais de 50% do seu capital votante detidos por um indivíduo, um grupo ou outra companhia, como no nosso caso, não precisam cumprir com a exigência de maioria independente.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante. Entretanto, o nosso Conselho de Administração tem quatro membros considerados independentes, de acordo com os critérios estabelecidos em nossa política de governança corporativa. Para mais informações sobre a composição do nosso Conselho de Administração, vide seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, Membros do nosso Conselho de Administração, Diretores e membros de Comitês.

Além disso, a legislação societária brasileira, o Banco Central do Brasil e a CVM estabeleceram regras que tratam dos deveres e das responsabilidades dos diretores e membros do conselho das companhias e de suas qualificações profissionais, de forma a assegurar o funcionamento adequado desse órgão.

Sessões Executivas

As regras da NYSE exigem que os membros do conselho de administração que não sejam diretores se reúnam em sessões executivas, regularmente programadas, sem a presença dos membros do conselho de administração que sejam diretores da companhia.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante. Entretanto, essas reuniões são realizadas pelo menos uma vez por ano. Atualmente, dois terços dos membros do Conselho de Administração não são diretores.

Comitê de Nomeação e Governança Corporativa e Comitê de Remuneração

Pelas regras da NYSE, as companhias nela registradas devem ter um comitê de nomeação e governança corporativa e, ainda, um comitê de remuneração, ambos formados inteiramente por membros independentes

do conselho de administração e regidos por regimentos que disponham sobre os objetivos e as responsabilidades de cada comitê. Entretanto, de acordo com as regras da NYSE, as companhias nela registradas (tanto dos EUA quanto estrangeiras) que tenham mais de 50% do seu capital votante detidos por um indivíduo, um grupo ou outra companhia, como no nosso caso, não precisam cumprir com tal exigência.

A legislação brasileira não exige que tenhamos um comitê de nomeação ou governança corporativa. Entretanto, decidimos formar o Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, responsável por incentivar e supervisionar discussões de assuntos relacionados com a governança da companhia. Atualmente, um dos seis membros do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa é considerado independente, segundo a nossa Política de Governança Corporativa.

A legislação brasileira não exige que as companhias abertas tenham um comitê de remuneração. No entanto, de acordo com a regulamentação bancária brasileira, devemos ter um comitê de remuneração. Em atendimento a essa regulação, o nosso Comitê de Remuneração é subordinado ao Conselho de Administração e os membros desse comitê não são, obrigatoriamente, independentes. Atualmente, contudo, dois dos seis membros do Comitê de Remuneração são considerados independentes, segundo a nossa Política de Governança Corporativa.

Consulte a seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, para mais informações sobre nosso Comitê de Nomeação e Governança Corporativa e nosso Comitê de Remuneração.

Comitê de Auditoria

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas tenham um comitê de auditoria que (i) seja composto por, no mínimo, três membros independentes que tenham conhecimento em finanças; (ii) atenda às regras da SEC referentes ao comitê de auditoria de companhias registradas na NYSE; (iii) tenha, no mínimo, um membro que seja especialista em contabilidade ou gestão financeira; e (iv) seja regido por um regimento que determine expressamente os objetivos e as responsabilidades do comitê e estabeleça avaliações anuais de desempenho.

A legislação brasileira aplicável regula a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e exige a formação de um comitê de auditoria composto por, no mínimo, três membros independentes, acordo com a regulamentação bancária brasileira. O nosso Comitê de Auditoria, criado em 28 de abril de 2004 e eleito anualmente pelo Conselho de Administração, atende às exigências brasileiras legais aplicáveis e é composto por membros e profissionais com comprovada capacitação técnica compatível com as atribuições desse comitê.

Segundo as normas da SEC, nós não somos obrigados a ter um comitê de auditoria formado ou que funcione de acordo com as normas da NYSE se atendermos às exigências especificadas pela SEC. Acreditamos que o nosso Comitê de Auditoria atende às exigências da Regra 10A-3(c)(3) do *Exchange Act* (lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários), e que é capaz de atuar de forma independente no desempenho de suas atribuições. O nosso Comitê de Auditoria, na medida do que é permitido pela legislação brasileira, desempenha todas as funções a serem desempenhadas por um comitê de auditoria, previstas pela regra 10A-3 do *Exchange Act*.

Em linha com a legislação brasileira aplicável, a contratação de auditores independentes é responsabilidade do Conselho de Administração, enquanto a recomendação para a contratação e destituição de auditores independentes é de responsabilidade do

Comitê de Auditoria. Logo, o nosso Conselho de Administração atua no lugar do Comitê de Auditoria, conforme permitido pela Regra 10A-3(c)(3)(v) do *Exchange Act*, para fins de contratação dos nossos auditores independentes.

Aprovação pelos Acionistas da Remuneração dos Administradores e dos programas de Incentivo de Longo Prazo

As regras da NYSE exigem que os acionistas tenham a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração baseados em ações e suas alterações relevantes, como em aumentos significativos da quantidade de ações disponíveis para o plano, salvo algumas exceções.

A legislação brasileira estabelece uma exigência semelhante, uma vez que prevê a necessidade de aprovação da remuneração total anual dos administradores (incluindo ações) e dos planos de outorga de opções de ações em Assembleia Geral. Consulte a seção Nossa Governança, itens Remuneração dos Administradores e Programas de Incentivo de Longo Prazo, para mais informações.

Diretrizes de Governança Corporativa

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas adotem e divulguem suas diretrizes de governança corporativa.

A legislação brasileira não estabelece exigência semelhante. Contudo, possuímos uma Política de Governança Corporativa, que consolida os nossos princípios e as nossas práticas de governança corporativa que adotamos. Acreditamos que esses princípios e práticas, consistentes com a legislação brasileira, sejam compatíveis com as diretrizes estabelecidas da NYSE. Adotamos regras mais rígidas do que aquelas exigidas pela legislação brasileira, uma vez que aderimos, de forma voluntária, ao Nível 1 de governança corporativa da BM&FBOVESPA e concedemos direitos de venda conjunta (*tag-along*) para todos os acionistas, independentemente de seus direitos de voto. Consulte a seção Nossa Governança item Nossas práticas, para mais informações.

Código de Ética

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas adotem e divulguem um código de conduta comercial e ética para os membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores. A NYSE também exige que as companhias nela registradas divulguem imediatamente eventuais dispensas de aplicação das disposições do código de ética para os membros do conselho ou diretores.

A legislação brasileira não estabelece uma exigência semelhante. Entretanto, nós temos um Código de Ética que, entre outros assuntos, rege a conduta de todos os membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores do Grupo Itaú Unibanco, detalhando os princípios que norteiam nossas atitudes e práticas.

Auditoria Interna

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas mantenham uma auditoria interna cuja responsabilidade é reportar à administração e ao comitê de auditoria avaliações constantes dos processos de gerenciamento de risco da companhia e dos sistemas de controles internos.

A legislação bancária brasileira estabelece uma exigência semelhante, uma vez que exige que as instituições financeiras tenham uma auditoria interna. A nossa auditoria interna é responsável por avaliar a suficiência e a eficácia dos nossos controles operacionais e de gestão, bem como a adequação dos nossos processos de identificação e gerenciamento de riscos. Além disso, nossa auditoria interna é independente da administração na condução de suas atividades e tem acesso a todos os lugares, informações e pessoas necessários para desempenhar suas funções. A auditoria interna está subordinada, administrativamente, à presidência do Conselho de Administração, sendo suas atividades supervisionadas pelo nosso Comitê de Auditoria.

Anos 70:

Campanha "Ajude o Itaú a ser o primeiro",
com foco no crescimento do banco



**Ajude o Itaú a ser o primeiro
banco particular do Brasil.
O Itaú também pode ajudar você.**

Sem a sua participação, o Itaú jamais conseguirá ser o maior banco deste País. Temos uma rede de 308 agências maravilhosas e 10.000 funcionários sensacionais que fazem o possível e o impossível pelos clientes. Em matéria de serviços, já somos o primeiro. Mas para ser o primeiro em tudo, falta você. Abra uma conta no Itaú. Achamos razoável pedir isto.

A qualidade de nossos serviços nos dá confiança para acreditar que você acabará realizando todos os seus negócios conosco. E aconselhará outras empresas que façam o mesmo.

Banco Itaú América S.A.
Ajude o Itaú a ser o primeiro. O Itaú também pode ajudar você.

4

Nossa
gestão de risco

GRI G4-2



Nossa gestão de risco



Fatores de Risco

Esta seção dispõe sobre os riscos que consideramos relevantes para os nossos negócios e para fins de investimentos em nossos valores mobiliários. Na hipótese de qualquer desses riscos se materializar, nossos negócios e situação financeira, assim como o retorno dos investimentos realizados em nossos valores mobiliários, podem ser afetados adversamente. Assim, os investidores devem avaliar cuidadosamente os fatores de risco descritos a seguir e as demais informações divulgadas neste documento.

Outros riscos que atualmente consideramos irrelevantes ou que não temos conhecimento podem gerar efeitos semelhantes aos mencionados anteriormente, na hipótese de se materializarem.

Riscos macroeconômicos

Alterações nas condições econômicas podem nos afetar adversamente.

Nossas operações dependem do desempenho da economia brasileira, e, em grau menor, das economias de outros países nos quais realizamos negócios. A demanda por crédito e serviços financeiros, assim como a capacidade de pagamento, por parte de nossos clientes, é impactada diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como o crescimento econômico, renda, desemprego, inflação, flutuações nas taxas de juros e de câmbio. Assim, qualquer mudança relevante na economia brasileira, e, em menor grau, nas economias de outros países nos quais realizamos negócios, pode nos afetar.

Após um período de expansão econômica acelerada, as taxas de crescimento no Brasil começaram a diminuir em 2011 e continuaram baixas até 2014. Esse crescimento pode ser limitado por diversos fatores, inclusive estruturais, como infraestrutura inadequada, que implicam riscos de falta de energia e deficiências no setor de transporte, entre outros, e a escassez de profissionais qualificados que podem reduzir os níveis de produtividade e eficiência do País. Dependendo da sua intensidade, esses fatores poderiam levar à redução nas taxas de emprego e queda nos níveis de renda e de consumo, resultando no aumento das taxas de inadimplência nos empréstimos que realizamos e, consequentemente, em efeito material adverso para nós.

As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial e na estrutura do governo brasileiro podem nos afetar adversamente.

As autoridades brasileiras intervêm periodicamente na economia brasileira por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, cenário que pode nos afetar negativamente. Tais alterações podem impactar variáveis fundamentais para nossa estratégia de crescimento (tais como as taxas de câmbio e juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a nossa atuação em determinados mercados, afetando a nossa liquidez e a capacidade de pagamento dos nossos clientes.

Ademais, alterações na estrutura do governo brasileiro podem resultar em mudanças nas políticas governamentais, as quais podem nos impactar. Essa incerteza pode, no futuro, contribuir para aumentar a volatilidade nos mercados de capitais brasileiros, a qual, por sua vez, pode ter efeito relevante adverso sobre nós. Outros desdobramentos

políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil, e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem nos afetar.

A inflação e a oscilação nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Aumentos de preços repentinos e longos períodos de alta inflação podem causar, entre outros efeitos, perda de poder aquisitivo e distorções na alocação de recursos na economia. As medidas para combater as altas taxas de inflação incluem maior rigidez na política monetária, com elevação da taxa básica de juros (SELIC), resultando em restrições de crédito e liquidez de curto prazo que podem ter um efeito adverso relevante sobre nós. Mudanças nas taxas de juros podem afetar de forma material nossas margens líquidas, já que influenciam nossos custos de captação e concessão de empréstimos.

Adicionalmente, aumentos na taxa SELIC podem reduzir a demanda por crédito, aumentar os custos de nossas reservas e elevar o risco de inadimplência dos nossos clientes. De forma inversa, reduções na taxa SELIC poderiam diminuir nossos ganhos provenientes de ativos remunerados por juros, assim como as nossas margens líquidas.

A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente.

O Brasil utiliza o sistema de câmbio flutuante, segundo o qual o mercado estabelece o valor do real em relação às moedas estrangeiras. No entanto, o Banco Central pode intervir na compra ou venda de moedas estrangeiras com o objetivo de amenizar as variações e reduzir a volatilidade da taxa de câmbio. Apesar dessas intervenções, a taxa de câmbio pode apresentar variações significativas. Além disso, em alguns casos, intervenções realizadas com o objetivo de evitar oscilações bruscas do valor do real, frente às outras moedas, podem ocasionar o efeito oposto, levando ao aumento na volatilidade da referida taxa de câmbio.

A instabilidade nas taxas de câmbio também pode impactar negativamente nossos negócios. A potencial depreciação do real poderia resultar em: (i) perdas em nossos passivos expressos em moeda estrangeira, ou a ela indexados; (ii) redução da nossa capacidade de pagar obrigações expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas, pois a obtenção da moeda estrangeira necessária para cumprir tais obrigações ficaria mais cara; (iii) redução da capacidade dos tomadores brasileiros de nos pagar dívidas expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas; e (iv) impactos negativos sobre o preço de mercado da nossa carteira de títulos. Por outro lado, a valorização da moeda brasileira poderia nos levar a incorrer em perdas sobre os ativos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados. Para mais informações sobre como os efeitos dessas variáveis podem nos afetar, vide O valor dos nossos valores mobiliários e derivativos está sujeito às flutuações de mercado devido às mudanças nas condições econômicas brasileiras e internacionais, que podem gerar perdas significativas a seguir.

Uma política fiscal expansionista pode nos afetar.

Uma política fiscal excessivamente expansionista, combinada com um aumento da intervenção do governo brasileiro na economia, poderia gerar uma perda de confiança por parte de investidores nacionais e estrangeiros. A menor credibilidade poderia ocasionar um rebaixamento da dívida soberana brasileira pelas agências de avaliação de crédito e impactar a economia do País de forma negativa, causando desvalorização da taxa de câmbio, aumento da inflação e das taxas de juros e a desaceleração do crescimento econômico, afetando adversamente nossos negócios, os resultados de nossas operações e as condições financeiras.

Crises e volatilidade no mercado financeiro de países, que não o Brasil, podem afetar o mercado financeiro global, a economia brasileira e impactar negativamente as nossas operações.

As condições econômicas e de mercado de outros países – inclusive os EUA, países da União Europeia e mercados emergentes –, podem afetar a disponibilidade de crédito e o montante de investimentos estrangeiros no Brasil em vários graus. Crises nesses países podem diminuir o interesse dos investidores por ativos brasileiros, o qual poderia afetar, de forma adversa e material, o preço de mercado de nossos títulos e dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e, consequentemente, o financiamento de nossas operações no futuro.

Os bancos que operam em países considerados mercados emergentes, inclusive o nosso, podem estar particularmente suscetíveis às turbulências e às reduções na disponibilidade de crédito, ou aos aumentos nos custos de financiamentos, os quais poderiam ter impacto material adverso sobre as suas operações. Em particular, a disponibilidade de crédito para as instituições financeiras que operam nos mercados emergentes é significativamente influenciada por movimentos de aversão ao risco global. Adicionalmente, qualquer fator que impacte a confiança dos investidores, como uma diminuição na classificação do risco de crédito ou a intervenção do governo ou da autoridade monetária em um desses mercados, pode impactar o preço ou a disponibilidade de recursos para instituições financeiras inseridas em qualquer um desses mercados, afetando nossos negócios.

A turbulência e a volatilidade do mercado financeiro global também podem ter consequências significativas nos países onde operamos, tais como a volatilidade no valor de títulos patrimoniais, das taxas de juros e de câmbio. O aumento da incerteza e da volatilidade poderá resultar em arrefecimento no mercado de crédito, o que, por sua vez, poderia causar elevação na taxa de desemprego e redução do poder aquisitivo dos consumidores. Além disso, esses eventos podem prejudicar de forma significativa a capacidade dos nossos clientes de cumprir com suas obrigações e, assim, gerar aumento nas operações de crédito em atraso ou em inadimplência, resultando em um aumento do risco associado à nossa atividade de crédito. Assim, a crise financeira global, além do ambiente macroeconômico brasileiro, também pode afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil e nos países em que operamos, tendo efeito adverso material sobre nós.

Consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e global para mais informações sobre os dados e indicadores econômicos.

Investigações sobre corrupção, com ampla repercussão, que estão em andamento no Brasil poderão afetar a percepção das perspectivas de crescimento interno e do Brasil.

Certas empresas brasileiras dos setores de energia e infraestrutura estão sendo investigadas pela CVM, SEC, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ), a Polícia Federal e outros órgãos públicos brasileiros responsáveis por investigações sobre formação de cartel e corrupção, relacionadas a alegações de corrupção (chamada de operação “Lava Jato”) e, dependendo do resultado dessas investigações e do tempo necessário para concluí-las, elas podem enfrentar rebaixamentos das agências de classificação de crédito, restrições de acesso a financiamento e redução nas receitas, entre outros efeitos negativos. As empresas envolvidas na operação Lava Jato, várias das quais são nossos clientes,

também podem ser processadas pelos investidores, sob a alegação de terem sido enganados por informações divulgadas por elas, inclusive as respectivas demonstrações contábeis. Além disso, as investigações de corrupção em andamento contribuíram para reduzir o valor dos títulos e valores mobiliários de várias empresas. Os bancos de investimento (inclusive o Itaú BBA Securities) que atuaram como subscritores de distribuições públicas dessas empresas investigadas, também são partes em alguns desses processos judiciais nos EUA e podem ser partes em outros processos que ainda venham a ser instaurados. Não podemos prever a duração das investigações sobre corrupção, ou a intensidade dos efeitos que essas investigações poderão ter sobre a economia brasileira e o setor financeiro, que poderá ser investigado em virtude do relacionamento comercial que possa ter com as empresas envolvidas nas investigações da operação Lava Jato. Depois de revisar os nossos procedimentos de controle e sistemas de monitoramento, acreditamos estar em conformidade com as normas existentes, especialmente aquelas relacionadas à prevenção da lavagem de dinheiro, e, portanto, não identificamos quaisquer práticas criminais ilícitas a serem atribuídas a nós. Os efeitos negativos sobre várias empresas também podem impactar o nível de investimentos em infraestrutura no Brasil, resultando em menor crescimento econômico.

Riscos Legais e Regulatórios

Alterações na lei ou regulamentação aplicáveis podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Alterações na legislação e regulamentação aplicáveis às instituições financeiras no Brasil podem afetar a nossa capacidade de conceder empréstimos e de cobrar dívidas em atraso, o que pode ter um efeito adverso sobre nós. Nossas operações também podem ser afetadas de forma adversa na hipótese de outras alterações, inclusive alterações relativas a restrições sobre as remessas para o exterior e outros controles relacionados a questões cambiais, bem como a interpretações das leis por tribunais e agências reguladoras de forma divergente das opiniões de nossos assessores legais.

Crises financeiras também podem motivar o governo brasileiro a alterar leis e regulamentações aplicáveis às instituições financeiras brasileiras. Por exemplo, em resposta à crise financeira global iniciada no final de 2007, os órgãos reguladores nacionais e intergovernamentais, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, propuseram reformas normativas para evitar a ocorrência de crises semelhantes, inclusive reformas relacionadas à estrutura de Basileia III, a qual aumentou as exigências de capital mínimo regulatório. Consulte a seção Nossa Gestão de Risco – item Ambiente Regulatório, Estrutura de Basileia III e Implementação de Basileia III no Brasil para mais detalhes sobre as exigências de capital regulatório. Quando a implementação da estrutura de Basileia III estiver concluída para os bancos brasileiros e os seus efeitos totalmente avaliados, é possível que precisemos reavaliar nossa estratégia de financiamento para o capital regulatório, caso surjam exigências de capital regulatório adicional para dar suporte às nossas operações, de forma a se adequar às novas normas.

Além disso, o Congresso brasileiro está analisando a promulgação de nova legislação que, se convertida em lei com a redação atual, poderia nos afetar de forma adversa. Por exemplo, o projeto de lei para modificar o Código de Defesa do Consumidor permitiria aos tribunais alterar os termos e condições dos contratos de crédito em determinadas situações e tornaria mais difícil a cobrança dos devedores. Além disso, diversos órgãos legislativos estaduais e municipais estão analisando projetos de lei destinados a impor diferentes medidas de segurança física e normas para atendimento aos clientes, como limites em filas e exigências de

acessibilidade, que, se convertidos em lei, poderiam afetar as nossas operações. Mais recentemente, projetos de lei aprovados em certos órgãos legislativos estaduais estão impondo ou pretendem impor restrições à possibilidade dos credores em geral incluírem os nomes dos devedores insolventes nos registros dos serviços de proteção ao crédito, o que também poderia ter um efeito adverso sobre nós.

Também temos operações em outros países, incluindo, sem limitação, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Reino Unido, Uruguai, Estados Unidos e Suíça. Alterações nas leis e regulamentos aplicáveis aos nossos negócios nos países em que operamos, ou a adoção de novas leis e de suas respectivas regulamentações, podem ter um efeito adverso sobre nós.

Aumentos nas exigências de depósitos compulsórios podem ter um efeito relevante e adverso sobre nós.

Depósitos compulsórios são as reservas que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central. Em geral, os depósitos compulsórios não proporcionam os mesmos retornos que outras formas de investimentos e depósitos, considerando que parte dos valores depositados não rende juros. Ao contrário, esses recursos precisam ser mantidos em títulos do Governo Federal brasileiro e são usados para financiar programas governamentais, incluindo o programa nacional de habitação e subsídios do setor rural. O Banco Central vem alterando, periodicamente, o nível mínimo dos depósitos compulsórios. Os aumentos em referido nível reduzem nossa liquidez para conceder empréstimos e realizar outros investimentos e, consequentemente, podem ter um efeito relevante e adverso sobre nós.

Estamos sujeitos à regulamentação em base consolidada e podemos estar sujeitos à liquidação ou intervenção.

Atuamos em diversos setores relacionados a crédito e serviços financeiros por meio de entidades que controlamos. Para fins de regulamentação ou supervisão, nós e nossas subsidiárias e afiliadas são tratados pelo Banco Central como uma única instituição financeira. Embora a nossa base de capital consolidada proporcione solidez financeira e flexibilidade para nossas subsidiárias e afiliadas, suas atividades individuais podem colocar, indiretamente, nossa base de capital em risco. Uma investigação ou intervenção do Banco Central, em especial nas atividades desenvolvidas por qualquer uma de nossas subsidiárias ou afiliadas, pode ter impacto material adverso sobre nossas outras subsidiárias e coligadas e, por fim, sobre nós.

Na hipótese de nós ou qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras se tornar insolvente, o Banco Central poderá realizar um processo de intervenção ou liquidação em bases consolidadas, ao invés de realizar tais procedimentos em cada entidade individualmente. Em caso de processo de intervenção ou liquidação nas bases consolidadas, os nossos credores teriam reivindicações sobre os nossos ativos e sobre os ativos das nossas subsidiárias financeiras consolidadas. Nesse caso, os créditos de mesma natureza detidos contra nós e nossas subsidiárias financeiras consolidadas teriam classificação equivalente com relação ao pagamento. Se o Banco Central realizar o processo de liquidação ou de intervenção com relação a nós ou a qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras em base individual, os nossos credores não poderão fazer uma reivindicação direta dos ativos dessas subsidiárias, e os credores dessas subsidiárias financeiras terão preferência em relação aos nossos credores sobre os ativos dessas subsidiárias financeiras. O Banco Central também tem autoridade para realizar outras reorganizações societárias ou transferências de controle em caso de processo de intervenção ou liquidação.

Os detentores das nossas ações e ADSs podem não receber dividendos.

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido ajustado, o qual pode diferir significativamente do nosso lucro líquido calculado de acordo com o IFRS. Entretanto, esse valor ajustado pode ser capitalizado, utilizado para absorver perdas ou ser retido, conforme permitido pela legislação societária brasileira. Além disso, a legislação societária brasileira permite-nos suspender a distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício específico se o nosso Conselho de Administração informar aos nossos acionistas que essa distribuição é incompatível com a nossa situação financeira. Portanto, caso isso ocorra, os detentores de nossas ações e ADSs podem não receber dividendos.

Além disso, devido à implementação das regras de Basileia III, o Banco Central poderá reduzir os dividendos ou determinar que estes não sejam pagos por instituições financeiras que não estejam aderentes às exigências de capital do CMN.

Consulte a seção Nosso Perfil – item Nossas Ações, Informações para o Investidor, Pagamento dos acionistas, e a seção Nossa gestão de riscos – item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III, Implementação de Basileia III no Brasil para mais detalhes sobre os pagamentos de dividendos sobre nossas ações e ADSs e informações sobre as exigências de capital do CMN.

As reformas fiscais podem afetar negativamente as nossas operações e a lucratividade.

O governo brasileiro altera regularmente a legislação e as normas fiscais, inclusive com a criação de novos impostos e mudança nas alíquotas, nas bases de incidência dos impostos ou na forma como eles são calculados, inclusive com relação às alíquotas aplicáveis unicamente ao setor bancário. As reformas fiscais podem reduzir o volume das nossas transações, aumentar nossos custos ou limitar a nossa lucratividade.

A decisão sobre processos judiciais referentes a planos governamentais para estabilização econômica pode ter um efeito material adverso sobre nós.

Somos réus em vários processos judiciais padronizados movidos por pessoas físicas em virtude dos Planos de Estabilização Econômica de 1986 a 1994, implementados pelo Governo Federal brasileiro para combater a hiperinflação (PEE). Registramos provisões para essas reivindicações quando do recebimento da citação.

Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) Ministério Público em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares de cadernetas de poupança podem reivindicar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal, ou STF, proferiu algumas decisões a favor dos titulares das cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às contas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Para facilitar a sentença final e definitiva referente às contas de poupança, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou Consif, uma associação

de instituições financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao STF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às contas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela.

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça, ou STJ, a mais alta corte do País responsável por decisões sobre a legislação federal, deve se manifestar em breve a respeito de vários aspectos que determinarão diretamente o valor devido, caso a sentença do STF seja contrária à constitucionalidade dos PEEs. As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação em ações que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência de juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos sobre as contas de poupança e a taxa de inflação no mesmo período, com a diferença positiva resultante dos meses posteriores à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos sobre as contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. Além disso, o STJ decidiu que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data de implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas foram extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Nós também estamos sujeitos aos riscos operacionais associados ao tratamento e condução de um grande volume de ações envolvendo planos governamentais de estabilização econômica, em caso de perda da ação.

Consulte a seção Desempenho, Item Desempenho Financeiro, Passivos, Litígios, para mais informações.

Autuações fiscais podem nos afetar negativamente.

Como parte do curso normal dos nossos negócios, estamos sujeitos a fiscalizações de autoridades fiscais municipais, estaduais e federais. Essas fiscalizações, provenientes de divergências no entendimento da aplicação das leis tributárias, podem gerar autuações fiscais que, dependendo dos seus resultados, podem ter efeito adverso sobre os nossos resultados financeiros.

Riscos relativos ao nosso negócio

Fator de risco de mercado

O valor de nossos títulos e valores mobiliários e derivativos está sujeito às flutuações de mercado devido às mudanças nas condições econômicas brasileiras ou internacionais, e, como resultado, podem nos sujeitar a prejuízos relevantes.

Os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos de nossa carteira podem nos levar a registrar ganhos e perdas – quando vendidos ou ajustados ao valor de mercado (no caso de títulos negociáveis), e com flutuação considerável de um período para o outro – em função das condições econômicas nacionais e internacionais. Se, por exemplo, realizarmos operações com derivativos como ação estratégica para nos proteger contra uma diminuição no valor do real e das taxas de juros, e, no entanto, o valor do real e das taxas de juros subirem, podem trazer perdas financeiras e essas perdas podem nos afetar de forma adversa e material. Adicionalmente, podem gerar perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas dos riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de

ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), adicionalmente com outros índices sobre esses fatores de risco.

Não temos condições de estimar o montante de ganhos ou perdas realizados – ou não realizados –, para qualquer período futuro. Ganhos e perdas em nossa carteira de investimentos podem não contribuir para a nossa receita líquida, podem deixar de contribuir para ela em níveis coerentes com os períodos mais recentes. Podemos não ser bem-sucedidos ao realizar as valorizações ou desvalorizações atualmente existentes na nossa carteira de investimentos consolidada ou em qualquer um dos ativos dessa carteira.

Fator de risco operacional

Falhas, deficiências ou inadequação dos nossos processos internos, e má conduta ou erros humanos, podem nos afetar de forma adversa.

Embora tenhamos um rígido controle de segurança da informação em vigor, políticas e procedimentos elaborados para minimizar erros humanos, e façamos investimentos contínuos em infraestrutura e no gerenciamento de crises e operações, os sistemas operacionais relacionados aos nossos negócios podem parar de funcionar adequadamente por um período limitado – ou ficar temporariamente indisponíveis – devido a uma série de fatores. Esses fatores incluem eventos que estão, total ou parcialmente, fora de nosso controle, como a falta de energia, a interrupção dos serviços de telecomunicações e falhas generalizadas nos sistemas, bem como eventos internos e externos que podem afetar terceiros com os quais fazemos negócios ou que são essenciais para as nossas atividades (bolsas de valores, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou prestadores de serviços), e eventos resultantes de questões de natureza política ou social mais abrangentes, como ataques cibernéticos ou a divulgação não autorizada de informações pessoais em nosso poder.

As falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos e fraudes, não apenas aumentam nossos custos e causam prejuízos, como também promovem conflitos com nossos clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre nossos negócios, nossa reputação e os resultados das operações.

Ataques cibernéticos poderiam causar perda de receita e dano à reputação, causados por violações de segurança de dados que poderiam prejudicar nossas operações ou resultar na divulgação de informações confidenciais ou exclusivas.

Gerenciamos e armazenamos diversas informações exclusivas e dados confidenciais ou sensíveis referentes às nossas operações. Podemos estar sujeitos a violações dos sistemas de Tecnologia de Informações que utilizamos para esses fins. Dependemos bastante da tecnologia e isso nos torna vulneráveis a vírus, vermes e outros *softwares* mal intencionados, inclusive *bugs* e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação de certos sistemas. Também dependemos de determinados gestores externos de dados, cujas limitações de capacidade, possíveis problemas de segurança e vulnerabilidades de segurança podem ter efeito semelhante sobre nós.

Os nossos custos para eliminar ou tratar dos problemas mencionados e das vulnerabilidades de segurança antes ou depois de um incidente cibernético podem ser significativos, e a falta de solução poderá resultar em interrupções e atrasos, afetando clientes e parceiros.

Fatores de risco de competição

Enfrentamos riscos associados ao ambiente cada vez mais competitivo e às recentes consolidações do setor bancário brasileiro.

O mercado brasileiro de serviços financeiro e bancário é altamente competitivo. Enfrentamos significativa concorrência de outros grandes bancos brasileiros e internacionais, a qual aumentou como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. Consulte a seção Nossa gestão de riscos – item Ambiente regulatório, Regulamentação concorrencial para mais informações sobre a concorrência nos mercados brasileiros. Essa crescente concorrência pode nos afetar negativamente caso, entre outros fatores, limite a nossa capacidade de reter ou aumentar a base de clientes existentes e expandir nossas operações; ou, ainda, impacte as tarifas e taxas que praticamos, reduzindo as nossas margens de lucro sobre os serviços bancários e outros serviços e produtos que oferecemos.

Fatores de risco de crédito

Alterações no perfil de nossos negócios podem afetar negativamente nossa carteira de crédito.

Nossa experiência histórica pode não ser indicativa de perdas de crédito futuras. Embora a qualidade da nossa carteira de crédito esteja ligada ao risco de inadimplência dos setores nos quais atuamos, podem ocorrer mudanças no perfil dos nossos negócios em função do nosso crescimento orgânico, ou de fusões e aquisições, alterações nas condições econômicas nacionais e, em menor grau, no ambiente internacional, e de alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais atuamos, entre outros fatores. Quaisquer alterações que afetem um dos setores a qual temos exposição de crédito significativa podem afetar negativamente a nossa carteira de crédito.

Por exemplo, nos últimos anos os bancos brasileiros experimentaram um aumento nas operações de crédito aos consumidores, principalmente no setor automotivo. No entanto, o aumento da demanda por financiamento de veículos foi acompanhado, posteriormente, pela elevação do nível de endividamento dos consumidores, levando o setor automotivo a incorrer em elevados índices de inadimplência. Como resultado, muitas instituições financeiras registraram maiores perdas com créditos decorrentes do aumento do volume de provisões e da redução da concessão de empréstimos para aquisição de veículos.

Podemos incorrer em perdas associadas aos riscos de exposição das contrapartes.

Podemos incorrer em prejuízos no caso de qualquer uma de nossas contrapartes deixar de honrar suas obrigações contratuais em virtude de falência, falta de liquidez, falha operacional ou de outros motivos atribuíveis exclusivamente às nossas contrapartes. Esse risco da contraparte pode surgir, por exemplo, ao contratarmos resseguro ou ao celebrarmos contratos de crédito nos quais as contrapartes têm a obrigação de nos fazer pagamentos – não honrados –, ao realizar operações no mercado de câmbio (ou outros mercados) que não sejam liquidadas no momento especificado – decorrente da não entrega pela contraparte, câmara de compensação ou outro intermediário financeiro. Nós, rotineiramente, realizamos transações com contrapartes no setor de serviços financeiros, como corretoras e distribuidoras, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de *hedge*, entre outros clientes institucionais, e o não cumprimento de suas respectivas obrigações pode afetar o nosso desempenho financeiro de forma adversa.

Temos exposição financeira significativa à dívida do Governo Federal brasileiro.

Assim como a maioria dos bancos brasileiros, investimos em títulos de dívida emitidos pelo governo brasileiro. Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 12,0% de todos os nossos ativos e 54,9% da nossa carteira de títulos eram compostos por esses títulos de dívida. Qualquer descumprimento do governo brasileiro em relação ao pagamento pontual desses títulos, ou a redução significativa em seus valores de mercado, poderia afetar negativamente os resultados das nossas operações e a nossa situação financeira.

Fator de risco de subscrição

A inadequação de nossas metodologias de precificação de produtos de seguros, previdência e capitalização pode nos afetar adversamente.

Nossas subsidiárias com atividades no segmento de seguros e previdência definem os preços e estabelecem os cálculos para seus produtos com base em estimativas atuariais ou estatísticas. A precificação desses produtos de seguros e previdência é baseada em modelos que incluem premissas e projeções que podem se provar incorretas, já que envolvem uma série de juízos de valor com relação ao nível ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, provisões, benefícios, reivindicações, despesas, juros, resultados de investimentos, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Podemos incorrer em perdas decorrentes de eventos que são contrários às nossas expectativas direta ou indiretamente baseadas em premissas biométricas e econômicas incorretas, ou bases atuariais com erros que seriam utilizadas para cálculo de contribuições e provisões.

Embora os preços de nossos produtos de seguros e planos de pensão e a adequação das respectivas reservas sejam revisados anualmente, não podemos determinar com precisão os ativos que suportam as nossas responsabilidades, somados aos prêmios e contribuições futuros, serão suficientes para o pagamento dos benefícios, sinistros e despesas. Dessa forma, a ocorrência de desvios significativos nas premissas utilizadas para precificação podem ter um efeito adverso na rentabilidade dos nossos produtos de seguros e de previdência. Adicionalmente, se concluirmos que as nossas reservas e prêmios futuros são insuficientes para cobrir os futuros benefícios de apólices e sinistros, teremos que elevar as nossas reservas e registrar tais efeitos em nossas demonstrações contábeis, podendo incorrer em um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

Fatores de risco relacionados com o gerenciamento

Nossas políticas, procedimentos e modelos relacionados ao controle de riscos podem se mostrar ineficazes e o nosso resultado pode ser afetado de maneira adversa por perdas não esperadas.

Nossos métodos, procedimentos e políticas de gestão de riscos, inclusive as ferramentas e modelos estatísticos para mensuração, tais como o *Value at risk*, ou VaR, e os modelos que estimam as probabilidades de inadimplência, podem não ser totalmente eficazes na mensuração da nossa exposição ao risco, em todos os ambientes econômicos, e contra todos os tipos de riscos, inclusive aqueles que não conseguimos identificar ou prever. Alguns de nossos instrumentos e medições qualitativos para o gerenciamento de risco são baseados em nossas observações sobre o comportamento histórico do mercado. Além disso, devido à limitação brasileira quanto à disponibilidade de informações para a avaliação da capacidade de obter crédito de um cliente, confiamos, principalmente, nas informações disponíveis em nossos bancos de dados, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e outras fontes. Aplicamos ferramentas estatísticas, entre outras,

para essas observações, e dados para quantificar a nossa exposição ao risco. Essas ferramentas e medições podem não prever todo tipo de exposições futuras, cujo risco poderia, por exemplo, ser decorrente de fatores que não prevemos ou avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Esse cenário limita a nossa capacidade de gerenciar nossos riscos e, portanto, nossas perdas podem ser significativamente maiores do que as indicadas pela análise histórica. Além disso, nosso método quantitativo pode não levar em consideração todos os riscos existentes e a nossa abordagem qualitativa para a gestão desses riscos pode revelar-se insuficiente, expondo-nos a perdas inesperadas relevantes.

Nossos resultados operacionais e nossa posição financeira dependem da nossa capacidade de avaliar as perdas associadas aos riscos aos quais estamos expostos e da nossa capacidade de incluir esses riscos nas políticas de preços que adotamos. Reconhecemos uma provisão para créditos de liquidação duvidosa com o objetivo de garantir um nível de provisão compatível com a perda esperada, de acordo com os modelos internos para mensuração do risco de crédito. Esse cálculo envolve, ainda, o julgamento significativo por parte de nossos administradores, o qual pode se provar incorreto ou ser modificado no futuro, dependendo das informações que forem disponibilizadas e cujos fatores podem nos afetar negativamente.

Danos à nossa reputação podem prejudicar os nossos negócios e perspectivas.

Somos altamente dependentes da nossa boa imagem e da nossa credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à nossa reputação e gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros públicos, como o não cumprimento de obrigações legais, vendas irregulares para clientes, envolvimento com fornecedores externos com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de nossos colaboradores e falhas na gestão de riscos, entre outros. Além disso, algumas ações significativas, tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar nossa reputação perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à nossa reputação podem afetar, adversamente e de maneira relevante, nossos negócios e clientes em potencial.

Fatores de risco relacionados à nossa estratégia

O acionista controlador tem o poder de direcionar nossos negócios.

Em 31 de dezembro de 2014, a IUPAR, nossa acionista controladora, detinha, de maneira direta, 51% das nossas ações ordinárias e 25,54% do nosso capital total, o que lhe proporciona o poder de nomear e destituir nossos membros do conselho e diretores e determinar o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, entre eles as transações com partes relacionadas, as reorganizações societárias e a data e o pagamento de dividendos.

Além disso, a IUPAR é controlada em conjunto pela Itaúsa, que, por sua vez, é controlada pela família Egydio de Souza Aranha e pela família Moreira Salles. Os interesses da IUPAR, da Itaúsa e das famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles podem ser diferentes dos interesses dos nossos demais acionistas.

O nosso Conselho de Administração é formado atualmente por 12 membros, dos quais, de acordo com a nossa Política de Governança Corporativa, somente quatro são considerados independentes. Como a maioria dos membros do Conselho de Administração não é

independente, nossos acionistas não têm a proteção que teriam, pois os interesses dos membros do conselho podem não estar sempre alinhados com os dos nossos acionistas.

Além disso, alguns de nossos membros do conselho são afiliados da IUPAR, e podem surgir circunstâncias nas quais haja conflitos entre os interesses da IUPAR e seus afiliados e os interesses dos nossos outros acionistas. Quando existirem esses ou outros conflitos de interesse, nossos acionistas dependerão do devido exercício, por parte de nossos membros do conselho, de seus deveres fiduciários como membros do Conselho de Administração.

A integração dos negócios adquiridos ou incorporados envolve riscos que podem ter um efeito relevante adverso sobre nós.

Como parte da nossa estratégia de crescimento no setor financeiro do Brasil e da América Latina, temos realizado uma série de fusões, aquisições e parcerias com outras empresas e instituições financeiras no passado e podemos procurar por novas operações dessa natureza no futuro. Qualquer uma dessas operações envolve riscos, como, por exemplo, a possibilidade de se incorrer em custos não esperados decorrentes das dificuldades de integração das plataformas de sistemas, finanças, contabilidade e pessoas, de falhas na diligência ou da ocorrência de contingências não previstas. Ademais, podemos não alcançar as sinergias operacionais e financeiras esperadas e outros benefícios esperados decorrentes dessas operações.

Existe ainda o risco de as autoridades regulatórias e de defesa da concorrência determinarem restrições ou limitações às operações ou aos negócios decorrentes de certas combinações, ou de aplicarem multas e sanções devido à interpretação, por parte das autoridades, de irregularidades em uma fusão, consolidação ou aquisição empresarial, mesmo que a instituição as tenha feito de forma legal, clara e transparente, segundo os seus entendimentos e os dos especialistas em legislação societária. Na hipótese de não conseguirmos aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, de redução de custos, e outros benefícios que prevemos a partir de fusões e aquisições, ou de incorrermos em maiores custos de integração do que o estimado, nós poderemos ser afetados adversamente.

Riscos de Divulgação de Informações Financeiras

Preparamos estimativas e premissas relacionadas à preparação de nossas demonstrações contábeis consolidadas e quaisquer mudanças nessas estimativas e premissas podem ter efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais.

Na preparação de nossas demonstrações contábeis consolidadas, utilizamos certas estimativas e premissas baseadas no histórico de nossas experiências e outros fatores. Apesar de acreditarmos que essas estimativas e premissas são razoáveis em vista das circunstâncias, elas estão sujeitas a incertezas significativas, algumas das quais podem estar além de nosso controle. Caso qualquer uma dessas estimativas e premissas sofra mudanças ou se mostrem incorretas, nossos resultados operacionais reportados podem ser afetados de maneira adversa.

Como resultado de limitações inerentes a nossos controles contábeis e de divulgação, erros de classificação devido a erros ou fraudes podem ocorrer e não ser detectados.

Nossos controles e procedimentos de divulgação são elaborados para proporcionar confiança razoável de que as informações que devem ser divulgadas por nós nos relatórios que arquivamos ou submetemos à SEC, nos termos da *Exchange Act* (lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários), serão reunidas e comunicadas à administração, além de

serem registradas, processadas, resumidas e reportadas dentro dos prazos especificados nas regras e formulários da SEC. Acreditamos que quaisquer controles e procedimentos de divulgação, ou controles e procedimentos internos, inclusive os respectivos controles contábeis, forneçam somente segurança razoável, e não absoluta, de que os objetivos do sistema de controle estão sendo atingidos. Essas limitações inerentes incluem a realidade de que os julgamentos no processo de tomada de decisões podem ser falhos e gerar consequências negativas devido a erros ou a equívocos simples. Além disso, controles podem ser burlados por atos individuais de certas pessoas, pela atuação em conluio de duas ou mais pessoas ou por inobservância não autorizada dos controles.

Qualquer falha de nossa parte na manutenção de controles internos efetivos sobre a divulgação das informações financeiras pode afetar adversamente a confiança dos investidores em nossa empresa e, como resultado, o valor dos investimentos em nossos títulos e valores mobiliários.

Nos termos da Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002, devemos apresentar um relatório preparado por nossa administração sobre a eficácia de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas e incluir um parecer emitido por nossos auditores independentes confirmando essa eficácia. Qualquer falha de nossa parte de manter controles internos eficazes sobre essas demonstrações contábeis pode afetar de forma adversar nossa capacidade de divulgar adequadamente nossa condição financeira ou os resultados das operações. Se não pudermos concluir que nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são efetivos, ou se nossos auditores independentes determinarem que possuímos algum ponto fraco material ou alguma deficiência significativa em nossos controles internos referentes às demonstrações contábeis consolidadas, poderíamos perder a confiança dos investidores na exatidão e integridade de nossos relatórios financeiros, e os valores de mercado de nossas ações e ADSs poderiam cair ou então poderíamos estar sujeitos a sanções ou investigações da SEC ou de outra autoridade regulatória. A falha de nossa parte em corrigir qualquer ponto fraco material em nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas ou em implementar ou manter outros sistemas de controles efetivos requeridos das empresas de capital aberto sujeitas à regulamentação da SEC também poderia restringir nosso futuro acesso aos mercados de capital.

Gerenciamento de Riscos e Capital

Consideramos a gestão de risco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas.

Nosso gerenciamento de risco é o processo no qual:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais em nossas operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e nossas estratégias; e

- Nossa carteira é administrada *vis-à-vis* às melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e objetivos das nossas unidades de negócio e de suporte, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, descritos abaixo, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a nossa administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Consulte a seção Nossa governança, item Estrutura da administração, Membros do nosso Conselho de Administração e Comitê Executivo para mais informações sobre as responsabilidades do nosso Conselho de Administração.

Nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, conduzida por um vice-presidente com reporte ao CEO e ao Conselho de Administração, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com nosso apetite de risco, nossas políticas e procedimentos estabelecidos. Essa estrutura independente também é responsável por centralizar o nosso gerenciamento de capital. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho de Administração e aos Executivos uma visão global das nossas exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a nossa adequação de capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

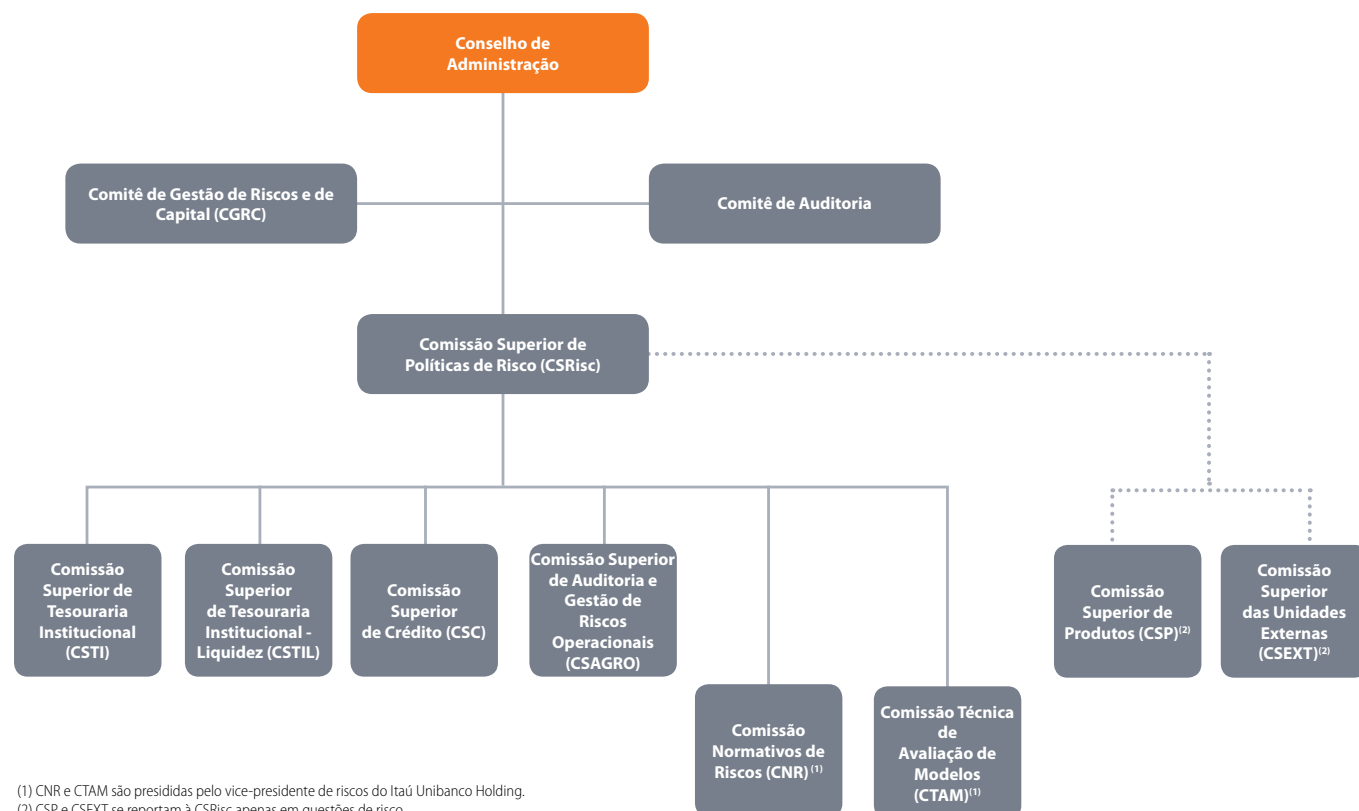
Nós administramos sistemas de Tecnologia da Informação (TI) proprietários para completo atendimento aos regulamentos de reserva de capital do Banco Central, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordenamos as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Governança de Riscos e Capital

Nós estabelecemos comitês responsáveis pela gestão de riscos e de capital que se reportam diretamente ao Conselho de Administração. Os membros dos comitês são eleitos pelo Conselho de Administração. Nosso Conselho de Administração é o órgão máximo no nosso gerenciamento de riscos e de capital. No âmbito executivo, a gestão de riscos é exercida pelas Comissões Superiores, que são presididas pelo nosso CEO.

Consulte a seção Nossa governança, item Estrutura da administração, Comitês do Conselho de Administração – Comitê de Gestão de Riscos e de Capital – para mais informações sobre as responsabilidades do comitê.

Os Comitês abaixo são parte da nossa estrutura de governança de gerenciamento de riscos e capital:



Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC): apoia o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à nossa gestão de riscos e capital, reunindo-se a cada dois meses, submetendo relatórios e recomendações sobre os temas abaixo à deliberação do Conselho de Administração:

- Definição do apetite de risco da instituição, nas dimensões de capital, liquidez, resultados e *franchise*, garantindo seu alinhamento com nossa estratégia e incluindo: níveis aceitáveis de capital e liquidez, tipos de risco a que poderemos estar expostos, limites agregados para cada tipo de risco, tolerâncias à volatilidade de resultados e a concentrações de risco e diretrizes gerais sobre tolerância a riscos que possam ter impacto sobre o valor da nossa marca (exemplo: risco de imagem);
- Supervisão das nossas atividades de gestão e controle de risco e capital, visando a assegurar sua adequação aos níveis de riscos assumidos e à complexidade das operações, bem como o atendimento aos requisitos regulatórios;
- Revisão e aprovação de normativos institucionais e estratégias para a gestão de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos;
- Definição do retorno mínimo esperado sobre o nosso capital como um todo e de suas linhas de negócio, bem como monitoramento do desempenho;
- Supervisão das nossas estruturas de incentivos, inclusive de remuneração, visando a assegurar alinhamento aos objetivos de controle de risco e criação de valor; e
- Promoção do aperfeiçoamento da nossa cultura de risco.

Comitê de Auditoria: temos um único Comitê de Auditoria supervisionando todas as entidades que fazem parte do Grupo Itaú Unibanco, tanto as autorizadas a funcionar pelo Banco Central quanto para as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros

Privados (SUSEP). De acordo com seu regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria reúne-se no mínimo trimestralmente ou quando o presidente do Comitê considera necessário. O Comitê é responsável por zelar pela qualidade e integridade das nossas demonstrações financeiras e pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente e de auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controle internos e de administração de riscos.

Consulte a seção Nossa governança, item Estrutura da Administração para mais informações sobre as responsabilidades do comitê.

Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc): reuniões da CSRisc que acontecem, no mínimo, a cada dois meses e suas principais atribuições são:

- Estabelecer políticas gerais de risco que definam a forma de atuação e alçadas para os fóruns específicos, gestores de cada tipo de risco;
- Aprovar os procedimentos necessários para o efetivo cumprimento dos normativos institucionais e processos definidos;
- Aprovar decisões de tomada de risco com grande impacto no capital e revisar decisões tomadas por outros Comitês dentro da sua alçada; e
- Estabelecer limites agregados por tipo de risco, compatíveis com nosso apetite de risco.

Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI): suas reuniões ocorrem mensalmente. Suas principais atribuições são discutir e decidir, dentro da alçada delegada pela CSRisc:

- Os limites de exposição para risco de mercado e os limites de perda máxima (VaR) das posições (inclusive em condições de estresse);

- Os períodos de retenção dos principais tipos de risco, tendo em vista o tamanho das posições e a liquidez do mercado;
- As posições sob gestão desta comissão;
- Os modelos e procedimentos de controle de risco, inclusive aqueles complementares aos delegados pela CSRisc;
- Os assuntos e limites relacionados ao risco operacional de tesouraria;
- As políticas de *stop loss*;
- As políticas de incentivo (para alinhamento aos riscos); e
- As estratégias de *hedge* contábil.

Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez (CSTIL): suas reuniões acontecem trimestralmente. Suas principais atribuições são:

- Controlar a utilização de limites de liquidez;
- Analisar os níveis de liquidez corrente e futuro e adotar ações destinadas a promover um andamento seguro e eficiente para os fluxos financeiros; e
- Discutir e decidir dentro da alçada delegada pela CSRisc: níveis máximos de descasamento de liquidez (GAP) para os diversos prazos e moedas, níveis mínimos de reservas em moeda nacional e estrangeira, as políticas de captação e aplicação no mercado financeiro nacional e internacional, os critérios e a regras para definição de preços de transferência de recursos nas empresas do Grupo Itaú Unibanco, as estratégias para o financiamento das carteiras da instituição, os critérios e modelos para avaliação do risco de liquidez e planos de contingência de liquidez.

Comissão Superior de Crédito (CSC): reúne-se semanalmente para discutir o nosso risco de crédito e é a nossa alçada máxima para aprovação de créditos individuais. Suas principais funções são:

- Avaliar e decidir sobre propostas de crédito que excedam as alçadas das Comissões e Comitês de Crédito a ela subordinados;
- Avaliar e decidir sobre alteração nas alçadas máximas de crédito das Comissões e Comitês de Crédito a ela subordinados;
- Avaliar e decidir sobre políticas de risco de crédito do Banco de Atacado; e
- Analisar casos que não recebam parecer contrário de qualquer membro das alçadas de crédito imediatamente a ela subordinadas, ou casos que, por sua relevância ou por características especiais, aquela Comissão decidir por bem submeter à sua apreciação.

Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais (CSAGRO): reúne-se no mínimo trimestralmente e tem por objetivo conhecer os riscos de nossos processos e negócios, definir as diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados decorrentes do funcionamento do sistema de controles internos e *compliance*. Dentre suas atribuições, são destacadas:

- Analisar os resultados das auditorias, com ênfase nos assuntos relacionados a políticas, investimentos e estrutura, estipular e acompanhar as providências;
- Definir as diretrizes para gestão do risco operacional;
- Acompanhar o desenvolvimento dos modelos de provisão para perdas e alocação de capital para risco operacional; e
- Analisar os resultados da atividade de Controles Internos, Riscos Operacionais e *Compliance*.

Comissão de Normativos de Riscos (CNR): reúne-se, no mínimo, trimestralmente e tem por objetivo revisar, validar e aprovar, dentro da

alçada delegada pela CSRisc, os normativos institucionais de controle de riscos e gestão de capital.

Comissão Técnica de Avaliação de Modelos (CTAM):

CTAM – Mercado: reúne-se bimestralmente ou sob demanda, para aprovação e avaliação de modelos de risco de mercado e apreçamento, baseada no parecer independente da área de validação de modelos, bem como sugerir e acompanhar planos de ação para os modelos validados. Suas principais responsabilidades são: aprovar modelos relacionados ao cálculo de risco de mercado e apreçamento, decidir pelo uso ou não de modelos de risco de mercado e apreçamento, aprovar, recomendar, sugerir e monitorar os planos de ação propostos para os modelos validados e acompanhar o desempenho do modelo de risco de mercado ao longo do tempo, determinando novos desenvolvimentos, caso necessário.

CTAM – Crédito: recomendar ou vetar a utilização de modelos de risco de crédito com base no parecer independente da área de validação de modelos, informar eventuais pontos de risco e acompanhar planos de ação. Suas responsabilidades estão divididas em Alçada Diretor (que se reúne mensalmente ou sob demanda) e Alçada Superintendente (que se reúne a cada quinze dias ou sob demanda).

Comissão Superior de Produtos (CSP): reúne-se semanalmente e é a alçada máxima para a aprovação de nossos produtos, operações, serviços e processos. As principais atribuições desta Comissão são:

- Avaliar produtos, operações, serviços e processos que estão fora do âmbito de decisão dos outros comitês subordinados a ele;
- Garantir a aderência dos produtos, operações, serviços e processos às necessidades dos clientes/segmentos (*suitability*); e
- Avaliar produtos, operações, serviços e processos que envolvam nosso risco de imagem.

Comissão Superior das Unidades Externas (CSEXT): reúne-se trimestralmente e tem por objetivo supervisionar nossos negócios no exterior e é a alçada máxima para a aprovação de iniciativas, operações, serviços e processos nos mercados em que atuamos fora do Brasil. As principais atribuições desta Comissão são:

- Garantir que as iniciativas de negócios em nossas unidades internacionais estejam amparadas pela nossa governança corporativa nos seguintes quesitos: contábil, fiscal, societário, financeiro e liquidez, controle de riscos, políticas de crédito, controles internos, auditoria e tecnologia; e
- Decidir quanto a iniciativas, operações, serviços e processos que superem as alçadas dos Comitês locais ou que envolvam nosso risco de imagem nos mercados em que atuamos fora do Brasil.

“Nos últimos 2 anos, simplificamos nossos processos e intensificamos o foco na gestão de risco, além de controle e mitigação, passando a entender e contribuir com os negócios. Trabalhamos também para evoluir a disseminação da cultura de risco no banco, com envolvimento de nossos executivos, revisando o comportamento esperado de nossos colaboradores e introduzindo o assunto no cotidiano da instituição.”

Eduardo Vassimon

Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Controle de Riscos em 2014 e Controle e Gestão de Riscos & Finanças a partir de 2015

Gerenciamento de Riscos

Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor ou contraparte; (iii) à redução de ganhos ou remunerações; e (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou aos custos de recuperação.

Nossa gestão do risco de crédito é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da nossa carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco para cada segmento de mercado em que operamos. Entre as principais atribuições das Unidades de Negócio, tem-se:

- Acompanhar e monitorar as carteiras sob suas responsabilidades;
- Conceder crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, as mudanças em mercados e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica; e
- Gerir o risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

Nossa estrutura e normativo institucional de gerenciamento de risco de crédito são aprovados pelo Conselho de Administração e aplicáveis às nossas empresas subsidiárias no Brasil e exterior.

Estabelecemos uma política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

Nossa governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao nosso Conselho de Administração ou à nossa estrutura executiva, que atuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando as ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação dos normativos institucionais referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente. Com relação aos processos de controle de risco de crédito, a área centralizada de controle de riscos possui, entre outras, as seguintes atribuições:

- Monitorar e controlar o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração;
- Realizar o controle centralizado do risco de crédito, segregado das unidades de negociação;
- Gerenciar o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias;
- Monitorar a adequação do nível de Patrimônio de Referência (PR) com relação ao risco de crédito assumido; e

- Avaliar o risco de crédito das operações nas alçadas delegadas pelas comissões de crédito.

O processo de avaliação de políticas e produtos nos possibilita identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de nossos modelos de crédito garante a sincronização das ações de crédito.

A classificação de crédito para o nosso segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, por intermédio de uma governança de aprovações.

Em relação ao nosso segmento de varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da nossa relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais já temos uma relação). As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados por nós de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Buscamos controlar rigorosamente a nossa exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Dispomos de estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco-país seja gerido e controlado destacando-se: (i) governança de risco-país; (ii) definição de *ratings* para países; (iii) definição de limite para países; (iv) monitoramento dos limites; e (v) tratamento de desenquadramentos.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de riscos financeiros para mais informações sobre risco de crédito.

Processo de aprovação de empréstimo

As concessões de crédito são aprovadas com base em políticas de cada Unidade de Negócio, determinadas de acordo com as premissas de cada departamento e com o apetite de risco do banco. O crédito pode ser concedido por meio de um processo de pré-aprovação ou pelo mecanismo tradicional de aprovação, que são aplicados a cada cliente, individualmente. Em ambos os casos, as decisões são tomadas com base em princípios de qualidade de crédito, como *ratings* de crédito fundamentados em modelos estatísticos, percentual da renda comprometida /alavancagem do cliente e restrições de crédito definidas pelo banco e pelo mercado.

As Unidades de Negócios elaboram e mantêm atualizadas as políticas e os procedimentos do ciclo de crédito.

O processo de concessão de crédito engloba o uso de serviços de proteção ao crédito, com o objetivo de verificar se o histórico de crédito do cliente inclui informações que poderiam ser consideradas um obstáculo para a concessão do empréstimo, como bens bloqueados por ordens judiciais, CPF/CNPJ inválidos, processos de renegociação ou reestruturação de dívidas e cheques não honrados devido à insuficiência de fundos.

O processo de avaliação previsto na política permite a identificação de riscos potenciais e tem como meta garantir que as decisões de crédito sejam razoáveis, tanto do ponto de vista econômico quanto do risco.

Pessoas físicas

Nossa rede de atendimento de abrangência nacional adota uma estratégia de segmentação para a qual são desenvolvidos produtos e serviços que atendam às necessidades específicas da nossa base diversificada de clientes. Os produtos de crédito ofertados em nossa rede de agências e nos canais eletrônicos incluem, entre outros, cheque especial, cartões de crédito, empréstimos pessoais e financiamento de veículos.

Em todos os casos, aplicamos uma pontuação interna de crédito e estabelecemos um limite de corte para cada linha de produto.

No caso do crédito pré-aprovado, se o perfil de risco do cliente estiver dentro do limite de corte e dos parâmetros estabelecidos em nossa política de crédito, o crédito será considerado pré-aprovado e estará automaticamente disponível para o cliente. Nos casos em que o crédito não é pré-aprovado, a análise de crédito é realizada por meio de um processo tradicional, pelo qual as propostas são avaliadas individualmente por um especialista em crédito. Nesse processo, as aprovações são decididas por uma mesa de crédito, pois os gerentes comerciais não possuem competência para aprovações individuais.

É exigida uma documentação específica no momento em que o cliente decide abrir uma conta ou quando concedemos um empréstimo, o qual inclui um formulário com assinatura do cliente, identificação pessoal e comprovação de renda.

Cartões de crédito

Nosso negócio de cartões de crédito é constituído pelos cartões da Itaucard e do Hipercard, bem como pelos cartões de associações e acordos comerciais com importantes varejistas. Nossos cartões de crédito estão disponíveis para clientes correntistas ou não correntistas, cuja solicitação pode ocorrer por contato telefônico, internet ou postos de atendimento nas instituições parceiras.

O processo de concessão de cartões de crédito contempla uma fase de pré-qualificação, na qual são aplicados filtros restritivos internos ou de mercado. Para os clientes elegíveis, os limites ofertados consideram o risco do cliente a partir de modelos estatísticos específicos para cartões de crédito (*application score*) e em função da renda dos proponentes. Uma taxa de juros fixa é aplicada para operações com crédito rotativo.

Empréstimos pessoais

Nossa decisão de conceder crédito para um correntista considera o seu nível de renda e a nossa classificação interna de crédito, baseada em modelos estatísticos desenvolvidos internamente. Por meio desses modelos, definimos quais clientes receberão as ofertas de crédito, em quais valores, o número máximo de prestações e o valor máximo para as prestações mensais, baseadas em uma taxa de juros fixa.

Empréstimos consignados

Nossos empréstimos consignados estão disponíveis para clientes correntistas e não correntistas. As parcelas fixas são descontadas diretamente da folha de pagamento do devedor para a conta do banco, sem ser registrada na conta do devedor.

O percentual máximo da parcela do empréstimo foi definido por lei e está limitado a 30% da renda líquida do cliente.

Nossa estratégia nesse segmento é voltada para beneficiários do INSS, que recebem benefícios dos governos federal, estaduais e municipais, o que, combinado com as nossas boas práticas de gestão e políticas de crédito, possibilite o aumento da nossa carteira com níveis de inadimplência mais baixos em comparação com os de outras carteiras.

A documentação exigida para obtenção de um empréstimo consignado inclui a identificação pessoal, os comprovantes de folha de pagamento e de residência e o comprovante de conta no banco por meio do qual o cliente recebe o benefício. Caso o salário seja depositado no nosso banco, essa documentação não será necessária.

O Itaú BMG Consignado S.A. é a instituição financeira controlada pelo Itaú Unibanco Holding, por meio da qual realizamos a oferta, a distribuição e a venda de empréstimos consignados no Brasil.

Financiamento de veículos

As propostas de financiamento de veículos são recebidas por meio (i) das concessionárias parceiras existentes em todo o Brasil e para todos os tipos de clientes (sejam correntistas ou não); e (ii) diretamente nas agências ou por meio dos canais eletrônicos para correntistas.

A classificação interna de crédito do cliente e os termos e condições da operação proposta são consideradas antes da aprovação da proposta. Caso a proposta preencha todos os requisitos de nossa política de crédito, que define o valor máximo da prestação, o *loan-to-value*, ou LTV (relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem) e o vencimento, e as informações pessoais sejam validadas pelos serviços de proteção de crédito, o crédito será aprovado automaticamente.

Uma taxa de juros fixa é definida com base na classificação de crédito e de acordo com as características da operação. Todas as operações de financiamento de veículos são garantidas por alienação fiduciária do próprio bem, sendo considerado o LTV máximo para suportar eventuais períodos de estresse.

Crédito imobiliário

Além do crédito imobiliário oferecido pela nossa rede de agências, celebramos parcerias com grandes imobiliárias do Brasil, que originam, com exclusividade, financiamentos imobiliários em diferentes cidades do País.

A aprovação do crédito imobiliário baseia-se nas premissas de comprometimento de renda, na classificação do cliente de acordo com nosso sistema interno de classificação e no LTV máximo, de tal forma que o LTV, mesmo em cenário de estresse, mantenha-se em níveis adequados. As taxas de juros são fixas.

Os dados constantes na proposta de financiamento são analisados, validados e confirmados por uma documentação fornecida pelo cliente. A proposta pode ser rejeitada se for constatada divergência nas informações prestadas, se não se enquadrar na política vigente ou, ainda, se não forem apresentadas as informações solicitadas.

Crédito para micro e pequenas empresas

Oferecemos produtos como financiamento para capital de giro e desconto de duplicatas para micro e pequenas empresas.

A atribuição de limites de crédito para micro e pequenas empresas é baseada no seu faturamento e tem como fundamento a avaliação de risco das empresas, além de critérios como a situação econômico-financeira dos seus acionistas e sócios, a identificação de possíveis restrições no mercado e a avaliação do setor de atividade econômica no qual a empresa opera.

De forma similar aos nossos procedimentos para concessão de créditos para pessoas físicas, podemos conceder crédito para micro e pequenas empresas de acordo com limites pré-aprovados ou por meio de uma análise individual por nossa mesa de crédito.

A documentação exigida inclui os documentos corporativos da empresa, o comprovante de receita e as informações sobre seus sócios ou acionistas.

A maior parte dos créditos que concedemos para pessoas jurídicas necessita de garantias. As operações de financiamento para produção de bens normalmente requerem máquinas e equipamentos para esse fim. O financiamento de capital de giro pode ser garantido por contas a receber, cheques a receber ou cartões de crédito a receber, ou poderá ser garantido pelos sócios ou acionistas da empresa e/ou por terceiros.

A taxa de juros pode ser fixa ou variável, dependendo do produto escolhido pelo cliente.

Crédito corporativo

O processo de análise de crédito para as médias e grandes empresas é realizado com base na situação econômica e financeira dessas empresas e dos grupos econômicos aos quais pertencem. A análise de crédito considera o histórico da empresa, sua capacidade financeira e a adequação da transação solicitada em relação às necessidades do cliente. Essa análise é fundamentada em demonstrações contábeis (balanço, demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa), visitas à empresa, condições de mercado, análise do setor econômico no qual a empresa opera e consultas aos órgãos de proteção ao crédito. Uma análise socioambiental é realizada simultaneamente à nossa análise de crédito, e um plano de ação pode ser criado como resultado dessa análise, cujo objetivo é que a empresa satisfaça as exigências determinadas por nossa política socioambiental interna, ou uma recomendação para recusa do crédito em questão pode ser emitida.

O valor máximo de crédito proposto e concedido e a classificação interna do cliente, com nível de corte determinado, são submetidos, de acordo com o valor envolvido, o prazo da transação e as garantias disponíveis, à instância de autorização de crédito competente, de acordo com nossas políticas de governança. A taxa de juros pode ser fixa ou variável dependendo do produto escolhido pelo cliente, dentro do limite de crédito aprovado.

Unidades internacionais

Estamos presentes em 18 países fora do Brasil, sendo sete na América Latina (Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Peru e México), seis na Europa (França, Alemanha, Portugal, Reino Unido, Espanha e Suíça), Estados Unidos, China, Japão, Oriente Médio (Dubai) e no Caribe (Bahamas). [GRI G4-6](#)

As unidades de pessoa física e pessoa jurídica das Unidades Internacionais seguem procedimentos similares aos aplicados aos

segmentos de pessoa física e corporativo, acima apresentados. Para o segmento de pessoa física, a concessão de crédito baseia-se principalmente no nível de renda e na classificação interna de crédito. No segmento corporativo, a concessão de crédito baseia-se na análise econômica e financeira do cliente.

A concessão e aprovação de crédito em nossas subsidiárias no exterior seguem a mesma governança corporativa e as políticas descritas anteriormente. Todas as subsidiárias estão sujeitas à gestão centralizada que monitora o desempenho de nossa carteira, estabelece as regras para a concessão de crédito e é responsável pela governança corporativa relacionada à nossa concessão de crédito.

As operações de crédito e arrendamento mercantil totais na América Latina aumentaram para 14,9% em 2014, representando 9,2% do total da nossa carteira de crédito.

Instrumentos mitigadores de risco

Como parte do nosso controle do risco de crédito, temos políticas institucionais que estabelecem as diretrizes gerais e as atribuições relativas à exigência de bens dados em garantia. Cada unidade de negócio é responsável por definir, em suas próprias políticas, normas de gestão do risco de crédito para aceitação dessas garantias.

Garantias são exigidas para mitigar nossa exposição ao risco em certas transações e podem ser pessoais ou na forma de direito real de garantia ou de outras estruturas jurídicas, com poder de mitigação do risco de crédito.

Para que sejam considerados instrumentos mitigadores de risco, as garantias devem atender a certos requisitos jurídicos.

Revisamos, periodicamente, todas as garantias que possam afetar o risco de crédito, a alocação de capital e o provisionamento, certificando-nos de que são juridicamente exequíveis.

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre esses fatores de risco. A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual monitoramos e controlamos os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devido aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites e alertas (descrita abaixo), modelos e ferramentas de gestão adequados.

Nossa política institucional de gerenciamento de risco de mercado é um conjunto de princípios contidos em regulamentação CMN (Conselho Monetário Nacional), e aplicável a todas as unidades de negócio e entidades organizacionais do Grupo Itaú Unibanco.

Nossa estratégia de gerenciamento de risco busca balancear nossos objetivos de negócio, considerando, entre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil de risco de mercado da carteira; e
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

Nosso processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para esse fim, sensibilizando diferentes níveis (exemplo: Carteira de Não Negociação, Carteira de Negociação e Mesa de Ações) e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas. Nossa estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado esteja em linha com os nossos objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Ser transparente sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco; (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas; (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse; (iv) reporte de resultados de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a nossa governança; (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis; e (vi) providência de apoio para o lançamento de novos produtos financeiros. Para isso, contamos com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para o acompanhamento das Comissões Superiores, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

Nossa estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), que se reúne no mínimo bimestralmente, após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Essa estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle e é revisada, no mínimo, anualmente. O arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Esses limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados e nosso apetite de risco. O processo de definição dos níveis de limite e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do conglomerado financeiro. O fluxo de informações estabelecido visa dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio da CGRC, que se reúne bimestralmente. Os limites são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos nas Comissões competentes:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e

- Em um mês, para a Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI), que é presidida pelo nosso presidente.

Nós realizamos *hedge* de operações com clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado (ex.: preços) e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução dessas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por nossos normativos institucionais. Nossa estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios estabelecidos por regulamentação específica.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias (inclusive derivativos), realizadas com a intenção de negociação, para se beneficiar de oportunidades de arbitragem, ou para cobertura de risco dentro dessa carteira, e que não têm nenhuma restrição à negociação. Os lucros são baseados em mudanças nos preços efetivos ou esperados no curto prazo.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados por nós são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial (ex.: posições em moedas estrangeiras);
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços; e
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: as taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada por nossa organização para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;

- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (MtM – *Mark to Market*); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador; e

- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Risco (GREGAS) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de riscos financeiros para mais informações sobre risco de mercado.

VaR – Consolidado Itaú Unibanco Holding

Aprimoramos recentemente nossa metodologia interna para cálculo do VaR Consolidado, migrando da abordagem Paramétrica para a “Simulação Histórica” (com exceção das Unidades Externas, que estão em processo de migração para a metodologia “Simulação Histórica”). Essa nova metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela abaixo mostra o VaR Total Consolidado (em ambas as metodologias), que compreende nossas carteiras de negociação e não negociação e nossas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Itaú BBA International, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguai, Banco Itaú Paraguai e Itaú BBA Colômbia). Seguimos com nossa política de operar dentro de limites reduzidos em relação a nosso capital no período, mantendo nossa gestão conservadora e a diversificação da carteira.

(R\$ milhões)

VAR GLOBAL (PARAMÉTRICO)	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	31/12/2014	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	31/12/2013	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	31/12/2012
Grupo de Fatores de Risco												
Taxa de Juros	89,0	37,0	193,0	127,8	172,4	65,6	416,9	69,1	191,2	71,8	427,6	348,7
Cupons Cambiais	43,8	21,1	149,4	90,4	26,2	8,6	76,7	45,2	20,4	7,3	49,6	11,4
Variação Cambial	28,7	3,6	110,6	8,9	34,5	4,4	70,2	10,4	25,7	4,6	53,9	8,8
Índices de Preços	89,0	45,9	144,7	82,9	76,1	37,3	155,5	65,7	110,3	14,8	325,0	51,2
Renda Variável	19,1	10,4	35,0	24,8	29,6	14,0	60,1	20,4	24,2	13,6	43,5	16,8
Unidades Externas												
Itaú BBA International	1,1	0,4	2,3	1,6	2,4	1,6	4,1	1,9	1,7	0,7	5,1	1,1
Banco Itaú Argentina	4,0	0,9	18,8	1,9	4,0	2,2	7,4	5,7	3,0	1,7	5,6	5,5
Banco Itaú Chile	3,3	1,3	5,5	5,3	5,6	2,1	13,6	2,1	5,5	3,2	9,6	4,4
Banco Itaú Uruguai	1,6	0,8	2,6	2,1	2,8	1,5	8,9	1,7	1,7	0,3	3,4	2,0
Banco Itaú Paraguai	1,3	0,6	3,6	3,5	0,9	0,4	1,8	0,9	0,4	0,2	1,4	1,0
Banco Itaú BBA Colômbia	0,4	0,1	1,2	0,5	0,4	0,0	1,3	0,2	-	-	-	-
Efeito de Diversificação ⁽¹⁾				(169,3)				(113,0)				(77,1)
Total	125,5	59,0	231,4	180,4	224,5	97,9	443,4	110,4	289,7	118,0	601,4	373,7

(1) Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

VAR GLOBAL (SIMULAÇÃO HISTÓRICA) ⁽¹⁾	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	31/12/2014
Grupo de Fatores de Risco				
Taxa de Juros	92,4	37,0	161,8	124,8
Cupons Cambiais	60,4	21,1	93,2	83,6
Variação Cambial	36,1	3,6	141,2	26,5
Índices de Preços	99,1	45,9	162,9	115,7
Renda Variável	22,8	10,4	60,7	22,5
Unidades Externas				
Itaú BBA International	1,1	0,4	2,3	1,6
Banco Itaú Argentina	4,0	0,9	18,8	1,9
Banco Itaú Chile	3,3	1,3	5,5	5,3
Banco Itaú Uruguai	1,6	0,8	2,6	2,1
Banco Itaú Paraguai	1,3	0,6	3,6	3,5
Banco Itaú BBA Colômbia	0,4	0,1	1,2	0,5
Efeito de Diversificação ⁽²⁾				(194,9)
Total	131,9	59,0	227,7	193,1

(1) Exceto para “Unidades externas” (calculadas por VaR Paramétrico)

(2) Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

Em 2014, nossa média anual do VaR Global (Paramétrico) foi R\$ 125,5 milhões, ou 0,12% do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2014, em comparação com R\$ 224,5 milhões, ou 0,27% do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2013 e R\$ 289,7 milhões, ou 0,38%, do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012. Em 2014, nossa média anual do VaR Global (simulação histórica) foi R\$ 131,9 milhões, ou 0,13% do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2014.

VaR – Carteira de Negociação

A tabela abaixo apresenta os riscos decorrentes de todas as operações com a intenção de negociação, seguindo os critérios acima definidos para Carteira de Negociação.

Nossa média total do VaR da Carteira de Negociação foi de R\$ 25,7 milhões em 2014, comparado com R\$ 40,2 milhões em 2013 e R\$ 54,3 milhões em 2012.

(Em milhões de R\$)

VAR CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	31/12/2014	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	31/12/2013	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	31/12/2012
Grupo de Fatores de Risco												
Taxa de Juros	22,2	7,8	44,8	16,6	38,2	15,7	104,9	20,1	38,3	12,8	95,4	25,2
Cupons Cambiais	12,1	3,6	35,0	3,6	13,7	4,5	31,7	21,7	10,7	4,2	27,2	6,4
Variação Cambial	7,9	2,4	22,8	10,7	31,8	6,2	68,1	9,4	25,1	4,9	55,6	9,9
Índices de Preços	15,9	8,1	27,3	8,1	12,0	3,1	30,4	21,4	9,4	1,8	22,2	7,1
Renda Variável	10,3	1,7	57,2	4,3	19,2	5,8	38,2	13,7	23,3	13,8	41,5	14,8
Efeito de Diversificação ⁽¹⁾				(26,4)				(56,0)				(38,6)
Total	25,7	13,1	54,3	16,9	40,2	17,7	71,7	30,3	54,3	21,3	112,3	24,7

(1) Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

Conforme requerido pelas regulações brasileiras, realizamos a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas resultantes são apresentadas abaixo, com impacto no resultado, por fator de risco, em cada um dos cenários e líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão de nossa exposição em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Não Negociação e de Negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos, dissociado de quaisquer práticas contábeis que adotamos.

(R\$ mil)

EXPOSIÇÕES		CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO ⁽¹⁾ 31/DEZ/2014			CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO E CARTEIRA DE NÃO NEGOCIAÇÃO ⁽¹⁾ 31/DEZ/2014		
FATORES DE RISCO	RISCO DE VARIAÇÃO EM	CENÁRIO I	CENÁRIO II	CENÁRIO III	CENÁRIO I	CENÁRIO II	CENÁRIO III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(540)	(126.764)	(237.705)	(5.493)	(1.417.835)	(2.688.954)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	22	(1.729)	(3.374)	-	(19.266)	(34.458)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	610	165.600	337.463	(17.308)	(247.730)	(414.333)
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(16)	(5.703)	(11.680)	(1.700)	(238.647)	(430.973)
TR	Taxas de cupom de TR	(20)	(5.093)	(9.579)	705	(224.170)	(473.074)
Ações	Preços de ações	(78)	(11.769)	(35.990)	1.661	(49.699)	(122.034)
Total		(22)	14.542	39.135	(22.135)	(2.197.347)	(4.163.826)

(1) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar essas sensibilidades, utilizamos os seguintes cenários (modificados a partir do segundo trimestre de 2014):

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros e índices associados, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;
- Cenário II: Aplicação de choques de 25 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixados, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; e
- Cenário III: Aplicação de choques de 50 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixados, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Sensibilidade à taxa de juros

A sensibilidade à taxa de juros é a relação entre as taxas de juros do mercado e a receita financeira líquida resultante do vencimento ou das características de repactuação de preços dos ativos e dos passivos remunerados.

Nossa estratégia de sensibilidade à taxa de juros considera as taxas de retorno, o grau de risco implícito e as exigências de liquidez, inclusive as nossas reservas normativas mínimas de caixa, índices de liquidez obrigatórios, saques e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional por fundos.

A estrutura de determinação de preços está casada quando valores iguais desses ativos ou passivos vencem ou são repactuados. Qualquer

descasamento de ativos e de passivos remunerados é conhecido como *gap*. Uma posição de *gap* negativo denota sensibilidade do passivo e normalmente significa que uma queda nas taxas de juros teria um efeito positivo na receita financeira líquida, enquanto uma posição de *gap* positivo denota sensibilidade de ativos e normalmente significa que um aumento nas taxas de juros teria um efeito positivo na receita financeira líquida. Além disso, variações na sensibilidade à taxa de juros podem ocorrer dentro dos períodos de repactuação apresentados devido às diferentes datas de repactuação dentro do período. Podem ainda surgir variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxa de juros são mantidas.

Essas relações são somente para uma data específica e oscilações significativas podem ocorrer diariamente como resultado tanto das forças do mercado quanto das decisões da administração. Nossa Comissão Superior de Tesouraria Institucional e Liquidez (CSTIL) analisa mensalmente a posição de descasamento do Grupo Itaú Unibanco e estabelece limites para exposição ao risco de mercado, posições de taxa de juros e posições em moeda estrangeira.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros, para mais detalhes sobre a posição dos nossos ativos e passivos que auferem juros em 31 de dezembro de 2014. A Nota 36 das nossas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias apresenta uma visão pontual, e portanto não reflete os *gaps* de taxas de juros que poderiam existir em outros momentos devido a variações nas posições do ativo e passivo e das ações da administração para gerenciar o risco nessas posições variáveis.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A maior parte de nossas operações bancárias é expressa em reais ou indexada a essa moeda. Também temos ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras, principalmente em dólares dos EUA, assim como ativos e passivos que, embora expressos em reais, são indexados ao dólar e nos expõem, portanto, ao risco de taxas de câmbio. O Banco Central regula nossas posições máximas em aberto, vendidas e compradas em moeda estrangeira. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros para mais detalhes.

A política de administração de *gap* adotada pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional e Liquidez leva em consideração os efeitos fiscais referentes às nossas posições em moeda estrangeira. Como os rendimentos da variação cambial de investimentos no exterior não são tributados, constituímos um hedge (um passivo em instrumentos derivativos em moeda estrangeira) em montante suficiente para que nossa exposição total em moeda estrangeira, líquida de efeitos fiscais, seja compatível com a nossa estratégia de baixa exposição ao risco.

Nossa posição de câmbio é composta do lado do passivo pela emissão de títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais internacionais, crédito de bancos estrangeiros para financiar importações e exportações, e repasses vinculados ao dólar de instituições financeiras governamentais. Os resultados dessas operações financeiras são geralmente aplicados em operações de crédito e em compras de títulos e valores mobiliários vinculadas ao dólar.

As informações abaixo foram preparadas de forma consolidada, eliminando as transações entre Partes Relacionadas. Nossos investimentos no exterior, eliminados no processo de consolidação, representam R\$43,7 bilhões em 31 de dezembro de 2014 e têm sua variação cambial protegida por instrumentos de hedge, sob a política de administração de *gap* adotada, conforme mencionado acima. Ressaltamos que o banco aplica tanto hedge econômico quanto hedge contábil para os investimentos líquidos no exterior.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	MOEDA BRASILEIRA	EXPRESSO EM MOEDA ESTRANGEIRA ⁽¹⁾	INDEXADO A MOEDA ESTRANGEIRA ⁽¹⁾	PORCENTAGEM DOS VALORES TOTAL EXPRESSOS E INDEXADOS A MOEDA ESTRANGEIRA SOBRE O TOTAL (%)	
				TOTAL	
Ativos:	923.281	178.292	25.630	1.127.203	18,1
Disponibilidades	7.391	8.842	1.294	17.527	57,8
Depósitos compulsórios no Banco Central	58.476	4.630	-	63.106	7,3
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.874	15.207	-	23.081	65,9
Aplicações no mercado aberto	208.752	166	-	208.918	0,1
Ativos financeiros mantidos para negociação	126.404	4.350	2.190	132.944	4,9
Ativos financeiros designados a valor justo através do Resultado	626	107	-	733	14,6
Derivativos	5.519	5.689	2.948	14.156	61,0
Ativos financeiros disponíveis para venda	55.152	22.637	571	78.360	29,6
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	24.102	10.332	-	34.434	30,0
Operações de crédito e arrendamento mercantil	344.785	95.295	12.351	452.431	23,8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.924)	(2.131)	(337)	(22.392)	11,0
Outros ativos financeiros	38.130	8.919	6.600	53.649	28,9
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	4.090	-	-	4.090	-
Ágio	1.748	213	-	1.961	10,9
Imobilizado, Líquido	8.314	397	-	8.711	4,6
Ativos Intangíveis, Líquido	5.724	410	-	6.134	6,7
Ativos fiscais	34.601	642	-	35.243	1,8
Bens destinados a venda	182	14	-	196	7,1
Outros ativos financeiros	11.335	2.573	13	13.921	18,6
Porcentagem do ativo total	81,9%	15,8%	2,3%	100,0%	
Passivo e Patrimônio Líquido:	889.574	209.830	27.799	1.127.203	21,1
Depósitos	195.511	98.617	645	294.773	33,7
Captações no mercado aberto	273.340	15.343	-	288.683	5,3
Passivos financeiros mantidos para negociação	-	520	-	520	100,0
Derivativos	7.966	6.006	3.378	17.350	54,1
Recursos de mercados interbancários	79.288	40.430	2.868	122.586	35,3
Recursos de mercados institucionais	36.087	35.385	1.770	73.242	50,7
Outros passivos financeiros	46.209	8.751	16.532	71.492	35,4
Provisão de seguros e previdência privada	109.716	59	3	109.778	0,1
Passivos de planos de capitalização	3.010	-	-	3.010	-
Provisões	16.995	32	-	17.027	0,2
Obrigações fiscais	3.925	540	-	4.465	12,1
Outros passivos	16.910	4.147	2.603	23.660	28,5
Participações de acionistas não controladores	1.357	-	-	1.357	-
Patrimônio líquido	99.260	-	-	99.260	-
Porcentagem do total do passivo e patrimônio líquido	78,9%	18,6%	2,5%	100,0%	

As informações apresentadas na tabela acima não são elaboradas com a mesma base utilizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(1) Predominantemente em dólar dos EUA.

Teste de Aderência

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, no qual são comparados perdas hipotéticas diárias com o VaR diário estimado. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem

estatística aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99% (isto é, há 1% de probabilidade de perdas financeiras maiores que as perdas estimadas pelo modelo), considerando uma janela de 250 dias úteis (findos em 31 de dezembro de 2014). As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo documento de Basileia

"Supervisory Framework for the use of backtesting in conjunction with the internal models approach to market risk capital requirements".

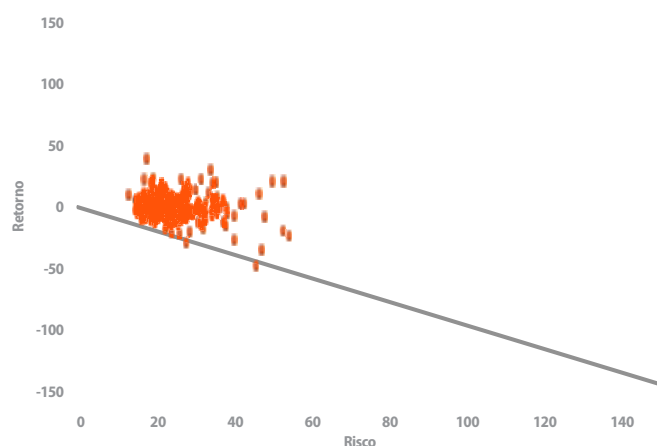
Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): corresponde aos resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): refere-se a uma faixa intermediária, que sinaliza a necessidade de atenção e/ou monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): demonstra a necessidade de uma ação de melhoria.

Para ilustrar a confiabilidade das nossas medidas de risco geradas pelos modelos utilizados, é apresentado abaixo o gráfico do teste de aderência do risco da Carteira de Negociação (as unidades internacionais não são incluídas no gráfico devido à baixa relevância de seus montantes de VaR).

O gráfico demonstra o grau de adequação dos nossos modelos de risco de mercado, apresentando o risco (em módulo) *versus* o retorno para o período considerado. Como a linha diagonal representa risco igual ao retorno, todos os pontos que ficam abaixo dela apontam exceções ao risco estimado. Com relação ao VaR da Carteira de Negociação, a perda hipotética foi maior que o VaR estimado pelo modelo em 2 dias no período de 250 dias úteis (findos em 31 de dezembro de 2014).

Teste de Aderência – Risco Global da Carteira de Negociação⁽¹⁾ (R\$ milhões)



(1) Não considera Unidades Externas.
Fonte: Itaú Unibanco Holding

Risco Operacional

Definimos o risco operacional como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Classificamos internamente seus eventos no primeiro nível em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;

- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Interrupção em nossas atividades;
- Falhas em sistemas de Tecnologia da Informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento de nossas atividades.

Em linha com os princípios da regulamentação do CMN, possuímos uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e são aplicáveis às empresas e às subsidiárias no Brasil e exterior.

Nosso gerenciamento de risco operacional é composto pelas atividades de gestão e controle dos riscos operacionais, cujo objetivo é suportar a instituição na tomada de decisão, buscando sempre a correta identificação e avaliação dos riscos, a criação de valor para os acionistas, assim como a proteção aos nossos ativos e a nossa imagem.

Nosso gerenciamento de risco operacional é suportado por uma governança estruturada por meio de fóruns e órgãos colegiados, subordinados à CSAGRO e à CSRisc, que por sua vez respondem ao Conselho de Administração, e por papéis e responsabilidades bem definidos de forma a reafirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas com relação aos riscos. Isso se reflete pela gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, que é executado pelas áreas de risco operacional, controles internos e *compliance* por intermédio de metodologias, treinamento e certificação do ambiente de controle de maneira independente e provendo ferramentas que os monitorem.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, avaliar, mitigar, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de risco operacional, controles internos e *compliance*. Dentre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da organização, a aprovação de processos e produtos, o monitoramento de indicadores-chave de risco e a base de dados de perdas operacionais. Portanto, nosso arcabouço de risco operacional garante base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

Dentro da governança do processo de gerenciamento, existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance*, nos quais periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Ressalta-se que a agenda de risco operacional tem na disseminação da cultura de riscos e controles para os colaboradores, por meio de treinamentos, importante pilar que visa a subsidiar o melhor entendimento do assunto e o relevante papel a desempenhar em sua mitigação.

Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

Nosso Programa de Continuidade de Negócios tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções

críticas de suas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto a confiança de nossos clientes e parceiros estratégicos em nossa prestação de serviços e produtos.

É composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a uma variedade de níveis de interrupção, e pode ser dividido em dois elementos-chave:

- **Gestão de Crises:** processo de comunicação centralizada e os procedimentos de resposta, para gerenciar eventos de interrupção de negócios e também quaisquer outros tipos de ameaças à imagem e reputação de sua identidade perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores. A estrutura conta com um comando central que monitora constantemente as operações diárias, bem como canais de mídia em que formos citados. O êxito da Gestão de Crises se dá por meio de agentes focais, que são representantes nomeados junto às áreas de negócios e que atuam no monitoramento de potenciais problemas, na resolução de crises, na retomada dos negócios, na melhoria dos processos e na busca por ações de prevenção;
- **Planos de Continuidade de Negócios (PCN):** documentação de procedimentos e informações desenvolvida, consolidada e mantida de forma que esteja disponível para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, definimos em nosso PCN ações corporativas e customizadas para nossas linhas de negócio, por meio de:
 - Plano de *Disaster Recovery*: foco na recuperação do *data center* primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos preestabelecidos;
 - Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente 2.000 posições de contingência totalmente equipadas para atender às necessidades das áreas de negócio em situações de emergência;
 - Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre nossas instalações, com foco preventivo;
 - Plano de Contingência de Processos: alternativas (Planos B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da organização:

- **Análise de Impacto nos Negócios (BIA):** avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos, que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;
- **Avaliação de Riscos (RA):** avaliação dos processos para adequação dos controles existentes e implantação de novos, para mitigação de riscos que possam causar eventuais interrupções aos negócios;
- **Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA):** identificação das ameaças às localidades, onde os prédios que utilizamos estão localizados. A eficácia dos controles existentes é avaliada em relação às ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, fortalecimento das soluções e estabelecimento de novos controles.

Consulte www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/PoliticaCorporativadeContinuidadedeNegocios.pdf, para mais informações sobre nossa política corporativa de continuidade de negócios.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Nosso controle de risco de liquidez é realizado por nossa área independente das nossas áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países em que operamos, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras de nossas empresas, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090 do CMN e da Circular nº 3.393 do Banco Central, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação; e
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

O requisito básico para a efetividade do controle do risco de liquidez é a correta mensuração da exposição ao risco. O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente.

Nossa estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é considerada adequada e alinhada às melhores práticas, permitindo o controle tempestivo do risco. Durante o ano de 2014, foram feitos investimentos na melhoria e maior eficiência dos controles de risco de liquidez.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho Financeiro – Resultados para mais informações sobre liquidez e recursos de capital.

A instituição dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. As principais fontes de recursos são os depósitos, captações no mercado aberto com títulos de emissão própria e recursos de aceites e emissão de títulos.

Consulte a seção Performance, item de Desempenho Financeiro, Passivos, para mais detalhes sobre o financiamento e os resultados e o item Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS), Nota 17 – Depósitos, Nota 19 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais e Nota 36 – Gestão de Riscos Financeiros para mais detalhes.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório para mais informações sobre Implementação de Basileia III no Brasil.

Risco Socioambiental GRI 4-14

Na nossa gestão de negócios, consideramos, continuamente, o potencial de risco de perdas em função da exposição a eventos socioambientais que decorrem do desempenho de nossas atividades e que gerem impacto ao meio ambiente ou à saúde humana.

Nosso gerenciamento de riscos socioambiental está estruturado pela governança do Comitê de Riscos Socioambiental, cuja principal competência é propor entendimentos institucionais sobre questões relacionadas à exposição ao risco socioambiental para nossas atividades e nossas operações, e formalizado por meio de normativos e procedimentos internos.

Consulte www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/RISCOSOCIOAMBIENTAL.pdf, para mais informações sobre nossa Política de Risco Socioambiental.

Além de buscarmos o desenvolvimento de diversos processos internos que visam ao controle e à mitigação de eventos que possam levar à ocorrência do risco socioambiental, buscamos constantemente progredir no gerenciamento do risco socioambiental, sempre atentos aos desafios para acompanhar as mudanças e demandas da sociedade. Assim, entre outras ações, assumimos e incorporamos aos nossos processos internos uma série de compromissos e pactos voluntários, nacionais e internacionais, voltados à integração de aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios. Destacam-se os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – *Ethos*, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Programa Brasileiro GHG *Protocol*, o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros.

Risco Reputacional

Definimos como risco reputacional aquele decorrente das práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, entre outros, acarretando em impactos no valor da marca e em perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa nossa capacidade de manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e continuar tendo acesso a fontes de captação.

Visto que risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, possuímos uma estrutura que busca garantir que potenciais riscos reputacionais sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos.

De maneira genérica, a reputação da instituição se inicia por meio de sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir da experiência, direta ou indireta, de suas partes interessadas, por meio de três contextos. São eles:

- Atuação: o que fazemos;
- Comunicação: o que comunicamos; e
- Influência de terceiros: o que os outros dizem sobre nós.

Para obter uma reputação inquestionável e evitar impactos negativos na percepção de nossa imagem pelas diversas partes interessadas, o tratamento dado ao risco reputacional é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas, que por sua vez são suportados por normativos internos, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais aos quais a instituição está, ou possa vir a estar, exposta. Dentre eles, destacam-se:

- Processo de prevenção e combate ao uso de nossa instituição em atos ilícitos;
- Processo de gestão de crises e continuidade de negócios;
- Processos e diretrizes das relações governamentais e institucionais;
- Processo de comunicação corporativa;
- Processo de gestão da marca;
- Iniciativas de ouvidoria e de compromisso com a satisfação; e
- Diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

Risco Regulatório

Consideramos o risco regulatório como risco decorrente de perdas devido a multas, sanções e outras punições aplicadas por reguladores decorrentes do não cumprimento de requerimentos regulatórios. O risco regulatório é gerenciado por meio de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e acompanhar a implantação das ações voltadas para a aderência às exigências normativas.

Possuímos um fluxo estruturado e consistente para o tratamento de normas, abrangendo as etapas de captura, distribuição, acompanhamento e cumprimento, sendo que todos os processos estão definidos em normativos internos. Assim, o controle do risco abrange todo o ciclo de vida de uma lei ou norma, sendo acompanhado desde seu projeto até avaliações recorrentes de aderência. A estrutura e fluxo para tratamento de risco regulatório são compostos por: (i) acompanhamento de projetos de lei, editais e consultas públicas; (ii) captura de novas normas e definição de planos de ação; (iii) relacionamento com reguladores; (iv) acompanhamento de planos de ação; e (v) priorização de riscos.

Risco de Modelo

Nossa gestão de riscos possui modelos proprietários para gestão de riscos que são monitorados continuamente e revisados, quando necessário, visando a garantir a eficácia nas decisões estratégicas e de negócio.

Utilizamos as melhores práticas de mercado para gerenciar o risco de modelo a que estamos expostos durante todo o ciclo de vida de um modelo, cujas etapas podem ser categorizadas em quatro principais: desenvolvimento, implantação, validação e uso. As melhores práticas que balizam o controle do risco de modelo na instituição incluem:

(i) certificação da qualidade das bases de dados utilizadas; (ii) aplicação de lista de pontos essenciais a serem cumpridos durante o desenvolvimento; (iii) conservadorismo em modelos julgamentais; (iv) uso de *benchmarks* externos; (v) homologação dos resultados gerados na implantação; (vi) validação técnica independente; (vii) validação do uso; (viii) monitoramento de desempenho; e (ix) aprovação independente das políticas de uso.

Risco-país

Risco-país é definido como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomadores, emissores, ou contrapartes ou garantidores, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor, ou de eventos político-econômicos e sociais relacionados a esse país.

A fim de tratar o risco-país adequadamente, dispomos de uma estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco seja gerido e controlado. Tais processos abrangem: (i) governança do risco-país; (ii) definição de *ratings* para países; (iii) definição de limites para países; e (iv) monitoramento dos limites e tratamento de desenquadramentos.

Risco de Negócio e Estratégia

Definimos o risco de negócio e estratégia como o risco de impacto negativo nos resultados ou no capital em consequência da falha do planejamento estratégico, da tomada de decisões estratégicas adversas, de nossa inabilidade de implantar os planos estratégicos apropriados, e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

Visto que o risco de negócio e estratégia pode afetar diretamente a criação de valor e, até mesmo, a viabilidade da instituição, implantamos diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do Conselho de Administração, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno.

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das nossas seguradoras estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Desse modo, entendemos que os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização; e

- Risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários de fundos de pensão decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

As diretrizes da estrutura de gerenciamento de riscos de seguros, previdência e capitalização são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo nosso Conselho de Administração, e o processo de gerenciamento desses riscos é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas.

Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é nosso órgão máximo no gerenciamento de capital, responsável por monitorar a adequação de capital, aprovar o Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP) e analisar os resultados da validação independente dos processos e modelos do ICAAP, performedo pelas equipes de controles internos e validação de modelos, bem como aprovar o normativo institucional de gerenciamento de capital. Adicionalmente, as conclusões e os apontamentos da auditoria sobre os processos de gerenciamento de capital são levados para ciência do Conselho de Administração.

O ICAAP é um processo que visa avaliar nossa adequação do nível de capitalização dado nosso perfil de risco, nossas diretrizes estratégicas e o ambiente econômico em que atuamos. De modo a validar independentemente a eficácia de processos e modelos integrantes do ICAAP, a equipe de controles internos avalia a nossa estrutura de governança, processos envolvidos, políticas e atividades de monitoramento e de reporte. Nosso time responsável pela validação técnica de modelos avalia a documentação, dados, metodologia, desempenho e uso dos modelos envolvidos. O relatório final do ICAAP e seus componentes são aprovados pelo Conselho de Administração.

As metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como documentos e temas relativos a capital, são avaliados pelos Comitês de nível executivo antes de sua submissão à aprovação do Conselho de Administração.

No contexto de gerenciamento de capital, é elaborado um plano de capital estruturado de forma consistente com o nosso planejamento estratégico e que tem como objetivo garantir a manutenção de um nível adequado e sustentável de capital incorporando análises do ambiente econômico, competitivo, político e outros fatores externos. O plano de capital também é aprovado pelo Conselho de Administração e compreende:

- Nossas metas e projeções de capital de curto e de longo prazo, em cenários normais e em cenários de estresse, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração;
- A descrição das principais fontes de capital; e
- Nosso plano de contingência de capital, contendo ações a serem realizadas em caso de potencial deficiência de capital.

Como parte do planejamento de capital, condições extremas de mercado são simuladas, considerando eventos severos que busquem identificar potenciais restrições de capital. Os cenários de estresse são aprovados pelo Conselho de Administração e seus impactos no capital são considerados na definição de estratégia e posicionamento de negócios e de capital.

Complementando o cálculo de capital para cobertura dos riscos de Pilar 1 (riscos de crédito, mercado e operacional), viemos desenvolvendo mecanismos que visam à identificação e à análise da materialidade de outros riscos incorridos pela instituição, além de metodologias para avaliação e quantificação da necessidade de capital adicional para cobertura daqueles.

A fim de prover informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em Comissões e Comitês, informando-os sobre nossa adequação de capital, bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório para mais informações sobre Implementação de Basileia III no Brasil.

Requerimentos mínimos

Nossos requerimentos mínimos de capital são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível, demonstrado na forma do Patrimônio de Referência (PR) ou Capital Total, e os ativos ponderados pelo risco (*Risk weighted assets* ou RWA). Esses requerimentos mínimos de capital seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN a partir de 2013, e que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III.

O PR consiste no somatório do Nível I e Nível II, conforme definido nos termos das Resoluções do CMN. O montante total do RWA é determinado pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelo risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Para fins do cálculo desses requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelo risco de crédito com o risco de mercado e o risco operacional. O Itaú Unibanco utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo dessas parcelas.

O requerimento mínimo de Capital Total corresponde a um índice de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, decaindo gradualmente até 8% em 1º de janeiro de 2019.

Composição do Capital

Nos termos das atuais resoluções, nosso Patrimônio de Referência (PR) utilizado para verificar o cumprimento dos requerimentos de capital impostos pelo Banco Central consiste no somatório do Nível I e Nível II, no qual:

- Nível I: é composto pelo Capital Principal (apurado a partir do capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes

prudenciais), bem como pelo Capital Complementar (baseado em instrumentos híbridos de capital, segundo critérios definidos pelo regulador); e

- Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

Devemos manter os montantes de Capital Total (PR), Nível I e Capital Principal maiores do que os requerimentos mínimos estabelecidos. Para avaliar esses índices mínimos de capital, deve ser apurado o montante total dos ativos ponderados pelo risco (RWA) como soma das parcelas:

$$RWA = \boxed{\text{RWA}_{\text{CRD}}^{\text{RISCO DE CRÉDITO}}} + \boxed{\text{RWA}_{\text{CAM}}^{\text{RISCO DE MERCADO}} + \text{RWA}_{\text{JUR}}^{\text{RISCO DE MERCADO}} + \text{RWA}_{\text{COM}}^{\text{RISCO DE MERCADO}} + \text{RWA}_{\text{ACS}}^{\text{RISCO DE MERCADO}}} + \boxed{\text{RWA}_{\text{OPAD}}^{\text{RISCO OPERACIONAL}}}$$

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito;
- RWA_{CAM} = parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
- RWA_{JUR} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;
- RWA_{COM} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*);
- RWA_{ACS} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação; e;
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.

Suficiência de Capital

Nós, por meio do Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP), visamos a garantir a suficiência de capital para fazer frente à cobertura dos riscos de crédito, mercado e operacional, representados pelo capital mínimo requerido e cobertura dos demais riscos que consideramos materiais.

Visando a garantir nossa solidez e a disponibilidade de capital para suportarmos o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia (conforme descrito abaixo) e pelos índices de capital principal, capital complementar e Nível II (calculados, respectivamente, pela divisão do capital principal, do capital complementar e do Nível II pelo montante total dos ativos ponderados pelo risco).

Em 31 de dezembro de 2014, nosso Capital Total (PR) no Consolidado Operacional alcançou R\$ 129,790 milhões, um aumento de R\$ 4,646 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, devido principalmente ao aumento do Nível I.

(R\$ milhões)

(%)

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL (CONSOLIDADO OPERACIONAL)	31 DE DEZEMBRO			2014-2013	2013-2012
	2014	2013	2012		
Nível I ⁽¹⁾	96.232	87.409	79.711	10,1	9,7
Capital Principal 1 ⁽²⁾	96.212	87.409	-	10,1	-
Capital Complementar ⁽³⁾	20	-	-	-	-
Nível II ⁽⁴⁾	33.559	37.734	40.654	(11,1)	(7,2)
Exclusões	-	-	(420)	-	-
Patrimônio de Referência (PR)	129.790	125.144	119.945	3,7	4,3
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	84.488	83.099	72.798	1,7	14,2
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	45.302	42.045	47.148	7,7	(10,8)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	768.075	755.441	661.797	1,7	14,1

(1) Composto por Capital Principal, bem como o Capital Complementar.

(2) Com base no capital social, certas reservas e lucros acumulados, líquido das deduções e ajustes regulatórios (ajustamentos prudenciais).

(3) Composto por instrumentos de capital e dívida (instrumentos de capital híbrido).

(4) Constituído de instrumentos elegíveis, dívida subordinada, principalmente, sujeito a ajustes regulatórios.

Nosso índice de Basileia (calculado da relação entre o Patrimônio de Referência (PR) ou Capital Total e total de ativos ponderados ao risco) do Consolidado Operacional atingiu 16,9% em 31 de dezembro de 2014, um aumento em relação a 31 de dezembro de 2013, resultado principalmente explicado pelo crescimento do Patrimônio de Referência (PR), que superou o crescimento dos ativos ponderados ao risco. Em 31 de dezembro de 2014, a composição do índice de Basileia foi de 12,5% de capital principal e 4,4% de capital Nível II.

ÍNDICES DE CAPITAL (CONGLOMERADO OPERACIONAL)	EM 31 DE DEZEMBRO		
	2014	2013	2012
Índice de Basileia	16,9	16,6	18,1
Nível I	12,5	11,6	12,0
Capital Principal	12,5	11,6	0,0
Capital Complementar	0,0	0,0	
Nível II	4,4	5,0	6,1

(%)

Os índices de Capital Total (PR), de Capital de Nível I e de Capital Principal, até 31 de dezembro de 2014, foram calculados de forma consolidada, aplicados às instituições financeiras integrantes do Consolidado Operacional. A partir de 1º de janeiro de 2015, o Consolidado Operacional será substituído pelo Conglomerado Prudencial, o qual abrange não só as instituições financeiras como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil para mais informações sobre índices de capital mínimos.

Normas do Banco Central e CMN também estabelecem a criação do Adicional de Capital Principal, que corresponde aos colchões de conservação (fixo) e anticíclico (variável), aumentando as exigências de capital ao longo do tempo, bem como definem novos requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II. Adicionalmente, instituem a redução gradual da elegibilidade do estoque de instrumentos emitidos de acordo com a Resolução nº 3.444 do CMN.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 33 – Capital Regulatório para mais informações sobre capital regulatório.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório para mais informações sobre a estrutura de Basileia III.

Prevenção à lavagem de dinheiro

Com o intuito de prevenir e combater atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo e fraudes, adotamos uma série de medidas, normas e procedimentos a fim de evitar o uso de nossos produtos e serviços em operações ilícitas.

Estabelecemos uma política corporativa de prevenção e combate a atos ilícitos, e, com base nela, as áreas de negócio implementam políticas setoriais de prevenção à lavagem de dinheiro, que inclui uma avaliação prévia dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo em novos produtos, monitoramento eletrônico de operações para detectar tentativas de lavagem de dinheiro, além de consulta on-line das listas de restritivos internacionais na abertura de contas.

Estabelecemos um programa de prevenção, detecção e combate a atos ilícitos, baseados nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços sob a perspectiva de prevenção contra atividades ilícitas;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se a todo o Grupo Itaú Unibanco, incluindo nossas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais (CSAGRO), Comitês Setoriais de Risco (CSR) e pelo Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Consulte a seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório para mais informações sobre a regulamentação de prevenção à lavagem de dinheiro e www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/PREVENCAO_COMBATE_ATOS_ILICITOS_RI_2013.pdf para mais informações sobre a nossa Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos.

Pessoas expostas politicamente

Nosso compromisso com o cumprimento da legislação vigente e com a adoção das melhores práticas para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro contempla a identificação, análise do relacionamento e monitoramento diferenciado para pessoas expostas politicamente (PEP), sejam elas pessoas físicas ou jurídicas.

De acordo com as nossas políticas relacionadas às pessoas expostas politicamente, apenas diretores têm alçada para aprovar o início de um relacionamento de negócios com uma pessoa exposta politicamente.

Consulte a seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório para mais informações sobre pessoas expostas politicamente.

“Em 2014, intensificamos nossa atuação em iniciativas para a satisfação dos clientes, como o diálogo com as entidades de proteção ao consumidor. Além disso, implantamos, com as áreas de negócios, melhorias identificadas pela Ouvidoria junto as manifestações de clientes, tendo atuado também preventivamente na análise de novos produtos.”

Claudia Politanski

Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Jurídico e Ouvidoria em 2014 e Jurídico, Institucional & Pessoas a partir de 2015

Ambiente Regulatório

Estamos sujeitos à regulamentação e supervisão de várias entidades, de acordo com os países e segmentos de negócios nos quais atuamos. Essas atividades de supervisão são determinantes para a estrutura dos nossos negócios e influenciam diretamente as nossas estratégias de crescimento. Destacamos abaixo as principais entidades que regulamentam e supervisionam nossas atividades no Brasil:

- CMN: a principal autoridade responsável por estabelecer políticas monetária e financeira no Brasil; também é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, de crédito, orçamentária, fiscal e da dívida pública brasileira, pela regulamentação das condições para constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, bem como pela supervisão da liquidez e solvência dessas instituições. O CMN também é responsável pelas diretrizes gerais a serem seguidas na organização e operação do mercado de títulos e valores mobiliários e pela regulamentação de investimentos estrangeiros no Brasil;
- Banco Central: responsável por implantar as políticas estabelecidas pelo CMN, autorizar a constituição de instituições financeiras e supervisioná-las no Brasil. O Banco Central determina os requisitos de capital mínimo, limites de ativo permanente, limites de crédito e as exigências de depósitos compulsórios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo CMN;
- CVM: responsável por normatizar, sancionar e fiscalizar o mercado brasileiro de valores mobiliários (que, no Brasil, inclui derivativos) e de seus participantes, bem como supervisionar os mercados de bolsa e de balcão organizado;
- CNSP: responsável por estabelecer as orientações e as diretrizes para companhias de seguros e de títulos de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- SUSEP: responsável por regular e supervisionar o mercado brasileiro de seguros, previdência complementar aberta e capitalização e seus participantes; e
- ANS: responsável por regulamentar e supervisionar o mercado brasileiro de seguro-saúde e seus participantes.

Fora do Brasil, possuímos operações sujeitas à supervisão de autoridades regulatórias locais nas seguintes jurisdições: América do Sul, especialmente Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai e Paraguai; na Europa, especialmente Reino Unido e Suíça; na América Central e no Caribe, especialmente nas Bahamas e Ilhas Cayman; e nos Estados Unidos.

As instituições financeiras estão sujeitas a várias exigências e restrições, entre as quais podemos citar as seguintes:

- proibição de operar no Brasil sem a autorização prévia do Banco Central;
- proibição de adquirir imóveis não destinados ao uso próprio da instituição financeira, salvo os recebidos em liquidação de empréstimo de difícil ou duvidosa solução, sendo que, nesse caso, tal imóvel deverá ser vendido no prazo de um ano, prorrogável pelo Banco Central;
- proibição de adquirir participações em empresas sem a autorização prévia do Banco Central, exceto as participações societárias típicas de carteiras de investimento mantidas por bancos de investimento ou bancos múltiplos com carteira de investimento;
- proibição de conceder empréstimos que representem mais de 25% do patrimônio de referência da instituição financeira para uma única pessoa ou grupo;
- restrições para tomar ou conceder empréstimos, bem como para conceder adiantamentos e garantias para determinadas pessoas físicas e jurídicas relacionadas. Consulte a seção Nossa Gestão de Risco – Ambiente Regulatório, item Empréstimos e Adiantamentos a Pessoas Ligadas para mais informações sobre pessoas físicas e jurídicas;
- obrigação de depositar uma parcela dos depósitos que recebem de clientes no Banco Central (depósito compulsório); e
- obrigação de manter reservas de capital suficientes para absorver perdas inesperadas, de acordo com as regras propostas pelo Comitê da Basileia e implementadas pelo Banco Central.

Estrutura da Basileia III

A estrutura de Basileia III aumenta os requisitos mínimos de capital e cria “colchões” de capital de conservação e de capital anticíclico, altera as mensurações de capital baseadas em risco e introduz um novo limite de alavancagem e novas normas de liquidez. Essas novas regras deverão ser gradualmente introduzidas e a expectativa é que cada país adote tais recomendações em leis ou regulamentações a serem aplicáveis às instituições financeiras locais.

A estrutura de Basileia III exige que os bancos mantenham níveis mínimos de capital correspondentes aos seguintes percentuais dos seus ativos ponderados pelo risco: (i) coeficiente mínimo de capital principal de 4,5%, composto por ações ordinárias; (ii) coeficiente mínimo de capital Nível 1 de 6,0%; e (iii) coeficiente mínimo de capital total de 8,0%. Além dos requisitos mínimos de capital, Basileia III exige um “capital de conservação” de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco e cada regulador nacional poderá instituir, a seu critério, o “colchão” de capital anticíclico, caso tal regulador entenda haver um maior risco sistêmico como resultado da excessiva expansão do crédito em sua jurisdição. A Basileia III também introduziu um novo nível de alavancagem, definido como Capital de Nível 1 dividido pela exposição total do banco.

Basileia III implementou índices de liquidez de curto prazo, ou LCR, e de longo prazo, ou NSFR. O LCR exige que os bancos afetados mantenham ativos de alta liquidez suficientes para cobrir as saídas de caixa líquidas que poderiam ocorrer em caso de um cenário de potencial perda de liquidez por um período de 30 dias. Já o NSFR exige que os bancos mantenham sempre um valor mínimo de fontes de captações estáveis (“stable sources of funding”), calculado com base nos perfis de liquidez dos ativos do banco, bem como na potencial necessidade de liquidez de natureza contingencial resultante de compromissos não registrados no balanço patrimonial, durante o período de um ano.

Exigências adicionais aplicam-se aos instrumentos elegíveis ao Capital Complementar e ao Nível 2 emitidos por bancos ativos internacionalmente. Para ser incluído no Capital Complementar, ou no capital de Nível 2, o instrumento deve conter uma condição que exija que, de acordo com o critério da autoridade competente, tal instrumento seja baixado ou convertido em ações ordinárias caso ocorra um “evento de gatilho”, o qual é determinado pela decisão de uma autoridade competente, segundo a qual, para manter a situação do banco como uma instituição financeira viável, é necessário: (i) baixar um instrumento; ou (ii) injetar recursos públicos ou qualquer outro tipo de suporte equivalente nesse banco, o que ocorrer primeiro. Essas exigências serão válidas para todos os instrumentos emitidos após 1º de janeiro de 2013, dependendo da implementação da estrutura por parte de cada país. Os instrumentos qualificados como capital, emitidos antes dessa data, que não cumprirem com as exigências acima serão gradualmente excluídos do capital dos bancos, em um prazo de dez anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Exigências de patrimônio de referência adicional são válidas para instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes, ou G-SIFIs. A metodologia de avaliação do Comitê da Basileia baseia-se em indicadores que refletem os seguintes aspectos das G-SIFIs: (i) o porte, (ii) a interconexão, (iii) a inexistência imediata de substitutos ou de infraestrutura para prestar os serviços que ela presta; (iv) atividade interjurisdicional ou global; e (v) complexidade; cada um deles receberá peso igual de 20,0% na avaliação.

O Comitê da Basileia também publicou diretrizes para a regulamentação de bancos locais sistemicamente importantes, ou D-SIBs, que complementam a estrutura de G-SIFI, ao se concentrar no impacto que dificuldades ou a falência de bancos sistematicamente importantes teriam sobre a economia interna de cada país.

Implementação de Basileia III no Brasil

A Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013 adaptou as letras financeiras à estrutura de Basileia III e concedeu ao Banco Central o poder de limitar o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pelas instituições financeiras que não cumprirem os requisitos de capital definidos pelo CMN. Com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.838, as instituições financeiras brasileiras provavelmente emitirão instrumentos de dívida subordinada ou instrumentos híbridos em conformidade com Basileia III no contexto da estrutura regulatória das letras financeiras. As principais características das letras financeiras alteradas pela Lei nº 12.838 são:

- Possibilidade de emissão de letras financeiras conversíveis em ações. A conversão não pode ser solicitada pelo investidor ou pela instituição financeira;
- Suspensão do pagamento de juros em caso de não conformidade com as regras sobre requisitos de capital e no caso das letras financeiras fazerem parte do patrimônio de referência da instituição financeira. Além disso, para preservar o funcionamento regular do sistema financeiro brasileiro, o Banco Central poderá determinar a conversão de letras financeiras em ações ou a extinção da dívida (baixa). Essas decisões não constituirão inadimplência e não anteciparão o vencimento de outras dívidas da instituição financeira; e
- As letras financeiras podem incluir, como eventos de vencimento antecipado, o não pagamento da remuneração ou a dissolução da instituição financeira.

O CMN e o Banco Central emitiram diversas regras que detalham a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil.

O coeficiente mínimo de capital total dos bancos brasileiros é calculado como a soma dos três componentes a seguir:

- Patrimônio de referência;
- Capital de conservação (para aumentar a capacidade de absorção de perdas das instituições financeiras); e
- Capital anticíclico (para cobrir o risco de expansão excessiva do crédito).

O patrimônio de referência dos bancos brasileiros continua a ser composto pelo Capital de Nível 1 e Nível 2. O Capital de Nível 1 é subdividido em duas parcelas: o Capital Principal (Common Equity Tier 1, capital social e reservas de lucros) e o Capital Complementar (Additional Tier 1, instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central).

Para ser incluído no Capital Complementar ou no Nível 2, instrumentos emitidos por um banco brasileiro após 1º de outubro de 2013 deverão conter, mecanismos de absorção de perdas, incluindo uma cláusula que estabeleça que tais instrumentos serão automaticamente

baixados ou convertidos em ações se ocorrer um “evento de gatilho”. Um “evento de gatilho” é o que ocorrer primeiro entre: (i) o Capital Principal ser inferior a 5,125% do RWA (ativos ponderados pelo risco) para instrumentos do Capital Complementar e 4,5% para instrumentos de Nível 2; (ii) a assinatura de um contrato firme e irrevogável por escrito, de injeção de capital na instituição financeira por parte do governo; (iii) a declaração, pelo Banco Central, do início de um regime de administração especial temporária (“RAET”) ou intervenção na instituição financeira; ou (iv) a decisão, pelo Banco Central, segundo critérios estabelecidos pelo CMN, de que a baixa ou a conversão do instrumento é necessária para manter o banco como uma instituição financeira viável e mitigar os riscos relevantes para o sistema financeiro brasileiro. A regulamentação do CMN estabelece procedimentos e critérios específicos para conversão das ações e baixa da dívida pendente, relacionada aos instrumentos de captação de recursos elegíveis para qualificação como patrimônio de referência.

Os instrumentos híbridos de capital e as dívidas subordinadas, já aprovadas pelo Banco Central como Capital Complementar ou de Nível 2, podem continuar qualificados como Capital Complementar ou de Nível 2, conforme o caso, desde que tais instrumentos atendam às exigências descritas acima e uma nova autorização do Banco Central seja obtida. Os instrumentos que não atendam a essas exigências serão retirados dos instrumentos de capital qualificáveis, com a dedução de 10% de seus valores contábeis, por ano, do valor qualificado como Capital Adicional ou de Nível 2. A primeira dedução ocorreu em 1º de outubro de 2013, e as deduções subsequentes ocorrerão anualmente, entre 1º de janeiro de 2014 e 1º de janeiro de 2022.

O CMN estabeleceu os “colchões” de capital de conservação e de capital anticíclico para instituições financeiras brasileiras por meio do Adicional de Capital Principal. O valor do Adicional de Capital Principal será fixado pelo Banco Central dentro de limites preestabelecidos pelo CMN: o limite inferior corresponde ao “colchão” de conservação de capital e qualquer valor adicional exigido pelo Banco Central corresponderá ao “colchão” de capital anticíclico. Nenhum “colchão” de capital anticíclico será exigido quando o Adicional de Capital Principal passar a ser aplicável em 1º de janeiro de 2016. Em caso de não cumprimento das exigências do Adicional de Capital Principal, algumas sanções e limitações serão aplicáveis, incluindo a impossibilidade de a instituição financeira: (i) pagar uma remuneração variável aos diretores e membros do conselho de administração; (ii) distribuir dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas; e (iii) recomprar as próprias ações e de efetuar reduções no seu capital social.

A partir de 1º de outubro de 2015, um LCR mínimo em períodos de ausência de estresse financeiro será exigido de bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões, calculado de forma individual ou consolidada, para instituições integrantes de conglomerado prudencial. Durante períodos de maior necessidade de liquidez, os bancos podem apresentar um LCR abaixo do limite mínimo estabelecido, desde que informem ao Banco Central as causas para não cumprir o requisito mínimo, as fontes contingentes de liquidez de que dispõe, e as medidas de que pretende adotar para estar em conformidade com a exigência de LCR. Bancos serão obrigados a divulgar trimestralmente informações sobre seu LCR a partir de 1º de abril de 2016.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de implementação gradual pelo Banco Central das principais alterações relacionadas às exigências de adequação de capital e liquidez segundo Basileia III. Os números apresentados a seguir referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco da instituição financeira.

	A PARTIR DE 1º DE OUTUBRO (%)		A PARTIR DE 1º DE JANEIRO (%)				
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Capital de Nível 1	5,5	5,5	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
Patrimônio de Referência	11,0	11,0	11,0	9,875	9,25	8,625	8,0
Capital de conservação	-	-	-	0,625	1,25	1,875	2,5
Capital anticíclico		-	-	Até 0,625	Até 1,25	Até 1,875	Até 2,5
Índice de adequação de liquidez			60 ⁽¹⁾	70	80	90	100

(1) A partir de primeiro de outubro de 2015

O Banco Central também definiu a metodologia de cálculo da Razão de Alavancagem, mas ainda não estabeleceu uma Razão de Alavancagem mínima. Bancos serão obrigados a divulgar trimestralmente informações sobre seu LCR a partir de 1º de outubro de 2015.

O Banco Central adotou os mesmos indicadores definidos pelo Comitê da Basileia para determinar se instituições financeiras brasileiras se qualificam como G-SIFs, que são: (i) o porte, (ii) a interconexão, (iii) a inexistência imediata de substitutos ou de infraestrutura para prestar os serviços que ela presta; (iv) atividade interjurisdicional ou global; e (v) complexidade; cada um deles com peso igual a 20,0% na avaliação. A avaliação deve ser feita por bancos com Exposição Total – o denominador da Razão de Alavancagem – acima de R\$ 500 bilhões, calculada de forma individual ou consolidada, para instituições integrantes de conglomerado prudencial. Contudo, nenhuma exigência adicional de absorção de perdas foi atribuída a G-SIFs brasileiras.

A regulamentação do CMN também define as entidades que compõem o conglomerado prudencial de uma instituição financeira brasileira, e estabelece o requisito de que uma instituição financeira deve elaborar e arquivar, mensalmente no Banco Central, as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, conforme definido em tal documento. Essas demonstrações contábeis também devem ser auditadas por empresa de auditoria independente a cada seis meses. A partir de 1º de janeiro de 2015, as exigências de capital são aplicadas ao conglomerado prudencial.

Além das resoluções e cartas-circulares emitidas de acordo com os critérios estabelecidos em Basileia III, em julho de 2013 foi promulgada a Lei no 12.838 que permite a determinação do crédito presumido baseado em créditos fiscais provenientes de diferenças temporárias resultantes de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o que, na prática, isenta as instituições financeiras de deduzir este tipo de crédito do seu capital principal. A lei também altera as regras para emissão de letras financeiras, ao permitir a inclusão de cláusulas de suspensão da remuneração estipulada e o término do direito creditório ou sua conversão em ações, e as condições de remuneração dos acionistas para atendimento das exigências prudenciais estabelecidas pelo CMN.

O CMN exige que as instituições financeiras brasileiras implantem uma estrutura de gestão de capital compatível com a natureza de suas transações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, bem como com a dimensão da sua exposição a riscos. A gestão de capital é definida como um processo que inclui: (i) monitoramento e controle do capital da instituição financeira; (ii) avaliação das necessidades de capital em vista dos riscos aos quais a instituição financeira está sujeita; e (iii) estabelecimento de metas e planejamento de capital

para atender às necessidades de capital em virtude de mudanças nas condições de mercado. As instituições financeiras deverão publicar pelo menos uma vez por ano um relatório descrevendo a sua estrutura de gestão de capital. O Banco Central regulamenta a divulgação e a comunicação de questões relacionadas ao gerenciamento de riscos, o cálculo de ativos ponderados pelo risco e a adequada observância de exigências de patrimônio de referência, que reftam o chamado “Pilar 3” do patrimônio de referência recomendado por Basileia III, com o objetivo de aprimorar a governança e a divulgação de informações.

Implementação do Basileia III no Brasil – Futuras Normas Previstas

O Banco Central e o CMN também devem emitir regulamentos no futuro próximo sobre a metodologia de avaliação ou exigências de absorção de perdas adicionais para D-SIBs (Instituições Sistemicamente Importantes) no Brasil.

Operações e Exposição em Moeda Estrangeira

Operações de compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições autorizadas pelo Banco Central. Não existem limites para as posições de câmbio – compradas ou vendidas – de bancos autorizados a operar no mercado de câmbio. Atualmente, a alíquota do recolhimento compulsório sobre a posição vendida de câmbio de instituições financeiras é 0%.

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras brasileiras podem captar recursos no exterior por meio de empréstimos diretos ou emissão de títulos. Os recursos captados dessa forma podem ser livremente aplicados no Brasil, inclusive os repasses a empresas e instituições financeiras brasileiras, entre outros. Os bancos brasileiros autorizados a operar no mercado de câmbio com patrimônio de referência superior a R\$ 5 bilhões também podem utilizar tais recursos para conceder empréstimos, no exterior, para empresas brasileiras, suas subsidiárias offshore e empresas estrangeiras controladas por brasileiros, ou para adquirir no mercado primário títulos emitidos ou garantidos por tais empresas. Os empréstimos transnacionais, cujo processo envolve uma das partes no Brasil e a outra, no exterior, exigem registro prévio no Banco Central, o qual pode estipular limites para as condições dessas operações de empréstimos em moeda estrangeira. Consulte o item Tributação para obter mais detalhes a respeito de impostos incidentes sobre operações em moeda estrangeira.

As instituições financeiras também podem conceder empréstimos em moeda estrangeira, ou a ela indexados, para as atividades relacionadas ao comércio exterior de seus clientes, como a concessão de adiantamento sobre contrato de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, ou pré-pagamento de exportação e financiamento à

importação, todas de acordo com os regulamentos brasileiros referentes aos mercados de câmbio e aos fluxos de capital internacional.

O Banco Central e o governo brasileiro frequentemente alteram as regras e os regulamentos aplicáveis a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira conforme o cenário econômico e a política monetária brasileira.

A legislação também estabelece que a exposição total em ouro e outros ativos e passivos indexados ou vinculados à variação da taxa de câmbio de instituições financeiras (inclusive as sucursais offshore), e suas controladas diretas e indiretas, de forma consolidada, não pode ultrapassar 30,0% do seu patrimônio de referência.

Sistema de Investimento em Ativo Permanente e Liquidez

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras não podem deter, de forma consolidada, ativos permanentes que incluam investimentos em subsidiárias não consolidadas, imóveis, equipamentos e ativos intangíveis, em valor superior a 50,0% do patrimônio de referência ajustado.

Limites de Empréstimos

Além disso, a regulamentação também nos impede de conceder empréstimos ou adiantamentos, garantias, contratar operações de derivativos, subscrever ou deter em nossa carteira de investimentos os títulos e valores mobiliários de qualquer cliente ou grupo de clientes afiliados que, em conjunto, gerem exposição para esse cliente ou grupo de clientes afiliados em valor que ultrapasse 25,0% do nosso patrimônio de referência.

Limites de Exposição do Crédito

Para fins deste limite, as seguintes entidades do setor público serão consideradas clientes separados: (i) o governo brasileiro; (ii) uma entidade controlada direta ou indiretamente pelo governo brasileiro que não é dependente financeiramente de outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo governo brasileiro; (iii) entidades controladas direta ou indiretamente pelo governo brasileiro que são financeiramente dependentes entre si; (iv) um Estado ou o Distrito Federal, juntamente com todas as entidades direta ou indiretamente controladas por ele; e (v) um município, em conjunto com todas as entidades direta ou indiretamente controladas por ele.

Registro e Depósito Centralizado de Ativos Financeiros

Em 8 de janeiro de 2015, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.743, que regulamenta o registro e depósito centralizado de ativos financeiros no Brasil, bem como o registro de ônus/gravames sobre os ativos depositados. O objetivo da regulamentação é facilitar o controle e registro dos ativos financeiros.

Cálculo dos Ativos Ponderados Pelo Risco

Em 17 de dezembro de 2014, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.739, que estabeleceu certas modificações para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco, em relação ao capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

A regulamentação estabeleceu regras para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco, em relação ao capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada, pelas instituições que fazem parte do conglomerado prudencial. Esses cálculos, de acordo com as regras, devem utilizar os dados dos semestres em que são exigidas as demonstrações contábeis do conglomerado prudencial.

Regras de Recolhimento Compulsórios

Em 2014, o Banco Central alterou a regulamentação aplicável às exigências de recolhimento compulsório. O objetivo das alterações promulgadas pelo Banco Central é aumentar a liquidez na economia brasileira aumentando as deduções que as instituições financeiras do País podem utilizar para fins de cálculo do valor dos recolhimentos compulsórios exigidos.

A regulamentação emitida em julho e agosto de 2014: (i) limita o valor dos depósitos compulsórios que auferem juros, e (ii) modifica a lista e aumenta a porcentagem dos ativos que podem ser deduzidos do valor da exigibilidade de recolhimento compulsório. Em outubro, uma nova regulamentação permitiu que as instituições financeiras deduzissem, do requerimento compulsório exigido, uma quantia equivalente ao (a) valor em aberto dos empréstimos de capital de giro concedidos a partir de 27 de outubro de 2014, inclusive, que ultrapasse (b)(i) a média diária dos empréstimos de capital de giro concedidos entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2014, exceto refinanciamentos, multiplicada pelo (ii) número de dias úteis decorridos desde 27 de outubro de 2014.

Em janeiro de 2015, o Banco Central promulgou uma nova regulamentação segundo a qual as instituições financeiras podem reduzir as exigências de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista pelo valor do saldo em aberto de financiamentos que atendam a determinados critérios.

Política de Responsabilidade Socioambiental

Em 28 de abril de 2014, o CMN promulgou uma nova resolução estabelecendo as diretrizes para implementação de uma política de responsabilidade socioambiental aplicável às instituições financeiras (a Política de Responsabilidade). A Política de Responsabilidade precisa levar em conta o grau de exposição das atividades da instituição financeira aos riscos socioambientais e ser compatível com a natureza da instituição e com a complexidade das suas atividades, serviços e produtos.

A Política de Responsabilidade precisa orientar as ações socioambientais das instituições financeiras na realização dos seus negócios, no relacionamento com os clientes e usuários dos seus produtos e serviços. A Política de Responsabilidade também precisa orientar o relacionamento da instituição financeira com o seu pessoal e com outras pessoas afetadas pelas suas atividades. Além disso, a Política de Responsabilidade precisa prever a gestão dos riscos socioambientais, que será uma das diversas categorias de risco às quais as instituições financeiras estão expostas, segundo a regulamentação brasileira.

As instituições financeiras precisam ter uma Política de Responsabilidade e um plano de ação para guiar a sua implementação, que estejam em vigor até 2015. Nossa Política de Responsabilidade e o plano de ação foram aprovados pelo Conselho de Administração em outubro de 2014, tendo sido publicados internamente em novembro de 2014.

Lei Anticorrupção

Em janeiro de 2014, entrou em vigor no Brasil uma nova lei de combate à corrupção, que estabelece que as pessoas jurídicas terão responsabilidade objetiva (independentemente de culpa ou negligência) se estiverem envolvidas em qualquer forma de suborno por atos contra a administração pública. Embora seja conhecida como lei contra corrupção, ela também abrange outros atos ilícitos, contrários à administração pública brasileira ou internacional, como fraude à licitação e obstrução da justiça. A lei prevê penalidades pesadas para pessoas jurídicas, por meio de processos administrativos e judiciais, inclusive ordem de dissolução da companhia, proibição de acesso a financiamento de órgãos públicos e de participação em licitações públicas. A lei autoriza, entretanto, as autoridades públicas

administrativas responsáveis pela investigação a celebrar acordos de leniência. A autodivulgação de violações e cooperação das pessoas jurídicas pode resultar na redução de multas e outras sanções, conforme determinado pela nova regulamentação federal emitida em março de 2015. A nova regulamentação também prevê parâmetros para a aplicação da lei contra corrupção, inclusive com relação a penalidades e programas de conformidade legal. Consulte www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/POLITICA_CORPORATIVA_ANTITRUSTE_RI_2015_PORT.pdf para mais detalhes sobre a nossa Política Corporativa de Prevenção à Corrupção.

Empréstimos e Adiantamentos a Pessoas Ligadas

A regulamentação brasileira estabelece que não é permitido às instituições financeiras conceder empréstimo, adiantamento ou garantia para determinadas pessoas físicas e jurídicas a ela relacionadas, inclusive:

- (i) diretores, membros de conselhos de administração, conselhos fiscais, conselhos consultivos e outros conselhos estatutários, assim como os seus respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e parentes na linha colateral até o segundo grau, sejam consanguíneos ou afins;
- (ii) pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, controlem a instituição financeira ou possuam mais de 10% do seu capital social;
- (iii) pessoas jurídicas nas quais a instituição financeira, direta ou indiretamente, detenha o controle ou possua mais de 10% do capital social; ou
- (iv) pessoas jurídicas nas quais as pessoas físicas mencionadas nas alíneas "a" e "b", direta ou indiretamente, detenham o controle ou possuam mais de 10% do capital social.

Remuneração de Membros da Diretoria e do Conselho de Administração de Instituições Financeiras

O CMN regulamenta as políticas de remuneração aplicáveis aos membros da diretoria e do conselho de administração de instituições financeiras, especialmente no que diz respeito às regras sobre o pagamento de remuneração variável.

No caso de pagamento para membros da diretoria e do conselho de administração, do total da remuneração variável, 50%, no mínimo, deve ser pago em ações ou instrumentos baseados em ações; e 40%, no mínimo, da remuneração total, deve ser diferido para pagamento futuro, em um período mínimo de três anos. Se a instituição apresentar redução significativa do lucro recorrente realizado, ou um resultado negativo durante o período de diferimento, as parcelas diferidas e não pagas da remuneração dos membros da diretoria e do conselho de administração devem ser revertidas, proporcionalmente, à redução no resultado, de forma a minimizar o prejuízo da instituição financeira e de seus acionistas (*claw back*).

Nossa política de remuneração encontra-se alinhada às exigências regulatórias brasileiras e com nossos princípios e práticas de buscar um maior ajuste entre os interesses dos nossos acionistas e os dos nossos administradores.

CLASSIFICAÇÃO ⁽¹⁾	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Provisão %	0	0.5	1	3	10	30	50	70	100
Atraso (em dias)	-	-	15 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	121 a 150	151 a 180	Acima de 180

(1) Nossa classificação de crédito também considera o perfil de crédito do cliente, o que pode impactar negativamente a classificação das dívidas vencidas.

Segundo o IFRS, a provisão de créditos de liquidação duvidosa baseia-se em nossos modelos de perda incorrida, desenvolvidos internamente, os quais calculam a provisão de créditos de liquidação duvidosa, multiplicando a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD) pelo potencial de recuperação dos créditos inadimplentes (LGD) para cada operação, conforme descrito na nota 2.4(g) VIII das nossas demonstrações contábeis, consolidadas de acordo com o IFRS. Os níveis de risco são classificados em "baixo", "médio", "alto" e "perda do valor recuperável" (*impairment*), com base na probabilidade de inadimplência, por meio de uma escala interna estabelecida por nós, detalhada na Nota 36 das nossas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

Para mais informações, consulte a seção Nossa Governança, item Governança Corporativa – Remuneração dos Membros do Conselho de Administração e da Alta Administração.

Regulamentação Concorrencial

A lei antitruste brasileira estabelece que operações que resultem em concentração econômica devem ser submetidas à aprovação prévia do CADE, o órgão brasileiro que regula a defesa da concorrência no País, desde que presentes os seguintes critérios: (i) o grupo econômico de uma das partes da operação registre, no exercício fiscal anterior ao da operação, faturamento bruto mínimo de R\$ 750 milhões e (ii) ao menos um dos demais grupos econômicos envolvidos na operação registre, no mesmo período, o faturamento bruto mínimo de R\$ 75 milhões. A consumação de uma operação antes da aprovação pelo CADE sujeita as partes a multas que vão de R\$ 60 mil a R\$ 60 milhões, à nulidade do respectivo acordo e a possíveis instaurações de processos administrativos.

Conglomerados financeiros devem submeter as operações em diversos setores à aprovação do CADE. Adicionalmente, a Circular nº 3.590/12 do Banco Central tornou obrigatória a submissão de atos de concentração que envolvam duas ou mais instituições financeiras à aprovação do BACEN nas seguintes hipóteses: (i) aquisição de controle societário; (ii) fusão; (iii) aquisição; ou (iv) transferência do negócio para outra instituição financeira; e (v) outras operações que levem as instituições a aumentar a participação de mercado nos segmentos de mercado em que elas operem.

Com relação ao conflito de competência para análise e aprovação de atos de concentração envolvendo instituições financeiras, a questão continua indefinida, e a incerteza sobre se o CADE ou o Banco Central deve revisar e aprovar os atos de concentração envolvendo instituições financeiras resultou na submissão, pelas instituições financeiras, de atos de concentração no setor bancário à aprovação não apenas do BACEN, como também do CADE.

Tratamento de Dívidas Vencidas

As instituições financeiras brasileiras devem classificar suas operações de crédito (inclusive as operações de arrendamento mercantil e outras caracterizadas como adiantamentos de crédito) em diferentes níveis e reconhecer provisões de acordo com o nível atribuído a cada transação. A classificação é baseada na situação financeira do cliente, nos termos e nas condições da transação e no eventual tempo de atraso no pagamento da transação. Para atendimento às exigências do Banco Central, as transações são classificadas como nível AA, A, B, C, D, E, F, G ou H, sendo AA a classificação mais alta. As classificações de crédito devem ser revisadas mensalmente e, sem prejuízo das provisões adicionais àquelas exigidas pelo Banco Central, consideradas necessárias pela administração das instituições financeiras; cada nível tem um percentual específico de provisão que é aplicado a ele, e que usamos para calcular nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme especificado mais detalhadamente na tabela a seguir:

Insolvência Bancária

A insolvência de instituições financeiras é tratada pelo Banco Central, que é o responsável por iniciar e acompanhar todos os procedimentos administrativos, de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis. São três as modalidades de regimes especiais que podem ser impostos às instituições financeiras (privadas ou públicas não federais) ou a instituições a elas equiparadas: (i) regime de administração especial temporária (RAET); (ii) intervenção; e (iii) liquidação extrajudicial. Essas instituições também podem ser submetidas ao regime falimentar.

No curso dos regimes especiais descritos a seguir, o conselho diretor, o interventor e o liquidante poderão, quando autorizados pelo Banco Central: (i) alienar bens e direitos da instituição financeira a terceiros e (ii) realizar processos de reorganização societária na instituição financeira ou em suas subsidiárias, entre outras medidas possíveis, de efeito similar.

RAET

O RAET é um regime especial menos severo que permite às instituições financeiras continuarem a operar, sendo seu principal efeito a perda do mandato dos administradores e sua substituição por um conselho diretor nomeado pelo Banco Central, com amplos poderes de gestão. Tem duração limitada e objetiva, principalmente a adoção de medidas visando à retomada das atividades normais da instituição. Caso a retomada não seja possível, tal regime pode vir a ser transformado em liquidação extrajudicial.

Intervenção

Neste regime, o Banco Central nomeia um interventor, que assume a gestão direta da instituição, suspendendo as suas atividades normais e destituindo os respectivos administradores. De modo geral, a intervenção objetiva evitar a continuidade de certas irregularidades cometidas ou o agravamento da situação financeira da instituição, o que pode colocar em risco os ativos e prejudicar os credores da instituição financeira. Também tem duração limitada e poderá ser seguida da retomada das atividades normais da instituição, da decretação da sua liquidação extrajudicial ou falência.

A intervenção suspende as ações relacionadas a obrigações de pagamento das instituições financeiras, impede a liquidação ou vencimento antecipado de suas obrigações e congela os depósitos preexistentes.

Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial, de forma geral, corresponde ao processo de extinção da empresa em casos de insolvência irrecuperável ou de graves infrações às normas que regulam as atividades da instituição financeira. A liquidação extrajudicial promove a liquidação dos ativos existentes para pagamento dos credores, com devolução de eventual saldo aos acionistas. Os acionistas controladores também podem ser responsabilizados pelas obrigações remanescentes.

A liquidação extrajudicial (i) suspende as ações ou execuções relacionadas à instituição financeira; (ii) antecipa o vencimento de suas obrigações; e (iii) interrompe a prescrição de suas obrigações. Além disso, deixam de fluir juros contra a massa liquidanda até que todas as obrigações perante terceiros tenham sido pagas.

Seguro de Depósitos

Em caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou liquidação de uma instituição financeira em um processo de falência, o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) – um sistema de seguro de depósitos – garante o valor máximo de R\$ 250.000 em certos depósitos e instrumentos de crédito mantidos por uma pessoa física, jurídica ou outra entidade legal, em uma

instituição financeira (ou instituições financeiras pertencentes ao mesmo grupo econômico). Os recursos do FGC provêm, principalmente, de contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que recebem depósitos de clientes, atualmente à taxa mensal de 0,0125% do montante dos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia ordinária, e de certas contribuições especiais. Os depósitos e recursos captados no exterior não são garantidos pelo FGC.

Pagamento dos Credores em Liquidação

Em caso de liquidação extrajudicial de uma instituição financeira ou liquidação de uma instituição financeira em um processo de falência, os salários de funcionários e suas respectivas ações trabalhistas até um determinado valor, créditos com garantia real e cobranças de impostos têm prioridade entre todas as reivindicações contra a empresa em liquidação. O pagamento de créditos quirografários, inclusive depósitos ordinários de clientes de varejo não garantidos pelo FGC, está sujeito ao pagamento prioritário dos créditos com preferência. Além disso, mediante o pagamento dos depósitos garantidos pelo FGC, este se torna um credor quirografário da massa em liquidação.

Regulamentação de Seguros

As companhias de seguro domiciliadas no Brasil, mediante aprovação do governo, podem oferecer, diretamente aos clientes ou por meio de corretores habilitados, todos os tipos de seguro, com exceção do seguro de acidentes de trabalho.

As companhias de seguro são obrigadas a constituir reservas para investimento em tipos específicos de títulos e valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras estão entre os principais investidores no mercado financeiro brasileiro, estando sujeitas às normas do CMN sobre o investimento de reservas técnicas.

Em caso de quebra, a seguradora estará sujeita a um procedimento específico de liquidação administrado pela SUSEP ou pela ANS. As companhias de seguro somente estarão sujeitas à falência se, decretada a liquidação extrajudicial (i) seus ativos não sejam suficientes para garantir, pelo menos, a metade dos créditos quirografários ou (ii) houver fundados indícios da ocorrência de crime falimentar.

Na regulamentação vigente não há restrição a investimentos estrangeiros em companhias de seguro.

A legislação brasileira determina que as companhias de seguro contratem resseguro na medida em que as responsabilidades assumidas excedam seus limites técnicos, de acordo com as normas do órgão regulador (CNSP e SUSEP), sendo a celebração de contratos de resseguro feita por negociação direta entre as seguradoras e as resseguradoras, ou por uma corretora de resseguros autorizada a operar no Brasil.

As companhias de seguro, ao ceder riscos em resseguro, devem contratar 40,0% de sua cessão de resseguro com resseguradoras locais (companhias domiciliadas no Brasil). Além disso, a cessão de risco entre seguradoras e resseguradoras sediadas no exterior pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro está atualmente limitada a 20% do prêmio correspondente a cada cobertura contratada.

Regulamentação Sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro estabelece a estrutura básica para a prevenção e punição de práticas de lavagem de dinheiro como crime. Ela proíbe a ocultação ou a dissimulação da origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade

de bens, direitos ou valores financeiros decorrentes, direta ou indiretamente, de crimes; e os agentes dessas práticas ilegais ficam sujeitos à pena de prisão de até dez anos, além de multa pecuniária.

A lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro também criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), que atua como a unidade brasileira de inteligência financeira, sob a égide do Ministério da Fazenda. O COAF possui um papel central no sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Sua responsabilidade legal é coordenar os mecanismos de cooperação internacional e trocas de informações.

Em conformidade com a lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro e a respectiva regulamentação promulgada pelo Banco Central, inclusive as regras aplicáveis aos procedimentos que devem ser adotados pelas instituições financeiras na prevenção e no combate desses crimes, em consonância com as recomendações do Grupo de Ação Financeira Contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (GAFI, na sigla em português, ou *Financial Action Task Force* – FATF), as instituições financeiras brasileiras devem estabelecer controles internos e procedimentos para:

- identificar e conhecer os seus clientes, determinando se eles são Pessoas Expostas Politicamente (PEPs) e identificando os beneficiários finais das operações, se houver. Esses registros devem ser mantidos atualizados;
- verificar a compatibilidade entre a movimentação de recursos do cliente e a capacidade econômica e financeira desse cliente;
- verificar a origem dos recursos;
- efetuar análise prévia dos novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção à lavagem de dinheiro;
- manter registros de todas as transações realizadas ou serviços financeiros prestados em nome de um determinado cliente ou para ele;
- notificar o COAF, no prazo de um dia útil, sobre qualquer transação considerada suspeita pela instituição financeira, inclusive quaisquer transações em dinheiro equivalentes ou superiores a R\$ 100.000, sem informar a pessoa envolvida ou qualquer terceiro;
- prestar especial atenção a: (i) transações não usuais ou transações propostas, ou aparentemente sem base econômica ou legal; (ii) transações que envolvam PEPs; (iii) indicadores de fraude na identificação do cliente ou da transação; (iv) clientes e transações para os quais o usufrutuário final não pode ser identificado; (v) transações originadas ou destinadas aos países que não cumprem integralmente com as recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI); e (vi) situações em que não é possível manter os registros de identificação do cliente devidamente atualizados;
- estabelecer critérios para contratação de pessoal e oferecer treinamento para combate à lavagem de dinheiro para os colaboradores;
- estabelecer os procedimentos de combate à lavagem de dinheiro que devem ser respeitados por todas as agências e subsidiárias de instituições financeiras brasileiras localizadas no exterior;
- determinar que quaisquer instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio brasileiro com instituições financeiras localizadas no exterior devem verificar se a instituição financeira estrangeira está localizada fisicamente na jurisdição em que foi constituída e autorizada a operar, e se está sujeita a uma supervisão eficiente;
- monitorar as transações e as situações que poderiam ser consideradas suspeitas para fins de combate à lavagem de dinheiro;
- notificar o COAF sobre a ocorrência de transações suspeitas, conforme exigido pela regulamentação aplicável, e, pelo menos, anualmente, tenham ou não sido verificadas transações suspeitas, para certificar a inexistência de transações que devam ser notificadas ao COAF (declaração de inoccorrência);

- exigir que os clientes informem à instituição financeira, com pelo menos um dia útil de antecedência, sobre a intenção de sacar valores em espécie iguais ou superiores a R\$ 100.000; e
- garantir que as políticas, procedimentos e controles internos sejam proporcionais ao tamanho e volume das transações.

O descumprimento de qualquer uma das obrigações anteriores sujeita a instituição financeira e seus diretores a penalidades que variam de: (i) advertência formal; (ii) multas (de 1,0% a 200,0% do valor da transação, 200,0% do lucro gerado por ela, ou multa de até R\$ 20.000.000); (iii) seus diretores executivos serão considerados inelegíveis para qualquer cargo gerencial em instituições financeiras; até (iv) revogação da licença de funcionamento da instituição financeira.

Em agosto de 2013, a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) promulgou o Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, cujo objetivo é melhorar a contribuição do sistema financeiro brasileiro para a prevenção da lavagem de dinheiro e padronizar as práticas adotadas por todos os bancos, incentivando-os a reforçar os procedimentos de prevenção.

Pessoas Politicamente Expostas (PEPs)

Pessoas Expostas Politicamente, ou PEPs, são funcionários públicos que ocupam – ou ocuparam – cargos públicos importantes, bem como seus representantes, familiares e outras pessoas próximas, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em outros países, jurisdições e territórios estrangeiros. Inclui também suas pessoas jurídicas. As instituições financeiras precisam elaborar e implementar procedimentos internos para identificar PEPs e obter aprovação especial de um membro da equipe de nível mais alto, como diretores, processo necessário para aprovar e estabelecer relacionamentos com essas pessoas. As instituições também precisam adotar medidas contínuas e severas para monitoramento das transações com PEPs e notificar o COAF sobre todas as transações suspeitas.

Portabilidade de Operações de Crédito

Em 20 de dezembro de 2013, o CMN promulgou uma nova resolução, que entrou em vigor em 2 de maio de 2014, por meio da qual dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito, definida como a transferência de uma operação de crédito do credor original para outra instituição, por solicitação do devedor, mantendo o mesmo saldo em aberto e as mesmas condições de pagamento. A nova regra uniformiza os procedimentos e prazos para a troca de informações e o uso obrigatório de um sistema eletrônico, autorizado pelo Banco Central, para a transferência de recursos entre as instituições financeiras, proibindo o uso de qualquer procedimento alternativo para produzir os mesmos efeitos da portabilidade.

Em 16 de abril de 2014, o Banco Central emitiu uma carta circular explicando que a impossibilidade de procedimentos alternativos para a transferência de operações de crédito abrange o uso de quaisquer outros meios, inclusive as denominadas “compras de dívida”.

Em 23 de abril de 2014, a Associação Brasileira de Bancos (ABBC); Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI); Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP); Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL); Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREF); Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (ANEF); e FEBRABAN definiram, juntamente com a Câmara Interbancária de Pagamentos (SE), os procedimentos operacionais para observância da Resolução CMN nº 4.292/2013.

Regras Relativas à Cobrança de Tarifas Bancárias e de Cartões

As tarifas bancárias e as operações com cartões de crédito são amplamente reguladas pelo CMN e pelo Banco Central. De acordo com a legislação brasileira, temos que classificar os serviços que prestamos para pessoas físicas em categorias predefinidas e estamos sujeitos às limitações na cobrança de tarifas por esses serviços.

As instituições financeiras brasileiras, em geral, não estão autorizadas a cobrar tarifas bancárias pela prestação de serviços a pessoas físicas classificados como “essenciais”, em relação às contas-correntes e de poupança, tais como o fornecimento de cartões de débito, talões de cheques, saques, extratos, transferências, entre outros.

A legislação brasileira também autoriza as instituições financeiras a cobrar tarifas por “serviços prioritários”, um conjunto de serviços definidos por regulamentação do Banco Central. As instituições financeiras são obrigadas a oferecer para esses clientes “pacotes padronizados” de serviços prioritários. Os clientes podem também optar por esses ou outros pacotes oferecidos pela instituição financeira, ou pela utilização e pelo pagamento de serviços individualmente, em oposição à escolha de um pacote.

A regulamentação atual autoriza ainda que as instituições financeiras cobrem tarifas pela prestação de determinados serviços chamados de “diferenciados”, desde que o correntista ou usuário seja informado das condições de uso e pagamento relacionadas a tais serviços ou que as tarifas e os métodos de cobrança estejam definidos em contrato.

O CMN também estabelece regras aplicáveis aos cartões de crédito, definindo os fatos geradores que permitem a cobrança de tarifas por instituições financeiras emissoras, bem como as informações a serem divulgadas nas faturas de cartões de crédito e no respectivo contrato. Existe também uma lista de serviços diferenciados. As regras estabelecem dois tipos de cartões de crédito: (i) cartões de crédito básicos, com serviços mais simples, sem programas de recompensas e (ii) “cartões de crédito especiais”, com programas de recompensas. No mínimo 15% do saldo total em aberto da fatura precisam ser pagos mensalmente pelos portadores de cartões de crédito.

A cobrança de nova tarifa bancária ou a majoração do preço de tarifa vigente somente poderá ocorrer após divulgação ao público, com no mínimo 30 dias de antecedência, enquanto as tarifas relativas aos serviços prioritários somente poderão ter seu valor acrescido após 180 dias da data do último aumento (a redução do preço, por outro lado, poderá ser feita a qualquer momento). Com relação aos cartões de crédito, é necessária a divulgação ao público, com pelo menos 45 dias de antecedência, de qualquer aumento ou criação de taxas, e elas só podem ser aumentadas 365 dias após o último aumento. O prazo de 365 dias fica sujeito também às mudanças nas regras aplicáveis aos programas de benefícios ou recompensas.

Regulamentação de arrendamento mercantil

Embora as operações de arrendamento mercantil não sejam classificadas como operações de crédito pela legislação brasileira, o Banco Central regula e supervisiona essas operações. As partes envolvidas em uma operação de arrendamento mercantil são o “arrendador” (o banco) e o “arrendatário” (nosso cliente). O bem, de propriedade do arrendador, é entregue para o uso do arrendatário até o final da vigência do contrato, momento no qual o arrendatário pode optar por adquirir o bem ou devolvê-lo ao arrendador, ou ainda renovar o contrato por um novo período.

A legislação brasileira estabelece uma metodologia específica para a contabilização de lucros ou perdas nas operações de arrendamento mercantil e para todas as informações que devem constar do respectivo contrato. O Valor Residual Garantido (VGR), pago pelo arrendatário, deve corresponder ao mínimo valor de retorno necessário para que a operação seja viável para o arrendador, seja ou não exercida a opção de compra. As leis e os regulamentos aplicáveis às instituições financeiras, tais como as referentes aos requisitos de informação, suficiência de capital e alavancagem, limites de composição de ativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa, também são geralmente aplicáveis às empresas de arrendamento mercantil.

Correspondentes Bancários

Podemos contratar outras empresas para prestar determinados serviços aos nossos clientes, inclusive atendimento. Essas empresas são, em geral, denominadas correspondentes, e o nosso relacionamento com elas é regulamentado pelo Banco Central. Entre outras exigências, o Banco Central determina que, até 24 de fevereiro de 2014, os funcionários de todos os correspondentes deverão entrar com um pedido de certificação técnica que os autorize atender clientes em operações de crédito e de arrendamento mercantil, cuja certificação deve ser obtida até 2 de março de 2015.

Sigilo bancário

As instituições financeiras brasileiras devem guardar sigilo em relação às operações bancárias e aos serviços prestados aos seus clientes. As únicas circunstâncias nas quais informações sobre clientes, serviços e transações de instituições financeiras brasileiras ou empresas de cartão de crédito podem ser divulgadas a terceiros são:

- A divulgação de informações com o consentimento expresso dos interessados;
- A troca de informações entre instituições financeiras para fins cadastrais;
- A divulgação de informações às empresas de proteção ao crédito, com base no cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes;
- A divulgação de informações às autoridades competentes relacionadas à prática real ou suspeita de atos criminosos ou improbidade administrativa, inclusive a divulgação de informações relacionadas às operações que envolvam recursos relacionados a atividades ilegais; e
- A revelação de informações mediante mandado judicial.

Exceto conforme estabelecido pela legislação brasileira e por ordem judicial, a quebra de sigilo bancário constitui crime.

Regulamentação do mercado brasileiro de valores mobiliários

Segundo a legislação societária brasileira, uma empresa é considerada de capital aberto, ou fechado, dependendo da admissão ou não dos valores mobiliários de sua emissão à negociação no mercado. Todas as empresas de capital aberto, como a nossa, são registradas na CVM e estão sujeitas às exigências de divulgação de informações e apresentação de relatórios.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, para mais informações sobre a regulamentação do mercado brasileiro de valores mobiliários.

Exigências de divulgação

Segundo as regras da CVM, as empresas de capital aberto estão sujeitas às normas que regem o uso de informações relevantes. Considera-se relevante qualquer decisão que possa influenciar razoavelmente o preço dos valores

mobiliários de emissão da empresa de capital aberto ou a decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários.

A CVM aprimorou a qualidade das informações que devem ser apresentadas nos arquivamentos periódicos pelos emissores de valores mobiliários, ao exigir que esses emissores arquivem o Formulário de Referência na CVM. Esse formulário foi baseado no modelo denominado *shelf registration system* da IOSCO, que reúne todas as informações do emissor em um único documento.

Regulamentação de gestão de ativos (*Asset management*) **GRI G4-DMA Portfólio de Produtos**

A regulamentação brasileira de gestão de ativos exige que os gestores de ativos tenham um registro prévio na CVM para prestarem serviços de gestão de carteiras e administração de fundos de investimento.

O Grupo Itaú Unibanco oferece diversos serviços relacionados com os mercados de capital e, especificamente, executa atividades relacionadas a administração de fundos de investimento e gestão de carteiras com registro na CVM, de acordo com a regulamentação da CVM.

Na prestação desses serviços, nossas entidades envolvidas no negócio de gestão de ativos podem ser responsáveis, civil e administrativamente, por prejuízos resultantes de atos dolosos ou de negligência na condução de nossas atividades.

A CVM tem poderes regulatórios para supervisionar essas atividades, incluindo a aplicação de multas e outras sanções aos gestores de ativos registrados.

Fundos de investidores estrangeiros

Em 29 de setembro de 2014, o CMN emitiu a Resolução nº 4.373/2014, que alterou e consolidou todas as regras do CMN aplicáveis a (i) investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de capitais brasileiros e (ii) *depository receipts*. Consequentemente, a Resolução nº 2.689/2000 (que tratava de investimentos estrangeiros nos mercados financeiros e de capitais) e as Resoluções nº 1.289/1987 e nº 1.927/1992 (que regulamentava os *depository receipts*), entre outras, foram revogadas.

De acordo com a Resolução nº 4.373/2014, as mudanças mais significativas nas regras aplicáveis ao investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de capitais no Brasil são: (i) a exigência de que somente as instituições financeiras autorizadas a operar no Brasil podem atuar como representantes legais de investidores não residentes no Brasil para fins de quaisquer investimentos feitos nos termos da Resolução nº 4.373/2014; (ii) esclarecimento das exigências referentes às operações simultâneas de câmbio (sem a efetiva transferência de dinheiro) relacionada a investimentos estrangeiros; e (iii) permissão para que os fundos de uma conta de domiciliado no exterior mantida em um banco no Brasil sejam utilizados para determinados investimentos expressos em moeda brasileira.

A nova regulamentação também alterou as regras aplicáveis aos *depository receipts*, ao permitir a emissão desses certificados com lastro em: (i) qualquer título ou valor mobiliário emitido por empresas brasileiras registradas junto à CVM (companhias abertas), em oposição às regras anteriores, que limitavam a emissão de *depository receipts* lastreado apenas em ações, e (ii) instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras e outros tipos de instituições registradas junto à CVM e autorizadas pelo Banco Central, e que possam ser incluídos no Patrimônio de Referência da instituição financeira.

A Resolução nº 4.373/2014 está sujeita à implementação da regulamentação a ser emitida pela CVM e pelo Banco Central e entrará em vigor em 30 de março de 2015.

Regulamentação de internet e comércio eletrônico

Em abril de 2014, foi promulgada no Brasil uma nova lei (Lei Federal nº 12.965/2014), que estabelece a estrutura regulatória para prestação de serviços de internet. A lei prevê princípios e regras a serem observados por prestadores de serviços e usuários de internet, inclusive a proteção da privacidade e de dados pessoais e a preservação e garantia de neutralidade da rede. Ainda, certos aspectos do comércio eletrônico são regulamentados, como a validade dos documentos eletrônicos no Brasil e as transações do comércio eletrônico sob a ótica da defesa do consumidor. A regulamentação atual destina-se a (i) identificar com clareza o fornecedor e o produto comercializado pela internet; (ii) disponibilizar um canal de atendimento para os clientes em meio eletrônico; e (iii) garantir o direito de cancelamento e devolução dos pedidos feitos pela internet. Com relação aos produtos financeiros, a regulamentação existente trata apenas da obrigação do fornecedor do produto de informar para a instituição financeira ou a administradora do cartão de crédito que a transação não deve ser cobrada do consumidor, ou que o valor cobrado deve ser estornado. Além disso, as violações de computadores realizadas por hackers passaram a ser consideradas crime no Brasil, em 2012.

Em vista do aumento do uso de canais eletrônicos no setor bancário brasileiro, o CMN promulgou diversas resoluções ao longo dos últimos anos de forma a prever ou estabelecer:

- A permissão para a abertura, por residentes brasileiros, de contas de depósito bancário por meios eletrônicos – internet, caixas eletrônicos, telefone e outros canais de comunicação – pelos quais as transferências de valores dessas contas devem ser feitas apenas entre contas do mesmo correntista ou, na hipótese de liquidação de produtos de investimento e fundos de uma conta, entre contas dos mesmos correntistas que possuam produtos ou fundos de investimentos;
- Os requisitos referentes à verificação da identidade do cliente;
- Que todas as instituições financeiras que oferecem produtos e serviços por meios eletrônicos devem garantir a segurança, o sigilo e a confiança de todas as transações eletrônicas e divulgar, em termos claros e precisos, os riscos e as responsabilidades envolvendo o produto ou serviço adquirido por meio desses canais; e
- A abertura de contas de depósito e de poupança, movimentáveis, exclusivamente, por meios eletrônicos.

Em 10 de abril de 2014, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) emitiu uma regulamentação com relação à contratação de crédito por meio de canais remotos (como caixas eletrônicos, *call center* e *internet banking*), que prevê as diretrizes e os procedimentos mínimos para assegurar a confiabilidade, a qualidade, a transparência e a eficiência.

Regulamentação sobre instituições de pagamento e arranjos de pagamento

Uma nova lei brasileira, promulgada em outubro de 2013, estabeleceu a estrutura legal para “arranjos de pagamento” (ou seja, o conjunto de regras que regem um esquema de pagamento, como, por exemplo, uma operação de cartão de crédito ou débito) e para “instituições de pagamento” (ou seja, qualquer agente que emite um instrumento de pagamento ou credencia um estabelecimento para aceitação de pagamento), que passaram a fazer parte do Sistema de Pagamento Brasileiro e estão sujeitos à supervisão pelo Banco Central. Apesar de regulamentados pelo Banco Central, as instituições de pagamento não são consideradas instituições financeiras e estão proibidas de exercer atividades que sejam exclusivas de instituições financeiras.

Em novembro de 2013, o CMN e o Banco Central publicaram um conjunto de regras referentes aos arranjos de pagamento e às instituições de pagamento, que entrou em vigor em maio de 2014. Essa regulamentação

determina (i) o cumprimento das regras de proteção ao consumidor e de combate à lavagem de dinheiro e a prevenção de perdas que devem ser seguidas por todas as entidades supervisionadas pelo Banco Central quando atuarem como instituições de pagamento e instituidores de arranjo de pagamento; (ii) os procedimentos para a constituição, organização, autorização e funcionamento de instituições de pagamento, bem como para a transferência de controle, sujeitos à aprovação prévia do Banco Central; (iii) as exigências de capital; (iv) a definição de arranjos excluídos do Sistema de Pagamento Brasileiro; (v) as contas de pagamento que são segregadas em pré-pagas e pós-pagas; e (vi) uma exigência de liquidez para contas pré-pagas que requer que seja alocado em uma conta especial no Banco Central ou investido em títulos públicos, começando com 20% em 2014 e aumentando gradualmente até atingir o saldo total da conta em 2019, entre outras questões.

Informações sobre desempenho de crédito

A legislação brasileira estabelece regras para a organização e a consulta de bancos de dados que compilam as informações do histórico de crédito de pessoas físicas e jurídicas. Em 20 de dezembro de 2012, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.172, por meio da qual regulamenta o fornecimento de informações do histórico de crédito por instituições financeiras para esses bancos de dados e o compartilhamento dessas informações, sujeitando o fornecimento e o compartilhamento dessas informações à solicitação ou autorização expressa do cliente.

Código de Defesa do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor brasileiro (CDC) estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, aplicáveis às relações dos clientes com fornecedores de produtos ou prestadores de serviços. Os tribunais superiores entendem que o CDC também se aplica às instituições financeiras.

Os direitos básicos dos consumidores que usam serviços de instituições financeiras são:

- inversão do ônus da prova em juízo;
- garantia obrigatória, por parte das instituições financeiras, de informações adequadas e claras sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que os produtos apresentem;
- proibição, por parte das instituições financeiras, de fazer publicidade ou divulgar informações abusivas ou enganosas com relação aos seus contratos e serviços, bem como de promover métodos comerciais impositivos ou desleais;
- responsabilidade, por parte das instituições financeiras, por qualquer dano causado aos seus clientes em decorrência de imprecisões na publicidade ou nas informações fornecidas; e
- cobrança de juros relacionados com crédito pessoal e transações de crédito direcionadas aos consumidores precisa ser proporcionalmente reduzida em caso de pagamento antecipado de dívidas.
- cobrança de dívida não pode expor o cliente a constrangimento ou ser feita em forma de ameaça; e
- possibilidade de devolução dos valores cobrados indevidamente, em circunstâncias limitadas, em valor equivalente ao dobro do valor pago a maior. Esta regra não se aplica aos casos de erro justificável, como falha de sistema ou erro operacional.

Regulamentação de Auditores Independentes

Segundo a regulamentação do CMN que disciplina as normas que regem os serviços de auditoria externa prestados às instituições financeiras, as demonstrações contábeis e as informações contábeis das instituições financeiras devem ser auditadas por auditores independentes que (i) sejam devidamente registrados na CVM;

(ii) qualificados como especialistas em auditorias de bancos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON); e (iii) atendam às exigências que assegurem a independência do auditor.

Após emitidos pareceres relativos a cinco exercícios sociais completos da instituição, é obrigatório o rodízio do sócio de auditoria responsável e de todos os membros da equipe de auditoria com responsabilidades gerenciais; eles não poderão fazer parte da equipe de auditoria daquela instituição antes que tenham decorridos três exercícios fiscais a partir do rodízio.

A regulamentação do CMN também proíbe a contratação e a manutenção de auditores independentes por instituições financeiras no caso de: (i) ocorrência de qualquer uma das circunstâncias de impedimento ou incompatibilidade da prestação de serviços de auditoria, previstas nas regras e nos regulamentos da CVM, do CFC ou do IBRACON; (ii) existência de participação acionária ou realização de transações financeiras (ativo ou passivo) na instituição financeira auditada, pela empresa de auditoria ou de membros da equipe de auditoria envolvida no trabalho de auditoria daquela instituição financeira; e (iii) honorários a serem pagos pela instituição que representem 25% ou mais do faturamento anual total da auditoria. Além disso, a instituição financeira auditada está proibida de contratar os sócios e os membros, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da instituição financeira nos últimos 12 meses.

O auditor independente deve elaborar, além do relatório de auditoria, os seguintes relatórios, conforme exigido pela regulamentação do CMN:

- Avaliação dos controles internos e dos procedimentos de gestão de risco da instituição financeira, incluindo o seu sistema de processamento eletrônico de dados;
- Descrição de qualquer não conformidade com dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, impacto significativo nas demonstrações contábeis auditadas ou nas operações da instituição financeira auditada; e
- Outros relatórios exigidos pelo Banco Central.

Tais relatórios, bem como os papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria deverão ser mantidos e ficar à disposição do Banco Central pelo período mínimo de cinco anos.

De acordo com a legislação brasileira, as nossas demonstrações contábeis devem ser elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Também elaboramos as demonstrações contábeis de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS). Para mais detalhes consulte: Contexto, item Contexto deste Relatório, Sobre nossas informações contábeis. As instituições financeiras devem ter suas demonstrações contábeis auditadas a cada seis meses. As informações contábeis trimestrais arquivadas na CVM devem ser revisadas pelos auditores independentes das instituições financeiras. A CVM requer que as empresas de capital aberto, inclusive as instituições financeiras, divulguem informações referentes a quaisquer serviços que não sejam de auditoria externa prestados por auditores independentes, que representem mais de 5,0% dos honorários pelos serviços de auditoria externa. Essas informações devem incluir o tipo de serviço, o valor pago e o percentual que tal valor representa de honorários de auditoria externa. Para mais detalhes sobre honorários e serviços dos principais auditores consulte: Nossa Governança, item Comitê de Auditoria.

Tributação

Resumimos a seguir os principais tributos incidentes sobre as operações realizadas pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco no Brasil. Esta descrição não representa uma análise abrangente de todas as considerações tributárias aplicáveis ao Grupo Itaú Unibanco. Para uma análise mais detalhada, recomendamos aos potenciais investidores que consultem seus assessores tributários. Os principais impostos aos quais estamos sujeitos, com suas respectivas alíquotas, estão apresentados a seguir:

IMPOSTO	ALÍQUOTA	BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO
IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)	15,0% mais adicional de 10,0%	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	15,0% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 9,0% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)	4,0% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 7,6% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
PIS (Programa de Integração Social)	0,65% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 1,65% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	2,0% a 5,0%	Preço do serviço prestado
IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)	Depende do tipo de operação, conforme descrito a seguir.	Valor nominal da operação

Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação aplicável, nosso regime de apuração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), é o Lucro Real. De acordo com esse regime, nosso lucro tributável, sobre o qual incidirão o IRPJ e a CSLL, deve ser ajustado por meio de adições, deduções e exclusões como, por exemplo, despesas indedutíveis, custos operacionais e equivalência patrimonial, respectivamente.

O IRPJ incide a uma alíquota básica de 15,0%, e uma alíquota adicional de 10,0% é aplicável quando o montante total do lucro do período fiscal excede R\$ 20.000 ao mês ou R\$ 240.000 ao ano. Em outras palavras, a parte do nosso lucro que exceder referido limite será tributada por uma alíquota efetiva de 25,0%.

A CSLL incide sobre o nosso lucro tributável a uma alíquota de 15,0%, específica para instituições financeiras, seguradoras e empresas similares. Estamos, assim como outras instituições financeiras brasileiras, questionando a constitucionalidade dessa alíquota majorada de CSLL, já que a alíquota padrão é de 9,0%. Os valores em discussão são contabilizados na provisão para passivos fiscais em nosso balanço.

Como as demais pessoas jurídicas brasileiras, nossas empresas podem compensar os montantes históricos nominais de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores com os resultados produzidos em exercícios futuros, a qualquer momento (isto é, sem limitações quanto às restrições temporais), desde que essa compensação não ultrapasse o limite de 30,0% do lucro tributável do ano da compensação. Para fins de tributação do IRPJ e da CSLL, as empresas devem considerar suas receitas auferidas no exterior e também as receitas referentes às operações brasileiras. Dessa forma, os lucros, ganhos de capital e outras receitas auferidas no exterior, pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco no Brasil, suas agências, filiais, coligadas ou subsidiárias, também serão computados para a apuração do lucro líquido dessas empresas. No entanto, a legislação brasileira nos permite deduzir do IRPJ devido no Brasil os valores pagos de imposto de renda no exterior, e também da CSLL, desde que respeitados certos limites.

Contribuição para o Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Além do IRPJ e da CSLL, as pessoas jurídicas brasileiras estão sujeitas às seguintes contribuições sobre suas receitas: Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

De acordo com a legislação vigente, as instituições financeiras estão sujeitas ao regime de apuração cumulativo dessas contribuições.

Por meio desse regime, as instituições financeiras estão obrigadas ao recolhimento do PIS à alíquota de 0,65% e da COFINS à alíquota de 4,0%. O regime cumulativo apresenta alíquotas inferiores àquelas incidentes no regime não cumulativo, explicado a seguir, mas, em contrapartida, impede a utilização de créditos fiscais.

Algumas deduções adicionais são permitidas por lei às instituições financeiras, de forma que a base de cálculo é similar à margem de lucro. Algumas de nossas subsidiárias defendem que o PIS e a COFINS devem incidir somente sobre as receitas provenientes da venda de produtos e serviços, e não sobre as receitas das atividades financeiras e outras atividades. Os valores em discussão são provisionados como contingências fiscais nos balanços dessas empresas.

A maioria das empresas não financeiras, por outro lado, está autorizada a recolher o PIS e a COFINS de acordo com o regime não cumulativo, pelo qual a contribuição ao PIS incide a uma alíquota de 1,65% e à COFINS a uma alíquota de 7,6%. A base de cálculo desses impostos é a receita bruta auferida pela entidade; entretanto, o contribuinte pode compensar créditos, calculados por meio da aplicação das mesmas alíquotas sobre o valor pago na compra de insumos usados no processo produtivo da entidade. Atualmente, segundo o regime não cumulativo, as receitas financeiras das empresas não financeiras (com exceção das receitas decorrentes do recebimento de juros sobre o capital próprio) não estão sujeitas ao PIS e à COFINS.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 37 – Informações suplementares e Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos, IV – Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, para mais informações sobre a Lei nº 12.973/2014.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide, em geral, sobre o preço dos serviços prestados (por exemplo, serviços bancários) e é cobrado pelo município no qual nossa agência ou escritório prestador de serviço está localizado. As alíquotas do imposto variam de 2,0% até o máximo de 5,0%, dependendo do município em que o serviço é prestado e da respectiva natureza do serviço.

Imposto sobre Operações Financeiras

O Imposto sobre Operações Financeiras incide a alíquotas específicas e de acordo com a operação em questão, podendo ser alteradas por meio de decreto do Poder Executivo (o qual pode entrar em vigor a partir da data de sua publicação), não sendo necessária uma lei promulgada pelo Congresso Nacional.

A tabela a seguir resume as principais alíquotas do IOF incidentes sobre nossas operações. Mesmo assim, notamos que o IOF é um imposto muito abrangente. Dessa forma, para uma análise mais detalhada, recomendamos que consulte os seus assessores tributários.

TIPO DE OPERAÇÃO

ALÍQUOTAS APLICÁVEIS
(AS ALÍQUOTAS PODEM SER ALTERADAS POR DECRETO PROMULGADO PELO GOVERNO BRASILEIRO, ATÉ A ALÍQUOTA MÁXIMA DESCRITA A SEGUIR, PODENDO ENTRAR EM VIGOR NA DATA DA SUA PUBLICAÇÃO)

Operações de Câmbio	IOF/CÂMBIO: zero a 6,38% (dependendo da operação) Alíquota máxima: 25%
Operações de Seguros	IOF/Seguros: zero a 7,38% Alíquota máxima: 25%
Empréstimos e Operações de Crédito	IOF/Crédito: 0,0041% (pessoas físicas e jurídicas) ao dia, até atingir o limite de 1,5%, em 365 dias, mais 0,38% Alíquota máxima: 1,5% ao dia (mais 0,38%)
Títulos	IOF/Títulos: zero a 1,5% como regra geral (podendo ser maior) Alíquota máxima: 1,5% ao dia
Títulos – Derivativos	IOF/Títulos – Derivativos: zero Alíquota máxima: 25%

Tributação de operações de crédito onshore

Em 20 de janeiro de 2015, o Poder Executivo promulgou o Decreto nº 8.392, que alterou a regulamentação do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e Sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) em vigor, de modo a estabelecer novas alíquotas aplicáveis às operações de crédito brasileiras, realizadas com pessoas físicas. De acordo com essa nova regulamentação, a alíquota do IOF foi aumentada para 0,0082% ao dia, mais um adicional fixo de 0,38%. A alíquota de IOF anterior era de 0,0041% ao dia, mais o adicional de 0,38%.

Tributação de empréstimos transnacionais

Em 7 de outubro de 2014, com vigência a partir de tal data, o Poder Executivo promulgou o Decreto nº 8.325, reduzindo para 181 dias o prazo mínimo médio de vencimento que os empréstimos internacionais registrados junto ao Banco Central deveriam cumprir para beneficiarem-se da alíquota de 0% de IOF incidente sobre a liquidação de transações em moeda estrangeira para ingresso de recursos no Brasil. Os empréstimos internacionais cujos prazos de vencimento forem inferiores a 181 dias estão sujeitos ao IOF à alíquota de 6%.

Lei dos EUA de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras (FATCA)

A Lei de FATCA visa minimizar a evasão fiscal por parte de pessoas dos EUA que investem em ativos estrangeiros, tanto por meio de suas próprias contas quanto por meio de investimentos em entidades estrangeiras. A Lei de FATCA exige que os agentes de retenções nos EUA, como o Itaú Unibanco, forneçam informações à autoridade tributária norte-americana (*Internal Revenue Service* – IRS), referentes aos seus correntistas nos EUA, inclusive detentores substanciais de certas Entidades Estrangeiras Não Financeiras (*Non-Financial Foreign Entity* – NFFE), e pessoas específicas dos EUA que tenham participação em certos meios de investimento sob gestão profissional e trustes conhecidos como Fideicomisso Documentado pelo Titular (*Foreign Financial Institution* – FFI).

Na medida em que um agente de retenção nos EUA não consegue documentar devidamente a conta, ele será obrigado a reter 30% na fonte estabelecida pela Lei de FATCA de certos pagamentos de renda dos EUA realizados a partir de 1º de julho de 2014, inclusive. Os rendimentos brutos da venda de bens que renderiam dividendos ou juros estão sujeitos à retenção na fonte nos EUA a partir de 1º de julho de 2017.

A lei fiscal dos EUA detalhou as regras para determinação da fonte de renda. São aplicadas regras diferentes para cada tipo de renda. Juros e dividendos, dois dos tipos mais importantes de renda para investidores, têm a fonte determinada por referência à residência do devedor. Os dividendos, especificamente, são tratados em geral como renda paga por uma empresa dos EUA com referência às suas ações, e os juros são em geral tratados como fonte de renda dos EUA quando forem pagos por um mutuário dos EUA.

Os Estados Unidos colaboraram com outros governos para desenvolver Acordos Intergovernamentais (IGAs) para implementar a Lei de FATCA. Os IGAs celebrados com jurisdições parceiras facilitam a implementação eficaz e eficiente das regras de FATCA. O objetivo desses acordos é, essencialmente, remover os impedimentos legais locais para cumprimento do FATCA, compartilhar informações e reduzir os encargos incidentes sobre as FFIs localizadas em jurisdições parceiras.

Mais de 40 jurisdições são signatárias de um IGA, inclusive o Brasil, as Ilhas Cayman, a Suíça e o Reino Unido. Além disso, mais de 50 outras jurisdições são consideradas como tendo um IGA em vigor. Alguns países assinaram um acordo de reciprocidade, o que significa que aqueles países (como o Brasil) e os EUA irão trocar automática e anualmente, em bases recíprocas, informações específicas sobre correntistas.

Há dois tipos de IGAs – o IGA Modelo 1, em que as FFIs locais precisam implementar procedimentos para abertura de contas e realizar a devida diligência para identificar contas dos EUA e informá-las à autoridade fiscal local para intercâmbio com a autoridade tributária norte-americana (IRS) (exemplos de países com o IGA Modelo 1 são Brasil, Ilhas Cayman, Bahamas, Peru e Colômbia), e o IGA Modelo 2, em que as FFIs podem implementar procedimentos para abertura de contas e de devida diligência para identificar contas dos EUA e informá-las diretamente à autoridade tributária norte-americana (IRS) (exemplos de IGA Modelo 2 são Suíça, Chile, Paraguai e Japão).

De acordo com a Lei de FATCA, o emissor ou qualquer outra instituição financeira para a qual, ou por intermédio da qual, seja realizado qualquer pagamento referente a ações preferenciais ou ADSs, pode ser obrigado, nos termos do acordo celebrado por essa instituição financeira com os EUA, do acordo celebrado por uma jurisdição relevante com os EUA (IGA), ou nos termos da legislação aplicável: (i) solicitar certas informações de detentores ou usufrutuários de certas ações preferenciais ou ADSs, sendo que tais informações poderão ser fornecidas à autoridade tributária dos EUA (IRS); e (ii) reter o imposto federal norte-americano à alíquota de 30,0% sobre a totalidade ou parte dos pagamentos considerados “pagamentos sujeitos a retenção” feitos após 31 de dezembro de 2016, referentes às ações preferenciais ou ADSs, se (x) essas informações não forem fornecidas devidamente pelo detentor ou usufrutuário (designado na regra de FATCA como “correntista recalcitrante”) ou (y) esses pagamentos forem feitos para uma FFI (conforme definida pelo FATCA) que não celebrou um acordo similar com os EUA (e, portanto, não precisa respeitar o FATCA nos termos da legislação aplicável ou de um IGA). Se o emissor ou qualquer outra pessoa for obrigado a reter valores nos termos da Lei de FATCA, ou relacionados a ela, de quaisquer pagamentos feitos com referência a ações preferenciais ou ADSs, os detentores ou usufrutuários dessas ações preferenciais ou ADSs não terão direito de receber qualquer reembolso do imposto ou nem qualquer outro valor adicional para compensar a retenção.

A descrição acima se baseia na orientação emitida até esta data pelo Departamento do Tesouro dos EUA, e inclui a regulamentação final. Futuras orientações poderão afetar a aplicação da Lei de FATCA em relação às ações preferenciais ou ADSs.

Controles cambiais

Pessoas físicas ou pessoas jurídicas, domiciliadas fora do Brasil, podem deter nossas ações por meio de ADSs negociadas em bolsa de valores dos EUA ou de investimentos diretos no mercado brasileiro.

Entretanto, o direito de converter os pagamentos de dividendos e resultados das vendas de nossas ações, no mercado brasileiro, em moeda estrangeira, e remeter esses montantes para o exterior, está sujeito às restrições da legislação sobre investimentos estrangeiros e moeda estrangeira, que geralmente exige, entre outras coisas, prova documental que evidencie a validade e a legitimidade econômica da operação de câmbio e que o investimento em questão seja registrado no Banco Central do Brasil e na CVM, conforme aplicável.

Caso o investimento em nossas ações seja feito por meio de ADS, os detentores de ADS terão um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro obtido no Brasil pelo custodiante de ações preferenciais correspondentes às ADSs, que permite ao banco depositário converter dividendos e outras distribuições referentes às ações preferenciais subjacentes às ADSs em moeda estrangeira, e remeter os resultados financeiros para o exterior.

Se o investimento em nossas ações for feito diretamente no mercado brasileiro, esse investimento precisará ser registrado diretamente no Banco Central como (i) investimento estrangeiro direto, Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto (RDE-IED), ou (ii) investimento em portfólio, Registro Declaratório Eletrônico – Portfólio (RDE – Portfólio).

O investimento estrangeiro direto (RDE-IED) permite que investidores não residentes detenham ações de empresas no Brasil. Por outro lado, o investimento em portfólio (RDE – Portfólio) dá direito a certos investidores estrangeiros de investir não apenas em ações, mas também em quase todos os ativos financeiros e títulos e valores mobiliários, e a realizar quase todas as operações disponíveis nos mercados financeiros e de capitais brasileiros, contanto que certas exigências da regulamentação sejam atendidas.

O Registro no RDE – Portfólio proporciona tratamento fiscal favorável a investidores que não são residentes ou domiciliados em paraísos fiscais, conforme definido pelas leis brasileiras.



5

Desempenho



Mensagem do CFO (Chief Financial Officer)

Caio Ibrahim David
CFO em 2014



Caro Leitor,

O ano de 2014 nos brindou com um excelente resultado e uma diferenciada rentabilidade, fruto de uma estratégia definida em 2011 baseada em reavaliação do apetite de risco da instituição, com foco na melhoria da qualidade da carteira de crédito, em contínuo investimento em ganhos de eficiência e produtividade e em crescimento sustentável das receitas de seguros e de serviços.

Destacaria dois importantes pilares que suportam essa estratégia: tecnologia e satisfação de clientes. Ao longo dos últimos anos, investimos mais de R\$ 11 bilhões em diversas frentes, como a construção de um novo *data center*, que ampliará consideravelmente nossa capacidade de processamento em um ambiente extremamente moderno e eficiente, o desenvolvimento de novos aplicativos e a modernização das plataformas operacionais, preparando-as para um mundo digital. Todo esse investimento traz, como mote principal, o melhor atendimento do cliente por meio de uma agenda de mais conveniência, mobilidade e disponibilidade.

A qualidade do nosso balanço também se mostra elevada à medida que apresentamos uma alta liquidez e a uma sólida base de capital, com níveis de alavancagem bastante confortáveis face ao momento econômico do Brasil, nosso principal mercado de atuação. Nesse contexto, caso aplicássemos integralmente, de forma antecipada, os novos requerimentos de capital estabelecidos por Basileia e adotados pelo Banco Central do Brasil, nosso capital principal já seria suficiente para atendê-los, chegando a 11,9% após algumas ações de otimização em andamento.

Em um ambiente de rápida transformação tecnológica e de crescentes demandas regulatórias, inclusive no âmbito do consumidor, o Itaú Unibanco vem reforçando suas políticas e desenvolvendo uma cultura de risco ainda mais forte. Nesse contexto, nossa governança corporativa privilegia o efetivo controle e adequação às normas estabelecidas nos vários países por intermédio de uma clara segregação de funções e de uma definição formal de papéis e responsabilidades entre as áreas de controle e de negócios. Adicionalmente, outros fóruns colegiados garantem um ambiente ainda mais robusto como, por exemplo, o Comitê de Auditoria, composto por 6 membros independentes, e o Conselho Fiscal, composto por outros 3 membros, também independentes.

Em relação às demonstrações contábeis, continuamos investindo para provê-las dentro dos mais altos níveis de transparência, consistência e qualidade, ampliando seu uso e seu valor agregado para nossos vários *stakeholders*. Como reconhecimentos em relação a esses investimentos, vale destacar que, em 2014, lideramos pelo segundo ano consecutivo o *ranking* elaborado pela empresa *Company Reporting*, em seu *IFRS Annual Report Benchmarking*, um relatório que analisa de forma independente as demonstrações financeiras divulgadas por várias companhias em todo o mundo. Adicionalmente, também pelo 2º ano consecutivo, recebemos o prêmio de Melhor Relatório Anual concedido pelo *IR Awards Brazil*. Finalmente, vale lembrar que o Itaú Unibanco foi a primeira instituição financeira do País a publicar o Relato Integrado de acordo com as orientações do Conselho Internacional de Relato Integrado – *International Integrated Reporting Council*, demonstrando seu grande compromisso junto à comunidade de analistas, investidores e a sociedade em geral.

Boa leitura!

Performance

Desempenho financeiro

Principais políticas contábeis

Aspectos Gerais

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, incluídas neste relatório anual, envolve algumas premissas, baseadas em nossa experiência histórica e em outros fatores que consideramos razoáveis e importantes. Embora revisemos as estimativas e premissas no curso normal dos negócios, a apresentação de nossa situação financeira e o resultado das operações frequentemente exigem que nossa administração tome decisões com relação aos efeitos sobre a nossa condição financeira e os resultados de operações sobre assuntos que são incertos por natureza. Os comentários a seguir descrevem os aspectos que requerem julgamento significativo, ou que envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação de políticas contábeis que atualmente afetam nossa situação financeira e os resultados das nossas operações. Os resultados reais podem diferir daqueles estimados, segundo diferentes variáveis, premissas ou condições.

Uso de estimativas e premissas

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), exige que a administração faça estimativas e parta de premissas que afetam os valores informados dos ativos e passivos, na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os valores informados de receita e despesa, ganhos e perdas, durante o período do relatório, uma vez que os resultados reais podem diferir dos resultados obtidos com base nessas estimativas e premissas.

Todas as estimativas e premissas adotadas pela administração estão em conformidade com o IFRS e representam as melhores estimativas atuais, feitas de acordo com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas, a partir de experiências passadas e outros fatores.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a nossa estimativa de prováveis perdas da carteira de operações de crédito no final de cada período de relatório. Para determinar o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma carteira é classificada em duas categorias, para as quais são utilizadas metodologias específicas na estimativa de seus prejuízos, sendo os empréstimos e arrendamentos analisados individualmente e coletivamente.

- Empréstimos e arrendamentos analisados individualmente (correspondem à nossa carteira de grandes empresas): a análise individual é feita para a verificação da perda do valor recuperável (*impairment*). Para aqueles empréstimos considerados como tendo seu valor recuperável reduzido, determinamos o valor da provisão com base na expectativa dos fluxos de caixa da companhia beneficiária do empréstimo. Os empréstimos aos quais essa hipótese não se aplica são classificados com base em fatores de risco e os prejuízos inerentes para cada classificação são estimados com base em nossa experiência histórica, envolvendo julgamentos relacionados à identificação dos fatores de risco e à atribuição de uma classificação.
- Empréstimos analisados coletivamente (correspondem às carteiras: (i) de pessoas físicas; (ii) de micro, pequenas e médias empresas; e (iii) de unidades externas – América Latina): são subdivididos em classes, quando

apropriado, com base em seus riscos e características subjacentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada por carteira, com base na experiência histórica e por meio de julgamentos e premissas.

Muitos fatores afetam a estimativa de perdas em cada uma das categorias, cuja provisão é estimada para a carteira como um todo, tais como a metodologia usada para quantificar a inadimplência histórica e o período histórico relevante a ser considerado. Além disso, os fatores que afetam o valor específico das provisões a serem registradas são subjetivos e incluem as condições econômicas e políticas, as tendências de qualidade de crédito, o volume e o crescimento verificados em cada carteira. Apresentamos a seguir as informações sobre nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa:

(milhões de R\$)			
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	2014	2013	2012
Montante Reconhecido no Balanço Patrimonial	22.392	22.235	25.713
Despesa Reconhecida no Resultado	18.832	17.856	23.982

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem, principalmente, os valores mobiliários classificados como “mantidos para negociação”, “disponíveis para venda” e outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os valores mobiliários classificados como “mantidos até o vencimento” são registrados no balanço patrimonial pelo custo histórico amortizado, cujo valor justo correspondente é apresentado nas notas de nossas demonstrações contábeis consolidadas. Apresentamos a seguir informações sobre o valor justo de nossos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

(Em milhões de R\$, exceto percentuais)			
INSTRUMENTOS FINANCEIROS REGISTRADOS PELO VALOR JUSTO	EM 31 DE DEZEMBRO		
	2014	2013	2012
Ativos			
Mantidos para Negociação	132.944	148.860	145.516
Designados a Valor Justo através do Resultado	733	371	220
Derivativos	14.156	11.366	11.597
Disponível para Venda	78.360	96.626	90.869
Total	226.193	257.223	248.202
Derivativos/Ativo Total (%)	6,3	4,4	4,7
Passivo			
Mantidos para Negociação Derivativos	520	371	642
Derivativos	17.350	11.405	11.069
Total	17.870	11.776	11.711
Derivativos/Passivo Total (%)	97,1	96,8	94,5

Apuramos o valor justo de nossos instrumentos financeiros com base no *International Financial Reporting Standard* 13 (IFRS 13), por meio do qual é definido o valor justo como sendo a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo transferido em uma transação acordada entre participantes do mercado.

De acordo com o IFRS 13, há diferentes níveis de dados que podem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como níveis 1, 2 e 3.

- Nível 1: os dados observáveis refletem os preços cotados (não ajustados) de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos;
- Nível 2: os dados observáveis refletem as informações de ativos e passivos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) observáveis, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: as informações de ativos e passivos não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, aqueles que apresentam pouca

atividade de mercado na data de mensuração. Apresentamos a seguir informações sobre nossos instrumentos financeiros de Nível 3, em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

(Em milhões de R\$, exceto percentuais)			
NÍVEL 3	EM 31 DE DEZEMBRO		
	2014	2013	2012
Mantidos para Negociação	790	27	20
Disponíveis para Venda	5.404	6.489	2.489
Derivativos (Líquido)	77	119	144
Total	6.271	6.635	2.653
(Mantidos para Negociação + Disponíveis para Venda)/Total Nível 3 (%)	98,8	98,2	94,6

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 31 – Valor justo dos instrumentos financeiros, para mais detalhes.

Também é necessário um julgamento específico para determinar se existe uma evidência objetiva de que um ativo financeiro – ou grupo de ativos financeiros – sofreu perda do valor recuperável. Caso haja essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, a perda cumulativa, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, é reconhecida na demonstração de resultado. Os principais fatores usados pela administração para determinar se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro tenha sofrido perda do valor recuperável incluem o período observado e a perda, o grau de perda, se fomos obrigados a vender os títulos antes da recuperação, e a expectativa, na data da análise, da possibilidade de realização do valor mobiliário. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2 – Principais políticas contábeis, para mais detalhes sobre outras políticas contábeis importantes.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, inclusive ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas de nossa administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas com base na probabilidade de perdas, como segue:

- Prováveis: passivos divulgados e reconhecidos na rubrica “provisões” em nosso balanço patrimonial consolidado.
- Possíveis: passivos divulgados em nossas demonstrações contábeis, mas nenhuma provisão é registrada.
- Remotas: passivos não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes para os quais são registradas provisões, e os classificados como tendo probabilidade “possível” de perda, são avaliados com base em nossas melhores estimativas, para as quais utilizamos modelos e critérios que permitam uma avaliação adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

Alterações significativas nas normas contábeis

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2.2 – Novos pronunciamentos, alterações

e interpretações de pronunciamentos existentes para mais detalhes sobre mudanças significativas nas normas contábeis.

Práticas contábeis adotadas no Brasil

Nossos livros e registros são mantidos em reais, a moeda de curso legal no Brasil, e as nossas demonstrações contábeis, para propósitos estatutários e regulatórios, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou BRGAAP, aplicáveis às instituições cujo funcionamento depende de autorização do Banco Central. Os princípios e normas contábeis, geralmente aplicáveis segundo o BRGAAP, incluem aqueles estabelecidos por meio da legislação societária brasileira, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cujo início de emissão de normas foi em 2007, e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No caso de empresas sujeitas às regras do Banco Central, caso do Itaú Unibanco Holding, a vigência dos pronunciamentos contábeis emitidos por entidades como o CPC depende da aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que também estabelece a data de vigência de quaisquer pronunciamentos relacionados às instituições financeiras. Além disso, a CVM e outros órgãos reguladores brasileiros, como a SUSEP e o Banco Central, emitem diretrizes complementares específicas ao setor.

Regulamentação aplicável para apresentação das demonstrações contábeis

A regulamentação brasileira estabelece regras específicas para a consolidação das demonstrações contábeis pelas instituições financeiras. De acordo com as normas atuais do Banco Central, todas as instituições financeiras, com exceção de cooperativas de crédito, são obrigadas a preparar demonstrações contábeis consolidadas, incluindo investimentos em companhias que elas detêm, direta ou indiretamente, individual ou conjuntamente, e pelas quais, essas instituições financeiras possuem (i) o direito de nomear ou designar a maioria do conselho de administração da companhia; (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos diretores e conselheiros da companhia; e/ou (iii) o controle operacional ou societário. Essa regulamentação aplica-se a todo o grupo ao qual a instituição financeira pertence.

Ativos

Carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Informações gerais

Apresentamos a seguir a nossa carteira de ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

Os valores excluem nossos investimentos em títulos de empresas não consolidadas. Para mais informações sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas, consulte o item Desempenho, item demonstração financeira consolidada (IFRS), Nota 13 – Investimentos em associadas e entidades controladas. Ativos financeiros para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados ao valor justo e os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2 – Principais políticas contábeis, para mais detalhes.

Em 31 de dezembro de 2014, detínhamos títulos emitidos pelo Governo Federal brasileiro, classificados como “títulos públicos do governo brasileiro – no País”, com valor contábil e valor de mercado agregados de R\$ 134.791

milhões e R\$ 135.587 milhões, respectivamente, representando 134,0% de nosso patrimônio líquido consolidado nessa data. Em 31 de dezembro de 2014, não detínhamos títulos de nenhum outro emissor que, no valor contábil agregado, representassem mais de 10,0% de nosso patrimônio líquido consolidado. Isso se deve à nossa gestão conservadora de ativos e passivos e de nossa liquidez em moeda local, mantida em títulos emitidos pelo Governo Federal brasileiro. Além disso, os títulos emitidos pelo Governo Federal são aceitos como depósitos em nossas operações na BM&FBovespa.

Mantidos para negociação

Apresentamos a seguir os ativos adquiridos e incorridos, com o intuito de venda no curto prazo, ou quando são parte de uma carteira de instrumentos financeiros administrados como um todo e para os quais existe um histórico recente de vendas no curto prazo. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 7 – Ativos financeiros mantidos para negociação e designados a valor justo por meio do resultado, para mais detalhes.

(Em milhões de R\$, exceto percentuais)

	EM 31 DE DEZEMBRO					
	2014	% DO TOTAL	2013	% DO TOTAL	2012	% DO TOTAL
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	132.944	100,0	148.860	100,0	145.516	100,0
Fundos de Investimento	870	0,7	1.062	0,7	1.468	1,0
Títulos Públicos – Brasil	88.307	66,4	113.039	75,9	112.492	77,3
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	86.393	65,0	111.135	74,7	111.206	76,4
Títulos da dívida externa do Governo Brasileiro	1.914	1,4	1.904	1,3	1.286	0,9
Títulos Públicos – Outros Países	1.540	1,2	679	0,5	872	0,6
Argentina	628	0,5	99	0,1	106	0,1
Estados Unidos	448	0,3	18	0,0	345	0,2
México	3	0,0	182	0,1	225	0,2
Chile	132	0,1	6	0,0	108	0,1
Paraguai	128	0,1	-	-	-	-
Uruguai	41	0,0	41	0,0	33	0,0
Colômbia	88	0,1	226	0,2	34	0,0
Bélgica	-	-	107	0,1	-	-
Peru	-	-	-	-	21	0,0
Outros	72	0,1	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	42.227	31,8	34.080	22,9	30.684	21,1
Ações Negociáveis	2.351	1,8	2.896	1,9	2.815	1,9
Certificados de Recebíveis Imobiliários	3.281	2,5	3.006	2,0	21	0,0
Certificado de Depósito Bancário	1	0,0	12	0,0	2.933	2,0
Debêntures	4.243	3,2	5.097	3,4	4.636	3,2
Eurobonds e Assemelhados	1.061	0,8	1.278	0,9	1.612	1,1
Letras financeiras	30.711	23,1	21.566	14,5	18.441	12,7
Notas Promissórias	577	0,4	27	0,0	20	0,0
Outros	2	0,0	198	0,1	206	0,1
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação como	11,8		14,5		15,2	
Porcentagem do Total de Ativos (%)						

Destacamos que os títulos do governo brasileiro representaram mais de 65,0% da nossa carteira de títulos mantidos para negociação em 2014. Esses títulos representaram 7,7% do total de ativos no mesmo período.

Disponíveis para venda

Relacionamos a seguir os ativos financeiros que, de acordo com o

julgamento da administração, podem ser vendidos em resposta ou em antecipação às alterações nas condições de mercado e não são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 10 – Ativos financeiros disponíveis para venda, para mais detalhes.

(Em milhões de R\$, exceto percentuais)

	EM 31 DE DEZEMBRO					
	2014	% DO TOTAL	2013	% DO TOTAL	2012	% DO TOTAL
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	78.360	100,0	96.626	100,0	90.869	100,0
Fundos de Investimento	141	0,2	211	0,2	255	0,3
Títulos Públicos – Brasil	25.625	32,7	39.648	41,0	43.527	47,9
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	14.391	18,4	27.939	28,9	25.462	28,0
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	11.234	14,3	11.709	12,1	18.065	19,9
Títulos Públicos – Outros Países	8.619	11,0	8.658	9,0	7.137	7,9
Estados Unidos	726	0,9	1.101	1,1	375	0,4
Itália	70	0,1	94	0,1	-	-
Dinamarca	2.699	3,4	2.631	2,7	2.554	2,8
Espanha	783	1,0	-	-	-	-
Coreia	1.782	2,3	2.455	2,5	1.662	1,8
Chile	1.119	1,4	1.047	1,1	1.534	1,7
Paraguai	849	1,1	638	0,7	491	0,5

(Em milhões de R\$, exceto percentuais)

	EM 31 DE DEZEMBRO					
	2014	% DO TOTAL	2013	% DO TOTAL	2012	% DO TOTAL
Uruguai	243	0,3	420	0,4	294	0,3
Bélgica	57	0,1	51	0,1	71	0,1
França	133	0,2	88	0,1	57	0,1
Reino Unido	-	-	-	-	83	0,1
Holanda	151	0,2	126	0,1	-	-
Outros	7	0,0	7	0,0	16	0,0
Títulos de Dívida de Empresas	43.975	56,1	48.109	49,8	39.950	44,0
Ações Negociáveis	1.999	2,6	2.025	2,1	3.812	4,2
Certificados de Recebíveis Imobiliários	2.522	3,2	12.275	12,7	8.568	9,4
Certificado de Depósito Bancário	1.281	1,6	2.181	2,3	391	0,4
Debêntures	20.245	25,8	15.507	16,0	13.964	15,4
Eurobonds e Assemelhados	6.707	8,6	4.896	5,1	5.596	6,2
Letras Financeiras	1.397	1,8	1.227	1,3	777	0,9
Notas de Produto Rural	1.408	1,8	625	0,6	778	0,9
Notas Promissórias	8.005	10,2	8.804	9,1	5.720	6,3
Outros	411	0,5	569	0,6	344	0,4
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, como Porcentagem do Total de Ativos (%)	7,0		9,4		9,5	

Os títulos do governo brasileiro e os títulos de dívidas de empresas representaram 18,4% e 56,1%, respectivamente, de nossa carteira de títulos disponíveis para venda em 2014. Os títulos do governo brasileiro e os títulos de dívidas de empresas, classificados como títulos disponíveis para venda, usados como proteção à nossa carteira de dívida subordinada, representaram 1,3% e 3,9%, respectivamente, do total de ativos no mesmo período.

Mantidos até o vencimento

Relacionamos a seguir os ativos financeiros não derivativos com relação aos quais tivemos a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 11 – Ativos financeiros mantidos até o vencimento, para mais detalhes.

(Em milhões de R\$, exceto percentuais)

	EM 31 DE DEZEMBRO					
	2014	% DO TOTAL	2013	% DO TOTAL	2012	% DO TOTAL
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	34.434	100,0	10.116	100,0	3.202	100,0
Títulos Públicos – Brasil	20.859	60,6	10.092	99,8	3.131	97,8
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	10.555	30,7	3.778	37,4	3.013	94,1
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	10.304	29,9	6.314	62,4	118	3,7
Títulos Públicos – Outros Países – Uruguai	26	0,1	23	0,2	20	0,6
Títulos de Dívida de Empresas	13.549	39,3	1	0,0	51	1,6
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Eurobonds e Assemelhados	2	0,0	1	0,0	51	1,6
Certificados de Recebíveis Imobiliários	13.547	39,3	-	-	-	-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, como Porcentagem do Total de Ativos (%)	3,1		1,0		0,3	

Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*), conforme determinado pela regulamentação brasileira. A nossa carteira

de derivativos (ativos e passivos) é composta por futuros, termos, *swaps*, opções e derivativos de crédito, conforme demonstrado na tabela a seguir (Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 8 – Derivativos, para mais detalhes):

(Em milhões de R\$, exceto percentuais)

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	EM 31 DE DEZEMBRO					
	2014	% DO TOTAL	2013	% DO TOTAL	2012	% DO TOTAL
Ativo						
Contrato de Futuro	-	-	-	-	-	-
Contratos de Opções	2.872	20,3	1.717	15,1	1.906	16,4
Contratos a Termo	2.394	16,9	3.315	29,2	3.530	30,4
Contratos de Swaps – Ajuste a Receber	4.816	34,0	4.442	39,1	3.686	31,8
Derivativos de Crédito – Instituições Financeiras	122	0,9	686	6,0	728	6,3
Forwards (Offshore)	2.106	14,9	555	4,9	379	3,3
Verificação de Swap – Empresas	93	0,7	88	0,8	35	0,3
Outros	1.753	12,4	563	5,0	1.333	11,5
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos – Ativo	14.156	100,0	11.366	100,0	11.597	100,0
Instrumentos Financeiros Derivativos como Porcentagem do Total de Ativo (%)	1,3		1,1		1,2	

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
(Em milhões de R\$, exceto percentuais)						
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		EM 31 DE DEZEMBRO				
		2014	% DO TOTAL	2013	% DO TOTAL	2012
						% DO TOTAL
Passivo						
Contrato de Futuro		(354)	2,0	(33)	0,3	(23)
Contratos de Opções		(3.057)	17,6	(1.921)	16,8	(2.281)
Contratos a Termo		(682)	3,9	(1.862)	16,3	(2.293)
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar		(9.534)	55,0	(6.111)	53,6	(5.068)
Derivativos de Crédito		(179)	1,0	(391)	3,4	(90)
Forwards (Offshore)		(1.693)	9,8	(560)	4,9	(346)
Verificação de Swap – Empresas		(229)	1,3	(145)	1,3	(42)
Outros		(1.622)	9,3	(382)	3,3	(926)
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos – Passivo		(17.350)	100,0	(11.405)	100,0	(11.069)
Instrumentos Financeiros Derivativos como Percentagem do Total de Passivo (%)		1,5		1,1		1,2

DISTRIBUIÇÃO POR VENCIMENTO		EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014											
		VENCIMENTO NÃO ESPECIFICADO	VENCIMENTO EM UM ANO OU MENOS	VENCIMENTO ENTRE 1 E 5 ANOS	VENCIMENTO ENTRE 5 E 10 ANOS	VENCIMENTO APÓS 10 ANOS	TOTAL						
		R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, ao Valor Justo		3.220	-	50.231	-	57.074	-	16.279	-	6.140	-	132.944	-
Fundos de investimento ⁽¹⁾		870	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	870	0,0
Títulos Públicos – Brasil		-	-	35.863	-	31.002	-	15.410	-	6.032	-	88.307	-
Títulos Públicos do Governo Brasileiro		-	0,0	35.167	0,2	29.985	3,9	15.393	5,9	5.848	3,3	86.393	2,7
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro		-	0,0	696	7,8	1.017	5,9	17	0,6	184	4,3	1.914	6,4
Títulos Públicos – Outros Países		-	-	1.279	-	245	-	13	-	4	-	1.540	-
Argentina		-	0,0	553	23,5	71	21,0	4	25,2	0	1,6	628	23,2
Estados Unidos		-	0,0	390	2,4	58	0,1	-	0,0	-	0,0	448	2,1
México		-	0,0	-	-	2	6,0	1	4,8	0	5,9	3	6,6
Chile		-	0,0	132	3,9	-	0,0	-	0,0	-	0,0	132	3,9
Paraguai		-	0,0	128	5,9	0	0,0	-	0,0	-	0,0	128	5,9
Uruguai		-	0,0	34	12,3	4	12,8	1	6,5	2	7,2	41	12,0
Colômbia		-	0,0	27	0,0	55	0,2	7	0,6	0	6,1	88	0,2
Outros		-	0,0	16	0,2	54	1,0	-	0,0	2	7,4	72	1,0
Títulos de Dívida de Empresas		2.351	-	13.088	-	25.829	-	855	-	104	-	42.227	-
Ações Negociáveis		2.351	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	2.351	0,0
Certificados de Recebíveis Imobiliários		-	0,0	-	0,0	-	-	1	0,0	-	0,0	1	0,0
Certificado de Depósito Bancário		-	0,0	1.198	0,0	2.083	0,0	-	-	-	0,0	3.281	0,0
Debêntures		-	0,0	794	0,0	2.521	0,1	832	0,2	96	0,5	4.243	0,1
Eurobonds e Assemelhados		-	0,0	390	6,9	641	7,7	21	6,4	8	5,6	1.061	7,3
Letras Financeiras		-	0,0	10.128	0,0	20.583	0,0	-	0,0	-	0,0	30.711	0,0
Notas Promissórias		-	0,0	577	0,0	-	0,0	-	-	-	0,0	577	0,0
Outros		-	0,0	-	0,0	-	0,0	2	-	-	0,0	2	0,0
Ativos Financeiros ao Valor Justo contabilizado no Resultado – Títulos Públicos – Brasil – Títulos da Dívidas		733	-	-	-	-	-	-	-	-	-	733	-
Derivativos		2.408	-	6.311	-	3.682	-	1.755	-	-	-	14.156	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, ao Valor Justo		2.141	-	20.079	-	29.743	-	12.650	-	13.747	-	78.360	-
Fundos de investimento ⁽¹⁾		142	0,0	(1)	0,0	-	-	-	-	-	-	141	-
Títulos Públicos – Brasil		-	-	300	-	8.693	-	5.007	-	11.625	-	25.625	-
Títulos Públicos do Governo Brasileiro		-	-	260	0,1	6.358	1,7	2.415	5,0	5.358	4,2	14.391	3,2
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro		-	-	40	0,1	2.335	2,1	2.592	5,9	6.266	8,3	11.234	6,3
Títulos Públicos – Outros Países		-	-	6.679	-	1.891	-	50	-	0	-	8.619	-
Estados Unidos		-	0,0	181	0,0	545	0,6	-	0,0	-	0,0	726	0,5
Itália		-	0,0	-	-	70	0,0	-	0,0	-	0,0	70	0,0
Dinamarca		-	0,0	2.459	8,4	241	9,5	-	0,0	-	0,0	2.699	8,5
Espanha		-	0,0	783	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	783	0,0
Coreia		-	0,0	1.328	0,0	454	0,0	-	0,0	-	0,0	1.782	0,0

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

DISTRIBUIÇÃO POR VENCIMENTO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014											
	VENCIMENTO NÃO ESPECIFICADO		VENCIMENTO EM UM ANO OU MENOS		VENCIMENTO ENTRE 1 E 5 ANOS		VENCIMENTO ENTRE 5 E 10 ANOS		VENCIMENTO APÓS 10 ANOS		TOTAL	
	R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO	R\$	RENDIMENTO MÉDIO
Chile	-	0,0	1.103	2,9	16	1,4	-	0,0	-	0,0	1.119	2,9
Paraguai	-	0,0	566	7,1	283	8,4	-	0,0	-	0,0	849	7,5
Uruguai	-	0,0	152	0,1	41	0,1	50	0,1	0	0,1	243	0,1
Bélgica	-	0,0	57	2,8	-	0,0	-	0,0	-	0,0	57	2,7
França	-	0,0	49	2,7	84	1,0	-	0,0	-	0,0	133	1,6
Holanda	-	0,0	-	0,0	151	0,0	-	0,0	-	0,0	151	0,0
Outros	-	0,0	0	1,2	7	1,1	-	0,0	0	1,2	7	1,0
Títulos de Dívida de Empresas	1.999		13.101		19.160		7.594		2.122		43.975	
Ações Negociáveis	1.999	0,0	-	0,0	-	-	-	-	-	0,0	1.999	0,0
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	0,0	30	0,0	500	0,0	668	0,0	1.324	0,0	2.522	0,0
Certificado de Depósito Bancário	-	0,0	1.262	0,3	20	3,6	-	-	-	0,0	1.281	0,4
Debêntures	-	0,0	3.478	3,2	9.761	2,1	6.238	2,6	767	5,1	20.245	2,6
Eurobonds e Assemelhados	-	0,0	2.560	0,1	3.558	0,1	589	0,1	-	0,0	6.707	0,1
Notas Promissórias	-	0,0	1.397	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1.397	0,0
Cédula de Produtor Rural	-	0,0	779	9,9	531	9,8	99	11,7	-	0,0	1.408	9,9
Letras Financeiras	-	0,0	3.500	1,7	4.505	0,8	-	-	-	0,0	8.005	1,2
Outros	-	0,0	95	0,0	286	0,0	0	0,0	30	0,0	411	0,0
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, ao Custo Amortizado	-	-	980	-	13.609	-	11.582	-	8.263	-	34.434	-
Títulos Públicos – Brasil	-		50		10.089		6.789		3.931		20.859	
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	-	50	-	6.700	0,0	1.307	0,0	2.498	0,0	10.555	0,0
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	-	-	-	0,0	3.389	4,4	5.481	5,4	1.434	8,8	10.304	5,5
Títulos Públicos – Outros Países	-		16		-		-		10		26	
Uruguai	-	-	16	0,1	-	-	-	-	10	0,1	26	0,1
Títulos de Dívida de Empresas	-		913		3.520		4.794		4.322		13.549	
Debêntures	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Eurobonds e Assemelhados	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,1	-	0,0	-	0,0
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	913	0,0	3.520	0,0	4.794	0,0	4.322	0,0	13.549	0,0

(1) Os rendimentos médios não são demonstrados para esses títulos mobiliários, pois não são significativos, uma vez que rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos e valores mobiliários foram excluídos do cálculo do total de rendimentos.

(em milhões de R\$)

DISTRIBUIÇÃO DE NOSSOS ATIVOS FINANCEIROS POR MOEDA	VALOR JUSTO			CUSTO AMORTIZADO		TOTAL
	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS AO VALOR JUSTO	DERIVATIVOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	
Em 31 de dezembro de 2014	132.944	733	14.156	78.360	34.434	260.627
Denominados em Moeda Brasileira	126.404	626	5.519	55.152	24.102	211.803
Denominados em Moeda Brasileira e Indexadas a Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	2.190	-	2.948	571	-	5.709
Denominados em Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	4.350	107	5.689	22.637	10.332	43.115
Em 31 de dezembro de 2013	148.860	371	11.366	96.626	10.116	267.339
Denominados em Moeda Brasileira	141.958	263	5.682	73.799	3.779	225.481
Denominados em Moeda Brasileira e Indexadas a Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	2.114	-	2.627	484	-	5.225
Denominados em Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	4.788	108	3.057	22.343	6.337	36.633
Em 31 de dezembro de 2012	145.516	220	11.597	90.869	3.202	251.404
Denominados em Moeda Brasileira	140.987	220	7.029	63.101	2.995	214.332
Denominados em Moeda Brasileira e Indexadas a Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	142	-	1.227	301	19	1.689
Denominados em Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	4.387	-	3.341	27.467	188	35.383

(1) Predominantemente dólares dos Estados Unidos.

Com o objetivo de analisar a exposição às variações nas taxas de câmbio, apresentamos a seguir a composição de nossos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014, em reais e em moeda estrangeira. Para fins do valor justo de instrumentos financeiros derivativos, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 7 – Ativos financeiros mantidos para negociação e designados a valor justo por meio do resultado e Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros.

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
(em milhões de R\$)						
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (VALORES NOMINAIS)			MOEDA BRASILEIRA	EXPRESSOS OU VINCULADOS A MOEDAS ESTRANGEIRAS		TOTAL
Contratos de Swap						
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos			7.607	(12.739)		(5.132)
Contratos de Forward						
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos			(7.547)	6.922		(625)
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos			(29.889)	(105.271)		(135.160)
Contratos de Opções						
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos			(44.853)	2.417		(42.436)
Outros						
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos			4.536	968		5.504

Exposição aos países GIIPS

Em 31 de dezembro de 2014, nossa exposição bruta aos títulos soberanos dos países da zona do euro (GIIPS – Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha), bem como às instituições financeiras e a outras grandes e pequenas empresas e pessoas físicas domiciliadas nesses países, é apresentada na tabela a seguir:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014						
SEGMENTO	CRÉDITO	CO-OBRIGAÇÃO	TÍTULO SOBERANO	BOND	DERIVATIVO	EXPOSIÇÃO TOTAL
Itália	57	-	70	-	-	127
Grandes Empresas	57	-	70	-	-	127
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-
Portugal	97	1	-	8	-	106
Grandes Empresas	97	-	-	-	-	97
Instituições Financeiras	-	1	-	8	-	9
Espanha	1.207	1.152	-	783	8	3.150
Grandes Empresas	1.207	1.075	-	-	1	2.283
Instituições Financeiras	-	77	-	783	7	867
Total	1.361	1.153	70	791	8	3.383

A exposição bruta demonstrada anteriormente, relacionada à nossa exposição às operações de crédito para grandes empresas, totalizou R\$ 3.383 milhões em 31 de dezembro de 2014, com co-obrigações no montante de R\$ 1.153 milhões. Essa exposição foi calculada com base em nosso valor realizável estimado, atualizado dependendo da sua natureza (como valores mantidos em contas-correntes utilizadas para recebíveis de clientes, investimentos financeiros, imóveis, máquinas e equipamentos ou outros), exceto por garantias oferecidas por terceiros quando o valor corresponde à dívida em aberto. Nossos derivativos relacionados com os países GIIPS, em 31 de dezembro de 2014, totalizavam R\$ 8,0 milhões.

Depósitos compulsórios no Banco Central

O Banco Central exige depósitos compulsórios às instituições financeiras brasileiras. Esses depósitos compulsórios funcionam como um mecanismo de controle da liquidez do sistema financeiro brasileiro, bem como um recurso de política monetária do Governo Federal. Tais exigências são aplicadas em operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. Veja a seguir as taxas de depósitos compulsórios exigidos para cada tipo de aplicação:

DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	REGULAMENTAÇÃO ⁽¹⁾	REMUNERAÇÃO	2014 (%)	2013 (%)	2012 (%)
Depósito à Vista					
Compulsório	Circular Nº 3.632	Zero	45	44	45
Compulsório Adicional	Circular Nº 3.655	SELIC	0	0	5
Rural ⁽²⁾	Resolução Nº 4.096	Zero	34	34	30
Microcrédito ⁽²⁾	Resolução Nº 4.000	Zero	2	2	2
Poupança⁽³⁾					
Compulsório	Circular Nº 3.093	TR + 6,17% p.a.	20	20	20
Compulsório Adicional	Circular Nº 3.655	SELIC	10	10	10
Financiamento Imobiliário ⁽²⁾	Resolução Nº 3.932	Zero	65	65	65
Depósito a Prazo e Interfinanceiros Captados de Sociedades de Arrendamento Mercantil					
Compulsório	Circular Nº 3.569	SELIC	20	20	14
Compulsório Adicional	Circular Nº 3.655	SELIC	11	11	4

(1) Regulação mais recente sobre o assunto.

(2) Trata-se de aplicação obrigatória de recursos que são feitas em operações elegíveis para tanto, ou seja, o numerário é cedido para os outros entes econômicos.

(3) Remuneração sobre os recursos de depósitos de poupança:

Para depósitos efetuados até 03/05/2012, inclusive: TR + 6,17 a.a.

Para depósitos efetuados após 03/05/2012: a. Se a meta da taxa Selic > 8,5% a.a.: TR + 6,17 a.a. b. Se a meta da taxa Selic ≤ 8,5% a.a.: TR + 70% da meta da taxa Selic a.a.

As mudanças mais recentes nas taxas de depósitos compulsórios foram:

- A exigibilidade adicional sobre os depósitos à vista foi reduzida de 6% para 0% em novembro de 2012;

- A exigibilidade adicional sobre os depósitos a prazo foi reduzida de 12% para 11% em novembro de 2012;
- compulsório sobre depósitos à vista aumentou de 44% para 45% em julho de 2014; e

• ajuste da parcela sobre depósitos a prazo não remunerada em agosto de 2014.

Os regulamentos que regem as taxas de recolhimento de depósitos compulsórios são frequentemente alterados pelo Banco Central conforme o cenário econômico e em reação às visões sobre a política

monetária brasileira. Em 31 de dezembro de 2014, registramos depósitos compulsórios em dinheiro no valor de R\$ 63.106 milhões comparado a R\$ 77.010 milhões em 31 de dezembro de 2013, dos quais R\$ 59.714 milhões e R\$ 71.877 milhões, respectivamente, auferem juros. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 5 – Depósitos compulsórios no Banco Central, para mais detalhes.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
	2014		2013		2012	
	R\$	% DO TOTAL DOS DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	R\$	% DO TOTAL DOS DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	R\$	% DO TOTAL DOS DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS
Depósitos não Remunerados ⁽¹⁾	3.392	5,4	5.133	6,7	6.448	10,1
Depósitos Remunerados ⁽²⁾	59.714	94,6	71.877	93,3	57.253	89,9
Total	63.106	100,0	77.010	100,0	63.701	100,0

(1) Relacionados basicamente a depósitos à vista.
(2) Relacionados basicamente a depósitos a prazo e depósitos de poupança.

Operações de crédito e arrendamento mercantil

De forma substancial, todos os nossos empréstimos destinam-se a clientes domiciliados no Brasil e estão expressos em reais. Adicionalmente, 59,0% de nossa carteira de crédito consiste de transações com taxas de juros fixas e 41,0% de transações com taxas de juros variáveis.

Indexação

A maior parte de nossa carteira é expressa em reais. Contudo, uma parcela de nossa carteira está indexada a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar dos EUA. A parcela de nossa carteira em moeda estrangeira consiste em empréstimos, financiamentos à importação e à exportação e repasses. Nossas operações de crédito no exterior representaram 24,7%, 28,7% e 23,9% da nossa carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, respectivamente, de acordo com a seção Performance, item Demonstrações Financeiras

Consolidadas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros – 5. Exposição ao Risco de Crédito.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por tipo

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito de acordo com o tipo de operação de crédito e arrendamento mercantil.

- A carteira de pessoas físicas consiste principalmente em cartões de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial), financiamento de veículos e crédito imobiliário;
- A carteira de grandes empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos;
- A carteira de micro, pequenas e médias empresas corresponde a empréstimos para empresas de pequeno e médio porte; e
- A carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composta principalmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

(em milhões de R\$)										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR TIPO ⁽¹⁾	2014		2013		2012		2011		2010	
	CRÉDITO	PROVISÃO	CRÉDITO	PROVISÃO	CRÉDITO	PROVISÃO	CRÉDITO	PROVISÃO	CRÉDITO	PROVISÃO
Pessoas Físicas	185.953	13.385	167.431	13.853	150.921	14.844	149.391	13.684	126.805	11.146
Cartão de Crédito	59.321	3.740	53.149	2.952	40.531	2.863	38.961	3.825	33.041	3.306
Crédito Pessoal	27.953	7.024	26.635	6.488	26.749	6.841	25.876	4.842	17.144	3.590
Crédito Consignado	40.525	1.107	22.571	1.133	13.550	867	10.107	556	8.402	429
Veículos	29.047	1.469	40.584	3.245	51.646	4.227	60.463	4.415	60.151	3.709
Crédito Imobiliário	29.107	45	24.492	35	18.445	46	13.984	46	8.067	112
Grandes Empresas	144.910	2.926	126.413	1.783	103.729	1.362	91.965	703	74.565	544
Micro/Pequenas e Médias Empresas	79.912	5.373	81.601	6.085	85.185	9.091	85.649	9.197	79.950	8.041
Unidades Externas América Latina	41.656	708	36.257	514	27.149	416	19.259	289	13.517	263
Total de Operações de Crédito e Adiantamentos a Clientes	452.431	22.392	411.702	22.235	366.984	25.713	346.264	23.873	294.837	19.994

(1) Classificamos todos os empréstimos vencidos e não pagos há 60 dias ou mais como de curso anormal e interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados a eles. O valor contratual das operações de crédito de curso anormal era de R\$ 16.514 milhões, R\$ 18.065 milhões, R\$ 20.791 milhões, R\$ 20.439 milhões e R\$ 14.736 milhões em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010, respectivamente. O total de créditos renegociados de curso anormal era de R\$ 3.346 milhões, R\$ 4.627 milhões, R\$ 5.734 milhões, R\$ 4.365 milhões e R\$ 3.147 milhões em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010, respectivamente. As operações de crédito de curso anormal estão demonstradas na tabela acima segundo a categoria apropriada de crédito. O resultado financeiro determinado em nossas operações de crédito de curso anormal líquido da provisão em 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010 era de R\$ 1.623 milhões, R\$ 1.681 milhões, R\$ 1.852 milhões, R\$ 1.914 milhões e R\$ 1.548 milhões, respectivamente.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por vencimento

O quadro a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito por vencimento, inclusive as operações com parcelas vincendas e vencidas, conforme a modalidade:

(em milhões de R\$)							
PARCELAS VINCENDAS				31/12/2014			
MODALIDADE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	VENCIMENTO EM 30 DIAS OU MENOS	VENCIMENTO EM 31-90 DIAS	VENCIMENTO EM 91-180 DIAS	VENCIMENTO EM 181-360 DIAS	VENCIMENTO EM 1 A 5 ANOS	VENCIMENTO APÓS 5 ANOS	TOTAL DE PARCELAS VINCENDAS
Pessoas Físicas	29.985	25.941	20.510	23.392	54.906	22.651	177.385
Cartão de Crédito	21.658	17.658	9.841	4.740	217	-	54.114
Crédito Pessoal	5.137	3.074	3.488	5.346	8.749	18	25.812
Crédito Consignado	1.259	2.328	3.290	6.082	25.614	1.744	40.317
Veículos	1.482	2.516	3.496	6.348	14.267	1	28.110

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos

(em milhões de R\$)

PARCELAS VINCENDAS				31/12/2014			
MODALIDADE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	VENCIMENTO EM 30 DIAS OU MENOS	VENCIMENTO EM 31-90 DIAS	VENCIMENTO EM 91-180 DIAS	VENCIMENTO EM 181-360 DIAS	VENCIMENTO EM 1 A 5 ANOS	VENCIMENTO APÓS 5 ANOS	TOTAL DE PARCELAS VINCENDAS
Crédito Imobiliário	449	365	395	876	6.059	20.888	29.032
Grandes Empresas	13.551	18.756	14.560	19.907	61.163	15.676	143.613
Micro/Pequenas e Médias Empresas	11.018	16.891	9.835	13.802	25.564	440	77.550
Unidades Externas América Latina	7.340	5.344	4.438	4.648	10.337	8.701	40.808
Total ⁽¹⁾	61.894	66.932	49.343	61.749	151.970	47.468	439.356

(1) Inclui R\$ 7.533 milhões referentes as parcelas vincendas de empréstimos de curso anormal.

(em milhões de R\$)

PARCELAS VINCENDAS				31/12/2013			
MODALIDADE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	VENCIMENTO EM 30 DIAS OU MENOS	VENCIMENTO EM 31-90 DIAS	VENCIMENTO EM 91-180 DIAS	VENCIMENTO EM 181-360 DIAS	VENCIMENTO EM 1 A 5 ANOS	VENCIMENTO APÓS 5 ANOS	TOTAL DE PARCELAS VINCENDAS
Pessoas Físicas	27.605	22.520	17.913	21.482	52.209	17.294	159.023
Cartão de Crédito	20.182	15.184	8.625	4.357	159	-	48.507
Crédito Pessoal	4.553	2.760	2.757	4.565	10.032	12	24.679
Crédito Consignado	730	1.203	1.725	3.266	15.486	24	22.434
Veículos	1.942	3.098	4.389	8.333	21.266	2	39.030
Crédito Imobiliário	198	275	417	961	5.266	17.256	24.373
Grandes Empresas	11.572	16.420	12.525	20.453	50.146	14.346	125.462
Micro/Pequenas e Médias Empresas	12.705	15.235	9.470	14.091	26.808	431	78.740
Unidades Externas América Latina	5.139	4.325	3.722	3.613	7.687	11.000	35.486
Total ⁽¹⁾	57.021	58.500	43.630	59.639	136.850	43.071	398.711

(1) Inclui R\$ 9.045 milhões referentes as parcelas vincendas de empréstimos de curso anormal.

(em milhões de R\$)

PARCELAS VINCENDAS				31/12/2012			
MODALIDADE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	VENCIMENTO EM 30 DIAS OU MENOS	VENCIMENTO EM 31-90 DIAS	VENCIMENTO EM 91-180 DIAS	VENCIMENTO EM 181-360 DIAS	VENCIMENTO EM 1 A 5 ANOS	VENCIMENTO APÓS 5 ANOS	TOTAL DE PARCELAS VINCENDAS
Pessoas Físicas	23.323	18.434	15.188	19.356	54.228	12.568	143.097
Cartão de Crédito	15.791	11.861	6.340	3.032	95	-	37.119
Crédito Pessoal	4.117	2.124	2.484	4.162	11.144	261	24.292
Crédito Consignado	465	692	983	1.931	9.340	9	13.420
Veículos	2.350	3.524	4.962	9.509	29.531	5	49.881
Crédito Imobiliário	600	233	419	722	4.118	12.293	18.385
Grandes Empresas	10.212	13.194	14.524	16.103	39.169	9.663	102.865
Micro/Pequenas e Médias Empresas	14.305	14.383	10.163	14.100	27.987	323	81.261
Unidades Externas América Latina	4.570	3.153	2.832	2.084	5.508	8.380	26.527
Total ⁽¹⁾	52.410	49.164	42.707	51.643	126.892	30.934	353.750

(1) Inclui R\$ 11.611 milhões referentes as parcelas vincendas de empréstimos de curso anormal.

(em milhões de R\$)

PARCELAS VENCIDAS ⁽¹⁾				31/12/2014						
MODALIDADE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	01-30 DIAS	31-60 DIAS	61-90 DIAS	91-180 DIAS	181-360 DIAS	1 ANO OU MAIS	TOTAL DE PARCELAS VENCIDAS	TOTAL DO EMPRÉSTIMO BRUTO	PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	TOTAL LÍQUIDO
Pessoas Físicas	1.843	910	791	1.980	2.973	71	8.568	185.953	(13.385)	172.568
Cartão de Crédito	990	467	422	1.166	2.114	48	5.207	59.321	(3.740)	55.581
Crédito Pessoal	433	240	243	574	645	6	2.141	27.953	(7.024)	20.929
Crédito Consignado	56	30	24	50	42	6	208	40.525	(1.107)	39.418
Veículos	333	161	95	179	161	8	937	29.047	(1.469)	27.578
Crédito Imobiliário	31	12	7	11	11	3	75	29.107	(45)	29.062
Grandes Empresas	673	48	78	245	253	-	1.297	144.910	(2.926)	141.984
Micro/Pequenas e Médias Empresas	522	256	264	575	702	43	2.362	79.912	(5.373)	74.539
Unidades Externas América Latina	440	82	56	126	103	41	848	41.656	(708)	40.948
Total ⁽²⁾	3.478	1.296	1.189	2.926	4.031	155	13.075	452.431	(22.392)	430.039

(1) Definido como operações de crédito e arrendamento mercantil já vencidas contratualmente em relação a pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 8.981 milhões referentes as parcelas vencidas de empréstimos de curso anormal.

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos

(em milhões de R\$)										
PARCELAS VENCIDAS ⁽¹⁾						31/12/2013				
MODALIDADE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	01-30 DIAS	31-60 DIAS	61-90 DIAS	91-180 DIAS	181-360 DIAS	1 ANO OU MAIS	TOTAL DE PARCELAS VENCIDAS	TOTAL DO EMPRÉSTIMO BRUTO	PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	TOTAL LÍQUIDO
Pessoas Físicas	1.875	849	781	1.993	2.820	91	8.409	167.431	(13.853)	153.578
Cartão de Crédito	932	344	375	1.114	1.840	36	4.641	53.149	(2.952)	50.197
Crédito Pessoal	353	223	226	534	616	3	1.955	26.635	(6.488)	20.147
Crédito Consignado	34	17	14	32	40	2	139	22.571	(1.133)	21.438
Veículos	481	252	159	302	314	47	1.555	40.584	(3.245)	37.339
Crédito Imobiliário	75	13	7	11	10	3	119	24.492	(35)	24.457
Grandes Empresas	341	204	135	173	97	2	952	126.413	(1.783)	124.630
Micro/Pequenas e Médias Empresas	610	292	285	658	981	35	2.861	81.601	(6.085)	75.516
Unidades Externas América Latina	537	76	40	51	59	6	769	36.257	(514)	35.743
Total ⁽²⁾	3.363	1.421	1.241	2.875	3.957	134	12.991	411.702	(22.235)	389.467

1) Definido como operações de crédito e arrendamento mercantil já vencidas contratualmente em relação a pagamento de juros ou do principal.
2) Inclui R\$ 9.020 milhões referentes as parcelas vencidas de empréstimos de curso anormal.

(em milhões de R\$)										
PARCELAS VENCIDAS ⁽¹⁾						31/12/2012				
MODALIDADE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	01-30 DIAS	31-60 DIAS	61-90 DIAS	91-180 DIAS	181-360 DIAS	1 ANO OU MAIS	TOTAL DE PARCELAS VENCIDAS	TOTAL DO EMPRÉSTIMO BRUTO	PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	TOTAL LÍQUIDO
Pessoas Físicas	1.791	818	711	1.827	2.605	72	7.824	150.921	(14.844)	136.077
Cartão de Crédito	634	231	261	848	1.430	8	3.412	40.531	(2.863)	37.668
Crédito Pessoal	500	277	259	615	802	4	2.457	26.749	(6.841)	19.908
Crédito Consignado	34	17	15	37	26	1	130	13.550	(867)	12.683
Veículos	597	280	171	319	340	58	1.765	51.646	(4.227)	47.419
Crédito Imobiliário	26	13	5	8	7	1	60	18.445	(46)	18.399
Grandes Empresas	476	203	7	84	94	-	864	103.729	(1.362)	102.367
Micro/Pequenas e Médias Empresas	801	447	406	1.027	1.222	21	3.924	85.185	(9.091)	76.094
Unidades Externas América Latina	457	64	21	31	46	3	622	27.149	(416)	26.733
Total ⁽²⁾	3.525	1.532	1.145	2.969	3.967	96	13.234	366.984	(25.713)	341.271

1) Definido como operações de crédito e arrendamento mercantil já vencidas contratualmente em relação a pagamento de juros ou do principal.
2) Inclui R\$ 9.180 milhões referentes as parcelas vencidas de empréstimos de curso anormal.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por taxa de juros

A tabela a seguir apresenta a classificação de nossa carteira de crédito segregada em taxas fixas e variáveis, inclusive as operações com parcelas vincendas e vencidas:

(em milhões de R\$)							
PARCELAS VINCENDAS	31/12/2014						TOTAL DE PARCELAS VINCENDAS
	VENCIMENTO EM 30 DIAS OU MENOS	VENCIMENTO EM 31-90 DIAS	VENCIMENTO EM 91-180 DIAS	VENCIMENTO EM 181-360 DIAS	VENCIMENTO EM 1 A 5 ANOS	VENCIMENTO APÓS 5 ANOS	
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento:							
Taxas Variáveis	13.506	23.137	15.346	21.499	66.894	42.765	183.147
Taxas Fixas	48.388	43.795	33.997	40.250	85.076	4.703	256.209
Total ⁽¹⁾	61.894	66.932	49.343	61.749	151.970	47.468	439.356

(1) Inclui R\$ 7.533 milhões referentes as parcelas vincendas de empréstimos de curso anormal.

(em milhões de R\$)							
PARCELAS VINCENDAS	31/12/2013						TOTAL DE PARCELAS VINCENDAS
	VENCIMENTO EM 30 DIAS OU MENOS	VENCIMENTO EM 31-90 DIAS	VENCIMENTO EM 91-180 DIAS	VENCIMENTO EM 181-360 DIAS	VENCIMENTO EM 1 A 5 ANOS	VENCIMENTO APÓS 5 ANOS	
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento:							
Taxas Variáveis	11.263	19.553	12.867	22.402	55.621	40.443	162.149
Taxas Fixas	45.758	38.947	30.763	37.237	81.229	2.628	236.562
Total ⁽¹⁾	57.021	58.500	43.630	59.639	136.850	43.071	398.711

(1) Inclui R\$ 9.045 milhões referentes as parcelas vincendas de empréstimos de curso anormal.

(em milhões de R\$)

PARCELAS VINCENDAS	31/12/2012						
	VENCIMENTO EM 30 DIAS OU MENOS	VENCIMENTO EM 31-90 DIAS	VENCIMENTO EM 91-180 DIAS	VENCIMENTO EM 181-360 DIAS	VENCIMENTO EM 1 A 5 ANOS	VENCIMENTO APÓS 5 ANOS	TOTAL DE PARCELAS VINCENDAS
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento:							
Taxas Variáveis	10.007	16.207	12.713	16.379	48.581	29.569	133.456
Taxas Fixas	42.403	32.957	29.994	35.264	78.311	1.365	220.294
Total⁽¹⁾	52.410	49.164	42.707	51.643	126.892	30.934	353.750

(1) Inclui R\$ 11.611 milhões referentes as parcelas vincendas de empréstimos de curso anormal.

(em milhões de R\$)

PARCELAS VENCIDAS ⁽¹⁾	31/12/2014						TOTAL DE PARCELAS VENCIDAS	TOTAL DE EMPRÉSTIMO BRUTO
	01-30 DIAS	31-60 DIAS	61-90 DIAS	91-180 DIAS	181-360 DIAS	1 ANO OU MAIS		
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento								
Taxas Variáveis	972	146	164	375	324	44	2.025	185.172
Taxas Fixas	2.506	1.150	1.025	2.551	3.707	111	11.050	267.259
Total ⁽²⁾	3.478	1.296	1.189	2.926	4.031	155	13.075	452.431

(1) Definido como operações de crédito e arrendamento já vencidas contratualmente relativas a pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 8.981 milhões referentes as parcelas vencidas de empréstimos de curso anormal.

(em milhões de R\$)

PARCELAS VENCIDAS ⁽¹⁾	31/12/2013							TOTAL DE EMPRÉSTIMO BRUTO
	01-30 DIAS	31-60 DIAS	61-90 DIAS	91-180 DIAS	181-360 DIAS	1 ANO OU MAIS	TOTAL DE PARCELAS VENCIDAS	
	Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento							
Taxas Variáveis	755	195	165	258	185	12	1.570	163.717
Taxas Fixas	2.608	1.226	1.076	2.617	3.772	122	11.421	247.985
Total ⁽²⁾	3.363	1.421	1.241	2.875	3.957	134	12.991	411.702

(1) Definido como operações de crédito e arrendamento já vencidas contratualmente relativas a pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 9.020 milhões referentes as parcelas vencidas de empréstimos de curso anormal.

(em milhões de R\$)

PARCELAS VENCIDAS ⁽¹⁾	31/12/2012						TOTAL DE PARCELAS VENCIDAS	TOTAL DE EMPRÉSTIMO BRUTO
	01-30 DIAS	31-60 DIAS	61-90 DIAS	91-180 DIAS	181-360 DIAS	1 ANO OU MAIS		
	Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento							
Taxas Variáveis	714	263	39	119	153	7	1.295	134.751
Taxas Fixas	2.811	1.269	1.106	2.850	3.814	89	11.939	232.233
Total ⁽²⁾	3.525	1.532	1.145	2.969	3.967	96	13.234	366.984

(1) Definido como operações de crédito e arrendamento já vencidas contratualmente relativas a pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 9.180 milhões referentes as parcelas vencidas de empréstimos de curso anormal.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por atividade econômica

A tabela a seguir apresenta a composição da nossa carteira de crédito, incluindo as operações de crédito de curso anormal, por atividade econômica do tomador:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

ATIVIDADES ECONÔMICAS	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2012	
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	% DO TOTAL DA CARTEIRA	OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	% DO TOTAL DA CARTEIRA	OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	% DO TOTAL DA CARTEIRA
Setor Público	4.389	1,0	3.981	1,0	877	0,2
Indústria e Comércio	116.506	25,7	115.025	27,8	107.405	29,3
Serviços	99.855	22,1	87.103	21,2	77.922	21,2
Setor Primário	23.345	5,2	20.492	5,0	16.649	4,5
Pessoas Físicas	206.094	45,5	183.548	44,6	161.937	44,2
Outros Setores	2.242	0,5	1.553	0,4	2.194	0,6
Total	452.431	100,0	411.702	100,0	366.984	100,0

Em 31 de dezembro de 2014, não havia concentração de operações de crédito e arrendamento mercantil que excediam 10% do total da carteira que não tenha sido divulgada em uma categoria de empréstimos e perdas.

Rating da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil

Apresentamos a seguir a classificação de nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com base na probabilidade de inadimplência.

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

31/12/2014				
RATING INTERNO	CRÉDITOS NÃO VENCIDOS E SEM EVENTO DE PERDA	CRÉDITOS VENCIDOS E SEM EVENTO DE PERDA ⁽¹⁾	CRÉDITOS VENCIDOS COM EVENTO DE PERDA	TOTAL DOS CRÉDITOS
Baixo	324.908	4.042	-	328.950
Médio	81.994	6.989	-	88.983
Alto	11.439	5.853	-	17.292
Impairment ⁽²⁾	-	-	17.206	17.206
Total	418.341	16.884	17.206	452.431
%	92,5	3,7	3,8	100,0

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

31/12/2013				
RATING INTERNO	CRÉDITOS NÃO VENCIDOS E SEM EVENTO DE PERDA	CRÉDITOS VENCIDOS E SEM EVENTO DE PERDA ⁽¹⁾	CRÉDITOS VENCIDOS COM EVENTO DE PERDA	TOTAL DOS CRÉDITOS
Baixo	300.816	4.354	-	305.170
Médio	64.722	7.676	-	72.398
Alto	11.273	6.556	-	17.829
Impairment ⁽²⁾	-	-	16.305	16.305
Total	376.811	18.586	16.305	411.702
%	91,5	4,5	4,0	100,0

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

31/12/2012				
RATING INTERNO	CRÉDITOS NÃO VENCIDOS E SEM EVENTO DE PERDA	CRÉDITOS VENCIDOS E SEM EVENTO DE PERDA ⁽¹⁾	CRÉDITOS VENCIDOS COM EVENTO DE PERDA	TOTAL DOS CRÉDITOS
Baixo	249.282	5.438	-	254.720
Médio	61.075	9.436	-	70.511
Alto	14.190	8.052	-	22.242
Impairment ⁽²⁾	-	-	19.511	19.511
Total	324.547	22.926	19.511	366.984
%	88,5	6,2	5,3	100,0

(1) As operações classificadas como Créditos Vencidos e sem Evento de Perda, estão vencidos entre 1 dia e 90 dias e o saldo é o total do valor principal em aberto (vencidas e não vencidas).

(2) Consideramos os créditos deteriorados quando (i) as operações de crédito com grandes empresas têm uma probabilidade de inadimplência superior a 31,84%; (ii) as operações estão vencidas há mais de 90 dias; ou (iii) as operações renegociadas estão vencidas há mais de 60 dias.

A classificação de crédito para transações com grandes empresas é baseada em informações como a condição econômica e financeira da contraparte, sua capacidade de gerar caixa, o grupo econômico ao qual pertence, a situação atual e a perspectiva do mercado no qual atua, a garantia oferecida e o uso dos empréstimos concedidos. As propostas de crédito são analisadas individualmente, por meio de um mecanismo de aprovação de crédito, reportando-se à Comissão Superior de Crédito.

Em relação às operações no varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de crédito e na pontuação comportamental. As decisões são tomadas com base em modelos de pontuação, continuamente atualizadas por uma unidade independente. Em casos limitados, pode haver uma análise individualizada de casos específicos na qual a aprovação esteja sujeita aos níveis aplicáveis de aprovação de crédito. As classificações de risco são agrupadas em quatro categorias: (i) baixo; (ii) médio; (iii) alto; e (iv) impairment. Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro – Provisão para créditos de liquidação duvidosa, para detalhes sobre as análises individuais e coletivas.

Operações de crédito de curso anormal

Consideramos todos os empréstimos vencidos e não pagos há 60 dias ou mais como de curso anormal e, dessa forma, interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados àqueles empréstimos. Em 2014, não tínhamos qualquer empréstimo de curso anormal significativo.

Baixas contábeis

As operações de crédito e arrendamento mercantil são baixadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando o empréstimo não é recebido ou quando é considerado sujeito à redução permanente no valor recuperável. Em geral, baixamos os empréstimos quando estes estão vencidos e não pagos há 360 dias, exceto aqueles com vencimento original superior a 36 meses, os quais são baixados quando o atraso é superior a 540 dias. Entretanto, as baixas contábeis podem ser reconhecidas antes de 360 dias se for entendido que o empréstimo não é recuperável.

Consulte a seção Desempenho, item Ativo – Operações de crédito e arrendamento mercantil – Operações de crédito renegociadas, para maiores detalhes.

Informações sobre a qualidade de operações de crédito e arrendamento mercantil

A tabela a seguir apresenta nossas operações de crédito de curso anormal juntamente com certos índices de qualidade de ativos:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Operações de Crédito de Curso Anormal	16.514	18.065	20.791	20.439	14.736
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.392	22.235	25.713	23.873	19.994
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	452.431	411.702	366.984	346.264	294.837
Operações de Crédito de Curso Anormal como Porcentagem do Total de Operações de Crédito (%)	3,7	4,4	5,7	5,9	5,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa como Porcentagem do Total de Operações de Crédito (%)	4,9	5,4	7,0	6,9	6,8
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa como Porcentagem de Operações de Crédito de Curso	135,6	123,1	123,7	116,8	135,7

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no Início do Período	22.235	25.713	23.873	19.994	20.245
Baixas	(18.675)	(21.769)	(22.142)	(16.159)	(15.798)
Pessoas Físicas	(12.668)	(13.541)	(12.317)	(8.655)	(9.407)
Cartão de Crédito	(3.784)	(3.513)	(4.073)	(3.038)	(2.731)
Crédito Pessoal	(5.150)	(6.247)	(4.895)	(3.222)	(3.908)
Crédito Consignado	(429)	(480)	(472)	(308)	(316)
Veículos	(3.254)	(3.263)	(2.840)	(2.013)	(2.377)
Crédito Imobiliário	(51)	(38)	(37)	(74)	(75)
Grandes Empresas	(672)	(478)	(556)	(122)	(150)
Micro/Pequenas e Médias Empresas	(4.992)	(7.573)	(9.209)	(7.118)	(5.793)
Unidades Externas América Latina	(343)	(177)	(60)	(264)	(448)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	18.832	17.856	23.982	20.038	15.547
Saldo no Final do Período	22.392	22.235	25.713	23.873	19.994
Recuperações	5.054	5.061	4.664	5.477	4.195
Pessoas Físicas	2.077	2.058	1.918	2.362	1.804
Cartão de Crédito	663	653	515	616	470
Crédito Pessoal	577	525	427	446	184
Crédito Consignado	453	278	173	160	120
Veículos	324	499	656	956	856
Crédito Imobiliário	60	103	147	184	174
Grandes Empresas	1.619	1.554	1.318	1.455	1.061
Micro/Pequenas e Médias Empresas	893	1.003	1.083	1.355	1.138
Unidades Externas América Latina	465	446	345	305	192
Baixas Líquidas	(13.621)	(16.708)	(17.478)	(10.682)	(11.603)
Relação de Baixas no Período sobre a Média dos Empréstimos em	4,4	5,7	6,2	5,1	5,9
Relação de Baixas Líquidas no Período sobre a Média dos Empréstimos em Aberto no Período (%)	3,2	4,4	4,9	3,3	4,3
Relação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre o Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (%)	4,9	5,4	7,0	6,9	6,8

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, baixamos o montante total de R\$ 18.675 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total de créditos era de 4,9%. A diminuição no volume de créditos baixados é consequência da adoção de uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência em relação ao exercício anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baixamos o montante total de R\$ 21.769 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 5,4%. A diminuição no volume de créditos baixados é consequência da adoção de uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência em relação ao exercício anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, baixamos o montante total de R\$ 22.142 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 7,0%. O aumento no volume de créditos baixados é consequência do aumento da inadimplência, em 2011 e no início de 2012, associado ao aumento no volume da nossa carteira de cartões de crédito, empréstimos pessoais, e clientes pequenas e médias empresas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, baixamos o montante total de R\$ 16.159 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 6,9%. Nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em relação ao total das operações de crédito, aumentou 0,1 ponto percentual, em comparação ao ano anterior uma vez que o volume de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro baixado manteve o mesmo nível em 2011. Esse nível foi mantido como resultado do aumento

da taxa de inadimplência em 2009 e 2010, aliado ao forte crescimento da carteira de crédito e arrendamento mercantil financeiro em 2011.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, baixamos o montante total de R\$ 15.798 milhões da nossa carteira de crédito e, em 31 de dezembro de 2010, o nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 6,8%.

Avaliação

Avaliamos primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou alocada coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda do valor recuperável, utilizamos metodologias que consideram tanto a qualidade do cliente quanto a natureza do financiamento, inclusive a garantia, para estimar o fluxo de caixa esperado dessas operações de crédito.

Se não houver evidência objetiva de perda em um crédito individualmente avaliado, seja significativo ou não, ele é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco e será então avaliado coletivamente quanto ao *impairment*. Os créditos, que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontada a taxa efetiva de juros do ativo financeiro.

No caso de empréstimos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, para os quais exista uma garantia

recebida, reflete o desempenho histórico de execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que podem resultar das execuções, menos custos para obtenção e venda daquela garantia.

Para fins de avaliação coletiva da perda do valor recuperável, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos, pois são indicadores da dificuldade do devedor para pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de um grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de reconhecimento de uma perda do valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais do grupo de créditos e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada, com base em dados observáveis correntes, de modo a refletir os efeitos de condições correntes, que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada, e para excluir os efeitos de condições que não existem atualmente.

No caso de créditos individualmente significativos, sem evidência objetiva de perda do valor recuperável, essas operações de crédito são classificadas em determinadas categorias de crédito (*ratings*) com base em vários fatores qualitativos e quantitativos aplicados em modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diversas características de

risco de cada contrato de crédito, os *ratings* determinados segundo os modelos internos podem ser revisados e modificados pelo nosso Comitê de Crédito, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito corporativo. Estimamos as perdas inerentes para cada *rating* utilizando a abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que usam nossa experiência histórica para a elaboração dos modelos internos utilizados em estimativas de probabilidade de inadimplência e do potencial de recuperação de créditos inadimplentes.

Para determinar o valor da provisão para itens que não são individualmente significativos, as operações de crédito são segregadas em classes baseadas nos riscos subjacentes e nas características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência com perdas em operações de crédito nos últimos anos.

Alocação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A tabela a seguir apresenta um detalhamento por segmento e classe, conforme definido na segmentação da nossa carteira, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão como uma porcentagem do total das perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil para o respectivo segmento ou classe, e a porcentagem do total de operações de crédito e arrendamento mercantil em cada segmento e classe em relação ao total de operações de crédito e arrendamento mercantil.

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

	31/12/2014				31/12/2013				31/12/2012				31/12/2011				31/12/2010			
	PROVISÃO ALOCADA	PROVISÃO ALOCADA COMO % DO TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	OPERAÇÕES POR MODALIDADE COMO % DO TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		PROVISÃO ALOCADA	PROVISÃO ALOCADA COMO % DO TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	OPERAÇÕES POR MODALIDADE COMO % DO TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		PROVISÃO ALOCADA	PROVISÃO ALOCADA COMO % DO TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	OPERAÇÕES POR MODALIDADE COMO % DO TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		PROVISÃO ALOCADA	PROVISÃO ALOCADA COMO % DO TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	OPERAÇÕES POR MODALIDADE COMO % DO TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		PROVISÃO ALOCADA	PROVISÃO ALOCADA COMO % DO TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	OPERAÇÕES POR MODALIDADE COMO % DO TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	
Pessoas Físicas	13.385	3,0	41,1	13.853	3,4	40,7	14.844	4,0	41,1	13.684	4,0	43,1	11.146	3,8	43,0					
Cartão de Crédito	3.740	0,8	13,1	2.952	0,7	12,9	2.863	0,8	11,0	3.825	1,1	11,3	3.306	1,1	11,2					
Crédito Pessoal	7.024	1,6	6,2	6.488	1,6	6,5	6.841	1,9	7,3	4.842	1,4	7,5	3.590	1,2	5,8					
Crédito Consignado	1.107	0,2	9,0	1.133	0,3	5,5	867	0,2	3,7	556	0,2	2,9	429	0,1	2,8					
Veículos	1.469	0,3	6,4	3.245	0,8	9,9	4.227	1,2	14,1	4.415	1,3	17,5	3.709	1,3	20,4					
Crédito Mobiliário	45	-	6,4	35	-	5,9	46	-	5,0	46	-	4,0	112	-	2,7					
Grandes Empresas	2.926	0,6	32,0	1.783	0,4	30,7	1.362	0,4	28,3	703	0,2	26,6	544	0,2	25,3					
Micro/Pequenas e Médias Empresas	5.373	1,2	17,7	6.085	1,5	19,8	9.091	2,5	23,2	9.197	2,7	24,7	8.041	2,7	27,1					
Unidades Externas América Latina	708	0,2	9,2	514	0,1	8,8	416	0,1	7,4	289	0,1	5,6	263	0,1	4,6					
Total	22.392	4,9	100,0	22.235	5,4	100,0	25.713	7,0	100,0	23.873	6,9	100,0	19.994	6,8	100,0					

Operações de crédito renegociadas

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			
	2014	2013	2012	2011
Operações de Crédito Renegociadas ⁽¹⁾	11.572	12.880	14.519	11.844
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.459	6.284	6.767	5.355
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa/ Operações de Crédito Renegociadas (%)	47,2	48,8	46,6	45,2

(1) Inclui consolidação e diferimento de dívida, bem como qualquer outro acordo que altere o prazo ou condições do contrato, de operações originalmente em atraso.

As operações de crédito renegociadas incluem tanto os contratos de crédito cujos prazos contratuais originais foram acordados quanto as novas operações de crédito celebradas para liquidar contratos ou transações com o mesmo cliente (operações de créditos

reestruturadas) que, originalmente, estavam vencidos. Aditamentos e operações de crédito reestruturadas geralmente refletem modificações nos termos contratuais, nas taxas e nas condições de pagamento.

Na quase totalidade dos casos de produtos de crédito, exige-se que pelo menos uma parcela seja paga nos termos pactuados para que as operações renegociadas saiam da condição de crédito de curso anormal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento, sob os termos da renegociação, que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

O fato de uma operação de crédito ou arrendamento mercantil ter sido renegociada é também levado em consideração quando da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa após a renegociação. O

desempenho passado e o histórico de pagamento do cliente e da transação, bem como a probabilidade de nova inadimplência ocorrer nas operações renegociadas, são levados em consideração por nossos modelos de risco, a fim de determinar a probabilidade de inadimplência, a qual é geralmente mais alta do que a probabilidade atribuída a operações similares nas quais nunca ocorreu renegociação. Outro fator considerado na determinação do nível adequado da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a garantia adicional a ser fornecida pelo devedor. Os níveis da provisão resultantes são compatíveis com o perfil de risco de cada operação.

Em 31 de dezembro de 2014, nossa carteira de créditos renegociados reduziu-se para 2,56% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 3,13% em 31 de dezembro de 2013. No final de 2014, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 47,2%, em comparação com 48,8% em 31 de dezembro de 2013. Durante todo o exercício de 2014, a provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira seguiu a evolução do *mix* do risco de crédito na carteira renegociada.

Em 31 de dezembro de 2013, nossa carteira de créditos renegociados reduziu-se para 3,13% em relação ao total de nossa carteira de crédito, em comparação com 3,96% em 31 de dezembro de 2012. No final de 2013, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 48,8%, em comparação com 46,6% em 31 de dezembro de 2012. Durante todo o exercício de 2013, a provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira seguiu a evolução do *mix* do risco de crédito na carteira renegociada.

Nossa carteira de créditos renegociados cresceu 3,96% em relação ao total de nossa carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2012, em comparação com 3,42%, em 31 de dezembro de 2011. No final de 2012, o índice de nossa carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 46,6%, em comparação com 45,2%, em 31 de dezembro de 2011. Esse índice aumentou em 2012 principalmente devido

ao aumento do volume de operações renegociadas em atraso sobre o total de créditos renegociados, de 29,8%, em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 35,4%, em 31 de dezembro de 2012.

Em 2014, mantivemos nossa política para recuperação de créditos com parcelas vencidas, inclusive créditos já baixados como prejuízo, e, para reduzir as perdas, aprimoramos nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Exigimos, contudo, que, pelo menos, uma parcela seja paga antes de considerar a renegociação como válida e tratada como um acordo renegociado, e também adotamos uma política de maior seletividade na origemação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência e em uma quantidade menor de operações renegociadas.

Em 2013, foi mantida a política de recuperação dos créditos com parcelas vencidas, inclusive créditos já baixados como prejuízo, e, para reduzir as perdas, aprimoramos nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Exigimos, contudo, que, pelo menos, uma parcela seja paga antes de considerar a renegociação como válida e tratada como um acordo renegociado, e também adotamos uma política de maior seletividade na origemação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência e em uma quantidade menor de operações renegociadas.

Em 2012, a economia brasileira enfrentou um aumento no nível de inadimplência das pessoas físicas, principalmente em relação às carteiras de financiamento de veículos e de empréstimos pessoais. Por ser um dos maiores bancos do Brasil, a nossa carteira de crédito foi afetada por esse aumento na inadimplência. Para aumentar a recuperação de créditos com parcelas vencidas, inclusive aqueles já baixados como prejuízo, e reduzir as perdas, aprimoramos as nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Exigimos, contudo, que pelo menos uma parcela seja paga antes de considerar a renegociação como válida e tratada como um acordo renegociado.

O valor total de cada tipo de crédito renegociado em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 é apresentado na tabela a seguir:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

TIPO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014				
	TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS	TOTAL DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DELIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS (%)	TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS COM NOVA INADIMPLÊNCIA ⁽¹⁾	OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS COM NOVA INADIMPLÊNCIA (%)
Operações de Crédito Reestruturadas	10.284	5.051	49,1	2.744	26,7
Acordos	1.288	408	31,7	602	46,7
Total	11.572	5.459	47,2	3.346	28,9

(1) Nossas operações de crédito renegociadas com nova inadimplência são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

TIPO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				
	TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS	TOTAL DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DELIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS (%)	TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS COM NOVA INADIMPLÊNCIA ⁽¹⁾	OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS COM NOVA INADIMPLÊNCIA (%)
Operações de Crédito Reestruturadas	10.325	5.064	49,0	3.072	29,8
Acordos	2.555	1.220	47,7	1.555	60,9
Total	12.880	6.284	48,8	4.627	35,9

(1) Nossas operações de crédito renegociadas com nova inadimplência são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

TIPO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012				
	TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS	TOTAL DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DELIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS (%)	TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS COM NOVA INADIMPLÊNCIA ⁽¹⁾	OPERAÇÕES DE CRÉDITO RENEGOCIADAS COM NOVA INADIMPLÊNCIA (%)
Operações de Crédito Reestruturadas	11.343	5.287	46,6	4.012	35,4
Acordos	3.176	1.480	46,6	1.722	54,2
Total	14.519	6.767	46,6	5.734	39,5

(1) Nossas operações de crédito renegociadas com nova inadimplência são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

O valor total de cada tipo de crédito renegociado em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 é apresentado na tabela a seguir:

(em milhões de R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL RENEGOCIADAS	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014			
	PRORROGAÇÃO DO PAGAMENTO ⁽¹⁾	CONCESSÕES MÚLTIPLAS ⁽²⁾	MODIFICAÇÕES MÚLTIPLAS ⁽³⁾	TOTAL
Pessoas Físicas	649	2.352	4.330	7.331
Cartão de Crédito	-	403	-	403
Crédito Pessoal	-	1.906	4.330	6.236
Crédito Consignado	-	43	-	43
Veículos	578	-	-	578
Crédito Imobiliário	71	-	-	71
Grandes Empresas	-	-	870	870
Micro, Pequenas e Médias Empresas	55	2.610	620	3.285
Unidades Externas – América Latina	-	86	-	86
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	704	5.048	5.820	11.572

(1) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

(2) Representa múltiplas operações de crédito e arrendamento mercantil que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações de crédito e arrendamento mercantil encerradas.

(3) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil realizadas com um cliente e renegociadas mediante aditamento das condições contratuais originais, o que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre os valores em aberto e prorrogação dos prazos de pagamento.

(em milhões de R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL RENEGOCIADAS	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	PRORROGAÇÃO DO PAGAMENTO ⁽¹⁾	CONCESSÕES MÚLTIPLAS ⁽²⁾	MODIFICAÇÕES MÚLTIPLAS ⁽³⁾	TOTAL
Pessoas Físicas	1.979	2.046	4.513	8.538
Cartão de Crédito	-	335	-	335
Crédito Pessoal	1	1.710	4.513	6.224
Crédito Consignado	-	1	-	1
Veículos	1.907	-	-	1.907
Crédito Imobiliário	71	-	-	71
Grandes Empresas	-	-	476	476
Micro, Pequenas e Médias Empresas	102	3.247	481	3.830
Unidades Externas – América Latina	-	36	-	36
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	2.081	5.329	5.470	12.880

(1) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

(2) Representa múltiplas operações de crédito e arrendamento mercantil que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações de crédito e arrendamento mercantil encerradas.

(3) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil realizadas com um cliente e renegociadas mediante aditamento das condições contratuais originais, o que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre os valores em aberto e prorrogação dos prazos de pagamento.

(em milhões de R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL RENEGOCIADAS	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
	PRORROGAÇÃO DO PAGAMENTO ⁽¹⁾	CONCESSÕES MÚLTIPLAS ⁽²⁾	MODIFICAÇÕES MÚLTIPLAS ⁽³⁾	TOTAL
Pessoas Físicas	2.095	1.743	4.625	8.463
Cartão de Crédito	-	460	-	460
Crédito Pessoal	14	1.283	4.625	5.922
Crédito Consignado	-	-	-	-
Veículos	2.025	-	-	2.025
Crédito Imobiliário	56	-	-	56
Grandes Empresas	-	-	495	495
Micro, Pequenas e Médias Empresas	136	5.137	259	5.532
Unidades Externas – América Latina	-	29	-	29
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	2.231	6.909	5.379	14.519

(1) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

(2) Representa múltiplas operações de crédito e arrendamento mercantil que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações de crédito e arrendamento mercantil encerradas.

(3) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil realizadas com um cliente e renegociadas mediante aditamento das condições contratuais originais, o que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre os valores em aberto e prorrogação dos prazos de pagamento.

A seguir é apresentada uma segregação adicional das operações de crédito renegociadas por carteira, em segmentos e tipos, com base no tipo de modificação, em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(em milhões de R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL RENEGOCIADAS	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014				TOTAL
	NÃO VENCIDAS E COM EVENTO DE PERDA	NÃO VENCIDAS E SEM EVENTO DE PERDA	VENCIDAS E COM EVENTO DE PERDA	VENCIDAS E SEM EVENTO DE PERDA	
Pessoas Físicas	-	3.921	2.019	1.390	7.330
Cartão de Crédito	-	403	-	-	403
Crédito Pessoal	-	3.445	1.486	1.306	6.237
Crédito Consignado	-	22	17	3	42
Veículos	-	37	478	62	577
Crédito Imobiliário	-	14	38	19	71
Grandes Empresas	236	408	227	-	871
Micro, Pequenas e Médias Empresas	-	1.406	1.116	763	3.285
Unidades Externas – América Latina	-	55	12	19	86
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	236	5.790	3.374	2.172	11.572

(em milhões de R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL RENEGOCIADAS	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				TOTAL
	NÃO VENCIDAS E COM EVENTO DE PERDA	NÃO VENCIDAS E SEM EVENTO DE PERDA	VENCIDAS E COM EVENTO DE PERDA	VENCIDAS E SEM EVENTO DE PERDA	
Pessoas Físicas	-	3.832	3.097	1.609	8.538
Cartão de Crédito	-	335	-	-	335
Crédito Pessoal	-	3.324	1.642	1.258	6.224
Crédito Consignado	-	1	-	-	1
Veículos	-	162	1.417	328	1.907
Crédito Imobiliário	-	10	38	23	71
Grandes Empresas	111	261	51	54	477
Micro, Pequenas e Médias Empresas	-	1.515	1.486	828	3.829
Unidades Externas – América Latina	-	20	6	10	36
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	111	5.628	4.640	2.501	12.880

(em milhões de R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL RENEGOCIADAS	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012				TOTAL
	NÃO VENCIDAS E COM EVENTO DE PERDA	NÃO VENCIDAS E SEM EVENTO DE PERDA	VENCIDAS E COM EVENTO DE PERDA	VENCIDAS E SEM EVENTO DE PERDA	
Pessoas Físicas	-	3.995	2.966	1.502	8.463
Cartão de Crédito	-	460	-	-	460
Crédito Pessoal	-	3.142	1.654	1.126	5.922
Crédito Consignado	-	-	-	-	-
Veículos	-	379	1.284	362	2.025
Crédito Imobiliário	-	14	28	14	56
Grandes Empresas	87	247	161	-	495
Micro, Pequenas e Médias Empresas	-	1.792	2.659	1.081	5.532
Unidades Externas – América Latina	-	15	4	10	29
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	87	6.049	5.790	2.593	14.519

A tabela a seguir apresenta alterações em nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com evento de perda, incluindo as alterações das operações renegociadas com evento de perda referentes a 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(em milhões de R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM EVENTO DE PERDA	2014	2013	2012
Saldo do Início do Período	16.305	19.511	18.385
(+) Operações de Crédito Acrescentadas	12.521	9.882	11.441
(+) Operações de Crédito Acrescentadas Devido a Nova Inadimplência	3.915	5.029	6.873
(-) Operações de Crédito Excluídas Devido a Baixas	(10.006)	(12.460)	(12.867)
(-) Operações de Crédito Excluídas Devido a Baixas (Inclusive Aditamentos)	(4.506)	(4.595)	(622)
(-) Operações de Crédito Excluídas Devido a Baixas Totais ou Parciais	(1.024)	(1.062)	(3.699)
Saldo no Final do Período	17.205	16.305	19.511

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 12 – Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, para maiores detalhes.

Transações transfronteiriças

As transações transfronteiriças são ativos monetários expressos em

moeda estrangeira, que ultrapassam 1% do nosso total de ativos no caso de transações com clientes no exterior realizadas por nossas subsidiárias no Reino Unido (nossa antiga subsidiária em Portugal), nas Ilhas Cayman e nas Bahamas. Apresentamos a seguir a composição do total das transações transfronteiriças dessas subsidiárias para os períodos indicados:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

	31/12/2014	%	31/12/2013 ⁽¹⁾	%	31/12/2012	%
Disponibilidades	4.187	0,3	4.897	0,4	3.349	0,3
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	64.491	5,3	33.630	3,0	23.684	2,3
Aplicações no Mercado Aberto	24.606	2,0	2.877	0,3	4.302	0,4
Depósitos Compulsórios no Banco Central	3	0,0	3	0,0	-	0,0
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.978	0,5	5.854	0,5	5.689	0,6
Derivativos	9.321	0,8	8.008	0,7	9.450	0,9
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	39.850	3,3	38.290	3,5	40.512	4,0
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.767	0,9	6.723	0,6	527	0,1
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	97.740	8,1	57.834	5,2	34.933	3,4
Total	256.943	21,3	158.116	14,3	122.446	12,1

(1) Em 1º de fevereiro de 2013, o Itaú BBA International S.A. com sede em Portugal, foi incorporado ao Itaú BBA International Limited, com sede no Reino Unido, por meio de fusão. Em 17 de maio de 2013, a entidade foi registrada como *public liability company* (plc) com a razão social Itaú BBA International plc. O objetivo desse processo de reestruturação é o de permitir que o Itaú BBA International melhore seu desempenho, amplie suas fontes de captação, expanda sua base de clientes, fortaleça sua posição como plataforma internacional para o grupo, alcance maior diversificação de riscos e melhore os seus indicadores de rentabilidade. Os dados de 2011 e 2012 refletem empréstimos transfronteiriços em aberto (não em euro) da antiga subsidiária portuguesa e os dados de 2013 refletem empréstimos transfronteiriços em aberto não em libra esterlina britânica.

Empréstimos de curto prazo

Os empréstimos de curto prazo estão contidos em nosso balanço patrimonial, na rubrica Captações no mercado aberto. A principal categoria para os empréstimos de curto prazo são as captações no mercado aberto com ativos financeiros próprios e de terceiros. A tabela a seguir apresenta os nossos empréstimos de curto prazo em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(em milhões de R\$, exceto percentagens)

CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2014	2013	2012
Valor em Aberto (em 31 de Dezembro)	288.683	266.682	267.405
Valor Máximo em Aberto Durante o Período	288.683	271.621	267.405
Média Ponderada da Taxa de Juros no Fim do Período (%)	9,9	9,4	9,0
Valor Médio em Aberto Durante o Período	266.527	256.025	204.358
Média Ponderada da Taxa de Juros (%)	9,5	9,2	9,4

Passivos

Captações

Principais fontes

Nossa atual estratégia de financiamento é continuar a usar todas as nossas fontes de recursos, de acordo com seus custos e disponibilidades e com nossa estratégia geral de administração de ativos e passivos. Para financiar nossas operações, intensificamos o uso da liquidez proporcionada por depósitos de poupança, depósitos interbancários, dívida no mercado interbancário e dívida no mercado institucional em 2014, 2013 e 2012.

Além disso, utilizamos as debêntures brasileiras sujeitas à recompra como fonte de recursos, reportadas em "captações no mercado aberto" e oferecidas aos clientes institucionais e também aos clientes de *private banking*, *corporate banking* (grandes empresas) e clientes

de varejo. Essa captação de recursos foi definida para oferecer maior rentabilidade, por meio de *spreads* mais altos em nossos depósitos de poupança, e taxas mais altas obtidas sobre fundos de mercado.

Nossa capacidade de obter financiamento depende de diversos fatores, incluindo as classificações de crédito, as condições econômicas gerais e a percepção dos investidores dos mercados emergentes em geral e do Brasil (em particular, as condições vigentes no Brasil e os regulamentos do governo com relação a financiamentos em moeda estrangeira).

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto, quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe em contrato de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2014, nenhum desses eventos, incluindo eventos de inadimplência e descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido e não temos motivos para acreditar que seja provável que qualquer um desses eventos virá a ocorrer em 2015.

Nossa principal fonte de captação de recursos são os nossos depósitos, que estão divididos em depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo e depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2014, o total de depósitos foi de R\$ 294.773 milhões, que representam 37,8% dos recursos totais. Em 31 de dezembro de 2013, o total de depósitos era de R\$ 274.383 milhões, representando 37,9% da captação total. Em 31 de dezembro de 2012, o total de depósitos era de R\$ 243.200 milhões, que representam 35,8% da captação total. Nossos depósitos a prazo representam uma das nossas maiores fontes de recursos e, em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, eram responsáveis por 13,9%, 16,2% e 17,2% da captação total, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta a composição das nossas principais fontes de recursos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS	2014	% DO TOTAL DE RECURSOS	2013	% DO TOTAL DE RECURSOS	2012	% DO TOTAL DE RECURSOS
Depósitos	294.773	37,8	274.383	37,9	243.200	35,8
Depósitos à Vista	48.733	6,3	42.892	5,9	34.916	5,1
Depósitos de Poupança	118.449	15,1	106.166	14,7	83.451	12,3
Depósitos a Prazo	108.466	13,9	117.131	16,2	117.232	17,2
Depósitos Interfinanceiros	19.125	2,5	8.194	1,1	7.601	1,1
Captações no Mercado Aberto	288.683	37,0	266.682	36,8	267.405	39,3
Dívida no Mercado Interbancário	122.586	15,8	111.376	15,4	97.073	14,3
Letras Hipotecárias	143	-	181	0,0	227	0,0
Letras de Crédito Imobiliário	10.832	1,4	8.919	1,2	13.296	2,0
Letras de Crédito do Agronegócio	7.811	1,0	7.273	1,0	5.321	0,8
Letras Financeiras	10.645	1,4	13.823	1,9	18.695	2,8
Financiamento à Importação e à Exportação	43.381	5,6	33.614	4,6	23.053	3,4
Repasse no País	45.230	5,8	43.015	5,9	36.048	5,3

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS	2014	% DO TOTAL DE RECURSOS	2013	% DO TOTAL DE RECURSOS	2012	% DO TOTAL DE RECURSOS
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	4.544	0,6	4.514	0,6	394	0,1
Outros	-	-	37	0,0	39	0,0
Dívida no Mercado Institucional	73.242	9,4	72.055	9,9	72.028	10,6
Obrigações por Emissão de Debêntures	-	-	-	-	1.569	0,2
Dívidas Subordinadas	55.617	7,1	56.564	7,8	55.179	8,1
Obrigações por TVM no Exterior	15.392	2,0	15.491	2,1	15.280	2,2
Certificados de Operações Estruturadas	2.233	0,3	-	-	-	-
Total	779.284	100,0	724.496	100,0	679.706	100,0

Depósitos por vencimento

A tabela a seguir apresenta o perfil de vencimento dos nossos depósitos em 31 de dezembro de 2014:

(em milhões de R\$)

	2014				TOTAL
	0-30 DIAS	31-180 DIAS	181-365 DIAS	ACIMA DE 365	
Depósitos não Remunerados	48.733	-	-	-	48.733
Depósitos à Vista	48.733	-	-	-	48.733
Depósitos Remunerados	134.841	36.829	8.537	65.833	246.040
Depósitos de Poupança	118.449	-	-	-	118.449
Depósitos a Prazo	11.705	23.656	7.775	65.330	108.466
Depósitos Interfinanceiros	4.687	13.173	762	503	19.125
Total	183.574	36.829	8.537	65.833	294.773

(em milhões de R\$)

	2013				TOTAL
	0-30 DIAS	31-180 DIAS	181-365 DIAS	ACIMA DE 365	
Depósitos não Remunerados	42.892	-	-	-	42.892
Depósitos à Vista	42.892	-	-	-	42.892
Depósitos Remunerados	120.194	33.345	12.107	65.845	231.491
Depósitos de Poupança	106.166	-	-	-	106.166
Depósitos a Prazo	12.260	29.436	9.961	65.474	117.131
Depósitos Interfinanceiros	1.768	3.909	2.146	371	8.194
Total	163.086	33.345	12.107	65.845	274.383

(em milhões de R\$)

	2012				TOTAL
	0-30 DIAS	31-180 DIAS	181-365 DIAS	ACIMA DE 365	
Depósitos não Remunerados	34.916	-	-	-	34.916
Depósitos à Vista	34.916	-	-	-	34.916
Depósitos Remunerados	98.462	24.412	17.868	67.542	208.284
Depósitos de Poupança	83.451	-	-	-	83.451
Depósitos a Prazo	12.369	20.861	16.667	67.335	117.232
Depósitos Interfinanceiros	2.642	3.551	1.201	207	7.601
Total	133.378	24.412	17.868	67.542	243.200

(em milhões de R\$, exceto percentagens)

SALDOS MÉDIOS DE DEPÓSITOS E TAXAS MÉDIAS DE JUROS	2014		2013		2012	
	SALDO MÉDIO	TAXA MÉDIA (%)	SALDO MÉDIO	TAXA MÉDIA (%)	SALDO MÉDIO	TAXA MÉDIA (%)
Depósitos não remunerados	43.840		36.726		30.324	
Depósitos à vista	43.840		36.726		30.324	
Depósitos remunerados	234.000	5,2	209.347	4,7	206.652	5,1
Depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo	122.527	4,2	116.383	4,1	133.248	4,9
Depósitos de poupança	111.473	6,2	92.964	5,4	73.404	5,5
Total	277.840		246.073		236.976	

Outras fontes

Atuamos também como agente financeiro em empréstimos de fundos do BNDES e do FINAME e no repasse de tais recursos por um diferencial determinado pelo governo, para determinados setores da economia. Obtemos linhas de crédito em dólares dos Estados Unidos de nossas coligadas, inclusive do Itaú Unibanco Holding S.A. – agência de Grand

A tabela a seguir apresenta o vencimento dos depósitos a prazo em aberto com saldos que excedem US\$ 100.000 (ou seu equivalente) de nossa emissão em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

(em milhões de R\$)

	2014	2013	2012
Vencimento em Três Meses	32.549	21.737	18.752
Vencimento entre Três e Seis Meses	13.782	6.066	4.977
Vencimento entre Seis e Doze Meses	6.097	5.273	11.833
Vencimento entre Seis e Doze Meses	34.251	47.116	38.388
Total de Depósitos a Prazo que Excedem US\$ 100.000	86.679	80.192	73.950

Apresentamos a seguir a composição dos depósitos a prazo, de pessoas físicas e jurídicas, segregados entre os mercados de varejo, Itaú Personnalité, médias e grandes empresas (cada um expresso como uma porcentagem do total de depósitos a prazo), em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(%)

	2014	2013	2012
Varejo	3,4	6,2	7,6
Itaú Personnalité	19,4	17,1	22,7
Médias Empresas	26,2	28,0	28,0
Grandes Empresas	35,6	48,7	41,7
Institucionais	15,5	-	-
Total	100,0	100,0	100,0

Salos médios de depósitos e taxas médias de juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de depósitos, em conjunto com as taxas médias de juros pagas para cada período apresentado:

Cayman, Banco Itaú Chile e Itaú BBA S.A. – agência de Nassau, para financiamento de operações comerciais de empresas brasileiras. Para mais detalhes sobre repasse no País e financiamento à importação e à exportação, consulte seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 19 – Captações no mercado aberto e recursos de mercados interbancários e institucionais.

Litígios

Visão geral

Não somos réus em nenhum processo administrativo significativo da CVM, da SUSEP, do Banco Central ou de qualquer município. Como parte do curso normal dos nossos negócios, estamos sujeitos e somos parte em vários processos judiciais e administrativos (incluindo reclamações de consumidores) movidos contra nós junto à SUSEP e ao Banco Central do Brasil.

As nossas demonstrações contábeis incluem apenas provisões para perdas prováveis, que podem ser razoavelmente estimadas, e despesas em que eventualmente incorreremos com relação a litígios ou processos administrativos pendentes ou, de outra forma, exigidas pela legislação brasileira. Em 31 de dezembro de 2014, as nossas provisões para tais contingências eram de R\$ 17.027 milhões, sendo que R\$ 6.627 milhões estão relacionados com contingências fiscais, R\$ 5.598 milhões com contingências trabalhistas, R\$ 4.643 milhões com contingências cíveis e R\$ 159 milhões com outras contingências. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos, para mais informações.

A nossa administração acredita que nossas provisões, incluindo juros, para processos judiciais nos quais somos réus, são suficientes para cobrir as prováveis perdas que possam ser razoavelmente estimadas no caso de decisões judiciais desfavoráveis. No momento, não é possível estimar o montante de todos os custos em potencial em que possamos incorrer, ou penalidades que possam nos ser impostas, além daqueles para os quais constituímos provisões. Acreditamos que as obrigações em potencial, relacionadas com esses processos judiciais e administrativos, não exercerão efeito adverso sobre nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados. Não há processos relevantes nos quais qualquer um dos nossos membros do conselho, membros de nossa alta administração, ou qualquer uma de nossas coligadas seja parte contrária a nós ou às nossas subsidiárias ou tenha interesse relevante diferente do nosso ou de nossas subsidiárias.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos, para mais detalhes sobre as alterações nas provisões, os respectivos depósitos judiciais para ações fiscais e previdenciárias e os principais tipos de discussão de natureza fiscal.

Litígios de natureza fiscal

Estamos envolvidos em algumas controvérsias de natureza fiscal, decorrentes do curso normal dos nossos negócios, relacionadas, principalmente com a constitucionalidade e a legalidade de tributos que nos são cobrados. Os passivos contingentes originados de litígios de natureza fiscal são registrados de acordo com o valor principal dos impostos em discussão, sujeitos às autuações fiscais, acrescidos de juros e, se aplicável, penalidades e outros encargos administrativos.

Uma provisão para passivos contingentes é reconhecida se envolver uma obrigação fiscal legal, independentemente da probabilidade de ganhar ou perder o processo. Existe uma obrigação fiscal legal para o caso de o ganho ou a perda do litígio em questão depender diretamente da determinação de uma lei atualmente exequível ser, ou não, constitucional. Em qualquer outra situação, reconhece-se uma provisão, caso uma perda seja provável (quando vencer no litígio é menos provável do que perder).

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total das nossas provisões para impostos era de R\$ 6.627 milhões. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), Nota 32 –

Provisões, contingências e outros compromissos, para mais detalhes sobre as alterações nas provisões, os respectivos depósitos judiciais para ações fiscais e previdenciárias e os principais tipos de discussão de natureza fiscal.

Além disso, aderimos ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pelas Leis nº 12.995 de 18 de junho de 2014 e nº 12.996 de 18 de junho de 2014, que quitou a dívida dos contribuintes em litígio por meio de um acordo para suspensão parcial do processo em relação aos juros, e total em relação às multas aplicáveis. Nos termos desse programa, pagamos parte dos montantes em litígio referentes à discussão de tributos federais e algumas contingências fiscais, cujos processos tinham menor probabilidade de vencer do que de perder de acordo com nossos assessores tributários.

Em 25 de junho de 2013, recebemos um auto de infração da Receita Federal do Brasil alegando que o Itaú Unibanco Holding não recolheu, aproximadamente, R\$ 11.844,7 milhões de IRPJ, mais multas e juros acumulados e aproximadamente, R\$ 6.867,0 milhões de CSLL, mais multas e juros acumulados, no exercício fiscal de 2008, decorrentes da transação que levou à associação do Itaú Holding e do Unibanco Holdings S.A. A Receita Federal do Brasil alega que deveriam ter sido realizadas transações de outro tipo. Entretanto, a transação sugerida pela Receita não tem respaldo nas normas aplicáveis às instituições financeiras.

Em 30 de janeiro de 2014, fomos informados que a Receita Federal do Brasil confirmou as notificações em uma decisão não unânime. Em 28 de fevereiro de 2014, recorremos da decisão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Continuamos defendendo que as transações conduzidas foram apropriadas e legítimas, tendo sido aprovadas pelos órgãos administrativos das empresas envolvidas e seus respectivos acionistas e, subsequentemente, sancionadas também pelas autoridades regulatórias competentes, incluindo a CVM, o Banco Central e o CADE. Juntamente com nossos advogados externos, avaliamos o risco de perda nesse processo tributário como remoto. No momento, estamos aguardando a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Processos cíveis

Litígios originados dos planos de estabilização econômica do governo

De 1986 a 1994, o Governo Federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação (PEE). Para implementar esses planos, o Governo Federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os PEEs foram implementados questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os PEEs.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos PEEs, e constituímos provisões para tais ações quando do recebimento da citação.

Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de

cadernetas de poupança. Os titulares das cadernetas de poupança podem reivindicar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou CONSIF, uma associação de instituições financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao Supremo Tribunal Federal (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165 – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às cadernetas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. Além disso, o STJ, a mais alta corte do País responsável por decisões sobre a legislação federal, deve se manifestar em breve a respeito de vários aspectos que determinarão diretamente o valor devido, caso a sentença do STF seja contrária à constitucionalidade dos PEEs. As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação, em ações em que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência dos juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período, utilizando a diferença positiva resultante dos meses subsequentes à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. O STJ também decidiu que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data da implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas foram extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Outros processos cíveis GRI G4-LA16

Além dos processos decorrentes dos planos de estabilização econômica, somos réus em vários processos cíveis resultantes do curso normal dos negócios. No momento, não temos condições de prever o total dos valores envolvidos nessas reivindicações por conta da natureza dos assuntos em discussão, entretanto, acreditamos que quaisquer possíveis passivos relacionados a esses processos não terão impacto adverso significativo sobre a nossa situação financeira ou os nossos resultados.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total das nossas provisões para processos cíveis, incluindo os planos de estabilização econômica, era de R\$ 4.643 milhões.

Contingências e reclamações trabalhistas GRI G4-LA16

Em 2014, nós e nossas controladas não fomos expostos a passivos e contingências trabalhistas que impactaram nossos resultados significativamente. A carteira de processos trabalhistas das nossas controladas, em referido período, compreendeu processos ajuizados tanto por colaboradores e ex-colaboradores quanto por prestadores de serviços terceirizados.

Sindicatos e ex-colaboradores moveram reclamações trabalhistas contra nós, buscando obter compensação por supostas violações de contratos de trabalho ou direitos trabalhistas previstos na legislação aplicável. Em 31 de dezembro de 2014, havia 62.641 reclamações trabalhistas movidas contra nós.

Os principais pedidos reclamados nos processos trabalhistas ajuizados por nossos colaboradores atuais e ex-colaboradores incluem:

- Diferenças salariais decorrentes da aplicação das 30 horas de trabalho por semana, limite previsto no art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho do Brasil (CLT), aplicável aos colaboradores do banco, cuja função não necessita de especial confiança pelo empregador;
- Diferenças salariais decorrentes de horas extras não devidamente registradas nos sistemas internos;
- Reivindicações em relação ao método para estabelecer o pagamento das horas extras trabalhadas; e
- Equiparação salarial.

As ações coletivas trabalhistas movidas contra nós referem-se principalmente à manutenção de planos de saúde, normas de segurança e greves. Somos também réus em reclamações trabalhistas movidas pelo Ministério Público do Trabalho referentes a enquadramento sindical, terceirização, doenças ocupacionais, saúde e segurança, determinação de dias de trabalho e cumprimento da cota mínima de pessoas com necessidades especiais. No exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2014, pagamos aproximadamente R\$ 1.255 milhões em acordos com ex-funcionários, em conformidade com as sentenças impostas pela justiça do trabalho.

Já em relação às reclamações trabalhistas ajuizadas por prestadores de serviços terceirizados, elas geralmente envolvem alegações de responsabilidade subsidiária das empresas pertencentes ao nosso conglomerado.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos, para mais detalhes sobre reclamações trabalhistas.

Instrumentos derivativos que se qualificam para hedge contábil

As operações de *hedge* podem ser classificadas em três categorias: *hedge* de valor justo, de fluxo de caixa e de investimento líquido de operações no exterior.

- *Hedge* de valor justo: visa nos proteger da variação no risco de mercado decorrente de mudanças no valor justo de juros sujeitos às taxas variáveis.
- *Hedge* de fluxo de caixa: visa nos proteger da variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros.
- *Hedge* de investimento líquido de operações no exterior: visa nos proteger das alterações dos fluxos de caixas futuros de variações cambiais dos investimentos líquidos, em operações no exterior.

Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Gestão de riscos e capital, Risco de mercado, para mais detalhes sobre *hedge*.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 9 – *Hedge* contábil, para mais detalhes. Quanto à política de contabilização desses *hedges*, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2.4 g III – Resumo das principais políticas contábeis

Divulgação tabular de obrigações contratuais

A tabela a seguir resume o perfil de vencimentos de nossa dívida consolidada de longo prazo, arrendamentos operacionais e outros compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2014:

(em milhões de R\$)

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	PAGAMENTOS DEVIDOS POR PERÍODO				
	TOTAL	MENOS DE 1 ANO	1-3 ANOS	3-5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Recursos de Mercados Interbancários ⁽¹⁾⁽³⁾	129.935	64.957	41.842	10.034	13.102
Recursos de Mercados Institucionais ⁽²⁾⁽³⁾	97.093	11.820	34.628	18.447	32.198
Obrigações de Arrendamentos Operacionais e de Capital ⁽³⁾	6.217	1.593	1.899	1.678	1.047
Avais e Fianças	73.759	16.724	7.435	3.110	46.490
Cartas de Crédito a Liberar	11.091	11.091	-	-	-
Obrigações com Previdência	346	31	55	44	216
Benefícios de Planos de Saúde	171	9	21	24	117
Total	318.612	106.225	85.880	33.337	93.170

(1) Inclui total estimado de pagamento de juros. Esses pagamentos estimados de juros foram calculados com base nas taxas interbancárias a termo e derivativos.

(2) Contemplam letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do ag reosnpeegcóiicoo, sle. tras financeiras, financiamento à importação e à exportação.

(3) Contemplam dívida subordinada, obrigações por emissão de debêntures e obrigações por TVM no exterior.

Nossa estratégia para gerenciar o risco de taxa de juros sobre nossa dívida de longo prazo não inclui swaps de taxa de juros fixa ou derivativos similares. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 19 – Captações no mercado aberto e Recursos de mercados interbancários e institucionais para mais detalhes.

Compra de ações pelo emissor e compradores afiliados

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, em 18 de novembro de 2004 passamos a divulgar voluntariamente as nossas Regras operacionais de negociação das próprias ações para tesouraria. Consulte www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/regratesouraria.pdf para negociação das

ações do Itaú Unibanco S.A. Divulgamos mensalmente ao mercado as operações realizadas com ações próprias pela tesouraria por meio de um comunicado ao mercado.

Ressaltamos que essas aquisições referem-se ao nosso programa de recompra de nossas ações, aprovado pelo Conselho de Administração, pelo qual foi autorizada a aquisição de até 13,7 milhões de ações ordinárias e 86,3 milhões de ações preferenciais, até 15 de dezembro de 2014.

O programa de recompra, em vigor até 16 de dezembro de 2015, foi aprovado em 27 de novembro de 2014, com os limites de 50,0 milhões de ações preferenciais e 10,0 milhões de ações ordinárias.

PERÍODO ⁽¹⁾	(A) QUANTIDADE TOTAL DE AÇÕES PREFERENCIAIS COMPRADAS	(B) PREÇO MÉDIO PAGO POR AÇÃO PREFERENCIAL ⁽²⁾	(C) QUANTIDADE TOTAL DE AÇÕES PREFERENCIAIS COMPRADAS COMO PARTE DE PLANOS OU PROGRAMAS ANUNCIADOS PUBLICAMENTE	(D) QUANTIDADE MÁXIMA DE AÇÕES PREFERENCIAIS QUE AINDA PODEM SER COMPRADAS PELOS PLANOS OU PROGRAMAS
02/01 a 31/01/2014	-	-	-	86.300.000
03/02 a 28/02/2014	-	-	-	86.300.000
03/03 a 31/03/2014	-	-	-	86.300.000
01/04 a 30/04/2014	-	-	-	86.300.000
01/05 a 30/05/2014	-	-	-	86.300.000
02/06 a 30/06/2014	-	-	-	86.300.000
01/07 a 31/07/2014	-	-	-	86.300.000
01/08 a 29/08/2014	-	-	-	86.300.000
01/09 a 30/09/2014	-	-	-	86.300.000
01/10 a 31/10/2014	-	-	-	86.300.000
03/11 a 28/11/2014	-	-	-	86.300.000
01/12 a 15/12/2014	-	-	-	86.300.000
16/12 a 31/12/2014	1.000.000	34,75	1.000.000	50.000.000

(1) Em 13 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 13.700.000 ações ordinárias e 86.300.000 ações preferenciais, que termina em 15 de Dezembro de 2014, em 27 de novembro, 2014 nosso Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 10.000.000 comum ações e 50.000.000 ações preferenciais, que terminará em 15 de dezembro de 2015.

(2) Inclui custos de corretagem.

(em milhões de R\$)

Investimentos

Conforme a nossa prática nos últimos anos, os nossos dispêndios para aquisição do imobilizado no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014 foram realizados com recursos internos. Não podemos dar garantia de que realizaremos dispêndios para aquisição de imobilizado no futuro e que, caso sejam feitos, o montante corresponderá à estimativa atual. A tabela a seguir apresenta os nossos investimentos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

INVESTIMENTOS	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO		
	2014	2013	2012
Imobilizado	3.966	2.534	1.914
Terrenos e Edificações	566	554	278
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	230	207	226
Móveis e Equipamentos de Processamento de Dados	3.108	1.655	1.349
Outros	62	118	61
Ativos Intangíveis	1.199	2.035	1.738
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	109	195	320
Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	36	340	12
Software Desenvolvido ou Obtido para Uso Interno	1.044	1.202	1.295
Outros Ativos Intangíveis	10	298	111
Total	5.165	4.569	3.652

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 15 – Imobilizado e Nota 16 – Ativos intangíveis, para mais detalhe.

Imobilizado

Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2014, éramos proprietários dos nossos principais escritórios administrativos, que incluíam 8 prédios de escritórios, com uma área total de 427.036 m² localizados basicamente na cidade de São Paulo (Brasil). Esses escritórios incluem a nossa sede, bem como vários outros prédios administrativos, nos quais são realizadas funções administrativas, tais como o departamento comercial, as atividades de suporte, o banco de varejo e de investimento e, também, nosso centro de processamento de dados.

Alugamos também parte dos nossos escritórios administrativos, e a maioria das nossas agências, por preços competitivos, de terceiros e mediante contratos de aluguel renováveis, com prazos de vencimento desde o primeiro semestre de 2015 (que estão sendo renovados com condições semelhantes) até o quarto trimestre de 2035.

Em 31 de dezembro de 2014, também éramos proprietários de 13% dos nossos escritórios da administração central e agências (inclusive postos de atendimento bancário, caixas eletrônicos e estacionamentos) e alugamos os demais 87%, aproximadamente.

Ativos intangíveis

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2014, nossos investimentos em TI compreendiam mais de 78% do total dos investimentos que planejamos para o período de 2012 a 2015, financiados com recursos internos. Espera-se utilizar o montante total em sistemas de processamento de dados, aquisições de *software*, desenvolvimento de sistemas e no nosso novo *data center* construído no Estado de São Paulo.

Nosso *data center* recém-construído, que contará com recursos de ponta projetados para nos proporcionar mais flexibilidade e segurança, foi entregue conforme planejado e a implantação das instalações de infraestrutura de TI foi executada com sucesso. Iniciamos a configuração e a migração dos nossos sistemas e serviços tecnológicos do *data center* atual para o novo *data center* no quarto trimestre de 2014, com conclusão esperada para o segundo semestre de 2016. O novo *data center* já recebeu certificação Nível III Plus, o que demonstra nosso compromisso com a disponibilidade dos serviços de TI e a sustentabilidade. Construído com tecnologia de ponta especialmente projetada para nós, esse complexo proporcionará expansão dos negócios, maior disponibilidade de serviços, agilidade e satisfação dos nossos clientes.

Capitalização

A tabela a seguir apresenta a nossa capitalização em 31 de dezembro de 2014. As informações descritas são extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Na data deste relatório anual, não havia nenhuma alteração relevante em nossa capitalização desde 31 de dezembro de 2014.

A tabela deve ser analisada em conjunto com as informações incluídas na seção Nosso Perfil, item Em números, em Dados contábeis selecionados – IFRS e seção Desempenho e seção Anexos, item Informações estatísticas selecionadas, para mais detalhes.

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

CAPITALIZAÇÃO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	
	R\$	US\$ ⁽¹⁾
Passivo circulante		
Depósitos	228.940	86.191
Captações no mercado aberto	152.093	57.260
Passivos financeiros mantidos para negociação	220	83
Derivativos	7.813	2.941
Recursos de mercados interbancários	68.818	25.908
Recursos de mercados institucionais	7.054	2.656
Outros passivos financeiros	69.610	26.207
Provisão de seguros e previdência privada	3.782	1.424
Passivos de planos de capitalização	3.010	1.133
Provisões	3.268	1.230
Obrigações fiscais	2.835	1.067
Outras obrigações	23.128	8.707
Total	570.571	214.807
Exigível a longo prazo		
Depósitos	65.833	24.785
Captações no mercado aberto	136.590	51.423
Passivos financeiros mantidos para negociação	300	113
Derivativos	9.537	3.590
Recursos de mercados interbancários	53.768	20.242
Recursos de mercados institucionais	66.188	24.918
Outros passivos financeiros	1.882	709
Provisão de seguros e previdência privada	105.996	39.905
Provisões	13.759	5.180
Obrigações fiscais	1.429	538
Outras obrigações	532	200
Total	455.814	171.604
Imposto de renda e contribuição social – diferido	201	76
Participações de acionistas não controladores	1.357	511
Patrimônio líquido⁽²⁾	99.260	37.369
Capitalização total⁽³⁾	1.127.203	424.367
Índice de capital baseado em risco⁽⁴⁾	16,9%	

(1) Conversão de conveniência a 2,6562 reais por dólar dos Estados Unidos, a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014.

(2) O capital acionário autorizado e em circulação da Itaú Unibanco Holding é composto de 2.770.034.033 ações ordinárias e 2.724.080.698 ações preferenciais, ações preferenciais, todas totalmente integralizadas. Para mais informações sobre nosso capital acionário vide Note 21 das nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

(3) A capitalização total corresponde à soma do total do passivo circulante, exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros, participações minoritárias nas subsidiárias e patrimônio líquido.

(4) Calculado dividindo-se o capital regulatório total pelos ativos ponderados pelo risco.

Contratos não registrados no balanço patrimonial

Não temos nenhum contrato não registrado no balanço patrimonial, exceto as garantias concedidas e descritas na Nota 36 – Gerenciamento de riscos financeiros, item 3 – Garantia e políticas para mitigação dos riscos de crédito e item 5 – Exposição ao risco de crédito das nossas demonstrações contábeis consolidadas, e os instrumentos financeiros derivativos discutidos anteriormente. Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Gerenciamento de risco e capital – Sensibilidade à taxa de câmbio, para mais detalhes.

Resultados

Destaques

Os destaques dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentados a seguir:

Lucro líquido (atribuível aos acionistas controladores): ▲ aumentou 31,2% em 2014 em comparação com 2013, e aumentou 30,0% em comparação com 2012.

Em 2014, nosso lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi de R\$ 21.555 milhões, crescimento de 31,2% em comparação com 2013, quando o lucro líquido atingiu R\$ 16.424 milhões. Em 2013, o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi de R\$ 16.424 milhões, um crescimento de 30,0% em comparação com 2012,

quando o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores atingiu R\$ 12.634 milhões.

Nosso ROAE (retorno sobre patrimônio líquido médio), calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores, excluindo-se os dividendos propostos, atingiu 24,3% em 2014, um aumento de 3,20 pontos percentuais em comparação com 2013, quando o indicador atingiu 21,1%. Em 2012, nosso ROAE atingiu 16,9%.

Patrimônio líquido (atribuível aos acionistas controladores): ▲ (aumentou 19,3% em 2014, em comparação com 2013, e aumentou 9,6% em 2013, quando comparado com 2012.

Em 31 de dezembro de 2014 nosso patrimônio líquido cresceu 19,3%, comparado com o de 31 de dezembro de 2013, e atingiu R\$ 99.260 milhões. Em 31 de dezembro de 2013, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 83.223, crescimento de 9,6% na comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$ 75.902 milhões.

Carteira de Crédito: ▲ aumentou 9,9% em 31 de dezembro de 2014 em comparação com 31 de dezembro de 2013, e aumentou 12,2% em 31 de dezembro de 2013, quando comparado a 31 de dezembro de 2012.

• **Pessoas Físicas:**

Em 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito para pessoas físicas totalizaram R\$ 185.953 milhões, um aumento de 11,1% em comparação com 31 de dezembro de 2013, principalmente em decorrência de aumentos de (i) 11,6% nos empréstimos com cartões de crédito para R\$ 59.321 milhões; (ii) 18,8% no crédito imobiliário para R\$ 29.107 milhões, principalmente devido ao nosso foco em carteiras com menores índices de inadimplência; e (iii) 79,5% em crédito consignado, para R\$ 40.525 milhões, decorrente do contínuo crescimento em nossas transações de crédito consignado nas agências de varejo, do acordo de associação com o BMG, que visa à oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados por meio de uma nova instituição financeira, o Itaú BMG Consignado. Essa associação complementa nossa estratégia de distribuição do crédito consignado e melhorou o perfil de risco de nossa carteira de crédito. O financiamento de veículos sofreu redução de 28,4% em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 31 de dezembro de 2013, totalizando R\$ 29.047 milhões, resultado da nossa aplicação de exigências mais rigorosas para a concessão de financiamento, as quais levaram ao aumento da entrada exigida e menores prazos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2013, as operações de crédito para pessoas físicas totalizaram R\$ 167.431 milhões, um aumento de R\$ 16.510 milhões, ou 10,9%, em comparação a 31 de dezembro de 2012, principalmente em decorrência do aumento de (i) 66,6% em crédito consignado; um aumento de (ii) 31,1% nos empréstimos com cartão de crédito, principalmente devido ao impacto da aquisição da Credicard; e um aumento de (iii) 32,8% no crédito imobiliário devido à prioridade que temos dado às carteiras com menor índice de inadimplência. O financiamento de veículos registrou redução de 21,4% em 31 de dezembro de 2013, em comparação a 31 de dezembro de 2012, para R\$ 40.584 milhões, como resultado da aplicação de exigências mais rigorosas para a concessão de empréstimos nesse período.

• **Pessoas Jurídicas:**

Em 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito para pessoas jurídicas totalizaram R\$ 224.822 milhões, representando um crescimento de R\$ 16.808 milhões, ou 8,1%, em comparação com 31 de dezembro

de 2013. Os empréstimos para pequenas e médias empresas diminuíram 2,1% em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 2013, totalizando R\$ 79.912 milhões. As operações de crédito e para grandes empresas aumentaram 14,6% em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 2013, totalizando R\$ 144.910 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, as operações de crédito para pessoas totalizaram R\$ 208.014 milhões, representando um aumento de R\$ 19.100 milhões, ou 10,1% em comparação com 2012, quando os empréstimos para pessoas jurídicas totalizaram R\$ 188.914 milhões. Resultado do nosso foco em carteiras com menores índices de inadimplência. As operações de crédito para grandes empresas cresceram 21,9%, enquanto os empréstimos para pequenas e médias empresas registraram decréscimo de 4,2% entre 2012 e 2013.

Além disso, a desvalorização do real em relação a outras moedas, especialmente o dólar dos Estados Unidos, também contribuiu para o crescimento da carteira de médias e grandes empresas, já que parte dos empréstimos são denominados, ou originados, em tais moedas.

• **América Latina:**

O saldo das operações de crédito das nossas operações na América Latina, excluindo o Brasil, (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) totalizou R\$ 41.656 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 14,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, principalmente como resultado do crescimento das operações nos países em que atuamos.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo das operações de crédito das nossas operações na América Latina, excluindo o Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) aumentou 33,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o saldo foi de R\$ 27.149 milhões.

Qualidade de crédito (índice de inadimplência acima de 90 dias): ▼ melhorou 0,6 ponto percentual em 31 de dezembro de 2014 em comparação com 31 de dezembro de 2013, e subiu 1,1 ponto percentual em 31 de dezembro de 2013 quando comparado a 31 de dezembro de 2012.

O índice de inadimplência acima de 90 dias é calculado por meio da divisão das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias pela nossa carteira de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, nosso índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,1%, uma melhoria em decorrência das reduções nos índices de inadimplência acima de 90 dias tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas. O índice para pessoas físicas caiu 1,10 ponto percentual em relação a 31 de dezembro de 2013. Esse é o menor índice desde a associação entre Itaú e Unibanco em novembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2013, nosso índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,7%, uma melhoria resultante das reduções nesse índice tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas.

O índice de cobertura, calculado por meio da divisão das provisões para créditos de liquidação duvidosa por operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, reflete o mecanismo de nosso modelo de provisionamento e atingiu 160% em 31 de dezembro de 2014, comparado com o índice de 147% em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, o índice de cobertura aumentou 0,1 ponto percentual em comparação a 2012. Quando o índice de inadimplência diminuiu, espera-se um aumento no índice de cobertura.

Receita e despesa de juros e rendimentos:

- Juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil: ▲ aumentaram 16,3% em 2014 em comparação com o ano de 2013, devido ao aumento em nossa carteira de crédito combinado com um crescimento em produtos de curto prazo, como cheque especial e cartões de crédito rotativo, e diminuíram 2,6% no exercício encerrado em 2013 em comparação com o ano de 2012.
- Despesa de juros e rendimentos: ▲ aumentaram 57,4% em 2014 em comparação com o mesmo período em 2013 devido ao aumento da taxa SELIC de 8,3% em 2013 para 10,9% em 2014, e apresentou queda de 3,6% no exercício findo em 2013, quando comparada ao ano de 2012.

Receitas de prestação de serviços: ▲ aumentaram 16,0% em 2014 em relação a 2013, e cresceram 19,9% em 2013 na comparação com o ano de 2012.

Resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização: ▲ aumentaram 3,8% em 2014 em relação a 2013, e aumentaram 8,7% em 2013, em relação ao ano de 2012.

Despesas gerais e administrativas: ▲ aumentaram 6,6% em 2014 em relação a 2013, e aumentaram 4,8% em 2013 quando comparado ao ano de 2012.

Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa: ▲ aumentaram 5,5% em 2014, em relação ao mesmo período de 2013, apesar do aumento de 9,9% na nossa carteira de crédito. Em 2013 houve redução de 25,5%, resultado da melhor qualidade de crédito da nossa carteira devido à aplicação de exigências mais rigorosas para a concessão de empréstimos nesses períodos.

Operações de crédito em situação de evidência objetiva de perda: ▲ aumentaram de R\$ 16.305 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 17.206 milhões em 31 de dezembro de 2014 e apresentaram redução de R\$ 19.511 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 16.305 milhões em 31 de dezembro de 2013. (Para mais detalhes, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 36.6 – Qualidade de crédito de ativos financeiros).

Operações de crédito em renegociação: ▼ as operações de crédito em renegociação, que incluem pagamentos prorrogados, modificados ou diferidos, diminuíram 10,2% em 31 de dezembro de 2014, em comparação a 31 de dezembro de 2013, principalmente devido à melhor qualidade da nossa carteira de crédito e arrendamento mercantil, como resultado da aplicação contínua de exigências mais rigorosas para a concessão de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2014, as operações de empréstimo em renegociação representavam 2,6% do total da carteira de crédito. Em 31 de dezembro de 2013, as operações de crédito em renegociação reduziram para 4,3% da carteira de crédito principalmente devido à diminuição em renegociações, que representavam 5,3% em 31 de dezembro de 2012.

(em milhões de R\$, exceto onde indicado)

DESTAQUES	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE		
	2014	2013	2012
Demonstração do Resultado do Período			
Lucro Líquido	21.555	16.424	12.634
Produto Bancário	91.657	79.387	81.172
Ações (R\$)			
Lucro Líquido por Ação – Básico (Ordinárias e Preferenciais)	3,94	3,01	2,31
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação – Básica – Em milhares			
Ordinárias	2.770.034	2.770.034	2.770.034
Preferenciais	2.699.460	2.692.214	2.696.697
Cotação Média da Ação Preferencial no Último dia de Negociação do Período	34,01	28,69	28,77
Market Capitalization ⁽¹⁾	186.234	156.437	150.598
Market Capitalization (em milhões de US\$) ⁽²⁾	75.983	70.151	73.696
Índices de Desempenho (%)			
Lucro Líquido sobre o Patrimônio Líquido Médio – Anualizado ⁽³⁾ – %	24,3	21,1	16,9
Lucro Líquido sobre o Ativo Médio – Anualizado ⁽⁴⁾ – %	2,0	1,7	1,5
Índice de Basileia – Consolidado Operacional – %	16,9	16,6	18,0
Índice de Inadimplência (90 dias) – %	3,1	3,7	4,8
Índice de Inadimplência (15-90 dias) – %	2,5	3,0	3,6
Índice de Eficiência (IE) ⁽⁵⁾ – %	46,6	48,5	45,2
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (IEAR) ⁽⁵⁾ – %	64,3	69,5	74,2
EM 31 DE DEZEMBRO			
	2014	2013	2012
Balanco Patrimonial			
Ativos Totais	1.127.203	1.027.297	957.154
Total de Operações de Crédito	452.431	411.702	366.984
Patrimônio Líquido	100.617	84.192	75.998
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	99.260	83.223	75.902

1. Quantidade total de ações em circulação (ordinárias e preferencias) multiplicado pela cotação média da ação preferencial no último dia de negociação do período.

2. A taxa de conversão US\$/Reais foi R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014, R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 2,0435 em 31 de dezembro de 2012.

3. O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pelo patrimônio líquido dos acionistas controladores médio, excluindo os dividendos propostos.

4. O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido pelo Ativo Médio.

5. O Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência ajustado ao Risco, são calculados com base nas informações gerenciais (Para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo para o Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência ajustado ao Risco, veja Base da Apresentação das Informações por Segmento).

Alguns efeitos das taxas de câmbio sobre nossa receita

A variação do real pode afetar nossa margem financeira líquida (inclui receitas e despesas de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações). Um determinado valor dos nossos ativos e passivos financeiros está expresso em moeda estrangeira, ou a ela indexado, principalmente em dólares dos Estados Unidos. Quando há uma desvalorização do real, incorremos em perdas nos passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como dívida de longo prazo e empréstimos de curto prazo expressos em dólares dos EUA, pois o custo em reais da correspondente despesa financeira aumenta. Ao mesmo tempo, realizamos ganhos sobre ativos monetários expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como títulos e valores mobiliários para negociação e empréstimos indexados ao dólar dos Estados Unidos, devido a uma maior receita de juros referente a esses ativos quando convertidos para reais. Quando há valorização do real, os efeitos

são opostos aos descritos acima. Consequentemente, a administração do descasamento em moedas estrangeiras pode ter um efeito significativo sobre o nosso lucro líquido. A administração do descasamento em moedas estrangeiras também considera os efeitos fiscais dessas posições. Nosso objetivo é manter *hedge* suficiente (posição passiva em derivativos em moeda estrangeira) para mitigar os possíveis efeitos da nossa exposição total em moedas estrangeiras.

Salvo indicação contrária, a discussão na seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados, refere-se às nossas taxas de juros e rentabilidades médias. As taxas de juros citadas são calculadas em reais e incluem o efeito da variação do real em relação a moedas estrangeiras.

Lucro líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

(em milhões de R\$; exceto percentuais)

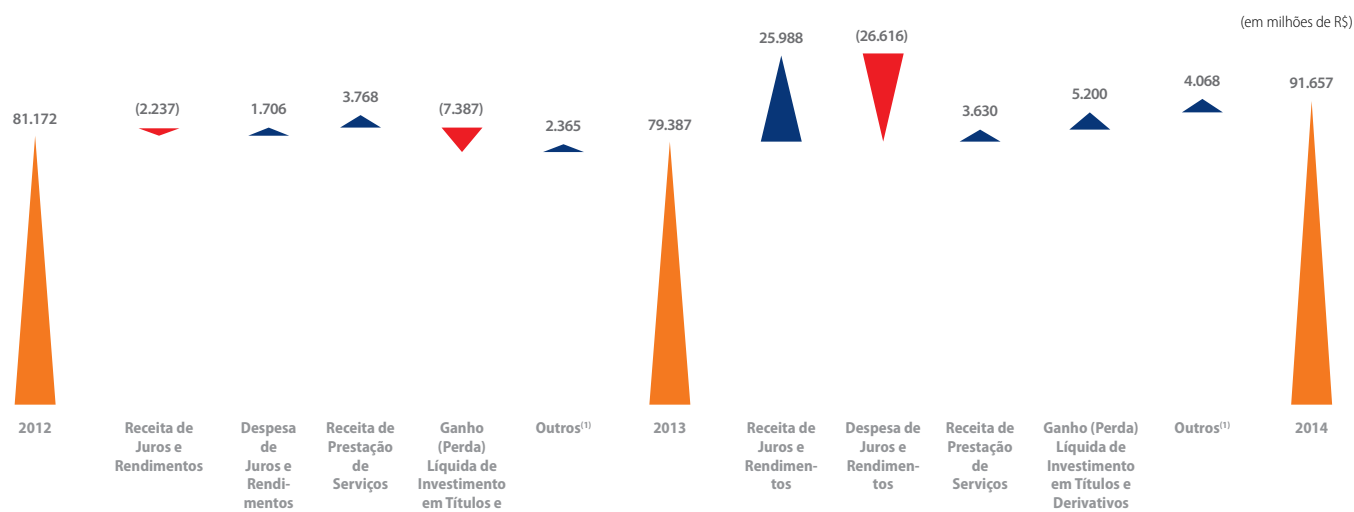
	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			VARIÇÃO (%)			
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012		
Produto Bancário	91.657	79.387	81.172	12.270	15,5	(1.785)	(2,2)
Receita de Juros e Rendimentos	120.115	94.127	96.364	25.988	27,6	(2.237)	(2,3)
Despesa de Juros e Rendimentos	(72.977)	(46.361)	(48.067)	(26.616)	57,4	1.706	(3,5)
Receita de Dividendos	215	205	323	10	4,9	(118)	(36,5)
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	(724)	(5.924)	1.463	5.200	(87,8)	(7.387)	(504,9)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	9.644	6.594	3.755	3.050	46,3	2.839	75,6
Receita de Prestação de Serviços	26.342	22.712	18.944	3.630	16,0	3.768	19,9
Resultado de Operações de Seg. Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.888	6.639	6.108	249	3,8	531	8,7
Outras Receitas	2.154	1.395	2.282	759	54,4	(887)	(38,9)
Perdas com Créditos e Sinistros	(15.801)	(14.870)	(21.354)	(931)	6,3	6.484	(30,4)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.832)	(17.856)	(23.982)	(976)	5,5	6.126	(25,5)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.054	5.061	4.663	(7)	(0,1)	398	8,5
Despesas com Sinistros	(2.430)	(3.155)	(3.320)	725	(23,0)	165	(5,0)
Recuperação de Sinistros com Resseguros	407	1.080	1.285	(673)	(62,3)	(205)	(16,0)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	75.856	64.517	59.818	11.339	17,6	4.699	7,9
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(47.048)	(43.652)	(42.402)	(3.396)	7,8	(1.250)	2,9
Despesas Gerais e Administrativas	(42.550)	(39.914)	(38.080)	(2.636)	6,6	(1.834)	4,8
Despesas Tributárias	(5.063)	(4.341)	(4.497)	(722)	16,6	156	(3,5)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido	565	603	175	(38)	(6,3)	428	244,6
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	28.808	20.865	17.416	7.943	38,1	3.449	19,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(7.209)	(7.503)	(7.716)	294	(3,9)	213	(2,8)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	262	3.160	3.491	(2.898)	(91,7)	(331)	(9,5)
Lucro Líquido	21.861	16.522	13.191	5.339	32,3	3.331	25,3
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	306	98	557	208	212,2	(459)	(82,4)
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	21.555	16.424	12.634	5.131	31,2	3.790	30,0

Os resultados de nossas operações são afetados por variações nas taxas SELIC e nas taxas de câmbio. Em 2014, observamos um aumento na taxa média SELIC de 8,3%, em 2013, para 10,9% em 2014, comparada com 8,6% em 2012. O real registrou desvalorização de 13,4% em 2014, de 14,6% em 2013 e de 8,9% em 2012.

Produto bancário

O produto bancário é composto pela soma das nossas receitas operacionais, líquida dos custos de captação, conforme detalhado na tabela anterior. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 23 – Receitas e despesas de juros e rendimentos e ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e Nota 25 – Outras receitas, para mais detalhes.

O quadro a seguir apresenta as mudanças nos componentes do nosso produto bancário, responsáveis pela variação entre o produto bancário dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Os valores indicados em vermelho representam números negativos.



(1) Inclui operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização, resultado de câmbio e variação cambial, receita de dividendos e outras receitas.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa receita de juros e rendimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

RECEITA DE JUROS E RENDIMENTOS	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO,			VARIAÇÃO (%)			
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012		
Operações de Crédito	5.904	4.314	5.334	1.590	36,9	(1.020)	(19,1)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.286	583	1.042	703	120,6	(459)	(44,0)
Depósitos Compulsórios no Banco Central	17.929	12.630	10.096	5.299	42,0	2.534	25,1
Aplicações em Mercado Aberto	15.128	10.860	13.324	4.268	39,3	(2.464)	(18,5)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.272	5.067	3.771	2.205	43,5	1.296	34,4
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.347	486	471	1.861	382,9	15	3,2
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	69.248	59.546	61.139	9.702	16,3	(1.593)	(2,6)
Outros Ativos Financeiros	1.001	641	1.187	360	56,2	(546)	(46,0)
Total	120.115	94.127	96.364	25.988	27,6	(2.237)	(2,3)

Em 2014, o aumento de 27,6% na receita de juros e rendimentos, em comparação com 2013, deveu-se principalmente a aumentos nas receitas de juros de operações de crédito e arrendamento mercantil, de ativos financeiros disponíveis para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, e de depósitos compulsórios no Banco Central. O aumento nas receitas de juros de ativos financeiros disponíveis para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento e sobre depósitos compulsórios no Banco Central estão relacionados aos aumentos na taxa SELIC acumulada de 8,3% em 2013 para 10,9% em 2014. O aumento de 16,3% nas receitas de operações de crédito deve-se principalmente ao crescimento de 9,9% de nossa carteira de crédito, combinado com o aumento em produtos de curto prazo, como cheque especial e cartões de crédito rotativo.

Em 2013, a redução de 2,3% na receita de juros e rendimentos, quando comparada a 2012, ocorreu principalmente devido às reduções nas receitas de ativos para negociação, de operações de crédito, de depósitos no Banco Central, compensados parcialmente pelos aumentos nas receitas de juros sobre aplicações no mercado aberto e dividendos sobre títulos disponíveis para venda. As reduções das receitas de juros de ativos mantidos para negociações e depósitos compulsórios no Banco Central estão relacionadas à redução na taxa SELIC de 8,6% em 2012 para 8,3% em 2013.

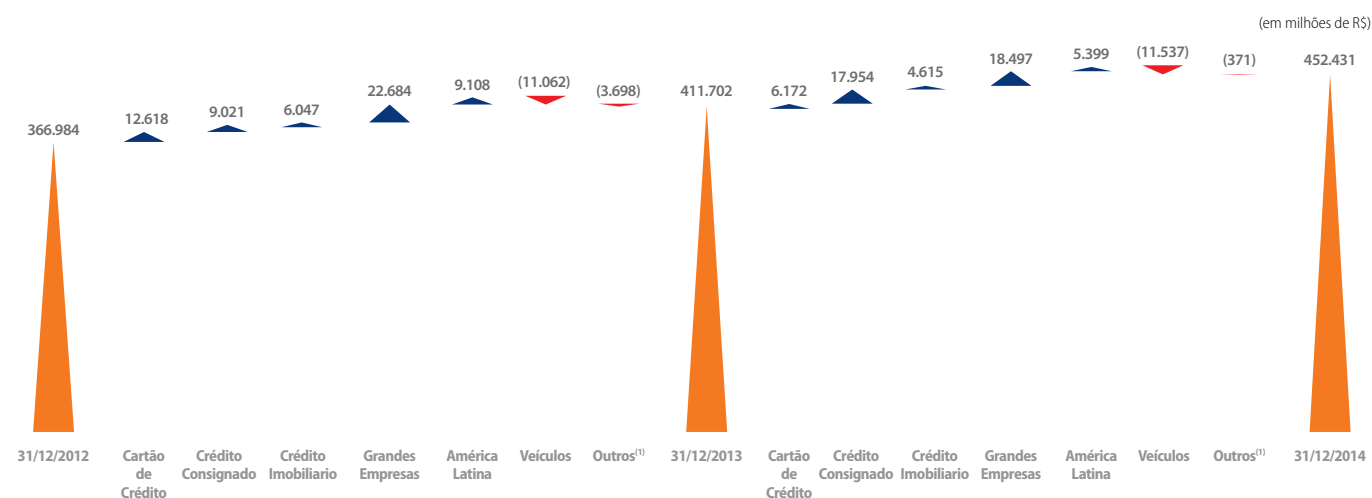
A seguir encontra-se a composição do valor contábil das operações de crédito por tipo em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	EM 31 DE DEZEMBRO			VARIAÇÃO (%)			
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012		
Pessoas Físicas	185.953	167.431	150.921	18.522	11,1	16.510	10,9
Empresas ⁽¹⁾	224.822	208.014	188.914	16.808	8,1	19.100	10,1
Unidades Externas América Latina	41.656	36.257	27.149	5.399	14,9	9.108	33,5
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	452.431	411.702	366.984	40.729	9,9	44.718	12,2

(1) Micro/Pequenas, Médias e Grandes Empresas.

O quadro a seguir apresenta os componentes das nossas operações de crédito e suas variações entre os períodos findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012. Os valores indicados em vermelho são números negativos.



(1) Outros: Crédito Pessoal, Pequenas e Médias Empresas.

Em 31 de dezembro de 2014, nossa carteira de crédito totalizou R\$ 452.431 milhões, um aumento de 9,9% em relação ao ano anterior, influenciado pelo aumento nos volumes médios das operações de crédito, principalmente devido ao aumento no volume de empréstimos relacionados com cartões de crédito, crédito consignado, crédito imobiliário e crédito para grandes empresas. Em 31 de dezembro de 2013, nossa carteira de crédito totalizou R\$ 411.702 milhões, um aumento de 12,2% em relação a 31 de dezembro de 2012.

Desde 2011, estamos voltados à redução dos riscos da nossa carteira de crédito. Consequentemente, nossas carteiras de crédito imobiliário, crédito consignado, grandes empresas e clientes na América Latina (ex-Brasil) cresceram mais rapidamente, enquanto as carteiras de veículos e de pequenas empresas apresentaram redução. Nossa carteira de crédito

imobiliário avançou em linha com o mercado e mantivemos uma abordagem conservadora em relação às garantias. No quarto trimestre de 2014, a média trimestral do LTV (*loan-to-value*: relação entre o valor do financiamento e o valor dos imóveis) atingiu 59,6%. Nossa carteira de crédito consignado cresceu mais do que a carteira de crédito pessoal não apenas devido à ênfase dada a ela em nossa rede de atendimento, mas também em função de nossa associação com o Banco BMG para originação de crédito consignado. Na América Latina, excluindo o Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) tivemos um crescimento de 14,9% em comparação a 31 de dezembro de 2013 e 33,5% em comparação a 31 de dezembro de 2012, ambos devido ao crescimento orgânico e à depreciação do real frente às moedas daqueles países. Para mais detalhes, consulte a tabela sobre os tipos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

DESPESAS DE JUROS E RENDIMENTOS	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			VARIAÇÃO (%)		
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012	
Depósitos	(12.064)	(9.802)	(10.544)	(2.262)	742	(7,0)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(26.771)	(16.865)	(17.539)	(9.906)	674	(3,8)
Recursos de Mercados Interbancários	(14.404)	(6.245)	(5.747)	(8.159)	(498)	8,7
Recursos de Mercados Institucionais	(10.695)	(9.971)	(7.693)	(724)	(2.278)	29,6
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(8.987)	(3.436)	(6.513)	(5.551)	3.077	(47,2)
Outros	(56)	(42)	(31)	(14)	(11)	35,5
Total	(72.977)	(46.361)	(48.067)	(26.616)	1.706	(3,5)

As mudanças na taxa SELIC também afetaram o total de nossas despesas de juros. Em 2014, a taxa SELIC acumulada subiu para 10,9% em 2014, em comparação a 8,3% em 2013. Em 2013, a taxa SELIC acumulada caiu para 8,3% em 2013, em comparação a 8,6% em 2012.

Em 2014, o aumento da taxa SELIC resultou em um aumento de nossa despesa de juros sobre captações no mercado aberto e sobre provisões para seguro, previdência e capitalização (para maiores detalhes, consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Passivos, Captações).

As receitas de dividendos totalizaram R\$ 215 milhões em 2014, na comparação com R\$ 205 milhões em 2013. Esse aumento é decorrente do crescimento nas receitas de dividendos sobre investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto. Em 2012, as receitas de dividendos totalizaram R\$ 323 milhões. A redução nas receitas de dividendos 2014 na comparação com 2013 foi ocasionada por menores receitas de dividendos.

O ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos totalizou uma perda de R\$ 724 milhões em 2014, na comparação com uma perda de R\$ 5.924 milhões em 2013. Em 2012, o ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos totalizou uma perda de R\$ 5.924 milhões. Esses resultados foram principalmente em decorrência das nossas estratégias de gestão de risco, em particular aquelas relacionadas com instrumentos derivativos usados para proteger nossos investimentos no exterior e em vista da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano durante 2014 e 2013.

O resultado das operações de câmbio e a variação cambial sobre as transações totalizaram R\$ 9.644 milhões em 2014, R\$ 6.594 milhões em 2013 e R\$ 3.755 milhões em 2012. As alterações devem-se, principalmente, ao efeito de instrumentos financeiros derivativos usados para mitigar nossos investimentos do impacto de variações cambiais em subsidiárias no exterior.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das receitas não decorrentes de juros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

RECEITAS NÃO DECORRENTES DE JUROS	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			VARIAÇÃO (%)			
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012		
Receita de Prestação de Serviços	26.342	22.712	18.944	3.630	16,0	3.768	19,9
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.888	6.639	6.108	249	3,8	531	8,7
Outras Receitas	2.154	1.395	2.282	759	54,4	(887)	(38,9)
Receitas Não Decorrentes de Juros	35.384	30.746	27.334	4.638	15,1	3.412	12,5

Em 2014, a receita não decorrente de juros foi de R\$ 35.384 milhões, representando um crescimento de 15,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse crescimento é decorrente principalmente de um aumento na receita de prestação de serviços. Em 2013, nossa receita não decorrente de juros totalizou R\$ 30.746 milhões, representando um crescimento de 12,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude do crescimento na receita de prestação de serviços.

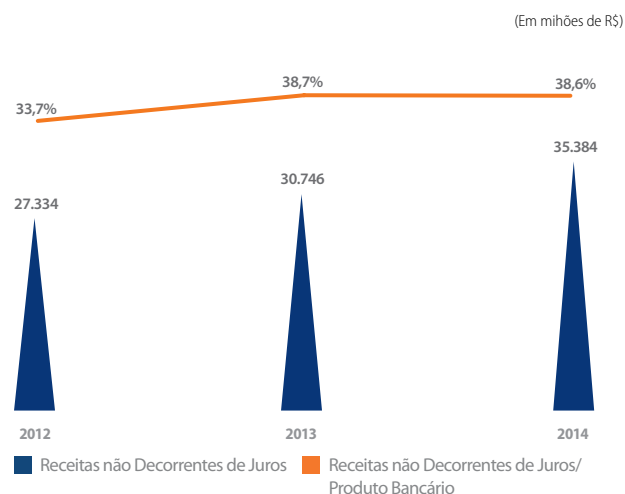
A receita de prestação de serviços refere-se à soma de honorários de serviços de conta-corrente, gestão de ativos, cobrança, serviços de cartão de crédito, garantias emitidas e linhas de crédito, comissão de corretagem e outros honorários. Em 2014, o aumento da receita de prestação de serviços foi decorrente principalmente de: (i) receita de honorários de serviços de cartão de crédito, influenciada pelas maiores receitas relacionadas à anuidade de cartão de crédito, aumento nas vendas e no número de equipamentos (PDV) alugados no período, bem como da aquisição da Credicard; e (ii) receita de serviços de conta-corrente, influenciada pela ampliação da base de correntistas e do aumento na oferta de produtos e serviços diferenciados. Esses produtos incluem os serviços diferenciados de conta-corrente e pacote de serviços para pessoas físicas e a conveniência e versatilidade da Conta Certa, produto oferecido a empresas. O aumento da receita de prestação de serviços e de outros honorários está alinhado com a nossa estratégia de diversificação da receita, principalmente em torná-la menos dependente das variações da taxa de juros. Em 2013, o aumento da receita de prestação de serviços deveu-se principalmente à receita de tarifas de serviços de cartões de crédito, influenciada pelas receitas mais elevadas de anuidades, aumentos nas vendas e no número de equipamentos alugados durante o período e à receita de serviços em conta-corrente, influenciado pelo aumento no volume de pacotes e serviços. As novas adesões aos pacotes de produtos e serviços de conta-corrente oferecidos aos clientes Uniclass e pela nossa unidade Itaú Empresas também contribuíram para esse crescimento.

Em 2014, a receita de operações de seguro, previdência e capitalização antes de despesas com sinistros e comercialização aumentou R\$ 249 milhões em comparação com o ano de 2013. Esse aumento foi influenciado por (i) prêmio mais baixo de resseguros, de R\$ 492 milhões, devido à venda da nossa operação de grandes riscos em 2014; (ii) pela diminuição de R\$ 192 milhões nas variações das reservas para seguro previdência; e (iii) aumento de R\$ 95 milhões em receita de planos de capitalização. Essas variações foram compensadas parcialmente pela diminuição na receita de operações de seguro e previdência, principalmente em virtude da queda na receita de VGBL, seguro obrigatório para acidentes pessoais causados por veículos automotores (DPVAT) e produtos de grandes riscos.

Em 2013, a receita de operações de seguro, previdência e capitalização antes de despesas com sinistro e comercialização aumentou R\$ 531 milhões em comparação com o ano de 2012. O aumento ocorreu principalmente devido à redução das despesas de alteração nas reservas para seguros e previdência, compensadas parcialmente pela redução na receita de seguros e previdência. O aumento resultou principalmente da redução de R\$ 2.342 milhões nas alterações das reservas para seguros e previdência devido ao impacto da alteração em uma resolução do governo brasileiro (Resolução CMN nº 4.176), que aumentaram a duração das carteiras de renda fixa. Essa alteração, juntamente com o aumento das taxas de juros futuras, aumentou a volatilidade dos títulos de renda fixa e longo prazo do mercado de fundos de pensão. Outro resultado dessas mudanças no mercado de fundos de pensão foi o fato de os clientes terem transferido os fundos para outros investimentos, o que resultou em aumento menor nos ativos de previdência, e, consequentemente, na queda de R\$ 1.421 milhões de receita de seguros, previdência e capitalização, em comparação ao ano anterior.

Em 2014, houve crescimento nas outras receitas, influenciadas principalmente pela reversão de provisões para perdas com títulos. Em 2013, houve redução em outras receitas, influenciadas principalmente pelo efeito da venda da nova participação na Serasa S.A. naquele ano.

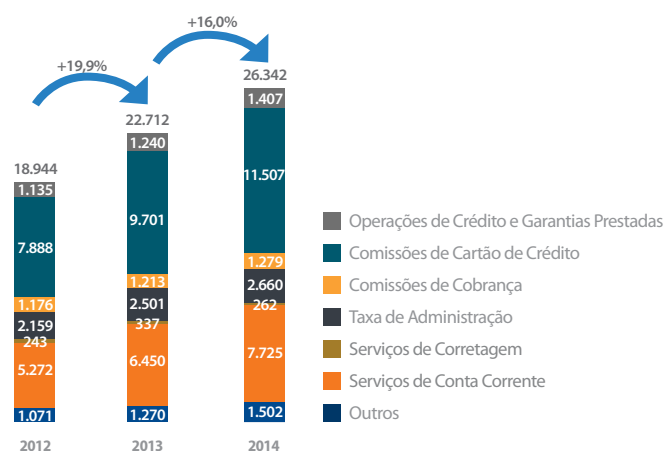
O quadro a seguir apresenta uma comparação entre o total da receita não decorrente de juros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como a relação entre o total da receita não decorrente de juros e do produto bancário nos mesmos períodos:



O quadro a seguir apresenta a receita global de prestação de serviços e seus componentes relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Composição da receita de prestação de serviços

(Em milhões de R\$)



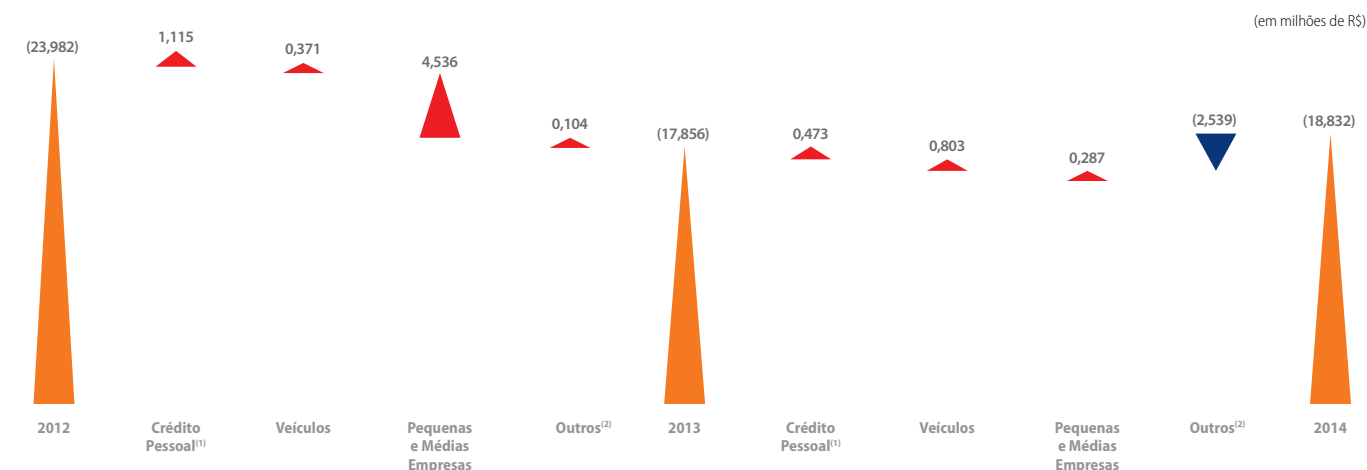
Composição das perdas com créditos e sinistros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

PERDAS DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E SINISTROS	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			VARIAÇÃO (%)		
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012	
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.832)	(17.856)	(23.982)	(976)	5,5	6.126
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.054	5.061	4.663	(7)	(0,1)	398
Despesas com Sinistros	(2.430)	(3.155)	(3.320)	725	(23,0)	165
Recuperação de Sinistros com Resseguros	407	1.080	1.285	(673)	(62,3)	(205)
Perdas com Créditos e Sinistros	(15.801)	(14.870)	(21.354)	(931)	6,3	6.484

Evolução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa

O quadro a seguir apresenta as variações nos componentes que constituem as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, responsáveis principalmente pela variação entre as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.



(1) Inclui Crédito Consignado.

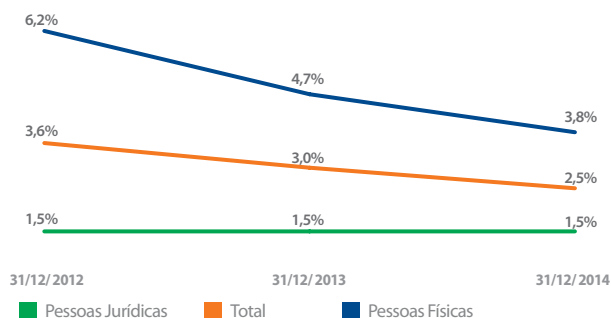
(2) Inclui Cartão de Crédito, Crédito Imobiliário, Grandes Empresas e Unidades Externas América Latina.

Em 2014, as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaram 5,5% em comparação com o ano de 2013, apesar do aumento de 9,9% em nossa carteira de crédito nesse período. É o resultado da aplicação contínua de critérios mais rigorosos para a concessão de financiamentos, que levaram ao aumento da entrada exigida e prazos menores de financiamento, e devido à aquisição da Credicard, que aumentou a nossa carteira de crédito em R\$ 8,2 bilhões em dezembro de 2013.

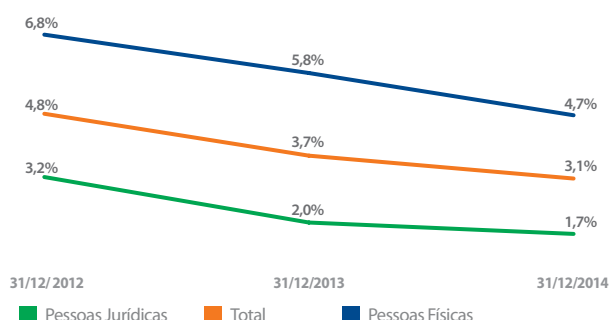
Em 2013, nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa diminuíram 25,5% em comparação com o ano de 2012, principalmente devido às quedas nas taxas de inadimplência nas carteiras de empréstimo para pequenas empresas e pessoas físicas, o que representou uma contribuição de R\$ 5.614 milhões, ou 92%, para a redução total de R\$ 6.126 milhões. Os índices de inadimplência da nossa carteira de financiamento continuam sua tendência de queda e as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa diminuíram 14,0% em 2013.

Os índices de inadimplência apresentados em 31 de dezembro de 2014, a seguir, atingiram seus níveis mais baixos desde a associação entre Itaú e Unibanco em novembro de 2008.

Índice de Inadimplência 15 a 90 dias (%)



Índice de Inadimplência acima de 90 dias (%)



Em 31 de dezembro de 2014, a recuperação de créditos baixados como prejuízo permaneceu relativamente estável em comparação com 31 de dezembro de 2013 e alcançou R\$ 5.054 milhões, uma redução de 0,1%. Em 31 de dezembro de 2013, a recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 8,5% ou R\$ 398 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2012.

As despesas com sinistros tiveram redução de R\$ 725 milhões, decorrente, principalmente, da queda no índice de sinistralidade nos ramos de seguro corporativo e de acidentes pessoais individual e em grupo em 2014 na comparação com o ano de 2013. Em 2013, as despesas com sinistros tiveram redução de R\$ 165 milhões na comparação com o ano de 2012, decorrente, principalmente, da redução no índice de sinistralidade para riscos especificados e todos os riscos, prestamista e extensão de garantia – ativos.

A recuperação de sinistros com resseguro apresentou uma redução de R\$ 673 milhões em 2014, de R\$ 1.080 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 407 milhões em 2014, devido, principalmente, a uma redução na recuperação de sinistros em nosso segmento de produtos de seguro de grandes riscos. Em 2013, a recuperação de sinistros com resseguro caiu R\$ 205 milhões na comparação com o ano 2012, devido, principalmente, a uma redução na recuperação de sinistros em seguro corporativo com resseguro.

(em milhões de R\$, exceto percentuais)

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			VARIÇÃO (%)		
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012	
Despesas de Pessoal	(17.071)	(15.860)	(14.332)	(1.211)	7,6	(1.528)
Despesas Administrativas	(14.325)	(13.257)	(12.665)	(1.068)	8,1	(592)
Depreciação	(1.641)	(1.522)	(1.346)	(119)	7,8	(176)
Amortização	(827)	(808)	(844)	(19)	2,4	36
Despesas de Comercialização de Seguros	(1.214)	(1.147)	(1.253)	(67)	5,8	106
Outras Despesas	(7.472)	(7.320)	(7.640)	(152)	2,1	320
Despesas Gerais e Administrativas	(42.550)	(39.914)	(38.080)	(2.636)	6,6	(1.834)
						4,8

Mantivemos um rígido controle de custos e compensamos parcialmente o potencial aumento dos custos (gerado pelo crescimento das operações, pelo aumento de salários e benefícios definidos nas convenções coletivas e pelo impacto da inflação sobre nossos custos administrativos) com ganhos de eficiência. Entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, o número de colaboradores diminuiu 2,6% para 93.175, principalmente em decorrência do nosso índice de rotatividade. Além disso, houve uma redução de 322 colaboradores devido à venda da nossa operação de seguros de grandes riscos em outubro de 2014. Entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, o número de colaboradores diminuiu 1,3% para 95.696, apesar do ingresso de 1.194 colaboradores da Credicard em dezembro de 2013.

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 2.636 milhões, ou 6,6%, em 2014 em comparação com 2013. Em 2013, essas despesas tiveram um aumento de 4,8% em comparação com 2012.

Em 2014, o aumento de R\$ 1.211 milhões em despesas de pessoal decorreu principalmente das maiores despesas relacionadas com remuneração, encargos, benefícios e participação nos lucros. A convenção

coletiva anual celebrada em outubro de 2014 gerou um aumento na remuneração de 8,5% a partir de setembro de 2014, impactando os resultados de 2014, na comparação com o mesmo período de 2013. Em 2013, o aumento de R\$ 1.528 milhões em despesas de pessoal decorreu principalmente do aumento nas despesas relacionadas com remuneração, encargos, benefícios e participação nos lucros, que contribuiu com R\$ 1.042 milhões no aumento nas despesas de pessoal. O aumento deveu-se principalmente à convenção coletiva anual celebrada em outubro de 2013, que elevou essas despesas em 8,0% em comparação com o acordo celebrado em setembro de 2012, que aumentou a remuneração em 7,5% e os benefícios em 8,5%.

Em 2014, as despesas administrativas aumentaram R\$ 1.068 milhões, ou 8,1%, decorrentes principalmente de aumentos nas despesas com serviços de terceiros, processamento de dados e telecomunicações, aluguel e serviços financeiros e de segurança. O aumento dessas despesas deveu-se ao crescimento orgânico das nossas operações, ao efeito da inflação sobre a maioria dos contratos e aos custos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Em 2013, as despesas administrativas cresceram 4,7%, em decorrência, principalmente, de aumentos nas despesas com

propaganda, promoções e publicações e aluguel, que representaram R\$ 545 milhões no aumento de R\$ 592 milhões em despesas administrativas. O aumento nas despesas com propaganda, promoções e publicações estão relacionadas com a Copa das Confederações da FIFA, o Rock In Rio, o Itaú Bike e o reposicionamento das marcas Rede e Hiper. Apesar do crescimento orgânico das nossas operações e do efeito da inflação sobre a maioria dos contratos e custos, tais como serviços públicos, aluguel e outros, as despesas administrativas subiram apenas 1,4% em 2012 (enquanto a inflação ao consumidor aumentou 5,8%, de acordo com o IPCA), compensadas por reduções nas despesas com instalações, transporte e materiais.

Em 2014, outras despesas tiveram um aumento de R\$ 152 milhões, ou 2,1%, principalmente decorrente do aumento nas despesas de comercialização relacionadas com cartões de crédito, que representaram R\$ 817 milhões, parcialmente compensadas por menores provisões para ações fiscais e previdenciárias, que representaram R\$ 566 milhões em 2014. Em 2013, outras despesas não decorrentes de juros tiveram uma redução de 4,2%, devido principalmente ao fato de a alienação de nosso investimento no Banco BPI S.A. ter aumentado essas despesas em R\$ 302 milhões em 2012. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 26 – Despesas gerais e administrativas e Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos, para maiores detalhes.

Em 2014, as despesas tributárias (ISS, PIS, Cofins e outras despesas tributárias) totalizaram R\$ 5.063 milhões, representando um aumento de R\$ 722 milhões em comparação com 2013, e diminuíram R\$ 156 milhões em 2013 na comparação com o ano de 2012, refletindo o crescimento do nosso produto bancário.

Certos montantes de receitas e despesas são reconhecidos na nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributária. Por outro lado, certos montantes são considerados receitas tributáveis ou despesas dedutíveis de nossa base tributária, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como “diferenças permanentes”. O valor do imposto de renda e da contribuição social total inclui o imposto de renda e a contribuição social correntes e o imposto de renda e a contribuição social diferidos. Os primeiros contemplam uma despesa tributária exigida pela legislação tributária brasileira do período e os segundos, a despesa tributária resultante das diferenças permanentes.

Em 2014, o valor do imposto de renda e da contribuição social foi de R\$ 6.947 milhões, um aumento de R\$ 2.604 milhões comparado com o ano de 2013. Esse aumento decorreu principalmente do crescimento de 38,1% de nossos lucros (resultado antes do imposto de renda e da contribuição social) e do efeito fiscal do hedge de nossos investimentos em ações no exterior, uma vez que as variações cambiais sobre esses investimentos não são tributáveis, mas o hedge de tais investimentos é tributável. Em 2013, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 4.343 milhões, uma redução de R\$ 118 milhões, ou 2,8%, em comparação com 2012.

Base de apresentação das informações por segmento

Nossas informações por segmento são baseadas em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho financeiro dos nossos negócios e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e demais propósitos.

As informações por segmento são preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil (nossas informações por segmento não são preparadas de acordo com o IFRS), mas incluem os seguintes ajustes *pro forma*: (i) o reconhecimento do impacto relacionado com a alocação de capital por meio de um modelo proprietário; (ii) o uso de financiamento e custo de capital, de acordo com preços de mercado, usando alguns critérios gerenciais; (iii) a exclusão de eventos não recorrentes dos nossos resultados; e (iv) a reclassificação dos efeitos fiscais de transações de *hedge* realizadas para nossos investimentos no exterior. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas IFRS, Nota 34 – Informações por segmento, para mais detalhes.

Os custos de capital e de financiamento são alocados em cada segmento, com base nas regras de capital Nível I e de acordo com um modelo proprietário, enquanto o capital e a dívida subordinada, excedentes, são alocados ao segmento Atividades com Mercado + Corporação. Os efeitos fiscais de pagamentos de juros sobre nosso capital próprio foram alocados aos segmentos proporcionalmente ao montante de Capital Nível I de cada segmento. Além disso, o resultado de equivalência patrimonial das empresas não consolidadas, e não associadas aos segmentos, e o resultado das participações minoritárias foram alocados ao segmento Atividades com Mercado e Corporação.

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustado ao risco foram calculados com base em informações gerenciais, conforme apresentado a seguir:

Despesas Não Decorrentes de Juros

Índice de Eficiência =

(Produto Bancário - Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras)

Ajustado ao Risco

Índice de Eficiência =

Despesas Não Decorrentes de Juros + Perdas com Créditos e Sinistros

(Produto Bancário - Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras)

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustado ao risco são indicadores para fins gerenciais, que divulgamos aqui por considerarmos que são métricas importantes para se entender como gerenciamos nossos custos indiretos. Essas medidas são divulgadas ao mercado trimestralmente.

Índices de eficiência baixos indicam um desempenho melhor, considerando que medem a proporção de despesas em relação a receitas. O índice de eficiência ajustado ao risco inclui as parcelas de risco associadas com operações bancárias (resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa e da recuperação de créditos baixados como prejuízo) e operações de seguro e previdência (sinistros).

No primeiro trimestre de 2013, fizemos alterações em nossos critérios para consolidação de resultados gerenciais, com o intuito de reforçar o alinhamento da nossa apresentação de resultados gerenciais com o sistema pelo qual a nossa administração monitora os nossos resultados. Esses ajustes apenas reorganizam algumas receitas e alguns custos nas unidades e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Além disso, em decorrência de mudanças implantadas em nossa estrutura, alteramos os nomes dos nossos segmentos para: (i) Banco Comercial – Varejo; (ii) Banco De Atacado; (iii) Crédito Ao Consumidor – Varejo; e (iv) Atividades com Mercado + Corporação. Os resultados das médias empresas, anteriormente alocadas ao segmento Banco Comercial, passaram a ser reportados no Banco de Atacado.

Apresentamos a seguir um resumo dos resultados de nossos segmentos operacionais. A coluna de ajustes mostra os efeitos das diferenças entre os resultados por segmento (substancialmente alinhados com as políticas contábeis adotadas no Brasil) e aqueles calculados por meio das políticas adotadas nas nossas demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com o IFRS. A análise a seguir deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações contábeis consolidadas, não auditadas, especialmente a Nota 34 referente às informações por segmento, na Seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).

(Em R\$ milhões, exceto porcentagens)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DE 1º DE JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2014	BANCO COMERCIAL – VAREJO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR – VAREJO	BANCO DE ATACADO	ATIVIDADES COM MERCADO E CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário ⁽¹⁾	52.350	17.992	14.814	4.684	89.840	1.817	91.657
Perdas com Créditos e Sinistros	(8.129)	(4.180)	(2.733)	(3)	(15.045)	(756)	(15.801)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	44.221	13.812	12.081	4.681	74.795	1.061	75.856
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(28.638)	(9.000)	(5.654)	(1.147)	(44.439)	(2.609)	(47.048)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	15.583	4.812	6.427	3.534	30.356	(1.548)	28.808
Imposto de renda e Contribuição Social	(5.636)	(1.431)	(2.090)	(269)	(9.426)	2.479	(6.947)
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	-	(305)	-	(6)	(311)	5	(306)
Lucro Líquido	9.947	3.076	4.337	3.259	20.619	936	21.555

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Indicadores de Performance

Índice de Eficiência (%)	52,0	46,5	34,6	25,1	46,6		
Índice de Eficiência ajustado ao risco (%)	68,5	71,4	54,1	25,1	64,3		

Informações do Balanço Patrimonial

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	160.689	103.305	184.195	3.572	451.760	671	452.431
Ativo Total	790.785	108.629	354.212	97.713	1.208.702	(81.499)	1.127.203

(Em R\$ milhões, exceto porcentagens)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DE 1º DE JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2013	BANCO COMERCIAL – VAREJO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR – VAREJO	BANCO DE ATACADO	ATIVIDADES COM MERCADO E CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário ⁽¹⁾	44.567	14.892	15.116	3.901	78.476	911	79.387
Perdas com Créditos e Sinistros	(7.613)	(4.860)	(3.055)	(82)	(15.610)	740	(14.870)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	36.954	10.032	12.061	3.819	62.866	1.651	64.517
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(26.043)	(7.496)	(6.159)	(572)	(40.270)	(3.382)	(43.652)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	10.911	2.536	5.902	3.247	22.596	(1.731)	20.865
Imposto de renda e Contribuição Social	(3.908)	(642)	(1.886)	(187)	(6.623)	2.280	(4.343)
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	-	(124)	-	(13)	(137)	39	(98)
Lucro Líquido	7.003	1.770	4.016	3.047	15.836	588	16.424

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Indicadores de Performance

Índice de Eficiência (%)	55,9	46,5	37,2	18,2	48,5		
Índice de Eficiência ajustado ao risco (%)	74,0	81,7	58,6	20,2	69,5		

Informações do Balanço Patrimonial

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	137.802	88.586	180.886	4.966	412.235	(533)	411.702
Ativo Total	737.341	94.174	322.667	116.625	1.105.721	(78.424)	1.027.297

(Em R\$ milhões, exceto porcentagens)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DE 1º DE JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2012	BANCO COMERCIAL – VAREJO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR – VAREJO	BANCO DE ATACADO	ATIVIDADES COM MERCADO E CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário ⁽¹⁾	51.551	14.211	7.491	5.808	78.978	2.194	81.172
Perdas com Créditos e Sinistros	(15.292)	(5.179)	(795)	251	(21.015)	(339)	(21.354)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	36.259	9.032	6.696	6.059	57.963	1.855	59.818
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(27.030)	(7.476)	(3.301)	(281)	(38.041)	(4.361)	(42.402)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.229	1.556	3.395	5.778	19.922	(2.506)	17.416
Imposto de renda e Contribuição Social	(2.981)	(311)	(1.066)	(968)	(5.326)	1.101	(4.225)
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(589)	(553)	(4)	(557)
Lucro Líquido	6.248	1.245	2.329	4.221	14.043	(1.409)	12.634

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Indicadores de Performance

Índice de Eficiência (%)	50,0	49,3	40,8	7,5	45,6		
Índice de Eficiência ajustado ao risco (%)	81,2	88,3	52,1	3,3	73,6		

Informações do Balanço Patrimonial

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	166.718	85.839	109.435	4.309	366.285	699	366.984
Ativo Total	745.032	90.096	233.430	134.544	1.014.425	(57.271)	957.154

Receitas das operações no Brasil e no exterior

A maior parte dos nossos negócios é conduzida no Brasil, mas não segregamos nossas receitas por mercado geográfico. Nossas receitas de juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil, de prestação de serviços e de operações de seguro, previdência e capitalização estão divididas entre receitas auferidas no Brasil e no exterior. As informações a seguir estão apresentadas de acordo com o IFRS, após as eliminações na consolidação.

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente às nossas receitas das operações no Brasil e no exterior nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(em milhões de R\$)

RECEITAS DAS OPERAÇÕES NO BRASIL E NO EXTERIOR	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO		
	2014	2013	2012
Receitas da Intermediação Financeira⁽¹⁾	129.250	95.002	101.905
Brasil	119.407	86.934	95.063
Exterior	9.843	8.068	6.842
Receita de Prestação de Serviços	26.342	22.712	18.944
Brasil	24.869	21.388	17.918
Exterior	1.473	1.324	1.026
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	3.651	3.417	2.820
Brasil	3.624	3.382	2.792
Exterior	26	35	28

Banco Comercial – Varejo

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado do segmento Banco Comercial – Varejo relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(Em R\$ milhões, exceto percentagens)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			VARIACÃO (%)	
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012
Produto Bancário	52.350	44.567	51.551	17,5	(13,5)
Margem Financeira	28.957	23.719	32.770	22,1	(27,6)
Receita de Prestação de Serviços	14.771	12.585	12.289	17,4	2,4
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. Antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.622	8.263	6.030	4,3	37,0
Outras Receitas	-	-	462	-	(100,0)
Perdas com Créditos e Sinistros	(8.129)	(7.613)	(15.292)	6,8	(50,2)
Despesa de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.292)	(9.155)	(16.577)	1,5	(44,8)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.158	3.561	3.320	(11,3)	7,3
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.995)	(2.019)	(2.035)	(1,2)	(0,8)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	44.221	36.954	36.259	19,7	1,9
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(28.638)	(26.043)	(27.030)	10,0	(3,7)
Despesas Não Decorrentes de Juros	(25.739)	(23.522)	(24.539)	9,4	(4,1)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.899)	(2.521)	(2.704)	15,0	(6,8)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	108	-	(100,0)
Outros Resultados	-	-	105	-	(100,0)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	15.583	10.911	9.229	42,8	18,2
Imposto de renda e Contribuição Social	(5.636)	(3.908)	(2.981)	44,2	31,1
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	9.947	7.003	6.248	42,0	12,1
Índice de Eficiência (%)	52,0	55,9	50,0		
Índice de Eficiência ajustado ao risco (%)	68,5	74,0	81,2		

No primeiro trimestre de 2013, reclassificamos algumas médias empresas, anteriormente alocadas ao segmento Banco Comercial para o segmento Banco de Atacado. Um ano depois, no primeiro trimestre de 2014, reclassificamos algumas médias empresas, anteriormente alocadas ao segmento Banco de Atacado, para o segmento Banco Comercial.

O lucro líquido do segmento Banco Comercial – Varejo aumentou 42,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013, devido, principalmente, ao impacto positivo do

(em milhões de R\$)

RECEITAS NO EXTERIOR POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO		
	2014	2013	2012
Banco Comercial	4.993	4.222	3.806
Argentina	692	606	425
Chile	852	883	629
Uruguai	535	406	227
Outras companhias no exterior ⁽²⁾	2.914	2.328	2.525
Banco de Atacado	1.414	1.331	832
Outras companhias no exterior ⁽¹⁾	1.414	1.331	832
Crédito ao Consumo	181	163	127
Argentina	43	34	22
Chile	33	30	24
Uruguai	105	99	81
Ajustes do IFRS	4.754	3.710	3.132

- (1) Inclui Receita de juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (perda) líquido de títulos e valores mobiliários e derivativos, Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.
- (2) Itaú Unibanco S.A. – Agências Grand Cayman, New York, Tokyo e Nassau Branch, ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. – Grand Cayman Branch, Banco Itaú Argentina S.A., Itaú Asset Management S.A., Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión, Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.C.I., Itaú Chile Holdings Inc., BICSA Holdings LTD., Banco Itaú Chile S.A., Itaú Chile Inversiones, IPI – Itaú Portugal Investimentos, SGPS Lda. (49%), Itaú Europa – Investimentos, SGPS, Lda., Itaú Portugal – SGPS S.A., Itaú BBA International (Cayman) Ltd., Itaú Europa Luxemburgo S.A (nova denominação social de Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.), Itaú Bank Ltd., ITB Holding Ltd., Jasper International Investment LLC, Itaú Bank & Trust Cayman Ltd., Uni-Investments Inter. Corp., Rosefield Finance Ltd. (50%), Itaú Cayman Directors Ltd., UBT Finance S.A., Itaú Cayman Nominees Ltd., BIE Cayman Ltd; Afincos Americas Madeira, SGPS Soc. Unipessoal Ltda, IPI – Itaú Portugal Investimentos, SGPS Lda. (51%), Banco Del Paraná S.A., Topaz Holding Ltd., Itaú USA Inc., Itaú BBA USA Securities Inc., Itaú International Investment LLC.
- (3) Atividades com mercados e Corporação não possuem operações fora do Brasil nos anos findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

aumento de 22,1% na margem financeira e de um aumento de 17,4% na receita de prestação de serviços, resultante do aumento nas receitas de serviços de conta-corrente, cartão de crédito, consórcios e serviços de recebimento. Esses impactos foram influenciados principalmente pela migração das médias empresas vindas do segmento Banco de Atacado. Além disso, as perdas com créditos e sinistros apresentaram aumento de R\$ 516 milhões, ou 6,8%, em relação a 2013 apesar do crescimento de 16,6% no saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil, devido principalmente à mudança no perfil de crédito de nossa carteira.

Por outro lado, com um impacto negativo sobre o lucro líquido, as despesas não decorrentes de juros aumentaram 9,4%, também como consequência da reclassificação mencionada acima, juntamente com um volume maior de transações (como resultado do crescimento de nossas operações bancárias), e de um aumento nas despesas de pessoal, que foram afetadas pelas convenções coletivas anuais celebradas em 2013 e 2014.

Em 2013, o lucro líquido do segmento Banco Comercial – Varejo aumentou 12,1%, em comparação com 2012, devido, principalmente, ao impacto positivo no lucro líquido da redução de 50,2% em perdas com créditos e sinistros. Essa redução foi influenciada principalmente pela mudança no perfil de crédito de nossa carteira.

Crédito ao consumidor – Varejo

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado do segmento Crédito ao Consumidor – Varejo relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(Em R\$ milhões, exceto porcentagens)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			VARIAÇÃO (%)	
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012
Produto Bancário	17.992	14.892	14.211	20,8	4,8
Margem Financeira	11.159	9.230	8.310	20,9	11,1
Receita de Prestação de Serviços	6.832	5.662	5.890	20,7	(3,9)
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. Antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1	-	(7)	-	(100,0)
Outras Receitas	-	-	18	-	(100,0)
Perdas com Créditos e Sinistros	(4.180)	(4.860)	(5.179)	(14,0)	(6,2)
Despesa de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.708)	(5.996)	(6.111)	(4,8)	(1,9)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.528	1.136	932	34,5	21,9
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	-	-	-	-	-
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	13.812	10.032	9.032	37,7	11,1
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(9.000)	(7.496)	(7.476)	20,1	0,3
Despesas Não Decorrentes de Juros	(7.823)	(6.428)	(6.551)	21,7	(1,9)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.177)	(1.068)	(968)	10,2	10,3
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	58	-	(100,0)
Outros Resultados	-	-	(15)	-	(100,0)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.812	2.536	1.556	89,7	63,0
Imposto de renda e Contribuição Social	(1.431)	(642)	(311)	122,9	106,4
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	(305)	(124)	-	146,0	-
Lucro Líquido	3.076	1.770	1.245	73,8	42,2
Índice de Eficiência (%)	46,5	46,5	49,3		
Índice de Eficiência ajustado ao risco (%)	71,4	81,7	88,3		

Em 2014, o lucro líquido do segmento Crédito ao Consumidor – Varejo aumentou 73,8% em relação a 2013, devido, principalmente, ao aumento de 20,8% no produto bancário e à redução de 14,0% em perdas com créditos e sinistros.

O aumento de 20,8% do produto bancário é resultado do crescimento de 20,9% na margem financeira e de 20,7% na receita de prestação de serviços. O aumento da margem financeira deveu-se principalmente aos resultados do Itaú BMG Consignado e à aquisição da Credicard, ocorrida em dezembro de 2013. A redução em perdas com créditos e sinistros deveu-se principalmente ao aumento de 34,5% na recuperação de créditos baixados como prejuízo, resultante das mudanças em nossa estratégia de recuperação.

As despesas não decorrentes de juros aumentaram 21,7% em 2014, em comparação com 2013, devido principalmente ao volume maior de operações resultante do crescimento de nossas operações bancárias, especialmente por intermédio do Itaú BMG Consignado.

Em 2013, o lucro líquido do segmento Crédito ao Consumidor – Varejo aumentou 42,2% em relação a 2012, devido principalmente ao aumento de 4,8% no produto bancário e à redução de 6,2% em perdas com créditos e sinistros. Em 2013, adotamos uma abordagem mais conservadora em nosso apetite de crédito em relação à carteira de veículos, aplicando exigências mais rigorosas de concessão de financiamentos, as quais levaram ao aumento do percentual de entrada exigido e a menores prazos de financiamento. Essa estratégia reduziu nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, de R\$ 6.111 milhões em 2012 para R\$ 5.996 milhões em 2013, um aumento de 1,9% no acumulado do ano. O aumento na margem financeira deveu-se principalmente aos resultados do Itaú BMG Consignado e à mudança nos critérios de consolidação de nossas subsidiárias FIC e Luizacred, que foram consolidadas proporcionalmente com base em nossa participação de 50% em 2012, e que em 2013 passaram a ser consolidadas integralmente.

Banco de Atacado

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado do segmento Banco de Atacado relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(Em R\$ milhões, exceto porcentagens)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			VARIÇÃO (%)	
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012
Produto Bancário	14.814	15.116	7.491	(2,0)	101,8
Margem Financeira	10.678	11.117	5.334	(3,9)	108,4
Receita de Prestação de Serviços	3.950	3.688	2.261	7,1	63,1
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. Antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	186	311	38	(40,2)	718,4
Outras Receitas	-	-	(142)	-	(100,0)
Perdas com Créditos e Sinistros	(2.733)	(3.055)	(795)	(10,5)	284,3
Despesa de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.068)	(3.347)	(871)	(8,3)	284,3
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	363	348	76	4,3	357,9
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(28)	(56)	-	(50,0)	-
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	12.081	12.061	6.696	0,2	80,1
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(5.654)	(6.159)	(3.301)	(8,2)	86,6
Despesas Não Decorrentes de Juros	(4.838)	(5.296)	(2.891)	(8,6)	83,2
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(816)	(863)	(410)	(5,4)	110,5
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	5	-	(100,0)
Outros Resultados	-	-	(5)	-	(100,0)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.427	5.902	3.395	8,9	73,8
Imposto de renda e Contribuição Social	(2.090)	(1.886)	(1.066)	10,8	76,9
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	4.337	4.016	2.329	8,0	72,4
Índice de Eficiência (%)	34,6	37,2	40,8		
Índice de Eficiência ajustado ao risco (%)	54,1	58,6	52,1		

No primeiro trimestre de 2013, reclassificamos algumas médias empresas, anteriormente alocadas ao segmento Banco Comercial para o segmento Banco de Atacado. Um ano depois, no primeiro trimestre de 2014, reclassificamos algumas médias empresas, anteriormente alocadas ao segmento Banco de Atacado, para o segmento Banco Comercial.

Em 2014, o lucro líquido do nosso segmento Banco de Atacado aumentou 8,0% em relação ao ano anterior, a despeito da migração de médias empresas para o segmento Banco Comercial, decorrente principalmente das menores despesas não decorrentes de juros, que diminuíram 8,6% em relação a 2013, e às menores perdas com crédito e sinistros, que diminuíram 8,3% em relação ao exercício anterior. As receitas de prestação de serviços aumentaram 7,1% em relação a 2013 devido às maiores receitas das operações de fusões e aquisições e de renda fixa.

A redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa deveu-se principalmente à migração de médias empresas para o segmento de Banco Comercial – Varejo e ao crescimento de nossa carteira de crédito para grandes e médias empresas. A margem de juros diminuiu 3,9% em 2014, em comparação a 2013, também devido principalmente à migração acima mencionada.

Em 2013, o lucro líquido de nosso segmento de Banco de Atacado cresceu 72,4% em relação ao ano anterior. Nosso produto bancário aumentou 101,8%, resultante dos aumentos na margem financeira e nas receitas de prestação de serviços de 108,4% e 63,1%, respectivamente, em relação a 2012. Além do efeito do resultado de médias empresas, o aumento da carteira de crédito para grandes empresas e dos honorários de banco de investimento, a gestão de caixa e os serviços de pagamento (com REDE) foram responsáveis pelo crescimento significativo do produto bancário.

As perdas com créditos e sinistros aumentaram 284,3%, devido à migração das médias empresas do segmento Banco Comercial – Varejo. Nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa com médias empresas totalizaram R\$ 2.454 milhões em 2013, com redução de 15,5% em relação a 2012. Também com um impacto negativo no lucro líquido, as despesas não decorrentes de juros aumentaram 83,2%, em decorrência do aumento das despesas com Tecnologia da Informação, telecomunicação e cobrança de dívidas.

Atividades com Mercado + Corporação

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado do segmento Atividades com Mercado + Corporação relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(Em R\$ milhões, exceto porcentagens)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO			VARIACÃO (%)	
	2014	2013	2012	2014 – 2013	2013 – 2012
Produto Bancário	4.684	3.901	5.808	20,1	(32,8)
Margem Financeira	4.361	3.571	5.555	22,1	(35,7)
Receita de Prestação de Serviços	224	213	249	5,2	(14,5)
Resultado de Operações de Seg. Prev. e Cap. Antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	99	117	4	(15,4)	2.825,0
Outras Receitas	-	-	-	-	-
Perdas com Créditos e Sinistros	(3)	(82)	251	(96,3)	(132,7)
Despesa de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3)	(82)	(85)	(96,3)	(3,5)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	-	-	336	-	(100,0)
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	-	-	-	-	-
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	4.681	3.819	6.059	22,6	(37,0)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.147)	(572)	(281)	100,5	103,6
Despesas Não Decorrentes de Juros	(1.183)	(741)	(449)	59,6	65,0
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	36	169	(148)	(78,7)	(214,2)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	316	-	(100,0)
Outros Resultados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.534	3.247	5.778	8,8	(43,8)
Imposto de renda e Contribuição Social	(269)	(187)	(968)	43,9	(80,7)
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	(6)	(13)	(589)	(53,8)	(97,8)
Lucro Líquido	3.259	3.047	4.221	7,0	(27,8)
Índice de Eficiência (%)	25,1	18,2	7,5		
Índice de Eficiência ajustado ao risco (%)	25,2	20,2	3,3		

O segmento Atividades com Mercado + Corporação inclui o resultado do investimento de nosso capital excedente, os custos de nossa dívida subordinada excedente e o saldo líquido dos ativos e passivos fiscais. Inclui, também, a margem financeira sobre transações no mercado, os custos das operações de tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias que não são ligadas a qualquer segmento, bem como os ajustes referentes à participação minoritária e à nossa participação na Porto Seguro S.A.

Em 2014, o lucro líquido do segmento Atividades com Mercado + Corporação aumentou 7,0% em relação ao ano anterior. Com efeitos positivos em nosso lucro líquido, a margem financeira aumentou R\$ 790 milhões, ou 22,1% (devido principalmente aos melhores resultados de nossas operações de tesouraria realizadas para fins de gerenciamento de ativos e passivos e gerenciamento da carteira proprietária) e as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentaram redução de R\$ 79 milhões em comparação com 2013. Em 2014, as despesas não decorrentes de juros aumentaram 59,6% em relação a 2013, devido principalmente aos custos pré-operacionais de nosso novo Centro Tecnológico em Mogi Mirim.

Em 2013, o lucro líquido do segmento Atividades com Mercado + Corporação diminuiu 27,8%, resultante da redução da margem financeira de 35,7% e do aumento das despesas não decorrentes de juros de 65,0% em relação ao ano anterior. As perdas com créditos e sinistros diminuíram de R\$ 251 milhões em 2012 para um prejuízo de R\$ 82 milhões em 2013. Essas mudanças deveram-se a diferenças na alocação de receitas e despesas para outros segmentos operacionais.

Variações nos fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das variações nos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

(em milhões de R\$)

FLUXOS DE CAIXA	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO		
	2014	2013	2012
Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado) nas Atividades Operacionais	89.726	32.530	48.633
Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado) nas Atividades de Investimento	2.676	(14.500)	(37.582)
Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(21.688)	(10.606)	(4.913)
Aumento/ (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	70.714	7.425	6.139

Atividades operacionais

Em 2014, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais foram resultantes de uma redução nos ativos financeiros para negociação e de um aumento nas captações no mercado aberto, parcialmente compensados por aumentos nas operações de crédito. Em 2013, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais resultaram principalmente de um aumento nos recursos de mercados interbancários, compensados por nossas operações de crédito. Em 2012, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais resultaram principalmente de um aumento nas captações no mercado aberto e de uma redução nos depósitos compulsórios no Banco Central. Esse resultado foi parcialmente compensado por aumentos nas aplicações no mercado aberto, operações de crédito e ativos financeiros para negociação e outros ativos.

Atividades de investimento

Em 2014, a alienação da nossa operação de seguros de grandes riscos e a venda de ativos disponíveis para venda foram a principal causa das entradas de caixa decorrentes de atividades de investimento, compensadas por recursos recebidos com a venda de ativos disponíveis para venda. Em 2013 e 2012, o aumento na compra de ativos disponíveis para venda foi a principal causa das saídas de caixa decorrentes de atividades de investimento, compensado por recursos recebidos com a venda de ativos disponíveis para venda.

Atividades de financiamento

Em 2014 e 2013, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento decorreram, principalmente, do aumento nos resgates da nossa dívida subordinada em mercados institucionais e de dividendos e juros pagos sobre o capital próprio. Em 2012, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento decorreram, principalmente, da redução nos resgates da nossa dívida subordinada em mercados institucionais e da aquisição da participação minoritária remanescente na *Redecard*, parcialmente compensadas pelo aumento na captação de recursos dos mercados institucionais.

Liquidez e recursos de capital

Nosso Conselho de Administração determina nossa política com respeito à gestão de risco de liquidez e estabelece amplos limites quantitativos para uma gestão alinhada com nosso apetite de risco. A Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez (CSTIL), composta por membros da alta administração, é responsável pela gestão estratégica de risco de liquidez, alinhada com a estrutura de gestão de risco aprovada pelo conselho e o nosso apetite de risco. Para estabelecer nossas diretrizes, a CSTIL considera as implicações de liquidez de cada segmento de mercado e produto. A unidade de tesouraria institucional do Itaú Unibanco Holding é responsável pelo gerenciamento diário do perfil de liquidez do grupo, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo conselho e pela CSTIL, incluindo a responsabilidade de supervisão em relação a todas as unidades de negócio por meio das quais operamos no exterior.

Mantemos *pools* de liquidez separados nas nossas operações no Brasil e em cada uma das nossas subsidiárias na América Latina e na Europa. Nossas operações no Brasil incluem instituições financeiras brasileiras e as entidades utilizadas pelas operações brasileiras para captação

de recursos e prestação de serviços aos clientes no exterior. Todas as subsidiárias na América Latina (por exemplo, Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia e Paraguai) e na Europa possuem as suas próprias tesourarias, com a devida autonomia para administrar a liquidez de acordo com as necessidades e os regulamentos locais, respeitando, simultaneamente, os limites de liquidez estabelecidos pela alta administração do Itaú Unibanco Holding. Em geral, raramente há transferências de liquidez entre as subsidiárias, ou entre a matriz e as subsidiárias, exceto em circunstâncias específicas (como, por exemplo, aumentos de capital direcionados). O Reino Unido e a Colômbia são os únicos países em que operamos onde os órgãos reguladores estabeleceram níveis mínimos de liquidez locais. Como resultado da ação dos novos indicadores de liquidez de Basileia III por todos os países do G-20 a partir de 2015, a expectativa é que os níveis mínimos de liquidez sejam aplicados tanto para o Brasil quanto para a Argentina.

A regulamentação do CMN também estabelece a conservação de capital e as reservas anticíclicas para instituições financeiras brasileiras e determina as respectivas porcentagens mínimas, as sanções e as limitações aplicáveis em caso de não cumprimento desses requisitos adicionais.

Definimos a nossa reserva de liquidez operacional do grupo consolidado como o valor total dos ativos que podem ser rapidamente convertidos em dinheiro, com base em práticas de mercado e limites legais. No Brasil, a reserva de liquidez operacional inclui disponibilidades de caixa e títulos públicos brasileiros livres, sejam carteira própria ou aplicações no mercado aberto – posição bancada.

A tabela a seguir apresenta nossa reserva de liquidez operacional em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

RESERVA OPERACIONAL	EM 31 DE DEZEMBRO			2014 SALDO
	2014	2013	2012	MÉDIO ⁽¹⁾
Disponibilidades	17.527	16.576	13.967	17.475
Posição bancada de operações compromissadas	74.275	23.979	22.896	35.832
Títulos públicos – Carteira Própria	45.587	50.573	83.980	57.061
Reserva operacional	137.389	91.128	120.843	110.367

(1) Saldo médio calculado baseado nos saldos trimestrais das Demonstrações Contábeis.

A administração controla nossas reservas de liquidez, mediante a projeção dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando os perfis de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez (CSTIL). Esses limites buscam assegurar que o Grupo Itaú Unibanco sempre tenha liquidez disponível suficiente para cobrir casos de imprevistos no mercado. Esses limites são revisados periodicamente, com base nas projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (cenários de estresse).

A administração da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir com as exigências operacionais, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez adequada para cumprir nossas obrigações atuais e futuras e aproveitar as possíveis oportunidades de negócios.

Estamos expostos aos efeitos das turbulências e da volatilidade nos mercados financeiros globais e na economia dos países nos quais temos negócios, especialmente no Brasil. Entretanto, devido às nossas fontes estáveis de captação de recursos, que incluem uma ampla base de depósitos e um grande número de bancos correspondentes com os quais temos relações duradouras, bem como linhas disponíveis que nos possibilitam ter acesso a mais recursos quando necessário, não tivemos historicamente problemas de liquidez, mesmo em períodos de perturbações nos mercados financeiros internacionais.

A tabela a seguir apresenta nossa média de depósitos e empréstimos nos anos findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(em milhões de R\$. exceto porcentagens)

DEPÓSITOS E EMPRÉSTIMOS MÉDIOS	ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO,					
	2014		2013		2012	
	SALDO MÉDIO	% DO TOTAL	SALDO MÉDIO	% DO TOTAL	SALDO MÉDIO	% DO TOTAL
Passivos remunerados	793.069	82,4	738.535	83,4	649.026	83,4
Depósitos remunerados	233.999	24,3	209.347	23,6	206.652	26,5
Depósitos de poupança	111.473	11,6	92.964	10,5	73.404	9,4
Depósitos interfinanceiros	6.131	0,6	7.446	0,8	8.661	1,1
Depósitos a prazo	116.395	12,1	108.937	12,3	124.587	16,0
Captações no mercado aberto	266.527	27,7	256.025	28,9	204.358	26,3
Captações no mercado aberto e Recursos de mercados institucionais	183.981	19,1	174.834	19,7	154.852	19,9
Recursos de mercados interbancários	113.522	11,8	104.002	11,7	94.555	12,1
Recursos de mercados institucionais	70.459	7,3	70.832	8,0	60.297	7,7
Provisão de seguros e previdência e Passivos de planos de capitalização	107.880	11,2	97.818	11,0	82.820	10,6
Outros passivos remunerados	682	0,1	511	0,1	344	0,0
Passivos não remunerados	169.247	17,6	147.338	16,6	129.413	16,6
Depósitos não remunerados	43.840	4,6	36.726	4,1	30.324	3,9
Derivativos	13.107	1,4	10.355	1,2	8.251	1,1
Outros passivos não remunerados	112.300	11,7	100.257	11,3	90.838	11,7
Total	962.316	100,0	885.873	100,0	778.439	100,0

Nossas principais fontes de recursos são depósitos remunerados, captações no mercado aberto, repasses de instituições financeiras governamentais, linhas de crédito junto a bancos estrangeiros e emissão de títulos e valores mobiliários no exterior. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas, Nota 17 – Depósitos, para mais detalhes sobre captações.

Parte da nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto, quando da ocorrência de determinados eventos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2014, nenhum desses eventos, incluindo eventos de inadimplência ou descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido, e não temos motivos para acreditar que seja provável que qualquer deles virá a ocorrer em 2015.

Segundo a legislação brasileira, os dividendos em espécie somente podem ser pagos se a subsidiária que distribui tais dividendos tiver contabilizado lucro nas demonstrações contábeis. Além disso, as subsidiárias consideradas instituições financeiras estão proibidas de realizar empréstimos ao Itaú Unibanco Holding, mas podem realizar depósitos no Itaú Unibanco Holding, os quais representam Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). Essas restrições não tiveram, e não se espera que tenham, um impacto relevante em nossa capacidade de atender nossas obrigações de caixa.

Sazonalidade

Em geral, nossos negócios de banco de varejo e de cartão de crédito apresentam certa sazonalidade, com níveis mais altos de transações de cartão de crédito e varejo durante a época de Natal e a posterior redução desses níveis no início do ano. Também temos certa sazonalidade nas nossas taxas de serviços bancários relacionados aos serviços de cobrança do início do ano, que é quando os impostos e outras contribuições fiscais são geralmente pagos.

Informações sobre tendências

Esperamos que vários fatores afetem nossos futuros resultados das operações, liquidez e recursos de capital, inclusive:

- ambiente econômico brasileiro (consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, para mais detalhes);
- desdobramentos legais e regulatórios (consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos legais e regulatórios, para mais detalhes);
- os efeitos de qualquer turbulência financeira internacional contínua, inclusive sobre a liquidez e o capital exigidos (consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto global e seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, para mais detalhes);
- os efeitos da inflação sobre o resultado das nossas operações (consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, Inflação e flutuações sobre taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre nós, para mais detalhes);
- os efeitos das oscilações sobre o valor do real, taxas de câmbio e taxas de juros sobre nossa receita líquida de juros (consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados, Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, para mais detalhes); e
- quaisquer aquisições que venhamos a fazer no futuro (consulte a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco. A integração de negócios adquiridos ou associados envolve certos riscos que podem ter um efeito adverso relevante sobre nós).

Como parte da nossa estratégia, continuamos a rever as oportunidades de crescimento, tanto no Brasil quanto no exterior. Além disso, deve-se consultar a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, para comentários sobre os riscos enfrentados em nossas operações e que poderiam afetar nosso negócio, os resultados das operações ou a situação financeira.

Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS)

As demonstrações contábeis a seguir, juntamente com o parecer dos auditores independentes, são parte deste relatório anual:

<u>Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas.</u>	F-1
<u>Relatório do Auditor Independente registrado no PCAOB.</u>	F-2
<u>Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2014 e 2013.</u>	F-3
<u>Demonstração Consolidada do Resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.</u>	F-4
<u>Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.</u>	F-5
<u>Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.</u>	F-6
<u>Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.</u>	F-8
<u>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas.</u>	F-10

Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas divulgadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRSs*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo esses controles, que foram concebidos para serem efetivos, podem ser incapazes de prevenir ou detectar erros. Ademais, as projeções de qualquer avaliação de efetividade de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa decair.

A nossa administração avaliou a efetividade de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas de 31 de Dezembro de 2014. Nessa avaliação, adotou os critérios estabelecidos pela Estrutura Integrada de Controle Interno (2013) do Comitê das Organizações Patrocinadoras (COSO – *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission*). Com base nessa avaliação e critérios, a nossa administração concluiu que os nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas de 31 de Dezembro de 2014 são efetivos.

Em concordância com os requisitos de avaliação da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana 13a-15(d), a nossa administração concluiu que as mudanças ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não afetaram de maneira relevante e nem têm probabilidade razoável de afetar significativamente esses controles e nos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas.

A efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2014 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, firma de auditoria independente da companhia, cujo parecer consta no seu relatório incluído em anexo.

/a/ Roberto Egydio Setubal
Nome: Roberto Egydio Setubal
Cargo: Chief Executive Officer

/a/ Eduardo Mazzilli de Vassimon
Nome: Eduardo Mazzilli de Vassimon
Cargo: Chief Financial Officer

Um original assinado deste relatório foi fornecido ao registrante e será retido e fornecido por ele à Comissão de Valores Mobiliários ou sua equipe mediante solicitação.

Data: 02 de abril de 2015

Relatório do auditor independente registrado no PCAOB

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Em nossa opinião, os balanços patrimoniais consolidados e as respectivas demonstrações contábeis consolidadas do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Itaú Unibanco Holding") em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e os resultados das suas operações e seus fluxos de caixa de cada um dos três exercícios do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Também em nossa opinião, o Itaú Unibanco Holding manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2014, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework* 2013 (Controles Internos – Um Modelo Integrado 2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). A Administração do Itaú Unibanco Holding é responsável por essas demonstrações contábeis consolidadas, pela manutenção de controles internos efetivos relacionados a essas demonstrações contábeis consolidadas e pela avaliação sobre a efetividade desses controles internos conforme descrito no "Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas". Nossa responsabilidade é a de emitir uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e sobre os controles internos do Itaú Unibanco Holding relacionados às demonstrações contábeis consolidadas com base em nossos exames de auditoria integrada. Nossos exames de auditoria integrada foram conduzidos de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (*Public Company Accounting Oversight Board* – PCAOB) e as normas internacionais de auditoria (ISA). Estas normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de se obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de erros materiais e de que os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas foram efetivos em todos os seus aspectos relevantes. Um exame de demonstrações contábeis consolidadas compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas, a avaliação das práticas e estimativas contábeis relevantes adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. Um exame de controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas compreende a obtenção do entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas, a avaliação do risco sobre a existência de deficiência material nos controles internos, e o teste e a avaliação do desenho e da operação efetiva dos controles internos baseado em nossa avaliação de risco. Nossos exames incluíram também a realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossos exames proporcionam uma base razoável para a emissão de nossas opiniões.

Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são um processo desenvolvido para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e financeiras e à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, refletem adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de adequação ("compliance") com as políticas e procedimentos possa se deteriorar.

/s/ PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

São Paulo, Brasil
Data: 02 de abril de 2015

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Balanço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/14	31/12/13
Disponibilidades	4	17.527	16.576
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	63.106	77.010
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	23.081	25.660
Aplicações no Mercado Aberto	6	208.918	138.455
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	132.944	148.860
Dados em Garantia		37.366	25.743
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		95.578	123.117
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	733	371
Derivativos	8 e 9	14.156	11.366
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	78.360	96.626
Dados em Garantia		22.250	18.851
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		56.110	77.775
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	34.434	10.116
Dados em Garantia		6.102	5.095
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		28.332	5.021
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro. Líquida	12	430.039	389.467
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		452.431	411.702
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(22.392)	(22.235)
Outros Ativos Financeiros	20a	53.649	47.592
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	4.090	3.931
Ágio	3a e d	1.961	1.905
Imobilizado, Líquido	15	8.711	6.564
Ativos Intangíveis, Líquido	16	6.134	5.797
Ativos Fiscais		35.243	34.742
Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes		3.329	1.955
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	27b	31.129	31.886
Outros		785	901
Bens Destinados à Venda	36	196	117
Outros Ativos	20a	13.921	12.142
Total do Ativo		1.127.203	1.027.297

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/14	31/12/13
Depósitos	17	294.773	274.383
Captações no Mercado Aberto	19a	288.683	266.682
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	520	371
Derivativos	8 e 9	17.350	11.405
Recursos de Mercados Interbancários	19a	122.586	111.376
Recursos de Mercados Institucionais	19b	73.242	72.055
Outros Passivos Financeiros	20b	71.492	61.274
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	109.778	99.023
Passivos de Planos de Capitalização		3.010	3.032
Provisões	32	17.027	18.862
Obrigações Fiscais		4.465	3.794
Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes		2.835	1.655
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidas	27b II	201	328
Outras		1.429	1.811
Outros Passivos	20b	23.660	20.848
Total do Passivo		1.026.586	943.105
Capital Social	21a	75.000	60.000
Ações em Tesouraria	21a	(1.328)	(1.854)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.508	984
Reservas Integralizadas	21d	8.210	13.468
Reservas a Integralizar		16.301	12.138
Resultado Abrangente Acumulado		(431)	(1.513)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		99.260	83.223
Participações de Acionistas não Controladores		1.357	969
Total do Patrimônio Líquido		100.617	84.192
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.127.203	1.027.297

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado

Períodos Findos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	NOTA	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Produto Bancário		91.657	79.387	81.172
Receita de Juros e Rendimentos	23a	120.115	94.127	96.364
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(72.977)	(46.361)	(48.067)
Receita de Dividendos		215	205	323
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	(724)	(5.924)	1.463
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		9.644	6.594	3.755
Receita de Prestação de Serviços	24	26.342	22.712	18.944
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		6.888	6.639	6.108
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	22.797	23.327	24.748
Resseguros de Prêmios	30b III	(1.031)	(1.523)	(1.166)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(15.436)	(15.628)	(17.970)
Receita de Operações de Capitalização		558	463	496
Outras Receitas	25	2.154	1.395	2.282
Perdas com Créditos e Sinistros		(15.801)	(14.870)	(21.354)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(18.832)	(17.856)	(23.982)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		5.054	5.061	4.663
Despesas com Sinistros		(2.430)	(3.155)	(3.320)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		407	1.080	1.285
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		75.856	64.517	59.818
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(47.048)	(43.652)	(42.402)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(42.550)	(39.914)	(38.080)
Despesas Tributárias		(5.063)	(4.341)	(4.497)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	565	603	175
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	28.808	20.865	17.416
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(7.209)	(7.503)	(7.716)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		262	3.160	3.491
Lucro Líquido		21.861	16.522	13.191
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	21.555	16.424	12.634
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores		306	98	557
Lucro por Ação – Básico	28			
Ordinárias		3,94	3,01	2,31
Preferenciais		3,94	3,01	2,31
Lucro por Ação – Diluído	28			
Ordinárias		3,92	3,00	2,30
Preferenciais		3,92	3,00	2,30
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação – Básica	28			
Ordinárias		2.770.034.003	2.770.034.003	2.770.034.003
Preferenciais		2.699.460.382	2.692.213.780	2.696.697.363
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação – Diluída	28			
Ordinárias		2.770.034.003	2.770.034.003	2.770.034.003
Preferenciais		2.724.080.698	2.713.733.080	2.715.295.033

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	NOTA	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Lucro Líquido		21.861	16.522	13.191
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		583	(3.187)	1.231
Variação de Valor Justo		20	(6.166)	2.760
Efeito Fiscal		14	2.476	(1.106)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	23c	915	839	(705)
Efeito Fiscal		(366)	(336)	282
<i>Hedge</i>		(143)	(317)	(465)
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	9	336	312	(7)
Variação de Valor Justo		644	541	(14)
Efeito Fiscal		(308)	(229)	7
<i>Hedge</i> de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(479)	(629)	(458)
Variação de Valor Justo		(830)	(1.049)	(764)
Efeito Fiscal		351	420	306
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego ^(*)		202	(379)	-
Remensurações	29	332	(633)	-
Efeito Fiscal		(130)	254	-
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		440	635	530
Variação Cambial		347	330	(301)
Efeito Fiscal		93	75	119
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda – (Alienação do Banco BPI S.A.)	26	-	-	413
Variação de Valor Justo		-	-	626
Efeito Fiscal		-	-	(213)
Total do Resultado Abrangente		22.943	13.274	14.900
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		306	98	557
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		22.637	13.176	14.343

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ATRIBUÍDO À PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES												
CAPITAL SOCIAL	AÇÕES EM TESOURARIA	CAPITAL ADICIONAL INTEGRALIZADO	RESERVAS INTEGRALIZADAS	RESERVAS A INTEGRALIZAR	LUCROS ACUMULADOS	DISPONÍVEIS PARA VENDA ⁽¹⁾	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			GANHOS E PERDAS – HEDGE ⁽²⁾	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO – ACIONISTAS CONTROLADORES	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO – ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES
							REMENSURAÇÕES EM OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	AJUSTES DE CONVERSÃO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				
45.000	(1.663)	738	24.279	5.561	-	360	-	118	(452)	73.941	1.395	75.336
Transações com os Acionistas												
Ações em Tesouraria – Outorga de Opções de Ações	-	140	(119)	-	(5.177)	-	-	-	-	(5.006)	(519)	(5.525)
Outorga de Opções de Ações – Opções Exercidas	-	140	-	-	-	-	-	-	-	290	-	290
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	262	-	-	-	-	-	-	-	209	-	209
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(122)	-	-	-	-	-	-	-	(122)	-	(122)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203	-	203
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(141)	(141)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	(119)	-	(5.177)	-	-	-	-	(5.296)	(378)	(5.674)
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	-	-	(7.360)	-	-	-	-	-	-	(7.360)	(939)	(8.299)
Outros	-	-	-	(16)	-	-	-	-	-	(16)	(398)	(414)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	12.634	1.644	-	530	(465)	14.343	557	14.900
Lucro Líquido	-	-	-	-	12.634	-	-	-	-	12.634	557	13.191
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	1.644	-	530	(465)	1.709	-	1.709
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	540	-	(540)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	5.083	1.834	(6.917)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2012	45.000	(1.523)	888	22.423	7.379	2.004	-	648	(917)	75.902	96	75.998
Mutação do Período	-	140	150	(1.856)	1.818	1.644	-	530	(465)	1.961	(1.299)	662
Saldos em 01/01/2013	45.000	(1.523)	888	22.423	7.379	2.004	-	648	(917)	75.902	96	75.998
Transações com os Acionistas	15.000	(331)	96	(12.404)	-	(5.842)	-	-	-	(3.481)	775	(2.706)
Aumento de Capital – Reserva Estatutária	15.000	-	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria – Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	(331)	96	-	-	-	-	-	-	(235)	-	(235)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	331	(116)	-	-	-	-	-	-	215	-	215
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(662)	-	-	-	-	-	-	-	(662)	-	(662)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	212	-	-	-	-	-	-	212	-	212
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	812	812
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.596	-	(5.842)	-	-	-	(3.246)	(37)	(3.283)

Contexto

Nosso perfil

Nossa governança

Nossa gestão de risco

Desempenho

Sustentabilidade

Anexos

ATRIBUÍDO À PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES												
	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES EM TESOURARIA	CAPITAL ADICIONAL INTEGRALIZADO	RESERVAS INTEGRALIZADAS	RESERVAS A INTEGRALIZAR	LUCROS ACUMULADOS	DISPONÍVEIS PARA VENDA (1)	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO – ACIONISTAS CONTROLADORES	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO – ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES
								REMESSURAS EM OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	AJUSTES DE CONVERSÃO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	GANHOS E PERDAS – HEDGE(2)		
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2013 – Exercício 2012 – Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(1.730)	-	-	-	-	-	(1.730)	-	(1.730)
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	-	-	-	(640)	-	-	-	-	-	(640)	-	(640)
Outros	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	16.424	(3.187)	(379)	635	13.176	98	13.274
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	16.424	-	-	-	16.424	98	16.522
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(3.187)	(379)	635	(3.248)	-	(3.248)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	583	-	(583)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	5.236	4.763	(9.999)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	(379)	1.283	83.223	969	84.192
Mutação do Período	15.000	(331)	96	(8.955)	4.759	-	(3.187)	(379)	635	7.321	873	8.194
Saldos em 01/01/2014	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	(379)	1.283	83.223	969	84.192
Transações com os Acionistas	15.000	526	524	(12.053)	-	(7.344)	-	-	-	(3.347)	82	(3.265)
Aumento de Capital – Reserva Estatutária	15.000	-	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria – Outorga de Opções de Ações	-	526	223	-	-	-	-	-	-	749	-	749
Outorga de Opções de Ações – Opções Exercidas	-	561	(26)	-	-	-	-	-	-	535	-	535
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(35)	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	249	-	-	-	-	-	-	249	-	249
Pagamento Baseado em Ações – Remuneração Variável (Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a1 e 3c)	-	-	301	-	-	-	-	-	-	301	-	301
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.947	-	(7.344)	-	-	-	(4.397)	(85)	(4.482)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2014 – Exercício 2013 – Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.597)	-	-	-	-	-	(2.597)	-	(2.597)
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	-	-	-	(639)	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)
Outros	-	-	-	(17)	-	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	21.555	583	202	440	22.637	306	22.943
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	21.555	-	-	-	21.555	306	21.861
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	583	202	440	1.082	-	1.082
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	870	-	(870)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	9.178	4.163	(13.341)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	(177)	1.723	99.260	1.357	100.617
Mutação do Período	15.000	526	524	(5.258)	4.163	-	583	202	440	16.037	388	16.425

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em Milhões de Reais)

	NOTA	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01A 31/12/2012
Lucro Líquido Ajustado		58.231	47.706	54.805
Lucro Líquido		21.861	16.522	13.191
Ajustes ao Lucro Líquido:		36.370	31.184	41.614
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações – Remuneração Variável	22d	550	212	203
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.186	(2.590)	(1.546)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	18.832	17.856	23.982
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		7.879	4.940	4.374
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		-	41	138
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		15.436	15.628	17.970
Resultado de Operações de Capitalização		(558)	(463)	(496)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	2.544	2.333	2.190
Despesa de Atualização/Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		1.019	801	1.178
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		3.380	4.534	4.793
Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia		(377)	(265)	(302)
Tributos Diferidos		(262)	(3.160)	(3.491)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(565)	(603)	(175)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	915	839	(705)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(9.012)	(8.482)	(4.725)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(3.517)	(544)	(495)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	35	1	(52)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	14	(10)	(1.194)
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	41	10	20
(Ganho) Perda decorrente de Alienação do Investimento da ISSC	3i	(1.151)	-	-
Outros		(19)	107	(54)
Variação de Ativos e Obrigações^(*)		31.495	(15.176)	(6.172)
(Aumento) Redução em Ativos		8.195	(48.638)	(94.929)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		12.099	520	323
Aplicações no Mercado Aberto		11.327	27.601	(61.519)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		13.893	(13.180)	34.525
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		26.073	(3.347)	(23.627)
Derivativos (Ativos/Passivos)		4.525	582	1.565
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		(303)	(151)	(34)
Operações de Crédito		(42.309)	(56.661)	(39.837)
Outros Ativos Financeiros		(35.546)	(3.921)	(4.003)
Outros Ativos Fiscais		1.203	1.059	994
Outros Ativos		17.233	(1.139)	(3.316)
(Redução) Aumento em Passivos		23.300	33.462	88.757
Depósitos		(4.353)	29.466	(3.056)
Captações no Mercado Aberto		22.013	(723)	81.953
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		47	(271)	(2.173)
Recursos de Mercados Interbancários		3.946	14.196	6.256
Outros Passivos Financeiros		4.711	5.894	5.886
Provisão de Seguros e Previdência		(383)	(6.923)	1.444
Passivos de Planos de Capitalização		536	603	550
Provisões		(4.852)	(4.286)	(1.845)
Obrigações Fiscais		8.119	3.509	6.157
Outros Passivos		1.237	(1.247)	228
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(7.721)	(6.756)	(6.643)

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade		Anexos
				NOTA	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01A 31/12/2012
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais					89.726	32.530	48.633
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto					213	62	204
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda					60.768	29.518	15.905
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento					2.667	465	397
Alienação de Bens Destinados a Venda					68	111	131
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto					(14)	15	1.796
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Venda da ISSC					3i	1.474	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora					3e	(88)	-
Alienação de Imobilizado de Uso					15	62	60
Distrato de Contratos do Intangível					16	222	201
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda					(46.165)	(38.738)	(51.796)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento					(11.322)	(585)	0
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Credicard					3e	-	(2.875)
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto					13	(10)	(379)
Aquisição de Imobilizado de Uso					15	(3.966)	(2.516)
Aquisição de Intangível					16	(1.232)	161
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento					2.676	(14.500)	(37.582)
Captação em Mercados Institucionais					207	121	26.494
Resgate em Mercados Institucionais					(16.158)	(5.166)	(14.017)
(Aquisição)/Alienação de Participação de Acionistas não Controladores					167	292	(141)
Aquisição de Participação Adicional junto a Acionistas não Controladores – REDE					3c	-	-
Outorga de Opções de Ações – Opções Exercidas					535	215	209
Aquisições de Ações para Tesouraria					(35)	(662)	(122)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores					(85)	(37)	(378)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos					(6.319)	(5.369)	(5.206)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento					(21.688)	(10.606)	(4.913)
Aumento/(Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa					2.4c e 4	70.714	7.425
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período					4	55.790	45.775
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa						(1.186)	2.590
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período					4	125.318	55.790
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa							
Juros Recebidos					117.079	92.411	88.376
Juros Pagos					67.559	52.338	39.304
Transações não Monetárias							
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos					2.270	1.070	1.358

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 para Contas Patrimoniais e

De 01/01 a 31/12 de 2014, 2013 e 2012 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial - Varejo, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para clientes pessoas físicas de varejo (sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Itaú, Uniclass e Personnalité) ou com alto patrimônio (*Private Bank*) e para clientes pessoas jurídicas (micro e pequenas empresas), incluindo serviços como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Crédito ao Consumidor – Varejo, que oferece produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas, como financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor; (3) Banco de Atacado, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como atividades de banco de investimento e (4) Atividade com Mercado + Corporação, que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, de gestão de *gaps* de moedas, taxas e demais fatores de riscos e de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de Fevereiro de 2015.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de Dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB").

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" ("IFRIC") descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2014

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Entidades para Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas – Introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem

ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-las. Posteriormente a emissão dessa norma, foi emitida alterações à IFRS 10, 12 e IAS 27 – Entidades para Investimentos Aplicando a Exceção à Consolidação, e essas alterações são vigentes imediatamente a emissão desta alteração da norma. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.
- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.

- Alteração da IAS 16 – Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) – As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*). Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 são efetivas para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2014 e em 2013, não houve aprimoramento de premissas de modelos. Em 2012, o aprimoramento das premissas de modelos gerou um incremento no nível de provisões de R\$ 1.492.

O montante de provisão era de R\$ 22.392 (R\$ 22.235 em 31/12/2013).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação no item 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27. O montante de Ativo Fiscal Diferido era de R\$ 36.619 (R\$ 39.545 em 31/12/2013).

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os Instrumentos Financeiros reconhecidos pelo valor justo totalizam ativos no valor de R\$ 226.193 (R\$ 257.223 em 31/12/2013) dos quais R\$ 14.156 são Derivativos (R\$ 11.366 em

31/12/2013) e passivos no valor de R\$ 17.870 (R\$ 11.776 em 31/12/2013) dos quais R\$ 17.350 são Derivativos (R\$ 11.405 em 31/12/2013). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apuração dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

Em 31/12/2014 o montante de R\$ (104) (R\$ (358) em 31/12/2013) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R\$ 668, com impacto no montante reconhecido refletido no Patrimônio Líquido – ORA antes dos impostos de R\$ 315, líquido do efeito da Restrição do Ativo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração

o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O valor contábil dessas contingências era de R\$ 17.027 (R\$ 18.862 em 31/12/2013).

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustado

ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da administração. São submetidos anualmente ao teste de redução recuperável de ativos e, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I. Subsidiárias

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, definidas de acordo com o IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, e suas entidades de propósito específico, definidas de acordo com o SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu o IAS 27 e o SIC 12.

De acordo com o IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou, em 1º de Janeiro de 2013, seus investimentos a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com o IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com o IAS 27 e SIC 12.

Para os investimentos que já eram consolidados conforme IAS 27 e SIC 12 e que permanecem consolidados de acordo com o IFRS 10 em 1º de Janeiro de 2013 ou para os investimentos que não eram consolidados pelo IAS 27 e SIC 12 e que continuam não sendo consolidados de acordo com o IFRS 10, nenhum ajuste é requerido.

A tabela a seguir apresenta as principais subsidiárias consolidadas, com ativo total acima de R\$ 150 milhões, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2014 e 31/12/2013:

		PAÍS DE CONSTITUIÇÃO	ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO % NO CAPITAL VOTANTE EM		PARTICIPAÇÃO % NO CAPITAL TOTAL EM	
				31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Banco Credicard S.A.	(1) (Nota 3d)	Brasil	Instituição Financeira	-	100,00%	-	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.		Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile		Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A.	(Nota 3c)	Brasil	Instituição Financeira	60,00%	70,00%	60,00%	70,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Banco Itaú Suisse S.A.		Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização		Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil		Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	PAÍS DE CONSTITUIÇÃO	ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO % NO CAPITAL VOTANTE EM		PARTICIPAÇÃO % NO CAPITAL TOTAL EM		
			31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Itaú Bank, Ltd.	(2)	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera		Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Itaú BBA International PLC		Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.		Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.		Brasil	Seguros	60,00%	-	60,00%	
Itaú Corretora de Valores S.A.		Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.		Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento		Brasil	Sociedade de Crédito	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.		Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento		Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A. – REDE		Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Empresa incorporada em 31/08/2014 pelo Banco Itaúcard S.A.

(2) Não contempla a participação das Ações Preferenciais Resgatáveis.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC – Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25,0% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II – Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III – Transações Junto a Acionistas não Controladores

O IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I – Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto no IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II – Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultados de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizam R\$ 3.677 para o período de 01/01 a 31/12/2014 (R\$ 2.635 de 01/01 a 31/12/2013 e R\$ 1.109 de 01/01 a 31/12/2012).

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação.
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I – Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

II – Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode

ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos – Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III – Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos – Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.

- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI – Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nossa carteira de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nossa carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII – Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).

- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo

com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é

a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** – Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso atinge 60 dias

após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX – Outros Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 20a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17).
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f).
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a).
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b).
- Obrigações de Planos de Capitalização.
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com o IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20,0% a 50,0%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em conjunto

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos do IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou o IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o IFRS 11, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração

do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as provisões de transição do IFRS 11.

Os efeitos da adoção do IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manter influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com o IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu nos períodos findos 31/12/2014, 31/12/2013 e 31/12/2012 perdas por redução ao valor recuperável, referente ao Imobilizado de Uso.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com o IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve

ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

No período findo em 31/12/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 8, correspondente aos Gastos com Desenvolvimento de Software e reversão da perda de R\$ 25, referente a Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, (em 31/12/2013, reconheceu perda de R\$ 6, correspondente a Gastos com Desenvolvimento de Software e R\$ 27, referente a Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros e em 31/12/2012, reconheceu perdas de R\$ 3, referente aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e R\$ 4 de Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros), causadas por resultados inferiores aos previstos.

Conforme previsto pelo IAS 38, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social – Correntes e Obrigações Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social – Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos e Obrigações Fiscais – Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados.

	31/12/2014
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ^(*)	15,00%

(*) Para operações não financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras, a alíquota de contribuição social é 9,00%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50,0% de probabilidade de ser realizado.

o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

O IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Conforme permitido pelo IFRS 1, quando da adoção inicial do IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil ("BRGAAP").

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das *commodities*, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBl, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos).

Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas

ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada. Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A Receita dos Planos de Capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 1.747 de 01/01 a 31/12/2014 (R\$ 1.547 de 01/01 a 31/12/2013 e R\$ 1.488 de 01/01 a 31/12/2012).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – Benefícios aos Empregados até

31 de dezembro de 2012 e de acordo com o IAS 19 (revisado em Junho de 2011) – Benefícios aos Empregados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente – é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão – Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

De forma semelhante à dos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido em Outros Resultados Abrangentes no período em que ocorrem.

r) Plano de Outorga de Opções de Ações

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – Pagamento baseado em ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) Garantias Financeiras

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos

negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicado, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucro por Ação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

y) Receita de Prestação de Serviços

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de comissões de cartões de crédito são decorrentes da captura destas transações e são apropriadas ao resultado na data de sua captura e processamento.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial – Varejo, (ii) Crédito ao Consumidor – Varejo, (iii) Banco de Atacado e (iv) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) BSF Holding S.A.

Em 14 de Abril de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour") firmaram contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 49,0% do BSF Holding S.A. ("Banco Carrefour"), entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil. A consumação da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 23 de Abril de 2012 e à transferência das ações da BSF ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a qual foi efetuada em 31 de Maio de 2012.

A partir de 31 de Maio de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a contabilizar esta participação na BSF pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13) e como transações entre partes relacionadas (Nota 35).

A alocação do diferencial entre o valor do investimento detido na BSF e a participação em seus ativos líquidos, na data de aquisição, está demonstrada abaixo:

Ativos Adquiridos e Passivos Assumidos Identificáveis	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	131
Operações de Crédito, Líquido	600
Imobilizado, Líquido	6
Ativos Intangíveis, Líquido	33
Outros Ativos ^(*)	1.881
Total de Ativos Adquiridos	2.652
Depósitos	312
Captações no Mercado Aberto	94
Provisões	27
Outros Passivos ^(*)	1.738
Total dos Passivos Assumidos	2.171
Ativos Líquidos a Valor Justo – 100,0%	481
Participação Adquirida – 49,0%	236
Preço Pago	816
Ágio	580

(*) Basicamente representado por operações com cartões de crédito.

O ágio apurado na transação é apresentado como parte do investimento na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades

Controladas em Conjunto (Nota 13a) e a análise de seu valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

b) REDE

Em 24 de setembro de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluiu o leilão de oferta pública de aquisição de ações (OPA) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da REDE, nos termos do edital da OPA publicado em 23 de agosto de 2012.

Como resultado do leilão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu, por meio de sua subsidiária não financeira Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 298.989.237 ações ordinárias de emissão da REDE, representativas de 44,4% do capital social, passando a deter 635.474.593 ações ordinárias, representativas de 94,4% de seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 35,00, totalizando o valor de R\$ 10.469.

Com o intuito de concluir a compra da participação minoritária remanescente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu por meio de sua subsidiária Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 36.423.856 ações ordinárias (24.207.582 ações em outubro de 2012; 9.893.659 ações em novembro de 2012; e 2.322.615 ações em dezembro de 2012) pelo valor ofertado na OPA de 24 de setembro de 2012 de R\$ 35,00 acrescido da variação da SELIC do período, resgatou 999.884 ações ordinárias e cancelou 72.372 ações em tesouraria, aumentando a sua participação no capital social de 94,4% para 100,0%, totalizando o valor de R\$ 1.283 (incluindo taxas e corretagens).

No dia 18 de outubro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cancelou o registro da REDE como companhia aberta.

As alterações no patrimônio líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em virtude da compra de ações de não controladores da REDE, são demonstradas abaixo:

	2012
Efeito da alteração de participação	(11.151)
Reconhecimento da receita de imposto de renda diferido por diferenças temporárias ^(*)	3.791
Diminuição do patrimônio líquido pela compra de ações da REDE	(7.360)

(*) Para as controladas não financeiras a alíquota do Imposto de Renda e da Contribuição Social é de 34,00%.

c) Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de Julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados por meio da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"). Após a obtenção da aprovação prévia necessária para início das operações, emitida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 17 de Outubro de 2012, os documentos finais foram assinados em 13 de Dezembro de 2012 e o Banco BMG passou a ser acionista do Itaú BMG Consignado em 07 de Janeiro de 2013. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 18 de Abril de 2013.

Como resultado desta transação, o patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores aumentou em R\$ 303 no exercício de 2013.

Em 29 de abril de 2014, foi celebrado um acordo que estabelece a unificação dos negócios de crédito consignado (empréstimos) do BMG e do Itaú BMG Consignado, que passaram a ser concentrados no Itaú BMG Consignado.

Em contrapartida dessa unificação dos negócios, em 25 de julho de 2014 foi realizado aumento de capital do Itaú BMG Consignado, inteiramente subscrito e integralizado pelo BMG no montante de R\$ 181. A possibilidade dessa unificação já era prevista no acordo de investimento de 13 de dezembro de 2012 que rege a associação. Após esse aumento de capital, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter participação 60% (sessenta por cento) do capital social total e votante do Itaú BMG Consignado e o BMG passou a deter os 40% (quarenta por cento) remanescentes.

Desta forma, a partir 25 de julho de 2014 e durante o prazo da Associação, o Itaú BMG Consignado é o veículo exclusivo do BMG e de seus controladores para a oferta, no território brasileiro, de créditos consignados, observadas algumas exceções pelo prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data do aumento de capital do Itaú BMG Consignado.

Estima-se que referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que continuará a consolidar o Itaú BMG Consignado em suas demonstrações contábeis.

d) Credicard

Em 14 de maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou um contrato de compra e venda de ações e quotas com Banco Citibank, para aquisição do Banco Credicard e da Credicard Promotora de Vendas, pelo valor de R\$ 2.948 milhões (atualizado monetariamente), incluindo a marca "Credicard". A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 12 de Dezembro de 2013 e liquidada em 20 de Dezembro de 2013.

O Banco Credicard e a Credicard Promotora de Vendas são entidades responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca "Credicard", principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito.

Em função desta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidou integralmente o Banco Credicard e a Credicard Promotora de Vendas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir de Dezembro de 2013 até 31/08/2014. O Banco Credicard foi incorporado pelo Banco Itaucard S.A. em 31/08/2014.

A alocação do diferencial entre o valor pago e alocação dos ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 1.863 milhões e outros intangíveis.

e) BMG Seguradora S.A.

Em 25 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"), sociedade indiretamente controlada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, celebrou contrato de compra e venda de ações com controladores do Banco BMG S.A. ("Vendedores"), por meio do qual se comprometeu a adquirir, por meio de uma das controladas da Itaú BMG Consignado, 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A.

A BMG Seguradora gerou R\$ 62,6 milhões em volume de prêmios retidos durante o ano de 2012 e, durante os meses de janeiro a maio de 2013, um volume de prêmios retidos de R\$ 42,4 milhões, 77% acima do volume gerado em igual período de 2012.

A BMG Seguradora celebrou acordos de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com a Itaú BMG Consignado para a distribuição de

produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos.

A aprovação do Banco Central do Brasil foi obtida em 19 de Dezembro de 2013 e a operação foi liquidada em 27/01/2014 pelo montante de R\$ 88,1 milhões. A referida aquisição não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que consolidou a operação em suas demonstrações contábeis a partir de janeiro de 2014.

Como resultado do estudo de alocação de preço de compra (Purchase Price Allocation – PPA), a alocação de diferencial entre o valor pago e a participação nos ativos líquidos a valor justo, resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 22,7 milhões.

f) Citibank N.A. Uruguay Branch

Em 28 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. ("BIU") firmou contrato definitivo com o Citibank N.A. Uruguay Branch ("Citi"), por meio do qual foram estabelecidas as regras para aquisição pelo BIU da operação de varejo conduzida pelo Citi no Uruguai.

Como resultado da operação, o BIU assumiu uma carteira de mais de 15.000 clientes no Uruguai relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolvem principalmente as operações de cartão de crédito que o Citi desenvolve no Uruguai sob as bandeiras Visa, Mastercard e Diners, as quais representavam, em 2012, pouco mais de 6% do *market share* uruguai.

A aprovação das autoridades regulatórias competentes foi obtida em 10 de Dezembro de 2013.

A alocação do diferencial entre o valor pago e alocação dos ativos e passivos relacionados a operação líquidos a valor justo resultou no reconhecimento do ágio por expectativa de rentabilidade futura e de intangíveis.

g) Parceria com a Fiat

Em 20 de agosto de 2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING informou que renovou por mais 10 anos, por meio de sua controlada Itaú Unibanco S.A., o acordo de cooperação comercial que mantém com Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. ("Fiat"). Esse acordo prevê (i) a exclusividade para a oferta de financiamento em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro; e (ii) o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

O valor envolvido na operação não é significativo para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e, portanto, não acarretou efeitos contábeis relevantes em seus resultados.

h) Itaú CorpBanca

Em 29 de Janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com a sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. ("BIC") celebrou um acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca ("CorpBanca") e seus acionistas controladores ("Corp Group") estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca Chile no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

A operação será concretizada por meio de (i) aumento do capital do BIC no valor de US\$ 652 milhões a ser realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ou uma de suas subsidiárias, (ii) incorporação

do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, a ser aprovada em assembleia de acionistas do CorpBanca pelo voto afirmativo de 2/3 (dois terços) das ações de emissão do CorpBanca, de forma que as participações no banco resultante da incorporação (a ser denominado "Itaú CorpBanca") sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o Corp Group, e (iii) posterior integração do Itaú BBA Colômbia S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias.

O Itaú CorpBanca será controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que celebrará um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Esse acordo de acionistas dará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ao Corp Group o direito de indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, tendo esse bloco de acionistas a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho de administração e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de eleger a maioria desses membros. Os presidentes dos conselhos de administração do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão indicados pelo Corp Group e seus vice-presidentes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os executivos do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão propostos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ratificados pelo conselho de administração do Itaú CorpBanca. O acordo de acionistas também preverá o direito do Corp Group de aprovar, em conjunto com o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, determinadas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca e conterá disposições sobre a transferência de ações entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e também para terceiros.

Estima-se que a referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING que consolidará o Itaú CorpBanca em suas demonstrações contábeis.

A concretização da operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pela assembleia de acionistas do CorpBanca mencionada acima e aprovação regulatória no Chile. A operação já recebeu a aprovação no Panamá, Colômbia e Brasil.

i) Operação de Seguros de Grandes Riscos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou em 04/07/2014 "Contrato de Compra e Venda de Ações" com a ACE Ina International Holdings, Ltd. ("ACE"), por meio do qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias comprometeram-se a alienar a totalidade de suas participações na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. ("ISSC").

A ISSC detinha as operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujos clientes eram médias e grandes empresas com apólices de valores segurados elevados. A transação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 15 de setembro de 2014 e pela SUSEP em 09 de outubro de 2014.

Com base em dados proforma de 31 de dezembro de 2013, a operação de seguros de grandes riscos compreendia: patrimônio líquido de R\$ 364 milhões, ativos de R\$ 5,8 bilhões e provisões técnicas de R\$ 4,6 bilhões.

Após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato, a ACE pagou R\$ 1,515 bilhão ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e às suas subsidiárias. A transferência das ações e a liquidação financeira da transação ocorreram em 31 de outubro de 2014, sendo que o valor pago está sujeito a ajuste de preço futuro com base na diferença das posições do Patrimônio Líquido entre a data do balanço pro forma e a data do balanço de fechamento.

A operação produziu um efeito contábil, antes de impostos, de R\$ 1,1 bilhão no lucro do período do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estavam classificadas dentro do segmento "Banco Comercial Varejo" nessas Demonstrações Financeiras.

Esta transação está associada à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

j) Tecnologia Bancária S.A. (TECBAN) – Novo Acordo de Acionista

As subsidiárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com outras instituições financeiras, assinaram, em 17 de julho de 2014, um novo Acordo de Acionistas da TecBan, o qual, tão logo entre em vigor, revogará e substituirá o acordo de acionistas vigente.

Além das disposições usuais em acordos de acionistas, como regras sobre governança e transferência de ações, o Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 (quatro) anos contados de sua entrada em vigor, as Partes deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento ("TAA") pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan. De maneira geral, pode ser entendida como rede externa de TAAs aqueles situados fora do ambiente de agências bancárias ou aqueles em que o acesso não seja restrito, exclusivo ou controlado, como, por exemplo, aqueles instalados em *shopping centers*, postos de gasolina, supermercados etc.

Com isso, em linha com a tendência mundial de melhores práticas da indústria, as Partes, que constituem os principais bancos de varejo do País, consolidarão suas redes externas de TAAs nos terminais da Rede Banco24Horas, gerando aumento de eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. Vale ainda lembrar que, além das Partes, cerca de outros 40 (quarenta) bancos são clientes da TecBan, de forma que tal crescimento da Rede Banco24Horas também beneficiará significativamente tais instituições e seus respectivos clientes.

A operação foi aprovada pelo CADE no dia 22 de outubro de 2014, sem restrições. A data efetiva da venda e liquidação ocorreu em 14 de novembro de 2014.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

k) Maxi Pago

Em setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada Rede (Redecard S.A.) celebrou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A., uma empresa de *gateway* – dispositivos de interconexões de rede para pagamento eletrônico móvel.

A aprovação do Banco Central foi obtida em 15 de dezembro de 2014 e as condições precedentes foram atendidas em 08 de janeiro de 2015. O contrato prevê a aquisição de 35.261 ações ordinárias da MaxiPago, o que representará 75% do capital social total e votante.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

I) MCC Securities and MCC Corredora de Bolsa

Em julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária no Chile, assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a MCC *Inversiones Globales* (MCC *Inversiones*) e a MCC *Beneficial Owners* (Pessoas Físicas Chilenas), comprometendo-se a adquirir, em etapas, a totalidade das ações da MCC Secutires.

Em junho de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária no Chile, assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a MCC *Inversiones Globales* (MCC *Inversiones*) e a MCC *Beneficial Owners* (Pessoas Físicas Chilenas), comprometendo-se a adquirir, em etapas, a totalidade das ações da MCC Corredora de Bolsa.

Em agosto de 2014, as partes citadas acima, assinaram novo acordo antecipando a aquisição do restante das ações da MCC Securities e da MCC Corredora de Bolsa pelos valores de US\$ 32,7 milhões e US\$ 6,7 milhões respectivamente.

Com esta operação o ITAÚ UNIBANCO HOLDING confirma sua relevante participação no mercado de Private Banking do Chile, passando a consolidar integralmente a MCC Securities e MCC Corredora de Bolsa em suas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir de Agosto de 2014.

Será concluída, no decorrer de 2015, a alocação final do diferencial entre o valor pago e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo (*Purchase Price Allocation – PPA*).

Nota 6 – Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2014			31/12/2013		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.135	946	23.081	25.024	636	25.660
Aplicações no Mercado Aberto ^(*)	208.918	-	208.918	138.260	195	138.455
Total	231.053	946	231.999	163.284	831	164.115

(*) O montante de R\$ 5.945 (R\$ 3.333 em 31/12/2013) está dado em garantia de operações na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 88.716 (R\$ 96.262 em 31/12/2013) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4f.

Nota 7 – Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2014			31/12/2013		
	CUSTO	GANHOS/(PERDAS) ACUMULADOS REFLETIDOS NO RESULTADO	VALOR JUSTO	CUSTO	GANHOS/(PERDAS) ACUMULADOS REFLETIDOS NO RESULTADO	VALOR JUSTO
Fundos de Investimento	870	-	870	1.062	-	1.062
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	86.796	(403)	86.393	112.008	(873)	111.135
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	1.894	20	1.914	1.900	4	1.904
Títulos Públicos – Outros Países ^(1d)	1.502	38	1.540	680	(1)	679
Argentina	594	34	628	99	-	99
Bélgica	-	-	-	109	(2)	107
Chile	132	-	132	6	-	6
Colômbia	85	3	88	225	1	226
Estados Unidos	447	1	448	12	6	18
México	3	-	3	187	(5)	182

m) Via Varejo

Em 01 de outubro de 2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING informou que, em virtude da rescisão antecipada, pela Via varejo, dos acordos operacionais relativos à oferta do seguro de garantia estendida nas lojas Ponto Frio e Casas Bahia, sua subsidiária Itaú Seguros S.A. recebeu da Via Varejo a quantia de R\$ 584 milhões, à vista, relativa principalmente à restituição dos valores desembolsados nos termos desses acordos, devidamente corrigidos.

Essa operação não trouxe impactos relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	17.527	16.576
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.939	18.599
Aplicações no Mercado Aberto	93.852	20.615
Total	125.318	55.790

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 9.142 (R\$ 7.061 em 31/12/2013) e R\$ 115.066 (R\$ 117.840 em 31/12/2013), respectivamente.

Nota 5 – Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/12/2014	31/12/2013
Não Remunerados	3.392	5.133
Remunerados	59.714	71.877
Total	63.106	77.010

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
31/12/2014				31/12/2013		
	CUSTO	GANHOS/(PERDAS) ACUMULADOS REFLETIDOS NO RESULTADO	VALOR JUSTO	CUSTO	GANHOS/(PERDAS) ACUMULADOS REFLETIDOS NO RESULTADO	VALOR JUSTO
Paraguai	128	-	128	-	-	-
Uruguai	41	-	41	42	(1)	41
Outros	72	-	72	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas^(1d)	42.207	20	42.227	34.021	59	34.080
Ações Negociáveis	2.383	(32)	2.351	2.853	43	2.896
Certificado de Depósito Bancário	3.281	-	3.281	3.006	-	3.006
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1	-	1	12	-	12
Debêntures	4.203	40	4.243	5.089	8	5.097
Euro Bonds e Assemelhados	1.049	12	1.061	1.270	8	1.278
Letras Financeiras	30.711	-	30.711	21.566	-	21.566
Notas Promissórias	577	-	577	27	-	27
Outros	2	-	2	198	-	198
Total⁽²⁾	133.269	(325)	132.944	149.671	(811)	148.860

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 36.544 (R\$ 24.870 em 31/12/2013), b) R\$ 531 (R\$ 429 em 31/12/2013), c) R\$ 249 (R\$ 18 em 31/12/2013) e d) R\$ 42 (R\$ 426 em 31/12/2013), totalizando R\$ 37.366 (R\$ 25.743 em 31/12/2013);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2014		31/12/2013	
	CUSTO	VALOR JUSTO	CUSTO	VALOR JUSTO
Circulante	53.436	53.451	51.301	51.333
Sem vencimento	3.253	3.220	3.915	3.958
Até um ano	50.183	50.231	47.386	47.375
Não Circulante	79.833	79.493	98.370	97.527
De um a cinco anos	57.278	57.074	81.576	81.032
De cinco a dez anos	16.400	16.279	9.068	8.935
Após dez anos	6.155	6.140	7.726	7.560
Total	133.269	132.944	149.671	148.860

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 97.184 (R\$ 82.394 em 31/12/2013). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBl e VGBl, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2014		
	CUSTO	GANHOS/(PERDAS) ACUMULADOS REFLETIDOS NO RESULTADO	VALOR JUSTO
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	601	25	626
Títulos Públicos - Outros Países	109	(2)	107
Total	710	23	733

	31/12/2014		
	CUSTO	GANHOS/(PERDAS) ACUMULADOS REFLETIDOS NO RESULTADO	VALOR JUSTO
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	355	16	371

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2014		31/12/2013	
	CUSTO	VALOR JUSTO	CUSTO	VALOR JUSTO
Circulante	468	493	-	-
Até um ano	468	493	-	-
Não Circulante	242	240	355	371
De um a cinco anos	242	240	-	-
Após dez anos	-	-	355	371

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros – Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo – Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps – Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os

contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções – Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito – São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da

proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 3.826 (R\$ 10.385 em 31/12/2013) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL	CUSTO AMORTIZADO	GANHOS/(PERDAS)	VALOR JUSTO
	31/12/14	31/12/14	31/12/14	31/12/14
Contratos de Futuros	331.022	(375)	21	(354)
Compromissos de Compra	97.931	(694)	48	(646)
<i>Commodities</i>	157	-	-	-
Índices	43.126	(624)	(9)	(633)
Mercado Interfinanceiro	29.994	49	-	49
Moeda Estrangeira	17.797	(119)	57	(62)
Pré-fixados	41	-	-	-
Títulos	6.811	-	-	-
Outros	5	-	-	-
Compromissos de Venda	233.091	319	(27)	292
<i>Commodities</i>	341	-	-	-
Índices	19.289	311	5	316
Mercado Interfinanceiro	82.595	(117)	1	(116)
Moeda Estrangeira	123.068	125	(33)	92
Títulos	7.798	-	-	-
Contratos de Swaps		(5.132)	414	(4.718)
Posição Ativa	270.219	4.011	805	4.816
Índices	103.921	588	137	725
Mercado Interfinanceiro	68.534	345	456	801
Moeda Estrangeira	12.057	1.323	70	1.393
Pós-Fixados	3.763	115	77	192
Pré-fixados	81.917	1.640	65	1.705
Títulos	16	-	-	-
Outros	11	-	-	-
Posição Passiva	275.351	(9.143)	(391)	(9.534)
<i>Commodities</i>	25	-	-	-
Índices	72.197	(2.510)	39	(2.471)
Mercado Interfinanceiro	51.284	(71)	(601)	(672)
Moeda Estrangeira	24.796	(2.359)	155	(2.204)
Pós-Fixados	5.665	(74)	(129)	(203)
Pré-fixados	121.048	(4.065)	131	(3.934)
Títulos	88	(41)	12	(29)
Outros	248	(23)	2	(21)
Contratos de Opções	503.836	(93)	(92)	(185)
De Compra – Posição Comprada	88.641	1.120	853	1.973
<i>Commodities</i>	614	17	(2)	15
Índices	35.438	102	(22)	80
Mercado Interfinanceiro	12.430	48	34	82
Moeda Estrangeira	36.918	898	566	1.464
Pós-Fixados	8	-	-	-
Pré-fixados	2	-	-	-
Títulos	3.153	49	268	317
Outros	78	6	9	15

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
		CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL		CUSTO AMORTIZADO	GANHOS/(PERDAS)	VALOR JUSTO
		31/12/14	31/12/14	31/12/14	31/12/14	31/12/14
De Venda – Posição Comprada		142.059	1.049	(150)	899	
Commodities		176	6	7	13	
Índices		77.500	163	(1)	162	
Mercado Interfinanceiro		23.359	44	(42)	2	
Moeda Estrangeira		30.936	625	(419)	206	
Pós-Fixados		163	1	(1)	-	
Pré-fixados		114	5	-	5	
Títulos		9.778	205	305	510	
Outros		33	-	1	1	
De Compra – Posição Vendida		88.218	(1.136)	(910)	(2.046)	
Commodities		433	(8)	(1)	(9)	
Índices		38.388	(73)	(15)	(88)	
Mercado Interfinanceiro		7.380	(33)	(31)	(64)	
Moeda Estrangeira		34.500	(990)	(579)	(1.569)	
Pré-fixados		68	-	-	-	
Títulos		7.371	(26)	(275)	(301)	
Outros		78	(6)	(9)	(15)	
De Venda – Posição Vendida		184.918	(1.126)	115	(1.011)	
Commodities		328	(18)	(25)	(43)	
Índices		123.694	(92)	(90)	(182)	
Mercado Interfinanceiro		20.849	(24)	23	(1)	
Moeda Estrangeira		30.937	(801)	506	(295)	
Pré-fixados		3	-	-	-	
Títulos		9.074	(191)	(298)	(489)	
Outros		33	-	(1)	(1)	

		CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL	CUSTO AMORTIZADO	GANHOS/(PERDAS)	VALOR JUSTO
		31/12/14	31/12/14	31/12/14	31/12/14
Contratos a Termo		7.939	1.723	(11)	1.712
Compras a Receber		162	163	1	164
Pós-Fixados		66	65	1	66
Pré-fixados		94	96	-	96
Títulos		2	2	-	2
Obrigações por Compra a Pagar		-	(162)	-	(162)
Pós-Fixados		-	(65)	-	(65)
Pré-fixados		-	(95)	-	(95)
Títulos		-	(2)	-	(2)
Vendas a Receber		2.201	2.231	(1)	2.230
Pós-Fixados		122	124	-	124
Pré-fixados		386	462	-	462
Títulos		1.693	1.645	(1)	1.644
Obrigações por Venda a Entregar		5.576	(509)	(11)	(520)
Mercado Interfinanceiro		5.576	-	(8)	(8)
Pós-Fixados		-	(124)	(2)	(126)
Pré-fixados		-	(385)	(1)	(386)
Derivativos de Crédito		11.161	25	(82)	(57)
Posição Ativa		6.804	178	(56)	122
Moeda Estrangeira		1.806	118	(68)	50
Pré-fixados		3.932	59	(28)	31
Títulos		826	1	34	35
Outros		240	-	6	6
Posição Passiva		4.357	(153)	(26)	(179)
Moeda Estrangeira		1.790	(110)	57	(53)
Pré-fixados		563	(31)	19	(12)
Títulos		1.935	(12)	(101)	(113)
Outros		69	-	(1)	(1)
Forwards		101.874	336	77	413
Posição Ativa		54.432	2.078	28	2.106
Commodities		182	14	1	15
Moeda Estrangeira		54.212	2.061	27	2.088
Títulos		38	3	-	3

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos	
				CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL	CUSTO AMORTIZADO	GANHOS/(PERDAS)	VALOR JUSTO
				31/12/14	31/12/14	31/12/14	31/12/14
Posição Passiva				47.442	(1.742)	49	(1.693)
Commodities				152	(24)	6	(18)
Moeda Estrangeira				47.290	(1.717)	43	(1.674)
Títulos				-	(1)	-	(1)
Swap com Verificação				1.629	(209)	(20)	(229)
Posição Ativa – Mercado Interfinanceiro				710	-	-	-
Posição Passiva – Moeda Estrangeira				919	(209)	(20)	(229)
Verificação de Swap – Posição Ativa – Moeda Estrangeira				908	-	93	93
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos				11.276	109	22	131
Posição Ativa				6.817	1.504	249	1.753
Moeda Estrangeira				2.647	1.399	183	1.582
Pré-fixados				628	42	(26)	16
Títulos				3.454	63	91	154
Outros				88	-	1	1
Posição Passiva				4.459	(1.395)	(227)	(1.622)
Moeda Estrangeira				3.474	(1.395)	(209)	(1.604)
Títulos				766	-	(14)	(14)
Outros				219	-	(4)	(4)
Ativo				12.334	1.822	14.156	
Passivo				(15.950)	(1.400)	(17.350)	
Total				(3.616)	422	(3.194)	

OS CONTRATOS DE DERIVATIVOS POSSUEM OS SEGUINTE VENCIMENTOS EM DIAS:

COMPENSAÇÃO – VALOR REFERENCIAL	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	31/12/14
Contrato de Futuros	26.358	119.027	47.279	138.358	331.022
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	13.374	72.365	22.292	158.177	266.208
Contratos de Opções	231.624	203.454	52.421	16.337	503.836
Contratos a Termo	2.325	4.455	838	321	7.939
Derivativos de Crédito	291	2.757	500	7.613	11.161
Forwards	36.297	42.057	16.510	7.010	101.874
Swaps com Verificação	-	-	122	588	710
Verificação de Swap	-	-	155	753	908
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	171	868	1.785	8.452	11.276

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL	CUSTO AMORTIZADO	GANHOS/(PERDAS)	VALOR JUSTO
	31/12/13	31/12/13	31/12/13	31/12/13
Contratos de Futuros	427.507	(212)	179	(33)
Compromissos de Compra	94.038	74	221	295
<i>Commodities</i>	164	-	-	-
Índices	16.775	40	-	40
Mercado Interfinanceiro	65.934	7	(1)	6
Moeda Estrangeira	6.248	27	222	249
Títulos	4.910	-	-	-
Outros	7	-	-	-
Compromissos de Venda	333.469	(286)	(42)	(328)
<i>Commodities</i>	78	-	-	-
Índices	42.746	(257)	(1)	(258)
Mercado Interfinanceiro	177.323	(27)	1	(26)
Moeda Estrangeira	106.857	(2)	(43)	(45)
Pré-fixados	84	-	1	1
Títulos	6.371	-	-	-
Outros	10	-	-	-
Contratos de Swaps		(2.249)	580	(1.669)
Posição Ativa	297.381	2.434	2.008	4.442
<i>Commodities</i>	3	-	-	-
Índices	61.344	824	149	973
Mercado Interfinanceiro	60.465	44	823	867
Moeda Estrangeira	12.209	917	306	1.223
Pós-Fixados	106.590	72	117	189

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
			CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL	CUSTO AMORTIZADO	GANHOS/(PERDAS)	VALOR JUSTO
			31/12/13	31/12/13	31/12/13	31/12/13
Pré-fixados			56.717	577	611	1.188
Títulos			50	-	-	-
Outros			3	-	2	2
Posição Passiva			299.630	(4.683)	(1.428)	(6.111)
Commodities			6	-	-	-
Índices			160.534	(1.777)	(259)	(2.036)
Mercado Interfinanceiro			43.773	49	(714)	(665)
Moeda Estrangeira			20.340	(1.440)	(208)	(1.648)
Pós-Fixados			4.365	(68)	(85)	(153)
Pré-fixados			70.318	(1.344)	(188)	(1.532)
Títulos			143	(86)	23	(63)
Outros			151	(17)	3	(14)
Contratos de Opções			1.182.380	287	(491)	(204)
De Compra – Posição Comprada			234.552	1.216	107	1.323
Commodities			367	5	3	8
Índices			178.617	244	(47)	197
Mercado Interfinanceiro			30.075	166	(58)	108
Moeda Estrangeira			22.409	765	57	822
Pós-Fixados			96	1	(1)	-
Títulos			2.943	31	155	186
Outros			45	4	(2)	2
De Venda – Posição Comprada			393.502	651	(257)	394
Commodities			261	5	2	7
Índices			334.616	210	(170)	40
Mercado Interfinanceiro			34.199	32	(24)	8
Moeda Estrangeira			18.079	205	(110)	95
Pós-Fixados			500	1	-	1
Pré-fixados			28	1	-	1
Títulos			5.808	196	45	241
Outros			11	1	-	1
De Compra – Posição Vendida			170.271	(1.131)	(433)	(1.564)
Commodities			132	(3)	(1)	(4)
Índices			136.645	(161)	(103)	(264)
Mercado Interfinanceiro			12.498	(37)	(31)	(68)
Moeda Estrangeira			18.717	(909)	(147)	(1.056)
Pré-fixados			2	-	-	-
Títulos			2.237	(17)	(153)	(170)
Outros			40	(4)	2	(2)
De Venda – Posição Vendida			384.055	(449)	92	(357)
Commodities			511	(5)	(1)	(6)
Índices			317.387	(73)	25	(48)
Mercado Interfinanceiro			52.354	(21)	9	(12)
Moeda Estrangeira			10.582	(161)	109	(52)
Pré-fixados			2	-	-	-
Títulos			3.208	(188)	(50)	(238)
Outros			11	(1)	-	(1)

			CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL	CUSTO AMORTIZADO	GANHOS/(PERDAS)	VALOR JUSTO
			31/12/13	31/12/13	31/12/13	31/12/13
Contratos a Termo			58.960	1.416	37	1.453
Compras a Receber			9.282	954	128	1.082
Commodities			22	1	-	1
Moeda Estrangeira			8.786	480	128	608
Pós-Fixados			346	345	-	345
Pré-fixados			128	128	-	128
Obrigações por Compra a Pagar			1.611	(497)	5	(492)
Commodities			34	(2)	(1)	(3)
Moeda Estrangeira			1.577	(20)	6	(14)
Pós-Fixados			-	(347)	-	(347)
Pré-fixados			-	(128)	-	(128)

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos	
				CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL	CUSTO AMORTIZADO	GANHOS/(PERDAS)	VALOR JUSTO
				31/12/13	31/12/13	31/12/13	31/12/13
Vendas a Receber				27.664	2.243	(10)	2.233
Commodities				27	5	-	5
Mercado Interfinanceiro				22.482	179	4	183
Moeda Estrangeira				3.246	38	(14)	24
Pós-Fixados				149	149	-	149
Pré-fixados				725	861	-	861
Títulos				1.035	1.011	-	1.011
Obrigações por Venda a Entregar				20.403	(1.284)	(86)	(1.370)
Commodities				19	(4)	4	-
Mercado Interfinanceiro				11.842	-	(1)	(1)
Moeda Estrangeira				8.542	(400)	(89)	(489)
Pós-Fixados				-	(149)	-	(149)
Pré-fixados				-	(731)	-	(731)
Derivativos de Crédito				25.300	151	144	295
Posição Ativa				13.852	604	82	686
Pré-fixados				12.973	604	63	667
Títulos				659	-	13	13
Outros				220	-	6	6
Posição Passiva				11.448	(453)	62	(391)
Moeda Estrangeira				2.544	(67)	(17)	(84)
Pré-fixados				7.724	(386)	108	(278)
Títulos				1.155	-	(28)	(28)
Outros				25	-	(1)	(1)
Forwards				50.737	(32)	27	(5)
Posição Ativa				20.900	533	22	555
Índices				27	2	-	2
Moeda Estrangeira				20.775	530	22	552
Pós-Fixados				98	1	-	1
Posição Passiva				29.837	(565)	5	(560)
Índices				63	(1)	-	(1)
Moeda Estrangeira				29.774	(564)	5	(559)
Swap com Verificação				1.647	(103)	(42)	(145)
Posição Ativa – Mercado Interfinanceiro				772	-	-	-
Posição Passiva				875	(103)	(42)	(145)
Mercado Interfinanceiro				65	-	(1)	(1)
Moeda Estrangeira				810	(103)	(41)	(144)
Verificação de Swap – Posição Ativa – Moeda Estrangeira				886	-	88	88
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos				7.093	195	(14)	181
Posição Ativa				5.602	536	27	563
Moeda Estrangeira				509	25	6	31
Pré-fixados				1.256	400	8	408
Títulos				3.824	111	13	124
Outros				13	-	-	-
Posição Passiva				1.491	(341)	(41)	(382)
Moeda Estrangeira				482	(13)	(22)	(35)
Pré-fixados				-	(328)	(1)	(329)
Títulos				777	-	(14)	(14)
Outros				232	-	(4)	(4)
				Ativo	9.171	2.195	11.366
				Passivo	(9.718)	(1.687)	(11.405)
				Total	(547)	508	(39)

OS CONTRATOS DE DERIVATIVOS POSSUEM OS SEGUINTE VENCIMENTOS EM DIAS:

COMPENSAÇÃO - VALOR REFERENCIAL	0-30	31-180	181-365	ACIMA DE 365	31/12/2013
Contrato de Futuros	98.979	111.667	54.054	162.807	427.507
Contratos a Termo	9.900	32.131	10.889	6.040	58.960
Contratos de Opções	900.047	103.711	153.069	25.553	1.182.380
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	10.220	19.984	33.462	231.281	294.947
Derivativos de Crédito	257	1.648	613	22.782	25.300
Forwards	20.418	21.734	6.390	2.195	50.737
Swaps com Verificação	8	7	51	706	772
Verificação de Swap	9	9	67	801	886
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	23	1.027	1.417	4.626	7.093

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

31/12/2014								
	VALOR JUSTO	%	0-30 DIAS	31-90 DIAS	91-180 DIAS	181-365 DIAS	366-720 DIAS	ACIMA DE 720 DIAS
Ativo								
Contratos de Swaps – Ajuste a Receber	4.816	34,0	448	150	429	233	643	2.913
BM&FBOVESPA	109	0,8	1	22	12	8	11	55
Empresas	2.961	20,8	278	62	186	125	461	1.849
Instituições Financeiras	1.354	9,6	165	53	38	75	128	895
Pessoas Físicas	392	2,8	4	13	193	25	43	114
Contratos de Opções	2.872	20,2	481	738	384	598	308	363
BM&FBOVESPA	1.713	12,0	140	246	1.138	165	23	1
Empresas	(453)	(3,2)	37	45	(1.010)	143	140	192
Instituições Financeiras	1.611	11,4	304	447	255	290	145	170
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	1	-	-	-
Contratos a Termo	2.394	16,9	846	832	714	2	-	-
BM&FBOVESPA	1.646	11,6	163	796	685	2	-	-
Empresas	406	2,9	341	36	29	-	-	-
Instituições Financeiras	342	2,4	342	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito – Instituições Financeiras	122	0,9	-	-	1	6	8	107
Forwards	2.106	14,9	631	519	287	406	149	114
Empresas	914	6,5	101	280	152	195	94	92
Instituições Financeiras	1.190	8,4	530	237	135	211	55	22
Pessoas Físicas	2	0,0	-	2	-	-	-	-
Verificação de Swap – Empresas	93	0,7	-	-	-	7	-	86
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.753	12,4	2	16	3	986	69	677
Empresas	211	1,5	1	3	3	10	59	135
Instituições Financeiras	1.542	10,9	1	13	-	976	10	542
Total^(*)	14.156	100,0	2.408	2.255	1.818	2.238	1.177	4.260
% por prazo de vencimento			17,0	15,9	12,8	15,8	8,3	30,1

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 8.719 referem-se ao circulante e R\$ 5.437 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

31/12/2013								
	VALOR JUSTO	%	0-30 DIAS	31-90 DIAS	91-180 DIAS	181-365 DIAS	366-720 DIAS	ACIMA DE 720 DIAS
Ativo								
Contratos de Swaps – Ajuste a Receber	4.442	39,1	396	242	168	335	865	2.436
BM&FBOVESPA	350	3,1	2	46	63	19	41	179
Empresas	2.692	23,7	168	187	102	260	448	1.527
Instituições Financeiras	1.141	10,0	225	5	3	47	180	681
Pessoas Físicas	259	2,3	1	4	-	9	196	49
Contratos de Opções	1.717	15,1	423	130	149	698	187	130
BM&FBOVESPA	1.052	9,3	336	40	16	536	124	-
Empresas	219	1,9	9	28	58	45	-	79
Instituições Financeiras	446	3,9	78	62	75	117	63	51
Contratos a Termo	3.315	29,1	2.018	455	361	232	184	65
BM&FBOVESPA	1.195	10,5	424	381	273	117	-	-
Empresas	1.261	11,1	868	71	82	113	63	64
Instituições Financeiras	857	7,5	726	2	6	2	120	1
Pessoas Físicas	2	0,0	-	1	-	-	1	-
Derivativos de Crédito – Instituições Financeiras	686	6,0	-	658	1	1	4	22
Forwards	555	4,9	96	186	65	73	84	51
Empresas	126	1,1	16	37	34	19	14	6
Instituições Financeiras	427	3,8	80	149	31	52	70	45
Pessoas Físicas	2	-	-	-	-	2	-	-
Verificação de Swap – Empresas	88	0,8	-	-	-	1	7	80
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	563	5,0	-	-	4	335	79	145
Empresas	43	0,4	-	-	3	1	24	15
Instituições Financeiras	520	4,6	-	-	1	334	55	130
Total^(*)	11.366	100,0	2.933	1.671	748	1.675	1.410	2.929
% por prazo de vencimento			25,8	14,7	6,6	14,7	12,4	25,8

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 7.027 referem-se ao circulante e R\$ 4.339 ao não circulante.

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos		
31/12/2014								
	VALOR JUSTO	%	0-30 DIAS	31-90 DIAS	91-180 DIAS	181-365 DIAS	366-720 DIAS	ACIMA DE 720 DIAS
Passivo								
Contrato de Futuros – BM&FBOVESPA	(354)	2,0	29	150	(192)	(207)	(63)	(71)
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	(9.534)	55,0	(241)	(335)	(706)	(720)	(778)	(6.754)
BM&FBOVESPA	(367)	2,1	(2)	(20)	(144)	(8)	(15)	(178)
Empresas	(3.825)	22,1	(209)	(247)	(355)	(536)	(520)	(1.958)
Instituições Financeiras	(1.552)	9,0	(27)	(40)	(47)	(161)	(155)	(1.122)
Pessoas Físicas	(3.790)	21,8	(3)	(28)	(160)	(15)	(88)	(3.496)
Contratos de Opções	(3.057)	17,6	(431)	(761)	(534)	(558)	(353)	(420)
BM&FBOVESPA	(545)	3,1	(121)	(194)	(127)	(60)	(43)	-
Empresas	(378)	2,2	(9)	(27)	(19)	(55)	(100)	(168)
Instituições Financeiras	(2.133)	12,3	(300)	(540)	(388)	(443)	(210)	(252)
Pessoas Físicas	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-
Contratos a Termo	(682)	4,0	(681)	(1)	-	-	-	-
BM&FBOVESPA	(8)	0,1	(7)	(1)	-	-	-	-
Empresas	(332)	1,9	(332)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(342)	2,0	(342)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(179)	1,1	-	(1)	-	(14)	(39)	(125)
Empresas	(13)	0,1	-	-	-	(13)	-	-
Instituições Financeiras	(166)	1,0	-	(1)	-	(1)	(39)	(125)
Forwards	(1.693)	9,7	(404)	(472)	(352)	(343)	(78)	(44)
Empresas	(867)	5,0	(146)	(272)	(139)	(214)	(62)	(34)
Instituições Financeiras	(823)	4,7	(258)	(199)	(211)	(129)	(16)	(10)
Pessoas Físicas	(3)	-	-	(1)	(2)	-	-	-
Swap com Verificação – Empresas	(229)	1,3	-	-	-	(36)	-	(193)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.622)	9,3	-	-	(1)	(1.002)	(17)	(602)
Empresas	(278)	1,6	-	-	(1)	(2)	(7)	(268)
Instituições Financeiras	(1.344)	7,7	-	-	-	(1.000)	(10)	(334)
Total ^(*)	(17.350)	100,0	(1.728)	(1.420)	(1.785)	(2.880)	(1.328)	(8.209)
% por prazo de vencimento			10,0	8,2	10,3	16,6	7,7	47,3

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (7.813) referem-se ao circulante e R\$ (9.537) ao não circulante.

31/12/2013								
	VALOR JUSTO	%	0-30 DIAS	31-90 DIAS	91-180 DIAS	181-365 DIAS	366-720 DIAS	ACIMA DE 720 DIAS
Passivo								
Contrato de Futuros – BM&FBOVESPA	(33)	0,3	-	-	-	-	-	(33)
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	(6.111)	53,6	(361)	(123)	(300)	(662)	(1.076)	(3.589)
BM&FBOVESPA	(514)	4,5	(81)	(1)	(10)	(74)	(150)	(198)
Instituições Financeiras	(903)	7,9	(72)	(22)	(13)	(67)	(253)	(476)
Empresas	(3.305)	29,0	(207)	(100)	(276)	(520)	(541)	(1.661)
Pessoas Físicas	(1.389)	12,2	(1)	-	(1)	(1)	(132)	(1.254)
Contratos de Opções	(1.921)	16,8	(406)	(124)	(201)	(733)	(316)	(141)
BM&FBOVESPA	(1.086)	9,5	(328)	(48)	(54)	(560)	(95)	(1)
Instituições Financeiras	(640)	5,6	(76)	(55)	(107)	(136)	(176)	(90)
Empresas	(195)	1,7	(2)	(21)	(40)	(37)	(45)	(50)
Contratos a Termo	(1.862)	16,3	(1.482)	(94)	(72)	(63)	(116)	(35)
BM&FBOVESPA	(1)	-	-	(1)	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(696)	6,1	(694)	-	(2)	-	-	-
Empresas	(1.165)	10,2	(788)	(93)	(70)	(63)	(116)	(35)
Derivativos de Crédito	(391)	3,5	(6)	(253)	-	(3)	(24)	(105)
Instituições Financeiras	(373)	3,3	(6)	(253)	-	(3)	(13)	(98)
Empresas	(18)	0,2	-	-	-	-	(11)	(7)
Forwards	(560)	4,9	(166)	(139)	(86)	(100)	(46)	(23)
Instituições Financeiras	(339)	3,0	(125)	(100)	(44)	(52)	(18)	-
Empresas	(219)	1,9	(40)	(39)	(41)	(48)	(28)	(23)
Pessoas Físicas	(2)	-	(1)	-	(1)	-	-	-
Swap com Verificação – Empresas	(145)	1,3	-	-	-	(1)	(22)	(122)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(382)	3,3	-	-	(1)	(330)	(7)	(44)
Instituições Financeiras	(333)	2,9	-	-	-	(329)	(2)	(2)
Empresas	(49)	0,4	-	-	(1)	(1)	(5)	(42)
Total ^(*)	(11.405)	100,0	(2.421)	(733)	(660)	(1.892)	(1.607)	(4.092)
% por prazo de vencimento			21,2	6,4	5,8	16,6	14,1	35,8

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (5.706) referem-se ao circulante e R\$ (5.699) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do

contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/12/2014					
	POTENCIAL MÁXIMO DE PAGAMENTOS FUTUROS, BRUTO	ANTES DE 1 ANO	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS
Por Instrumento					
CDS	6.829	1.578	2.341	2.644	266
TRS	1.671	1.671	-	-	-
Total por Instrumento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Risco	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Entidade	8.500	3.249	2.341	2.644	266

12/31/2013					
	POTENCIAL MÁXIMO DE PAGAMENTOS FUTUROS, BRUTO	ANTES DE 1 ANO	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS
Por Instrumento					
CDS	12.249	1.012	2.375	8.463	399
TRS	1.473	1.462	11	-	-
Total por Instrumento	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Total por Risco	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Total por Entidade	13.722	2.474	2.386	8.463	399

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/12/2014			
	VALOR NOMINAL DA PROTEÇÃO VENDIDA	VALOR NOMINAL DA PROTEÇÃO COMPRADA COM VALOR SUBJACENTE IDÊNTICO	POSIÇÃO LÍQUIDA
CDS	(6.829)	2.661	(4.168)
TRS	(1.671)	-	(1.671)
Total	(8.500)	2.661	(5.839)

31/12/2013			
	VALOR NOMINAL DA PROTEÇÃO VENDIDA	VALOR NOMINAL DA PROTEÇÃO COMPRADA COM VALOR SUBJACENTE IDÊNTICO	POSIÇÃO LÍQUIDA
CDS	(12.249)	11.578	(671)
TRS	(1.473)	-	(1.473)
Total	(13.722)	11.578	(2.144)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros

também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2014

	MONTANTE BRUTO DOS ATIVOS FINANCEIROS RECONHECIDOS ⁽¹⁾	MONTANTE BRUTO RECONHECIDO DE FORMA LÍQUIDA NO BALANÇO PATRIMONIAL	MONTANTE LÍQUIDO DOS ATIVOS FINANCEIROS APRESENTADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL	MONTANTE RELACIONADO NÃO COMPENSADO NO BALANÇO PATRIMONIAL ⁽²⁾		TOTAL
				INSTRUMENTOS FINANCEIROS ⁽³⁾	GARANTIAS RECEBIDAS EM ESPÉCIE	
Operações Compromissadas	208.918	-	208.918	-	-	208.918
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.039	(883)	14.156	(4.059)	-	10.097

31/12/2013

	MONTANTE BRUTO DOS ATIVOS FINANCEIROS RECONHECIDOS ⁽¹⁾	MONTANTE BRUTO RECONHECIDO DE FORMA LÍQUIDA NO BALANÇO PATRIMONIAL	MONTANTE LÍQUIDO DOS ATIVOS FINANCEIROS APRESENTADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL	MONTANTE RELACIONADO NÃO COMPENSADO NO BALANÇO PATRIMONIAL ⁽²⁾		TOTAL
				INSTRUMENTOS FINANCEIROS ⁽³⁾	GARANTIAS RECEBIDAS EM ESPÉCIE	
Operações Compromissadas	138.455	-	138.455	(957)	(3)	137.495
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.149	(783)	11.366	(3.599)	(429)	7.338

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2014

	MONTANTE BRUTO DOS ATIVOS FINANCEIROS RECONHECIDOS ⁽¹⁾	MONTANTE BRUTO RECONHECIDO DE FORMA LÍQUIDA NO BALANÇO PATRIMONIAL	MONTANTE LÍQUIDO DOS ATIVOS FINANCEIROS APRESENTADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL	MONTANTE RELACIONADO NÃO COMPENSADO NO BALANÇO PATRIMONIAL ⁽²⁾		TOTAL
				INSTRUMENTOS FINANCEIROS ⁽³⁾	GARANTIAS RECEBIDAS EM ESPÉCIE	
Operações Compromissadas	288.683	-	288.683	(14.382)	-	274.301
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.350	-	17.350	(4.059)	(55)	13.236

31/12/2013

	MONTANTE BRUTO DOS ATIVOS FINANCEIROS RECONHECIDOS ⁽¹⁾	MONTANTE BRUTO RECONHECIDO DE FORMA LÍQUIDA NO BALANÇO PATRIMONIAL	MONTANTE LÍQUIDO DOS ATIVOS FINANCEIROS APRESENTADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL	MONTANTE RELACIONADO NÃO COMPENSADO NO BALANÇO PATRIMONIAL ⁽²⁾		TOTAL
				INSTRUMENTOS FINANCEIROS ⁽³⁾	GARANTIAS RECEBIDAS EM ESPÉCIE	
Operações Compromissadas	266.682	-	266.682	(12.707)	(35)	253.940
Instrumentos Financeiros Derivativos	11.405	-	11.405	(2.258)	(686)	8.461

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

O *hedge* contábil varia de acordo com a natureza do objeto de *hedge* e da transação. Os derivativos podem ser qualificados como instrumento de *hedge*, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA e na bolsa de Chicago, relativos a certos passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar e *swaps* de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominados

em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias e, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a transações previstas altamente prováveis, denominadas em dólares.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No *swap* de taxa de juros e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela *LIBOR* e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda local.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na *LIBOR*;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.
- *Hedge* de transação prevista altamente provável: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na *LIBOR*.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2008, 2009, 2010, 2013 e 2014, e os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2015 e 2018. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transação prevista altamente provável: câmbio pago/recebidos em datas futuras.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos/recebidos diariamente.

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de *swaps* de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*:

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2012, 2013 e 2014, e os vencimentos dos *swaps* relacionados ocorrerão entre 2016 e 2029. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

INSTRUMENTOS DE HEDGE	31/12/2014		31/12/2013	
	PARCELA EFETIVA ACUMULADA	PARCELA INEFETIVA	PARCELA EFETIVA ACUMULADA	PARCELA INEFETIVA
Futuros de Taxa de Juros	793	45	193	8
Swap de Taxa de Juros	66	-	22	-
Total	859	45	215	8

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

No período não houve reclassificação de Outros Resultados Abrangentes e inclusão no custo inicial dos ativos referente a *Hedge* de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 31/12/2014, o ganho (perda) relativo ao *hedge* de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado

nos próximos 12 meses é R\$ (213) (R\$ (117) em 31/12/2013) e (376) em 31/12/2012).

b) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

INSTRUMENTOS DE HEDGE	31/12/2014		31/12/2013	
	PARCELA EFETIVA ACUMULADA	PARCELA INEFETIVA	PARCELA EFETIVA ACUMULADA	PARCELA INEFETIVA
Futuro DDI	(4.641)	25	(2.974)	19
Forward	297	22	(15)	15
NDF	1.280	5	751	5
Ativos Financeiros	(14)	-	(10)	-
Total	(3.078)	52	(2.248)	39

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) Hedge de Valor Justo

INSTRUMENTOS DE HEDGE	31/12/2014		31/12/2013	
	PARCELA EFETIVA ACUMULADA	PARCELA INEFETIVA	PARCELA EFETIVA ACUMULADA	PARCELA INEFETIVA
Swap de Taxa de Juros	(60)	-	(15)	-
Total	(60)	-	(15)	-

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

ESTRATÉGIAS	31/12/2014			31/12/2013		
	INSTRUMENTOS DE HEDGE		OBJETO DE HEDGE	INSTRUMENTOS DE HEDGE		OBJETO DE HEDGE
	VALOR NOMINAL	VALOR JUSTO	VALOR CONTÁBIL	VALOR NOMINAL	VALOR JUSTO	VALOR CONTÁBIL
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	53.198	(92)	53.198	57.414	(12)	57.414
Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis	1.044	66	1.044	921	22	921
Hedge de CDB Subordinado	-	-	-	162	-	140
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	5.578	(15)	5.578	-	-	-
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	81	-	83	314	-	313
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	14.764	296	8.858	11.438	(78)	6.863
Hedge de Operações de Crédito	2.612	40	2.612	1.683	(15)	1.683
Hedge de Captações Estruturadas	531	-	531	-	-	-
Total	77.808	295	71.904	71.932	(83)	67.334

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 40,0% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

PRAZO DE VENCIMENTO	ESTRATÉGIAS							TOTAL
	HEDGE DE DEPÓSITOS E OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	HEDGE DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS	HEDGE DE TRANSAÇÃO PREVISTA ALTAMENTE PROVÁVEL	HEDGE DE INVESTIMENTO DE OPERAÇÕES LÍQUIDAS NO EXTERIOR ^(*)	HEDGE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	HEDGE DE CAPTAÇÕES ESTRUTURADAS	HEDGE DE EMPRÉSTIMOS SINDICALIZADOS	
2015	12.542	1.044	81	14.764	-	-	-	28.431
2016	6.278	-	-	-	257	531	-	7.066
2017	14.719	-	-	-	209	-	5.578	20.506
2018	18.082	-	-	-	161	-	-	18.243
2019	1.500	-	-	-	575	-	-	2.075
2020	-	-	-	-	36	-	-	36
2021	78	-	-	-	-	-	-	78
2022	-	-	-	-	177	-	-	177
2023	-	-	-	-	169	-	-	169
2025	-	-	-	-	42	-	-	42
2027	-	-	-	-	152	-	-	152
2028	-	-	-	-	462	-	-	462
2029	-	-	-	-	372	-	-	372
Total	53.198	1.044	81	14.764	2.612	531	5.578	77.808

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2014			31/12/2013		
	CUSTO	GANHOS/(PERDAS) ACUMULADOS REFLETIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	VALOR JUSTO	CUSTO	GANHOS/(PERDAS) ACUMULADOS REFLETIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	VALOR JUSTO
Fundos de Investimento	136	5	141	202	9	211
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	11.247	(13)	11.234	12.545	(836)	11.709
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	14.791	(400)	14.391	28.751	(812)	27.939
Títulos Públicos – Outros Países^(1d)	8.692	(73)	8.619	8.737	(79)	8.658
Bélgica	57	-	57	51	-	51
Chile	1.128	(9)	1.119	1.043	4	1.047
Coreia	1.782	-	1.782	2.455	-	2.455
Dinamarca	2.699	-	2.699	2.631	-	2.631
Espanha	783	-	783	-	-	-
Estados Unidos	726	-	726	1.111	(10)	1.101
França	131	2	133	88	-	88
Holanda	149	2	151	127	(1)	126
Itália	70	-	70	94	-	94
Paraguai	911	(62)	849	690	(52)	638
Uruguai	249	(6)	243	440	(20)	420
Outros	7	-	7	7	-	7
Títulos de Dívida de Empresas^(1d)	43.917	58	43.975	48.208	(99)	48.109
Ações Negociáveis	1.982	17	1.999	1.930	95	2.025
Cédula de Produtor Rural	1.431	(23)	1.408	647	(22)	625
Certificado de Depósito Bancário	1.281	-	1.281	2.181	-	2.181
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.489	33	2.522	12.663	(388)	12.275
Debêntures	20.187	58	20.245	15.404	103	15.507
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	6.672	35	6.707	4.768	128	4.896
Letras Financeiras	8.063	(58)	8.005	8.810	(6)	8.804
Notas Promissórias	1.398	(1)	1.397	1.231	(4)	1.227
Outros	414	(3)	411	574	(5)	569
Total⁽²⁾	78.783	(423)	78.360	98.443	(1.817)	96.626

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 10.321 (R\$ 9.291 em 31/12/2013), b) R\$ 2.081 (R\$ 7.259 em 31/12/2013), c) R\$ 8 (R\$ 586 em 31/12/2013) e d) R\$ 9.840 (R\$ 1.715 em 31/12/2013), totalizando R\$ 22.250 (R\$ 18.851 em 31/12/2013);

(2) No período, foram realizadas reclassificações da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento no montante de R\$ 12.157 relativos a Títulos da Dívida Brasileira mantidos em Subsidiárias no Exterior e Certificados de Recebíveis Imobiliários, sem reflexos em resultado, pois o resultado não realizado (menos valia) de R\$ 499 será diferido pelo prazo de vencimento dos papéis. Essa reclassificação se deu por alinhamento a estratégia de gerenciamento de risco onde a Instituição identificou que possui capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2014		31/12/2013	
	CUSTO	VALOR JUSTO	CUSTO	VALOR JUSTO
Circulante	22.176	22.220	38.219	38.267
Sem Vencimento	2.118	2.141	2.129	2.231
Até um ano	20.058	20.079	36.090	36.036
Não Circulante	56.607	56.140	60.224	58.359
De um a cinco anos	29.853	29.743	26.089	26.430
De cinco a dez anos	12.779	12.650	15.525	14.792
Após dez anos	13.975	13.747	18.610	17.137
Total	78.783	78.360	98.443	96.626

Nota 11 – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
	CUSTO AMORTIZADO	CUSTO AMORTIZADO
Títulos de Dívida de Empresas	13.549	1
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ⁽¹⁾	10.304	6.314
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	10.555	3.778
Títulos Públicos – Outros Países	26	23
Total⁽²⁾	34.434	10.116

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram R\$ 6.102 (R\$ 5.095 em 31/12/2013).

(2) No período, foram realizadas reclassificações da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento no montante de R\$ 12.157 relativos a Títulos da Dívida Brasileira mantidos em Subsidiárias no Exterior e Certificados de Recebíveis, sem reflexos em resultado, pois o resultado não realizado (menos valia) de R\$ 499 será amortizado pelo prazo de vencimento dos papéis. Essa reclassificação se deu por alinhamento a estratégia de gerenciamento de risco onde a Instituição identificou que possui capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 2.347 (R\$ 486 de 01/01 a 31/12/2013).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
	CUSTO AMORTIZADO	CUSTO AMORTIZADO
Circulante	980	99
Até um ano	980	99
Não Circulante	33.454	10.017
De um a cinco anos	13.609	158
De cinco a dez anos	11.582	5.498
Após dez anos	8.263	4.361
Total	34.434	10.116

Nota 12 – Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO, POR TIPO	31/12/2014	31/12/2013
Pessoas Físicas	185.953	167.431
Cartão de Crédito	59.321	53.149
Crédito Pessoal	27.953	26.635
Crédito Consignado	40.525	22.571
Veículos	29.047	40.584
Crédito Imobiliário	29.107	24.492
Grandes Empresas	144.910	126.413
Micro/Pequenas e Médias Empresas	79.912	81.601
Unidades Externas América Latina	41.656	36.257
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	452.431	411.702
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(22.392)	(22.235)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	430.039	389.467

POR VENCIMENTO	31/12/2014	31/12/2013
Vencidas a partir de 1 dia	13.074	12.239
A vencer até 3 meses	128.365	111.254
A vencer de 3 a 12 meses	111.092	101.716
A vencer acima de um ano	199.900	186.493
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	452.431	411.702

POR CONCENTRAÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Principal Devedor	4.032	4.358
10 Maiores Devedores	23.646	19.778
20 Maiores Devedores	35.325	29.935
50 Maiores Devedores	58.180	50.131
100 Maiores Devedores	79.617	69.210

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 1.623, R\$ 1.681 e R\$ 1.852 de receita de juros e rendimentos em 31/12/2014, 31/12/2013 e 31/12/2012 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

COMPOSIÇÃO DE SALDO POR CLASSE DE ATIVO	SALDO INICIAL 31/12/2013	EFEITO ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE CONSOLIDAÇÃO (NOTA 2.4A I)	BAIXAS 01/01 A 31/12/2014	CONSTITUIÇÃO/ (REVERSÃO) 01/01 A 31/12/2014	SALDO FINAL 31/12/2014
Pessoas Físicas	13.853	-	(12.668)	12.200	13.385
Cartão de Crédito	2.952	-	(3.784)	4.572	3.740
Crédito Pessoal	6.488	-	(5.150)	5.686	7.024
Crédito Consignado	1.133	-	(429)	403	1.107
Veículos	3.245	-	(3.254)	1.478	1.469
Crédito Imobiliário	35	-	(51)	61	45
Grandes Empresas	1.783	-	(672)	1.815	2.926
Micros/Pequenas e Médias	6.085	-	(4.992)	4.280	5.373
Unidades Externas América Latina	514	-	(343)	537	708
Total	22.235	-	(18.675)	18.832	22.392

COMPOSIÇÃO DE SALDO POR CLASSE DE ATIVO	SALDO INICIAL 31/12/2012	EFEITO ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE CONSOLIDAÇÃO (NOTA 2.4A I)	BAIXAS 01/01 A 31/12/2013	CONSTITUIÇÃO/ (REVERSÃO) 01/01 A 31/12/2013	SALDO FINAL 31/12/2013
Pessoas Físicas	14.844	435	(13.541)	12.115	13.853
Cartão de Crédito	2.863	357	(3.513)	3.245	2.952
Crédito Pessoal	6.841	78	(6.247)	5.816	6.488
Crédito Consignado	867	-	(480)	746	1.133
Veículos	4.227	-	(3.263)	2.281	3.245
Crédito Imobiliário	46	-	(38)	27	35
Grandes Empresas	1.362	-	(478)	899	1.783
Micros/Pequenas e Médias	9.091	-	(7.573)	4.567	6.085
Unidades Externas América Latina	416	-	(177)	275	514
Total	25.713	435	(21.769)	17.856	22.235

COMPOSIÇÃO DE SALDO POR CLASSE DE ATIVO	SALDO INICIAL 31/12/2011	BAIXAS 01/01 A 31/12/2012	CONSTITUIÇÃO/ (REVERSÃO) 01/01 A 31/12/2012	SALDO FINAL 31/12/2012
Pessoas Físicas	13.684	(12.317)	13.477	14.844
Cartão de Crédito	3.825	(4.073)	3.111	2.863
Crédito Pessoal	4.842	(4.895)	6.894	6.841
Crédito Consignado	556	(472)	783	867
Veículos	4.415	(2.840)	2.652	4.227
Crédito Imobiliário	46	(37)	37	46
Grandes Empresas	703	(556)	1.215	1.362
Micros/Pequenas e Médias	9.197	(9.209)	9.103	9.091
Unidades Externas América Latina	289	(60)	187	416
Total	23.873	(22.142)	23.982	25.713

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/12/2014	31/12/2013
Setor Público	6	2
Indústria e Comércio	4.146	4.630
Serviços	3.682	3.012
Setor Primário	391	251
Outros Setores	16	12
Pessoa Física	14.151	14.328
Total	22.392	22.235

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/12/2014						31/12/2013					
	IMPAIRED		NOT IMPAIRED		TOTAL		IMPAIRED		NOT IMPAIRED		TOTAL	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas ^(*)	3.749	1.731	141.161	1.195	144.910	2.926	1.584	1.019	124.829	764	126.413	1.783
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	9.727	5.641	176.226	7.744	185.953	13.385	10.371	6.289	157.060	7.564	167.431	13.853
Cartão de Crédito	3.332	1.944	55.989	1.796	59.321	3.740	2.520	1.493	50.629	1.459	53.149	2.952
Crédito Pessoal	3.886	2.619	24.067	4.405	27.953	7.024	3.574	2.404	23.061	4.084	26.635	6.488
Crédito Consignado	626	163	39.899	944	40.525	1.107	370	157	22.201	976	22.571	1.133
Veículos	1.633	897	27.414	572	29.047	1.469	3.701	2.219	36.883	1.026	40.584	3.245
Crédito Imobiliário	250	18	28.857	27	29.107	45	206	16	24.286	19	24.492	35
Micro/Pequenas e Médias Empresas	3.225	2.640	76.687	2.733	79.912	5.373	4.165	3.165	77.436	2.920	81.601	6.085
Unidades Externas América Latina	505	267	41.151	441	41.656	708	185	95	36.072	420	36.257	514
Total	17.206	10.279	435.225	12.113	452.431	22.392	16.305	10.568	395.397	11.668	411.702	22.235

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas – veículos:

	31/12/2014				31/12/2013		
	PAGAMENTOS MÍNIMOS FUTUROS	RENDAS A APROPRIAR	VALOR PRESENTE		PAGAMENTOS MÍNIMOS FUTUROS	RENDAS A APROPRIAR	VALOR PRESENTE
Circulante	4.109	(713)	3.396	Circulante	6.587	(792)	5.795
Até 1 ano	4.109	(713)	3.396	Até 1 ano	6.587	(792)	5.795
Não Circulante	4.133	(1.089)	3.044	Não Circulante	6.149	(1.597)	4.552
Entre 1 e 5 anos	3.947	(1.061)	2.886	Entre 1 e 5 anos	5.950	(1.559)	4.391
Acima de 5 anos	186	(28)	158	Acima de 5 anos	199	(38)	161
Total	8.242	(1.802)	6.440	Total	12.736	(2.389)	10.347

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 302 (R\$ 816 em 31/12/2013).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/12/2014 e 31/12/2013:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2014				31/12/2013			
	ATIVO		PASSIVO ^(*)		ATIVO		PASSIVO ^(*)	
	CONTÁBIL	VALOR JUSTO	CONTÁBIL	VALOR JUSTO	CONTÁBIL	VALOR JUSTO	CONTÁBIL	VALOR JUSTO
Pessoa Jurídica – Capital de Giro	1.106	1.106	1.106	1.106	-	-	-	-
Pessoa Física – Crédito Imobiliário	3.439	3.433	3.438	3.418	4.514	4.497	4.514	4.476
Total	4.545	4.539	4.544	4.524	4.514	4.497	4.514	4.476

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários

Nota 13 – Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% DE PARTICIPAÇÃO EM 31/12/2014		31/12/2014					
	TOTAL	VOTANTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO ABRANGENTE	LUCRO LÍQUIDO	INVESTIMENTO	RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	VALOR DE MERCADO ^(j)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.647	7	492	2.357	196	2.988
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.232	-	413	1.187	202	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.016	-	890	445	134	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	97	36	-
Entidades Controladas em Conjunto – Outros^(f)	-	-	-	-	-	4	(3)	-
Total	-	-	-	-	-	4.090	565	-

	% DE PARTICIPAÇÃO EM 31/12/2013			12/31/2013			12/31/2012		
	TOTAL	VOTANTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO ABRANGENTE	LUCRO LÍQUIDO	INVESTIMENTO	RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	VALOR DE MERCADO ^(j)	RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.787	(2)	1.146	2.432	466	2.924	157
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	819	-	212	984	104	-	64
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,00	15,00	2.432	(16)	102	358	12	-	-
Banco BPI S.A. ^(g)	-	-	-	-	-	-	-	-	(102)
Serasa S.A. ^(h)	-	-	-	-	-	-	-	-	70
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	64	15	-	(14)
Entidades Controladas em Conjunto									
MCC Securities Inc. ⁽ⁱ⁾	50,00	50,00	21	-	6	76	2	-	-
Outros ^(f)	-	-	-	-	-	17	4	-	-
Total	-	-	-	-	-	3.931	603	-	175

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2014 a posição de 30/11/2014 e em 31/12/2013 a posição de 30/11/2013, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 791 em 31/12/2014 e R\$ 806 em 31/12/2013, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31/12/2014 que corresponde ao ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 31/12/2014, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (38,39% capital total e votante e 31,84% capital total e votante em 31/12/2013); Rias Redbanc S.A. (20,00% capital total e votante) e Tecnología Bancária S.A. (24,91% capital total e votante) e Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) empresa liquidada em 30/12/2014.

(f) Em 31/12/2014, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50,00% capital total e votante) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas e, apenas em 31/12/2013 a MCC Corredora de Bolsa S.A. (50,05% capital total e votante), nota 2c, e Rosefield Finance Ltd (50,00% capital total e votante) empresa liquidada em 30/07/2014.

(g) Investimento alienado em 20/04/2012.

(h) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detinha 24% no capital votante da Serasa S.A. Investimento alienado em 23/11/2012.

(i) Em agosto/14 houve a aquisição da totalidade do investimento, Nota 3l.

(j) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Em 31/12/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu/reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 336 (R\$ 175 em 31/12/2013 e R\$ 161 em 31/12/2012), e IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 46.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Total de Ativos ^(*)	17.812	17.131	3.505
Total de Passivos ^(*)	9.917	10.072	-
Total de Receitas ^(*)	6.907	3.860	567
Total de Despesas ^(*)	(5.112)	(2.394)	-

(*) Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 12.933 (R\$ 12.503 em 31/12/2013) referente a Ativos, de R\$ 9.917 (R\$ 10.071 em 31/12/2013) referente a Passivos, de R\$ 5.852 (R\$ 2.455 em 31/12/2013) referente a Receitas e de R\$ 4.962 (R\$ 2.353 em 31/12/2013) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatário

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 804 (R\$ 338 em 31/12/2013).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	394	162
Até 1 ano	394	162
Não Circulante	410	176
De 1 a 5 anos	410	176
Total de Pagamento Mínimos Futuros	804	338
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	804	338

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 1.018 de 01/01 a 31/12/2014 (R\$ 933 de 01/01 a 31/12/2013 e R\$ 868 de 01/01 a 31/12/2012).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	1.199	1.093
Até 1 ano	1.199	1.093
Não Circulante	4.213	3.638
De 1 a 5 anos	3.539	3.091
Mais de 5 anos	674	547
Total de Pagamento Mínimos Futuros	5.412	4.731

Nota 15 – Imobilizado

IMOBILIZADO DE USO ⁽¹⁾	IMÓVEIS DE USO ⁽²⁾			OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO ⁽²⁾				TOTAL
	TERRENOS	EDIFICAÇÕES	BENFEITORIAS	INSTALAÇÕES DE USO	MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	SISTEMA PROCESSAMENTO DE DADOS ⁽³⁾	OUTROS (COMUNICAÇÃO, SEGURANÇA E TRANSPORTE)	
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2013	1.019	2.999	1.298	1.043	1.095	6.279	725	14.458
Aquisições	3	563	230	117	946	2.045	62	3.966
Baixas	(1)	(6)	(163)	(9)	(89)	(829)	(5)	(1.102)
Variação Cambial	-	(7)	22	4	(12)	4	(11)	-
Outros	(10)	29	125	(39)	(149)	(80)	2	(122)
Saldo em 31/12/2014	1.011	3.578	1.512	1.116	1.791	7.419	773	17.200
Depreciação								
Saldo em 31/12/2013	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Despesa de Depreciação	-	(58)	(247)	(85)	(79)	(1.098)	(74)	(1.641)
Baixas	-	3	162	2	60	768	4	999
Variação Cambial	-	-	1	2	12	(13)	-	2
Outros	-	11	(3)	1	(10)	35	2	36
Saldo em 31/12/2014	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	9	-	-	9
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2014	1.011	1.883	758	597	1.287	2.881	294	8.711

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 67, realizáveis até 2016 (Nota 36 – Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 2.277, sendo de Imóveis de Uso R\$ 1.358, Benfeitorias R\$ 45 e Equipamentos R\$ 874.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos			
		IMÓVEIS DE USO ⁽²⁾			OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO ⁽²⁾⁽³⁾				
IMOBILIZADO DE USO ⁽¹⁾		TERRENOS	EDIFICAÇÕES	BENFEITORIAS	INSTALAÇÕES DE USO	MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS ⁽³⁾	OUTROS (COMUNICAÇÃO, SEGURANÇA E TRANSPORTE)	TOTAL
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2012		1.029	2.472	1.253	872	931	5.480	606	12.643
Aquisições		-	554	207	183	210	1.262	118	2.534
Baixas		(8)	(13)	(211)	(11)	(15)	(474)	(3)	(735)
Variação Cambial		-	2	5	4	(8)	9	3	15
Outros		(2)	(16)	44	(5)	(23)	2	1	1
Saldo em 31/12/2013		1.019	2.999	1.298	1.043	1.095	6.279	725	14.458
Depreciação									
Saldo em 31/12/2012		-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)	(7.006)
Despesa de Depreciação		-	(70)	(235)	(80)	(83)	(987)	(67)	(1.522)
Baixas		-	10	209	7	7	430	2	665
Variação Cambial		-	-	(2)	3	9	(11)	-	(1)
Outros		-	16	(26)	(11)	(3)	2	1	(21)
Saldo em 31/12/2013		-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2012		-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos		-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2013		-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2013		1.019	1.348	631	604	599	2.049	314	6.564

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 1.212, realizáveis até 2016 (Nota 36 – Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 949, sendo de Imóveis de Uso R\$ 763, Benfeitorias R\$ 16 e Equipamentos R\$ 170.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 1.212, realizáveis até 2016 (Nota 36 – Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 949, sendo de Imóveis de Uso R\$ 763, Benfeitorias R\$ 16 e Equipamentos R\$ 170.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

	IMÓVEIS DE USO ⁽²⁾			OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO				
IMOBILIZADO DE USO ⁽¹⁾	TERRENOS	EDIFICAÇÕES	BENFEITORIAS	INSTALAÇÕES DE USO	MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	SISTEMA PROCESSAMENTO DE DADOS ⁽³⁾	OUTROS (COMUNICAÇÃO, SEGURANÇA E TRANSPORTE)	TOTAL
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2011	1.184	2.340	1.245	937	848	4.988	548	12.090
Aquisições	53	225	226	202	139	1.008	61	1.914
Baixas	(173)	(15)	(251)	(10)	(38)	(504)	(7)	(998)
Variação Cambial	2	4	10	6	(14)	2	-	10
Outros	(37)	(82)	23	(263)	(13)	(14)	4	(382)
Saldo em 31/12/2012	1.029	2.472	1.253	872	922	5.480	606	12.634
Depreciação								
Saldo em 31/12/2011	-	(1.583)	(607)	(547)	(360)	(3.344)	(291)	(6.732)
Despesa de Depreciação	-	(78)	(263)	(68)	(77)	(801)	(59)	(1.346)
Baixas	-	6	251	10	15	466	4	752
Variação Cambial	-	(2)	3	4	3	9	(1)	16
Outros	-	50	3	243	2	6	-	304
Saldo em 31/12/2012	-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)	(7.006)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2012	1.029	865	640	514	505	1.816	259	5.628

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado.

(2) Inclui o valor de R\$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 349, sendo de Imóveis de Uso R\$ 235, Benfeitorias R\$ 65 e Equipamentos R\$ 49.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 – Ativos Intangíveis

INTANGÍVEIS ⁽¹⁾	DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS				TOTAL
		ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO E OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	GASTOS COM AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	GASTOS COM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Aquisições	109	36	393	651	10	1.199
Distratos/Baixas	(214)	(104)	(201)	(10)	(300)	(829)
Variação Cambial	-	(2)	(23)	-	43	18
Outros	7	(36)	(43)	-	19	(53)
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Amortização⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Despesa de Amortização	(225)	(157)	(324)	(66)	(131)	(903)
Distratos/ Baixas	204	81	201	-	119	605
Variação Cambial	-	-	10	-	(34)	(24)
Outros	-	(5)	63	-	249	307
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Redução ao Valor Recuperável⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(8)	-	(8)
Baixas	-	25	-	-	-	25
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2014	493	1.243	1.047	2.709	642	6.134

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 508, realizáveis até 2016 (Nota 36 – Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis têm vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

INTANGÍVEIS ⁽¹⁾	DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS				TOTAL
		ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO E OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	GASTOS COM AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	GASTOS COM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2012	1.497	1.333	1.736	1.553	688	6.807
Aquisições ⁽²⁾	195	340	382	820	298	2.035
Baixas	(527)	(83)	(161)	(178)	(1)	(950)
Variação Cambial	-	1	(10)	-	39	30
Outros	-	97	(108)	-	(5)	(16)
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Amortização⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2012	(781)	(178)	(881)	(11)	(264)	(2.115)
Despesa de Amortização	(273)	(137)	(291)	(36)	(74)	(811)
Baixas	519	68	158	-	1	746
Variação Cambial	-	-	14	-	(25)	(11)
Outros	-	(9)	132	-	10	133
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Redução ao Valor Recuperável⁽⁴⁾						
Saldo em 31/12/2012	(18)	(3)	-	-	-	(21)
Adições/reconhecimentos	-	(27)	-	(6)	-	(33)
Reversões	-	3	-	-	-	3
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2013	612	1.405	971	2.142	667	5.797

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 760, realizáveis até 2016 (Nota 36 – Compromissos Off-Balance).

(2) Contempla aquisição da Credicard (Nota 3d).

(3) Todos os Ativos Intangíveis têm vida útil definida.

(4) Nota 2.4I.

INTANGÍVEIS ⁽¹⁾	DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS				TOTAL
		ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO E OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	GASTOS COM AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	GASTOS COM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	
Taxas de Amortização a.a.	até 9	até 5	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2011	1.663	1.400	1.520	613	621	5.817
Aquisições	320	12	376	919	111	1.738
Baixas	(500)	(95)	-	-	(1)	(596)
Variação Cambial	-	6	8	-	23	37
Outros	14	10	(168)	21	(66)	(189)
Saldo em 31/12/2012	1.497	1.333	1.736	1.553	688	6.807
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2011	(897)	(111)	(795)	-	(174)	(1.977)
Despesa de Amortização	(369)	(135)	(258)	(11)	(71)	(844)
Baixas	499	71	-	-	1	571
Variação Cambial	-	(1)	1	-	(12)	(12)
Outros	(14)	(2)	171	-	(8)	147
Saldo em 31/12/2012	(781)	(178)	(881)	(11)	(264)	(2.115)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2011	(15)	-	-	-	-	(15)
Adições/reconhecimentos	(3)	(3)	-	-	-	(6)
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	(18)	(3)	-	-	-	(21)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2012	698	1.152	855	1.542	424	4.671

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4L.

Nota 17 – Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/12/2014			31/12/2013		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Depósitos Remunerados	180.207	65.833	246.040	165.646	65.845	231.491
Depósitos a Prazo	43.136	65.330	108.466	51.657	65.474	117.131
Depósitos Interfinanceiros	18.622	503	19.125	7.823	371	8.194
Depósito de Poupança	118.449	-	118.449	106.166	-	106.166
Depósitos não Remunerados	48.733	-	48.733	42.892	-	42.892
Depósitos à Vista	48.733	-	48.733	42.892	-	42.892
Total	228.940	65.833	294.773	208.538	65.845	274.383

Nota 18 – Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Notas Estruturadas		
Ações	73	147
Títulos de Dívida	447	224
Total	520	371

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2014 e 31/12/2013.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o

valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
	CUSTO/ VALOR JUSTO	CUSTO/ VALOR JUSTO
Circulante – Até um ano	220	87
Não Circulante	300	284
De um a cinco anos	122	233
De cinco a dez anos	149	22
Após dez anos	29	29
Total	520	371

Nota 19 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/12/2014			31/12/2013		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Mercado Aberto	152.093	136.590	288.683	148.598	118.084	266.682
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	76.343	136.590	212.933	80.319	118.084	198.403
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	75.750	-	75.750	68.279	-	68.279
Interbancário	68.818	53.768	122.586	55.777	55.599	111.376
Letras Hipotecárias	32	111	143	39	142	181
Letras de Crédito Imobiliário	10.395	437	10.832	6.634	2.285	8.919
Letras de Crédito do Agronegócio	5.229	2.582	7.811	4.176	3.097	7.273
Letras Financeiras	6.284	4.361	10.645	6.369	7.454	13.823
Financiamento à Importação e à Exportação	27.916	15.465	43.381	25.780	7.834	33.614
Repasse no País	18.942	26.288	45.230	12.772	30.243	43.015
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	20	4.524	4.544	3	4.511	4.514
Outros	-	-	-	4	33	37

(*) Inclui R\$ 139.910 (R\$ 123.922 em 31/12/2013) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	NO PAÍS	NO EXTERIOR
Mercado Aberto	75% do CDI a 13,2%	0,18% a 3,6%
Letras Hipotecárias	-	2,7% a 7,5%
Letras de Crédito Imobiliário	84% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 13,44%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	85% a 96% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	2,5% a 6,75%	0,13% a 16%
Repasse no País	0,83% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,38% a 16,66%	1,85% a 12,73%

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a comprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 75% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/12/2014			31/12/2013		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	2.832	52.785	55.617	6.138	50.426	56.564
Obrigações por TVM no Exterior	3.142	12.250	15.392	5.358	10.133	15.491
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	1.080	1.153	2.233	-	-	-
Total	7.054	66.188	73.242	11.496	60.559	72.055

(1) Em 31/12/2014, R\$ 53.865 (R\$ 55.186 em 31/12/2013) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN;

(2) Em 31/12/2014, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 2.372.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	NO PAÍS	NO EXTERIOR
Dívida Subordinada	CDI+ 0,35% a IGPM + 7,6%	5,1% a 6,2%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,75%	0,03% a 20%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	8,6% a 12,67%	-

Nota 20 – Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2014			31/12/2013		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Financeiros⁽¹⁾	40.984	12.665	53.649	34.285	13.307	47.592
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	24.203	-	24.203	22.138	-	22.138
Operações de Seguros e Resseguros	1.388	-	1.388	5.192	-	5.192
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.128	11.478	13.606	2.172	11.818	13.990
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	624	-	624	731	-	731
Negociação e Intermediação de Valores	3.964	-	3.964	2.144	72	2.216
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	53	623	676	41	692	733
Serviços Prestados a Receber	2.394	81	2.475	1.729	-	1.729
Direito a Receber de Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	5.894	-	5.894	-	-	-
Valores a Receber do FCVS – Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	-	483	483	-	725	725
Operações sem Características de Concessão de Crédito	336	-	336	138	-	138
Não Financeiros	10.906	3.015	13.921	9.318	2.824	12.142
Despesas Antecipadas ⁽³⁾	3.594	434	4.028	4.232	420	4.652
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	2.456	2.456	-	2.308	2.308
Diversos no País	1.862	-	1.862	2.389	-	2.389
Prêmio de Operações de Crédito	2.371	-	2.371	710	-	710
Diversos no Exterior	2.058	125	2.183	405	96	501
Outros	1.021	-	1.021	1.582	-	1.582

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até março/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

(3) Em setembro/2014 houve redução do saldo em decorrência da rescisão antecipada do contrato entre Itaú Seguros e Via Varejo.

b) Outros Passivos

	31/12/2014			31/12/2013		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Financeiros	69.610	1.882	71.492	60.582	692	61.274
Operações com Cartões de Crédito	58.596	-	58.596	54.263	-	54.263
Carteira de Câmbio	784	-	784	259	-	259
Negociação e Intermediação de Valores	5.749	1.439	7.188	5.230	516	5.746
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	394	410	804	162	176	338
Recursos de Consorciados	30	-	30	28	-	28
Obrigações por Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	3.477	33	3.510	-	-	-
Outros	580	-	580	640	-	640
Não Financeiros	23.128	532	23.660	20.173	675	20.848
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	226	-	226	205	-	205
Diversos no País	1.680	48	1.728	1.071	46	1.117
Recursos em Trânsito	8.906	-	8.906	8.132	-	8.132
Provisão para Pagamentos Diversos	2.161	378	2.539	2.027	511	2.538
Sociais e Estatutárias	4.678	41	4.719	3.172	37	3.209
Relativas a Operações de Seguros	260	-	260	1.200	-	1.200
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	933	-	933	440	-	440
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	516	-	516	699	27	726
Provisão de Pessoal	1.317	65	1.382	1.251	54	1.305
Provisão para Seguro Saúde	685	-	685	655	-	655
Rendas Antecipadas	1.386	-	1.386	1.099	-	1.099
Outros	380	-	380	222	-	222

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 23/04/2014 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 15.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 06/06/2014 e o processo foi

homologado pelo BACEN em 19/05/2014. Em consequência, o capital social foi elevado em 502.802.971 ações.

O capital social está representado por 5.530.832.681 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.770.036.544 ações ordinárias e 2.760.796.137 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar-lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo

peelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 75.000 (R\$ 60.000 em 31/12/2013), sendo R\$ 51.563 (R\$ 41.602 em 31/12/2013) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 23.437 (R\$ 18.398 em 31/12/2013) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

	31/12/2014			VALOR
	QUANTIDADE			
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	
Residentes no País em 31/12/2013	2.502.311.972	983.934.784	3.486.246.756	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	15.903.068	1.525.879.886	1.541.782.954	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Bonificação de Ações – AGE de 23/04/2014 – Efetivada em 06/06/2014	251.821.504	250.981.467	502.802.971	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Residentes no País em 31/12/2014	2.757.605.774	1.048.004.507	3.805.610.281	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	12.430.770	1.712.791.630	1.725.222.400	
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.310	68.867.010	68.869.320	(1.854)
Aquisições de Ações	-	1.000.000	1.000.000	(35)
Exercidas – Outorga de Opções de Ações	-	(17.275.835)	(17.275.835)	413
Alienações – Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.525.951)	(4.525.951)	148
Bonificação de Ações – AGE de 23/04/2014 – Efetivada em 06/06/2014	231	5.763.327	5.763.558	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.541	53.828.551	53.831.092	(1.328)
Em Circulação em 31/12/2014	2.770.034.003	2.706.967.586	5.477.001.589	
Em Circulação em 31/12/2013 ⁽²⁾	2.770.034.003	2.685.042.426	5.455.076.429	

	31/12/2013			VALOR
	QUANTIDADE			
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	
Residentes no País em 31/12/2012	2.508.440.062	973.114.385	3.481.554.447	
Residentes no Exterior em 31/12/2012	9.774.978	1.536.700.285	1.546.475.263	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Bonificação de Ações – AGE de 19/04/2013 – Efetivada em 21/05/2013	251.821.504	250.981.467	502.802.971	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Residentes no País em 31/12/2013	2.752.543.169	1.082.328.262	3.834.871.431	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	17.493.375	1.678.467.875	1.695.961.250	
Ações em Tesouraria em 31/12/2012 ⁽¹⁾	2.310	57.809.663	57.811.973	(1.523)
Aquisições de Ações	-	25.850.000	25.850.000	(662)
Exercidas – Outorga de Opções de Ações	-	(8.158.717)	(8.158.717)	107
Alienações – Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.924.833)	(4.924.833)	224
Bonificação de Ações – AGE de 19/04/2013 – Efetivada em 21/05/2013	231	5.177.598	5.177.829	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.541	75.753.711	75.756.252	(1.854)
Em Circulação em 31/12/2013 ⁽²⁾	2.770.034.003	2.685.042.426	5.455.076.429	
Em Circulação em 31/12/2012 ⁽²⁾	2.770.034.003	2.697.205.508	5.467.239.511	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 06/06/2014.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

CUSTO/VALOR DE MERCADO	01/01 A 31/12/2014	
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS
Mínimo	-	34,13
Médio ponderado	-	34,75
Máximo	-	35,07
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,97	24,67
Valor de Mercado em 31/12/2014	32,30	34,60

CUSTO/VALOR DE MERCADO	01/01 A 31/12/2013	
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS
Mínimo	-	26,36
Médio ponderado	-	28,18
Máximo	-	29,24
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	8,77	26,93
Valor de Mercado em 31/12/2013	29,45	31,35

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

DEMONSTRATIVO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Lucro Líquido Individual Estatutário	17.392	11.661	10.800
Ajustes:			
(-) Reserva Legal	(870)	(583)	(540)
Base de Cálculo do Dividendo	16.522	11.078	10.260
Dividendos Mínimo Obrigatório – 25%	4.130	2.769	2.565
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos/Provisionados	6.635	5.095	4.518

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2014		
	BRUTO	IRF	LÍQUIDO
Pagos/Antecipados	2.637	(267)	2.370
Dividendos – 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2014	857	-	857
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,3256 por ação, pago em 25/08/2014	1.780	(267)	1.513
Declarados até 31/12/2014 (Registrados em Outros Passivos)	1.760	-	1.760
Dividendos – 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2015	82	-	82
Dividendos – R\$ 0,3063 por ação	1.678	-	1.678
Declarados após 31/12/2014 (Registrados em Reservas de Lucros – Equalização de Dividendos)	2.947	(442)	2.505
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,5380 por ação	2.947	(442)	2.505
Total de 01/01 a 31/12/2014 – R\$ 1,2204 líquido por ação	7.344	(709)	6.635

	31/12/2013		
	BRUTO	IRF	LÍQUIDO
Pagos/Antecipados	2.162	(206)	1.956
Dividendos – 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2013	786	-	786
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,2774 por ação, pago em 21/08/2013	1.376	(206)	1.170
Declarados até 31/12/2013 (Registrados em Outros Passivos)	1.084	(152)	933
Dividendos – 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2014	74	-	74
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,2036 por ação, creditados em 30/12/2013 pagos em 28/02/2014	1.010	(152)	859
Declarados após 31/12/2013 (Registrados em Reservas de Lucros – Reservas Especiais de Lucros)	2.596	(389)	2.207
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,5236 por ação	2.596	(389)	2.207
Total de 01/01 a 31/12/2013 – R\$ 1,0340 líquido por ação	5.842	(747)	5.095

	31/12/2012		
	BRUTO	IRF	LÍQUIDO
Pagos/Antecipados	1.971	(188)	1.783
Dividendos – 02 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a março de 2012	108	-	108
Dividendos – 09 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de abril a dezembro de 2012	610	-	610
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,2774 por ação, pago em 15/08/2012	1.253	(188)	1.065
Declarados até 31/12/2012 (Registrados em Outros Passivos)	1.387	(200)	1.187
Dividendos – 1 parcela mensal de R\$ 0,012 por ação, paga em 02/01/2013	68	-	68
Juros sobre Capital Próprio – R\$ 0,3120 por ação, creditados em 28/12/2012 pagos até 30/04/2013	1.410	(212)	1.199
Declarados após 31/12/2012 (Registrados em Reservas de Lucros – Reservas Especiais de Lucros)	1.728	(259)	1.468
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,3824 por ação pagos ate 30/04/2013	1.728	(259)	1.468
Total de 01/01 a 31/12/2012 – R\$ 1,0000 líquido por ação	5.177	(658)	4.518

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Reservas de Capital⁽¹⁾	285	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	7.925	13.183	22.138
Legal ⁽²⁾	5.841	4.971	4.388
Estatutárias	7.775	13.615	23.382
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	2.885	3.901	6.291
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	1.162	3.003	6.274
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	3.728	6.711	10.817
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	(8.638)	(7.999)	(7.360)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	2.947	2.596	1.728
Total das Reservas na Controladora	8.210	13.468	22.423

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal – objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos – tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro – objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas – visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de dezembro de cada período.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 – Pagamento Baseado em Ações

a) Plano para Outorga de Opções de Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios (pessoais, impenhoráveis e intransferíveis), que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos, o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas, bem como funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste plano somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

Características dos Programas

I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários

elegíveis ao programa eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anterior à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20,0%, para mais ou para menos, e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós-Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda ajuste de até 20,0%, para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

Em AGE de 19/04/2013 foi aprovada a conversão do Plano de Opção de Compra de Ações da REDE para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com a troca das ações RDCD3 para ITUB4, sem impacto financeiro significativo.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e/ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 (três) a 5 (cinco) anos e estão sujeitas à variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 (um) a 7 (sete) anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem a fixação do referido preço.

As ações recebidas no fim do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 (cinco) e 8 (oito) anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data de concessão foi estimada para as ações adquiridas no período findo em 31/12/2014 – R\$ 31,43 por ação (em 31/12/2013 – R\$ 34,66 por ação).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING menos o preço à vista pago pelos beneficiários. Valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações no período findo em 31/12/2014 – R\$ 8 (em 31/12/2013 – R\$ 15).

Resumo da Movimentação do Plano

	OPÇÕES SIMPLES			OPÇÕES DE SÓCIOS		TOTAL
	QUANTIDADE	PREÇO DE EXERCÍCIO MÉDIO PONDERADO	VALOR DE MERCADO MÉDIO PONDERADO	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO MÉDIO PONDERADO	
Saldo em 31/12/2013	65.316.846	32,85		18.351.820		83.668.666
Opções exercíveis no final do período	32.734.794	30,42		-		32.734.794
Opções em aberto não exercíveis	32.582.052	36,25		18.351.820		50.933.872
Opções:						
Outorgadas	-	-		11.007.189		11.007.189
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(1.392.222)	34,98		(1.556.399)		(2.948.621)
Exercidas	(13.777.250)	30,01	36,73	(3.498.585)	32,61	(17.275.835)
Saldo em 31/12/2014	50.147.374	35,67		24.304.025		74.451.399
Opções exercíveis no final do período	26.247.536	35,37		-		26.247.536
Opções em aberto não exercíveis	23.899.838	36,00		24.304.025		48.203.863
Faixa de preços de exercício						
Outorga 2006-2009		26,18 - 43,86				
Outorga 2010-2012		26,27 - 41,54				
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,56			2,05		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

	OPÇÕES SIMPLES			OPÇÕES DE SÓCIOS		TOTAL
	QUANTIDADE	PREÇO DE EXERCÍCIO MÉDIO PONDERADO	VALOR DE MERCADO MÉDIO PONDERADO	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO MÉDIO PONDERADO	
Saldo em 31/12/2012	71.677.920	31,30		17.274.588		88.952.508
Opções exercíveis no final do período	23.610.501	31,68		40.503		23.651.004
Opções em aberto não exercíveis	48.067.419	31,12		17.234.085		65.301.504
Opções:						
Outorgadas	560.271	26,27		5.715.608		6.275.879
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(2.747.498)	35,83		(653.506)		(3.401.004)
Exercidas	(4.173.847)	28,25	33,44	(3.984.870)	28,20	(8.158.717)
Saldo em 31/12/2013	65.316.846	33,33		18.351.820		83.668.666
Opções exercíveis no final do período	32.734.794	30,42		-		32.734.794
Opções em aberto não exercíveis	32.582.052	36,25		18.351.820		50.933.872
Faixa de preços de exercício						
Outorga 2006-2009		25,25 - 42,42				
Outorga 2010-2012		26,27 - 41,03				
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,57			2,05		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

	OPÇÕES SIMPLES			OPÇÕES DE SÓCIOS		TOTAL
	QUANTIDADE	PREÇO DE EXERCÍCIO MÉDIO PONDERADO	VALOR DE MERCADO MÉDIO PONDERADO	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO MÉDIO PONDERADO	
Saldo em 31/12/2011	69.419.922	29,39		15.092.652		84.512.574
Opções exercíveis no final do período	20.215.627	26,08		104.806		20.320.433
Opções em aberto não exercíveis	49.204.295	30,75		14.987.846		64.192.141
Opções:						
Outorgadas	12.589.030	28,40		4.043.009		16.632.039
Canceladas	(4.627.466)	34,84		(566.094)		(5.193.560)
Exercidas	(5.703.566)	22,13	29,64	(1.294.979)	28,75	(6.998.545)
Saldo em 31/12/2012	71.677.920	31,30		17.274.588		88.952.508
Opções exercíveis no final do período	23.610.501	31,68		40.503		23.651.004
Opções em aberto não exercíveis	48.067.419	31,12		17.234.085		65.301.504
Faixa de preços de exercício						
Outorga 2004-2009		16,75 - 40,05				
Outorga 2010-2011		28,39 - 38,86				
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,49			2,13		

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

	QUANTIDADE
Saldo em 31/12/2013	2.183.769
Instrumentos:	
Novos IBA's	286.466
Convertidos	(1.266.324)
Cancelados	(351.765)
Saldo em 31/12/2014	852.146
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	0,48

	QUANTIDADE
Saldo em 31/12/2012	3.384.440
Instrumentos:	
Novos IBA's	533.763
Convertidos	(1.732.831)
Cancelados	(1.586)
Saldo em 31/12/2013	2.183.786
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	0,62

b) Remuneração variável

A Resolução nº 3.921, de 25/11/2010, do CMN, determina que a remuneração variável dos administradores deve ser compatível com as políticas de gestão de risco da instituição, sendo que no mínimo 50% (cinquenta por cento) devem ser em ações ou instrumentos baseados em ações, e no mínimo 40% (quarenta por cento) desse montante deve ser diferido para pagamento em no mínimo 3 (três) anos.

A política instituída pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em atendimento a Resolução nº 3.921, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores e empregados deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição.

Para atender à Resolução sobre remuneração o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores e os administradores de suas controladas.

No período de 01/01 a 31/12/2014, o efeito contábil da remuneração variável está registrado na rubrica de Despesa de Pessoal no montante de R\$ 301, obedecendo aos limites estatutários.

O valor justo das ações para a Remuneração Variável é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

MOVIMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM AÇÕES	2014 QUANTIDADE
Saldo em 31/12/2013	5.214.388
Novos	6.552.973
Entregues	(1.850.290)
Cancelados	(146.879)
Saldo em 31/12/2014	9.770.192

MOVIMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM AÇÕES	2013 QUANTIDADE
Saldo em 31/12/2012	-
Novos	5.270.677
Entregues	(35.790)
Cancelados	(20.499)
Saldo em 31/12/2013	5.214.388

c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as Opções Simples e Black&Scholes para as Opções dos Sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Nº	OUTORGA DATA	CARÊNCIA ATÉ	PRazo FINAL PARA EXERCÍCIO	PREÇO DO ATIVO OBJETO	VALOR JUSTO	DIVIDENDOS ESPERADOS	TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO	VOLATILIDADE ESPERADA
Opções dos Sócios^(*)								
19ª	27/02/14	27/02/17	-	28,57	25,85	3,35%	-	-
19ª	27/02/14	27/02/19	-	28,57	24,18	3,35%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 31/12/2014 foi de R\$ (231) (R\$ (188) de 01/01 a 31/12/2013 e R\$ (177) de 01/01 a 31/12/2012) em contrapartida a Reserva de Capital – Opção de Outorga Reconhecida – Lei 11.638 (Nota 21d).

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Valor recebido pela venda de ações – Opções Exercidas	535	215	209
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(561)	(331)	(262)
Efeito na Venda ^(*)	(26)	(116)	(53)

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

Nota 23 – Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5.904	4.314	5.334
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.286	583	1.042
Aplicações em Mercado Aberto	17.929	12.630	10.096
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	15.128	10.860	13.324
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.272	5.067	3.771
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.347	486	471
Operações de Crédito	69.248	59.546	61.139
Outros Ativos Financeiros	1.001	641	1.187
Total	120.115	94.127	96.364

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Depósitos	(12.064)	(9.802)	(10.544)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(26.771)	(16.865)	(17.539)
Recursos de Mercados Interbancários	(14.404)	(6.245)	(5.747)
Recursos de Mercados Institucionais	(10.695)	(9.971)	(7.693)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(8.987)	(3.436)	(6.513)
Outros	(56)	(42)	(31)
Total	(72.977)	(46.361)	(48.067)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	41	(2.736)	3.159
Derivativos ^(*)	119	(2.517)	(2.458)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	32	15	17
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(915)	(839)	705
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	(1)	153	40
Total	(724)	(5.924)	1.463

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 31/12/2014 e 31/12/2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 31/12/2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 174 de perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (R\$ 3 em 31/12/2013).

Nota 24 – Receita de Prestação de Serviços

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Serviços de Contas Correntes	7.725	6.450	5.272
Taxas de Administração	2.660	2.501	2.159
Comissões de Cobrança	1.279	1.213	1.176
Comissões de Cartões de Crédito	11.507	9.701	7.888
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.407	1.240	1.135
Comissão de Corretagem	262	337	243
Outros	1.502	1.270	1.071
Total	26.342	22.712	18.944

Nota 25 – Outras Receitas

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto ^(*)	1.194	131	1.684
Recuperação de Despesas	207	110	121
Reversão de Provisões	179	119	234
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Nota 32e)	158	624	-
Outros	416	411	243
Total	2.154	1.395	2.282

(*) De 01/01 a 31/12/2014 refere-se basicamente ao lucro na alienação do investimento da ISSC no montante de R\$ 1.151 (De 01/01 a 31/12/2012 composto basicamente por resultado na alienação integral do investimento na Serasa S.A. no montante de R\$ 1.542).

Nota 26 – Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Despesas de Pessoal	(17.071)	(15.860)	(14.332)
Remuneração	(7.046)	(6.503)	(5.961)
Encargos	(2.364)	(2.181)	(2.109)
Benefícios Sociais	(2.133)	(1.983)	(1.845)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-emprego (Nota 29)	33	7	760
Benefício Definido	(30)	(37)	(125)
Contribuição Definida	63	44	885
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(231)	(188)	(177)
Treinamento	(186)	(185)	(242)
Participações de Empregados nos Lucros	(3.324)	(2.850)	(2.560)
Desligamentos	(377)	(327)	(462)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(1.443)	(1.650)	(1.736)
Despesas Administrativas	(14.325)	(13.257)	(12.665)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.870)	(3.700)	(3.523)
Serviços de Terceiros	(4.189)	(3.215)	(3.255)
Instalações	(924)	(964)	(962)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(972)	(1.361)	(942)
Despesas de Aluguéis	(1.216)	(1.100)	(974)
Transportes	(432)	(454)	(500)
Materiais	(365)	(356)	(386)
Despesas com Serviços Financeiros	(544)	(496)	(512)
Segurança	(627)	(549)	(511)
Concessionárias de Serviços Públicos	(289)	(248)	(290)
Despesas de Viagem	(204)	(194)	(188)
Outros	(693)	(620)	(622)
Depreciação	(1.641)	(1.522)	(1.346)
Amortização	(827)	(808)	(844)
Despesas de Comercialização de Seguros	(1.214)	(1.147)	(1.253)
Outras Despesas	(7.472)	(7.320)	(7.640)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(2.691)	(1.874)	(2.108)
Reembolso relativo à Aquisições	(68)	38	(51)
Perdas com fraudes com Terceiros	(472)	(566)	(734)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(133)	(132)	(458)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(1.708)	(2.274)	(2.329)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(971)	(1.311)	(1.004)
Ressarcimento de custos interbancários	(229)	(227)	(215)
Outros	(1.200)	(974)	(741)
Total	(42.550)	(39.914)	(38.080)

(*) De 01/01 a 31/12/2012 composto basicamente por resultado na alienação integral do investimento no Banco BPI, S.A. no montante de R\$ (302).

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I – Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

DEVIDOS SOBRE OPERAÇÕES DO PERÍODO	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	28.808	20.865	17.416
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(11.523)	(8.346)	(6.966)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	109	243	68
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	1.471	1.054	447
Juros sobre o Capital Próprio	1.738	1.619	1.789
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	639	639	-
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	311	172	188
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis ^(*)	46	(2.884)	(3.242)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.209)	(7.503)	(7.716)
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição (Reversão) do Período	1.341	3.617	3.325
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	(1.079)	(457)	166
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	262	3.160	3.491
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.947)	(4.343)	(4.225)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I – O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2013	REALIZAÇÃO/ REVERSÃO	EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO	CONSTITUIÇÃO	31/12/2014
Refletido no Resultado	35.043	(12.477)	-	9.947	32.513
Créditos de Liquidação Duvidosa	17.896	(4.889)	-	5.902	18.909
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.137	(714)	-	7	5.430
Provisões para Passivos Contingentes	3.973	(1.515)	-	1.840	4.298
Ações Cíveis	1.706	(435)	-	547	1.818
Ações Trabalhistas	1.400	(894)	-	954	1.460
Fiscais e Previdenciárias	849	(179)	-	339	1.009
Outros	18	(7)	-	-	11
Ágio na Aquisição do Investimento	1.515	(794)	-	-	721
Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias	1.479	(1.389)	-	304	394
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	653	(662)	-	12	3
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	439	(439)	-	109	109
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	262	-	-	12	274
Outros	2.689	(2.075)	-	1.761	2.375
Refletido no Patrimônio Líquido	4.502	(915)	-	519	4.106
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	3.153	(639)	-	-	2.514
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	814	(275)	-	-	539
Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	426	-	-	376	802
Outros	109	(1)	-	143	251
Total^(*)	39.545	(13.392)	-	10.466	36.619

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 (R\$ 31.886 em 31/12/2013) e R\$ 201 (R\$ 328 em 31/12/2013).

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
	31/12/2012	REALIZAÇÃO/ REVERSÃO	EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO	CONSTITUIÇÃO	31/12/2013	
Refletido no Resultado	31.060	(11.076)	1.062	13.997	35.043	
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	3.955	(1.336)	59	3.459	6.137	
Créditos de Liquidação Duvidosa	16.275	(4.438)	479	5.580	17.896	
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	229	(229)	-	439	439	
Ágio na Aquisição do Investimento	2.761	(1.657)	31	380	1.515	
Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias	1.645	(665)	215	284	1.479	
Provisões para Passivos Contingentes	<u>3.487</u>	<u>(1.421)</u>	<u>167</u>	<u>1.740</u>	<u>3.973</u>	
Ações Cíveis	1.422	(516)	43	757	1.706	
Ações Trabalhistas	1.224	(565)	80	661	1.400	
Fiscais e Previdenciárias	822	(339)	44	322	849	
Outros	19	(1)	-	-	18	
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	8	(13)	-	658	653	
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	254	-	-	8	262	
Outros	2.446	(1.317)	111	1.449	2.689	
Refletida no Patrimônio Líquido	3.943	(638)	1	1.196	4.502	
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	3.791	(638)	-	-	3.153	
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	26	-	-	788	814	
Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	126	-	-	300	426	
Outros	-	-	1	108	109	
Total^(*)	35.003	(11.714)	1.063	15.193	39.545	

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.886 e R\$ 328.

II – O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2013	REALIZAÇÃO/ REVERSÃO	CONSTITUIÇÃO	31/12/2014
Refletido no Resultado	7.527	(3.289)	497	4.735
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	4.165	(1.657)	-	2.508
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	981	(155)	50	876
Planos de Pensão	355	(118)	99	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	392	(388)	-	4
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	157	(157)	6	6
Tributação sobre Resultados no Exterior – Ganhos de Capital	267	-	296	563
Outros	1.210	(814)	46	442
Refletido no Patrimônio Líquido	460	-	496	956
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	64	-	68	132
Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	84	-	289	373
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	311	-	131	442
Outros	1	-	8	9
Total^(*)	7.987	(3.289)	993	5.691

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 (R\$ 31.886 em 31/12/2013) e R\$ 201 (R\$ 328 em 31/12/2013).

	31/12/2012	REALIZAÇÃO/ REVERSÃO	CONSTITUIÇÃO	31/12/2013
Refletido no Resultado	7.812	(2.959)	2.674	7.527
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	5.453	(2.527)	1.239	4.165
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	911	(130)	200	981
Planos de Pensão	355	-	-	355
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	117	-	275	392
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	234	(234)	157	157
Tributação sobre Resultados no Exterior – Ganhos de Capital	167	-	100	267
Outros	575	(68)	703	1.210
Refletido no Patrimônio Líquido	1.848	(1.473)	85	460
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	1.288	(1.224)	-	64
Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	-	-	84	84
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria ⁽¹⁾	560	(249)	-	311
Outros	-	-	1	1
Total⁽²⁾	9.660	(4.432)	2.759	7.987

(1) Em 31/03/2013 foi reclassificado para o Patrimônio Líquido, conforme IAS 19 (R1).

(2) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.886 e R\$ 328.

III – A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2014, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS						PROVISÃO PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS		TRIBUTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS	
	DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	%	PREJUÍZO FISCAL E BASE NEGATIVA	%	TOTAL	%				
2015	11.771	37%	345	6%	12.116	33%	(1.587)	28%	10.529	34%
2016	3.983	13%	1.166	22%	5.149	14%	(1.040)	19%	4.109	13%
2017	4.701	15%	1.177	22%	5.878	16%	(1.069)	19%	4.809	16%
2018	2.531	8%	1.899	35%	4.430	12%	(252)	4%	4.178	14%
2019	2.690	9%	405	7%	3.095	9%	(253)	4%	2.842	9%
Acima de 2019	5.513	18%	438	8%	5.951	16%	(1.490)	26%	4.461	14%
Total	31.189	100%	5.430	100%	36.619	100%	(5.691)	100%	30.928	100%
Valor Presente^(*)	26.791		4.656		31.447		(4.791)		26.656	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 – Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES – LUCRO POR AÇÃO BÁSICO			
Lucro Líquido	21.555	16.424	12.634
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(59)	(59)	(59)
Subtotal	21.496	16.365	12.575
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(61)	(61)	(61)
Subtotal	21.435	16.304	12.514
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:			
Aos Detentores de Ações Ordinárias	10.856	8.268	6.341
Aos Detentores de Ações Preferenciais	10.579	8.036	6.173
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	10.917	8.329	6.402
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	10.638	8.095	6.232
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	2.770.034.003	2.770.034.003	2.770.034.003
Ações Preferenciais	2.699.460.382	2.692.213.780	2.696.697.363
Lucro por Ação – Básico – R\$			
Ações Ordinárias	3,94	3,01	2,31
Ações Preferenciais	3,94	3,01	2,31

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES – LUCRO POR AÇÃO DILUÍDO			
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	10.638	8.095	6.232
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	49	33	22
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	10.687	8.128	6.254
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	10.917	8.329	6.402
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(49)	(33)	(22)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	10.868	8.296	6.380
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	2.770.034.003	2.770.034.003	2.770.034.003
Ações Preferenciais	2.724.080.698	2.713.733.080	2.715.295.033
Ações Preferenciais	2.699.460.382	2.692.213.780	2.696.697.363
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	24.620.316	21.519.300	18.597.670
Lucro por Ação Diluído – R\$			
Ações Ordinárias	3,92	3,00	2,30
Ações Preferenciais	3,92	3,00	2,30

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Plano de Opções de Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 5.885.956 ações preferenciais em 31/12/2014, 8.960.620 ações preferenciais em 31/12/2013 e 8.116.424 ações preferenciais em 31/12/2012.

Nota 29 – Benefícios Pós-Emprego

Nos termos do IAS 19 (R1), são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	BENEFÍCIO DEFINIDO				CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA				OUTROS BENEFÍCIOS				TOTAL			
	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012 ⁽¹⁾	01/01 A 31/12/2012 ⁽²⁾	(85)	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012 ⁽¹⁾	01/01 A 31/12/2012 ⁽²⁾	(146)	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012 ⁽¹⁾	01/01 A 31/12/2012 ⁽²⁾	(74)	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012 ⁽¹⁾	01/01 A 31/12/2012 ⁽²⁾	(85)
Custo Serviço Corrente	(74)	(103)	(85)	(85)	-	-	-	-	-	-	-	(74)	(103)	(170)	(137)	(306)
Juros Líquidos	(32)	2	11	(874)	180	137	(5)	(146)	(12)	(11)	(11)	150	170	-	-	(879)
Efeito na Restrição do Ativo	-	-	-	-	(136)	(146)	(146)	(146)	-	-	-	(133)	(136)	(146)	(146)	(146)
Aportes e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	9	7	6	9	7	6	6	6
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remensurações	-	-	-	517	-	-	1.036	-	-	-	(23)	-	-	-	-	1.530
Total Valores Reconhecidos	(106)	(101)	(74)	(125)	63	(9)	885	(5)	(5)	(5)	(28)	(48)	(62)	(88)	(732)	732

(1) Corresponde aos valores pelo IAS 19 (R1), apresentados somente para efeito comparativo de acordo com IAS 8, não contabilizados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2012 e 31/12/2011, em função da imaterialidade.

(2) Em conformidade com o IAS 19, as movimentações até 31/12/2012 transitavam pelo resultado, sem impacto no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes

	BENEFÍCIO DEFINIDO		CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA		OUTROS BENEFÍCIOS		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
No Início do Período	(354)	-	(286)	-	7	-	(633)	-
Efeito na Restrição do Ativo	(453)	1.036	77	43	-	-	(376)	1.079
Remensurações	732	(1.390)	(12)	(329)	(15)	7	705	(1.712)
Total Valores Reconhecidos	(75)	(354)	(221)	(286)	(8)	7	(304)	(633)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

ENTIDADE

PLANO DE BENEFÍCIO

Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar – PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev – PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 – PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam – PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam – PSI ⁽²⁾
	Plano Itaúbank CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaúbank ⁽³⁾
	Plano BD Itaú ⁽¹⁾
	Plano CD Itaú ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
Fundação Bemgeprev	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia – ACMV ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
Múltipla – Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾

- (1) Plano de modalidade de benefício definido;
(2) Plano de modalidade de contribuição variável;
(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios

aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I – Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	10,24% a.a.	9,72% a.a.	8,16% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2002
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2012
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social/Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

- (1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Em 31/12/2013 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.
(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.
(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.
(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custo é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II – Exposição a Riscos – Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos – O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de

emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos – Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação – A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida – A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III – Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

CATEGORIAS	VALOR JUSTO			% ALOCAÇÃO			META 2015
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	
Títulos de Renda Fixa	12.250	11.251	13.736	91,16%	89,92%	91,14%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	641	709	763	4,77%	5,67%	5,06%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	22	18	16	0,17%	0,14%	0,11%	0% a 10%
Imóveis	488	508	532	3,63%	4,06%	3,53%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	37	26	25	0,27%	0,21%	0,17%	0% a 5%
Total	13.438	12.512	15.072	100,00%	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (Itaúsa) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 554 (R\$ 596 em 31/12/2013 e R\$ 589 em 31/12/2012), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 455 (R\$ 474 em 31/12/2013 e R\$ 498 em 31/12/2012).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados – avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável – avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis – demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2012, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes – atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV – Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
1- Ativos Líquidos dos Planos	13.438	12.512	15.072
2- Passivos Atuariais	(11.695)	(11.577)	(12.906)
3- Superveniência (1-2)	1.743	935	2.166
4- Restrição do Ativo ^(*)	(1.847)	(1.293)	(2.137)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(104)	(358)	29
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	242	222	487
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(346)	(580)	(458)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V – Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	31/12/2014				
	ATIVO LÍQUIDO	PASSIVOS ATUARIAIS	SUPERVENIÊNCIA	RESTRICÇÃO DO ATIVO	MONTANTE RECONHECIDO
Valor Início do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)
Custo Serviço Corrente	-	(74)	(74)	-	(74)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.178	(1.087)	91	(123)	(32)
Benefícios Pagos	(780)	780	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	81	-	81	-	81
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(453)	(453)
Remensurações ^{(2) (3)}	432	263	695	22	717
Valor Final do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)

	31/12/2013				
	ATIVO LÍQUIDO	PASSIVOS ATUARIAIS	SUPERVENIÊNCIA	RESTRICÇÃO DO ATIVO	MONTANTE RECONHECIDO
Valor Início do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29
Custo Serviço Corrente	-	(103)	(103)	-	(103)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.202	(1.025)	177	(175)	2
Benefícios Pagos	(739)	739	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	68	-	68	-	68
Contribuições Participantes	16	-	16	-	16
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	1.036	1.036
Remensurações ^{(2) (3)}	(3.107)	1.718	(1.389)	(17)	(1.406)
Valor Final do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)

	31/12/2012				
	ATIVO LÍQUIDO	PASSIVOS ATUARIAIS	SUPERVENIÊNCIA	RESTRICÇÃO DO ATIVO	MONTANTE RECONHECIDO
Valor Início do Período	11.773	(10.413)	1.360	(1.263)	97
Custo Serviço Corrente	-	(85)	(85)	-	(85)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.118	(985)	133	(122)	11
Benefícios Pagos	(671)	671	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	57	-	57	-	57
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(874)	(874)
Remensurações ^{(2) (3)}	2.780	(2.094)	686	122	808
Valor Final do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2014 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 9,72% a.a. (Em 01/01/2013 utilizou-se a taxa de desconto de 8,16%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 1.611 (R\$ (1.905) em 31/12/2013 e R\$ 3.898 em 31/12/2012).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 81 (R\$ 68 de 01/01 a 31/12/2013 e R\$ 57 de 01/01 a 31/12/2012). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2014 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 58.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

PERÍODO	PAGAMENTO ESTIMADO
2015	845
2016	867
2017	889
2018	915
2019	942
2020 a 2024	4.812

VI – Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

ALTERAÇÃO DA PREMISSE	EFEITO NO PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS		EFEITO QUE SERIA REFLETIDO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ORA ^(*)
	VALOR	PERCENTUAL SOBRE PASSIVO ATUARIAL	
- Redução em 0,5%	668	5,73%	(315)
- Acréscimo em 0,5%	(578)	(5,22%)	331

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I – Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2014			31/12/2013			31/12/2012		
	FUNDO PREVIDENCIAL	RESTRIÇÃO DO ATIVO	MONTANTE RECONHECIDO	FUNDO PREVIDENCIAL	RESTRIÇÃO DO ATIVO	MONTANTE RECONHECIDO	FUNDO PREVIDENCIAL	RESTRIÇÃO DO ATIVO	MONTANTE RECONHECIDO
Valor Início do Período	2.361	(275)	2.086	2.646	(318)	2.328	1.756	(313)	1.443
Juros Líquidos	223	(27)	196	206	(26)	180	167	(30)	137
Aportes e Contribuições	(133)	-	(133)	(136)	-	(136)	(146)	-	(146)
Efeito na Restrição do Ativo	-	77	77	-	43	43	-	(5)	(5)
Remensurações	(13)	1	(12)	(355)	26	(329)	869	30	899
Valor Final do Período (Nota 20a)	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086	2.646	(318)	2.328

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 190 (R\$ 183 de 01/01 a 31/12/2013 e R\$ 196 de 01/01 a 31/12/2012), sendo R\$ 133 (R\$ 136 de 01/01 a 31/12/2013 e R\$ 146 de 01/01 a 31/12/2012) oriundos dos fundos previdenciais.

e) Outros Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós-emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I – Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
No Início do Período	(146)	(148)	(120)
Custo de Juros	(14)	(12)	(11)
Benefícios Pagos	9	7	6
Remensurações	(19)	7	(23)
No Final do Período (Nota 20b)	(170)	(146)	(148)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

PERÍODO	PAGAMENTO ESTIMADO
2015	9
2016	10
2017	11
2018	11
2019	12
2020 a 2024	73

II – Análise de Sensibilidade – Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 9,72% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	RECONHECIMENTO	AUMENTO DE 1%	REDUÇÃO DE 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	2	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	21	(18)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I – Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

ÍNDICES DOS MAIORES RAMOS

	SINISTRALIDADE %		COMERCIALIZAÇÃO %	
	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	87,1	87,5	1,4	1,4
Riscos de Petróleo	77,2	12,2	11,8	16,6
Riscos Nomeados e Operacionais	57,8	41,3	4,1	2,5
Vida em Grupo	52,9	49,5	13,9	11,6
Compreensivo Empresarial	46,2	54,8	17,5	14,6
Acidentes Pessoais Individual	17,8	19,3	10,6	10,2
Extensão de Garantia – Patrimonial	16,8	17,1	64,0	63,9
Prestamista	14,8	16,7	21,1	20,6
Doença Grave ou Terminal	13,6	10,2	10,7	10,5
Acidentes Pessoais Coletivo	7,0	7,1	39,0	35,8
Riscos Diversos	5,2	4,0	57,3	56,6

II – Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

• **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.

• **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.

• **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III – Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES EMITIDAS DIRETOS			RESSEGUROS			PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES RETIDAS			
	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 12/31/2012	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012	01/01 A 31/12/2012
VGBL	13.532	13.675	15.890	-	-	-	13.532	13.675	15.890	
PGBL	1.665	1.532	1.554	-	-	-	1.665	1.532	1.554	
Vida em Grupo	1.414	1.392	1.299	(28)	(25)	(41)	1.386	1.367	1.258	
Extensão de Garantia – Patrimonial	1.202	1.293	1.368	-	-	-	1.202	1.293	1.368	
Prestamista	802	726	460	-	-	(2)	802	726	458	
Acidentes Pessoais Coletivo	796	698	642	(2)	(2)	-	794	696	642	
Riscos Nomeados e Operacionais	501	606	479	(393)	(487)	(361)	108	119	118	
Riscos de Petróleo	284	471	282	(252)	(408)	(237)	32	63	45	
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	243	366	404	-	-	-	243	366	404	
Riscos Diversos	223	231	221	(53)	(69)	(54)	170	162	167	
Acidentes Pessoais Individual	186	155	104	(2)	(3)	(2)	184	152	102	
Tradicional	174	180	278	-	-	-	174	180	278	
Doenças Graves ou Terminais	159	139	130	(1)	(1)	-	158	138	130	
Compreensivo Empresarial	139	199	204	(25)	(45)	(49)	114	154	155	
Demais Ramos	1.477	1.664	1.433	(275)	(483)	(420)	1.202	1.181	1.013	
Total	22.797	23.327	24.748	(1.031)	(1.523)	(1.166)	21.766	21.804	23.582	

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I – Seguros e Previdência:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** – constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** – constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** – constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas

no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBG)** – constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** – constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II – Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I – Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2014			31/12/2013				
	SEGUROS DE DANOS, PESSOAS E VIDA INDIVIDUAL	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA	TOTAL	SEGUROS DE DANOS, PESSOAS E VIDA INDIVIDUAL	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA	TOTAL
Saldo Inicial	10.275	25.252	63.496	99.023	9.120	23.729	57.469	90.318
(+) Adições Decorrentes de Prêmios/Contribuições	7.267	2.034	13.541	22.842	7.810	1.849	13.585	23.244
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(7.154)	(192)	-	(7.346)	(7.226)	(147)	-	(7.373)
(-) Pagamento de Sinistros/Benefícios	(2.395)	(204)	(10)	(2.609)	(2.341)	(141)	(13)	(2.495)
(+) Sinistros Avisados	2.219	-	-	2.219	2.523	-	-	2.523
(-) Resgates	(1)	(1.249)	(7.929)	(9.179)	(2)	(1.129)	(9.479)	(10.610)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	266	347	613	-	(20)	(152)	(172)
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	7	2.249	6.319	8.575	3	1.103	2.103	3.209
(+/-) Desenvolvimento de Negócios (Notas 3e i)	(4.402)	-	-	(4.402)	-	-	-	-
(+/-) Outras (Constituição/Reversão)	56	72	(86)	42	388	8	(17)	379
Provisão de Seguros e Previdência Privada	5.872	28.228	75.678	109.778	10.275	25.252	63.496	99.023

II.II – Saldo das Provisões Técnicas

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prêmios não Ganhos	4.015	5.274	12	10	4.027	5.284
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	13	19	102.311	87.239	102.324	87.258
Resgates e Outros Valores a Regularizar	21	20	168	139	189	159
Excedente Financeiro	1	1	519	490	520	491
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	760	3.631	15	19	775	3.650
Sinistros/Eventos Ocorridos e não Avisados – IBNR	635	799	19	12	654	811
Despesas Relacionadas e Administrativas	42	188	70	46	112	234
Outras Provisões	385	343	792	793	1.177	1.136
Total⁽²⁾	5.872	10.275	103.906	88.748	109.778	99.023

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 462, de 01/03/2013, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2014	2.205
Constituições	1.747
Amortizações	(2.263)
Reorganização Societária	31
Venda da Carteira de Grandes Riscos	(73)
Saldo em 31/12/2014	1.647
Saldo a amortizar até 12 meses	972
Saldo a amortizar após 12 meses	675

Saldo em 01/01/2013	2,231
Constituições	15
Amortizações	(37)
Redução ao valor recuperável	(4)
Saldo em 31/12/2013	2,205
Saldo a amortizar até 12 meses	983
Saldo a amortizar após 12 meses	1,222

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I – Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar^(*)	775
(-) Operações DPVAT	148
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	126
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	3
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	498

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2014.

Ia – Sinistros Administrativos – Bruto de Resseguro

DATA DE CADASTRO	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	TOTAL
No Final do Ano de Divulgação	965	931	1.065	1.144	1.187	
1 ano depois	931	937	1.058	1.221	-	
2 anos depois	934	938	1.063	-	-	
3 anos depois	937	940	-	-	-	
4 anos depois	938	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	938	940	1.063	1.221	1.187	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	934	931	1.057	1.210	973	5.105
Passivo Reconhecido no Balanço	4	9	6	11	214	244
Passivo em Relação a Anos Anteriores						16
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						260

Ib – Sinistros Judiciais – Bruto de Resseguro

DATA DE CADASTRO	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	TOTAL
No Final do Ano de Divulgação	19	26	47	23	22	
1 ano depois	33	52	54	47	-	
2 anos depois	45	59	63	-	-	
3 anos depois	50	66	-	-	-	
4 anos depois	54	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	54	66	63	47	22	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	33	36	43	31	10	153
Passivo Reconhecido no Balanço	21	30	20	16	12	99
Passivo em Relação a Anos Anteriores						139
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						238

II – Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar⁽¹⁾	775
(-) Operações DPVAT	148
(-) IBNER	126
(-) Resseguros ⁽²⁾	27
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	3
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	471

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2014.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2014.

IIa – Sinistros Administrativos – Líquido de Resseguro

DATA DE CADASTRO	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	TOTAL
No Final do Ano de Divulgação	949	917	1.022	1.112	1.165	
1 ano depois	915	917	1.012	1.188	-	
2 anos depois	922	918	1.017	-	-	
3 anos depois	925	920	-	-	-	
4 anos depois	925	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	925	920	1.017	1.188	1.165	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	921	914	1.011	1.177	956	4.979
Passivo Reconhecido no Balanço	4	6	6	11	209	236
Passivo em Relação a anos Anteriores						9
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						245

IIb – Sinistros Judiciais – Líquido de Resseguro

DATA DE CADASTRO	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	TOTAL
No Final do Ano de Divulgação	19	26	46	23	22	
1 ano depois	32	51	53	47	-	
2 anos depois	45	58	62	-	-	
3 anos depois	50	65	-	-	-	
4 anos depois	53	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	53	65	62	47	22	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	32	36	43	31	10	152
Passivo Reconhecido no Balanço	21	29	19	16	12	97
Passivo em Relação a Anos Anteriores						129
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						226

Na composição da tabela de desenvolvimento de sinistros foram excluídos os sinistros históricos da operação de seguros de grandes riscos conforme informado na Nota 3i.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos Held to Maturity (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro – Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

TESTE DE SENSIBILIDADE	IMPACTO NO RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾			IMPACTO NO RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾		
	31/12/2014			31/12/2013		
	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E VIDA COM COBERTURA POR SOBREVIVÊNCIA	SEGUROS		PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E VIDA COM COBERTURA POR SOBREVIVÊNCIA	SEGUROS	
		BRUTO DE RESSEGUROS	LÍQUIDO DE RESSEGUROS		BRUTO DE RESSEGUROS	LÍQUIDO DE RESSEGUROS
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	3	(5)	(5)	2	(5)	(5)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(3)	5	5	(2)	5	5
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	30	7	7	27	10	7
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(31)	(7)	(7)	(27)	(10)	(7)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(11)	-	-	(9)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	11	-	-	9	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(62)	(59)	-	(180)	(88)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	62	59	-	180	89

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	01/01 A 31/12/2014			01/01 A 31/12/2013			01/01 A 31/12/2012		
	PRÊMIOS DE SEGUROS	PRÊMIO RETIDO	RETENÇÃO (%)	PRÊMIOS DE SEGUROS	PRÊMIO RETIDO	RETENÇÃO (%)	PRÊMIOS DE SEGUROS	PRÊMIO RETIDO	RETENÇÃO (%)
Danos									
Extensão de Garantia	1.202	1.202	100,0	1.293	1.293	100,0	1.368	1.368	100,0
Prestamista	802	802	100,0	726	726	100,0	460	458	99,6
DPVAT	243	243	100,0	366	366	100,0	404	404	100,0
Pessoas									
Vida em Grupo	1.414	1.386	98,2	1.392	1.367	98,2	1.299	1.258	96,8
Acidentes Pessoais Coletivo	796	794	99,8	698	696	99,7	642	642	100,0
Acidentes Pessoais Individual	186	184	98,9	155	152	98,1	104	102	98,1
Grandes Riscos									
Riscos Nomeados e Operacionais	501	108	21,6	606	119	19,6	479	118	24,6
Riscos de Petróleo	284	32	11,3	471	63	13,4	282	45	16,0
Riscos de Engenharia	46	8	17,4	120	16	13,3	104	16	15,4

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, entendemos que os principais riscos inerentes a estes produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização;
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários de fundos de pensão decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de órgãos colegiados onde as decisões podem chegar às comissões superiores, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

A administração da empresa trabalha em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente elabora-se mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito a partir de premissas atuarias.

O gestor de investimentos, de posse dessas informações, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (VaR – *Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV 01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento

de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

(R\$ milhões)

CLASSE	31/12/2014		31/12/2013	
	SALDO CONTÁBIL	DV01	SALDO CONTÁBIL	DV01
Título Público				
NTN-C	4.299	(3.39)	4.114	(3.47)
NTN-B	1.950	(2.17)	1.719	(1.92)
NTN-F	-	-	7	-
LTN	0	(0.00)	-	-
Título Privado				
Indexado a IGPM	-	-	14	(0.00)
Indexado a IPCA	337	(0.22)	309	(0.22)
Indexado a PRE	64	(0.01)	14	(0.00)
Ações	2	0.02	39	0.39
Ativos Pós-Fixados	8.177	-	7.301	-
Compromissadas Over	7.746	-	7.567	-

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

PASSIVO		ATIVO		31/12/2014			31/12/2013		
OPERAÇÕES DE SEGUROS	ATIVO GARANTIDOR	VALOR DO PASSIVO ⁽¹⁾	DU DO PASSIVO ⁽²⁾	DU DO ATIVO ⁽²⁾	VALOR DO PASSIVO ⁽¹⁾	DU DO PASSIVO ⁽²⁾	DU DO ATIVO ⁽²⁾		
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	4.014	15,77	12,05	5.272	17,96	2,40		
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.435	15,76	14,90	4.616	17,15	7,18		
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	388	108,69	21,80	345	118,25	24,97		
Subtotal	Subtotal	5.837			10.233				
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual									
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	70	91,97	94,12	46	95,58	173,97		
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	14	-	12,18	11	-	1,93		
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	17	-	12,16	21	-	1,93		
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	20	12,07	12,18	13	9,83	1,92		
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	188	-	12,16	158	-	1,94		
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.254	92,02	94,41	1.152	95,66	174,76		
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽³⁾	97.141	169,57	14,79	82.279	133,15	10,94		
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.926	187,72	86,61	3.825	175,92	83,53		
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	791	187,69	86,59	793	175,57	83,28		
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	520	187,40	86,40	492	175,63	83,33		
Subtotal	Subtotal	103.941			88.790				
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	109.778			99.023				

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL/VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

I – Discriminação dos Resseguradores

A divisão dos riscos cedidos as resseguradoras e a classificação destas de acordo com a agência de rating Standard & Poor's é apresentada a seguir:

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 38,57% (38,55% em 31/12/2013), Lloyd's (A+) com 17,48% (16,92% em 31/12/2013), Munich Re do Brasil com 5,34% (6,15% em 31/12/2013), Mapfre Re, Cia de Reaseguros, S.A. (A) 4,21% (2,50% em

31/12/2013) e American Home Assurance Company (A) com 4,01% (8,64% em 31/12/2013).

- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 50,00% (48,84% em 31/12/2013) e Munich Re do Brasil com 50,00% (51,16% em 31/12/2013). Nas

operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em Munich Re do Brasil 55,46% (49,60% em 31/12/2013) e IRB Brasil Resseguros com 44,54% (49,40% em 31/12/2013).

II – Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

CLASSIFICAÇÃO INTERNA ^(*)	31/12/2014						
	APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO	DERIVATIVOS ATIVO	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	TOTAL
Baixo	9.721	66.781	-	105	2.389	3.958	82.954
Médio	-	3	-	-	-	-	3
Alto	-	3	-	-	-	-	3
Total	9.721	66.787	-	105	2.389	3.958	82.960
%	11,72	80,51	-	0,1	2,9	4,8	100,00

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

CLASSIFICAÇÃO INTERNA ^(*)	31/12/2013						
	APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO	DERIVATIVOS ATIVO	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	TOTAL
Baixo	11.895	49.125	-	60	1.955	3.779	66.814
Médio	-	10.885	-	64	49	-	10.998
Alto	-	78	-	-	-	-	78
Total	11.895	60.088	-	124	2.004	3.779	77.890
%	15,2	77,1	-	0,2	2,6	4,9	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem

um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos – Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I – Operações com Resseguradoras – Movimentação

	CRÉDITOS		DÉBITOS	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	297	234	631	384
Contratos Emitidos	-	-	983	1.448
Sinistros a Recuperar	(16)	86	1	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	-	(30)	(1.006)	(1.184)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	-	(17)
Outras Constituições/Reversões	(19)	7	1	-
Saldo Final	262	297	610	631

II – Ativos de Resseguros – Provisões Técnicas – Saldo

	31/12/2014	31/12/2013
Sinistros de Resseguros	2.456	2.729
Prêmios de Resseguros	949	979
Comissão de Resseguros	(37)	(47)
Saldo Final	3.368	3.661

III – Provisões Técnicas – Sinistros de Resseguros – Movimentação

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	2.729	2.098
Sinistros Avisados	340	1.112
Sinistros Pagos	(737)	(503)
Outras Constituições/Reversões	30	-
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	94	22
Saldo Final^(*)	2.456	2.729

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 ell.

IV – Provisões Técnicas – Prêmios de Resseguros – Movimentação

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	979	700
Constituições	889	1.353
Reversões	(919)	(1.074)
Saldo Final	949	979

V – Provisões Técnicas – Comissão de Resseguros – Movimentação

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	(47)	(45)
Constituições	44	67
Reversões	(34)	(69)
Saldo Final	(37)	(47)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados

– SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendendo à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados – SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. – IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2014		31/12/2013	
	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO ESTIMADO	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO ESTIMADO
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	80.633	80.633	93.586	93.586
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.081	23.081	25.660	25.663
Aplicações no Mercado Aberto	208.918	208.918	138.455	138.455
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	132.944	132.944	148.860	148.860
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*)	733	733	371	371
Derivativos ^(*)	14.156	14.156	11.366	11.366
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*)	78.360	78.360	96.626	96.626
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	34.434	34.653	10.116	10.480
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	430.039	432.544	389.467	390.889
Outros Ativos Financeiros	53.649	53.649	47.592	47.592
Passivos Financeiros				
Depósitos	294.773	294.924	274.383	274.317
Captação no Mercado Aberto	288.683	288.683	266.682	266.682
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	520	520	371	371
Derivativos ^(*)	17.350	17.350	11.405	11.405
Recursos de Mercados Interbancários	122.586	122.016	111.376	111.059
Recursos de Mercados Institucionais	73.242	72.391	72.055	72.496
Passivos de Planos de Capitalização	3.010	3.010	3.032	3.032
Outros Passivos Financeiros	71.492	71.492	61.274	61.274

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (standby) e Garantias Prestadas no total de R\$ 73.759 (R\$ 71.162 em 31/12/2013) com o valor justo estimado de R\$ 1.140 (R\$ 802 em 31/12/2013).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização – O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).
- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro – O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi

considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Outros Ativos/Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apuração continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos

títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados (principalmente NTN-I, NTN-A1, NTN-A3, CRI, TDA e CCI com vencimentos após 2025, CVS e notas promissórias) e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen,

Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2014 e 31/12/2013 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/12/2014				31/12/2013			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	91.024	41.130	790	132.944	117.204	31.629	27	148.860
Fundos de Investimento	6	864	-	870	8	1.054	-	1.062
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	84.265	2.128	-	86.393	109.037	2.098	-	111.135
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.914	-	-	1.914	1.904	-	-	1.904
Títulos Públicos – Outros Países	1.151	389	-	1.540	406	273	-	679
Argentina	628	-	-	628	99	-	-	99
Bélgica	-	-	-	-	107	-	-	107
Chile	-	132	-	132	-	6	-	6
Colômbia	-	88	-	88	-	226	-	226
Estados Unidos	448	-	-	448	18	-	-	18
México	3	-	-	3	182	-	-	182
Paraguai	-	128	-	128	-	-	-	-
Uruguai	-	41	-	41	-	41	-	41
Outros	72	-	-	72	-	-	-	-
Títulos de Empresas	3.688	37.749	790	42.227	5.849	28.204	27	34.080
Ações Negociáveis	2.351	-	-	2.351	2.896	-	-	2.896
Certificado de Depósito Bancário	12	3.269	-	3.281	-	3.006	-	3.006
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	1	1	-	12	-	12
Debêntures	1.313	2.720	210	4.243	2.953	2.144	-	5.097
Euro Bonds e Assemelhados	10	1.049	2	1.061	-	1.278	-	1.278
Letras Financeiras	-	30.711	-	30.711	-	21.566	-	21.566
Notas Promissórias	-	-	577	577	-	-	27	27
Outros	2	-	-	2	-	198	-	198
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	30.787	42.169	5.404	78.360	43.413	46.724	6.489	96.626
Fundos de Investimento	3	138	-	141	-	211	-	211

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos					
				31/12/2014	31/12/2013						
				NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Títulos Públicos do Governo Brasileiro				13.570	572	249	14.391	27.197	484	258	27.939
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro				11.234	-	-	11.234	11.709	-	-	11.709
Títulos Públicos – Outros Países				1.153	7.453	13	8.619	1.467	7.157	34	8.658
Bélgica				57	-	-	57	51	-	-	51
Chile				-	1.106	13	1.119	-	1.013	34	1.047
Coreia				-	1.782	-	1.782	-	2.455	-	2.455
Dinamarca				-	2.699	-	2.699	-	2.631	-	2.631
Espanha				-	783	-	783	-	-	-	-
Estados Unidos				726	-	-	726	1.101	-	-	1.101
França				133	-	-	133	88	-	-	88
Holanda				151	-	-	151	126	-	-	126
Itália				70	-	-	70	94	-	-	94
Paraguai				9	840	-	849	-	638	-	638
Uruguai				-	243	-	243	-	420	-	420
Outros				7	-	-	7	7	-	-	7
Títulos de Empresas				4.827	34.006	5.142	43.975	3.040	38.872	6.197	48.109
Ações Negociáveis				1.998	1	-	1.999	1.986	39	-	2.025
Cédula do Produtor Rural				-	1.357	51	1.408	-	625	-	625
Certificado de Depósito Bancário				-	1.223	58	1.281	-	2.148	33	2.181
Certificado de Recebíveis Imobiliários				-	-	2.522	2.522	-	7.441	4.834	12.275
Debêntures				2.732	16.807	706	20.245	1.042	14.465	-	15.507
Euro Bonds e Assemelhados				97	6.557	53	6.707	12	4.810	74	4.896
Letras Financeiras				-	7.735	270	8.005	-	8.804	-	8.804
Notas Promissórias				-	-	1.397	1.397	-	-	1.227	1.227
Outros				-	326	85	411	-	540	29	569
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado				733	-	-	733	-	371	-	371
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro				626	-	-	626	-	371	-	371
Títulos Públicos – Outros Países				107	-	-	107	-	-	-	-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação				-	448	72	520	-	371	-	371
Notas Estruturadas				-	448	72	520	-	371	-	371

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2014 e 31/12/2013 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2014					31/12/2013			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Derivativos – Ativo	(218)	14.253	121	14.156		-	11.242	124	11.366
Swaps – Diferencial a Receber	-	4.783	33	4.816		-	4.442	-	4.442
Opções	-	2.856	16	2.872		-	1.704	13	1.717
Termo	-	2.394	-	2.394		-	3.315	-	3.315
Derivativos de Crédito	-	122	-	122		-	686	-	686
Forwards	-	2.106	-	2.106		-	555	-	555
Verificação de Swap	-	93	-	93		-	88	-	88
Outros Derivativos	(218)	1.899	72	1.753		-	452	111	563
Derivativos – Passivo	(310)	(16.996)	(44)	(17.350)		(33)	(11.367)	(5)	(11.405)
Futuros	(354)	-	-	(354)		(33)	-	-	(33)
Swaps – Diferencial a Pagar	-	(9.496)	(38)	(9.534)		-	(6.111)	-	(6.111)
Opções	-	(3.051)	(6)	(3.057)		-	(1.916)	(5)	(1.921)
Termo	-	(682)	-	(682)		-	(1.862)	-	(1.862)
Derivativos de Crédito	-	(179)	-	(179)		-	(391)	-	(391)
Forwards	-	(1.693)	-	(1.693)		-	(560)	-	(560)
Swap c/ Verificação	-	(229)	-	(229)		-	(145)	-	(145)
Outros Derivativos	44	(1.666)	-	(1.622)		-	(382)	-	(382)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2014 e 31/12/2013.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2

Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretores para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são

realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 89.919 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Dezembro de 2014, foi usado o

serviço de apreçamento ou corretores para avaliar títulos com valor justo de R\$ 22.228 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR – e por consequência as suas dependentes – possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	VALOR JUSTO EM 31/12/2013	TOTAL DE GANHOS OU PERDAS (REALIZADO/NÃO REALIZADO)	COMPRAS	LIQUIDAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS NO E/OU FORA DO NÍVEL 3	VALOR JUSTO EM 31/12/2014	TOTAL DE GANHOS (PERDAS) RELACIONADOS AOS ATIVOS E PASSIVOS AINDA DETIDOS NA DATA DO RELATÓRIO
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	27	695	230	(372)	-	790	-
Títulos de Dívida de Empresas	27	695	230	(372)	-	790	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	10	-	(9)	-	1	-
Debêntures	-	29	705	(524)	-	210	-
Notas Promissórias	27	562	230	(242)	-	577	-
Euro Bonds e Assemelhados	-	123	-	(121)	-	2	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.489	1.581	6.303	(9.020)	-	5.404	(5)
Títulos Públicos – Governo Brasileiro	258	(272)	267	(4)	-	249	-
Títulos Públicos – Outros Países – Chile	34	(17)	40	(44)	-	13	-
Títulos de Dívida de Empresas	6.197	1.870	5.996	(8.972)	-	5.142	(5)
Célula do Produtor Rural	-	-	51	-	-	51	-
Certificado de Depósito Bancário	33	12	97	(84)	-	58	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.834	1.538	14	(3.864)	-	2.522	(8)
Debêntures	-	313	706	(313)	-	706	-
Euro Bonds e Assemelhados	74	23	-	(44)	-	53	3
Letras Financeiras	-	4	266	-	-	270	-
Notas Promissórias	1.227	(22)	4.858	(4.666)	-	1.397	-
Outros	29	2	55	(1)	-	85	-

	VALOR JUSTO EM 31/12/2013	TOTAL DE GANHOS OU PERDAS (REALIZADO/NÃO REALIZADO)	COMPRAS	LIQUIDAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS NO E/OU FORA DO NÍVEL 3	VALOR JUSTO EM 31/12/2014	TOTAL DE GANHOS (PERDAS) RELACIONADOS AOS ATIVOS E PASSIVOS AINDA DETIDOS NA DATA DO RELATÓRIO
Derivativos – Ativo	124	73	92	(172)	4	121	-
Swaps – Diferencial a Receber	-	37	2	(10)	4	33	-
Opções	13	24	18	(39)	-	16	-
Outros Derivativos	111	12	72	(123)	-	72	-
Derivativos – Passivo	(5)	2	(10)	(18)	(13)	(44)	-
Swaps – Diferencial a Pagar	-	(23)	1	(3)	(13)	(38)	-
Opções	(5)	25	(11)	(15)	-	(6)	-

	VALOR JUSTO EM 31/12/2012	TOTAL DE GANHOS OU PERDAS (REALIZADO/NÃO REALIZADO)	COMPRAS	LIQUIDAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS NO E/OU FORA DO NÍVEL 3	VALOR JUSTO EM 31/12/2014	TOTAL DE GANHOS (PERDAS) RELACIONADOS AOS ATIVOS E PASSIVOS AINDA DETIDOS NA DATA DO RELATÓRIO
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	20	-	57	(50)	-	27	-
Títulos de Empresas – Notas Promissórias	20	-	57	(50)	-	27	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.489	(867)	8.082	(3.215)	-	6.489	(140)
Títulos Públicos – Governo Brasileiro	306	(140)	92	-	-	258	(10)
Títulos Públicos – Outros Países – Chile	-	(5)	80	(41)	-	34	-
Títulos de Empresas	2.183	(722)	7.910	(3.174)	-	6.197	(130)
Certificado de Depósito Bancário	-	-	55	(22)	-	33	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.368	(767)	4.714	(481)	-	4.834	(123)
Euro Bonds e Assemelhados	5	32	83	(46)	-	74	2
Notas Promissórias	777	17	3.058	(2.625)	-	1.227	(4)
Outros	33	(4)	-	-	-	29	(5)

	VALOR JUSTO EM 31/12/2012	TOTAL DE GANHOS OU PERDAS (REALIZADO/NÃO REALIZADO)	COMPRAS	LIQUIDAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS NO E/OU FORA DO NÍVEL 3	VALOR JUSTO EM 31/12/2014	TOTAL DE GANHOS (PERDAS) RELACIONADOS AOS ATIVOS E PASSIVOS AINDA DETIDOS NA DATA DO RELATÓRIO
Derivativos – Ativo	313	38	55	(256)	(26)	124	-
Swaps – Diferencial a Receber	25	-	4	(3)	(26)	-	-
Opções	147	4	44	(182)	-	13	1
Termo	2	-	-	(2)	-	-	-
Outros Derivativos	139	34	7	(69)	-	111	(1)
Derivativos – Passivo	(169)	1	(14)	162	15	(5)	2
Swaps – Diferencial a Pagar	(15)	-	-	-	15	-	-
Opções	(149)	1	(13)	156	-	(5)	2
Termo	(2)	-	-	2	-	-	-
Forwards	(3)	-	(1)	4	-	-	-

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda: em 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transferiu R\$ 1.123 de Certificado de Recebíveis Imobiliários do nível 3, em função da reclassificação para a categoria de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Derivativos: em 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transferiu R\$ (9) de Swap do nível 3 para o nível 2, em função da disponibilidade de dados observáveis para tais derivativos.

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Aumentos (reduções)

significativos em qualquer desses *inputs* isolados podem resultar em reduções (aumentos) significativos no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares:

SENSIBILIDADE – OPERAÇÕES NÍVEL III		31/12/2014	
GRUPOS DE FATORES DE RISCO DE MERCADO	CENÁRIOS	IMPACTOS	
		RESULTADO	PATRIMÔNIO
Taxa de Juros	I	(0,0)	(3,5)
	II	(0,4)	(86,9)
	III	(0,9)	(170,9)
Moedas, Commodities e Índices	I	-	-
	II	-	-
Não Lineares	I	(9,6)	-
	II	(15,6)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

PROVISÕES	31/12/2014	31/12/2013
Cíveis	4.643	4.473
Trabalhistas	5.598	5.192
Fiscais e Previdenciárias	6.627	8.974
Outros	159	223
Total	17.027	18.862
Circulante	3.268	4.295
Não Circulante	13.759	14.567

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido

e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF) é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi decidido que o prazo para a propositura de ações cíveis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.800 (R\$ 2.095 em 31/12/2013), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações e é reavaliado considerando os resultados das decisões judiciais. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 416.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 A 31/12/2014			
	CÍVEIS	TRABALHISTAS	OUTROS	TOTAL
Saldo Inicial	4.473	5.192	223	9.888
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(134)	(811)	-	(945)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
Atualização/Encargos (Nota 26)	184	320	-	504
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>1.524</u>	<u>1.123</u>	<u>(64)</u>	<u>2.583</u>
Constituição ^(*)	2.100	1.459	23	3.582
Reversão	(576)	(336)	(87)	(999)
Pagamento	(1.536)	(1.255)	-	(2.791)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	132	1.029	-	1.161
Saldo Final	4.643	5.598	159	10.400
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2014 (Nota 20a)	2.073	2.567	-	4.640

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 210.

	01/01 A 31/12/2013			
	CÍVEIS	TRABALHISTAS	OUTROS	TOTAL
Saldo Inicial	3.732	4.852	192	8.776
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	13	14	-	27
Saldo Oriundo da Aquisição de Empresas (Nota 2c)	192	99	-	291
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(118)	(948)	-	(1.066)
Subtotal	3.819	4.017	192	8.028
Atualização/Encargos (Nota 26)	163	236	-	399
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>2.111</u>	<u>1.398</u>	<u>31</u>	<u>3.540</u>
Constituição ^(*)	2.778	1.591	34	4.403
Reversão	(667)	(193)	(3)	(863)
Pagamento	(1.754)	(1.270)	-	(3.024)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	134	811	-	945
Saldo Final	4.473	5.192	223	9.888
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2013 (Nota 20a)	2.169	2.451	-	4.620

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 247.

	01/01 A 31/12/2012			
	CÍVEIS	TRABALHISTAS	OUTROS	TOTAL
Saldo Inicial	3.166	4.014	165	7.345
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(137)	(930)	-	(1.067)
Subtotal	3.029	3.084	165	6.278
Atualização/Encargos (Nota 26)	146	126	-	272
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>2.183</u>	<u>1.610</u>	<u>27</u>	<u>3.820</u>
Constituição ^(*)	3.161	1.672	34	4.867
Reversão	(978)	(62)	(7)	(1.047)
Pagamento	(1.744)	(916)	-	(2.660)
Subtotal	3.614	3.904	192	7.710
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	118	948	-	1.066
Saldo Final	3.732	4.852	192	8.776
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2012 (Nota 20a)	2.048	2.471	-	4.519

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 526.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

PROVISÕES	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Saldo Inicial	8.974	10.433	8.645
Efeito Alteração do Critério de consolidação (Nota 2.4a I)	-	32	-
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(57)	(61)	(58)
Subtotal	8.917	10.404	8.587
Atualização/Encargos ⁽¹⁾	515	402	906
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>797</u>	<u>993</u>	<u>973</u>
Constituição ⁽¹⁾	1.156	1.231	1.215
Reversão ⁽¹⁾	(359)	(238)	(242)
Pagamento	(3.663)	(2.882)	(94)
Subtotal	6.566	8.917	10.372
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	61	57	61
Saldo Final ⁽²⁾	6.627	8.974	10.433

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) Contempla valores decorrentes de participações em *Joint Ventures* no montante de R\$ 24.

DEPÓSITOS EM GARANTIA	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013
Saldo Inicial	5.658	4.557
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	-	167
Apropriação de Rendas	377	265
Movimentação do Período	<u>(1.299)</u>	<u>668</u>
Novos Depósitos	193	1.406
Levantamentos Efetuados	(5)	(21)
Conversão em Renda	(1.487)	(717)
Saldo Final (Nota 20a)	4.736	5.657
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	-	1
Saldo Final após a Reclassificação	4.736	5.658

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.001: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 984;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 572: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 488;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 527: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 491.

Contingências não provisionadas no Balanço – Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 14.172, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.278: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único.
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 1.924: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura, sendo que deste montante R\$ 558 estão garantidos em contratos de aquisição de empresas.
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.202: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.174: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 872: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 676 (R\$ 733 em 31/12/2013) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	821	1.296
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.230	3.712

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

e) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais – Lei 12.865/13, com alterações produzidas pela Medida Provisória 627/13.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei 12.865, de 9/10/2013. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

• REFIS – PIS e COFINS (art. 39 da Lei nº 12.865/13)

Os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98 (pessoas jurídicas de direito privado), devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras, vencidos até 31 de dezembro de 2012;

• REFIS – Lucros no Exterior (art. 40 da Lei nº 12.865/13)

Os débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes de lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior (art. 74 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001), relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012;

• REFIS da crise (art. 17 da Lei nº 12.865/13)

Esse programa se refere à renegociação dos débitos federais administrados pela RFB e pela PGFN, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal ajuizada.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 508, registrado em Despesas Tributárias, Outras Receitas e Imposto de Renda e Contribuição Social.

f) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos substancialmente relacionados a esfera Federal, instituído pela Lei 12.995, de 18/06/2014 e Lei 12.996/14. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- Refis Lucros no Exterior – Lei 12.995/14 art. 22 – Altera o § 7º do art. 40 da Lei 12.865/13, para incluir a previsão no sentido de que também poderão ser utilizados os créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de sociedades coligadas, domiciliadas no Brasil.
- Refis da Crise e Parcelamento Extraordinário – Lei 12.996/14 art. 2 – Que, dentre outras regras, prorroga, até o último dia do mês de agosto de 2014, o prazo de adesão ao “Refis da Crise” e ao Parcelamento Extraordinário (art. 2º), previstos na Lei 11.941/09 (art. 1º, § 12 e art. 7º) e na Lei 12.249/10 (art. 65, § 18), respectivamente. As dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2013, poderão ser pagas ou parceladas nesses programas.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 27, registrado em Despesas Tributárias, Outras Receitas e Imposto de Renda e Contribuição Social.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam

no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basileia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: somatório do Capital Principal, apurado de modo geral pelo capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar.
- Nível II: inclui instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeitos às limitações prudenciais.

Entretanto, o Acordo de Basileia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%, com cronograma para atingir 8% em 2019 (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basileia, apurados de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, com base na consolidação das instituições financeiras.

	31/12/2014	31/12/2013
	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (CONSOLIDAÇÃO PARCIAL)	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (CONSOLIDAÇÃO PARCIAL)
Patrimônio de Referência		
Nível I	96.232	87.409
Capital Principal	96.212	87.409
Capital Complementar	20	-
Nível II	33.559	37.735
Total	129.790	125.144
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	706.081	694.039
De Mercado	25.176	24.555
Operacional	36.817	36.847
Ativos Ponderados pelo Risco	768.075	755.441
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	84.488	83.099
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	45.302	42.045
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco – %	16,9%	16,6%

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de dezembro de 2014, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, com a inclusão das dívidas aprovadas após o fechamento, autorizadas pelo Bacen para compor o Nível II, totalizando R\$ 53.921.

NOME DO PAPEL/MOEDA	VALOR PRINCIPAL (MOEDA ORIGINAL)	EMIÇÃO	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO A.A.	SALDO CONTÁBIL
CDB Subordinado – BRL					
	400	2008	2015	119,8% do CDI	815
	50	2010	2015	113% do CDI	84
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% ^(*)	1.083
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	4.480
	123			IPCA + 7,21%	226
	367	2010	2017	IPCA + 7,33%	680
	4.071			Total	7.368
Letra Financeira Subordinada – BRL					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	381
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.954
	30			IPCA + 7%	50
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	280
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.415
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	502
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	204
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.762
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	505
	42	2011	2018	IGPM + 7%	55
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	40
	461	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	607
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.876
	6.373			108% a 113% do CDI	6.807
	112			9,95 a 11,95%	143
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3
	12	2012	2019	11,96%	17
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	130
	1			110% do CDI	1
	20	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	28
	1			111% do CDI	1
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	8
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	2.974
	20			IGPM + 4,63%	22
	23.609			Total	25.765
Euronotes Subordinado – USD					
	990	2010	2020	6,20%	2.657
	1.000	2010	2021	5,75%	2.727
	730	2011	2021	5,75% a 6,2%	1.958
	550	2012	2021	6,20%	1.461
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	6.978
	1.851	2012	2023	5,13%	4.951
	7.721			Total	20.732
Total					53.865

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos para que esteja mais alinhada ao acompanhamento da evolução dos resultados. Houve mudanças

de nomenclatura, com o intuito de adequá-la à realidade da atual estrutura, sendo agora apresentados os seguintes segmentos: Banco Comercial – Varejo, Crédito ao Consumidor – Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. Os resultados das médias empresas, anteriormente alocadas no antigo segmento Banco Comercial, passam a ser reportados no Banco de Atacado, sendo esta a principal alteração desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

• Banco Comercial – Varejo

O resultado do segmento Banco Comercial – Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda, clientes com elevado patrimônio financeiro (*Private Bank*) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas).

• Crédito ao Consumidor – Varejo

O resultado do segmento de Crédito ao Consumidor – Varejo decorre de produtos e serviços financeiros ofertados aos clientes não correntistas. Este segmento abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito e a oferta de crédito para população de baixa renda e as operações do Itaú BMG Consignado.

• Banco de Atacado

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

• Atividades com Mercado + Corporação

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

• Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento, que considera, além do capital alocado nível I, o capital alocado nível II (dívida subordinada) e os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular

nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco Comercial – Varejo, Crédito ao Consumidor – Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

• Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Por meio destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour") foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100,0% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos – que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima – e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;
- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2014

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	BANCO COMERCIAL VAREJO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR VAREJO	BANCO DE ATACADO	ATIVIDADE COM O MERCADO + CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	52.350	17.992	14.814	4.684	89.840	1.817	91.657
Margem Financeira ⁽¹⁾	28.957	11.159	10.678	4.361	55.155	1.118	56.273
Receita de Prestação de Serviços	14.771	6.832	3.950	224	25.777	565	26.342
Resultado de Operações de Seg. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.622	1	186	99	8.908	(2.020)	6.888
Outras Receitas	-	-	-	-	-	2.154	2.154
Perdas com Créditos e Sinistros	(8.129)	(4.180)	(2.733)	(3)	(15.045)	(756)	(15.801)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.292)	(5.708)	(3.068)	(3)	(18.071)	(761)	(18.832)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.158	1.528	363	-	5.049	5	5.054
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.995)	-	(28)	-	(2.023)	-	(2.023)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	44.221	13.812	12.081	4.681	74.795	1.061	75.856
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(28.638)	(9.000)	(5.654)	(1.147)	(44.439)	(2.609)	(47.048)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(25.739)	(7.823)	(4.838)	(1.183)	(39.583)	(2.967)	(42.550)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.899)	(1.177)	(816)	36	(4.856)	(207)	(5.063)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	565	565
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	15.583	4.812	6.427	3.534	30.356	(1.548)	28.808
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.636)	(1.431)	(2.090)	(269)	(9.426)	2.479	(6.947)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	(305)	-	(6)	(311)	5	(306)
Lucro Líquido	9.947	3.076	4.337	3.259	20.619	936	21.555

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.138, receita de dividendos R\$ 215, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (724) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 9.644.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.641, de amortização de R\$ 827 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.214.

Ativo Total⁽¹⁾	790.785	108.629	354.212	97.713	1.208.702	(81.499)	1.127.203
Passivo Total	766.079	93.434	329.500	64.065	1.110.439	(83.853)	1.026.586
⁽¹⁾ Inclui:							
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	982	-	2.117	3.099	991	4.090
Ágio	157	47	-	-	204	1.757	1.961
Imobilizado, Líquido	6.446	541	574	-	7.561	1.150	8.711
Intangível, Líquido	5.186	2.996	450	-	8.632	(2.498)	6.134

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2013

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	BANCO COMERCIAL VAREJO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR VAREJO	BANCO DE ATACADO	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	44.567	14.892	15.116	3.901	78.476	911	79.387
Margem Financeira ⁽¹⁾	23.719	9.230	11.117	3.571	47.637	1.004	48.641
Receita de Prestação de Serviços	12.585	5.662	3.688	213	22.148	564	22.712
Resultado de Operações de Seg. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.263	-	311	117	8.691	(2.052)	6.639
Outras Receitas	-	-	-	-	-	1.395	1.395
Perdas com Créditos e Sinistros	(7.613)	(4.860)	(3.055)	(82)	(15.610)	740	(14.870)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.155)	(5.996)	(3.347)	(82)	(18.580)	724	(17.856)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.561	1.136	348	-	5.045	16	5.061
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(2.019)	-	(56)	-	(2.075)	-	(2.075)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	36.954	10.032	12.061	3.819	62.866	1.651	64.517
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(26.043)	(7.496)	(6.159)	(572)	(40.270)	(3.382)	(43.652)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(23.522)	(6.428)	(5.296)	(741)	(35.987)	(3.927)	(39.914)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.521)	(1.068)	(863)	169	(4.283)	(58)	(4.341)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	603	603
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	10.911	2.536	5.902	3.247	22.596	(1.731)	20.865
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.908)	(642)	(1.886)	(187)	(6.623)	2.280	(4.343)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	(124)	-	(13)	(137)	39	(98)
Lucro Líquido	7.003	1.770	4.016	3.047	15.836	588	16.424

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.766, receita de dividendos R\$ 205, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (5.924) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 6.594.

(2) Referem-se às despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.522, e amortização de R\$ 808 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.147.

Ativo Total⁽¹⁾ – 31/12/2013	737.341	94.174	322.667	116.625	1.105.721	(78.424)	1.027.297
Passivo Total – 31/12/2013	717.197	84.732	299.771	86.179	1.022.793	(79.688)	943.105
⁽¹⁾ Inclui:							
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	859	7	2.124	2.990	941	3.931
Ágio	29	1.892	-	-	1.921	(16)	1.905
Imobilizado, Líquido	5.485	401	624	-	6.510	54	6.564
Intangível, Líquido	3.686	1.355	678	-	5.719	78	5.797

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2012

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	BANCO COMERCIAL VAREJO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR VAREJO	BANCO DE ATACADO	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	51.551	14.211	7.491	5.808	78.978	2.194	81.172
Margem Financeira ⁽¹⁾	32.770	8.310	5.334	5.555	52.013	1.825	53.838
Receita de Prestação de Serviços	12.289	5.890	2.261	249	20.622	(1.678)	18.944
Resultado de Operações de Seg. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.030	(7)	38	4	6.065	43	6.108
Outras Receitas	462	18	(142)	-	278	2.004	2.282
Perdas com Créditos e Sinistros	(15.292)	(5.179)	(795)	251	(21.015)	(339)	(21.354)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.577)	(6.111)	(871)	(85)	(23.644)	(338)	(23.982)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.320	932	76	336	4.664	(1)	4.663
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(2.035)	-	-	-	(2.035)	-	(2.035)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	36.259	9.032	6.696	6.059	57.963	1.855	59.818
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(27.030)	(7.476)	(3.301)	(281)	(38.041)	(4.361)	(42.402)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(24.539)	(6.551)	(2.891)	(449)	(34.383)	(3.697)	(38.080)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.704)	(968)	(410)	(148)	(4.230)	(267)	(4.497)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	108	58	5	316	487	(312)	175
Outros Resultados	105	(15)	(5)	-	85	(85)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.229	1.556	3.395	5.778	19.922	(2.506)	17.416
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.981)	(311)	(1.066)	(968)	(5.326)	1.101	(4.225)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(589)	(553)	(4)	(557)
Lucro Líquido	6.248	1.245	2.329	4.221	14.043	(1.409)	12.634

(1) Inclui receita e despesa líquida de juros e rendimentos R\$ 48.297, receita de dividendos R\$ 323, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 1.463 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 3.755.

(2) Referem-se às despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.346, de amortização de R\$ 844 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.253.

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
Ativo Total⁽¹⁾ – 31/12/2012						
	745.032	90.096	233.430	134.544	1.014.425	(57.271)
Passivo Total – 31/12/2012						
	710.521	79.982	220.137	117.418	939.302	(58.146)
⁽¹⁾ Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	847	5	1.293	2.144	861
Imobilizado, Líquido	4.672	499	395	-	5.566	62
Intangível, Líquido	1.813	1.255	411	1.109	4.589	82
						3.005
						5.628
						4.671

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 A 31/12/2014			01/01 A 31/12/2013			01/01 A 31/12/2012		
	BRASIL	EXTERIOR	TOTAL	BRASIL	EXTERIOR	TOTAL	BRASIL	EXTERIOR	TOTAL
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	119.407	9.843	129.250	86.934	8.068	95.002	95.063	6.842	101.905
Ativos não Correntes ⁽³⁾	13.872	973	14.845	11.488	873	12.361	9.515	784	10.299

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10,0% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2013 e 31/12/2012.

Nota 35 – Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;

- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itaútec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev – Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Itaú Viver Mais, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO				
	ATIVO/(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)		
	TAXA ANUAL	31/12/2014	31/12/2013	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	-	-	144
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾		-	-	-	48
Itaú Unibanco Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ^{(1) (2)}		-	-	-	14
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾		-	-	-	82
Depósitos		-	(1)	-	(1)
Duratex S.A.		-	(1)	-	(1)
Captações no Mercado Aberto		(142)	(286)	(13)	(14)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100% da SELIC	(26)	(66)	-	-
Duratex S.A.	100% da SELIC	(100)	(180)	(10)	(10)
Elekeiroz S.A.	100% da SELIC	(6)	(36)	(2)	(2)
Itaútec S.A.	100% da SELIC	(2)	(4)	-	(2)
FIC Promotora de Venda Ltda. ⁽¹⁾		-	-	-	(1)
Banco Investcred Unibanco S.A. ⁽¹⁾		-	-	-	(2)
Outras		(8)	-	(1)	(1)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas/Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		(109)	(82)	8	41
Itaúsa Investimentos S.A.		-	-	-	1
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾		-	-	-	1
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾		-	-	-	32
FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	5	5
Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar		(13)	(6)	35	33
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		(93)	(76)	-	-
Outras		(3)	-	(32)	2

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO					
TAXA ANUAL	ATIVO/(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)		
	31/12/2014	31/12/2013	01/01 A	01/01 A	01/01 A
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Receitas (Despesas) com Aluguéis	-	-	(51)	(48)	(37)
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	-	(1)	-
Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar	-	-	(38)	(37)	(27)
FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	(13)	(10)	(10)
Despesas com Doações	-	-	(78)	(73)	(72)
Associação Itaú Viver Mais	-	-	(1)	(1)	(3)
Instituto Itaú Cultural	-	-	(77)	(72)	(69)
Despesas de Processamento de Dados	-	-	(285)	(267)	(270)
Itautec S.A.	-	-	(285)	(267)	(270)

(1) Até 31/12/2012, consolidadas proporcionalmente. A partir de 01/01/2013, passaram a ser consolidadas integralmente em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

(2) Atual denominação da FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas – Outros, o valor de R\$ 5 (R\$ 5 de 01/01 a 31/12/2013 e R\$ 8 de 01/01 a 31/12/2012) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- b) qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- c) qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10,0% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Remuneração	343	278	244
Conselho de Administração	14	13	8
Administradores	329	265	236
Participações no Lucro	261	259	160
Conselho de Administração	12	8	2
Administradores	249	251	158
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	7	3	8
Administradores	7	3	8
Plano de Pagamento em Ações – Administradores	234	166	163
Total	845	706	575

Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O processo de avaliação de política e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e impairment) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

CLASSIFICAÇÃO INTERNA	PD	CLASSIFICAÇÃO EXTERNA		
		MOODY'S	S&P	FITCH
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
Impairment	Operações Corporate com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application e behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

Como forma de controle do risco de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um normativo institucional que define as diretrizes gerais e responsabilidades relativas à utilização de garantias, além disso, cada unidade de negócio, responsável pela gestão do risco de crédito, formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/12/2014			31/12/2013		
	BRASIL	EXTERIOR	TOTAL	BRASIL	EXTERIOR	TOTAL
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.875	15.206	23.081	5.564	20.096	25.660
Aplicações no Mercado Aberto	208.751	167	208.918	137.556	899	138.455
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	124.391	8.553	132.944	141.343	7.517	148.860
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	733	733	-	371	371
Derivativos	7.385	6.771	14.156	6.400	4.966	11.366
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	55.686	22.674	78.360	45.208	51.418	96.626
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	24.102	10.332	34.434	3.393	6.723	10.116
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	324.021	106.018	430.039	277.877	111.590	389.467
Outros Ativos Financeiros	44.072	9.577	53.649	45.389	2.203	47.592
<i>Off Balance</i>	280.640	25.708	306.348	273.766	21.286	295.052
Avais e Fianças	68.416	5.343	73.759	66.165	4.997	71.162
Cartas de Crédito a Liberar	11.091	-	11.091	11.431	-	11.431
Compromissos a Liberar	201.133	20.365	221.498	196.170	16.289	212.459
Crédito Imobiliário	9.087	-	9.087	10.846	-	10.846
Cheque Especial	78.461	-	78.461	82.206	-	82.206
Cartão de Crédito	103.092	873	103.965	94.453	847	95.300
Outros Limites Pré-Aprovados	10.493	19.492	29.985	8.665	15.442	24.107
Total	1.076.923	205.739	1.282.662	936.496	227.069	1.163.565

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/12/2014 e 31/12/2013, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 86,9% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 3,7% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 3,8% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2014	%	31/12/2013	%
Setor Público	4.389	1,0	3.981	1,0
Indústria e Comércio	116.506	25,7	115.025	27,8
Serviços	99.855	22,1	87.103	21,2
Setor Primário	23.345	5,2	20.492	5,0
Outros Setores	2.242	0,5	1.553	0,4
Pessoa Física	206.094	45,5	183.548	44,6
Total	452.431	100,0	411.702	100,0

b) Demais Ativos Financeiros^(*)

	31/12/2014	%	31/12/2013	%
Setor Primário	2.444	0,5	1.766	0,4
Setor Público	152.770	31,0	174.331	40,4
Indústria e Comércio	12.722	2,6	11.665	2,7
Serviços	90.630	18,4	76.650	17,8
Outros Setores	1.665	0,3	2.664	0,6
Pessoa Física	396	0,1	263	0,1
Financeiras	231.999	47,1	164.115	38,0
Total	492.626	100,0	431.454	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

CLASSIFICAÇÃO INTERNA	31/12/2014				31/12/2013			
	CRÉDITOS NÃO VENCIDOS E SEM EVENTO DE PERDA	CRÉDITOS VENCIDOS SEM EVENTO DE PERDA	CRÉDITOS VENCIDOS COM EVENTO DE PERDA	TOTAL DOS CRÉDITOS	CRÉDITOS NÃO VENCIDOS E SEM EVENTO DE PERDA	CRÉDITOS VENCIDOS SEM EVENTO DE PERDA	CRÉDITOS VENCIDOS COM EVENTO DE PERDA	TOTAL DOS CRÉDITOS
Baixo	324.908	4.042	-	328.950	300.816	4.354	-	305.170
Médio	81.994	6.989	-	88.983	64.722	7.676	-	72.398
Alto	11.439	5.853	-	17.292	11.273	6.556	-	17.829
Impairment	-	-	17.206	17.206	-	-	16.305	16.305
Total	418.341	16.884	17.206	452.431	376.811	18.586	16.305	411.702
%	92,5%	3,7%	3,8%	100,0%	91,5%	4,5%	4,0%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2014					31/12/2013				
	BAIXO	MÉDIO	ALTO	IMPAIRMENT	TOTAL	BAIXO	MÉDIO	ALTO	IMPAIRMENT	TOTAL
Pessoas Físicas	102.184	62.020	12.022	9.727	185.953	96.904	48.833	11.323	10.371	167.431
Cartão de Crédito	39.417	14.234	2.338	3.332	59.321	36.964	11.773	1.892	2.520	53.149
Crédito Pessoal	7.253	8.932	7.882	3.886	27.953	7.760	8.158	7.143	3.574	26.635
Crédito Consignado	8.113	31.090	696	626	40.525	5.676	16.147	378	370	22.571
Veículos	20.570	5.791	1.053	1.633	29.047	23.692	11.310	1.881	3.701	40.584
Crédito Imobiliário	26.831	1.973	53	250	29.107	22.812	1.445	29	206	24.492
Grandes Empresas	132.866	8.295	-	3.749	144.910	121.643	3.041	145	1.584	126.413
Micros/Pequenas e Médias Empresas	56.917	15.171	4.599	3.225	79.912	55.210	16.430	5.796	4.165	81.601
Unidades Externas América Latina	36.983	3.497	671	505	41.656	31.413	4.094	565	185	36.257
Total	328.950	88.983	17.292	17.206	452.431	305.170	72.398	17.829	16.305	411.702
%	72,7%	19,7%	3,8%	3,8%	100,0%	74,1%	17,6%	4,3%	4,0%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2014				31/12/2013			
	BAIXO	MÉDIO	ALTO	TOTAL	BAIXO	MÉDIO	ALTO	TOTAL
I - Operações Avaliadas								
Individualmente								
Grandes Empresas	132.117	8.093	-	140.210	120.828	2.861	-	123.689
II - Operações Avaliadas								
Coletivamente								
Pessoas Físicas	100.252	56.890	7.746	164.888	94.586	42.896	6.708	144.190
Cartão de Crédito	39.097	13.385	1.632	54.114	36.764	11.129	1.266	49.159
Crédito Pessoal	7.186	8.447	5.469	21.102	7.703	7.691	4.986	20.380
Crédito Consignado	8.000	30.445	523	38.968	5.574	15.881	245	21.700
Veículos	19.616	3.509	104	23.229	22.206	7.454	206	29.866
Crédito Imobiliário	26.353	1.104	18	27.475	22.339	741	5	23.085
Micro/Pequenas e Médias Empresas	56.221	13.885	3.277	73.383	54.544	15.142	4.121	73.807
Unidades Externas América Latina	36.318	3.126	416	39.860	30.858	3.823	444	35.125
Total	324.908	81.994	11.439	418.341	300.816	64.722	11.273	376.811

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/12/2014				31/12/2013			
	VENCIDOS EM ATÉ 30 DIAS	VENCIDOS DE 31 A 60 DIAS	VENCIDOS DE 61 A 90 DIAS	TOTAL	VENCIDOS EM ATÉ 30 DIAS	VENCIDOS DE 31 A 60 DIAS	VENCIDOS DE 61 A 90 DIAS	TOTAL
Pessoas Físicas	7.105	2.818	1.414	11.337	8.103	3.273	1.494	12.870
Cartão de Crédito	990	461	423	1.874	833	323	314	1.470
Crédito Pessoal	1.837	756	371	2.964	1.641	716	325	2.682
Crédito Consignado	631	176	126	933	372	74	55	501
Veículos	2.781	1.051	353	4.185	4.460	1.872	685	7.017
Crédito Imobiliário	866	374	141	1.381	797	288	115	1.200
Grandes Empresas	758	193	1	952	944	167	29	1.140
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.137	767	400	3.304	2.378	843	409	3.630
Unidades Externas América Latina	974	221	96	1.291	774	117	55	946
Total	10.974	3.999	1.911	16.884	12.199	4.400	1.987	18.586

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

CLASSIFICAÇÃO INTERNA	31/12/2014							TOTAL
	APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO	DERIVATIVOS ATIVO	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		
Baixo	231.999	132.934	733	14.106	78.213	34.434		492.419
Médio	-	7	-	46	68	-		121
Alto	-	3	-	4	65	-		72
Impairment	-	-	-	-	14	-		14
Total	231.999	132.944	733	14.156	78.360	34.434		492.626
%	47,1	27,0	0,1	2,9	15,9	7,0		100,0

CLASSIFICAÇÃO INTERNA	12/31/2013							TOTAL
	APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO	DERIVATIVOS ATIVO	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		
Baixo	164.115	138.883	371	7.173	57.515	10.093		378.150
Médio	-	9.691	-	3.896	38.301	23		51.911
Alto	-	286	-	297	807	-		1.390
Impairment	-	-	-	-	3	-		3
Total	164.115	148.860	371	11.366	96.626	10.116		431.454
%	38,0	34,5	0,1	2,6	22,5	2,3		100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

EFEITO FINANCEIRO DA GARANTIA	31/12/2014				31/12/2013			
	(I) ATIVOS COM EXCESSO DE GARANTIA		(II) ATIVOS COM INSUFICIÊNCIA DE GARANTIA		(I) ATIVOS COM EXCESSO DE GARANTIA		(II) ATIVOS COM INSUFICIÊNCIA DE GARANTIA	
	VALOR CONTÁBIL DO ATIVO	VALOR JUSTO DA GARANTIA	VALOR CONTÁBIL DO ATIVO	VALOR JUSTO DA GARANTIA	VALOR CONTÁBIL DO ATIVO	VALOR JUSTO DA GARANTIA	VALOR CONTÁBIL DO ATIVO	VALOR JUSTO DA GARANTIA
Pessoas Físicas	57.340	137.641	720	627	61.723	156.230	2.738	2.290
Crédito Pessoal	561	1.160	214	182	377	879	13	7
Veículos	27.869	66.366	458	403	37.010	71.736	2.620	2.235
Crédito Imobiliário	28.910	70.115	48	42	24.336	83.615	105	47
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	175.357	454.709	6.416	3.035	161.274	476.507	5.200	2.610
Unidades Externas América Latina	40.690	57.058	666	2	11.457	17.169	24.660	22.084
Total	273.387	649.408	7.802	3.664	234.454	649.906	32.597	26.983

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 171.242 (R\$ 144.651 em 31/12/2013). ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza

garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo

revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal – Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos – Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário – Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas – Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina – Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 A 31/12/2014	01/01 A 31/12/2013	01/01 A 31/12/2012
Imóveis Não de Uso	52	2	4
Imóveis Habitacionais – Crédito Imobiliário	86	93	67
Veículos – Vinculado a Operações de Crédito	6	1	2
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) – Dação	22	12	9
Total	166	108	82

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A política institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e Gerenciamento de Risco de Mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Esta estrutura de risco mercado inclui limites que envolvem o monitoramento dos indicadores (em nível de carteira) e ampliam a sua cobertura para níveis mais granulares (o nível individual da mesa de operações) com limites específicos, a fim de melhorar o processo de entendimento e monitoramento de risco e também de evitar a concentração de risco. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades de mercado e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. O processo de estabelecimento desses níveis de limites e notificação das violações segue a governança aprovada pelas políticas internas do nosso conglomerado financeiro.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle e é revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e

- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, aplicação, análise e testes de cenários de estresse, reporte de resultados de risco para os responsáveis dentro das unidades de negócios de acordo com a governança estabelecida e monitoramento de ações necessárias para reajuste de posições e/ou nível de risco para fazê-los viáveis. Além disto, a área oferece apoio para o lançamento de novos produtos financeiros.

Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;

- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR – Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aprimorou recentemente sua metodologia interna para cálculo do *VaR* Consolidado, migrando da abordagem Paramétrica para a "Simulação Histórica" (com exceção das Unidades

Externas). Esta nova metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela de *VaR* Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Itaú BBA *International* PLC, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. – Corporación Financiera).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, o *VaR* Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 131,9 milhões ou 0,13% do patrimônio líquido total. Para este mesmo período, o *VaR* Total Médio Paramétrico foi de R\$ 125,5 milhões ou 0,12% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2013 foi de R\$ 224 milhões ou 0,28% do patrimônio líquido total).

(em milhões de R\$)

	VAR TOTAL (PARAMÉTRICO)							
	31/12/2014				31/12/2013			
	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	VAR TOTAL	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	VAR TOTAL
Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	89,0	37,0	193,0	127,8	172,4	65,6	416,9	69,1
Cupons Cambiais	43,8	21,1	149,4	90,4	26,2	8,6	76,7	45,2
Variação Cambial	28,7	3,6	110,6	8,9	34,5	4,4	70,2	10,4
Índices de Preços	89,0	45,9	144,7	82,9	76,1	37,3	155,5	65,7
Renda Variável	19,1	10,4	35,0	24,8	29,6	14,0	60,1	20,4
Unidades Externas^(*)								
Itaú BBA <i>International</i>	1,1	0,4	2,3	1,6	2,4	1,6	4,1	1,9
Itaú Argentina	4,0	0,9	18,8	1,9	4,0	2,2	7,4	5,7
Itaú Chile	3,3	1,3	5,5	5,3	5,6	2,1	13,6	2,1
Itaú Uruguai	1,6	0,8	2,6	2,1	2,8	1,5	8,9	1,7
Itaú Paraguai	1,3	0,6	3,6	3,5	0,9	0,4	1,8	0,9
Itaú BBA Colômbia	0,4	0,1	1,2	0,5	0,4	-	1,3	0,2
Efeito de Diversificação				(169,3)				(113,0)
Risco Total	125,5	59,0	231,4	180,4	224,5	97,9	443,4	110,4

(*) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

(em milhões de R\$)

	VAR TOTAL (SIMULAÇÃO HISTÓRICA)			
	31/12/2014			
	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	VAR TOTAL
Grupo de Fatores de Risco				
Taxas de Juros	92,4	37,0	161,8	124,8
Cupons Cambiais	60,4	21,1	93,2	83,6
Variação Cambial	36,1	3,6	141,2	26,5
Índices de Preços	99,1	45,9	162,9	115,7
Renda Variável	22,8	10,4	60,7	22,5
Unidades Externas^(*)				
Itaú BBA <i>International</i>	1,1	0,4	2,3	1,6
Itaú Argentina	4,0	0,9	18,8	1,9
Itaú Chile	3,3	1,3	5,5	5,3
Itaú Uruguai	1,6	0,8	2,6	2,1
Itaú Paraguai	1,3	0,6	3,6	3,5
Itaú BBA Colômbia	0,4	0,1	1,2	0,5
Efeito de Diversificação				(194,9)
Risco Total	131,9	59,0	227,7	193,1

(*) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia e calculado na abordagem paramétrica.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de repreficacão apresentados por conta de diferentes datas de repreficacão durante o período.

Posição de Contas Sujetas a Risco de Taxa de Juros⁽¹⁾

	31/12/2014					31/12/2013					TOTAL	
	0-30 DIAS	31-180 DIAS	181-365 DIAS	1-5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	0-30 DIAS	31-180 DIAS	181-365 DIAS	1-5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS		
Ativos Remunerados	305.708	226.073	97.686	257.420	117.884	1.004.771	281.495	182.556	100.636	248.019	102.326	915.033
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.879	2.259	3.997	946	-	23.081	19.341	2.126	3.557	636	-	25.660
Aplicações no Mercado Aberto	146.898	62.020	-	-	-	208.918	90.970	47.290	-	184	10	138.455
Depósitos Compulsórios no Banco Central	59.714	-	-	-	-	59.714	71.877	-	-	-	-	71.877
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	10.142	25.770	17.539	57.074	22.419	132.944	16.807	12.269	22.257	81.032	16.495	148.860
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	-	322	171	240	-	733	371	-	-	-	-	371
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.251	9.679	7.290	29.743	26.397	78.360	14.470	13.244	10.553	26.430	31.929	96.626
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	44	264	672	13.609	19.845	34.434	52	47	-	158	9.859	10.116
Derivativos	2.408	4.073	2.238	3.682	1.755	14.156	2.933	2.419	1.675	3.377	962	11.366
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	65.372	121.686	65.779	152.126	47.468	452.431	64.674	105.161	62.594	136.202	43.071	411.702
Passivos Remunerados	270.976	85.050	60.179	277.952	57.274	751.431	252.818	81.456	56.068	255.198	50.872	696.412
Depósitos de Poupança	118.449	-	-	-	-	118.449	106.166	-	-	-	-	106.166
Depósitos a Prazo	11.705	23.656	7.775	61.794	3.536	108.466	12.260	29.436	9.961	61.551	3.923	117.131
Depósitos Interfinanceiros	4.687	13.173	762	503	-	19.125	1.768	3.909	2.146	363	8	8.194
Mercado Aberto	125.663	11.280	15.150	120.639	15.951	288.683	119.745	13.663	15.190	104.547	13.537	266.682
Mercado Interbancário	8.043	31.076	29.699	44.367	9.401	122.586	6.609	26.507	22.661	46.541	9.058	111.376
Mercado Institucional	624	2.520	3.910	39.516	26.672	73.242	811	6.529	4.156	36.887	23.672	72.055
Derivativos	1.728	3.205	2.880	8.001	1.536	17.350	2.421	1.393	1.892	5.076	623	11.405
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	77	140	3	122	178	520	6	19	62	233	51	371
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.010	-	3.010	3.032	-	-	-	-	3.032
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	34.732	141.023	37.507	(20.532)	60.610	253.340	28.677	101.100	44.568	(7.179)	51.454	218.621
Diferença Acumulada	34.732	175.755	213.262	192.730	253.340	286.777	28.677	129.777	174.345	167.166	218.621	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	3,5%	17,5%	21,2%	19,2%	25,2%		3,1%	14,2%	19,1%	18,3%	23,9%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

ATIVO	31/12/2014				
	DÓLAR	EURO	PESO CHILENO	OUTROS	TOTAL
Disponibilidades	6.607	-	656	2.872	10.135
Depósitos Compulsórios no Banco Central	292	-	303	4.035	4.630
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.274	1	1.055	1.876	15.206
Aplicações em Mercado Aberto	166	-	1	-	167
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.469	-	144	940	8.553
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	733	-	-	-	733
Derivativos	5.632	-	1.030	109	6.771
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.897	-	2.435	1.342	22.674
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.332	-	-	-	10.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.371	-	26.490	16.157	106.018
Total do Ativo	125.773	1	32.114	27.331	185.219

PASSIVO	31/12/2014				
	DÓLAR	EURO	PESO CHILENO	OUTROS	TOTAL
Depósitos	57.875	-	19.929	28.813	106.617
Captações no Mercado Aberto	14.913	-	181	250	15.344
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	520	-	-	-	520
Derivativos	5.402	-	1.088	28	6.518
Recursos de Mercados Interbancários	39.935	-	2.823	540	43.298
Recursos de Mercados Institucionais	31.519	-	4.425	286	36.230
Total do Passivo	150.164	-	28.446	29.917	208.527
Posição Líquida	(24.391)	1	3.668	(2.586)	(23.308)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

ATIVO	31/12/2013				
	DÓLAR	EURO	PESO CHILENO	OUTROS	TOTAL
Disponibilidades	7.672	194	409	2.560	10.835
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	365	3.723	4.088
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.612	-	1.073	1.411	20.096
Aplicações em Mercado Aberto	880	-	19	-	899
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.099	-	13	405	7.517
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	371	-	-	-	371
Derivativos	4.511	-	443	12	4.966
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	46.830	-	3.308	1.280	51.418
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	6.723	-	-	-	6.723
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	67.557	1.776	23.657	18.600	111.590
Total do Ativo	159.255	1.970	29.287	27.991	218.503

PASSIVO	31/12/2013				
	DÓLAR	EURO	PESO CHILENO	OUTROS	TOTAL
Depósitos	48.516	16	18.439	17.952	84.923
Captações no Mercado Aberto	15.324	-	248	19	15.591
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	569	-	-	-	569
Derivativos	3.027	-	424	87	3.538
Recursos de Mercados Interbancários	48.694	71	2.945	978	52.688
Recursos de Mercados Institucionais	59.155	-	3.141	333	62.629
Total do Passivo	175.285	87	25.197	19.369	219.938
Posição Líquida	(16.030)	1.883	4.090	8.622	(1.435)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itauniunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às

necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.393, de 03/06/2008, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 538,1 bilhões (R\$ 501,1 bilhões 31/12/2013), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 35,4% do total, ou R\$ 190,5 bilhões – tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens – depósito à vista e poupança – é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

RECURSOS DE CLIENTES	31/12/2014			31/12/2013		
	0-30 DIAS	TOTAL	%	0-30 DIAS	TOTAL	%
Depósitos	183.574	294.773		163.086	274.383	
Recursos à Vista	48.733	48.733	9,1	42.892	42.892	8,6
Recursos de Poupança	118.449	118.449	22,0	106.166	106.166	21,2
Recursos a Prazo	11.705	108.466	20,2	12.260	117.131	23,4
Outros Recursos	4.687	19.125	3,5	1.768	8.194	1,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	3.959	47.750	8,9	2.916	46.256	9,2
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.840	139.910	26,0	2.977	123.922	24,7
Dívida Subordinada	174	55.617	10,3	146	56.564	11,3
Total	190.547	538.050		169.125	501.125	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros – Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 137,4 bilhões e representavam 72,1% dos

recursos resgatáveis a curto prazo, 25,5% do total de recursos e 17,0% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

INDICADORES DE LIQUIDEZ	31/12/2014 %	31/12/2013 %
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ /Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	72,1	53,9
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ /Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	25,5	18,2
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	17,0	12,8

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados – Ativos Financeiros.

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes).

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados – Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 809.448 (R\$ 712.710 em 31/12/2013).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

FLUXOS FUTUROS NÃO DESCONTADOS EXCETO PARA DERIVATIVOS										
ATIVOS FINANCEIROS ⁽¹⁾	31/12/2014				31/12/2013					
	0-30 DIAS	31-365 DIAS	366-720 DIAS	ACIMA DE 720 DIAS	TOTAL	0-30 DIAS	31-365 DIAS	366-720 DIAS	ACIMA DE 720 DIAS	TOTAL
Disponibilidades	17.527	-	-	-	17.527	16.576	-	-	-	16.576
Aplicações em Instituições Financeiras	170.482	51.967	1.097	32	223.578	110.510	45.993	614	145	157.262
Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada ⁽²⁾	74.275	-	-	-	74.275	23.979	-	-	-	23.979
Aplicações no Mercado Aberto – Posição Financiada	80.085	45.512	-	-	125.597	67.190	37.921	-	10	105.121
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.122	6.455	1.097	32	23.706	19.341	8.072	614	135	28.162
Títulos e Valores Mobiliários	55.315	19.009	15.470	106.023	195.817	58.892	30.197	16.773	83.168	189.030
Títulos Públicos – Livres	45.587	-	-	-	45.587	50.573	-	-	-	50.573
Títulos Públicos – Compromissadas de Recompra	3.440	5.491	5.473	41.548	55.952	4.327	17.741	8.805	52.301	83.174
Títulos Privados – Livres	6.102	10.520	8.750	57.179	82.551	3.992	12.089	7.017	29.696	52.794
Títulos Privados – Compromissadas de Recompra	186	2.998	1.247	7.296	11.727	-	367	951	1.171	2.489
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.408	5.342	1.167	3.719	12.636	2.933	3.781	1.410	2.929	11.053
Posição Bruta	-	-	-	19	19	-	-	-	-	-
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) – Posição Ativa	-	-	-	560	560	-	-	-	-	-
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) – Posição Passiva	-	-	-	(541)	(541)	-	-	-	-	-
Posição Líquida	2.408	5.342	1.167	3.700	12.617	2.933	3.781	1.410	2.929	11.053
Swaps	448	812	643	2.913	4.816	396	745	865	2.436	4.442
Opções	481	1.720	308	363	2.872	423	977	187	130	1.717
Contratos a Termo	846	1.548	-	-	2.394	2.018	1.048	184	65	3.315
Demais Derivativos	633	1.262	216	424	2.535	96	1.011	174	298	1.579
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro⁽³⁾	56.652	169.230	90.854	180.050	496.786	56.021	160.056	92.526	131.721	440.324
Total de Ativos Financeiros	302.384	245.548	108.588	289.824	946.344	244.932	240.027	111.323	217.963	814.245

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 63.106 (R\$ 77.010 em 31/12/2013) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos FICBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 5.945 (R\$ 3.333 em 31/12/2013), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao Iojista R\$ 39.386 (R\$ 34.142 em 31/12/2013) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 4.336 (R\$ 4.233 em 31/12/2013).

Contexto

Nosso perfil

Nossa governança

Nossa gestão de risco

Desempenho

Sustentabilidade

Anexos

FLUXOS FUTUROS NÃO DESCONTADOS EXCETO PARA DERIVATIVOS

PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2014			31/12/2013			TOTAL	ACIMA DE 720 DIAS	31-365 DIAS	366-720 DIAS	TOTAL
	0-30 DIAS	31-365 DIAS	366-720 DIAS	0-30 DIAS	31-365 DIAS	366-720 DIAS					
Depósitos	182.849	47.531	14.851	58.881	304.112	163.436	46.756	12.005	86.269	308.466	
Depósito a Vista	48.733	-	-	-	48.733	42.892	-	-	-	42.892	
Depósito Poupança	118.449	-	-	-	118.449	106.166	-	-	-	106.166	
Depósito a Prazo	10.867	33.601	14.521	58.564	117.553	12.609	40.590	11.833	85.968	151.000	
Depósito Interfinanceiros	4.800	13.930	330	317	19.376	1.769	6.166	172	301	8.408	
Depósitos Compulsórios	(42.811)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(63.106)	(42.600)	(12.537)	(3.321)	(18.552)	(77.010)	
Depósito a Vista	(7.404)	-	-	-	(7.404)	(8.821)	-	-	-	(8.821)	
Depósito Poupança	(33.084)	-	-	-	(33.084)	(29.805)	-	-	-	(29.805)	
Depósito a Prazo	(2.323)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(22.618)	(3.974)	(12.537)	(3.321)	(18.552)	(38.384)	
Captações no Mercado Aberto (1)	164.309	28.544	57.449	108.099	358.402	132.394	33.508	43.464	118.067	327.432	
Títulos Públicos	143.717	2.161	3.888	20.227	169.992	127.639	360	2.004	25.810	155.813	
Títulos Privados	6.383	25.924	53.561	87.324	173.192	3.052	29.659	41.460	80.136	154.307	
Exterior	14.210	460	-	548	15.218	1.702	3.489	-	12.121	17.313	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	4.054	24.017	10.777	14.319	53.167	3.176	20.511	14.363	12.598	50.648	
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	4.290	37.668	19.414	31.890	93.262	5.127	34.659	12.696	28.647	81.129	
Dívidas Subordinadas (4)	191	6.537	12.979	56.349	76.056	214	8.752	5.146	63.917	78.029	
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.728	5.116	1.318	7.668	15.830	2.421	2.972	1.607	4.092	11.092	
Posição Bruta	-	31	-	-	31	-	15	-	-	15	
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) – Posição Ativa	-	(969)	(10)	-	(979)	-	(313)	-	-	(313)	
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) – Posição Passiva	-	1.000	10	-	1.010	-	329	-	-	329	
Posição Líquida	1.728	5.085	1.318	7.668	15.799	2.421	2.956	1.607	4.092	11.076	
Swaps	241	1.761	778	6.754	9.534	361	1.085	1.076	3.589	6.111	
Opções	431	1.853	353	420	3.057	406	1.058	316	141	1.921	
Contratos a Termo	681	1	-	-	682	1.482	229	116	35	1.862	
Demais Derivativos	375	1.470	187	494	2.526	172	584	99	327	1.182	
Total Passivos Financeiros	314.610	142.958	114.599	265.556	837.723	264.168	134.620	85.961	295.037	779.786	

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.
(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.
(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.
(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

COMPROMISSOS OFF BALANCE	31/12/2014			31/12/2013			TOTAL			
	0-30 DIAS	31-365 DIAS	366-720 DIAS	ACIMA DE 720 DIAS	TOTAL	0-30 DIAS		31-365 DIAS	366-720 DIAS	ACIMA DE 720 DIAS
Avais e Fianças	2.003	14.721	4.207	52.828	73.759	1.257	14.886	4.620	50.399	71.162
Compromissos a Liberar	73.356	60.785	17.980	69.377	221.498	75.838	37.153	36.749	62.719	212.459
Cartas de Crédito a Liberar	11.091	-	-	-	11.091	11.431	-	-	-	11.431
Compromissos Contratuais – Imobilizado e Intangível (Nota 15 e 16)	-	267	308	-	575	-	875	576	521	1.972
Total	86.450	75.773	22.495	122.205	306.923	88.526	52.914	41.945	113.639	297.024

NOTA 37 – Informações Suplementares

Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.



Itaú 50 anos.



Pronto para o futuro.

1990s:

Campanha "Itaú 50 anos. Pronto para o Futuro"



Sustentabilidade



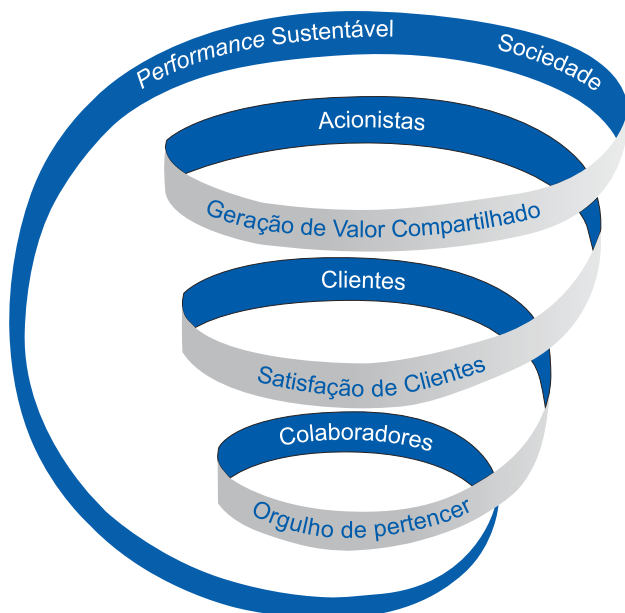
Sustentabilidade



Performance sustentável

Nossa visão é ser o banco líder em *performance* sustentável e em satisfação de clientes. Esse desafio só pode ser cumprido a partir de um trabalho colaborativo, que envolve os principais públicos com os quais nos relacionamos. Entendemos que carreiras desafiadoras, pautadas pelo mérito, contribuem para gerar o orgulho de pertencer à organização. Por sua vez, colaboradores engajados prestam melhores serviços aos seus clientes, que, mais satisfeitos, tendem a manter nossos serviços entre suas escolhas, estabelecendo relações perenes, que geram valor para os acionistas e garantem os resultados que permitem o desenvolvimento da sociedade. É dessa forma que buscamos gerar valor compartilhado, atingindo bons resultados e gerando desenvolvimento das pessoas, da sociedade e dos países onde atuamos por meio de um ciclo virtuoso de *performance* sustentável. [GRI G4-56](#) | [G4-24](#)

Espiral de Performance Sustentável



Temas Materiais [GRI G4-18](#)

A definição dos temas materiais, ou seja, dos temas relevantes para uma instituição é crucial para nortear a tomada de decisão de gestores e *stakeholders*. A fim de trazer uma visão mais integrada dos temas relevantes para o Itaú Unibanco, realizamos em 2014 um processo abrangente de definição dos temas materiais, que contemplou aspectos sociais, ambientais, econômicos e de governança. Esse estudo foi conduzido pelo grupo de trabalho de relatórios – composto pelas áreas de Finanças, Sustentabilidade, Relações com Investidores e Comunicação Corporativa – e foi realizado em três etapas: (1) identificação de questões materiais; (2) consolidação e priorização de temas relevantes; e (3) validação.

Na primeira etapa, levantamos aproximadamente 500 questões relevantes por meio de materiais específicos que contemplam a visão dos principais *stakeholders* do banco, a saber: colaboradores, clientes, acionistas e sociedade (comunidade local, parceiros, fornecedores, poder público, organizações não governamentais, associações, imprensa e academia). Na tabela a seguir, especificamos as fontes consultadas de acordo com o *stakeholder* escolhido e também outras fontes que, embora não representem a visão de um *stakeholder* específico, são relevantes para a definição dos temas materiais no setor financeiro.

STAKEHOLDERS E FONTES CONSULTADAS [GRI G4-20](#) | [G4-21](#)

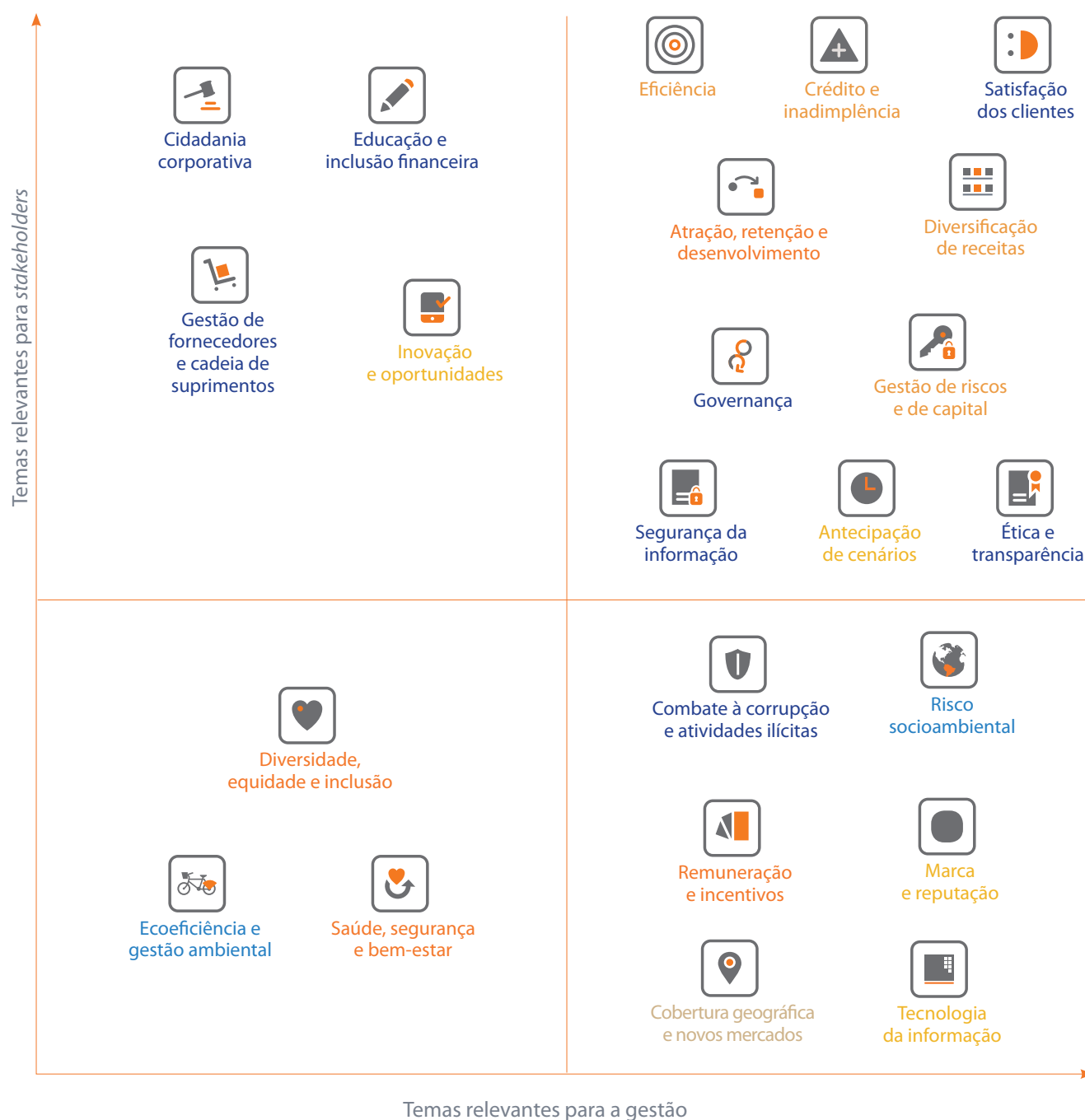
Visão de colaboradores e sindicato	Pesquisa de clima organizacional realizada anualmente e principais reivindicações do sindicato em 2014
Visão de investidores	Apresentações de resultado voltadas para investidores: teleconferências, reuniões da APIMEC e relatórios
Visão de clientes e sociedade	Relatório emitido pela área de Ouvidoria e conteúdo oriundo das mídias sociais do banco
Sustentabilidade no setor financeiro	Estudos setoriais da GRI (GRI-G4 – Sector Publication Financial Services) e do SASB (Sustainability Accounting Standards Board)
Índices de Sustentabilidade	Questionários do Dow Jones Sustainability Index e Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa
Referências do mercado financeiro	Análise dos temas materiais de instituições financeiras nacionais e internacionais consideradas referência em sustentabilidade

Na etapa seguinte, as questões foram consolidadas em temas mais abrangentes, aplicando-se uma análise preliminar de relevância para a gestão e os *stakeholders*. Em seguida, os temas consolidados foram plotados em uma matriz de priorização dividida em dois eixos: influência na avaliação de *stakeholders* e relevância para gestão. No eixo de *stakeholders*, atribuímos um nível de prioridade considerando o interesse e o poder de influência do(s) *stakeholder*(s) mais interessado(s) naquele tema. No eixo de gestão, os temas foram priorizados de acordo com critérios de continuidade dos negócios, imagem e reputação, estratégia, impactos regulatórios e visão de longo prazo.

Por fim, os temas priorizados foram debatidos e validados internamente pelo Comitê de Reporte, um fórum da governança de sustentabilidade dedicado à implementação de melhores práticas de reporte e transparência. O processo de definição dos temas materiais foi assegurado externamente pela PwC com base nas diretrizes da norma AA1000. [GRI G4-33](#)

A seguir, apresentamos a matriz de temas materiais contendo os 23 temas relevantes e uma tabela que conecta tais temas aos principais assuntos, indicadores e capitais relacionados.

Matriz dos temas materiais



Relação entre temas materiais e capitais do relato integrado



CAPITAL HUMANO



CAPITAL FINANCEIRO



CAPITAL INTELECTUAL



CAPITAL MANUFATURADO



CAPITAL NATURAL



CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
GRI G4-18						
TEMA	ASPECTOS GRI GRI G4-19	ASSUNTOS RELACIONADOS	CAPITAL	INDICADORES		
Crédito e Inadimplência		• Perfil da carteira de crédito • Appetite de risco • Margem financeira e inadimplência	Financeiro	• Saldo de PDD / Carteira de Crédito • <i>Non-accrual loans</i> / Saldo da Carteira de Crédito • Saldo de PDD / Carteira Renegociada • Inadimplência • Margem Financeira Líquida		
Gestão de riscos e de capital		• Gestão e governança de riscos • Administração do capital (incluindo captações) • Adequação e Basileia III • Relação entre custo e receita • Índice de eficiência operacional • Controle de despesas de pessoal, administrativas, operacionais e tributárias	Financeiro	• VaR/Patrimônio Líquido • Índice Basileia		
Eficiência			Financeiro	• Variação das Despesas Operacionais por categoria • Índice de Eficiência • Índice de Eficiência Ajustado ao Risco		
Diversificação de receitas e seguros		• Diversificação e foco na oferta de serviços • Receitas de tarifas e seguros	Financeiro	• Composição da Receita de Serviços		
Atração, retenção e desenvolvimento	Emprego Treinamento e Educação	• Atração e retenção de talentos • Rotatividade de colaboradores • Treinamento e desenvolvimento • Formação da liderança	Humano	• Quantidade de colaboradores realocados • Valor investido em treinamento • Taxa de retenção dos programas de talentos • Número total e taxas de novas contratações e rotatividade de empregados GRI G4-LA1 • Média de horas de treinamento por ano GRI G4-LA9 • Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua GRI G4-LA10		
Antecipação de cenários		• Capacidade de interpretação da economia • Estratégia de posicionamento frente aos principais indicadores (inflação, juros, dólar, taxa de desemprego)	Intelectual			
Satisfação de Clientes	Rotulagem de Produtos e Serviços Comunicação de Marketing Privacidade do Cliente	• Satisfação de clientes • Tratamento de queixas e reclamações • Resolução de casos críticos	Social e de Relacionamento	• Índice de satisfação de clientes • Reclamações registradas em órgãos reguladores • Número de atendimentos registrados na ouvidoria e % de casos resolvidos em fase preliminar • Resultados de pesquisas medindo a satisfação do cliente GRI G4-PR5 • Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing G4-PR7 • Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes GRI G4-PR8		
Ética e transparência	Ética e integridade Concorrência desleal Não discriminação	• Cultura, valores e políticas de conduta • Ética nos negócios • Transparência na comunicação • Reporte a mercado	Social e de Relacionamento	• Número de reclamações relacionadas ao código de ética; • Número total de casos de discriminação; • Número de ações judiciais por concorrência desleal GRI G4-SO7 • Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários de comunicações de marketing. • Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética. G4-56		
Segurança da Informação	Privacidade do Cliente	• Política de segurança da informação • Privacidade nos dados dos clientes	Social e de Relacionamento	• Total de queixas comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes GRI G4-PR8		
Governança	Governança	• Composição e mandato do conselho de administração • Responsabilidades do CA e comitês imediatos • Controle da empresa e direito a voto de acionistas	Social e de Relacionamento	• Participação em Índices de Governança Corporativa; • Relate a estrutura de governança da organização, incluindo comitês do mais alto órgão de governança. Identifique todos os comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais. GRI G4-34		
Inovação e Oportunidades	Informações sobre a Forma de Gestão Referentes a Impacto de Produtos e Serviços Portfólio e produtos	• Incorporação de tendências • Novas oportunidades de negócios socioambientais	Intelectual	• Valor financeiro revertido por Fundos Socioambientais • Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios GRI FS1 • Procedimentos para avaliação e triagem de riscos socioambientais nas linhas de negócios GRI FS2 • Valor monetário de produtos e serviços com benefício social, separados por cada linha de negócio e discriminados por objetivo. GRI FS7 • Valor monetário dos produtos e serviços com benefício ambiental, separados por cada linha de negócio e discriminados por objetivo. FS8		
Cidadania Corporativa	Combate à corrupção	• Geração de um legado sociocultural • Incentivo à educação • Investimentos na comunidade • Doação e contribuições para políticas públicas	Social e de Relacionamento	• Valor total destinado a projetos incentivados e não incentivados • Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local GRI G4-SO1 • Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/ beneficiário GRI G4-SO6		
Educação e inclusão financeira	Comunidades Locais Comunidade Rotulagem de produtos e serviços	• Programas de educação financeira • Oferecimento de produtos e serviços à população com baixo acesso aos serviços financeiros	Social e de Relacionamento	• Número de colaboradores treinados em educação financeira • Impacto de programas de educação financeira em colaboradores • Número de clientes impactados em treinamento de educação financeira • Impacto dos programas de educação financeira em clientes • Volume total financiado em operações de Microcrédito • Pontos de acesso em áreas com baixa densidade populacional ou economicamente desfavorecidas, discriminados por tipo. GRI- FS13 • Iniciativas para promover o acesso de serviços financeiros para pessoas desfavorecidas; GRI- FS14 • Iniciativas para promover a educação financeira para diferentes públicos beneficiários; GRI- FS16		
Gestão de Fornecedores e da Cadeia de Suprimentos	Avaliação Ambiental de Fornecedores Práticas de Compras	• Gestão de fornecedores • Promoção de práticas sustentáveis na cadeia de suprimentos • Apoio aos fornecedores locais.	Social e de Relacionamento	• Percentual de fornecedores locais contratados • Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais GRI G4-EN32 • Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito GRI G4-EN33 • Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importante; GRI G4-EC9		

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
GRI G4-18						
TEMA	ASPECTOS GRI G4-19	ASSUNTOS RELACIONADOS	CAPITAL	INDICADORES		
Remuneração e incentivos	Treinamento e Educação	- Programas de avaliação de desempenho - Remuneração variável - Incentivos de longo prazo	Humano	- Percentual de colaboradores que possuem análise de desempenho - Valor total gasto com remuneração fixa, encargos e salários - Valor total de contribuições feitas aos planos de pensão de colaboradores - Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua GRI G4-LA10		
Risco socioambiental	Desempenho Econômico	- Avaliação e gestão de riscos com critérios socioambientais - Impactos socioambientais associados ao crédito, investimento e seguros - Política socioambiental e políticas de direitos humanos	Social Ambiental	- Projetos Corporate Finance contratados sob critérios da Política de Responsabilidade Sociambiental - Projetos Princípios do Equador contratados sob critérios da Política de Responsabilidade Sociambiental - Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas GRI G4-EC2 - Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais GRI G4-EN32 - Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios. GRI FS1 - Procedimentos para avaliação e triagem de riscos socioambientais nas linhas de negócios. GRI FS2 - Processos de monitoramento de clientes na implementação e no cumprimento de exigências socioambientais incluídas em contratos. GRI FS3 - Processo(s) para aperfeiçoar a competência dos colaboradores em implementar as políticas e os procedimentos socioambientais aplicados às linhas de negócios. GRI FS4 - Interações com clientes/empresas controladas/parceiros de negócios referentes a riscos e oportunidades socioambientais. GRI FS5 - Valor monetário de produtos e serviços com benefício social, separados por cada linha de negócio e discriminados por objetivo. GRI FS7 - Valor monetário dos produtos e serviços com benefício ambiental, separados por cada linha de negócio e discriminados por objetivo GRI FS8. - Cobertura e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas socioambientais e procedimentos de avaliação de risco GRI FS9 - Percentual e número de empresas do portfólio da instituição com as quais a organização relatora interagiu em relação a questões socioambientais GRI FS10 - Percentual de ativos sujeitos a triagem ambiental ou social (positiva e negativa) GRI FS11 - Política(s) de voto como acionista aplicada(s) a questões socioambientais para ações de que a organização relatora detém o direito a voto ou para as quais dá aconselhamento quanto ao voto.GRI FS12		
	Avaliação Ambiental de Fornecedores					
	Informações sobre a Forma de Gestão Referentes a Impacto de Produtos e Serviços					
	Portfólio e produtos					
	Auditoria					
Controle Acionário Ativo						
Tecnologia da Informação		- Investimento em tecnologia - Uso de canais eletrônicos - Acessibilidade e inclusão digital	Manufaturado Intelectual	Percentual de transações digitais x canais tradicionais		
Marca e Reputação	Comunicações de Marketing	- Posicionamento de marca - Reputação e exposição na mídia - Índice de reputação e valor da marca	Intelectual	- Valor da Marca - Exposição positiva na imprensa - Casos de não conformidade relacionados à comunicação de produtos e serviços GRI G4-PR7 - Total de queixas comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes G4-PR8		
Presença geográfica e novos mercados	Privacidade do Cliente					
Combate à corrupção e atividades ilícitas	Perfil Organizacional	- Oportunidades em novos mercados - Estratégia de internacionalização - Evolução da carteira no exterior	Manufaturado Financeiro	- Volume de Empréstimos no Exterior - Carteira de Crédito e Market Share América Latina - Relate o número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais a suas principais operações estão localizadas ou que são especificamente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório GRI G4-6 - Relate os mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores cobertos e tipos de clientes e beneficiários) GRI G4-8		
	Combate a Corrupção	- Política de prevenção à corrupção e lavagem de dinheiro - Combate à corrupção - Monitoramento de atividades criminosas - Treinamento de colaboradores no tema	Social e de relacionamento	Percentual de empregados treinados em políticas e procedimentos anticorrupção; GRI G4-SO4		
Diversidade, equidade e inclusão	Emprego	- Igualdade de gêneros e raça - Respeito à diversidade - Combate à discriminação e ao assédio	Humano	- Percentual de negros, mulheres, deficientes e aprendizes - Razão matemática do salário entre mulheres e homens GRI G4-LA13 - Comparação entre benefícios a empregados de tempo integral e temporários; GRI G4-LA2 - Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional; GRI G4-LA12 - Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas por meio de mecanismo formal; GRI G4-LA16 - Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas; GRI G4-HR3 - Percentual de empregados treinados em políticas e procedimentos anticorrupção;GRI G4-SO4		
	Diversidade e Igualdade de Oportunidades					
	Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens					
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas					
	Não discriminação					
Combate a Corrupção						

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
GRI G4-18						
TEMA	ASPECTOS GRI GRI G4-19	ASSUNTOS RELACIONADOS	CAPITAL	INDICADORES		
Saúde, Segurança e Bem-estar	Perfil Organizacional		Humano	- Índice de satisfação de colaboradores - Relate o percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva. GRI G4-11 - Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo, e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero. GRI G4-LA6 - Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação GRI G4-LA7 - Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas por meio de mecanismo formal; GRI G4-LA16		
	Saúde e Segurança no Trabalho	- Satisfação de colaboradores - Práticas de saúde e segurança - Direitos trabalhistas, greves e paralisações				
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas					
Ecoeficiência e gestão ambiental	Perfil Organizacional		Ambiental	- Consumo de papel - Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa. GRI G4-15 - Liste a participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização tem participação GRI G4-16 - Materiais usados, discriminados por peso ou volume; GRI G4-EN1 - Consumo de energia dentro da organização GRI G4-EN3 - Redução do consumo de energia; GRI G4-EN6 - Total de água retirada por fonte GRI G4-EN8 - Emissões diretas de gases de efeito estufa; GRI G4-EN15 - Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia; GRI G4-EN16 - Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa GRI G4-EN17 - Redução de emissões de gases de efeito estufa; G4-EN19 - Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição; GRI G4-EN23 - Impactos ambientais significativos referentes a transporte de produtos e de trabalhadores GRI G4-EN30 - Total de investimentos e gastos com proteção ambiental GRI G4-EN31		
	Materiais					
	Energia					
	Água	- Gestão ambiental - Água, energia, emissões e consumo de materiais - Compromissos públicos sobre mudanças climáticas				
	Emissões					
	Efluentes e Resíduos					
	Transportes					
	Geral					

Gestão e governança de sustentabilidade

Incorporamos a sustentabilidade à estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos negócios, que possibilita internalizar questões socioambientais nas atividades e processos diários, identificar as áreas capazes de liderá-las e acompanhar o desempenho e os indicadores dessas questões periodicamente.

Em 2014, avançamos na integração da gestão de sustentabilidade à gestão do banco por meio de duas iniciativas: priorização e valoração de projetos socioambientais para o avanço da agenda nos próximos anos; e monitoramento desses projetos prioritários pelo processo corporativo de prevenção de riscos.

Contamos com um painel de gestão para o gerenciamento de projetos que permite acompanhar, monitorar e avaliar todas as iniciativas relacionadas ao tema. Esse painel provê subsídios para análises e decisões nas diversas instâncias da nossa governança. Isso contribui para garantir o alinhamento entre estratégia de sustentabilidade e as diretrizes da organização, verificar a aderência às políticas e assegurar a inserção de questões socioambientais em novos produtos e serviços. Além disso, incorporamos os parâmetros do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa como referências de mercado para a orientação de melhorias, a mitigação de riscos e a identificação de tendências em sustentabilidade.

Estrutura de nossa governança de sustentabilidade

GRI G4-34



- **Conselho de Administração:** debate decisões estratégicas de sustentabilidade no longo prazo e aprova diretrizes políticas. Em 2014, o tema foi discutido em uma reunião.
- **Comitê Executivo de Sustentabilidade:** composto pelos integrantes do Comitê Executivo, tem como objetivo a integração entre as práticas de sustentabilidade e estratégias de negócio frente a temas como as mudanças climáticas. Em 2014, foram realizadas duas reuniões. [GRI G4-36](#)
- **Comitê de Sustentabilidade:** integrado por diretores, é responsável por definir a estratégia de sustentabilidade do Itaú Unibanco e assegurar a sua gestão, supervisionando a sua evolução por meio do monitoramento dos planos de ação, indicadores e metas. Este Comitê realizou três reuniões em 2014, nas quais foram abordadas questões para o fortalecimento da nossa estratégia de sustentabilidade.
- **Comitês específicos:** Criados para aprimorar nossa eficiência na execução da estratégia de sustentabilidade e aumentar a integração de iniciativas sustentáveis nas áreas de negócio. Em 2014 os comitês foram divididos em: Gestão Interna, Colaboradores, Banco de Varejo, Pequenas e Médias Empresas, Seguros, Investimentos, Reporte e Transparência.

Sustentabilidade em nossa Governança

A sustentabilidade também está inserida em nossa governança geral, o que contribui para agregar valor e integrar o tema à agenda de negócios do conglomerado. Nossa atuação permeia discussões, encontros e comitês para assegurar a inserção do tema na tomada de decisão e sua efetiva integração ao negócio.

Avaliação e desenvolvimento de produtos e serviços

[GRI FS15 | DMA Rotulagem de Produtos e Serviços](#)

Com base na Política Corporativa de Avaliação de Produtos, todos os projetos de modificação ou criação de produtos e serviços passam por rigoroso procedimento de análise com foco na gestão de riscos. Isso requer a integração das áreas de produtos e também das áreas avaliadoras, como Jurídico, Tributário, Segurança Corporativa, Contabilidade, Controles Internos e Sustentabilidade, entre outras. Os Comitês de Produtos de Varejo e de Atacado são compostos por seus diretores, que se reúnem periodicamente para debater cada projeto.

Em 2014, passaram pelo processo de análise 350 projetos. Como área participante, a equipe de Sustentabilidade avalia e sugere ajustes para garantir que os produtos e projetos estejam alinhados aos pilares de atuação: educação financeira, transparência e riscos socioambientais.

Comitê de Risco Socioambiental

Composto por diretores das áreas de Riscos, Jurídico, Crédito e Cobrança dos negócios, além de Sustentabilidade, este comitê se reúne trimestralmente ou sob demanda, com a responsabilidade de:

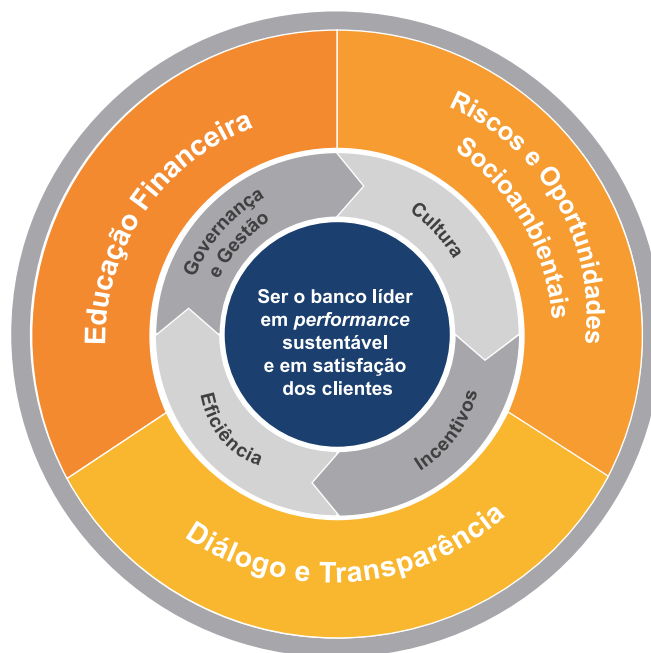
- Propor entendimentos institucionais sobre questões relacionadas à exposição ao Risco Socioambiental para as atividades e operações do banco;

- Recomendar papéis e responsabilidades sobre questões relacionadas ao gerenciamento do Risco Socioambiental;
- Acompanhar o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento do Risco Socioambiental, bem como acompanhar seus controles e planos de ação em andamento;
- Encaminhar casos de não cumprimento das políticas relacionadas ao Risco Socioambiental aos fóruns competentes.

Estratégia de sustentabilidade nos negócios [GRI FS16](#)

Nossa estratégia de sustentabilidade foi definida a partir de uma profunda análise sobre nossa visão, “Nosso Jeito de Fazer”, nossas políticas corporativas, compromissos e pactos voluntários, pesquisas e encontros com *stakeholders* para compreender os temas relevantes. [GRI G4-27](#)

A publicação da Essência de Sustentabilidade, em 2009, foi o nosso ponto de partida. Em 2010, nós definimos uma nova visão, cultura, marca e propósito, importantes insumos para a construção da nossa estratégia. Em 2011, apoiamos-nos em um novo posicionamento para realizar *workshops*, entrevistas e painéis internos e externos. Ouvimos diversos especialistas e executivos – o que culminou na aprovação da estratégia de sustentabilidade pelo Comitê Executivo, na criação do Mapa da Sustentabilidade, que estabelece nossa atuação por meio de três focos estratégicos: Diálogo e Transparência; Educação Financeira; e Riscos e Oportunidades Socioambientais, viabilizados por quatro frentes de apoio – governança e gestão, eficiência, incentivos e cultura. O Mapa orienta nossas diversas unidades operacionais e de negócio a incorporar valores de sustentabilidade em seus processos de tomada de decisão.



Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Com o objetivo de orientar as instituições financeiras no estabelecimento de princípios, diretrizes e práticas de gestão de responsabilidade socioambiental, o Banco Central divulgou a Resolução nº 4.327 em 25 de abril de 2014. Essa norma foi elaborada após um extenso processo de diálogo, iniciado na Rio+20, em 2012, que incluiu consultas públicas com um grupo representativo de organizações.

A Resolução nº 4.327 disciplina a responsabilização formal das instituições financeiras na avaliação de riscos e impactos socioambientais de suas atividades e evidencia o papel da alta administração no controle das ações para adequação às exigências do regulador, destacando:

- A implantação de uma base de perdas decorrentes de causas socioambientais;
- A incorporação de fatores socioambientais nos mapas de controle de riscos da instituição;
- A consideração dos princípios da relevância e proporcionalidade no desenvolvimento das atividades para cumprimento da norma.

Desde o período de consultas públicas – durante 2013 e mais intensivamente após a publicação da norma, em abril de 2014 –, temos executado ações para avaliar nossa adequação às exigências do regulador. Organizamos grupos de trabalho com representantes das principais áreas impactadas e conduzimos um processo de engajamento interno (com colaboradores) e externo (com especialistas no tema) a fim de colher contribuições para a elaboração das nossas políticas. Como resultado desse processo, as questões de responsabilidade socioambiental foram incorporadas à Política de Sustentabilidade, que passou a ser denominada Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental. Além de atender à Resolução nº 4.327, essa política tem a finalidade de formalizar nossa estratégia de sustentabilidade e nosso compromisso com a busca pelo desenvolvimento sustentável.

Focos Estratégicos

Diálogo e Transparência

Com o intuito de aprimorar os negócios e inspirar transformações positivas na sociedade, mantemos um diálogo próximo e uma relação de confiança com nossos *stakeholders*. Em 2014, os principais focos de atuação em Diálogo e Transparência foram: construção de diretrizes de transparência para a comunicação de nossos produtos e serviços e evolução no processo de reporte e prestação de contas para mercado com foco na integração de informações.

A seguir, destacamos as principais iniciativas de Diálogo e Transparência desenvolvidas em 2014, divididas pelo público de interesse.

Colaboradores

Canais de comunicação

Nossos canais de comunicação são estruturados para divulgar informações relevantes dentro do conglomerado e receber sugestões e reclamações dos colaboradores. Os principais veículos são a revista

Itaú Unibanco, publicada bimestralmente; e o Portal Itaú Unibanco, em que os colaboradores podem acessar informações relevantes sobre a empresa e sobre o seu dia a dia.

Ombudsman GRI G4-57 | G4-58

O *Ombudsman* é um canal destinado aos colaboradores para esclarecimentos de dúvidas ou dilemas éticos, aconselhamentos e denúncias relacionadas ao desalinhamento do Código de Ética e do “Nosso Jeito de Fazer”. Tem como missão promover um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar o respeito e a ética no relacionamento e nos negócios. Mais detalhes sobre esta iniciativa podem ser consultados no item Ética ([pág. A-157](#)).

Diálogo com a Liderança

Iniciado em 2010, o programa Portas Abertas promove reuniões sem pauta definida entre colaboradores, o Presidente Executivo, Roberto Setubal, e o Presidente do Conselho de Administração, Pedro Moreira Salles, para a discussão de temas pertinentes à organização. As reuniões também são uma maneira de difundir a nossa cultura e promover um diálogo com os colaboradores. Em 2014, foram realizadas 4 reuniões com colaboradores das mais diversas áreas e níveis hierárquicos da organização.

Ainda na linha de integrar nossa liderança, um dos eventos mais significativos é o Encontro entre Líderes, que acontece anualmente com o objetivo de comunicar resultados, diretrizes e estratégias do ano vigente. Em 2014, os principais assuntos abordados foram crescimento sustentável, satisfação do cliente e desenvolvimento de pessoas.

Clientes

Órgãos de defesa do consumidor

Nos últimos anos, intensificamos nosso diálogo com as principais entidades de proteção ao consumidor. Esse diálogo viabiliza uma troca de conhecimento com os órgãos de defesa, o que gera benefícios para os nossos clientes. Mais detalhes sobre essa iniciativa podem ser consultados no item Gestão das Reclamações ([pág. A-159](#)).

Transparência na comunicação

O propósito desta iniciativa é aprimorar nossa comunicação com o cliente, sendo o mais objetivo possível no esclarecimento de preços, taxas, características e condições de produtos e serviços. Em 2014, concluímos um estudo sobre os problemas gerados aos clientes em função de uma comunicação pouco clara. Esse diagnóstico foi realizado por meio da análise de atendimentos, materiais e conversas com diretores, formadores de opinião e consumidores em geral.

A partir disso, estruturamos uma frente de trabalho para orientar a aplicação de diretrizes de transparência com os nossos negócios. Essa frente desenvolveu um guia com diretrizes gerais e sistematizou uma atuação dentro da governança de avaliação de produtos. O projeto foi implantado primeiramente nas peças de comunicação de produtos e serviços e, em seguida, foi apresentado para as centrais de atendimento e será expandido em 2015 para as áreas de produtos e comercial. Mais detalhes sobre essa iniciativa podem ser consultados no item Comunicações de *Marketing* ([pág. A-161](#)).

GRI FS15 | FS16

Sociedade

Investidores

Índices de Mercado de Capitais

Participamos dos principais índices de mercado, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da BM&FBovespa. Ao responder os questionários destes índices, contribuímos para o avanço da agenda de sustentabilidade entre as empresas e também promovemos transparência na comunicação, já que divulgamos voluntariamente nosso questionário respondido no ISE. Vale ressaltar que tais índices também são uma importante fonte de tendências em questões sociais, ambientais e de governança. Anualmente, utilizamos os resultados obtidos para avaliar os avanços alcançados e identificar pontos de melhorias que podem ser incorporados à nossa gestão.

Relato Integrado

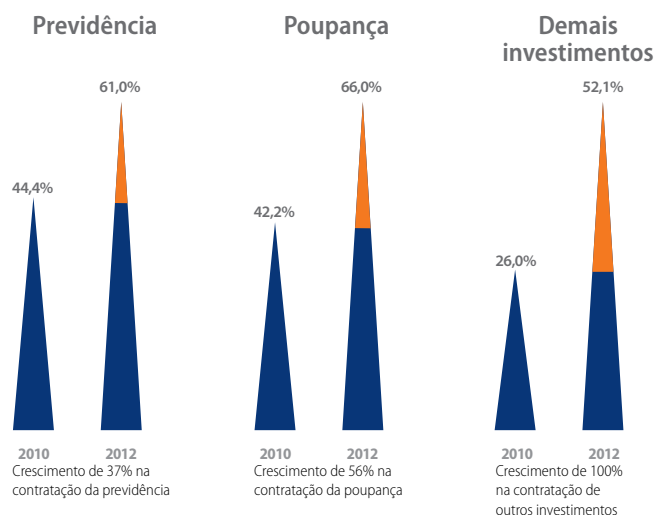
Com o objetivo de trazer mais simplicidade e objetividade à nossa prestação de contas, firmamos uma parceria com o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) em 2013. Por meio de um grupo de trabalho composto pelas áreas de Sustentabilidade, Finanças, Comunicação Corporativa e Relações com Investidores, revisamos nossas formas de reporte e alinhamos os processos de relato às diretrizes fornecidas pelo IIRC. O principal resultado desse trabalho foi a publicação do Relato Integrado, uma comunicação focada na nossa capacidade de gerar valor ao longo do tempo para os *stakeholders*. O Relato Integrado 2014 pode ser acessado no link www.itaui.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Relato_Integrado_2014.pdf.

Educação Financeira GRI FS16

Acreditamos que uma maneira de contribuímos para o desenvolvimento da sociedade é entender as necessidades das pessoas para oferecer conhecimento e soluções financeiras adequadas, para que tenham uma relação mais saudável com o dinheiro. Em 2014, nossos esforços se voltaram para levar as iniciativas e aprendizados que tivemos com o público de colaboradores para os nossos clientes. Além disso, aprimoramos a agenda com a sociedade, introduzindo uma nova maneira de falar sobre o assunto, cada vez mais humana e próxima do dia a dia das pessoas.

Colaboradores

Desde 2009, temos um programa de educação financeira disponível para todos os nossos colaboradores. No período de maio de 2010 a maio de 2012 identificamos uma evolução significativa nos volumes de recursos mantidos na poupança, em planos de previdência e em outros investimentos desses colaboradores, conforme gráficos abaixo:



O programa ainda conta com frentes de atuação complementares:

- Educação: disponibilizamos cursos a distância e presenciais. Entre 2011 e 2014, cerca de 70 mil colaboradores receberam formação *online* e mais de 500 colaboradores participaram voluntariamente do curso de finanças pessoais, de oito horas, sobre planejamento financeiro, crédito e investimentos;
- Comunicação: todos os anos fazemos campanha para sensibilizar os colaboradores sobre o tema, que conta com um portal interno com vídeos, guias, artigos e jogos. Esse portal teve cerca de 23 mil acessos únicos em 2014;
- Assessoria financeira: assessoria realizada por profissionais terceiros, de forma isenta e confidencial. Ainda em fase piloto, o serviço já realizou 480 atendimentos para colaboradores e familiares.

Clientes

Buscamos continuamente indicar caminhos para que nossos clientes façam escolhas financeiras cada vez mais alinhadas às suas necessidades e momentos de vida.

Em 2014 consolidamos o Programa de Educação Financeira para clientes pessoa jurídica com Postos de Atendimento (PABs) do Itaú Unibanco na empresa, serviço que é oferecido para cerca de 800 empresas clientes em todo o Brasil. O Programa anual oferece materiais, vídeos e palestras, e já impactou mais de 7.000 clientes, em mais de 170 palestras no último ano.

Realizamos avaliação de impacto, que compara a evolução e melhoria de indicadores financeiros dos clientes pessoas físicas de uma empresa cliente que recebeu o Programa, versus a evolução de clientes de empresas do mesmo perfil, que não receberam o programa, no período de agosto de 2012 a março de 2014. Os resultados mostram que o programa foi eficaz:

No início da análise, 17% dos clientes tinham Previdência Privada, no final esse número subiu para 26%. Para os Fundos de Investimentos, esse percentual passou de 40% para 59%.

Sociedade

Entendemos que o jeito como as pessoas lidam com suas finanças, assim como o significado do dinheiro em nossa sociedade, precisam ser debatidos de forma ampla e intersetorial. Nesse sentido, investimos em diversas atividades com o objetivo de compartilhar nossos aprendizados e fomentar o debate. Em 2014, destacamos as seguintes iniciativas:

- Em maio, a FIFA realizou o *Fun Day*, evento pré-Copa do Mundo para capacitar mais de 13 mil voluntários que atuaram nas 12 cidades-sede. O encontro ocorreu nos estádios e nós, como banco oficial do evento, fomos convidados a compartilhar nosso conhecimento em educação financeira. Desenvolvemos um jogo de perguntas e respostas e convidamos todos a refletir sobre as suas escolhas financeiras diante de situações do dia a dia. Em parceria com a Fundação Itaú Social foram capacitados 48 voluntários do Itaú Unibanco.
- Reformulamos as oficinas de Educação Financeira aplicadas pelo programa de voluntariado da Fundação Itaú Social. Nesse projeto piloto, compartilhamos conhecimento de educação financeira com jovens e adultos de regiões de baixa renda da cidade de São Paulo. Reflexões sobre comportamentos financeiros, planejamento de sonhos, escolhas financeiras e de consumo, como abordar o assunto na família e ferramentas para o controle de ganhos e gastos fazem parte da oficina, com duração de quatro horas.

GRI FS15 | FS16

- Participamos de 16 edições no programa da TV Globo – Encontro com Fátima Bernardes – para levar orientação financeira de maneira simples a, aproximadamente, 51 milhões de pessoas ao longo do ano.
- Os vídeos das nossas campanhas Crédito Consciente, Invista, Proteja e Uso consciente do dinheiro tiveram cerca de 2,7 milhões de *views* no YouTube.
- O Itaú Unibanco, a Fundação Itaú Social e o Instituto Unibanco são apoiadores do projeto de Educação Financeira nas escolas do ensino médio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Ao longo de 2014, foi lançada a plataforma *online* de disseminação do conteúdo, que conta com mais de 1.300 cadastros, sendo 60% deles de educadores e professores.
- Também somos apoiadores do Núcleo de Finanças Comportamentais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e do Estúdio de Finanças do Laboratório do Mercado de Capitais (LABMEC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), que treina estudantes para promoverem orientação financeira à comunidade local, entre outras atividades. Cerca de 400 pessoas receberam orientação financeira gratuita, cerca de 1.500 pessoas participaram de palestras e eventos no espaço e mais de 3.500 receberam materiais.

Riscos e Oportunidades Socioambientais

Os bancos se relacionam com todos os setores produtivos da economia e têm potencial para influenciar mudanças positivas na sociedade. Por isso, gerenciamos os riscos e buscamos oportunidades de negócios, considerando tendências de mercado, regulamentações, demandas de clientes e dos *stakeholders*. Para fortalecer essa abordagem, adotamos políticas específicas e aderimos a compromissos voluntários que orientam as práticas de nossas unidades de negócios.

Em 2014, nossas iniciativas buscaram melhorar os aspectos de integração social, ambiental e de governança nas linhas de negócios do banco, avaliar oportunidades de negócios e facilitar a transferência de capacidade e de conhecimento socioambientais entre as nossas áreas de negócios.

Risco Socioambiental GRI DMA-FS1

O gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo a identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos. Para isso são promovidas ações de engajamento com as áreas envolvidas no processo, como treinamentos, *workshops*, palestras e ações de melhoria de controle com base nos resultados dos testes de aderência que são reportados periodicamente ao Comitê de Risco Socioambiental, que faz parte da Governança de Sustentabilidade.

Em 2014, a Política de Sustentabilidade foi revisada de acordo com critérios estabelecidos na Resolução nº 4.327 publicada pelo Banco Central, conforme apresentado anteriormente no item Estratégia de Sustentabilidade (pág. A-143). De acordo com essa política, a análise dos riscos socioambientais é realizada com base nos princípios da relevância e da proporcionalidade, ou seja, de acordo com as características, necessidades, exposição a riscos e especificidades de cada negócio. **GRI DMA-FS1 | DMA-FS2**

Também desenvolvemos diretrizes socioambientais específicas para os processos de concessão de crédito (operações de empréstimo e financiamento), seguros, investimentos e fornecedores. Dentre elas, destacam-se: observância do licenciamento ambiental, inclusão de cláusulas socioambientais contratuais, regras específicas para a constituição de garantias imobiliárias, lista de atividades proibidas e lista de atividades restritas.

A lista proibida contém as atividades que contrariam nossos princípios e valores corporativos. Dessa forma, não concedemos crédito às empresas que desenvolvam atividades relacionadas:

- ao incentivo à prostituição;
- à utilização de mão de obra infantil, em desacordo com a legislação;
- ao trabalho em condições análogas à de escravo.

A lista de atividades restritas engloba atividades econômicas com potencial de causar danos socioambientais. Portanto, existem procedimentos específicos para a análise de risco socioambiental das empresas que desenvolvem atividades relacionadas:

- à produção ou comércio de armas de fogo, munições e explosivos;
- à extração e produção de madeira e produção de lenha e carvão vegetal provenientes de florestas nativas;
- a atividades pesqueiras;
- à extração e industrialização de asbesto/amianto;
- a frigorífico e abatedouro bovino.

A seguir, apresentamos as especificidades desse tema nas operações de crédito (atacado, varejo, imobiliário e veículos), seguros e investimentos.

Crédito

Os resultados das análises de risco socioambiental orientam o processo de decisão de crédito. Ao agregarmos critérios socioambientais aos processos convencionais de avaliação de risco, temos uma visão ampla a respeito das empresas que se relacionam conosco e possíveis riscos legais e de imagem. A Política de Risco Socioambiental formaliza o processo de análise desse risco e apresenta diretrizes para a concessão de crédito. Além das questões administrativas, financeiras e de governança, avaliamos práticas em relação a direitos humanos, meio ambiente e biodiversidade.

A política – disponível na intranet e no *site* de sustentabilidade – contempla informações socioambientais que devem ser solicitadas aos potenciais clientes, além de formalizar as atividades restritas e proibidas que podem inviabilizar o crédito.

Para uma adequada operacionalização das diretrizes socioambientais expostas pela política, contamos com políticas setoriais de risco socioambiental para as áreas de negócio afetadas: Itaú BBA, *Middle Market*, Varejo, Crédito Imobiliário e Veículos, que aplicam suas respectivas políticas visando mitigar os riscos socioambientais aos quais estamos expostos e estimular a conscientização e melhores práticas dos clientes.

Com a Normativa de Responsabilidade Socioambiental das Instituições Financeiras, lançada pelo Banco Central em abril, nosso foco em 2014 foi revisar a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, os processos e as Políticas Setoriais de Risco Socioambiental para o crédito. As demais políticas setoriais e processos serão revisados em 2015, de acordo com cronograma estabelecido e aprovado pelo Conselho de Administração.

Para entender mais sobre como nossa carteira de crédito está distribuída entre os setores econômicos, acesse a Nota 8 Item III Segmentos por Setor de Atividade do BRGAAP, na página 138 do link: [www.itaubrasil.com.br/arquivos/estatisticos/RI/pdf/pt/IRR31122014.pdf?title=Análise Gerencial da Operação e Demonstrações Contábeis Completas \(BRGAAP\) - 4T2014](http://www.itaubrasil.com.br/arquivos/estatisticos/RI/pdf/pt/IRR31122014.pdf?title=Análise%20Gerencial%20da%20Operação%20e%20Demonstrações%20Contábeis%20Completas%20(BRGAAP)%20-%204T2014).

Atacado GRI DMA-FS5

Por meio do nosso Banco de Atacado, responsável por conduzir o financiamento a projetos de infraestrutura, aplicamos os Princípios do Equador como critério de análise de risco socioambiental desses financiamentos, o que inclui etapas para a identificação, mitigação e monitoramento de risco. Além disso, aplicamos critérios de nossa Política de Risco Socioambiental no financiamento de projetos de menor porte e em outros produtos relacionados a projetos, como empréstimo-ponte. Nesses casos, avaliamos como o cliente gere seus potenciais impactos socioambientais, como interferência em populações tradicionais, patrimônio arqueológico e biodiversidade.

Imóveis oferecidos como garantia também passam por análise ambiental de potencial risco de contaminação. Fora isso, fazemos o acompanhamento de clientes que possam estar envolvidos em atividades da nossa Lista de Atividades Proibidas por meio de pesquisa no cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo, além de monitorar notícias na imprensa. Enquanto isso, a aderência dos clientes que desenvolvem atividades da nossa Lista

Restrita às diretrizes setoriais específicas é acompanhada sempre que o limite de crédito desses clientes é renovado. [GRI DMA-FS3](#)

Eventuais restritivos socioambientais dos clientes são informados no sistema de risco de crédito, que contém todas as informações de crédito do cliente, como valor tomado e *risk rating*, e é consultado tanto pela área de Crédito quanto pela área Comercial.

Pioneiro na adoção de critérios socioambientais para avaliação de crédito, o atacado realiza iniciativas para disseminar melhores práticas no mercado e aperfeiçoá-las internamente por meio de treinamentos para colaboradores.

Em 2014, os membros da equipe de avaliação de risco socioambiental do atacado, ao todo oito pessoas, passaram por mais de 280 horas de capacitação, entre cursos, palestras, fóruns, treinamentos e grupos de discussão, que abordaram a nova regulamentação do Banco Central sobre responsabilidade socioambiental, além de *workshops* sobre temas socioambientais específicos dos setores de Energia e Óleo & Gás. [GRI DMA-FS4](#)

Princípios do Equador

Desde 2004, somos signatários dos Princípios do Equador, um conjunto de diretrizes e critérios assinado por mais de 80 instituições financeiras ao redor do mundo que identificam e avaliam riscos e impactos socioambientais em operações de financiamento na modalidade *Project Finance*, cujo valor de investimento é igual ou superior a US\$ 10 milhões. A partir de junho de 2013, com o lançamento da nova versão desse documento, os Princípios do Equador III, essas diretrizes passaram a ser aplicadas também em operações de Financiamentos Corporativos Dirigidos a Projetos desde que atendidos os seguintes critérios: (1) a maior parte do financiamento destinar-se a um único projeto sobre o qual o cliente tem controle operacional efetivo; (2) o valor total consolidado do financiamento for de pelo menos US\$ 100 milhões; (3) o compromisso individual do financiador for de pelo menos US\$ 50 milhões; e (4) o prazo do financiamento for de pelo menos dois anos. [GRI DMA-FS1](#)

Somos o único banco latino-americano que faz parte do Comitê Diretivo dos Princípios do Equador e, como tal, coordenamos ao lado do Santander o grupo de trabalho *Outreach* para a América Latina com o mandato de desenvolver estratégias de comunicação, suporte e treinamento para outras instituições financeiras da região. Nesse sentido, em setembro de 2014, em parceria com o

Bradesco e o Santander, organizamos o *workshop* Princípios do Equador: Papéis e Oportunidades para Consultores, com 80 participantes. Esse evento capacitou consultores sobre os aspectos técnicos da análise de Princípios do Equador para atender aos requisitos dos bancos signatários. O debate também incentivou o mercado de consultores a incorporar os requisitos exigidos pelos Princípios já nos estudos ambientais conduzidos para efeito de licenciamento, adiantando, assim, futuros requisitos que serão solicitados pelos bancos no momento posterior ao financiamento.

Uma consultoria independente realiza a avaliação socioambiental de acordo com os Princípios do Equador na contratação e execução do financiamento – procedimento obrigatório para projetos de alto risco. No caso de projetos de médio risco, essa análise pode ser realizada pelo próprio time de avaliação de risco socioambiental do Itaú BBA. [GRI DMA-FS3](#)

Essas diretrizes são aplicadas, inclusive, nas operações do atacado em suas unidades externas. Nesse sentido, em 2014 as unidades da América Latina e do IBBA *International* passaram por um treinamento sobre a nova versão desses princípios.

Veja dados sobre projetos contratados de acordo com os critérios dos Princípios do Equador III e da nossa Política de Responsabilidade Socioambiental na página A-188 deste relatório.

Operações Middle Market e Varejo

Para a análise socioambiental de pequenas e médias empresas, é realizada categorização socioambiental setorial que considera critérios como uso de água e energia, lançamento de efluentes líquidos, emissões atmosféricas e risco para a saúde e segurança no trabalho. As empresas são categorizadas como A, B e C, ou seja, alto, médio e baixo potencial de risco socioambiental. A análise socioambiental é realizada para empresas categorizadas como A e B e que tenham envolvimento em crédito com o banco igual ou superior a R\$ 5 milhões. Também são analisadas empresas em ramos de atividades presentes na lista restrita, tais como extração de madeira nativa, pesca, frigoríficos, armas

e munições e atividades que utilizam amianto, com envolvimento em crédito igual ou superior a R\$ 500 mil.

Como parte da análise de risco socioambiental, são utilizadas ferramentas específicas, como o questionário de autodeclaração socioambiental, pesquisas em *sites* de órgãos ambientais, tribunais de justiça, listas de áreas contaminadas e do Ministério do Trabalho e Emprego denominada “lista suja”, informações adicionais da empresa, entre outras. Quando identificado um potencial risco, a equipe socioambiental poderá realizar visitas ao local e solicitar informações complementares à empresa. Os riscos identificados são monitorados

e, caso não sejam desenvolvidos planos de ação ou fornecidos os documentos necessários, o parecer socioambiental será desfavorável. Vale ressaltar que os clientes são analisados periodicamente, sendo a validade máxima do parecer socioambiental de dois anos.

Redesenhamos o processo de análise de risco de contaminação em imóveis dados em garantia ao banco, contando com uma versão mais assertiva do Questionário para Avaliação Ambiental Preliminar de Imóveis, além de maior número de analistas habilitados para executá-la.

PARECERES SOCIOAMBIENTAIS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EMITIDOS EM 2014

CATEGORIZAÇÃO	PARECER SOCIOAMBIENTAL FAVORÁVEL	PARECER SOCIOAMBIENTAL DESFAVORÁVEL	ADEQUAÇÕES E AJUSTES*
A	540	350	233
B	2.124	388	169
C	27	30	5
Total	2.691	768	407

* Parecer favorável após providências para adequação às políticas e regulamentações socioambientais vigentes.

Financiamento de Veículos

Avaliamos os riscos socioambientais dos clientes em operações de financiamento de veículos por meio de uma metodologia própria, alinhada à Política Corporativa de Riscos Socioambientais. A análise se aplica a pessoas jurídicas, com envolvimento de crédito no valor igual ou superior a R\$ 5 milhões até abril, depois de maio de 2014 esse corte foi reduzido para R\$ 3 milhões, tomando-se como referência os riscos existentes ou os limites de crédito disponíveis no banco.

As empresas são classificadas por meio de um *rating*, de acordo com o grau do seu risco. A concessão do crédito é aprovada ou recusada somente após análise de crédito. Ultrapassando os limites de alçada de decisão dos analistas, coordenadores, gerentes e superintendentes, é realizada uma Comissão de Crédito, que também administrará os riscos socioambientais e definirá as medidas mitigadoras necessárias. Essa orientação é feita de modo construtivo, procurando estimular a melhoria das práticas socioambientais do cliente.

Além de formularem recomendações com base em avaliações do ramo de atividades e pesquisas em órgãos reguladores. [GRI DMA-FS1 | DMA-FS2 | DMA-FS3](#)

A verificação da lista proibida é complementada pelo processo de análise de crédito *Know Your Customer* (Conheça o seu Cliente), tendo como base os procedimentos descritos na política setorial de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD). [GRI DMA-FS2](#)

Para a implementação da política, a equipe de crédito PJ passou por treinamentos, acompanhada pela área de Recursos Humanos. [GRI DMA-FS4](#)

Financiamento Imobiliário

A área de Financiamento Imobiliário também está alinhada à Política de Risco Socioambiental. As diretrizes se aplicam a todos os financiamentos destinados à construção de empreendimentos, comerciais e residenciais, em todas as regiões do Brasil. Em 2014, o nosso portfólio de plano empresário, oferecido principalmente para empresas com faturamento anual acima de R\$ 30 milhões, chegou ao valor de R\$ 10,05 bilhões. [GRI DMA-FS1 | FS6](#)

A avaliação do empreendimento contempla um questionário dos aspectos gerais do terreno, que abrange questões ambientais. Para o escopo proposto contamos com empresas de engenharia parceiras, além de nossos profissionais, que são devidamente orientados para realizarem o levantamento visual e consultas em *sites* e portais de prefeituras ou órgãos responsáveis quando necessário. Nessa análise visual são verificadas questões de contaminação aparente e localização dos terrenos que, se estiverem próximos de postos de gasolina, antigas fábricas ou cemitérios, podem ter indícios de contaminação. Além da análise inicial, um profissional especializado faz vistorias mensais para acompanhamento da obra. [GRI DMA-FS1 | DMA-FS2 | DMA-FS4](#)

Caso sejam identificados riscos socioambientais, de crédito ou de imagem e reputação, o Comitê de Crédito é acionado e decide se iremos ou não prosseguir com a contratação. Também podem ser elaborados planos de ação e, quando necessário, o departamento Jurídico toma as medidas cabíveis. [GRI DMA-FS1 | DMA-FS2](#)

Seguros

Nossa avaliação considera as orientações dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês), do qual somos signatários desde 2012, que traz diretrizes para minimizar exposições a riscos socioambientais e impulsionar o adequado gerenciamento por parte das empresas de seguros.

Para implementar o PSI, criamos um portal interno que abrange todos os tópicos relativos à sustentabilidade e também desenvolvemos uma ferramenta para avaliar como um determinado produto adere aos princípios do PSI. [GRI DMA-FS1](#)

Ainda, em 2013, criamos o Comitê Específico de Seguros com o intuito de garantir o processo de avaliação atrelado ao PSI, à Política de Risco Socioambiental e às diretrizes corporativas. Com o diretor-executivo da seguradora como responsável, o comitê se reúne periodicamente. Esse processo continua, inclusive foi aprovado nesses comitês o planejamento de sustentabilidade em seguros para os anos de 2014 e 2015. [GRI DMA-FS2 | DMA-FS3](#)

Em 2014 lançamos uma plataforma *online* com dicas e orientações sobre proteção e seguros, tutoriais em vídeo que dão dicas e explicam de forma didática as principais dúvidas de seguros. [GRI DMA-FS4](#)

O objetivo dessa plataforma é conscientizar o público em geral sobre a importância dessa “proteção” e ajudar as pessoas a entenderem melhor o universo de seguros de forma simples e descomplicada.

A plataforma, chamada Proteja (www.itau.com.br/proteja), contempla seções com explicações sobre os diferentes produtos oferecidos por esse mercado, dicas e infográficos, em uma organização intuitiva das informações. A *interface* foi planejada para responder às principais dúvidas relacionadas a seguros, de modo a auxiliar na tomada de decisão sobre qual proteção é a mais adequada, de acordo com a necessidade. Também foram disponibilizados dez tutoriais em vídeos criados para responder às questões sobre os muitos tipos de proteção e questões que o consumidor deve ficar atento antes de contratar um seguro.

Essa iniciativa soma-se às demais ações do banco, que têm a educação como ponto de partida para auxiliar as pessoas a lidarem melhor com suas finanças. Entre essas ações, podem ser citadas as plataformas educacionais para Crédito (Uso Consciente) e Investimentos (Invista).

Investimentos **GRI G4-DMA Controle Acionário Ativo**

A Itaú Asset Management é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês) desde 2008 e, desde então, vem desenvolvendo estratégias de atuação buscando trabalhar os impactos para os investidores e dar apoio aos signatários para incorporar essas questões às tomadas de decisões.

Para isso, desenvolveu uma metodologia para integração de questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, em inglês) no processo de avaliação das empresas que compõem os fundos de renda variável com gestão ativa. Atualmente, 100% das empresas listadas no Índice Bovespa e no ISE foram avaliadas pela metodologia. **GRI FS11**

Em 2014, ampliamos a aplicação da metodologia para integração de questões ESG na avaliação de títulos corporativos de renda fixa. Atualmente, temos 50% dos títulos que compõem nossa carteira cobertos pela metodologia. **GRI DMA-FS1 | DMA-FS2**

A Itaú Asset Management possui uma estrutura dedicada ao tema, composta por um gestor e dois analistas SRI e realiza análises por meio de pesquisas e visitas nas empresas avaliadas para refinar os resultados das análises. Além disso, possui contrato com dois consultores independentes especializados no tema, sendo um destes vinculado ao meio acadêmico. **GRI DMA-FS4 | DMA-FS5**

A Itaú Asset Management também é responsável pela gestão de fundos socioambientais que repassam parte da sua taxa de administração a projetos desenvolvidos por organizações sem fins lucrativos, com foco em educação, meio ambiente e cultura. **GRI FS7**

Alinhado a isso, em 2014 participamos de diversos eventos do setor para apresentar nossa metodologia e debater a integração de questões ambientais, sociais e de governança aos processos de avaliação de empresas investidas. **GRI DMA-FS5 | FS10**

A Itaú Asset Management também é signatária investidora do *Carbon Disclosure Project* (CDP). Como signatária investidora, assinamos, junto a outros investidores signatários, a carta anual com o pedido de informações enviado para as empresas sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças do clima. As informações reportadas pelas empresas para o CDP são consideradas em nossos modelos de integração de questões ambientais, sociais e de governança corporativa no processo de investimento. **GRI G4-15**

A Política de Exercício do Direito de Voto em Assembleias de Empresas Investidas (Política de *Proxy Voting* – disponível em www.itauiassetmanagement.com.br) prevê a avaliação de questões ESG no exercício do direito de voto. Alinhado ao código de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o documento reforça o compromisso em influenciar positivamente a gestão das empresas. **GRI FS12**

Fundos Socioambientais **GRI FS7 | FS8**

- FIES (Fundos Itaú Excelência Social): desde seu lançamento em 2004, o Fies segue a filosofia de investimento responsável para a construção

de seu portfólio, investindo em ações de empresas socialmente responsáveis. Adicionalmente, 50% da taxa de administração dos fundos da família Fies é destinada a projetos educacionais desenvolvidos por ONGs e também com a UNICEF do Brasil. De 2004 a 2014, foram destinados R\$ 25,6 milhões a 146 ONGs, beneficiando 28,8 mil crianças e 2,6 mil educadores. Em 2015, mais 11 organizações serão apoiadas, sendo repassados mais R\$ 2,25 milhões.

- Fundos Itaú Ecomudança: reverterem 30% da taxa de administração para gestão do Programa Ecomudança, que visa promover projetos de redução de Gases de Efeito Estufa (GEE) por meio de doações e empréstimos a ONGs que desenvolvam iniciativas voltadas a mobilidade urbana; eficiência energética; energia renovável; manejo de resíduos, florestas e agricultura sustentável. O programa conta ainda com uma parceria com a *The Nature Conservancy* (TNC). Desde a sua criação em 2009, o Programa Ecomudança reverteu aproximadamente R\$ 3,77 milhões a 25 organizações, e em 2014, com a nova modalidade de empréstimos, repassou R\$ 119.000,00 para duas outras instituições.
- Fundo Itaú Futura: entre 2010 e 2014, o Fundo Social Itaú Futura DI destinou mais de R\$ 1 milhão a projetos educacionais desenvolvidos pelo Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, recurso que representa 30% de sua taxa de administração.

Itaú Asset Management e o PRI **GRI DMA-FS5**

A Itaú Asset Management patrocinou em 2014 o encontro anual dos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), da Organização das Nações Unidas (ONU). Realizado em setembro, em Montreal, Canadá, o evento reuniu investidores institucionais, gestores de recursos e provedores de serviços para compartilhar os avanços e desafios da integração de questões ESG nas decisões de investimento. Nesse evento apresentamos nossos dois *White Papers* (para mais informações consulte nosso site www.itauiassetmanagement.com.br) sobre os temas *ESG Integration into fundamental equity valuation* e *ESG Integration into fixed income research*. **GRI DMA-FS5**

Auditoria Interna **GRI FS9 | G4-DMA Auditoria**

A auditoria interna, com supervisão técnica do Comitê de Auditoria, provê o Conselho de Administração e os Diretores com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos, a adequação dos controles e o cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do conglomerado.

As auditorias são realizadas periodicamente, com rotação mínima de 12 meses e máxima de 36 meses, nas quais são avaliadas a aderência à Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e os compromissos voluntários e pactos assumidos pelo banco, entre eles os Princípios do Equador para financiamentos de projetos.

Alinhada às melhores práticas e padrões do *The Institute of Internal Auditors*, a metodologia da auditoria interna define que a área auditada deve elaborar planos de ação para os pontos identificados, dentro dos prazos definidos conforme a classificação do nível de risco.

Oportunidades Socioambientais **GRI FS7 | FS8**

A busca por oportunidade de atuação socioambiental é premissa dentro do Itaú Unibanco. Para isso, nós não apenas desenvolvemos linhas de negócios específicas e realizamos repasses dos próprios recursos, como buscamos fechar parcerias para ampliar essa máxima de atuação.

GRI FS7 | FS8

Dentro das parcerias, destacamos o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), IIC (*Inter-American Investment Corporation*), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social), dentre outras, que colaboram com repasses ou que atuamos conjuntamente em seus projetos.

A seguir, destacaremos nossas atuações por segmentos de negócio.

Banco Varejo

As operações do Banco Varejo englobam clientes empresas com faturamento anual de até R\$ 30 milhões.

Por meio do Projeto Visão de Sucesso, realizado em parceria com a Endeavor Brasil e com subsídio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), buscamos fomentar o desenvolvimento de negócios com foco na população de baixa renda.

Em 2014, último ano do projeto, contamos com uma turma no Nordeste brasileiro e outra a distância, capacitando 50 empresas (nove no Nordeste e 41 a distância). Além da capacitação, foram realizados *workshops* presenciais em São Paulo. Ao todo, durante os três anos de projeto, foram capacitados 101 negócios de impacto na base da pirâmide social.

Além disso, a parceria entre Endeavor, BID e o Itaú permitiu o desenvolvimento de um treinamento e de um guia de acesso à capital, que foi disponibilizado *online* para todos os alunos e para a sociedade de maneira gratuita.

Em 2014, por meio do Financiamento *Socioambiental Inter-American Investment Corporation* (IIC), direcionamos US\$ 280 milhões para o financiamento de pequenas e médias empresas com práticas que estejam de acordo com a análise de risco socioambiental do Itaú Unibanco e com os critérios de elegibilidade do IIC.

Também oferecemos os repasses do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), Linha Agro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para o financiamento de projetos que reduzam emissões de gases de efeito estufa da agricultura, da pecuária e do desmatamento, por meio da ampliação de florestas cultivadas e da recuperação de áreas degradadas. Até dezembro de 2014, havia 128 financiamentos ativos por meio do programa, totalizando R\$ 21 milhões. Para mais informações consulte: www.bndes.gov.br/apoio/abc.html.

Mantemos, ainda, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia custos provenientes do beneficiamento e da industrialização da produção agrícola. O programa tem como objetivo o desenvolvimento da agricultura familiar pelo acesso a crédito direto ou repasse a agricultores cooperados. Até dezembro de 2014, havia 18 operações do produto Pronaf Agroindústria, totalizando R\$ 32.429.482,47, além de R\$ 108.874.692,69 em 80 operações de repasse a cooperados.

Banco Atacado

O banco atacado concentra as operações de clientes empresas com faturamento acima de R\$ 30 milhões.

No atacado, os benefícios ambientais foram atingidos principalmente por meio de repasse de recursos a custos mais baratos de agências multilaterais de fomento e por meio de recursos próprios. No primeiro caso, em 2014 desembolsamos US\$ 200 milhões do Banco

Interamericano de Desenvolvimento para projetos de energia renovável, eficiência energética, produção limpa, biocombustíveis, construção sustentável, entre outros projetos verdes. Além disso, no final do ano assinamos uma linha com a *International Finance Corporation* no valor de US\$ 400 milhões com esse mesmo objetivo. Por último, os investimentos por meio de financiamentos com recursos próprios em projetos de energia eólica e cogeração representaram R\$ 876 milhões, além de *bonds* e fianças emitidas no valor total de R\$ 1,4 bilhão.

Fora isso, os benefícios ambientais foram proporcionados por meio de financiamentos no âmbito do repasse de recursos provenientes dos produtos BNDES Finem, BNDES Automático, Crédito Rural e recursos da Caixa Econômica Federal. Por meio do BNDES Finem destinamos recursos a projetos de eficiência energética e energia renovável, incluindo biomassa – em 2014 foram contratados R\$ 76 milhões. Adicionalmente, repassamos recursos da Caixa Econômica Federal para saneamento básico no valor de aproximadamente R\$ 400 milhões. Por meio do BNDES Automático financiamos projetos de saneamento e geração de energia renovável. Em 2014, houve doze projetos que compreenderam esses tipos de investimento, totalizando R\$ 150 milhões.

Em relação ao Crédito Rural, os investimentos com benefício ambiental foram para o cultivo de eucalipto para produção de celulose, um total de 13 operações e R\$ 487.640 contratados.

Além disso, em 2014 desembolsamos, a um custo mais barato, o valor de US\$ 1,7 bilhão para promoção de benefícios sociais. Esses recursos foram provenientes da *International Finance Corporation*, da *Inter-American Investment Corporation* e da *Overseas Private Investment Corporation* para projetos e empresas localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, incluindo pequenas e médias empresas desenvolvidas por mulheres.

Por último, desembolsamos quase R\$ 5 milhões de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do produto BNDES Finem, para projetos sociais que beneficiam as comunidades do entorno dos projetos. Trata-se de subcréditos a um custo mais barato e em parceria com instituições públicas ou com associações de fins não econômicos para empresas que objetivam a elevação do grau de responsabilidade social empresarial e que sejam voltadas para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas.

Em 2014, o valor envolvido nas operações financiadas com benefício ambiental e social equivale a aproximadamente 5% da carteira de crédito do Itaú BBA e um total de cerca de R\$ 9 bilhões.

Itaú Microcrédito

O Itaú Microcrédito é oferecido para microempreendedores formais e informais, que não possuem acesso ao sistema financeiro tradicional, seguindo as condições do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado.

Para orientar os processos decisórios de concessão de crédito, o Itaú Microcrédito utiliza a Política de Crédito e a Circular de Processos de Concessão e Análise de Crédito. Todos os colaboradores têm acesso a esses documentos. Anualmente, é realizada uma auditoria nas operações e nos processos internos e externos, a fim de garantir a aplicabilidade das políticas. **GRI DMA-FS1**

Os agentes de microcrédito

A operação se diferencia por permitir o acesso a um público tradicionalmente excluído do sistema financeiro, por meio do agente de microcrédito, treinado para orientar o microempreendedor nas decisões sobre produtos e serviços financeiros e noções básicas sobre gestão de pequenos negócios, levando o banco até o cliente.

Os agentes de microcrédito, funcionários do conglomerado, analisam as características da região e do tomador de crédito, em uma avaliação que considera o caráter, a capacidade de pagamento, o capital, as condições e os efeitos que a concessão desse crédito pode causar na vida do empreendedor e da comunidade. [GRI DMA-FS1 | DMA-FS2](#)

O agente visita o empreendimento, preenche uma Ficha de Avaliação Econômica e Financeira (FAEF) e envia as evidências necessárias para o Comitê de Crédito – responsável por analisar o crédito. Os agentes visitam os empreendimentos para acompanhar a utilização dos recursos, e em caso de não cumprimento das condicionantes para a concessão do crédito, o agente deve orientar o cliente. Caso as recomendações não sejam seguidas, o contrato pode não ser renovado. [GRI DMA-FS3](#)

Os agentes passam por treinamentos com aulas práticas e teóricas sobre análise de crédito, técnicas de cobrança e de vendas, gestão financeira, ética, contabilidade e orientação sobre o produto. Em 2014, aproximadamente 60 novos colaboradores passaram por treinamentos, que ocorrem periodicamente. [GRI DMA-FS4](#)

Modalidades de crédito

Para conhecer mais informações sobre as modalidades de microcrédito, consulte a [página A-30](#) deste relatório.

Em 2014, foram concedidos 8.178 contratos na operação de 1º piso, totalizando um financiamento no valor de R\$ 41,7 milhões, crescimento de 35% em relação a 2013. [GRI FS6 | FS7](#)

Pontos de acesso GRI DMA Comunidade

O Itaú Microcrédito está localizado em áreas economicamente desfavorecidas, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Os agentes de crédito são equipados com *smartphones* e *tablets*, permitindo uma operação independente de pontos físicos. As áreas de atuação são resultados de estudos de georreferenciamento, que concedeu a cada agente uma área de atuação de 5 km². Além do crédito, os agentes realizam a comercialização de maquinetas de cartão de crédito da Rede. [GRI FS13](#)

Desenvolvemos iniciativas para facilitar o acesso de pessoas em situações de vulnerabilidade aos serviços financeiros, por meio do agente de crédito, que também é orientador dos conceitos de educação e produtos financeiros. [GRI FS14](#)

Programa Itaú Mulher Empreendedora

Em 2014, implementamos uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o IFC – *The World Bank Group* com o objetivo de oferecer produtos e serviços financeiros e não financeiros para mulheres empreendedoras. Assim, foi disponibilizada uma linha de crédito de R\$ 1 bi exclusiva para pequenas empresas geridas por mulheres, uma plataforma que oferece conteúdos relacionados a empreendedorismo, ferramentas de gestão, vídeos motivacionais e a

possibilidade de conectar as usuárias. Na fase piloto do projeto, foram impactadas 57 mil empresas femininas. Também fazem parte das soluções não financeiras *workshops* em parceria com universidades renomadas e cafés de *networkings*. Ainda dentro dessa iniciativa, o banco irá testar uma ferramenta de avaliação de crédito baseada no modelo psicométrico. O principal objetivo dessa ação é empoderar mulheres empreendedoras no Brasil que estão crescendo em quantidade e aumentando a sua participação na economia. O banco tomou a decisão de participar de fóruns de discussão sobre inclusão de gênero, sendo representado no Conselho do *Global Banking Alliance for Women* e no grupo Mulheres do Brasil. [GRI FS14](#)

Engajamento com Stakeholders

Nossas diretrizes e critérios para os relacionamentos que estabelecemos estão baseados nos princípios da norma internacional AA1000. Em 2014, publicamos uma circular interna que define a metodologia para conquistar o engajamento dos nossos *stakeholders* com relação à estratégia de sustentabilidade, que considera a relevância dos públicos (colaboradores, clientes, acionistas, sociedade e fornecedores), bem como os impactos social, ambiental e econômico do tema. [GRI G4-24](#)

Nosso plano de ação para os temas de sustentabilidade contempla as seguintes etapas: definição de escopo, identificação dos *stakeholders*, definição do grau de engajamento, seleção da metodologia, avaliação dos riscos envolvidos e realização do processo de engajamento. [GRI G4-25](#)

Em 2013, o foco desse processo foi educação financeira. Nesse sentido, realizamos *workshops* com colaboradores e especialistas para discutir o nosso papel e definir objetivos de curto, médio e longo prazos para o tema. As contribuições ofereceram insumos para o processo de revisão do posicionamento de educação financeira, que aconteceu em 2014. [GRI G4-26](#)

No ano, também estabelecemos como foco o tema Riscos e Oportunidades Socioambientais. Para debater esse assunto, realizamos encontros entre especialistas do mercado, academia, clientes e nossos executivos. Durante essas ocasiões, compartilhamos a nossa estratégia e as nossas ferramentas de gestão de risco socioambiental e promovemos discussões sobre as tendências do mercado e as oportunidades de negócios emergentes. [GRI G4-26](#)

Além dos processos de engajamento direcionados a temas específicos, contamos com diversos instrumentos para envolver e manter o diálogo contínuo com os nossos públicos, tais como: *workshops*, publicações, palestras, pesquisas, reuniões públicas, mídias sociais, entre outros. Disponibilizamos canais para contatos específicos e constantes: *website*, *e-mails* e linhas telefônicas exclusivas voltadas ao atendimento da imprensa; ouvidoria e órgãos de defesa do consumidor.

As informações sobre nossos negócios são divulgadas de forma acessível pelos seguintes canais: site de relações com investidores, publicação *Ações Itaú em Foco*, nossos perfis no Facebook e no Twitter, e reuniões públicas com analistas de investimento, acionistas e outros *stakeholders*. [GRI G4-26](#)

Buscamos endereçar e realizar devolutivas sobre os levantamentos realizados por nossos *stakeholders*. Por meio do relatório anual consolidado, prestamos contas, com base em nossos temas materiais e em nossa estratégia de sustentabilidade, de forma transparente a diferentes públicos, sem distinção.

Colaboradores

Diversidade GRI G4-FS14 | G4-DMA Diversidade e Igualdade de Oportunidades

O tema diversidade é reconhecido e valorizado em nossa cultura. A gestão é realizada pela Área de Pessoas e direcionado pela Política Interna de Valorização de Diversidade. A política é norteada por três princípios básicos: justa competitividade diante das diferenças; heterogeneidade dentro da organização (gênero, pessoas com deficiência, diversidade sexual, etnia/raça); e implantação de políticas e projetos de valorização e promoção da diversidade. Temos também diretrizes específicas, como a Política de Inclusão de Pessoa com Deficiência, o Programa Aprendiz e a Política de Direitos Humanos.

Com seminários, treinamentos e outras ações de comunicação, como palestras, materiais disponibilizados na intranet e vídeos, buscamos mostrar a importância da valorização da diversidade sexual, de gênero, de etnia/raça, de pessoas com deficiência, geração ou crença, promovendo o diálogo respeitoso e a eliminação de julgamentos que levam à discriminação. Com o objetivo de ampliar, disseminar e promover a valorização da diversidade foram realizados palestras e *workshops* para nossos fornecedores de seleção, treinamento e empresas terceiras.

Para apoiar o programa de Pessoas com Deficiência, promovemos palestras e *workshops* de sensibilização com gestores e suas equipes.

OBJETIVOS ESTIPULADOS PARA 2014	CONCLUÍDO/EM ANDAMENTO/NÃO ENDEREÇADO OU OBJETIVO REVISTO	QUAIS OS RESULTADOS?
• Consolidar treinamentos sobre Diversidade para liderança;	Concluído: Temas inseridos na Oficina de Ética e no Treinamento do Jurídico Trabalhista	6.269 colaboradores participaram da Oficina de Ética. 6.058 colaboradores participaram do treinamento de Jurídico Trabalhista.
• Inserir o tema em palestras corporativas;	Em andamento	Foram realizadas 8 palestras corporativas sobre o tema de Diversidade e Inclusão de Pessoas com deficiência. No total, foram 202 colaboradores que participaram dessa ação. 137 colaboradores participaram da palestra Envolvimento no Plano de abandono do local de trabalho, sendo 132 participantes com colaboradores com deficiência e cinco organizadores. O objetivo dessa palestra foi engajar e informar os colaboradores PcDs sobre a importância de sua participação nos simulados de incêndio.
• Aplicar o 2º Censo da Diversidade em parceria com a Febraban;	Concluído	Participaram 18 bancos, com um total de aproximadamente 41% de respondentes, de um total de uma população bancária de 458.922 em dez/2013. Ganhos da participação do Censo: - Inserção do tema de Diversidade Sexual; - Amostra estatística para garantir tecnicamente o estudo como Censo; - Inclusão de grupos ocupacionais para melhor análise.
• Revisar a intranet para inserir temas como diversidade sexual e mulheres;	Concluído	A revisão do posicionamento a respeito do tema Diversidade foi realizada. Temas inseridos no Portal Corporativo: diversidade sexual, gênero, geração, crença.
• Treinar gestores e equipe quando recebem um novo colaborador com deficiência;	Em andamento	A proposta é acrescentar na grade da liderança (nível gerência e coordenação) a "Cartilha sobre inclusão de pessoa com deficiência". A cartilha já está disponível no Clique conhecimento e passa por revisão, para que no primeiro bimestre de 2015 possam ser endereçadas ao público-alvo.
• Inserir treinamento para fornecedores de Atracção e Seleção sobre temática de Inclusão Racial, em parceria com a Febraban;	Realizado	Realizado em ago/2014 com a participação de 61 pessoas: - 36 representantes de bancos; e - 25 representantes de empresas de R&S. Objetivo: debater a temática da inclusão social com foco em etnia, perspectivas e estratégias de ampliação das fontes de recrutamento, destinando-se às áreas que realizam a gestão do recrutamento e seleção nos bancos, às consultorias que atuam como parceiros externos nas atividades de R&S e aos provedores de currículos.
• Elevar o aproveitamento dos aprendizes que terminam o contrato de aprendizagem;	Em andamento	Elaboramos estudo no final do ano, que mapeou possibilidades de aproveitamento destes jovens. Montamos um grupo de trabalho para a discussão do tema e definição de como endereçaremos. Estamos desenvolvendo, agora, a proposta final, que será encaminhada para aprovação dos executivos da instituição.

Perfil da Nossa Diversidade

	TOTAL ¹	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE COLABORADORES	INICIATIVAS DE DESTAQUE EM 2014
Mulheres	52.896	60,00	Em 31 de dezembro de 2014, 50,3% dos cargos de gestão são ocupados por mulheres. Em 31 de dezembro de 2014, nosso Comitê Executivo inclui uma mulher.
Negros	17.651	20,00	Para aumentar a inclusão de negros, temos realizado ações a fim de sensibilizar nossas equipes e prestadores de serviços responsáveis por atrair e selecionar colaboradores para o tema relacionado à diversidade em geral e à raça em particular.

GRI G4-DMA Diversidade e Igualdade de Oportunidades

	TOTAL ¹	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE COLABORADORES	INICIATIVAS DE DESTAQUE EM 2014
Deficientes	4.003	4,54	Realizamos palestras educacionais em todos os nossos centros administrativos, como treinamentos sobre assistência a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e programas de conscientização para transmitir o entendimento de como se comunicar com pessoas com deficiência auditiva, além de treinamento de sensibilização. Desenvolvemos também um guia para nossos líderes, suas equipes e nosso pessoal de Recursos Humanos para engajá-los em seus papéis no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Com o objetivo de ampliar a participação dos colaboradores com deficiência ao PALT (Plano de Abandono ao Trabalho), foram realizadas palestras de orientação e engajamento.
Aprendiz	1.683	1,91	Revisamos o processo seletivo juntamente com entidades parceiras com o intuito de absorver candidatos alinhados ao perfil da instituição. Criamos um projeto para viabilizar o encareiramento dos aprendizes porque entendemos que ao fim do contrato de aprendizagem o jovem aprendiz tem conhecimento sobre a atuação bancária devido ao contínuo aprendizado que adquire durante o programa.
Total de mulheres, negros, deficientes e aprendizes: (total de colaboradores do banco: 88.103)	76.232	86,53	Percentual sobre o total de colaboradores 88.103.

1. Consideramos apenas as informações sobre as empresas administradas pela Área de Pessoas. Empresas consideradas: Banco Fiat S.A., Banco Itaúcard, Banco Itaú BMG, Dibens Leasing, Fal-Finaceira, Fic Promotora, Fina Prom Servs, Financeira Itaú, Finaustria Part, Hipercard, Icarros Ltda., Itaú Financeira, Itaú Seguros, Itaú Soluções, Itaú UBB Hold, Itaú Unibanco, Itauleasing, Itauprev, Itauseg Saúde, Kinea, Kinea Private, Luizcred, Marcep, Megabonus, Microinvest, Pro-Imovel, Provar Negócios e Trishop.

Índice de rotatividade GRI G4-LA1

O índice de rotatividade é a relação entre colaboradores contratados e desligados (seja voluntária ou involuntariamente) em um determinado período. Acompanhamos este indicador mensalmente e o submetemos ao Comitê Executivo.

O índice no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de 10,9%. Investimos em um programa de realocação de colaboradores, cujo objetivo é buscar oportunidades internas, levando em consideração a disponibilidade de vagas em aberto e o perfil profissional dos candidatos internos. [GRI G4-DMA Emprego](#)

O Centro de Realocação recebe colaboradores em momentos de transição de carreira, oriundos de áreas em reestruturação, entre outros. O processo consiste em fazer o acompanhamento dos colaboradores indicados, realizando entrevistas individuais ou dinâmicas de grupo, cruzando com as oportunidades disponíveis em todas as empresas do conglomerado. Como resultado desse trabalho, foram indicados para o Centro de Realocação em 2014, 672 colaboradores, em diversos níveis de cargo, dos quais 578 conquistaram novas oportunidades internamente.

O gráfico abaixo apresenta nosso índice de rotatividade desde 2012.

	2012	2013	2014
Turnover Total	15,6%	11,1%	10,9%
Involuntário	12,8%	7,8%	8,0%
Voluntário	2,9%	3,2%	2,9%

Em 2014, o maior número de desligamentos ocorreu na faixa etária entre 30 e 50 anos, e as contratações ocorreram em maior quantidade na faixa etária abaixo de 30 anos.

Saúde e segurança dos colaboradores GRI G4-DMA Saúde e Segurança no Trabalho

Segurança

Contamos com uma área específica para gerenciar, manter e desenvolver atividades que contribuam de forma permanente à segurança do trabalho e das instalações, dos equipamentos e das ferramentas que utilizamos nos nossos negócios. Realizamos outras atividades relacionadas à segurança dos nossos colaboradores, a saber:

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO
SIPATs (Semana Interna de Prevenção de Acidentes)	Ocorre anualmente nos grandes polos administrativos, com foco na prevenção e sensibilização do tema acidente de trabalho. Esse evento é realizado em conjunto com a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que representa 36% do total de colaboradores*, contendo integrantes de diferentes níveis hierárquicos, tais como gerentes, coordenadores e analistas. GRI G4-LA5
	* Refere-se ao percentual sobre o total de colaboradores em polos administrativos, excluindo as Agências, Unidades Internacionais e Polos terceirizados.
Investigação de acidentes com ações preventivas	Levantamento de causas de acidentes para trabalharmos na prevenção e identificação de outros casos.
Análise ergonômica dos postos de trabalho	Prevenção do desconforto do colaborador na realização das atividades diárias, nas quais são verificadas as condições de mobiliários (mesas e cadeiras), equipamentos, descrição das atividades realizadas, jornadas e organização do trabalho.
Levantamento ambiental	Visita às unidades para levantamento dos níveis de temperatura, iluminação, ruído, velocidade e umidade relativa do ar, para se adequar aos níveis definidos pela legislação vigente.
Treinamento de ajuste ergonômico	Fornece informações sobre ergonomia aos operadores de teletendimento, orientando quanto à utilização correta do mobiliário e equipamentos, visando proporcionar qualidade de vida e conforto no ambiente de trabalho, reduzindo assim o absenteísmo. O treinamento é ministrado pelos técnicos em segurança nas centrais de teletendimento de São Paulo. Periodicamente é aplicada uma reciclagem desse treinamento via <i>e-learning</i> .
Treinamento <i>e-learning</i> Representante de Segurança no Local de Trabalho	Nas unidades da empresa onde não há a necessidade de CIPA, realizamos treinamento <i>e-learning</i> dos gestores para orientá-los na condução de assuntos relacionados à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.
Treinamento <i>e-learning</i> Segurança e Saúde do Trabalhador (NR-1)	Os colaboradores recebem todas as orientações relacionadas à prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais.
Homologação de acessórios ergonômicos	Avaliação prévia de acessórios ergonômicos, (apoio para os pés, apoio para o teclado, apoio para o mouse, suporte para monitor) mobiliários (mesa e cadeiras) e equipamentos visando proporcionar maior conforto aos colaboradores.
Treinamento de ergonomia para Operadores de Caixa	Após a instalação de nova versão dos guichês de caixa na rede de agências, todos os operadores de caixa são treinados quanto ao uso correto do novo mobiliário, visando evitar a ocorrência de doenças ocupacionais.

G4-DMA Saúde e Segurança no Trabalho

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO
Avaliação de Posto de Trabalho	Visando proporcionar maior conforto aos colaboradores (inclusive PCD – Pessoa com Deficiência), a equipe de Técnicos e Engenheiros da Segurança do Trabalho realiza a avaliação individual do posto de trabalho com o objetivo de melhorar as condições de postura na realização das atividades. A avaliação resulta na emissão de laudo técnico que é encaminhado ao gestor contendo as recomendações e orientações quanto às adequações do mobiliário e equipamentos do posto de trabalho.
Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA	Consiste na avaliação das unidades de negócio, visando identificar os riscos físicos, químicos e biológicos que possam existir no ambiente, propondo adequações para eliminação da exposição a esses riscos.
Elaboração de Laudos de Insalubridade e Periculosidade	Por meio de inspeção em unidades de negócios específicas, é verificado se há condições insalubres ou perigosas conforme determina a legislação brasileira.

Trabalho

Por intermédio de indicadores e normas internas a empresa faz a gestão dos seus diversos programas relativos a Saúde e Segurança do Trabalho.

Os temas relativos a Saúde e Segurança do Trabalho também são tratados na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e na Subcomissão de Segurança e Saúde do Trabalho da Federação Nacional dos Bancos (Febraban).

Nossos colaboradores não estão sujeitos a doenças ocupacionais específicas. Os incidentes se devem, principalmente, à falta de atenção e atos inseguros dos colaboradores, como quedas ocorridas no trajeto

entre residência e empresa e vice-versa, sendo que nesses casos a empresa não possui gestão do ato. **GRI G4-LA7**

Veja mais dados sobre taxas relacionadas a saúde e segurança na [página A-181](#).

Qualidade de vida

Nossas ações e programas focados em educação para a saúde visam prevenir doenças e aconselhar a incorporação de um estilo de vida mais saudável e equilibrado. Eles são destinados aos nossos colaboradores e familiares, envolvendo as comunidades em torno de nossos centros administrativos, quando é possível. Essas iniciativas incluem:

PROGRAMAS/SERVIÇOS	DESCRIÇÃO	NÚMERO DE COLABORADORES PARTICIPANTES¹
Atendimento nutricional	Oferece atendimento clínico nutricional.	Foram realizados 235 atendimentos, sendo 73 novas adesões. A expectativa é que em 2015, após a reformulação do programa em 2014, a quantidade de participantes aumente.
Academia	Temos parcerias com academias que oferecem descontos aos colaboradores, além de instalações próprias em alguns de nossos escritórios.	6.932 colaboradores
Check-up	São elegíveis ao <i>check-up</i> diretores, conselheiros, superintendentes, especialistas nível superintendente, gerentes da administração central e especialistas nível gerente do nosso grupo.	Cerca de 2.600 executivos elegíveis
Programa Saúde da Mulher	Este programa promove ações de saúde preventiva, comportamental e reprodutiva da mulher por meio de palestras presenciais, informativos, orientações eletrônicas e intranet corporativa. • Bebê a Bordo: programa focado nas orientações fundamentais e necessárias a serem adotadas durante os primeiros meses de gestação, como nutrição da gestante, primeiros cuidados, questões psicológicas, etc. • Canto da Mamãe: espaço para retirada e armazenamento do leite materno durante o expediente • Bebê em Casa: visita de enfermeira especializada na primeira semana pós-parto na residência do colaborador para orientar sobre o aleitamento materno e primeiros cuidados com o bebê.	Bebê a Bordo: 1.460 (pessoas) Canto da Mamãe: 201 (colaboradoras) Bebê em Casa: 711 famílias
Programa Fique Ok	Programa de apoio pessoal disponível para todos os nossos colaboradores e seus familiares. O programa dispõe de uma equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, advogados, nutricionistas, fisioterapeutas, <i>personal trainer</i> , veterinário, consultor financeiro, entre outros. O atendimento é feito por telefone de forma rápida, gratuita e confidencial.	Atendimento Telefônico: 204.000 Atendimento Presencial nos polos: 828
Programa de Apoio Emocional (em implantação)	Dez encontros terapêuticos em grupo mediados por um psicólogo, abordando temas como: sono, ansiedade, relacionamentos, variações de humor, autocontrole e equilíbrio emocional. Atendimento psiquiátrico: seis consultas por colaborador, indicado pela área médica, com psiquiatra para acompanhamento clínico, que emitirá parecer sobre a aptidão para o trabalho.	14 colaboradores no 1º grupo de implantação
Vacina da Gripe	Vacinação oferecida gratuitamente a todos os colaboradores e estagiários, no local de trabalho e por meio de clínicas credenciadas.	Cerca de 51.000 colaboradores
Programa de Readaptação Profissional	Programa voltado a todos os colaboradores, que tenham ou não sido afastados junto à Previdência Social e que necessitem de suporte para retomar ou dar continuidade às suas atividades de origem, viabilizando a adequação das tarefas e das condições de trabalho devido a eventuais problemas de saúde e promovendo o acolhimento do colaborador na volta ao ambiente de trabalho.	1.836 colaboradores/5.795 atendimentos

Performance

Meritocracia

Meritocracia é nossa forma de fazer gestão de pessoas e acreditamos que é essa prática que nos colocará no grupo das mais extraordinárias empresas globais. Para nós, meritocracia é liderar pessoas, reconhecendo-as e diferenciando-as de acordo com seu desempenho relativo.

Fazem parte desse exercício *feedbacks* honestos e transparentes, a oferta de oportunidades de desenvolvimento adequadas às necessidades de cada colaborador e também o papel do colaborador de buscar continuamente as melhores oportunidades.

Para isso, apoiamos-nos em ferramentas de avaliação de desempenho e da promoção do desenvolvimento, que detalharemos abaixo.

Programa de Gestão de Performance GRI G4-LA10

Nosso programa visa medir a performance do colaborador durante o período de um ano. Para tanto, utilizamos três ferramentas de avaliação:

- Avaliação de metas: Tem a finalidade de avaliar “o que” foi entregue via análise anual dos resultados conquistados pelo colaborador com base em metas e níveis de atingimento determinados previamente.
- Avaliação do comportamento: tem a finalidade de avaliar “como” os resultados foram alcançados pelo colaborador, a partir da análise a

GRI G4-LA10

respeito de comportamentos valorizados na organização, definidos com base em nossa cultura corporativa, "Nosso Jeito de Fazer".

Para mais informações sobre o Nosso Jeito de Fazer e a Nossa Cultura, consulte a seção na [página A-20](#).

- Planejamento Estratégico de Pessoas (PEP): consolidação das notas relacionadas à avaliação de metas e à avaliação do comportamento a fim de analisar o desempenho relativo do colaborador frente a seus pares, de maneira colegiada.

Na avaliação do exercício findo em dezembro de 2013*, aproximadamente 50.297 colaboradores foram avaliados no PEP (incluindo unidades externas), o que corresponde a cerca de 53% do total de nossos colaboradores. Os demais colaboradores participam somente de uma avaliação individual (avaliação de metas e avaliação de comportamento) ou de outros modelos específicos de avaliação, garantindo que 100% dos colaboradores elegíveis da organização sejam submetidos a alguma avaliação de desempenho. O processo referente a 2014 ainda está em andamento. [GRI G4-LA11](#)

No final de cada processo, nossos colaboradores recebem *feedback* a fim de entender pontos fortes e oportunidades de melhoria. O processo de *feedback* proporciona ideias para a criação de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para cada colaborador.

*As informações do exercício de 2014 não estavam disponíveis até a data da publicação.

Planejamento Estratégico de Pessoas – PEP Desenvolvimento

Nosso ciclo de meritocracia ficou completo neste ano, com a inclusão do programa PEP Desenvolvimento (Planejamento Estratégico de Pessoas), quando além das etapas de avaliação de *performance* (contratação de metas, avaliação de metas e comportamentos e discussão colegiada) incluímos duas novas etapas com foco no desenvolvimento dos colaboradores: 1) comitê de desenvolvimento, 2) *Feedback* e PDI (Plano de Desenvolvimento Individual).

Para que o desenvolvimento de cada colaborador seja contínuo e estruturado, neste ano 443 superintendentes e 80 diretores participaram deste novo processo, em que o histórico de *performance* e o momento de carreira são insumos para uma discussão sobre desenvolvimento de cada colaborador, a fim de definir ações de consequências.

Treinamento e desenvolvimento

A Escola Itaú Unibanco atua na construção de soluções de aprendizagem alinhadas à cultura e às estratégias da organização, disponibilizando programas específicos e de formação para atender às necessidades das diversas áreas do Itaú Unibanco. Promove ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo de equipes e lideranças, investindo de maneira consistente em programas de formação e desenvolvimento para seus colaboradores, uma vez que considera as pessoas como absolutamente relevantes para a perenidade e a sustentabilidade dos negócios, possibilitando resultados e benefícios para os acionistas, para os colaboradores e para a sociedade.

As soluções de capacitação têm foco na especificidade das áreas de negócio, oferecendo treinamentos técnicos e comportamentais e também a formação de líderes por meio de diversas metodologias e mídias que apoiem seus colaboradores no desenvolvimento.

Em nosso Portal Corporativo são encontradas as políticas sobre treinamento, educação e desenvolvimento, que fornecem diretrizes sobre planejamento e ações de educação corporativa para lideranças e suas equipes. Em 2014, foram investidos R\$ 109,18 milhões em treinamentos e formadas mais de 6.451 turmas de treinamentos presenciais.

Para melhor gestão dos treinamentos, utilizamos dois tipos de indicadores: de processo (orçamento, volumetria e eficiência) e de qualidade (reação, aprendizagem e aplicabilidade), que garantem a obtenção de insumos para a melhoria dos nossos programas. [GRI G4-DMA Treinamento e Educação](#)

Escola Itaú de Negócios em números:

Taxa média de adesão dos treinamentos foi de **93%**

Número de colaboradores treinados: **96.882 participações** em ações presenciais (inclui um mesmo colaborador treinado em mais de um programa)

1,45 milhão de participações em treinamentos a distância, com **60%** de conclusão (**866 mil**)

5.760 incentivos à formação acadêmica

Total **1.577.663 milhões de horas** (ações presenciais)

Formação da Liderança

Procuramos também assegurar a *performance* sustentável de nossos negócios com uma estratégia de formação de líderes, por meio de iniciativas e ferramentas voltadas ao desenvolvimento de coordenadores, gerentes, superintendentes e diretores.

A Escola Itaú de Negócios tem como meta entre 2014 e 2015 a formação de 100% da liderança na grade essencial de formação, em até dois anos, fundamentada em três pilares: gestão de pessoas, ética e legislação trabalhista. Além de nossos programas internos, oferecemos ações de sustentação para a educação continuada em liderança, considerando soluções presenciais e a distância, tais como: plataformas *online* de educação continuada (Ex.: Veduca), patrocínio de idiomas, pós-graduação e MBA, seminários, congressos e cursos de curta duração no Brasil ou no exterior.

A estratégia de capacitação é direcionada para cargos de liderança, sendo que cada programa é alinhado ao momento de carreira de cada executivo e ao Plano de Desenvolvimento Individual.

Programas especiais de talentos

Para garantir a sustentabilidade de nossos negócios, precisamos de líderes prontos para os desafios futuros. Baseados nessa premissa temos programas de atração e desenvolvimento para abastecer e formar nossa futura liderança.

PROGRAMA	DESCRIÇÃO	RECRUTAMENTO	TAXA DE RETENÇÃO
Estágio Corporativo	Tem o objetivo de desenvolver jovens com potencial para se tornarem profissionais de alta <i>performance</i> e fortalecer o nosso banco de talentos. Além de acumular experiências práticas, os estagiários passam por um ciclo de desenvolvimento de competências técnicas e habilidades pessoais com o objetivo de facilitar o encareiramento na organização. Em 2014 implementamos uma nova grade de desenvolvimento no programa corporativo, tendo como novidades: oito treinamentos técnicos e comportamentais no primeiro ano e palestras com foco em desenvolvimento específicas para o 2º ano, tutor técnico para apoiar nas tarefas do dia a dia, programa Talentos em Ação (parceria com o programa de <i>trainee</i>) e o Encarrear (programa de mobilidade entre áreas). No mesmo ano, também implementamos no Sistema de <i>Performance</i> do banco a avaliação de Eixo X (relacionada às atividades) e de Eixo Y (avaliação comportamental), que passaram a ser realizadas em abril e outubro.	1.366 recrutados em 2014	58% (calculados considerando o seguinte público: Contratados de 2012 – Com vencimento de contrato de estágio em 2014 Contratados de 2013 – Com previsão de conclusão de curso em 2014 Contratados de 2014 – Com previsão de conclusão de curso/estágio em 2014
Trainee	Há mais de 30 anos tem a finalidade de atrair e desenvolver os melhores talentos e transformar o alto potencial desses jovens em <i>performance</i> excepcional. O programa possibilita rotações em diversas unidades de negócios e inclui um plano de desenvolvimento, um programa de <i>mentoring</i> e treinamentos em parceria com as melhores escolas de negócio do País, com uma retenção de 84% desse público nos últimos três anos. Para 2015, recrutamos 42 <i>trainees</i> . Em 2014 lançamos o Pós-Programa de <i>trainee</i> , que tem como objetivo acelerar a carreira e retenção do ex- <i>trainee</i> que possui alta <i>performance</i> , para assumir no curto prazo a posição de coordenador. O Pós-Programa tem três pilares: visão estratégica, <i>global mindset</i> e liderança. Atualmente temos 28 ex- <i>trainees</i> no Pós-Programa, selecionados no grupo de 2013.	55 recrutados em 2014	96% da turma de 2014
Patrocínio Internacional (MBA, Master, Sloan e LLM)	A proposta do programa é desenvolver nossos colaboradores, por meio da realização de um programa de MBA/Sloan/MASTER (LLM – <i>Master of Laws/MIF – Master in Finance</i>) nas melhores escolas de negócio dos Estados Unidos e da Europa, com acompanhamento da área de RH e <i>mentoring</i> de nossos executivos.	6	100%
Recrutamento de MBAs	Recrutamos estudantes das melhores escolas de negócio dos Estados Unidos e Europa para oportunidades de tempo integral ou estágios de verão em nossa empresa. Durante o ano de 2014, visitamos mais de cinco universidades no exterior.	11	Não se aplica
Job Swap e Expatriação	O objetivo é oferecer aos nossos colaboradores a oportunidade de trabalhar em uma de nossas unidades internacionais. <i>Job Swap</i> (troca de atividade): desenvolvimento de um projeto de curta duração (3 a 12 meses), em uma de nossas unidades externas. Expatriação: colaborador assume uma posição em uma de nossas unidades externas por longo período de tempo (1 a 5 anos).	Expatriados: 16 <i>Job Swap</i> : 14	75% 93%

Pesquisa Fale Francamente

Realizada anualmente com todos os colaboradores, a pesquisa Fale Francamente mede o grau de satisfação dos colaboradores com relação ao ambiente organizacional e à gestão de pessoas.

Em 2014, tivemos a participação voluntária de 89% dos colaboradores no Brasil e nas unidades internacionais. O índice de satisfação foi de 80% no Brasil e unidades internacionais. Em comparação com o ano anterior, o resultado geral apresentou um crescimento de quatro pontos percentuais.

ANO-BASE	UNIDADES	% DE COLABORADORES QUE RESPONDERAM	% DE SATISFAÇÃO
2012	Brasil e Unidades Internacionais	89%	76%
2013	Brasil e Unidades Internacionais	89%	76%
2014	Brasil e Unidades Internacionais	89%	80%

Os resultados da pesquisa são divulgados para todos os gestores e colaboradores do banco que acessam, além do resultado geral da organização, o resultado de sua área de trabalho. De posse dos resultados, os gestores são incentivados a elaborar, em conjunto com sua equipe, um plano de ação para endereçar os aspectos críticos apontados pela pesquisa. Esse é um momento importante para entender o caminho que estamos percorrendo para construir um ambiente de trabalho cada vez melhor.

Reconhecimento

Anualmente, realizamos um evento de premiação em nosso grupo para reconhecer colaboradores e equipes que demonstram foco proeminente no cliente, paixão pela *performance* e forte alinhamento ao “Nosso Jeito de Fazer”. Trata-se do Prêmio Walther Moreira Salles, cuja premiação contempla tanto projetos quanto gestores que apresentam resultados excepcionais nos temas de eficiência, qualidade, inovação e liderança. Cada premiado recebe um troféu e ações do Itaú Unibanco são distribuídas igualmente entre os vencedores. Na edição de 2014 tivemos: 631 casos inscritos; nove projetos finalistas e três líderes finalistas e, por fim, 29 colaboradores premiados.

Remuneração GRI G4-DMA Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens

Política de Remuneração Fixa e Variável GRI G4-52

O objetivo da remuneração fixa é reconhecer a competência e senioridade de um profissional. Os colaboradores podem ter sua remuneração fixa alterada de acordo com a nossa política de promoção e mérito, que leva em consideração o desempenho consistente do indivíduo no exercício de suas responsabilidades. A remuneração fixa de nossos colaboradores, acrescida de encargos e benefícios, totalizou aproximadamente R\$ 11,5 bilhões em 2014.

Já a remuneração variável reconhece o nível de desempenho individual, o resultado financeiro atingido pelo banco e sua

GRI G4-52 | G4-DMA Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens

sustentabilidade no curto, médio e longo prazos. Cada colaborador possui metas a serem atingidas que estão atreladas à estratégia de cada área e que, por sua vez, refletem a nossa estratégia global.

A nossa política de remuneração fixa e variável está alinhada às práticas de mercado e nossas estratégias de remuneração conforme a unidade na qual atua cada colaborador. Esse alinhamento é aferido anualmente por meio de uma pesquisa de remuneração conduzida por consultorias especializadas, da participação em pesquisas conduzidas por outras empresas e pela participação em fóruns especializados no assunto.

Nosso modelo de governança é supervisionado por um comitê que envolve nossa alta administração e estabelece princípios e diretrizes gerais, e está alinhado às práticas de mercado e regulamentações. Consulte a seção Nossa Governança, item Estrutura Administrativa, Comitê de Remuneração para mais informações sobre as práticas de remuneração.

Adicionalmente, reajustes na remuneração e a participação nos lucros e resultados são garantidos a nossos colaboradores com base nos acordos e convenções coletivas de trabalho firmados com os sindicatos de cada categoria de colaboradores.

Os nossos programas de remuneração variável são:

TIPOS DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	Distribuição de um percentual de nosso lucro líquido, limitado a um valor definido em acordo de convenção coletiva firmado com o respectivo sindicato.
Participação nos Resultados (PR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa <i>performance</i> nos negócios (exemplo: <i>performance</i> de uma área de negócio) e do desempenho individual do colaborador.
Programa de Participação Complementar nos Resultados (PCR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa <i>performance</i> corporativa (exemplo: <i>performance</i> do Itaú Unibanco Holding), que consiste no pagamento de um valor definido em acordo com o respectivo sindicato.
Programa de Remuneração por Alto Desempenho (PRAD)	Participação complementar nos resultados para 20% dos colaboradores mais bem avaliados, não participantes de programas de PR. Este programa depende também de nossa <i>performance</i> nos negócios.
<i>Performance</i> Diferenciada (PD)	<i>Performance</i> Diferenciada (PD) é um programa que abrange os colaboradores em cargos de liderança ou cargos similares do nosso conglomerado. Outorga remuneração na forma de nossas ações preferenciais (ITUB4) de forma diferida. Este modelo considera a avaliação individual e visa premiar os profissionais que foram destaque em resultados e em comportamento. Tem o objetivo de fortalecer a gestão de pessoas, o autodesenvolvimento e o desenvolvimento das equipes.

A fim de reconhecer os profissionais que fazem a diferença e nos levam a melhores resultados, reforçando e disseminando a nossa visão e fortalecendo a nossa cultura, temos um programa de incentivo de longo prazo, no qual nossos colaboradores e administradores podem receber opção de sócios. Consulte a seção Nossa Governança, item Remuneração dos Administradores e Programas de incentivo de longo prazo, Programas de incentivo de longo prazo e seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS), Nota 22 – Plano para outorga de opções de ações, para mais informações.

Benefícios GRI G4-LA2

Oferecemos diversos benefícios firmados nos acordos e convenções coletivas de trabalho com sindicatos relevantes. Os acordos cobrem obrigações, tais como vale-refeição, cesta alimentação, auxílio-creche/babá, vale-transporte, etc. Estes benefícios são oferecidos somente para colaboradores ativos que atuam no Brasil.

Disponibilizamos, também, um pacote de benefícios, com taxas e descontos diferenciados em produtos bancários, programa de parcerias, planos de saúde com ampla rede credenciada, além de outros programas para melhorar a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores, tais como:

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Assistência Médica e Odontológica	• Atualmente, 81.464 colaboradores estão cadastrados no plano médico e 62.769 estão cadastrados no plano odontológico.
Previdência Privada Complementar	• São 18 planos de previdência complementar que são administrados por quatro entidades fechadas e uma entidade aberta. Os objetivos principais desses planos são o complemento ao benefício da previdência social e a manutenção do padrão de vida na aposentadoria. • Fizemos contribuições aos nossos planos de pensão de aproximadamente R\$ 110 milhões em 2014. Devido à adesão voluntária temos 2/3 dos colaboradores participando de algum dos planos que oferecemos.
Seguro de Vida Coletivo	Seguro de vida coletivo prevê o pagamento de indenização em caso de óbito ou invalidez do beneficiário. O plano prevê inclusão automática de cônjuge e filhos e ampliação da garantia de assistência funeral. Os colaboradores que dispõem de seguro de vida têm a opção de contratar um seguro de vida complementar, aumentando assim o capital segurado.
Produtos e serviços financeiros com descontos para colaboradores (financiamentos, consórcios, seguros, cartões e créditos)	Produtos bancários com descontos e/ou taxas diferenciados, como crédito consignado, cheque especial, tarifas bancárias, seguro auto, seguro residencial, consórcios, crédito imobiliário.
Auxílio Farmácia	Descontos na compra de medicamentos e perfumaria por meio de um cartão de identificação que deve ser utilizado na rede de lojas Droga Raia.
Auxílio Educação	• São 5.500 bolsas, das quais 1.000 são distribuídas preferencialmente para colaboradores com deficiência da categoria bancária, 4.000 para colaboradores bancários e 500 para colaboradores da categoria não bancária, que visa subsidiar parte das despesas com a primeira e segunda graduação e também com cursos de pós-graduação.
Itaú Unibanco Clube	Atividades de lazer, recreação, cultura e esportes, que visam a promoção da integração e a melhoria da qualidade de vida de nossos colaboradores, aposentados e seus familiares. Possuímos três clubes, localizados em Guarapiranga, Itanhaém e São Sebastião.
Programa de Parcerias Mundo Itaú Unibanco	O programa Mundo Itaú Unibanco traz vantagens, descontos e serviços exclusivos de diversos parceiros no Brasil e na América Latina.

Ética

No Itaú Unibanco, a ética está presente nos nossos negócios e se traduz na transparência, respeito e honestidade no relacionamento com nossos *stakeholders*, na qualidade dos nossos serviços e produtos e na preocupação com o desempenho financeiro e a responsabilidade

social e ambiental. Ela também se expressa nos relacionamentos internos, nos quais cultivamos ambientes que propiciam a realização de um trabalho de qualidade, relevante para quem o executa, para a instituição e para a sociedade.

Com esse objetivo, nosso Código de Ética existe para orientar, prevenir e sanar dilemas éticos e conflitos de interesse relacionados às nossas atividades. Esse documento ajuda em nossas atividades e nas decisões que tomamos quando nos relacionamos com todos os nossos públicos: colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, parceiros, poder público, concorrência, mídia e a sociedade.

Nosso Código de Ética está dividido em quatro princípios básicos: Identidade (o que nos distingue das outras empresas); Interdependência (motor da convivência social); Boa-fé (confiança gerando confiança); e Excelência (busca contínua da qualidade superior). [GRI G4-56](#)

O Código reflete nossas atitudes com relação à construção de uma cultura corporativa, um conjunto de valores, crenças e atitudes praticados a todo instante por todos os nossos colaboradores.

Nosso Código de Ética é aprovado pelo Conselho de Administração e se aplica a todos os administradores e colaboradores do nosso conglomerado no Brasil e no exterior. Ele está disponível em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e japonês) e requer dos nossos colaboradores a formalização do conhecimento e da aceitação dos seus termos uma vez por ano.

Adicionalmente, nosso Código de Ética prevê nosso compromisso formal relativo aos temas apontados nas principais convenções da OIT e em outros acordos internacionais, como a erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório, combate à discriminação em todas as suas formas, promoção da valorização da diversidade, prevenção ao assédio moral e sexual, respeito aos direitos de livre associação sindical e negociação coletiva.

Além das orientações, o Código de Ética prevê encaminhamento e análise pelas áreas competentes dos casos de desvio de conduta, conflitos interpessoais, descumprimento de normas e conflito de interesses no âmbito das nossas operações. Os casos mais complexos são encaminhados para os Colegiados de Ética específicos para deliberação.

O Código de Ética está disponível a todos os colaboradores na intranet e ao público externo na página de Relações com Investidores do [site www.itaubank.com.br](http://www.itaubank.com.br).

Em 2014, realizamos 29 reuniões dos comitês de ética que, juntamente com a pesquisa bianual de ética, monitoram o clima ético da organização e definem a estratégia para as ações do Programa Corporativo de Ética. Em 2014, recebemos 1.101 reclamações dos nossos colaboradores relacionados à ética, sendo que 988 foram solucionadas no ano e 113 ainda estão sendo analisadas. No mesmo período, solucionamos 145 reclamações que foram recebidas antes de 2014. [GRI G4-LA16 | G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas](#)

Para avaliar mecanismos de queixas, como o *Ombudsman* e seus resultados, temos:

- Resultado da Pesquisa de Clima Ético de 2014 (bianual), cujos planos de ação se estenderão ao longo de 2015;
- Avaliação dos ELC – *Entity Level Controls* – IC-2 – Certificação SOX (anual);
- Avaliação do Sistema de Controles Internos – atendimento à Resolução CMN nº 2.554 (semestral);
- Reuniões entre a representação sindical dos bancários e a representação dos bancos, com apresentação, pela Fenaban, de

- dados estatísticos setoriais e indicadores (semestral);
- Comitês de Ética (corporativos e por área executiva);
- Comitê de Auditoria (anual).

Nossa governança de ética é encabeçada pela alta administração, por meio dos já citados Colegiados de Ética, que se reúnem, em média, a cada seis meses. Entre eles estão os comitês de conduta, que são presididos pelo executivo sênior de cada área executiva e por seus subordinados diretos. Neles são tratados assuntos de ordem operacional. O Comitê de Ética Itaú Unibanco é presidido pelo Vice-Presidente da Área Pessoas e é composto por diretores de todas as áreas da organização. As unidades internacionais também possuem seus comitês de ética, que se reúnem em média duas vezes por ano. Nesses fóruns são tratadas questões estratégicas relacionadas à ética nas empresas. A Comissão Superior de Ética é presidida pelo Presidente da Itaú Unibanco Holding e composta pelo Comitê Executivo e outros membros convidados. Nesse fórum são tratados assuntos relacionados à ética corporativa na Holding Financeira.

Direitos Humanos

Em 2014, divulgamos nosso Compromisso de Direitos Humanos a fim de formalizar nosso comprometimento com o tema.

Adotamos uma série de premissas de atuação relacionadas aos direitos humanos, como o respeito e promoção à diversidade no ambiente de trabalho; o combate ao trabalho infantil e análogo ao escravo, e qualquer tipo de discriminação por gênero, cultura, etnia, raça, condição social, religião, orientação sexual e convicções políticas; as políticas de saúde e segurança no trabalho; as políticas de privacidade; e a preocupação com a sustentabilidade em suas operações. [GRI G4-DMA Não Discriminação](#)

O Itaú Unibanco é também signatário da Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que prevê a priorização de seis temas: equidade e igualdade de gênero; equidade de raça; inclusão de pessoas com deficiência; promoção dos direitos da criança, do adolescente e do jovem; erradicação do trabalho escravo; e garantia de liberdade de organização no local de trabalho.

O canal *Ombudsman* está disponível para receber confidencialmente todas as manifestações a respeito do tema. Em todas as situações de discriminação qualificadas como procedentes são aplicadas medidas disciplinares, pautadas na Política de Aplicação de Medidas Disciplinares do Itaú Unibanco, disponível a todos os colaboradores. [GRI G4-DMA Não Discriminação](#)

Em 2014, registramos um caso de discriminação, sendo a ocorrência julgada como improcedente. [GRI G4-HR3](#)

Combate à Corrupção [GRI G4-56](#) | [GRI G4-DMA Combate à Corrupção](#)

O Itaú Unibanco, com base nas melhores práticas globais, considera corrupção aquela ocorrida entre agentes públicos e privados, e também a que envolve somente agentes privados.

Nossa Política Corporativa de Prevenção à Corrupção tem o objetivo de reforçar o nosso compromisso de cooperar proativamente com iniciativas nacionais e internacionais de prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, e ainda estabelecer orientações para a concepção, efetivação e melhoria contínua de programa corporativo destinado ao desenvolvimento de práticas de prevenção, monitoramento e combate

GRI G4-DMA Combate à Corrupção

a atos de corrupção; canais de denúncia; à realização de campanhas de conscientização e treinamento sobre o tema.

O documento está disponível a todos os colaboradores na intranet e ao público externo no nosso site de Relações com Investidores, em inglês e em espanhol. Um grupo multidisciplinar tem a atribuição de disseminar esses conceitos pelo banco e de debater os riscos (ameaças e oportunidades) que envolvem essas questões.

Com base em legislações nacionais e estrangeiras (Lei Federal nº 12.846 /2013, *Foreign Corrupt Practices Act* e *UK Bribery Act*), em jurisprudências e em informações do mercado global, identificamos os países com maior risco de práticas de corrupção. Em todos esses países onde atuamos temos processos que monitoram o relacionamento com o setor público, com terceiros (como parceiros comerciais e administrativos e fornecedores e prestadores de serviço), além de efetuarmos *due diligences* nos processos de fusões e aquisições.

Disponibilizamos canais para sanar dúvidas de colaboradores e para recepcionar denúncias de colaboradores e de outros públicos sobre suspeitas de corrupção, que podem culminar em demissão ou interrupção de contrato (no caso de fornecedores) e até mesmo em processos administrativos, cíveis e penais. Em 2014 tratamos duas situações procedentes envolvendo corrupção entre agentes privados. Para todos esses casos foram apuradas as responsabilidades e tomadas as providências necessárias.

Até 2014, 80% do público-alvo de colaboradores foi treinado nos módulos de prevenção à corrupção. Para 2015, continuaremos com o programa de educação continuada presencial e a distância, especialmente para as áreas mais sensíveis ao tema, ou seja, aquelas que se relacionam com o Poder Público e com fornecedores. Adicionalmente, são e continuarão sendo realizadas campanhas de comunicação institucional sobre a Política Corporativa de Prevenção à Corrupção e suas diretrizes a todos os colaboradores e administradores. **GRI G4-S04**

Clientes

Para o Itaú Unibanco, a satisfação de clientes e os resultados financeiros são dois objetivos indissociáveis. A nossa visão de ser o “banco líder em *performance* sustentável e em satisfação dos clientes” evidencia como consideramos esta complementaridade em nossa perspectiva de atuação. E buscar a satisfação de clientes nos dias de hoje é estar preparado para mudanças constantes. Os consumidores estão mais conscientes de seus direitos, conectados em rede e com grande poder de influência para colaborar, sugerir e também para construir a reputação de uma empresa.

Nossos clientes estão mais digitais e prezam por agilidade e conveniência, de modo que a utilização dos canais remotos (telefone, internet e celular) já começa a superar a dos canais convencionais. Aumentamos nossos esforços para atender prontamente esses clientes e o tempo de resposta nas redes sociais reduziu 95% – de quase duas horas no início de 2013, para menos de 10 minutos em dezembro de 2014.

A proximidade com os clientes nos permite identificar os principais *drivers* que impulsionam sua satisfação e promover uma melhor experiência com o banco. Resolução de problemas, transparência, confiabilidade, conveniência e agilidade são requisitos reconhecidos pelos clientes como primordiais para a utilização dos serviços bancários.

Entregar o banco esperado e atender às expectativas são desafios que movem nossas equipes. Como resultado, importantes melhorias já foram implantadas – a redução do prazo de atendimento do SAC é uma delas. Firmamos um compromisso com a Secretaria Nacional do Consumidor, Senacon, de atender 98% das demandas dos nossos clientes no SAC em até três dias úteis, enquanto a legislação vigente estipula cinco dias úteis para esse canal. Como resultado, 99,1% dos registros foram solucionados no novo prazo, beneficiando mais de 11 milhões de clientes.

Pesquisa de satisfação de clientes GRI G4-PR5 | G4-DMA Rotulagem de Produtos e Serviços

Por meio de pesquisa telefônica realizada anualmente, com amostra representativa da carteira de cada segmento, mensuramos a satisfação dos clientes em relação a atributos de relacionamento bancário de cada área de negócio do banco e também comparamos nossos resultados com os de concorrentes. A partir da pesquisa de cada segmento, consolidamos os resultados em um índice geral de satisfação de clientes. Em 2014, obtivemos a nota de 8,11. A partir de 2014, começamos a mensurar a Rede e Credicard; em função disso não podemos fazer a comparação em relação a 2013. Por meio dessa pesquisa, é possível averiguar na percepção do cliente os aspectos bem posicionados e os que apresentam oportunidades de melhoria.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO – CLIENTES	RESULTADOS	VARIAÇÃO %
2014	8,11	-
2013	8,01	-
2012	8,24	3%

Gestão de reclamações GRI G4-57 | G4-58

A Ouvidoria é a última instância de atendimento a reclamações dentro do banco, a qual o cliente pode recorrer caso não esteja satisfeito com a posição recebida nos canais regulares – agência, centrais de atendimento ou SAC. Também tem a missão de contribuir com as áreas de negócios para melhoria de processos, produtos e serviços. Além disso, atua preventivamente no processo de avaliação de novos produtos ou alterações relevantes, contribuindo para mitigar riscos que possam gerar insatisfações ou atritos com clientes.

Seu objetivo é a solução rápida e definitiva para as reclamações apresentadas pelos clientes. Atualmente, mais de 97,5% dos clientes que são atendidos pela Ouvidoria não recorrem a órgãos externos como Bacen, Procon ou ao Judiciário e mais de 89% das reclamações são resolvidas em até cinco dias úteis.

A área acompanha também os processos de atendimento às reclamações de maior criticidade, ou seja, aquelas intermediadas pelos órgãos de defesa do consumidor, órgãos reguladores, imprensa especializada. O relacionamento próximo e o diálogo constante com tais órgãos permitem ao banco identificar prontamente melhorias no atendimento e os pontos críticos que podem impactar a imagem e a reputação da instituição.

RECLAMAÇÕES	2014	2013	VARIAÇÃO 2014-2013
Demandas intermediadas por órgãos reguladores ou defesa do consumidor			
Banco Central (procedentes)	3.350	3.686	-9%
Procon (Sindec)	81.537	86.333	-6%

GRI G4-57 | G4-58

Em 2014, a Ouvidoria promoveu mais de 300 reuniões com Procons, seis encontros regionais e a realização do 4º Fórum de Diálogos – reunião anual que acontece entre o banco e Procons, Banco Central, Defensorias, Ministério Público e entidades civis de defesa do consumidor. Além disso, a Ouvidoria promoveu reuniões mensais com o Bacen para tratamento de questões que impactam a prestação de serviços ao cliente.

Conforme dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), em 2014, o Itaú manteve a tendência de redução de atendimentos nos Procons, queda de 6% em relação ao ano anterior; além de alcançar um dos maiores índices de resolutividade do setor bancário (83,2%) e melhorar o índice de acordos em audiências (reclamações fundamentadas atendidas) quando comparado a 2013.

Outro importante avanço pode ser verificado nos *rankings* do Banco Central do Brasil – Bacen. A quantidade de reclamações consideradas procedentes caiu 9% em 2014, com relação ao ano anterior. Essa melhora refletiu diretamente no *ranking* mensalmente divulgado pelo Bacen, no qual o Itaú passou a ocupar alternativamente entre a 7ª e 9ª posições, no segundo semestre de 2014.

Principais Resultados de 2014:

- Guiado por princípios de ética, responsabilidade e transparência, o banco renovou os compromissos firmados com o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), nos pilares de Atendimento, Transparência e Relacionamento com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- A integração para o atendimento na Ouvidoria dos clientes das carteiras do Itaú BMG Consignado, Credicard e Rede foi concluída.
- O banco aderiu à iniciativa do governo para solução *online* das demandas dos clientes diretamente com as empresas, o Consumidor.gov (www.consumidor.gov.br). Desde o lançamento, em maio, foram mais de 2.600 demandas recebidas pelo canal, que fechou 2014 com elevados índices de resolutividade.
- Em outubro, a Ouvidoria disponibilizou o atendimento aos Procons via *chat*, o Procon *Chat* é mais agilidade para o tratamento das demandas.

Em 2015, novos desafios ligados à liderança em satisfação dos clientes irão mover o banco. Fortalecer o relacionamento e o diálogo com os órgãos de defesa do consumidor e reguladores, estimular a utilização do Consumidor.gov e acompanhar a evolução dos principais negócios do conglomerado, como o crédito consignado, seguros, estarão na pauta e nos desafios de atuação da Ouvidoria.

Comunicação GRI G4-DMA Comunicações de Marketing

Dentre as ações de comunicação realizadas em 2014, destacam-se:

Plataforma Digital de crédito consciente:
13,2 milhões de usuários únicos;
0,38% de eficiência de cliques, quando a média de mercado é de **0,10%**.

Plataforma Digital de Seguros – Proteja:
2,3 milhões de *views* dos vídeos de conteúdo dos produtos de seguros.

Soluções *online*, sendo:
3,5 milhões de usuários por mês no **app** para **mobile** do Itaú e Itaú Personalité;

30 mil usuários por mês no novo **app** para **iPad** Itaú e Itaú Personalité (lançamento no final de outubro);

125 mil clientes na agência digital do Personalité; 1ª previsão: **391 mil** *views* do filme da ação Cartas para o Futuro (ação de Facebook);

23 mil *likes* nos posts e engajamento de **12 mil** pessoas no *app*;

Foram **2 milhões** de transações de cartões pelo *mobile*;

E tivemos mais de **400.000** cartões vendidos *on-line* e mais de **100.000** seguros vendidos *online*.

Webinar Uniclass, Personalité e Empresas – eventos ao vivo na internet com foco na educação financeira: um executivo do Itaú responde às perguntas do público. Foram **23** transmissões, com **10.400** acessos ao vivo + **300 mil** visualizações no *YouTube*.

Experiência do Cliente nas Agências Itaú: piloto em **13 agências** com revisão dos modelos de atendimento, infraestrutura e comunicação. Foco em solucionar: desorientação, vazios, filas, autonomia e relacionamento.

Site de Renegociação de cartões: público de **11 milhões** de clientes que possuem cartões Itaucard ou emitidos pelas financeiras, para renegociação da dívida acima de **70 dias** de atraso.

Eventos e conferências **nacionais e internacionais** para relacionamento, geração de negócios e temas macroeconômicos para o público de grandes clientes Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

As áreas compreendidas no *Marketing* buscam garantir a conformidade com os regulamentos internos e externos relacionados a publicidade, promoções e patrocínios.

Em 2014, não identificamos casos de não conformidade em códigos de comunicação de *marketing*. Em 2011, foi proposta Ação Civil Pública pela Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), cujo objeto era a suposta ilegalidade de uma propaganda televisiva, veiculada nacionalmente, referente aos benefícios do cartão Itaucard. Essa ação foi julgada improcedente em maio/2013, sentença que foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em abril/2014 e sobre a qual não há possibilidade de novos recursos. Dessa forma, a propaganda televisiva veiculada pelo banco foi considerada correta. [GRI G4-PR7](#)

Segurança da Informação

O Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes em quaisquer operações. Para tanto, somos orientados pela Política Corporativa de Segurança da Informação, cujo objetivo é garantir a aplicação dos princípios e diretrizes de proteção das informações e da propriedade intelectual da organização, dos clientes e do público em geral.

Para assegurar que as informações tratadas estejam adequadamente protegidas, adotamos os seguintes processos: gestão de ativos, classificação da informação e gestão de acessos; gestão de riscos para análise de vulnerabilidades, ameaças e impactos sobre os ativos de informação; tratamento de incidentes de segurança da informação;

conscientização a respeito do tema; avaliação independente da auditoria e governança específica para áreas críticas (tecnologia, áreas de negócio e unidades internacionais). Além disso, também avaliamos os riscos envolvidos em produtos e serviços novos ou revisados e, uma vez identificado o risco, emitimos pareceres de segurança e acompanhamos a implementação sugerida. No sentido de monitorarmos nossa operação e minimizarmos o risco de um incidente de segurança, contamos com um SOC (*Security Operation Center*) 24 horas por dia, sete dias por semana. As principais iniciativas realizadas em 2014 foram:

- **Segurança da Informação:** criação de novo *e-learning* sobre o tema (42.489 colaboradores treinados até dez/2014), implantação de diversas campanhas ao longo do ano, realização de palestras para aprofundamento do tema junto a áreas executivas, unidades internacionais e novos colaboradores (11.186 treinados até dez/2014), palestras para representantes do Procon (103 treinados até dez/2014) e criação de nova política de governança de segurança da informação e reformulação do portal interno sobre segurança.

Prevenção à Fraude e à Lavagem de Dinheiro

O Itaú Unibanco possui uma série de medidas, normas, políticas, processos e programas de conscientização e treinamento para a prevenção à fraude, prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, em consonância com a legislação e regulamentação vigente e com as melhores práticas de mercado nacionais e internacionais. As principais iniciativas realizadas em 2014 foram:

- **Prevenção à Fraude:** realização de treinamentos sobre o tema para gerentes Uniclass, Personnalité, Operacionais, Negócios PAB, Empresas e Centralizadora PJ ao longo de todo o ano (2.246 treinados até dez/2014), realização de palestras e *workshops* para empresas-cliente (95 treinados até dez/2014), palestras para participantes do programa Viver Mais, voltado a pessoas com mais de 55 anos (436 treinados até dez/2014), *e-learning* sobre Prevenção à Fraude e ao Aliciamento para operadores (10.423 treinados até dez/2014) e palestras para supervisores das Centrais de Atendimento de cartões (717 treinados até dez/2014). *E-learning* de Prevenção de Fraudes em Seguro, Previdência e Capitalização (3.250 treinados até dez/2014).
- **Prevenção à Lavagem de Dinheiro:** criação de novos *e-learning*s vinculados ao tema – KYC PF, KYC PJ e CTE (19.603 treinados até dezembro/2014), PLD/CFT formação corporativo e PLD/CFT formação Seguros, Previdência e Capitalização (73.547 treinados até dezembro/2014), realização de treinamentos presenciais sobre o tema para colaboradores de agências de fronteira/risco e de câmbio (485 treinados até dezembro/2014).

Prevenção à Corrupção

O Itaú Unibanco proíbe a prática de ofertar ou aceitar vantagens indevidas de pessoas ou empresas públicas ou privadas em troca da realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições ou de facilitação de negócios. As principais iniciativas realizadas em 2014 foram:

- **Prevenção à Corrupção:** evolução do programa de *compliance* para atender às legislações aplicáveis (em especial a legislação brasileira, americana e britânica) e à Política Corporativa de Prevenção à Corrupção, composto pela campanha de divulgação do tema, *e-learning* para todos os colaboradores da administração central (32.015 treinados até dezembro/2014), treinamento presencial com as áreas mais sensíveis à corrupção (726 treinados até dezembro/2014) e realização de evento específico para executivos do Itaú Holding (participação de 188 executivos).

Privacidade do cliente

GRI G4-DMA Privacidade do Cliente

A privacidade dos nossos clientes é um tema sensível, o qual tratamos com sigilo e rigor. Portanto, o número de queixas sobre quebra da privacidade de clientes é uma informação confidencial. **GRI G4-PR8**

Temos políticas que fornecem diretrizes sobre assuntos relacionados à prevenção de divulgação ou vazamento de informações confidenciais de clientes, além de estabelecer papéis e responsabilidades.

Acionistas

Nosso compromisso com as melhores práticas de governança corporativa está diretamente relacionado à atenção direcionada aos acionistas e investidores, à transparência e à prestação de contas. Dedicamos atenção especial à plataforma de comunicação com esses públicos e investimos continuamente no aprimoramento dos canais de atendimento e na qualidade dos serviços prestados.

Para estreitar o diálogo e fortalecer nosso relacionamento com nossos acionistas, analistas e investidores do mercado de capitais, divulgar resultados, estratégias e perspectivas da organização, realizamos reuniões públicas em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), com a presença de mais de 3,4 mil participantes em diversas cidades brasileiras. Em 2014, foram 22 reuniões realizadas, além de participarmos de 24 conferências e sete *road shows* no Brasil e exterior.

Realizamos quatro teleconferências trimestrais durante o ano, todas em português e inglês, no dia seguinte à divulgação dos resultados, sendo que todas são transmitidas em tempo real e podem ser acessadas via telefone ou *internet*.

Nossas informações corporativas são divulgadas em nosso site de Relações com Investidores (www.itaunibanco.br/relacoes-com-investidores). Além disso, fomos o primeiro banco brasileiro a criar um perfil de RI no *Twitter* (@itaunibanco_ri) e a ter uma página no *Facebook* ([facebook.com/itaunibancori](https://www.facebook.com/itaunibancori)).

Consulte a seção Perfil, Nossas Ações para mais detalhes.

Fornecedores GRI G4-12

Nossa cadeia de fornecimento engloba os mais diversos segmentos – como Telecomunicações, *Call Center*, Transporte de Valores, Pesquisas de Mercado, Mobiliário, Energia Elétrica, Treinamentos –, nos quais o relacionamento é pautado pela transparência, perenidade e construção de valor compartilhado.

Temos cerca de 8 mil parceiros que provêm bens e/ou serviços para o banco desde 2009, e alguns de nossos contratos levam cláusulas que asseguram uma quantia mínima de compra e, na eventualidade de desequilíbrio financeiro, o ajuste das condições.

Valorizamos ainda práticas de sustentabilidade, além do cumprimento da legislação e dos princípios éticos que devem estar presentes no relacionamento comercial.

Compra de bens e serviços GRI G4-DMA Práticas de Compra | G4-DMA Avaliação Ambiental de Fornecedores | GRI G4-DMA Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas

O processo de contratação de bens e serviços na nossa cadeia de fornecimento é conduzido de forma centralizada pela área de Compras. A área é estruturada em gerências dedicadas por categorias permitindo um

GRI G4-12 | G4-DMA Práticas de Compra | G4-DMA Avaliação Ambiental de Fornecedores | GRI G4-DMA Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas

maior entendimento de cada mercado a fim de identificar a estratégia de compras mais adequada para cada tipo de negócio e assegurar coerência no relacionamento com fornecedores. O processo consiste em três etapas:

Pré-compra	- Estudo das compras anuais
	- Análise do mercado
	- Definição do plano de ação
	- Desenvolvimento de fornecedores
Compra	- Desenvolvimento e avaliação do escopo
	- Avaliação administrativa e técnica dos fornecedores
	- Visitas técnicas
	- Definição da estratégia de compra de bens e serviços
Pós-compra	- Desenvolvimento de instrumento contratual
	- Realização da concorrência ou negociação
	- Assinatura de Instrumento Contratual
	- Gestão dos indicadores de desempenho
Pós-compra	- Controle do consumo (quantidade e valor)
	- Monitoração das condições financeiras, sociais e ambientais dos fornecedores

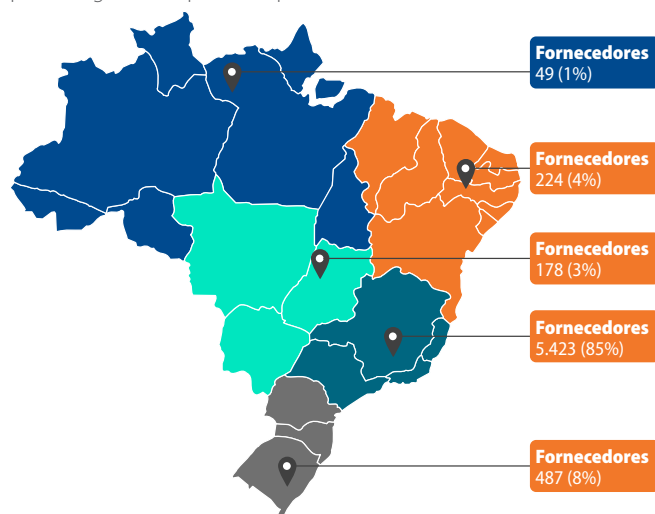
Aprovação de fornecedores

O nosso processo de aprovação de fornecedores é voltado para a mitigação de riscos por meio de avaliação técnica e também por intermédio de uma matriz de análise socioambiental que os classifica de acordo com o risco atribuído ao seu setor e os possíveis impactos econômicos, ambientais e sociais relacionados. [GRI G4-EN32](#)

O procedimento é regulado por nosso Código de Ética e nossas políticas de Compras, de Sustentabilidade e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. Exigimos também a adesão dos fornecedores à política de Compras, ao Código de Ética e a um contrato padrão com exigências mínimas para trabalhar conosco.

	2014	2013	2012	VARIACÃO (%) 2013-2012	VARIACÃO (%) 2014-2013
Fornecedores aprovados (Brasil) GRI G4-EN32 G4-EN33 G4-LA14	6.361	5.786	5.161	12,1	9,9
Compras de fornecedores provados/Total de compras (%)	99,1	98,3	90	9,2	0,8
Compras de fornecedores locais (Brasil) (%)	76,7	77,4	77,5	(0,1)	(0,9)

Os nossos fornecedores aprovados estão distribuídos por todas as regiões do Brasil, pois incentivamos a contratação de fornecedores locais visando o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Dentre as categorias com maior número de fornecedores aprovados, destacamos a de Obras, Manutenção e Patrimônio, que atendem os polos e agências espalhados por todo o País.



CATEGORIA	%
Obras Manutenção e Patrimônio	37,0%
TI	12,8%
Despesas Gerais	10,1%
Marketing	10,2%
Despesas Operacionais	8,3%
Despesas Jurídicas	8,2%
Treinamentos e Benefícios	5,1%
Correios Insumos de Cartão e Cheque	2,3%
Telecom	2,2%
Segurança	1,9%
Despesas Comerciais	0,7%
Call Center	0,6%
Assessoria e Consultoria	0,4%
Transporte de Numerário	0,2%
Total Geral	100,0%

Monitoramento

Em 2014 modificamos a forma de monitorar os fornecedores nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Anteriormente monitorávamos os fornecedores de alto risco a cada 3 meses e os de baixo risco a cada 2 anos. A partir deste ano começamos a monitorar os fornecedores homologados a cada 6 meses. Esses fornecedores representaram 99,2% do montante gasto no ano.

Contamos com auditorias realizadas por meio de visitas em nossos fornecedores conduzidas por especialistas externos que identificam os possíveis riscos e geram planos de ação para sua mitigação, auxiliando no desenvolvimento dos fornecedores. Além disso, fazemos visitas conduzidas por áreas técnicas, especializadas em nossas operações e na aplicação de normas relacionadas à segurança da informação. Em 2014, iniciamos também processo de entrevistas com colaboradores terceiros para identificar inconformidades relacionadas às mesmas questões verificadas nas auditorias.

Em 2014 enviamos uma pesquisa para grandes fornecedores do Itaú (que representam 25% do montante gasto no ano) com questões socioambientais para identificar riscos, melhores práticas e também gerando planos de ação corretivos a serem acompanhados em 2015. Como resultado em 2014, tivemos *workshops* com essas empresas, nos quais foram apresentado o tema de sustentabilidade dentro do Itaú e divulgadas as melhores práticas realizadas pelo Itaú e seus fornecedores. Em 2015, iniciaremos uma agenda de fóruns com os fornecedores de nossos fornecedores.

Formalização contratual, violações e penalidades

Possuímos um processo de formalização contratual que tem como objetivo minimizar possíveis impactos financeiros, operacionais e legais, durante a prestação do serviço ou no momento da ruptura contratual.

Adicionalmente, os contratos com fornecedores incluem cláusulas específicas sobre o adequado monitoramento de questões socioambientais – como obrigações trabalhistas, normas de segurança e saúde ocupacionais, aderência à legislação ambiental, responsabilidade por danos e segurança da informação –, aplicáveis aos nossos fornecedores e à sua cadeia de suprimentos. No caso de serem identificadas irregularidades, serão aplicadas penalidades e poderemos gerar um plano de ação para auxiliar o fornecedor na resolução do problema, ou em determinadas situações, para suspender ou rescindir o respectivo contrato.

[GRI G4-12](#) | [G4-DMA Práticas de Compra](#) | [G4-DMA Avaliação Ambiental de Fornecedores](#) | [G4-DMA Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas](#)

Transparência

Proporcionamos aos nossos fornecedores diversos canais de comunicação por meio dos quais é possível dar sugestões, fazer perguntas e comunicar qualquer tipo de violação ou conduta indevida (inclusive de natureza socioambiental).

Acreditamos que para um crescimento sustentável em nossa cadeia de suprimentos, devemos promover o desenvolvimento de práticas contínuas, buscando a evolução conjunta com nossos fornecedores e sua cadeia de operações. Sendo assim, publicamos em nosso site (www.itaubr.com.br/fornecedores) as ações que consideramos serem boas práticas socioambientais, bem como nosso Código de Ética.

Treinamento

Treinamos os nossos fornecedores e colaboradores não somente para contribuir com a entrega de produtos e serviços entregues, mas também para apoiar em seu desenvolvimento. Organizamos encontros como forma de fortalecer seu comprometimento com nossa cultura, reconhecendo boas práticas relacionadas à mitigação de riscos, e debatermos oportunidades para melhorar a eficiência de nossas operações. Em 2014, realizamos *workshops* com nossos fornecedores e colaboradores relacionados ao tema de sustentabilidade e para divulgação das melhores práticas realizadas pelo Itaú e seus fornecedores. [GRI G4-26](#)

Além disso, investimos em parcerias com organizações que possibilitam o treinamento para fornecedores em, ao menos, um dos três pilares da sustentabilidade (econômico – ambiental – social), e com o intuito de conscientizá-los sobre o problema da mudança climática e capacitá-los, por exemplo, para a elaboração de inventários de gases de efeito estufa (GEE) com a ferramenta *GHG Protocol*.

Em 2014, o nosso departamento de compras participou do treinamento presencial concentrado em iniciativas e conceitos relacionados à sustentabilidade na cadeia de suprimentos. Fizemos também encontros com as principais áreas gestoras técnicas para conscientização e

engajamento com a temática sustentável. Com esse trabalho, esperamos aumentar a participação ativa de nossos colaboradores na busca por iniciativas que tragam inovação e maior controle sobre nossos riscos e a possibilidade de progresso de nossos parceiros.

Resultados alcançados e desafios

A área de Compras está estruturada por categorias de compras, permitindo que cada gerência busque maior entendimento de cada mercado a fim de identificar a estratégia mais adequada para cada tipo de negócio.

Contribuíram de maneira significativa para a redução de custos e otimização de recursos por meio de ações como: parcerias com nossos fornecedores, inovações em nossa cadeia de suprimentos, desenvolvimento de novos fornecedores, consolidação de volumes, reconfiguração da cadeia de valores, revisão de especificações, iniciativas de renegociação, gerenciamento de consumo, melhoria de processos e avaliação de ganhos socioambientais.

GRI G4-EC9	2014	2013	2012	VARIAÇÃO (%) 2013-2012	VARIAÇÃO (%) 2014-2013
Número de processos de compra	10.740	11.681	12.395	(5,8)	(8,1)
Montante total de compra (R\$) bilhões	11,0	11,7	13,0	(10,0)	(6,0)

Em 2013, foi estimulado um plano de metas de médio (2015) e longo prazo (2020) estabelecendo as responsabilidades e as ações necessárias para superar o nosso desafio de implantar ações de engajamento, mitigar riscos e aumentar a transparência na divulgação de indicadores de nossas operações e fornecedores.

Os resultados dessas ações visam melhorar a comunicação interna, diferenciar fornecedores por critérios ambientais, aprimorar o monitoramento de risco sistêmico e capacitar os colaboradores de compras no tema sustentabilidade.

Principais avanços em 2014 para atingirmos essas metas:

INDICADOR	2015	STATUS EM 2014	COMENTÁRIOS
Monitoramento de risco associado a fornecedores com recorrência igual ou menor que seis meses	Fornecedores que representam 70% do montante gasto nos 12 meses anteriores à medição	73% do montante gasto	Realizamos um piloto com os fornecedores homologados
Avaliação do risco na cadeia de suprimentos (contratados por nossos fornecedores em processos críticos)	Fornecedores que representam 15% do montante gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas	-	Realizamos uma pesquisa socioambiental com nossos fornecedores, na qual identificamos os fornecedores do 2º elo. Em 2015 faremos uma avaliação de risco nessas empresas
% de fornecedores em risco, identificados por meio de pesquisa socioambiental detalhada	Fornecedores que representam 50% do montante gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas	25% do montante gasto com todas as categorias independentes da criticidade	Realizamos uma pesquisa socioambiental com nossos fornecedores do 1º elo da cadeia de fornecimento
Preparação e monitoramento de planos de ação com fornecedores em risco, identificados no programa RFI e nas auditorias <i>in loco</i>	- Preparação do plano: 100% - Monitoramento: 20% (casos críticos)	-	2014: Planos de ação capturados por meio de auditorias e pesquisa socioambiental 2015: acompanhamento dos planos de ação
Recomendações para fornecedores sobre a prática: • Contratação de empresas locais, com foco em pequenas e médias empresas • Avaliação, treinamento e emprego de pessoas com deficiências • Participação ativa em uma pauta de desenvolvimento • Práticas para combater o trabalho escravo, o trabalho infantil, a corrupção e a prostituição	100%	100%	Recomendações enviadas por comunicado para os fornecedores e inserida no site www.itaubr.com.br/fornecedores

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
GRI G4-12 G4-DMA Práticas de Compra G4-DMA Avaliação Ambiental de Fornecedores GRI G4-DMA Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas						
INDICADOR		2015	STATUS EM 2014		COMENTÁRIOS	
Engajamento de fornecedores (debates específicos, interação relatada em programas de desenvolvimento)		Com nossos fornecedores de nível 1 (1º elo)	Com nossos fornecedores de nível 1 (1º elo)		Realizamos dois <i>workshops</i> com fornecedores de 1º elo, nos quais foram apresentados o tema de sustentabilidade dentro do Itaú e divulgadas as melhores práticas realizadas pelo Itaú e seus fornecedores 2015: Previsto 2º elo	
Condução de auditorias no local (% das auditorias)		90% anunciadas; 10% não anunciadas/semi anunciadas	93% anunciadas; 7% não anunciadas/semianunciadas Realizadas por empresa independente		Auditoria realizada por empresa independente em fornecedores do 1º e 2º elos, além das auditorias realizadas por colaboradores do próprio Itaú	
Engajamento de pauta interna na sustentabilidade (nas áreas de compras e de gestão técnica)		<i>Stakeholders</i> que trabalham com 50% do montante gasto por ano em categorias críticas	- <i>Stakeholders</i> que trabalham com 36% do montante gasto com todas as categorias independentes da criticidade		<i>Workshop</i> /Treinamento com os colaboradores de compras Plano de comunicação e <i>workshop</i> com os <i>stakeholders</i> de áreas críticas	
Divulgação de indicadores sobre contratação de fornecedores (ex.: certificados, melhores práticas, emissão de gases e outros)		Indicadores de fornecedores de nível 1 (1º link) -		2014: Levantamento de informações por meio da pesquisa socioambiental 2015: divulgação de indicadores		

Sociedade

A nossa estratégia está ligada a ações de desenvolvimento social, tais como a educação financeira, que são levadas para todas as comunidades nas quais temos operações. Essas mesmas ações são estendidas para a imprensa, formadores de opinião, mercado e várias organizações sociais. Nós também trabalhamos em conjunto com o Governo em seus mais diversos níveis com o objetivo de aprimorar os modelos de políticas públicas nos vários países onde possuímos operações.

Comunidade GRI G4-26 | G4-S01 | G4-DMA Comunidades Locais

Conduzimos um programa para a identificação das necessidades e oportunidades nas regiões onde possuímos grandes polos operacionais. Esse processo nos permitiu estudar formas de atuação, em conjunto com as lideranças comunitárias e o poder público, para a melhoria da qualidade de vida nas áreas do entorno dos nossos centros administrativos.

Participamos de sessões de debate com as comunidades do entorno do Centro Empresarial, no bairro do Jabaquara, e do Centro Técnico Operacional, no bairro da Mooca, em São Paulo.

Principais atividades em 2014:

- Finalizamos as obras de melhorias civis na vizinhança do Centro Empresarial, com foco na acessibilidade de portadores de deficiência e na segurança de pedestres;
- Fizemos um evento com 17 jovens da Rede Social do Jabaquara, para promover o acesso à arte no Centro Empresarial do Jabaquara;
- Apoio à festa de aniversário do Jabaquara e da Mooca;
- Patrocinamos um evento esportivo realizado pela Rede de Desenvolvimento Local do Jabaquara, e um evento social promovido por uma ONG para o Dias das Crianças, no dia 12 de outubro, no qual foram promovidos jogos e brincadeiras para entretenimento das crianças participantes.

Somos responsáveis, ainda, pela manutenção da Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha e do Parque Lina e Paulo Raia, próximo à sede administrativa do banco, e da Passarela Verde, no bairro de Pinheiros, por onde transitam cerca de cinco mil pessoas diariamente. A passarela passou por uma revitalização com foco em conceitos sustentáveis, como o uso de telhados verdes, pisos de borracha reciclada para deficientes visuais e elevadores que garantem a mobilidade para pessoas com dificuldade de locomoção. Primeiro projeto do tipo na cidade, a manutenção da passarela é feita com base em um contrato de parceria, firmado entre a prefeitura de São Paulo e o banco.

Também demos continuidade ao acompanhamento das ações em Mogi Mirim (São Paulo), em conjunto com os órgãos públicos e a Promotória do Estado de São Paulo. Atuamos também em diversos projetos na região, juntamente com a comunidade, incluindo o apoio à Banda Lyra, uma orquestra local, a participação em eventos na FATEC, a faculdade mais importante da cidade, apoio aos projetos da Santa Casa de Mogi Mirim, apoio à Associação Sol Nascente, com doação de aparelhos de ginástica para a terceira idade e apoio à festa das crianças, na qual foram promovidos jogos e brincadeiras para entretenimento das crianças participantes.

Imprensa

Para ser um agente de transformação, o Itaú Unibanco entende que é preciso manter uma relação aberta e transparente com a imprensa e os formadores de opinião em geral. Por isso, além de receber suas demandas, o banco também promove a discussão de temas que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Uma das estratégias mais bem-sucedidas nesse sentido é a realização de encontros e *workshops* com o objetivo de expor informações relevantes sobre assuntos que ajudem a compreender o funcionamento do setor financeiro e suas implicações no mundo globalizado. Em 2014, foram promovidos mais de 20 eventos, que trataram de questões como macroeconomia, sustentabilidade, mobilidade urbana, incentivo à leitura e ao esporte, canais digitais, ouvidoria e empreendedorismo feminino.

Ainda em 2014, mais de 60 jornalistas dos principais veículos da imprensa nacional foram recebidos por executivos do Itaú Unibanco para conhecer projetos e ações adotadas com foco em Satisfação de Clientes. Nesses encontros, foram apresentadas as iniciativas que melhoraram o diálogo e ampliaram a transparência na relação com o cliente, como os compromissos firmados nas frentes de Relacionamento com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, Atendimento e Transparência. Temas como cenário econômico, projeções macroeconômicas, evolução dos canais de atendimento, entre outros também foram abordados nessas ocasiões.

No início de novembro, aconteceu a 7ª edição da *press trip*, em que trouxemos ao Brasil jornalistas da América Latina. Todos participaram de uma agenda de apresentações ministradas pelos executivos do banco, além de uma agenda cultural composta por importantes projetos apoiados pelo Itaú Unibanco. A ação reforçou a reputação do banco internacionalmente.

Já no escopo reativo, o diálogo é permanentemente estabelecido, aliado às estratégias de comunicação, o que permite receber e dar o

devido encaminhamento às demandas de veículos de comunicação e de formadores de opinião. Apenas da imprensa, foram recebidas mais de 1.500 pautas em 2014. Essa atuação possibilita, entre outras ações, apoiar o banco nas mudanças de práticas, produtos e serviços.

Atualmente, são cerca de 150 os porta-vozes do banco autorizados a falar com a imprensa. Os treinamentos desses executivos também são de responsabilidade da área de Comunicação Corporativa. Eles são realizados sob demanda, na medida em que novos executivos são nomeados porta-vozes. Em 2014, foram mais de 15 executivos treinados.

A exposição do Itaú Unibanco na imprensa nacional e internacional é acompanhada por meio de auditoria de imagem realizada pela área de Análise e Pesquisa da CDN, agência de Comunicação focada na construção e fortalecimento da imagem e da reputação. As informações, que são analisadas nos âmbitos quantitativo e qualitativo, resultam no Índice de Qualidade de Exposição na Mídia (IQEM), indicador acompanhado mensalmente pela área de Comunicação Corporativa. Em 2014, o Itaú Unibanco respondeu por 35,6% da exposição positiva do setor financeiro na imprensa nacional.

Com base em todos os resultados obtidos mensalmente no IQEM, são avaliados os riscos a serem mitigados e as oportunidades de atuação junto à imprensa e formadores de opinião. Assim, ações e iniciativas são planejadas com o objetivo de reforçar a reputação do Itaú perante os *stakeholders* e colocadas em prática parcerias com as áreas responsáveis por cada tema.

Visando à identificação e à administração dos riscos e oportunidades reputacionais, desde 2008, a respeitabilidade do Itaú Unibanco é monitorada por meio do estudo *RepTrak® DeepDive*, conduzido anualmente em parceria com o *Reputation Institute* (RI), empresa de consultoria internacional especializada em reputação corporativa. Com a implantação pioneira de uma unidade estratégica dedicada ao tema, o processo de monitoramento foi aperfeiçoado, sendo destaques dois avanços: a inclusão no estudo *RepTrak® DeepDive* 2013 dos *stakeholders* prioritários definidos na espiral de *performance* sustentável (colaboradores, clientes, acionistas e sociedade – imprensa e formadores de opinião); a condução de pesquisa qualitativa com base nos resultados obtidos no estudo de 2013, visando o desenvolvimento de estratégias que possibilitem analisar e planejar ações, ao mesmo tempo em que são identificadas e priorizadas necessidades e expectativas específicas de cada *stakeholder*.

Com base nas avaliações obtidas no estudo *RepTrak® DeepDive* são estabelecidas diretrizes para o aprofundamento e a utilização estratégica dos resultados, tanto nos processos de Comunicação Corporativa (relacionamentos com a imprensa e formadores de opinião, ações de relações públicas e gestão de crises) quanto na discussão com as áreas que se relacionam com os *stakeholders* estudados.

Os dados obtidos são de uso interno e, assim como o IQEM, apoiam o planejamento estratégico de comunicação, estabelecem metas de desempenho e permitem a avaliação de resultados de ações promovidas pela área de Comunicação Corporativa.

Governo GRI G4-26 | G4-DMA Políticas Públicas

Procuramos trabalhar em estreita colaboração com as organizações públicas em todos os poderes políticos dos países nos quais atuamos. Nossa intenção é formar parcerias que possam beneficiar a sociedade. Nosso trabalho é orientado pela ética e pela transparência, com o objetivo de fornecer às autoridades informações consistentes que

permitam a avaliação adequada das questões que envolvem nosso negócio ou as causas que apoiamos.

Em nível federal no Brasil:

- Estamos acompanhando o progresso de 918 projetos de lei no Congresso;
- Realizamos visitas a mais de cem legisladores e gestores públicos que têm uma participação significativa em áreas como segurança, direitos do consumidor, mobilidade urbana, mediação judicial, questões fiscais e Quadro de Direitos Civis para a Internet (Marco Civil da Internet);
- Estabelecemos, com o Poder Executivo, parcerias com os Ministérios das Cidades, da Saúde, do Esporte, da Ciência e Tecnologia, da Justiça e dos Transportes;
- Fizemos uma mobilização conjunta, com o Ministério do Esporte, de 349 voluntários para a Copa do Mundo de 2014, dos quais 54 eram funcionários de bancos que trabalharam como coordenadores dos voluntários;
- Agimos de acordo com a campanha nacional Pacto pela Vida, anunciada por meio dos nossos canais de comunicação; [GRI G4-15](#)
- Anunciamos, como parceiro do Ministério da Saúde, em nossos canais de comunicação várias campanhas relacionadas à saúde (doação de órgãos, conscientização sobre o câncer de mama, vacinas contra o HPV e doação de sangue);
- Também apoiamos o programa Ciência sem Fronteiras; e
- Fizemos melhorias no sistema de tecnologia do Ministério da Justiça e no programa de modernização da administração pública do Ministério dos Transportes como patrocinadores.

Nos níveis estadual e municipal no Brasil:

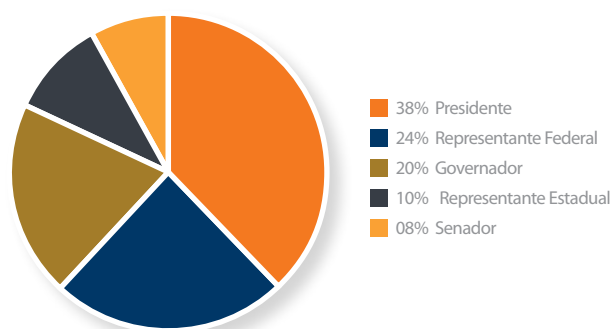
- Acompanhamos de perto as discussões sobre 2.993 projetos de lei, principalmente nos seguintes temas: segurança das operações bancárias, direitos do consumidor, impostos e mobilidade urbana;
- Atuamos em conjunto com o Conselho da Cidade de Mogi Mirim, no Estado de São Paulo, para detalhar a construção do nosso novo centro de processamento de dados, compreender as demandas do governo local, da comunidade e do Procurador-Geral e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Mogi Mirim. Entre outras ações, doamos bicicletários e kits de segurança para os ciclistas;
- Concluímos, em São Paulo, as melhorias no Parque do Carmo – Olavo Egydio Setubal, que foram feitas após um acordo de cooperação assinado com a prefeitura da cidade em 2012;
- Estabelecemos, também em São Paulo, um acordo de cooperação com a prefeitura para promover um projeto piloto que visa à reocupação dos espaços públicos no centro da cidade. No projeto, chamado Centro Aberto, os Largos São Francisco e Paissandu não foram apenas reformados, mas foram oferecidas atividades culturais durante dois meses;
- Comprometemo-nos com o gerenciamento do Auditório Ibirapuera na cidade de São Paulo, com o apoio do Instituto Itaú Cultural;
- Foi assinada, em 2013, a reforma do Teatro Municipal de Salvador com a renovação do entorno, que se desenvolveu; a reabertura do teatro aconteceu em dezembro de 2014. O local estava fechado há mais de oito anos;
- Realizamos, também, a 8ª edição da Gincana da Solidariedade, que incentiva nossos funcionários a doar roupas, sapatos, cobertores e produtos de higiene pessoal. Em 2014, 145.729 quilos desses produtos foram doados para ONGs ou departamentos municipais de desenvolvimento social. Além disso, o banco doou 50 mil quilos de cobertores e lençóis para ONGs em cidades e estados que participaram da gincana.

Campanhas políticas e doações GRI G4-S06

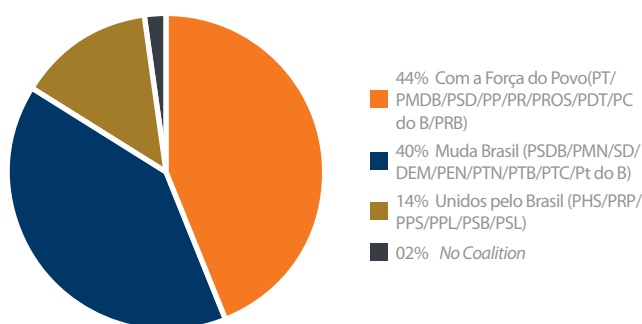
Todas as doações feitas por nosso grupo que estavam relacionadas às eleições políticas estão em conformidade com as leis e os regulamentos brasileiros, foram devidamente registradas e seguem nossa política de doações para campanhas políticas. As doações são feitas de forma a facilitar o controle (por meio de uma única entidade do nosso grupo), e o respectivo processo é conduzido por um comitê de avaliação política composto de conselheiros e altos executivos, a fim de assegurar a transparência.

Em 2014, doamos para vários candidatos R\$ 26,6 milhões, distribuídos igualmente entre os diferentes partidos, com o objetivo de contribuir para o processo democrático no Brasil.

Doações por cargo



Doações por coligação



Incentivos fiscais do governo GRI G4-EC4

Em 2014, recebemos R\$ 212 milhões em incentivos fiscais, doações e patrocínios para projetos, conforme listado abaixo:

INCENTIVOS FISCAIS RECEBIDOS POR CATEGORIA (R\$ MILHÕES)	2014	2013	2012
Doações para financiamento dos direitos da criança e do adolescente	22,0	17,2	17,4
Lei Rouanet de apoio cultural	107,2	84,1	84,0
Patrocínios esportivos	21,0	17,3	17,2
Atividades audiovisuais	4,0	0,0	2,7
Outros ⁽¹⁾	57,8	26,9	0,0
Total	212,0	145,6	121,3

(1) Os dados referem-se ao PRONAS (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência), ao PRONON (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica) e ao Estatuto do Idoso.

Além desses, tivemos R\$ 6 milhões usufruídos como incentivo fiscal devido a programas firmados em acordo coletivo:

INCENTIVOS FISCAIS USUFRUÍDOS POR CATEGORIA (R\$ MILHÕES)	2014	2013	2012
Programa de vale-alimentação para funcionários	4,8	5,5	5,4
Prolongamento da licença-maternidade	1,2	1,2	1,7
Total	6,0	6,7	7,1

Nossas Causas

Investimento Social Privado

Nossos investimentos na área social – especialmente aqueles voltados para melhorias nas áreas da educação, saúde, cultura, esportes e mobilidade urbana – estão alinhados ao objetivo da instituição de fazer um mundo melhor.

Nosso objetivo é usar a mesma *expertise* e eficiência que aplicamos em nossos negócios para desenvolver projetos, tecnologias e ferramentas que estimulem as pessoas a obterem mais conhecimento e senso crítico, para que possam fazer melhores escolhas.

Em 2014, investimos R\$ 485,1 milhões em projetos, tanto por meio de leis de incentivo (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte) quanto por doações e patrocínios realizados pelo Itaú Unibanco, contribuindo para projetos voltados às áreas de educação, saúde, cultura, esportes e mobilidade.

PATROCÍNIO	VALOR (R\$ MILHÕES)	NÚMERO DE PROJETOS
Não incentivados⁽¹⁾	273,1	161
Educação	134,1	140
Cultura	83,2	8
Esportes ⁽²⁾	6,2	6
Mobilidade Urbana	49,7	7
Incentivados⁽²⁾	212,0	288
Educação	22,0	85
Saúde	57,8	44
Cultura	111,2	142
Esportes	21,0	17
Total	485,1	449

(1) Recursos próprios das empresas do banco e orçamentos próprios de fundações e instituições.

(2) Recursos com incentivo fiscal por meio de leis como a Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, entre outras.

(*) não inclui patrocínios à Copa do Mundo da FIFA 2014 e ao Aberto de Tênis de Miami.

Educação

Fundação Itaú Social

Educação é peça-chave para o desenvolvimento sustentável de um país. E o desafio de garantir sua qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros é de uma escala e complexidade que requer políticas de governo efetivas aliadas à ampla participação dos diversos setores da sociedade.

Criada para estruturar e implementar os investimentos sociais do Itaú, a **Fundação Itaú Social**, com atuação em todo o território brasileiro, tem como foco o apoio, elaboração e fortalecimento de programas que visam o progresso das políticas públicas de educação, a potencialização do engajamento dos colaboradores Itaú – e da sociedade em geral – por meio da cultura de voluntariado, e a avaliação sistematizada de projetos sociais. Assim, vem formulando,

implantando e disseminando metodologias voltadas à melhoria de políticas públicas na área educacional, sempre em conjunto com governos, empresas e organizações não governamentais.

INICIATIVA	DESCRIÇÃO
Educação Integral	Por educação integral, entendemos a ampliação de tempos, espaços e conteúdos de aprendizagem, dentro e fora da escola, a partir da concepção de desenvolvimento pleno do ser humano. Nesse sentido, reconhecer e mobilizar os saberes da escola, família, comunidade e cidade para promoção desse desenvolvimento é condição fundamental para a construção de uma educação integral de qualidade. Educação integral para alunos das redes públicas significa também redução das desigualdades socioeconômicas, na medida em que se ampliam seus repertórios, horizontes e capacidade de circulação inclusiva e criativa pela cidade. Esse conceito passa a ser estratégico, não só em prol da qualidade, mas para a promoção da equidade. Diante disso, a Fundação Itaú Social desenvolve os seguintes programas: Prêmio Itaú-Unicef, Jovens Urbanos e Assessoria a Políticas de Educação Integral.
Gestão Educacional	Alcançar melhorias reais na aprendizagem dos alunos requer esforços de mudança nas práticas de ensino em centenas de milhares de salas de aula, o que por sua vez requer mudanças e esforços por parte de todos os níveis de gestão – da macropolítica à sala de aula. Melhorias significativas e sustentáveis de ensino e aprendizagem no dia a dia da escola exigem o fortalecimento sistêmico de lideranças e o protagonismo dos técnicos, gestores e educadores de uma rede, nos diferentes níveis de gestão/governança: central, intermediário, escola e sala de aula. É nessa perspectiva que a Fundação investe em Gestão Educacional, sempre com o propósito de contribuir para o fortalecimento das equipes técnicas e o aprimoramento de estruturas e processos de gestão dos sistemas de ensino público. Atualmente, vêm sendo realizados os seguintes programas: Escrevendo o Futuro, Tutoria, Melhoria da Educação no Município, Coordenadores de Pais e Avaliação e Aprendizagem.
Avaliação Econômica de Projetos Sociais	A Fundação Itaú Social acredita na avaliação como um instrumento fundamental para aprimorar o investimento social realizado pelas organizações públicas e privadas, verificando a efetividade das iniciativas e confirmando se elas estão transformando realidades. Desde 2004, a Fundação Itaú Social desenvolve o programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais, com apoio da Área de Avaliação de Investimentos do Banco, trazendo competências do campo econômico para a gestão social. Com o objetivo de disseminar a cultura e a prática da Avaliação Econômica, são organizados cursos, seminários, oficinas e eventos voltados para gestores de projetos sociais de ONGs e órgãos públicos, além da realização de avaliações econômicas dos projetos próprios da Fundação, de parceiros e políticas públicas.
Mobilização social	A mobilização social é uma das grandes forças de transformação e de construção da cidadania. O desafio de buscar soluções efetivas para as questões sociais deve ser compartilhado entre governo, sociedade civil e iniciativa privada. Isso requer dedicação contínua e cotidiana para a consolidação de um propósito coletivo. A Fundação Itaú Social compreende a mobilização social como forma de expressar e colocar em prática a energia transformadora que leva as pessoas a participarem ativamente das mudanças que querem ver no mundo – uma maneira de ir além das obrigações estabelecidas para construir redes de cooperação que melhorem a vida de todos. Essa participação cidadã ativa deve estar no cotidiano pessoal e profissional. Esse investimento na mobilização social é também parte estruturante na construção de uma cultura empresarial a partir de importantes valores compartilhados. Nesse sentido, o Itaú coloca a serviço da causa social seus principais ativos: a atuação dos seus colaboradores, a capilaridade de sua rede de negócios e a força de sua marca. Nesse âmbito, a Fundação Itaú Social vem desenvolvendo os seguintes programas: Itaú Criança, Voluntariado e Comunidade, Presente.

Consulte www.fundacaoitausocial.org.br para mais detalhes.

Metas 2015

Perspectiva 2015 – Educação Integral:

- Implantação do novo formato do Prêmio Itaú-Unicef, que passa a reconhecer e premiar as escolas, além de ONGs
- No âmbito das assessorias a políticas de educação integral, implantação de uma nova estratégia (redes colaborativas de ONGs)

Perspectiva 2015 – Gestão Educacional:

- Expansão do programa Tutoria para novas praças
- Criação de plataforma de formação a distância do programa Melhoria da Educação no Município
- Implementação do programa Coordenadores de Pais em toda a rede pública de educação de município de médio porte

Perspectiva 2015 – Avaliação Econômica de Projetos Sociais:

- Manutenção das formações em avaliação econômica
- Desenvolvimento de novos instrumentos de avaliação econômica, buscando qualificar o impacto dos projetos sociais

Perspectiva 2015 – Mobilização Social:

- Implantação de nova forma de atuação nos programas de voluntariado, com o apoio dos comitês de voluntariado e com ação focalizada em territórios

Instituto Unibanco

Fundado em 1982, o Instituto Unibanco é uma das instituições responsáveis pelo investimento social privado do conglomerado Itaú Unibanco e atua para a melhoria da qualidade da educação pública brasileira com foco no ensino médio. O instituto concebe, avalia e dissemina soluções no sentido de provocar mudanças na realidade do ensino médio para ampliar as oportunidades educacionais dos jovens, em busca de uma sociedade mais justa e transformadora.

Acreditando que uma gestão escolar de qualidade, orientada para resultados, pode proporcionar um impacto significativo nos resultados das escolas e no aprendizado dos estudantes, a instituição desenvolve tecnologias e metodologias educacionais, aplica formações para os profissionais da educação e oferece assistência técnica para secretarias estaduais de Educação e escolas.

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO
Jovem de Futuro	• Oferece formação e assistência técnica às secretarias estaduais de Educação para o aprimoramento da gestão da escola pública com foco na melhoria dos resultados de aprendizagem dos estudantes. • A fase piloto do projeto foi iniciada em 2008 em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Passou a ser implementado em larga escala a partir de 2012 em cinco estados: Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí. Nesse momento o Jovem de Futuro se estabelece como uma parceria com o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) do Ministério da Educação. • Em 2014, 2.162 escolas públicas participaram do Jovem de Futuro, beneficiando 981.440 mil estudantes (segundo o Censo Escolar de 2013), em sete estados. • Cerca de 4.200 diretores e coordenadores pedagógicos de escolas públicas e técnicos das secretarias de Educação parceiras receberam formações presenciais em gestão escolar. Além disso, mais de 33.600 professores participaram de formações a distância em metodologias pedagógicas e de mobilização desenvolvidas pelo instituto. • Até 2018, a expectativa é que o programa atinja quase 2.500 escolas públicas e beneficie cerca de 2 milhões de alunos.
Programa Voluntário: Estudar Vale a Pena	• Realizado com os colaboradores do Itaú Unibanco, tem como objetivo sensibilizar jovens do ensino médio de escolas públicas sobre os benefícios de concluir os estudos. • Em 2014, 882 voluntários trabalharam em ações que beneficiaram mais de 7.080 alunos do ensino médio.

Consulte www.institutounibanco.org.br para mais detalhes.

METAS	SITUAÇÃO
Em 2014, a expectativa é que o programa Jovem de Futuro seja incorporado em mais de 800 escolas, nos cinco estados brasileiros participantes.	773
Em 2015, a expectativa é atender 2.020 escolas.	

Instituto REDE

Instituto REDE é a iniciativa de responsabilidade social da REDE, nossa empresa adquirente no segmento de meios de pagamento eletrônico. Sua missão é propiciar educação para o empreendedorismo, propagando o conhecimento e contribuindo com o fortalecimento da gestão de micro e pequenos empreendedores, organizações sociais e negócios de impacto social.

Em 2014, o Instituto REDE organizou palestras, cursos e oficinas atingindo cerca de 3,6 mil empreendedores e também patrocinou a Semana Global do Empreendedorismo, organizada pela *Endeavor* Brasil. O evento mobilizou aproximadamente 2,2 milhões de pessoas e ofereceu mais de 5,8 mil atividades em todo o Brasil.

Cultura

Instituto Itaú Cultural

O Instituto Itaú Cultural é nossa principal instituição para a gestão de investimentos na área da cultura, com foco na preservação da memória cultural brasileira e na promoção da inovação da arte nacional.

Em 2014, o Itaú Cultural deu continuidade à missão de “inspirar e ser inspirado pela sensibilidade e pela criatividade das pessoas, gerando experiências transformadoras no mundo da arte e da cultura

brasileiras”. Entre os destaques de sua programação, estão a Ocupação Zuzu Angel, a exposição Oscar Niemeyer e o desdobramento do Programa Rumos, que refletiu na programação do instituto durante o ano, além da abertura do Espaço Olavo Setubal, na sede do instituto.

Foram mais de 440 atividades nacionais e internacionais realizadas ao longo do ano de 2014, cerca de 330 mil visitantes aos programas desenvolvidos, 22 exposições e mais de 12 milhões de acessos únicos ao *site* do Itaú Cultural.

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO
Rumos	O programa Rumos Itaú Cultural há 17 anos possibilita ações artísticas e culturais que alcançaram público de mais de 5,1 milhões de pessoas, selecionou 1.130 artistas, pesquisadores e produtores, construiu relações culturais e afetivas e gerou outros programas, reinventando-se a cada edição. A nova versão do programa recebeu 15.120 inscrições em 2013 (<i>online</i>), provenientes das 27 unidades federativas brasileiras e de 37 países dos cinco continentes. Em 2014, seguiu com o processo de seleção paralelo à circulação nacional de um recorte dos resultados dos anos de história do Rumos Itaú Cultural. Em maio de 2014, foram anunciados os 104 selecionados e os projetos já começaram a ser executados, refletindo na programação do instituto.
Auditório Ibirapuera	De janeiro a dezembro de 2014, o Auditório Ibirapuera Oscar Niemeyer recebeu um público de cerca de 383 mil pessoas, que assistiram às 175 apresentações da casa, sendo 92 gratuitas. Fizeram parte da programação do ano a Mostra Internacional de Teatro, Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, Bobby McFerrin, Bibi Ferreira, Jair Rodrigues, O Terno, Gilberto Gil e Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, entre outros.
Exposições acervo Itaú Unibanco	O acervo de obras de arte do Itaú Unibanco, mantido e gerenciado pelo Itaú Cultural, é um dos mais importantes acervos de arte de instituições privadas do mundo. A coleção começou a ser formada na década de 1960, quando Olavo Egydio Setubal adquiriu uma obra do pintor holandês Frans Post. Hoje, é composta por mais de 12 mil itens, entre pinturas, gravuras, esculturas, fotografias, filmes, vídeos, instalações e peças das coleções Itaú Numismática e Brasileira Itaú que, reunidas ao longo de mais de 45 anos, cobrem toda a história da arte brasileira – além de importantes períodos da história da arte. Por meio de recortes curatoriais dessa vasta coleção – organizados de acordo com temas ou áreas de expressão artísticas –, são realizadas mostras em todo o Brasil e em instituições parceiras de outros países. Entre o início de 2010 e o encerramento de 2014, os diferentes recortes do acervo foram visitados por 1,5 milhão de pessoas em 45 exposições que passaram por 18 cidades de 8 países.
Ações virtuais	Enciclopédias Itaú Cultural – A primeira enciclopédia de artes brasileira disponibilizada na internet, totalmente gratuita: além das informações dispostas em verbetes, as enciclopédias possibilitam a consulta a um número maior de dados, colocados na forma de fichas técnicas, sobre artistas, escritores, críticos, colecionadores, instituições, exposições e espetáculos teatrais que integram as bases de dados do Itaú Cultural. Por serem bases eletrônicas, disponíveis na internet, diferenciam-se das demais obras de referência impressas pela abrangência de conteúdo, pela possibilidade de revisão e atualização constante e, principalmente, pela facilidade de acesso, feito sempre de forma gratuita. Em fevereiro de 2014, as enciclopédias do Itaú Cultural foram unificadas na Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras enciclopedia.itaucultural.org.br . Trata-se de uma base de dados com sete segmentos: Artes Visuais, Arte e Tecnologia, Teatro, Literatura, Música, Cinema e Dança. São mais de 8 mil verbetes com vídeos, entrevistas, biografias, análise de obras e informações variadas, atualizados diariamente. Em 2014, o <i>site</i> do instituto obteve mais de 12 milhões de acessos únicos. Redes Sociais: o Itaú Cultural também atua fortemente no campo das redes sociais. Desde 2009, o instituto está presente no <i>Facebook</i> , conta com 702 mil fãs, a maior página de uma instituição cultural do Brasil. Além disso, atuamos no <i>Twitter</i> (77 mil seguidores), no canal do <i>YouTube</i> (contamos com mais de 3,6 milhões de visualizações distribuídas em um acervo de mais de 4.000 vídeos sobre arte e cultura brasileira) e no <i>Instagram</i> , rede em que estamos presentes há pouco mais de um ano, já ultrapassamos a marca de 5.000 seguidores. Digitalização de acervo: um processo importante durante o ano de 2014 foi o apoio do instituto na digitalização de acervos de instituições, como Regina Silveira, Oscar Niemeyer e Elomar Melo. Um trabalho aderente à missão e visão do Itaú Cultural, que está cada vez mais envolvido com esse trabalho de memória e preservação de acervos.
Projeto Cultura na Rede Copa do Mundo	Para orientar os turistas e profissionais que circularam pelo País durante o mundial e oferecer a eles um panorama do melhor da cultura das cidades-sede, o Itaú Cultural desenvolveu o <i>web app</i> Cultura na Rede (http://novo.itaucultural.org.br/explore/blogs/cultura-na-rede/), que trouxe cerca de 400 dicas sobre os pontos turísticos, centros históricos, museus e instituições culturais das cidades que receberam os jogos. Durante os 46 dias, foram 41.460 visualizações de página, acessadas por, aproximadamente, 17 mil pessoas. O que representa cerca de mil acessos por dia.
Espaço Olavo Setubal	Inaugurado em dezembro de 2014, o Espaço Olavo Setubal ocupa dois andares da sede do Itaú Cultural. Trata-se de uma exposição permanente que apresenta cinco séculos da história do Brasil, com 1.364 obras, entre pinturas, desenhos, aquarelas e têmperas, gravuras, mapas, manuscritos de literatura, documentos, livros, moedas, medalhas, condecorações, barras de ouro e outros objetos. O Espaço reúne duas coleções do maior acervo de arte de uma companhia privada da América Latina: Brasileira Itaú e Itaú Numismática. O novo espaço é uma homenagem a Olavo Setubal, que idealizou e constituiu esses acervos.
Espaço Memória	Até maio de 2014, o Espaço Memória apresentou a exposição 10 Anos Espaço Memória, inaugurada em novembro de 2013 e que permitiu uma maior interação dos colaboradores do Itaú com seu acervo histórico. No total, foram 22.588 visitantes, tanto do público interno quanto externo. Em outubro, o Espaço lançou a exposição Um olhar sobre as cidades: a representação da paisagem urbana brasileira no acervo fotográfico do Instituto Moreira Salles, desenvolvida pelo IMS, em parceria com o Itaú Cultural, em homenagem aos 90 anos do banco, e que ficou em cartaz até o início de 2015. A exposição reuniu 65 obras fotográficas que mostram cidades brasileiras de 1862 até 2013. O programa Caminhando com Arte, <i>tour</i> guiado pelas obras de arte do Centro Empresarial, conduzido pelos educadores do Espaço Memória, recebeu 3.501 participantes. Ainda em 2014, o Instituto Itaú Cultural firmou uma parceria com a Fundação Bunge, por meio das Jornadas Culturais, série de palestras gratuitas ministradas por especialistas com ampla atuação em suas áreas. Com o objetivo de discutir temas relevantes aos Centros de Memória, o evento promoveu a formação e atualização de 701 participantes. No total, cerca de 30 mil pessoas passaram pelo Espaço Memória no ano de 2014.

Consulte www.itaucultural.org.br para mais detalhes.

METAS 2015

Lançamento *site* infantil

Lançamento Canal (espaço no *site* do instituto que vai trabalhar editorialmente as produções audiovisuais do Itaú Cultural)

Exposição Sergio Camargo

Ocupação Hilda Hilst e Ocupação Grupo Corpo

Espaço Itaú de Cinema

Criado em 1995, como Espaço Unibanco, as salas de cinema do Itaú Unibanco promovem filmes independentes em todo o Brasil. Presente em seis cidades com oito complexos, suas 56 salas de exibição contribuem para o acesso à cultura no Brasil. Em 2014, cerca de 7,6 milhões de pessoas foram ao Espaço Itaú de Cinema.

Outras iniciativas e patrocínios culturais

- Fornecimento de recursos para a construção das novas instalações do Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro;
- Apoio ao Carnaval de rua de Salvador;
- Há seis anos, o Itaú Personnalité patrocina concertos da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp);
- Patrocinador do Festival de Teatro de Curitiba e do Festival de Dança de Joinville, há seis anos; e
- Patrocinador do *Rock in Rio* no Brasil, o maior festival mundial de música e entretenimento, em 2014.

Esportes

A valorização do esporte faz parte do nosso DNA e entendemos que, aliado à educação e à cultura, o esporte pode contribuir para a construção da cidadania em uma sociedade em transformação. Por isso, o Itaú patrocina diferentes projetos, sempre com o objetivo de fazer da prática esportiva uma prática social, que beneficie a comunidade e transforme o mundo das pessoas.

Nosso envolvimento com o futebol começou há mais de 20 anos, com o patrocínio da transmissão dos jogos de diversas competições, como Campeonato Brasileiro, Eliminatórias da Copa do Mundo FIFA, amistosos da Seleção Brasileira, entre outras. Desde 2008 patrocinamos a Seleção Brasileira em todas as suas categorias e no início de 2011 também passamos a patrocinar a Seleção Brasileira de *Beach Soccer*. No fechamento do relatório de pesquisa de marca Ibope do último semestre fomos a 2º marca mais associada à Seleção Brasileira de futebol.

Em 2009 fomos a primeira empresa brasileira a assinar o contrato de patrocínio da Copa do Mundo da FIFA 2014™. Ao término do torneio nossa marca foi a 2ª mais associada ao evento, em estudo realizado pelo Ibope. Conseguimos impactar mais de 28.000 clientes com as nossas

ações de relacionamento e atingimos, com a nossa marca, em torno de 6 milhões de espectadores que estiveram nos jogos e nas *Fan Fests*.

Além do futebol, temos uma forte atuação no tênis e, entre os projetos que o banco apoia, estão o Instituto Tênis e o Circuito de Tênis Escolar e Universitário, com o objetivo de promover o esporte atrelado à educação. Ainda em formação esportiva patrocinamos um dos mais tradicionais campeonatos internacionais juvenis de tênis, que é apresentado pelo Itaú em parceria com a Gerda. Também apoiamos o Circuito Itaú de Tênis Feminino, único torneio profissional feminino da América do Sul certificado pela CBT e pela Federação Internacional de Tênis e de algumas etapas do Torneio de Tênis Masculino *ATP Challenger* aqui no Brasil. Todos os anos realizamos o Itaú Masters Tour, que está em sua 12ª edição. É o único circuito de tênis com jogadores seniores da América Latina e tem etapas em diversas cidades, sempre com a participação de grandes nomes do esporte. Nossa marca também esteve presente em torneios de alto rendimento como o *Rio Open*, único torneio da América do Sul a reunir uma etapa do *ATP World Tour 500* e do *WTA International*, e o *Miami Open*, um dos mais tradicionais e respeitados torneios do *ATP World Tour Masters 1.000* e *WTA Premier*. Evento no qual a partir de 2015 seremos o principal patrocinador, reforçando ainda mais a nossa presença internacional.

Por fim, apoiamos a Caravana do Esporte, um programa itinerante que atende municípios indicados pelo Unicef, capacitando desde 2009 quase 18 mil professores de 17 estados brasileiros, atendendo a mais de 200 mil crianças de forma direta e 1,8 milhão de forma indireta. Realizamos por mais um ano o patrocínio da Liga de Desporto Universitário, maior projeto esportivo universitário do País.

Mobilidade urbana

A mobilidade urbana é uma das causas do Itaú e um tema importante da nossa interação com determinados governos. Nosso foco é promover a bicicleta como um transporte alternativo para melhorar a mobilidade e reduzir o tráfego e as emissões de gases de efeito estufa. Temos três pilares de ação relacionados ao tema: compartilhamento de bicicletas, infraestrutura urbana e aumento da conscientização para promover um trânsito mais pacífico.

No caso do compartilhamento de bicicletas, patrocinamos o sistema em sete capitais, conforme especificado a seguir:

PROGRAMAS	CIDADES	DATA DE INAUGURAÇÃO	ESTAÇÕES	BICICLETAS
<i>Bike Rio</i>	Rio de Janeiro	Outubro de 2011	260	2.600
<i>Bike Sampa</i>	São Paulo	Junho de 2012	300	3.000
<i>Bike PE</i>	Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes	Março de 2013	80	800
<i>Bike PoA</i>	Porto Alegre	Agosto de 2013	40	400
<i>Bike Salvador</i>	Salvador	Setembro de 2013	40	400
<i>Bike Brasília</i>	Brasília	Maio de 2014	40	400
<i>Bike BH</i>	Belo Horizonte	Junho de 2014	40	400

Em 2014, mais de 504.400 usuários foram registrados em nossos vários programas de aluguel de bicicletas e mais de 3,5 milhões de aluguéis foram feitos no período.

No caso da infraestrutura urbana, doamos bicicletários para várias prefeituras, patrocinamos o mapeamento das ciclovias em São Paulo e Rio de Janeiro e também estabelecemos um acordo de cooperação com a prefeitura de São Paulo para gerenciar o estacionamento de bicicletas no Largo da Batata, que foi inaugurado em agosto de 2014 e é o primeiro estacionamento gratuito de bicicletas que funciona 24 horas por dia no Brasil. Até o final do ano, tínhamos 1.912 usuários registrados e 11.542 estacionamentos de bicicletas.

Por fim, no caso do aumento da conscientização, temos parcerias com várias organizações que trabalham para promover a mobilidade por bicicletas, como Transporte Ativo, Ciclocidade, BH em Ciclo, AMECiclo, *Bike é Legal*, *Bike Anjo*, *Vá de Bike*, entre outras. Também patrocinamos oficinas para motoristas de ônibus em Salvador e Recife, além do primeiro curso de formação de mecânicos de bicicleta, que foi aprovado pelo Ministério da Educação e aconteceu em Recife. Além disso, promovemos diretamente atividades sobre esse tema, como uma oficina realizada no Itaú Cultural em setembro de 2014, e produzimos materiais focados em moderação de trânsito (*traffic calming*) para ciclistas, motoristas de ônibus e taxistas.

Ecoeficiência

A Política de Sustentabilidade define diretrizes sobre a mitigação de nossos impactos diretos, o que inclui o consumo de energia, de materiais, de água e emissões. Dessa forma, reduzir e otimizar o uso desses recursos fazem parte de nossos principais objetivos.

Por isso, mantemos o foco constante na gestão e na utilização racional dos recursos naturais, estratégia que permite diminuir o impacto ambiental de nossas operações e aumentar nossa eficiência operacional. Todas as iniciativas que desenvolvemos em relação à ecoeficiência têm base em quatro pilares: custos de implantação, disponibilidade no mercado, performance técnica do sistema e ganhos de eficiência. [GRI G4-DMA Materiais](#) | [G4-DMA Energia](#) | [G4-DMA Água](#) | [G4-DMA Emissões](#) | [G4-DMA Efluentes e Resíduos](#) | [G4-DMA Transportes](#) | [G4-DMA Geral](#)

Realizamos a gestão dos consumos de recursos naturais como água e energia e também dos resíduos gerados pelo conglomerado com monitoramento mensal de dados pelas áreas responsáveis. [GRI G4-DMA Materiais](#) | [G4-DMA Energia](#) | [G4-DMA Água](#) | [G4-DMA Emissões](#) | [G4-DMA Efluentes e Resíduos](#) | [G4-DMA Transportes](#) | [G4-DMA Geral](#)

Conheça mais sobre nossas iniciativas:

Água

A crise de falta de água afeta muitas regiões do nosso País há algum tempo, porém, os estados do Sudeste em 2014 tiveram e ainda terão que enfrentar um grande desafio: manter as grandes metrópoles do País, com a maior concentração populacional, crescendo e funcionando, ao mesmo tempo em que adotam ações para reduzir o consumo.

Nesse sentido foi elaborado um plano de resposta emergencial para racionamento de água e energia, para garantir o abastecimento e a continuidade dos negócios do banco. Entre as principais ações que estão sendo aplicadas, podemos citar:

- Acompanhamento periódico de níveis de reservatórios de abastecimento de água e energia elétrica e índices de pluviosidade.
- Desenvolvimento de curva de aversão a risco de racionamento de água e energia. Essa curva mostra o volume mínimo que garante o abastecimento sem necessidade de racionamento.
- Revalidação da capacidade dos fornecedores de água (caminhão pipa) em nos atender para abastecimento, caso haja a falta de água.
- Solicitação de outorga para uso de água subterrânea (poço artesiano) em prédios administrativos.
- Campanha de conscientização com colaboradores para uso consciente de água e energia.

Basicamente, nossas fontes hídricas são provenientes, em sua maioria, das fontes de abastecimento público e em menor proporção de poços artesianos.

Para que fique mais claro, dividiremos nossos *sites* em:

1. **Centros Administrativos:** em 2014 utilizamos 48,75 mil m³ de água de reúso, aumentando a captação em 66% se comparado com 2013. Com isso, tivemos uma redução de 37 mil m³ no consumo de água proveniente da concessionária e poço artesiano, que propiciou uma economia de R\$ 567 mil.
2. **Rede de Agências:** foram implantadas ações de eficiência, orientação periódica sobre o uso consciente, acompanhamento de desvios de consumo e redução no uso de água nas lavagens das fachadas. Essas ações geraram uma redução no consumo em relação ao ano anterior e a economia de 17,1 m³ por agência. Esses valores representam um total de redução média de 6% por agência.
3. **TI:** no ano de 2014, iniciamos a operação do novo *Data Center* – Mogi Mirim em São Paulo. O *site* contará com os mais modernos padrões de eficiência hidráulica para *data centers*, que deverá suportar o ritmo de crescimento do banco até 2024. Porém ainda assim, consideramos que o consumo de água da organização poderá ser afetado em decorrência dessa nova operação. O consumo de água nos *data centers* foi de 300.300 m³.

CONSUMO DE ÁGUA GRI G4-EN8	UNIDADE	2012	2013	2014	META PARA 2014
Total	Metros cúbicos	1.653.082,00	1.675.031,11	1.701.748,60⁵	NE*
Consumo pelas Unidades					
Prédios Administrativos^{1,2}					
Fornecimento Público	Metros cúbicos	417.896,00	378.315,11	340.657,30	374.000,00
Poços Artesianos	Metros cúbicos	37.418,00	27.330,00	23.489,30	27.330,00
Agências³					
Fornecimento Público	Metros cúbicos	1.197.768,00	1.089.138,00	1.025.697	1.108.256,00
Poços Artesianos	Metros cúbicos	0	0	0	NE*
TI – Data Centers					
Fornecimento Público	Metros cúbicos	0	151.787,00	246.453,00	160.408,00
Poços Artesianos	Metros cúbicos	0	28.461,00	53.847,00	28.500,00
IBBA⁴					
Prédios Administrativos	Metros cúbicos	0	0	11.605,00	NE*

*NE: Não estabelecido.

1. Prédios administrativos, que representam 61,6% do total de pontos de trabalho.

2. Todos os prédios administrativos do Brasil foram monitorados.

3. Todas as agências brasileiras foram monitoradas.

4. Valor referente ao edifício IBBA FL3500 no período de julho a dezembro, meses de ocupação do edifício em 2014.

5. Não fazem parte da meta prédios do IBBA.

A redução no nosso consumo de água deve-se a diversas iniciativas implantadas ao longo do ano:

Principais iniciativas para redução de consumo de água em 2014

INICIATIVA	DESCRIÇÃO	RESULTADOS	
		REDUÇÃO DE CONSUMO (METROS CÚBICOS)	ECONOMIA (R\$/ANO)
Prédios Administrativos ^{1,2}			
Abastecimento das torres de resfriamento	Uso da água subterrânea para abastecimento das torres de refrigeração.	33.600	483.840
Reaproveitamento de água subterrânea e lagos	Novo modelo de aspiração na água proveniente dos lagos. Uso de água subterrânea para lavagem dos subsolos.	2.442	35.164
Agências ³			
Redução de consumo	Redução do consumo médio de água por agência, com orientações periódicas de uso consciente de água, monitoramento e acompanhamento de desvios de consumo e redução no consumo de água nas lavagens de fachadas.	17,1	964,740
TI – Data Center			
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)	A ETE trata 100% dos efluentes do Centro de Tecnologia. A água tratada é reutilizada na infraestrutura de refrigeração do próprio Centro de Tecnologia (CT). GRI G4-EN10	35.330,3 ⁴	508.756,00

1. Prédios administrativos, que representam 61,6% do total de pontos de trabalho.

2. Todos os prédios administrativos do Brasil foram monitorados.

3. Todas as agências brasileiras foram monitoradas.

4. O volume total de água de reuso utilizado no banco foi de 67.129,30 gerando uma economia de 966.661,92.

Metas e Principais iniciativas para redução do uso de recursos hídricos para 2015:

O início da operação do novo *Data Center* em Mogi Mirim impacta o consumo de água, utilizada principalmente para resfriamento dos equipamentos. Por isso, em 2015 haverá uma mudança no método de elaboração de metas.

Normalmente, definimos metas específicas para as agências e para os centros administrativos. Para 2015, além dessas metas, contaremos com uma outra meta consolidada para todo o banco, baseada no consumo de água pelo número de clientes. Sendo assim, adotaremos também nova métrica de cálculo com o objetivo de obter dados da eficiência do uso de água.

A meta consolidada definida para toda a instituição em 2015 é de não ultrapassar o consumo de 1.851.662,10 m³.

Para a gestão das metas em 2015 seguiremos também com a mesma prática dos anos anteriores de definição de metas de redução de consumo para agências e prédios administrativos:

Centros Administrativos: Temos como meta para o ano de 2015 8,6 m³/posição (posições atuais 41.361) para os centros Administrativos, exceto *data centers*, o que significa um consumo total de 354.336,1 m³ em 2015 (já considerando o consumo de poços artesianos).

Agências: Como houve uma grande redução de consumo, superando inclusive o projetado para 2015, nossa meta, já incluindo a expansão da rede de agências será de não ultrapassar o valor de 1.050.470 m³ de consumo total. Essa meta baseia-se no consumo histórico projetado.

Temos atuado fortemente na melhoria dos processos de captação e utilização de água de reúso e adoção de novas tecnologias, sempre objetivando a preferência ao reúso. Outras ações como a implantação de restritores de vazão, acompanhamento de desvios de consumo e orientações de uso consciente de água estão sempre em ação.

As ações implementadas no ano de 2014 continuarão a surtir efeito nos próximos anos, propiciando uma economia de R\$ 209.999 e 23.398 m³ em 2015 (*considerando-se a captura de um ano de projeto).

TI

Com o início da operação do novo *Data Center* de Mogi Mirim (CTMM), a utilização deste recurso aumentará pouco mais de 30% para TI. Para isso, temos a meta de em 2015 consumir 446.856,00 m³. Diversas ações para a redução e eficiência no consumo de água foram implantadas, entre as quais podemos destacar:

Com o início da operação do novo *data center* de Mogi Mirim (CTMM), diversas ações para a redução do consumo de água serão implantadas, dentre as quais podemos destacar:

- Uso de *free cooling* no novo *Data Center* (CTMM);
- Implementação da estação de tratamento de efluentes no CTMM;
- Estudo de captação de água da chuva para reúso nas instalações do *Data Center* (CTMM);
- Uso de água pluvial para irrigação do jardim (CTMM);
- Utilização de dispositivos sanitários com baixo consumo de água e reúso de água para bacias e mictórios;
- Utilização de válvulas de descarga para 6 Lpf e metais para uso poupado de água (CTMM).

Energia

Em 2014, nos prédios administrativos, tivemos uma redução de energia da ordem de 10.601 MWh, 9% em relação a 2013, o que resultou em uma economia de R\$ 2,3 MM, mesmo considerando a incorporação de novos negócios (Credicard). Essa redução superou as metas estipuladas e, como consequência, foram investidos cerca de R\$ 4,1 milhões em projetos de modernização de equipamentos e instalações de novas tecnologias.

Apesar dessa redução, no geral houve um aumento já esperado do consumo de energia do banco, devido ao início da operação de nosso novo *data center*, no fim de 2014. O novo Centro de Tecnologia tem certificação de construção sustentável LEED *Silver*, que garante que o empreendimento foi construído de acordo com as melhores práticas de sustentabilidade para a construção civil e os equipamentos mais eficientes. Estima-se que essa estrutura deverá suportar a expansão das nossas operações até 2024.

Durante o processo de transição para o novo Centro de Tecnologia, previsto para ocorrer entre 2015 e 2016, haverá um aumento do

consumo de energia, pois esse novo site operará em paralelo com os demais existentes até que seja concluída a transição. Para 2017, está prevista a desativação de dois *data centers*, o que vai reduzir o consumo, comparado ao ano anterior da desativação.

Cerca de 90% do consumo de energia dos prédios administrativos são provenientes de fontes renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas, eólicas e solares. [GRI G4-EN6](#)

CONSUMO DE ENERGIA GRI G4-EN3	UNIDADE	2012	2013	2014	META PARA 2014
Total	MWh	615.185,40	612.292,76	673.022,69	NE
	GJ	2.510.910,61	2.204.253,94		
Consumo pelas Unidades					
Prédios Administrativos ¹					
Prédios Administrativos	MWh	122.460,00	114.984,45	104.383,30	110.000,00
Agências ²					
Agências	MWh	351.472,00	347.417,61	349.796,00	349.796,00 ⁵
TI – <i>Data Centers</i> ³					
TI – <i>Data Centers</i>	MWh	114.137,00	124.235,88	173.431,65	147.100,00
IBBA					
IBBA ⁴	MWh	4.164,60	1.534,71	20.523,44	NE
Latam					
Latam	MWh	22.951,80	25.007,84	24.888,30	NE

1. Todos os prédios administrativos do Brasil foram monitorados.

2. 3.642 entre 3.886 agências brasileiras foram monitoradas.

3. Todos os *data centers* brasileiros foram monitorados.

4. Estão incluídos todos os prédios administrativos do IBBA.

5. Alteração na meta em relação ao ano anterior deve-se a correção em ponderador de cálculo.

NE: Não estabelecido.

Entre as principais iniciativas realizadas em 2014 para redução do consumo de energia estão: [GRI G4-EN6](#)

INICIATIVA	DESCRIÇÃO	RESULTADOS	
		REDUÇÃO DE CONSUMO (MWH)	ECONOMIA (R\$/ANO)
Prédios Administrativos ¹			
Revisão de procedimento operacional de iluminação e ar-condicionado	Revisão dos procedimentos para ligar/desligar a iluminação e ar-condicionado (otimização da operação do prédio) e inserção do plano no <i>Building Management System</i> (monitoramento remoto e real time), efetuando as ações de forma programada e automática.	102,70	R\$ 500.911
Iluminação LED	Substituição de lâmpadas fluorescentes por LED	12,36	R\$ 7.553
Exaustão de sanitários	Programação horária para a exaustão dos sanitários e ventiladores de ar externo, cujo período de funcionamento passou de 24h para 5h, às 22h.	528,83	R\$ 148.587
Eficiência na iluminação	Eficiência na iluminação dos estacionamento e substituição por lâmpadas mais eficientes com menor consumo.	181,85	R\$ 47.282
Alteração no sistema de operação das centrífugas, <i>Fan Coils</i> (equipamentos de ar-condicionado de precisão para <i>data centers</i>)	Antecipação do desligamento das centrífugas e <i>fan coils</i> , visando a redução no consumo de energia.	303,01	R\$ 85.517
Máquinas de café	Retirada das chapas metálicas de aquecimento de xícaras em cerca de 200 máquinas de café. Devido à utilização de copos descartáveis para consumo de café, não havia a necessidade de manter o dispositivo de aquecimento funcionando e consequentemente consumindo energia.	35,04	R\$ 20.059
Plano Diretor	Redução do consumo devido à desocupação e desmobilização de prédios administrativos, garantindo assim maior eficiência na ocupação.	1.925,57	R\$ 934.149
Pressurização de escadas	Integração dos ventiladores das escadas de emergência ao sistema de alarme de incêndio, fazendo com que sejam ligados apenas em situações de emergência. Anteriormente, os ventiladores das escadas de emergência funcionavam ininterruptamente.	393,43	R\$ 110.160
TI – <i>Data Center</i> ³			
Climatização dos CPDs 1 e 2 via gás natural	Alteração no modo de climatização dos <i>data centers</i> : Anteriormente era utilizada água gelada, agora passou a ser utilizado gás natural.	147,70	R\$ 49.347
Modernização da Infraestrutura de Nosso <i>Data Center</i>	Obras de modernização das salas do atual <i>data center</i> para o conceito <i>Next Generation Data Center</i> (NGDC), que combina características e melhores práticas do mercado, focando na eficiência energética e excelência operacional.	NM	NM
Itaú BBA			
Revisão de procedimentos operacionais de iluminação e ar-condicionado	Revisão dos procedimentos de desligamento/religamento de iluminação e ar-condicionado (otimização da operação do prédio)	NM	NM
Iluminação LED	Utilização de lâmpadas LED em pontos específicos de alguns edifícios.	NM	NM

1. Todos os prédios administrativos do Brasil foram monitorados.

2. 3.642 entre 3.886 agências brasileiras foram monitoradas.

3. Todos os *data centers* brasileiros foram monitorados.

GRI G4-EN6

Principais iniciativas e metas para redução de consumo de energia em 2015:

Em 2015, além de uma meta específica para cada área de negócio, teremos pela primeira vez uma meta consolidada de consumo de energia.

O crescimento de nossas operações, evidenciado pela construção do novo *data center* e pela expansão da rede de agências, terá como consequência um aumento no consumo de recursos, entre eles, a energia elétrica. Tendo como premissa a operação cada vez mais eficiente, nossa meta consolidada é de não expandir o consumo de energia elétrica além de 5,2%, ficando abaixo do patamar de 645.201,00 MW/h. Essa meta não inclui LATAM e IBBA.

Para atendermos a meta fixada, teremos metas específicas para cada uma das principais áreas de negócio, definidas abaixo:

Prédios Administrativos

Para administração central, temos como meta de consumo para 2015 atingir 100 GWh, apresentando uma redução de 4% se comparado com 2014, o equivalente a um consumo de 2,42 MWh/posição (nº de posições: 41.361).

Para isso, realizaremos as seguintes iniciativas nos principais prédios administrativos:

- Substituição parcial de iluminação por LED;
- Pesquisa de novas tecnologias visando a redução de consumos e emissão de poluentes.

Além disso, as ações implementadas em 2014 continuarão a surtir efeito nos próximos anos, propiciando uma redução de 7.100 MWh em 2015 e consequente economia de R\$ 641.600,00.

Agências

A rede de agências tem a meta de consumo de 353. 271,20 MWh. Para isso, serão mantidas as ações de redução, com acompanhamento e orientação de consumo.

Também serão instalados dispositivos de controle dos períodos de funcionamento de aparelhos de ar-condicionado e sistema de monitoramento de consumo.

TI

O eminente aumento de consumo de energia em TI impede a elaboração de uma meta de redução. Porém, como estamos comprometidos em expandir nossas atividades em linha com os mais altos critérios de eficiência, assumimos a meta de não exceder o consumo de 191.930,31 MWh, já incluindo a instalação de nosso novo centro de processamento de dados.

Para isso, serão aplicadas diversas iniciativas para redução do consumo de energia, entre as quais:

- Equipamentos de TI com taxa de virtualização acima da média mundial, garantindo menor consumo de energia pela otimização do processamento de dados;

- Uso de *free cooling* no novo *data center*, implantação de variador de velocidade de bombas, centrífugas e *fan coils* proporcionando menor consumo de energia nos dois principais *data centers*;
- Instalação de transformadores de energia mais eficientes (TP1) e específicos para ambientes de *data center*;
- Implantação de sensores de presença para controle de iluminação nos corredores do novo *data center*, implantação de luminárias LED em diversas posições externas ao prédio, além de luminárias fluorescentes eficientes nas instalações internas;
- Isolamento e estabilidade térmica e acústica em todas as situações estratégicas para eficiência energética;
- Distribuição de ar-condicionado de conforto (uso corporativo) com sistema VAV, gerando melhoria no conforto e otimização do consumo de energia para refrigeração;
- Utilização de vidros de alta *performance* termoacústica, película para controle de insolação e uso de pavimentos claros para a redução de ilhas de calor.

Emissões GRI G4-EN19

Como signatários do *Carbon Disclosure Project* (CDP), divulgamos, anualmente, o desempenho da gestão de nossas emissões de gases de efeito estufa¹ por meio do inventário, elaborado conforme a metodologia do Programa Brasileiro GHG *Protocol*. Em 2014, as emissões somadas dos escopos 1 e 2 sofreram um aumento de 24% devido ao aumento do escopo 2, discutido mais à frente no texto. Devido às reduções nas emissões dos escopos 1 e 3, o total de emissões do Itaú Unibanco permaneceu praticamente estável.

Nas emissões de escopo 2 o aumento deveu-se principalmente ao fator de emissão do *grid* nacional (quantidade de CO₂ emitida para cada kWh de energia produzida). Com a baixa quantidade de chuvas, houve um maior uso das termoelétricas, o que fez com que o fator de emissão do *grid* aumentasse em cerca de 40%. Além disso, é projetado um aumento do consumo de energia para os próximos anos, devido ao início das operações de nosso novo centro de processamento de dados em Mogi Mirim (SP). O forte calor e falta de chuvas também tem afetado o consumo de energia, acarretando em uma maior utilização do ar-condicionado, tanto em agências quanto em *data centers*, que necessitam de constante resfriamento.

Para as emissões do escopo 1, houve uma redução considerável das emissões. Essa redução deve-se, principalmente, ao reenquadramento de escopo de viagens corporativas e à redução da quilometragem voada por nossa aeronave própria.

Emissões de gases de efeito estufa – tCO₂e

ESCOPO	2012	2013	2014
Escopo 1 (emissões diretas) G4-EN15	8.856,80	10.166,53	8.009,00
Escopo 2 (emissões indiretas) G4-EN16	48.890,50	69.579,01	93.890,60
Total de emissões de GEE diretas e indiretas (com base em fatores <i>default</i>)	57.747,30	81.916,69	101.899,60
Escopo 3 (outras emissões indiretas) G4-EN17	180.723,60	199.029,95	142.917,00
Total	238.470,90	278.775,49	244.816,60

* A partir de 2013 os valores foram reajustados segundo o relatório AR-4 do IPCC.

1. Foram contemplados os seguintes gases no cálculo das emissões: CO₂, CH₄, N₂O e HFCs.

GRI G4-EN19

Visando a redução das emissões de gases de efeito estufa, estimulamos o uso das salas de telepresença, reduzimos o uso de táxis, trabalhamos em projetos de eficiência energética, entre outras iniciativas. **GRI G4-DMA Emissões**

Principais iniciativas para redução de emissões em 2014

INICIATIVA	DESCRIÇÃO	RESULTADOS	
		REDUÇÃO DE EMISSÕES (TCO, R\$)	ECONOMIA (R\$/ANO)
Prédios Administrativos ²			
Virtualização de reuniões	Substituição de reuniões presenciais por salas de telepresença, evitando o deslocamento para outras cidades e/ou polos administrativos. Ao todo mais de 13.500 reuniões foram realizadas virtualmente em 2014, um aumento de 231% em relação ao início do projeto.	27.000,00	36,1MM
Projeto Carona	Compartilhamento de utilização no deslocamento em táxi. Otimização do tempo dos colaboradores que estejam indo para o mesmo destino; Redução na emissão de gases poluentes no ambiente com menos veículos se deslocando para o mesmo lugar. Redução de despesas com táxi;	NM	NM
Documentos – Gestão de Conteúdo	Iniciou-se o processo de inventariado de transporte de papel do fornecedor até o destino final. Trata-se das demandas de pesquisas nas quais o documento deve ser transportado até o destino final e/ou para as empresas de reciclagem. Com o projeto de eletronização do Banco Varejo estimamos uma redução de emissões com este tipo de transporte para os anos de 2015 e 2016.	NM	NM
Agências ²			
Unificação de transporte de materiais	Otimização de transporte de materiais com unificação de programas na rede de agências. Como exemplo de programas, podemos citar: transporte de ATMS (caixas eletrônicos) juntamente com mobiliários da agência, ou seja, as ações eram feitas separadamente e foram otimizadas.	11,22	1,1 MM
Selo Verde	Um dos nossos fornecedores no Brasil recebeu o “Selo Verde”, certificação concedida pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para empresas comprometidas com a economia de combustíveis fósseis. Essa empresa é responsável por 8,5% dos nossos serviços de transporte de dinheiro em território nacional.	NM*	NM*
Transporte de malotes entre agências	Revisão e redução dos itinerários de transporte de malotes entre as agências.	NM*	NM*
Transporte de Valores	Redução dos quilômetros rodados em função da implantação de máquinas classificadoras de numerário em 400 agências, ou seja, o dinheiro recebido na agência é classificado e utilizado novamente, evitando transporte de valores desnecessários.	NM*	NM*
Automação Bancária	Novos controles/indicadores e principalmente a intensificação da comunicação com a rede de agências para solicitações de transporte de numerários também evitaram transporte de valores desnecessários. Redefinimos o contrato de manutenção, o que proporcionou a redução das ocorrências em 22%, reduzindo assim a necessidade de envio dos técnicos nas agências e, consequentemente, reduzindo as emissões de CO ₂ . Atualização tecnológica de CPUs e servidores: entrega de 50.000 equipamentos diretamente dos fornecedores para as agências, diminuindo a necessidade do transporte.	NM*	NM*

*NM – Não Medido.

1. Prédios administrativos brasileiros.

2. Agências brasileiras foram monitoradas.

Transporte GRI G4-EN30

A análise dos dados relativos às viagens aéreas corporativas e deslocamentos terrestres apresentou uma redução de 3,3% na quilometragem percorrida se comparada ao ano de 2012 e considerando-se a inclusão de algumas unidades nesse período, como a Rede e a Credicard.

TRANSPORTE (KM)	2012	2013	2014
Aéreo	162.547.000	133.182.000	157.093.000
Terrestre	32.519.000	40.704.000	42.966.000
Total	195.066.000	173.886.000	200.059.000

Principais iniciativas com impacto de viagens de negócios, transportes, documentos em 2014

INICIATIVA	DESCRIÇÃO	RESULTADOS	
		REDUÇÃO DE CONSUMO (KM)	ECONOMIA (R\$/ANO)
Campanha de conscientização em relação à mobilidade	Campanha de conscientização em relação à mobilidade urbana: veiculada em diversos meios internos (revista interna e comunicado por e-mail) tem como objetivo incentivar a aderência a reuniões virtuais, o uso do transporte público e a substituição do modal de transporte individual para o coletivo.	NM*	NM*
Transporte de papel	Transporte de papel do fornecedor até o destino final ou até o descarte/reciclagem. Este processo irá melhorar a gestão das emissões relativas a este tipo de transporte e viabilizará a adoção de medidas de redução.	NM*	NM*
Virtualização de reuniões	Substituição de reuniões presenciais por salas de telepresença, evitando o deslocamento para outras cidades e/ou polos administrativos. Ao todo mais de 13.500 reuniões foram realizadas virtualmente em 2014, um aumento de 231% em relação ao início do projeto.	75,3MM	36,1MM

*NM – Não medido

Para melhorar ainda mais a gestão das viagens corporativas em 2015, o Itaú Unibanco dividiu os controles das fontes em viagens aéreas e terrestres, o que permitirá a elaboração de meta.

Iniciativas de redução para 2015:

- Continuidade do Projeto Carona, para compartilhamento de táxi;
- Continuidade da campanha de conscientização em relação à mobilidade;

- Publicação de boletins mensais aos gestores responsáveis, informando quais deslocamentos, aéreos e terrestres, poderiam ter sido evitados com a virtualização das reuniões e utilização das rotas de vans disponibilizadas entre os prédios administrativos;
- Aumento da cobertura do reporte de emissões, com a centralização da gestão de documentos em uma área específica, antes descentralizada e controlada pelas próprias áreas.

Papel

Em 2014 tivemos uma importante mudança no processo de monitoramento de consumo de papel, passando agora a reportar um escopo muito mais amplo de fontes consumidoras. Alguns dos dados dos anos anteriores foram recalculados com base no novo monitoramento.

O Itaú Unibanco vem reduzindo consideravelmente o consumo de papel em suas operações internas. Em 2014 as ações de revisão de fluxos internos, campanhas de conscientização e ações de redução de envio de correspondência a clientes, o maior responsável pelo consumo de papel no banco, contribuíram para os resultados de redução.

Vale ressaltar que o uso do papel nas comunicações com nossos clientes responde por cerca de 99% do volume total gerado pelo banco e campanhas como a fatura digital e o envio do extrato em PDF ajudam a diminuir esse valor.

Principais iniciativas para redução do consumo de papel em 2014

INICIATIVA	DESCRIÇÃO	RESULTADOS	
		REDUÇÃO DE CONSUMO	ECONOMIA (R\$/ANO)
Contador de Sustentabilidade	Para cada contrato de câmbio assinado <i>online</i> , por meio do Itaú 30 horas, calculamos a economia do número de folhas de papel, juntamente com os gases de efeito estufa que deixaram de ser emitidos.	67,9	N/A
Microcrédito	Entre maio de 2005 e novembro de 2014, economizamos cerca de 14.464.692 milhões de folhas de papel e evitamos a emissão de mais de 57.300 toneladas de CO ₂ na atmosfera.		
	O departamento utiliza apenas arquivos eletrônicos durante as visitas de crédito. Em 2014, houve economia de aproximadamente 161.000 folhas de papel graças à digitalização de documentos. Além disso, os agentes de crédito usaram <i>tablets</i> para coletar informações dos clientes, engajando-os com materiais interativos, em substituição aos métodos tradicionais de <i>marketing</i> .	0,75	4.815,00
Redução da impressão nos processos de revisão	Redução de documentos das empresas-clientes Digitalização de documentos de compensação Eliminação da impressão da reconciliação contábil diária de caixa.	11,56	NM*
Eficiência na correspondência dos documentos	A meta desta iniciativa é reduzir o consumo de papel, a impressão e os custos de postagem de documentos e contratos, por meio da digitalização e do <i>upload</i> de documentos em nosso sistema de <i>internet banking</i> .	22,57	4.766.355,00
Fatura Digital	Incentivo à digitalização da fatura de cartão de crédito, com a inibição da postagem em papel e envio de alertas por <i>e-mail</i> e SMS.	NM	NM
Extrato eletrônico	Inibição do envio do extrato de conta-corrente em papel.	NM	NM

*NM – Não medido.

1. Os dados se referem somente às operações brasileiras.

Metas para 2015:

Decorrente do grande consumo de papel pelas diversas áreas do banco e da grande quantidade de ações para redução desse consumo, para 2015 temos como meta uma redução da impressão e postagem de aproximadamente 5 milhões de folhas de papel, diminuindo a geração em aproximadamente 23,5 toneladas de papel. Essas iniciativas terão como consequência indireta a redução de emissões de CO₂ oriundas do transporte de malotes.

Resíduos

Nosso compromisso é sempre a menor geração e a melhor destinação para os nossos resíduos. A gestão é realizada de maneira segregada entre Prédios Administrativos e Agências. Sendo assim:

Agências

Devido à capilaridade das agências e ao volume gerado, os resíduos são recolhidos pelo sistema público de coleta. Pilhas, baterias, lâmpadas e resíduos eletroeletrônicos são encaminhados para descarte de acordo com a legislação, separada da coleta pública.

Atualmente 100% dos resíduos eletroeletrônicos de agências, administração central e estoque são destinados para descarte sustentável.

Destacamos também que 100% do papel impresso no banco possui certificação FSC.

Peso de materiais utilizados, por quilograma

TIPO DE MATERIAIS (T)	GRI G4-EN1	2012	2013	2014
Papel A4		2.373,19	3.168,97	3.631,72
Bobinas ¹		1.445,08	1.381,07	3.133,17
Cheques		593,42	616,00	723,54
Material de escritório		11,65	32,45	34,64
Outras ²		1.998,30	1.314,48	1.166,11
Total		9.521,38	6.512,97	5.589,46

1. Incluem Bobinas de pequeno e grande porte

2. Incluem envelopes, formulários de plano de saúde, material para distribuição e material promocional.

Prédios Administrativos

Em 2014, o foco foi reduzir a quantidade de resíduos que são encaminhados para aterro sanitário. Neste ano, foram realizadas diversas ações que contribuíram para uma redução de envio de resíduos para aterro de aproximadamente 17% em relação a 2013. Podemos citar como ações:

- Adequações operacionais, com a implementação de um controle mais preciso dos resíduos gerados;
- Incentivo à reciclagem de grande parte dos resíduos gerados por meio da conscientização dos colaboradores dos prédios de *Call Center*.

A cobertura dos dados dos prédios da Administração Central abrange aproximadamente 89% dos colaboradores locados em prédios administrativos. A geração dos outros 11% foi estimada com base no número de pessoas e do tipo de atividade desempenhada em cada prédio (ex: *back office*, *call center*, negócios, private e sistemas). Os prédios com maior população de colaboradores possuem sistema de coleta seletiva. Outra ação conduzida neste ano foi a implantação de logística reversa de lâmpadas nos principais prédios. Essa ação gerará uma economia anual de R\$ 195.000,00.

Tratamento de Resíduos

Toda a destinação e tratamento de nossos resíduos são feitos de acordo com as diretrizes legais vigentes e nossas políticas ambientais.

Principais iniciativas para tratamento de resíduos em 2014

INICIATIVA	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Administração Predial		
Implantação de Logística Reversa para lâmpadas nos principais prédios administrativos	Em linha com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, firmamos uma parceria para recolhimento, pelo fabricante, de todas as lâmpadas utilizadas nos principais prédios administrativos do banco. Anteriormente as lâmpadas eram encaminhadas para descarte por uma prestadora de serviços do banco.	Iniciada em novembro de 2014, esta ação gerará uma economia de R\$ 195.000,00 por ano. Além disso, a estimativa é que cerca de 35.500 lâmpadas sejam enviadas por ano para descarte sustentável. ¹
TI – Data Center		
Descarte sustentável do resíduo eletroeletrônico	Todos os equipamentos eletrônicos obsoletos passam por reciclagem e descarte sustentável.	Em 2014 enviamos 6.761.024,00 kg para descarte.

1. Estimativa baseia-se no número de lâmpadas enviadas para descarte em 2013.

Metas e iniciativas para redução em 2015:

- Reduzir o envio de resíduos dos prédios administrativos para aterro sanitário em 0,5%, com relação a 2014, o equivalente a 31,5 kg/posição;
- Ampliação da compostagem de resíduos dos restaurantes dos prédios administrativos, incluindo mais um restaurante de um grande polo administrativo no sistema de compostagem, em 2015;
- Campanha de conscientização para os colaboradores, com o intuito de estimulá-los quanto ao descarte correto de resíduos recicláveis para, assim, diminuir a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários.

Investimentos e gastos ambientais GRI G4-EN31

Em 2014, investimos R\$ 5,8 milhões em proteção ambiental, dos quais R\$ 1,6 milhão foi destinado à disposição de resíduos e à mitigação de emissões e R\$ 4,2 milhões foram gastos com prevenção e gestão ambiental.

Em 2013, firmamos um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – Fusp – e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb – com o objetivo de estabelecer medidas de compensação ambientais, gerenciar área contaminada e recompor vegetação de uma Área de Preservação Permanente (APP) relacionada ao Centro Administrativo Raposo. Em 2014 pagamos R\$ 1 milhão, que será revertido para projeto ambiental de iniciativa da Fusp. Para remediar a área contaminada investimos em 2014 R\$ 823.924,12 e para recompor a vegetação, está previsto investimento para 2015 de R\$ 670.000. [GRI G4-DMA Geral](#)

Confira tabela completa na [página A-186](#) deste relatório – [Índice GRI](#)

Mudanças climáticas GRI G4-EC2

O tema mudanças climáticas está incorporado em nosso mapa de sustentabilidade e na Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, que fornece as diretrizes sobre o tema para toda a organização.

Buscamos incorporar variáveis relacionadas às mudanças climáticas nas nossas operações e nos nossos negócios, gerenciando riscos e desenvolvendo soluções que respondam adequadamente à busca pela redução das emissões dos gases de efeito estufa e à adaptação às mudanças climáticas. [GRI G4-DMA Desempenho Econômico](#)

Além de utilizar critérios de análise de risco ambiental na concessão de crédito, de seguros e de investimentos, nós adotamos práticas para mitigar os impactos diretos em nossas operações. A identificação de riscos e oportunidades passa por diversas temáticas, como a escassez

de recursos naturais, as mudanças do clima, o pagamento por serviços ambientais e biodiversidade. Planos de adaptação às mudanças climáticas (planos de resposta às ameaças a eventos climáticos) foram desenvolvidos para minimizar possíveis impactos na continuidade dos negócios visando estabelecer procedimentos necessários para salvaguardar vidas e patrimônio, e agilizar a comunicação e acionamento do processo de contingência.

Além disso, a equipe de pesquisa macroeconômica, coordenada por nosso Economista-Chefe, realiza estudos sobre diversos setores da economia, considerando os impactos e as incertezas climáticas na produção e, consequentemente, nos preços das *commodities* (café, milho, soja, trigo, etc.) auxiliando nas tomadas de decisão.

É uma agenda em construção e que está sendo incorporada na gestão do banco por meio do desenvolvimento e da implementação de políticas, processos e ferramentas. [GRI G4-DMA Desempenho Econômico](#)

Itaú Asset Management

A Itaú Asset Management é signatária investidora do *Carbon Disclosure Project* (Investor CDP) e integra questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, em inglês) em seu processo de investimento por meio de uma metodologia própria. O objetivo é integrar essas questões ao processo tradicional de avaliação de empresas para as mesas de renda fixa corporativa e renda variável.

Entre as questões ambientais analisadas, o tema mudanças climáticas considera as informações reportadas pelas empresas para o *Carbon Disclosure Project* (CDP), como alterações nos padrões hidrológicos, exposição de ativos físicos ao aumento de eventos climáticos extremos, eventuais custos ou receitas adicionais relacionadas ao tema, entre outros fatores reportados pelas empresas em suas respostas.

Itaú BBA

Devido ao entendimento das oportunidades advindas do mercado de energia limpa e à habilidade em estruturar e executar transações financeiras complexas, o Banco Itaú BBA foi convidado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para participação em projeto piloto de ferramenta que mensura a quantidade de CO₂ evitada pelo financiamento de projetos de energia limpa. Como conclusão desse estudo, chegou-se ao valor de 52.000 toneladas/ano de gases de efeito estufa evitados por meio de 12 projetos financiados no Brasil, Peru e Chile, nos quais o Itaú BBA investiu, por meio de repasse de recursos do BID, aproximadamente US\$ 276 milhões desde 2012, representando quase 300 MW de energia limpa.

GRI G4-EC2

Project Finance:

- Avaliação do nível de preparação e a capacidade do cliente em responder aos efeitos das mudanças climáticas;
- Monitoramento, desde 2012, da quantidade de emissões de gases de efeito estufa financiadas pelo Itaú Unibanco;
- A divulgação das emissões anuais de gases de efeito estufa de projetos que emitem acima de 100 mil toneladas de CO₂/ano passou a integrar as negociações com os clientes em 2014.

Itaú Seguros

A relação entre a indústria de seguros e as questões climáticas é uma das variáveis que mais afetam a essência desse negócio. Nosso papel é colaborar para a redução dos riscos, para a mitigação dos efeitos e para a adaptação dos nossos clientes atuais e futuros diante de vulnerabilidades atreladas a aspectos de alterações climáticas.

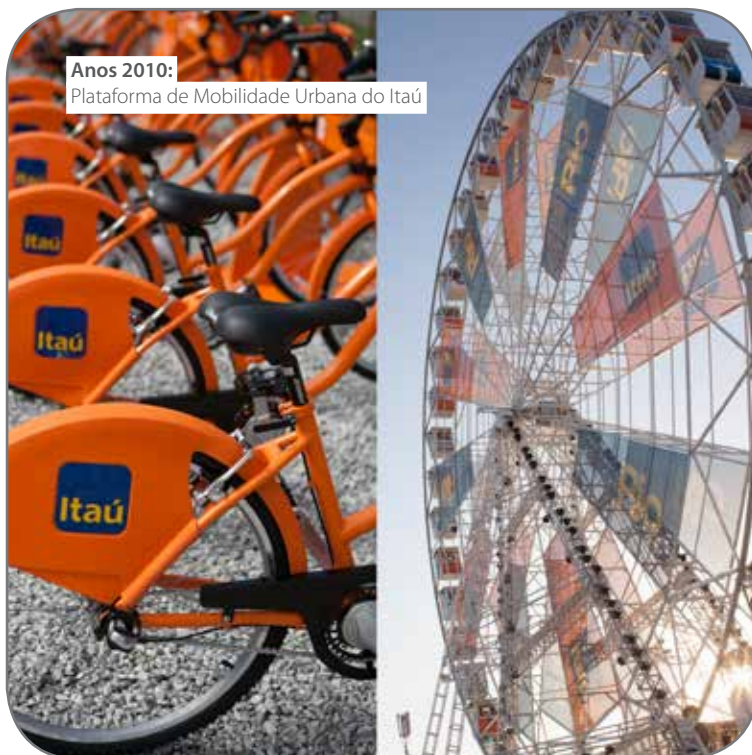
Eventos como desastres naturais, furacões, tufões ou ciclones tropicais, além de se materializarem em prejuízos financeiros significativos,

causam potenciais tragédias sociais, ambientais e econômicas. As apólices de seguro, se contratadas adequadamente, são capazes de amenizar o agravamento de situações críticas.

Considerando-se esses fatores, precificamos nossos produtos levando em conta as questões climáticas em que cada risco é avaliado de acordo com a região em que se localiza tornando a precificação mais justa, sem agravo nas regiões onde esses eventos acontecem com menos frequência.

Pensando também na integração dos riscos socioambientais (ASG) nas operações de regulação de sinistros e gestão de salvados, realizamos treinamento com nossos fornecedores para que eles passem a incluir as questões ASG no dia a dia do processo.

Além disso, avaliamos a aderência de produtos e serviços aos Princípios de Sustentabilidade para Seguros (PSI), levando em consideração as questões ambientais, sociais e de governança (ASG).



Anos 2010:

Plataforma de Mobilidade Urbana do Itaú



Campanha de patrocínio ao time de futebol nacional brasileiro e à Copa do Mundo FIFA 2014™

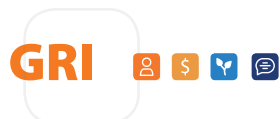
O futebol é capaz de mudar um país. E, quando se fala em mudança, o Itaú é o primeiro a apoiar :-)

Itaú. Patrocinador oficial da Seleção Brasileira de Futebol e a primeira empresa brasileira a apoiar a Copa do Mundo da FIFA no Brasil. O mundo muda. O Itaú muda com você. Itaú. Feito para você :-)



Anexos





Categoria Econômica

Valor econômico direto gerado e distribuído **GRI G4-EC1**

2014 – Total distribuído – R\$ 52,2 bilhões

ESFERA	%
Pessoal	29,22
Reinvestimentos de lucros	32,73
Impostos, taxas e contribuição	26,54
Pagamentos a acionistas	8,59
Remuneração de capitais de terceiros	2,33

2013 – Total distribuído – R\$ 41,9 bilhões

ESFERA	%
Pessoal	33,30
Reinvestimentos de lucros	30,00
Impostos, taxas e contribuição	26,30
Pagamentos a acionistas	7,8
Remuneração de capitais de terceiros	2,60

Concorrência Desleal – GRI G4-DMA Concorrência Desleal

Em 2014, o Itaú Unibanco Holding não sofreu ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio. **GRI G4-S07**

O Itaú Unibanco possui áreas jurídicas responsáveis pelo atendimento de demandas relacionadas à concorrência desleal e à defesa da propriedade intelectual.

Visando preservar a concorrência e prevenir a ocorrência de práticas desleais, o Código de Ética² do Itaú Unibanco prevê, no princípio da interdependência relacionado a Concorrentes, a necessidade de respeitarmos a propriedade intelectual e de não utilizarmos informações de concorrentes sem sua expressa autorização.

Também de acordo com o Código de Ética, é inaceitável fazer comentários que possam afetar a imagem ou contribuir para a divulgação de boatos sobre os nossos concorrentes.

Defesa da Concorrência –

Diretrizes para a Garantia da Defesa da Concorrência

O Itaú Unibanco possui área jurídica especializada no atendimento de demandas relacionadas a práticas de truste, monopólio e na definição das diretrizes e regras gerais para a garantia da defesa da concorrência e a prevenção de infrações contra a ordem econômica nas operações societárias, práticas comerciais e interações com concorrentes, diretamente ou por meio de associações de classe.

A livre concorrência é a disputa entre produtores de bens ou fornecedores de serviços, rivais e independentes, atuantes num mesmo mercado, pela preferência dos consumidores. Em um mercado em que a competição por consumidores não é limitada por arranjos ilícitos entre concorrentes ou por suas práticas abusivas, a sociedade como um todo pode ser beneficiada com a oferta de menores preços, mais inovação e outros efeitos positivos.

No ano de 2014, em consonância com o Princípio da Interdependência do Código de Ética Itaú Unibanco³, foi publicada a Política Corporativa Antitruste, que estabelece diretrizes e regras gerais para a garantia da defesa da concorrência pelo Itaú Unibanco Holding e suas controladas, no Brasil.

Além disso, o Código de Ética também prevê a necessidade de agirmos em conformidade com os preceitos da livre concorrência, respeitando a reputação e as opiniões dos nossos concorrentes. Baseados nesse princípio, participamos de associações empresariais e entidades de classe com o espírito de cooperação, visando exclusivamente buscar o aperfeiçoamento dos setores da economia em que atuamos.

Casos de discriminação

Em 2014, registramos 01 caso de discriminação com clientes. A única ocorrência julgada procedente foi o Procedimento Administrativo que tramitou na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, instaurado em razão da negativa de contratação de crédito imobiliário a portador do vírus HIV, como consequência da recusa das propostas do seguro habitacional pelas seguradoras Itaú Seguros e Tokio Marine, em razão de avaliação médica. Ainda assim foi proposta a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, todavia recusada pela Secretaria e mantida a obrigação de pagamento de multa imposta ao Itaú Unibanco. A Itaú Seguros reavaliou seus procedimentos para aceitação de riscos e identificou que o caso em questão foi pontual e não fruto de discriminação a portador do vírus HIV, pois não há nenhuma regra no sentido da não aceitação de propostas de seguros por portadores do vírus HIV. **GRI G4-HR3**

Categoria Social

Saúde e segurança dos colaboradores

TAXAS GRI G4-LA6		2012		2013		2014	
		MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Taxa de Lesões (TL)	Empregados	1,28	0,93	1,29	0,84	1,69	1,15
	Contratados	0	0	0	0	0	0
	Total	1,28	0,93	1,29	0,84	1,69	1,15
Taxa de Dias Perdidos (TDP)	Empregados	458,92	280,94	480,94	303,12	400,04	247,01
	Contratados	0	0	0	0	0	0
	Total	458,92	280,94	480,94	303,12	400,04	247,01
Taxa de Doenças Ocupacionais (TDO)	Empregados	1,28	0,77	1,19	0,78	1,59	1,10
	Contratados	0	0	0	0	0	0
	Total	1,28	0,88	1,19	0,78	1,59	1,10
Taxa de Absenteísmo (TA)	Empregados	1,17	0,7	1,32 ¹	0,78 ¹	1,34	0,83
	Contratados	0	0	0	0	0	0
	Total	1,17	0,7	1,32	0,78	1,34	0,83

1 O aumento da taxa de absenteísmo em 2013 deve-se ao menor número de dias trabalhados, denominador do cálculo.

2 O Código de Ética do Itaú Unibanco está disponível no seu site de Sustentabilidade, no endereço: https://ww2.itau.com.br/hotsites/sustentabilidade/Pdf/codigo_de_etica_2013.pdf

3 Idem Nota 1.

Saúde e segurança de empregados, por região **GRI G4-LA6**

	TAXA DE LESÕES (TL)		TAXA DE DIAS PERDIDOS (TDP)		TAXA DE DOENÇAS OCUPACIONAIS		TAXA DE ABSENTEÍSMO	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Sul	1,69	2,11	930,76	918,63	1,55	1,97	0,79	0,84
Sudeste	0,95	1,21	303,87	225,25	0,87	1,13	1,13	1,25
Centro-Oeste	0,68	0,94	439,31	433,65	0,68	0,94	1,13	0,50
Nordeste	2,89	4,88	1.118,85	998,82	2,83	4,83	1,21	1,30
Norte	0,67	0,93	313,73	230,54	0,67	0,93	0,88	0,89

Número absoluto de óbitos **GRI G4-LA6**

CATEGORIA	2012		2013		2014 ¹	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Empregados	0	0	0	1	0	1
Contratados	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	1	0	1

1 Mortes ocasionadas em acidentes de trajeto entre residência e empresa.

Treinamentos

Horas de treinamento, por nível funcional e gênero^{1,2} **GRI G4-LA9**

	HORAS DE TREINAMENTO						MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTO POR COLABORADOR					
	MULHERES		HOMENS		TOTAL	MULHERES		HOMENS		TOTAL		
	2013	2014	2013	2014		2013	2014	2013	2014			
Gerência	168.974	228.745	164.935	233.437	333.909	462.182	24	33	23	34	24	34
Administrativo	389.072	407.733	286.439	340.128	675.511	747.861	25	26	21	25	23	26
Produção	553.915	566.049	252.290	274.709	806.205	840.757	20	21	19	22	20	21
Trainees	10.528	7.151	9.326	11.879	19.854	19.030	285	341	259	371	272	359
Estagiários	66.448	144.713	39.615	72.894	106.063	217.607	33	57	33	48	33	54
Total	1.188.937	1.354.390	752.604	933.047	1.941.541	2.287.437	22	26	21	27	22	26

1 Em 2014, assim como nos anos anteriores, não foram contabilizadas as empresas cuja gestão de colaboradores não é realizada pela área de Pessoas, sendo elas: Itaú BBA, Itaú Corretora, Redecard, Previtec e SFR.

2 O cálculo foi realizado com base no total de funcionários, incluindo gerência, administrativo, produção, trainees e estagiário.

Diversidade

Colaboradores, por nível funcional **GRI G4-LA12**

NÍVEL FUNCIONAL	2012	%	2013	%	2014	%
Diretoria	107	0	90	0	72	0,08
Gerência	13.490	15	14.036	16	13.758	15,61
Administrativo	45.889	50	29.089	33	29.066	32,99
Produção	26.995	30	40.705	46	39.431	44,75
Trainees	87	0	73	0	53	0,06
Aprendizes	1.752	2	1.748	2	1.683	1,91
Estagários	2.717	3	3.169	4	4.040	4,59
Total	91.037	100	88.910	100	88.103	100

1 Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep.

Colaboradores, por gênero **GRI G4-LA12**

GÊNERO	2012	%	2013	%	2014	%
Feminino	50.830	59	52.993	59,60	52.896	60
Masculino	35.544	41	35.917	40,40	35.207	40
Total	86.347	100	88.910	100,0	88.103	100

Colaboradores, por gênero – 2012 **GRI G4-LA12**

NÍVEL FUNCIONAL	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Diretoria	13	12	94	88	107	100
Gerência	6.178	46	7.312	54	13.490	100
Administrativo	26.739	58	19.150	42	45.889	100
Produção	17.913	66	9.082	34	26.995	100
Trainees	28	32	59	68	87	100
Aprendizes	1.252	71	500	29	1.752	100
Estagários	1.603	59	1.114	41	2.717	100
Total	53.727	59	37.311	41	91.037	100

Colaboradores, por gênero – 2013 **GRI G4-LA12**

NÍVEL FUNCIONAL	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Diretoria	10	0	80	0,2	90	0
Gerência	6.943	13	7.093	20	14.036	16
Administrativo	15.718	30	13.371	37	29.089	33
Produção	27.070	51	13.635	38	40.705	46
Trainees	37	0	36	0	73	0
Aprendizes	1.230	2	518	1	1.748	2
Estagários	1.985	4	1.184	3	3.169	4
Total	53.727	59	37.311	41	91.037	100

Colaboradores¹, por gênero – 2014 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Diretoria	8	0,02	64	0,2	72	0,1
Gerência	6.854	12,96	6.904	19,6	13.758	15,6
Administrativo	15.603	28,50	13.463	38,2	29.066	32,7
Produção	26.685	50,45	12.746	36,2	39.431	44,8
<i>Trainees</i>	21	0,04	32	0,1	53	0,1
Aprendizes	1.201	2,27	482	1,4	1.683	1,9
Estagiários	2.524	4,77	1.516	4,3	4.040	4,6
Total	52.896	60	35.207	40	88.103	100

1. Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep.

Colaboradores, por faixa etária [GRI G4-LA12](#)

FAIXA ETÁRIA	2012	%	2013 ¹	%	2014	%
Abaixo de 30 anos	30.609	39	33.211	37	33.083	38
Entre 30 e 50 anos	50.242	55	49.616	56	48.586	55
Acima de 50 anos	5.523	6	6.083	7	6.434	7
Total	86.374	100	88.910	100	88.103	100

1. Inclui empresas administradas pela Área Pessoas, cargos de Gerência, Administrativo, Produção, Diretoria, *Trainee*, Aprendiz e Estagiário: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep.

Colaboradores, por faixa etária – 2012 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	ABAIXO DE 30 ANOS	%	ENTRE 30 E 50 ANOS	%	ACIMA DE 50 ANOS	%	TOTAL	%
Diretoria	0	0	74	69	33	33	107	100
Gerência	832	6	11.283	84	1.375	10	13.490	100
Administrativo	15.818	34	27.224	59	2.847	6	45.889	100
Produção	13.959	52	11.735	43	1.301	5	26.995	100
<i>Trainees</i>	87	100	0	0	0	0	87	100
Aprendizes	1.752	100	0	0	0	0	1.752	100
Estagiários	2.710	100	6	0	1	0	2.717	100
Total	35.158	39	50.322	55	5.557	6	91.031	100

Colaboradores, por faixa etária – 2013 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	ABAIXO DE 30 ANOS	%	ENTRE 30 E 50 ANOS	%	ACIMA DE 50 ANOS	%	TOTAL	%
Diretoria	0	0	63	70	27	30	90	100
Gerência	970	7	11.399	81	1.667	12	14.036	100
Administrativo	10.495	36	16.575	57	2.019	7	29.089	100
Produção	16.758	41	21.578	53	2.369	6	40.705	100
<i>Trainees</i>	73	100	0	0	0	0	73	100
Aprendizes	1.748	100	0	0	0	0	1.748	100
Estagiários	3.167	100	0	0	1	0	3.169	100
Total	33.211	37	49.616	56	6.083	7	88.910	100

Colaboradores¹, por faixa etária – 2014 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	ABAIXO DE 30 ANOS	%	ENTRE 30 E 50 ANOS	%	ACIMA DE 50 ANOS	%	TOTAL	%
Diretoria	0	0	55	76,4	17	23,6	72	100
Gerência	914	6,6	11.176	81,2	1.668	12,1	13.758	100
Administrativo	10.159	35	16.664	57,3	2.243	7,7	29.066	100
Produção	16.238	41,2	20.687	52,5	2.503	6,4	39.431	100
<i>Trainees</i>	53	100	0	0	0	0	53	100
Aprendizes	1.683	100	0	0	0	0	1.683	100
Estagiários	4.036	99,9	4	0,01	0	0	4.040	100
Total	33.083	37,6	48.586	55,1	6.434	7,3	88.103	100

1. Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep.

Colaboradores, por minorias, negros¹ – 2012 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	377	0,41	488	0,54	865	0,95
Administrativo	3.142	3,45	2.696	2,96	5.838	6,41
Produção	3.761	4,13	1.976	2,17	5.737	6,3
<i>Trainees</i>	1	0	5	0,01	6	0,01
Aprendizes	331	0,36	109	0,12	440	0,48
Estagiários	128	0,14	104	0,11	232	0,25
Total	7.740	8,5	5.378	5,91	13.118	14,41

1. Escopo: Brasil. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Colaboradores, por minorias, negros¹ – 2013 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	859	0,97	936	1,05	1.795	2,02
Administrativo	2.921	3,29	2.451	2,76	5.372	6,04
Produção	5.470	6,15	3.163	3,56	8.633	9,71
<i>Trainees</i>	2	0,00	2	0,00	4	0,00
Aprendizes	499	0,56	198	0,22	697	0,78
Estagiários	501	0,56	286	0,32	787	0,89
Total	10.252	11,53	7.036	7,91	17.288	19,44

1. Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Colaboradores, por minorias, negros¹ – 2014 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	856	1	926	1	1.782	2,02
Administrativo	2.938	3,3	2.538	2,9	5.476	6,22
Produção	5.606	6,3	3.007	3,4	8.613	9,78
<i>Trainees</i>	1	0	2	0	3	0
Aprendizes	506	0,5	213	0,2	719	0,82
Estagiários	701	0,8	357	0,4	1.058	1,20
Total	10.608	12,04	7.043	7,99	17.651	20,03

Colaboradores, por minorias, deficientes¹ – 2012 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	21	0,02	37	0,04	58	0,06
Administrativo	916	1,01	999	1,1	1.915	2,1
Produção	1.218	1,34	1.157	1,27	2.375	2,6
<i>Trainees</i>	0	0	0	0	0	0
Aprendizes	0	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0	0
Total	2.155	2,37	2.193	2,41	4.348	4,78

1. Escopo: Brasil. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Colaboradores, por minorias, deficientes¹ – 2013 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	42	0,05	52	0,06	94	0,11
Administrativo	764	0,86	930	1,05	1.694	1,91
Produção	1.288	1,45	1.121	1,26	2.409	2,71
<i>Trainees</i>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendizes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Estagiários	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	2.094	2,36	2.103	2,37	4.197	4,72

1 Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Colaboradores, por minorias, deficientes¹ – 2014 [GRI G4-LA12](#)

NÍVEL FUNCIONAL	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	46	0,05	52	0,06	98	0,11
Administrativo	754	0,86	917	1,04	1.671	1,90
Produção	1.221	1,39	1.012	1,15	2.233	2,53
Trainees	0	0	0	0	0	0
Aprendizes	1	0	0	0	1	0
Estagiários	0	0	0	0	0	0
Total	2.022	2,27	1.981	2,23	4.003	4,54

Razão matemática do salário entre gêneros – 2014 [GRI G4-LA13](#)

NÍVEL FUNCIONAL	RAZÃO
Diretoria	1
Gerência	0,97
Administrativo	0,97
Produção	1
Trainees	1
Aprendizes	1
Estagiários	1

Perfil Organizacional

Colaboradores, por nível hierárquico [GRI G4-10](#)

NÍVEL HIERÁRQUICO	2012			2013	2014 ¹
	BRASIL	EXTERIOR	TOTAL	BRASIL	BRASIL ²
Diretoria	129	6	135	90	72
Gerência	13.578	1.062	14.640	14.036	13.758
Administrativo	46.573	4.914	51.487	29.089	29.066
Produção	27.139	0	27.139	40.705	39.431
Trainees	94	0	94	73	53
Aprendizes	1.759	0	1.759	1.748	1.683
Estagiários	2.719	68	2.787	3.169	4.040
Total sem terceiros	91.991	6.050	98.041	88.910	88.103
Terceiros ³	38.681	0	38.681	28.943	29.882
Total com terceiros	130.672	6.050	136.722	117.853	117.985

1 Até a data da publicação deste relatório, os dados de colaboradores das unidades externas não estavam disponíveis, de acordo com as classificações propostas para GRI, em uma base consolidada.

2 Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e *Trainee*). As relatorias que se mantiveram em 2014 são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itaúseg Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep.

3 Operações de *call center* não foram incluídas.

Colaboradores com contrato de tempo indeterminado [GRI G4-10](#)

ANO	UNIDADE	GERÊNCIA		ADMINISTRATIVO		PRODUÇÃO		TOTAL	
		MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
2012	Brasil	6.214	7.364	27.062	19.511	17.971	9.168	51.247	36.043
	Exterior	376	686	2.616	2.298	-	-	2.992	2.984
2013	Brasil	6.943	7.093	15.718	13.371	27.070	13.635	49.731	34.099
2014 ¹	Brasil ²	6.854	6.904	15.603	13.463	26.685	12.746	49.142	33.113

1 Até a data da publicação deste relatório, os dados de colaboradores das unidades externas não estavam disponíveis, de acordo com as classificações propostas para GRI, em uma base consolidada.

2 Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e *Trainee*). As relatorias que se mantiveram em 2014 são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itaúseg Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep.

Colaboradores com demais tipos de contrato [GRI G4-10](#)

ANO	UNIDADE	DIRETORIA		TRAINEES		APRENDIZES		ESTAGIÁRIOS		OUTROS	
		MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
2012	Brasil	19	110	29	65	1.255	504	1.604	1.115	0	0
	Exterior	2	4	0	0	0	0	49	19	0	0
2013	Brasil	10	80	37	36	1.230	518	1.985	1.184	0	0
2014 ¹	Brasil ²	8	64	21	32	1.201	482	2.524	1.516	0	0

1 Até a data da publicação deste relatório, os dados de colaboradores das unidades externas não estavam disponíveis, de acordo com as classificações propostas para GRI, em uma base consolidada.

2 Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e *Trainee*). As relatorias que se mantiveram em 2014 são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itaúseg Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep.

Colaboradores próprios e terceiros, por região [GRI G4-10](#)

REGIÃO	2012		2013		2014 ¹	
	PRÓPRIOS	TERCEIROS	PRÓPRIOS	TERCEIROS	PRÓPRIOS	TERCEIROS
Sul	7.609	2.909	7.573	3.561	7.298	2.919
Sudeste	70.291	24.785	67.089	20.465	66.120	22.630
Centro-Oeste	3.613	1.267	3.515	1.339	3.405	1.402
Nordeste	4.634	3.584	4.538	2.897	4.346	2.428
Norte	1.181	346	1.188	681	1.139	503
Total	87.328	32.891	83.903	28.943	82.308	29.882

1 Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (cargos de Gerência, Administrativo, Produção e *Trainee*). As relatorias que se mantiveram em 2014 são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itaúseg Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep.

Colaboradores próprios, por região, idade e gênero **GRI 4-LA10**

REGIÃO	MULHERES								HOMENS							
	ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS		TOTAL		ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS		TOTAL	
	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹	2013 ¹	2014	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹
	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹	2013 ¹	2014	2013	2014 ¹	2013	2014 ¹
Sul	1.593	1.529	2.608	2.517	355	367	4.556	4.413	836	779	1.737	1.600	444	506	3.017	2.885
Sudeste	13.848	13.688	23.723	23.427	2.072	2.165	39.643	39.280	8.458	8.173	16.319	15.869	2.669	2.798	27.446	26.840
Centro-Oeste	891	832	1.121	1.167	84	89	2.096	2.088	483	421	771	715	165	181	1.419	1.317
Nordeste	1.007	867	1.643	1.680	100	125	2.750	2.672	585	520	1.062	1.000	141	154	1.788	1.674
Norte	363	342	351	356	9	12	723	710	232	213	217	196	16	20	465	429
Total	17.702	17.258	29.446	29.147	2.620	2.758	49.768	49.163	10.594	10.106	20.106	19.380	3.435	3.659	34.135	33.145

1 Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas, cargos de Gerência, Administrativo, Produção e *Trainee*. As relatorias que se mantiveram em 2014 são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep.

Em 2014, o maior número de desligamentos ocorreu na faixa etária entre 30 e 50 anos, e as contratações ocorreram em maior quantidade na faixa etária abaixo de 30 anos.

Desligamentos^{1, 2, 3} **GRI 4-LA1**

REGIÃO	MULHERES						HOMENS						TOTAL	
	ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS		ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS		TOTAL	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Sul	121	137	179	241	40	86	53	124	143	170	55	53	591	811
Sudeste	999	1.231	1.723	2.268	346	488	666	1.032	1.277	1.723	394	405	5.405	7.147
Centro-Oeste	59	72	88	106	12	18	30	83	63	103	19	22	271	404
Nordeste	72	103	102	177	15	19	45	89	71	147	11	10	316	545
Norte	17	29	35	37	3	0	24	38	19	36	0	2	98	142
Total	1.268	1.572	2.127	2.829	416	611	818	1.366	1.573	2.179	479	492	6.681	9.049

1 Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e *Trainee*): Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel,Itaú Adm Prev e Marcep. **GRI 4-22 | 4-23**

2 Englobam desligamentos por demissão, aposentadoria ou falecimento.

3 Os 82.308 funcionários englobam apenas Gerência, Administrativo, Produção e *Trainees*.

Taxa de rotatividade (%)^{1, 2, 3} **GRI 4-LA1**

REGIÃO	MULHERES						HOMENS							
	ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS		ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS			
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Sul	7,60	8,96	6,86	9,57	11,27	23,43	6,34	15,92	8,23	10,63	12,39	10,47		
Sudeste	7,21	8,99	7,26	9,68	16,70	22,54	7,87	12,63	7,83	10,86	14,76	14,47		
Centro-Oeste	6,62	8,48	7,85	10,39	14,29	0	6,21	17,84	8,17	18,37	11,52	10		
Nordeste	7,15	11,88	6,21	10,54	15,00	15,20	7,69	17,12	6,69	14,70	7,80	6,49		
Norte	4,68	8,65	9,97	9,08	33,33	20,22	10,34	19,71	8,76	14,41	0,00	12,15		
Total	7,16	9,11	7,22	9,71	15,88	22,15	7,72	13,52	7,82	11,24	13,94	13,45		

1 Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e *Trainee*): Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep. **GRI 4-22 | 4-23**

2 Englobam desligamentos por demissão, aposentadoria ou falecimento.

3 O cálculo foi realizado com base no total de desligamentos pelo total de funcionários sob a administração da área de Pessoas no fim de 2014, que corresponde a 82.308 colaboradores das áreas de Gerência, Administrativo, Produção e *Trainees*.

Contratações¹ **GRI 4-LA1**

REGIÃO	MULHERES						HOMENS						TOTAL	
	ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS		ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS		TOTAL	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Sul	410	253	64	36	0	0	271	171	50	51	0	0	795	511
Sudeste	2.663	2.842	418	435	2	4	1.507	1.874	313	475	4	7	4.907	5.637
Centro-Oeste	160	139	26	16	0	0	104	79	23	20	1	0	314	254
Nordeste	149	148	25	37	0	1	103	104	25	28	0	0	302	318
Norte	79	48	3	7	0	0	43	39	5	3	0	0	130	97
Total	3.461	3.430	536	531	2	5	2.028	2.267	416	577	5	7	6.448	6.817

1 Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas, cargos de Gerência, Administrativo, Produção e *Trainee*: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep. **GRI 4-22 | 4-23**

Taxa de novas contratações (%)¹ **GRI 4-LA1**

REGIÃO	MULHERES						HOMENS					
	ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS		ABAIXO DE 30 ANOS		ENTRE 30 E 50 ANOS		ACIMA DE 50 ANOS	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Sul	25,74	16,55	2,45	1,43	0,00	0	32,42	21,95	2,88	3,19	2,88	0
Sudeste	19,23	20,76	1,76	1,86	0,10	0,18	17,82	22,93	1,92	2,99	1,92	0,25
Centro-Oeste	21,76	16,71	0,85	1,37	0,00	0	18,53	18,76	2,3	2,8	2,3	0
Nordeste	14,80	17,07	1,52	2,2	0,00	0,8	17,61	20	2,35	2,8	2,35	0
Norte	17,96	14,04	2,32	1,97	0,00	0	21,53	18,31	2,98	1,53	2,98	0
Total	19,55	20	1,82	1,82	0,08	0,18	19,14	22,43	2,07	2,8	2,07	0,19

¹ Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas, cargos de Gerência, Administrativo, Produção e *Trainee*: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Banco Itaú BMG, Provar Negócios, LuizaCred, Credicar Promot, Trishop, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú BMG Gestão, Kinea, Itaú Seg Corp, Itauseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, iCarros Ltda., Pró-Imóvel, Itaú Adm Prev e Marcep. **GRI 4-22 | 4-23**

Participação em associações **GRI 4-16**

Atuamos em órgãos e entidades¹, como:

- Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima)
- Associação Brasileira de Bancos (ABBC)
- Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI)
- Associação Paulista Viva
- Associação Viva o Centro
- Bay Brasil
- Brasil Investimentos e Negócios (BRAIN)
- Câmara Americana de Comércio (Amcham)
- Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil
- Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)
- Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg)
- Conselho Empresarial Brasil-China
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
- Federação Brasileira de Bancos (Febraban)
- Fundação Abrinq
- *Global Bank Alliance for Women* (GBA)
- Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF)
- Real Gabinete Português
- *Sustainability*
- *The Nature Conservancy*
- *World Economic Forum*

Também realizamos contribuição associativa às seguintes instituições²:

- Akatu
- Associação Brasileira de Ciências
- Estratégia Nacional de Educação Financeira
- Fundação Dom Cabral
- Instituto Ethos

Aderimos a iniciativas³ desenvolvidas externamente, como: **GRI 4-15**

- AA1000
- Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente
- CDP
- Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e

Inclusiva (RIO+20)

- GHG Protocol
- *Global Report Initiative* (GRI)
- *International Integrated Reporting Committee* (IIRC)
- Pacto Global
- Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo
- Princípios do Equador III
- Princípios para o Investimento Responsável (PRI)
- Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI)
- *United Nations Environmental Program – Finance Initiative* (UNEP-FI)

Investimentos e gastos ambientais – **GRI 4-EN31**

Investimentos em Disposição de Resíduos, Tratamento de Emissões, Prevenção e Gestão Ambiental (R\$)

	2012	2013	2014
Tratamento e disposição de resíduos	1.555.936,7	1.639.867,60	1.624.289,40
Tratamento de emissões	10.737.175,86	28.369.571,25	-
Despesas com compra e uso de certificados de emissão ²	20.790	1.585,00	-
Subtotal	12.313.902,56	30.011.023,85	1.624.289,40
Prevenção e gestão ambiental			
Serviços externos de gestão ambiental	0	16.913,70	38.489,9 ²
Certificação externa de sistemas de gestão	7.260,16	8.500,05	8.500
Despesas extras para instalar tecnologias mais limpas	286.338.666,97	52.608.882,56	4.099.176
Outros custos de gestão ambiental	1.097.629,69	232.359,05	125.408 ⁵
Subtotal	287.443.556,82	52.866.655,36	4.271.573,90
Total	299.757.459,38	82.877.679,21	5.895.863,30

¹ O valor apresentado inclui investimentos em gestão de resíduos.

² Os gastos dos anos 2012 e 2013 são referentes à implantação do sistema de tratamento BMS, para melhorar a eficiência nas emissões proveniente dos gastos de energia, óleo diesel e tratamento de gases de efeito estufa.

³ Auditoria de manutenção do sistema de gestão ambiental ISO 14001 do Centro Administrativo Tatuapé.

⁴ Gastos referem-se à certificação LEED das novas construções (*data center*) e a projetos de eficiência energética e de consumo de água.

⁵ Campanha de Comunicação ISO 14001, *target* (Contratação das NBR's aplicáveis ao Centro Administrativo Tatuapé), Âmbito (Sistema de Monitoramento de Legislação) e Passarela Verde (vide texto Comunidade, pág A-165).

Itaú Seguros

Produtos e portfólio

Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais – destinados a empresas públicas e privadas, nos setores industrial, comercial e de serviços, oferecendo aos seus colaboradores, sócios e proprietários, em caso de morte do titular, benefícios como: cobertura de indenização, cesta básica, auxílio-funeral e o Fique Bem, atendimento psicológico e financeiro. **GRI FS7**

¹ Entidades nas quais participamos e/ou temos uma representação formal em conselhos, comitês, etc. Nos casos em que nossa participação deriva de um compromisso voluntário de que somos signatários, optamos por citar apenas o compromisso voluntário na terceira lista.

² Filiações de sustentabilidade.

³ Compromissos e diretrizes voluntárias.

Seguro Prestamista – proteção financeira: destinado a clientes que contratam empréstimo, financiamento ou assumem compromisso de pagamento mensal com o banco. O seguro cobre quitação total ou parcial da dívida para as seguintes coberturas: demissões para trabalhadores CLT, incapacidade total e temporária para trabalhadores autônomos ou profissionais liberais, invalidez permanente por acidente e morte. Também há um Seguro Prestamista voltado a financiamentos de microcrédito; em 2014 contabilizamos 6.586.442 contratos prestamistas. Em nosso relatório de 2013, não consideramos as carteiras de Seguro Prestamista de Cheque Especial (LIS) e cartão de crédito; números estes considerados na conta de 2014. [GRI FS7](#)

Porcentagem do portfólio por linha de negócio e setor em 2014 [GRI FS6](#)

LINHA DE NEGÓCIO	SETOR ¹	VALOR DO PORTFÓLIO (EM MILHÕES DE REAIS)	TOTAL DO VALOR DA LINHA DE NEGÓCIO (EM MILHÕES DE REAIS)	VALOR DO PORTFÓLIO (PORCENTAGEM)
Seguros Patrimoniais	Demais Atividades	1,65	98,35	1,68
Seguros Patrimoniais	Com. de Material Para Construção	1,26	98,35	1,28
Seguros Patrimoniais	Com. de Produtos Alimentícios E Bebidas	4,43	98,35	4,50
Seguros Patrimoniais	Com. de Produtos para o Vestuário	1,37	98,35	1,39
Seguros Patrimoniais	Com. de Veículos e Peças	1,10	98,35	1,12
Seguros Patrimoniais	Comércio – Empresas Não Classificadas	57,70	98,35	58,67
Seguros Patrimoniais	Construção Civil	1,03	98,35	1,04
Seguros Patrimoniais	Empresas Atuantes Em Diversos Ramos	1,99	98,35	2,02
Seguros Patrimoniais	Indústria – Empresas Não Classificadas	2,81	98,35	2,86
Seguros Patrimoniais	Demais Atividades	10,47	98,35	10,64
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Transportes	20,46	704,73	2,90
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Banco Múltiplo	40,59	704,73	5,76
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Com. de Produtos Alimentícios E Bebidas	19,59	704,73	2,78
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Comércio – Empresas Não Classificadas	54,94	704,73	7,80
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Construção Civil	51,73	704,73	7,34
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Empresas Atuantes Em Diversos Ramos	20,25	704,73	2,87
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Indústria de Veículos E Peças	14,19	704,73	2,01
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Indústria – Empresas Não Classificadas	73,95	704,73	10,49
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Metalurgia	10,23	704,73	1,45
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços do Setor Público	51,81	704,73	7,35
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços – Empresas Não Classificadas	114,11	704,73	16,19
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços de Administração Pública	42,42	704,73	6,02
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços De Reparação, Manutenção, Instalação	7,53	704,73	1,07
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços Médicos e Veterinários	7,91	704,73	1,12
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços Técnico-Profissionais	7,66	704,73	1,09
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Demais Atividades	35,00	704,73	4,97

1. Divulgados apenas os setores que representam acima de 1% do portfólio.

Porcentagem do portfólio por linha de negócio e região em 2014 [GRI FS6](#)

LINHA DE NEGÓCIO	REGIÃO	VALOR DO PORTFÓLIO (EM MILHÕES DE REAIS)	TOTAL DO VALOR DA LINHA DE NEGÓCIO (EM MILHÕES DE REAIS)	VALOR DO PORTFÓLIO (PORCENTAGEM)
Seguros Patrimoniais	AM	1,23	98,35	1,25
Seguros Patrimoniais	BA	3,74	98,35	3,80
Seguros Patrimoniais	CE	2,51	98,35	2,55
Seguros Patrimoniais	ES	1,07	98,35	1,09
Seguros Patrimoniais	GO	3,29	98,35	3,35
Seguros Patrimoniais	MG	7,60	98,35	7,73
Seguros Patrimoniais	MT	1,31	98,35	1,33
Seguros Patrimoniais	PE	3,71	98,35	3,77
Seguros Patrimoniais	PR	5,48	98,35	5,57
Seguros Patrimoniais	RJ	12,94	98,35	13,15
Seguros Patrimoniais	RN	1,19	98,35	1,21
Seguros Patrimoniais	RS	2,58	98,35	2,62
Seguros Patrimoniais	SC	2,84	98,35	2,89
Seguros Patrimoniais	SP	41,62	98,35	42,31
Seguros Patrimoniais	DF	1,99	98,35	2,02
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	BA	17,28	704,73	2,45
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	CE	8,57	704,73	1,22
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	GO	9,66	704,73	1,37
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	MG	68,75	704,73	9,76
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	PE	12,78	704,73	1,81

Financiamento de Veículos

Carteira de Produtos

Porcentagem do portfólio da área de Financiamento de Veículos, por setor, em 2014 [GRI FS6](#)

SETOR	VALOR DO PORTFÓLIO (EM MILHÕES DE REAIS)		TOTAL DO VALOR DA LINHA DE NEGÓCIO (EM MILHÕES DE REAIS)		VALOR DO PORTFÓLIO (PERCENTUAL DA LINHA DE NEGÓCIO)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Transporte	5.198,10	5.116,51	9.736,92	9.867,63	53,4%	51,85
Materiais de Construção	1.011,25	696,28	9.736,92	9.867,63	10,4%	7,06
Veículos Leves e Pesados	512,93	358,33	9.736,92	9.867,63	5,3%	5,28
Alimentos – Indústria	842,18	520,84	9.736,92	9.867,63	8,6%	3,63
Outros (com valor de portfólio bem menor que as quatro principais)	2.172,48	3.175,66	9.736,92	9.867,63	22,3%	32,18

Porcentagem do portfólio da área de Financiamento de Veículos, por região, em 2014 [GRI FS6](#)

REGIÃO	VALOR DO PORTFÓLIO (EM MILHÕES DE REAIS)		TOTAL DO VALOR DA LINHA DE NEGÓCIO (EM MILHÕES DE REAIS)		VALOR DO PORTFÓLIO (PERCENTUAL DA LINHA DE NEGÓCIO)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sudeste	4.035,17	4.181,57	9.736,92	9.867,63	41,4%	42,38
Sul	3.139,75	3.184,78	9.736,92	9.867,63	32,2%	32,28
Centro-Oeste	896,25	898,91	9.736,92	9.867,63	9,2%	9,11
Nordeste	1.230,30	1.188,60	9.736,92	9.867,63	12,6%	12,05
Norte	435,45	413,77	9.736,92	9.867,63	4,5%	4,19

1. Em 2013, os dados sobre os produtos "sem informação" foram realocados nas cinco regiões do Brasil.

Porcentagem do portfólio da área de Financiamento de Veículos, por tamanho, em 2014 [GRI FS6](#)

TAMANHO DO NEGÓCIO	VALOR DO PORTFÓLIO (EM MILHÕES DE REAIS)		TOTAL DO VALOR DA LINHA DE NEGÓCIO (EM MILHÕES DE REAIS)		VALOR DO PORTFÓLIO (PERCENTUAL DA LINHA DE NEGÓCIO)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Microempresa (0 a 2.400,00 mil)	2.836,21	3.643,11	9.736,92	9.867,63	29,1%	36,92
Pequena Empresa (2.400,01 a 16.000,00 mil)	4.029,52	3.907,33	9.736,92	9.867,63	41,4%	39,60
Média Empresa (16.000,01 a 90.000,00 mil)	2.009,36	1.739,97	9.736,92	9.867,63	20,6%	17,63
Média/Grande Empresa (90.000,00 a 300.000,00 mil)	690,14	463,19	9.736,92	9.867,63	7,1%	4,69
Grande Empresa (acima de 300.000,01 mil)	170,53	107,24	9.736,92	9.867,63	1,7%	1,09
Sem Informação	1,16	6,78	9.736,92	9.867,63	0%	0,07

Resíduos

Resíduos por destinação – toneladas [GRI G4-EN23](#)

DESTINAÇÃO (T)	RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS			RESÍDUOS PERIGOSOS		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Reciclagem ^{1,3}	9.558,54	7.809,88 ¹	1.285,00	145,47	6.432,09	2.894,67
Compostagem	554,25	431,76	368,82	N/A	N/A	N/A
Aterro ²	3.043,81	2.776,63 ²	1.618,82	N/A	N/A	N/A
Outros ⁴	203,90	827,60	44,35	N/A	N/A	N/A

1. Resíduos não perigosos destinados à reciclagem: aparas de papel, plástico, papel, metais, vidro e madeira.

2. Resíduos não perigosos destinados ao aterro sanitário: orgânico.

3. Resíduos perigosos destinados à reciclagem: aproximadamente 96% do lixo eletrônico gerado e 97% das pilhas e baterias. Também estão computados componentes trocados após consertos, como tubos de TV, monitores, fios metálicos, peças plásticas, placas eletrônicas e cabos e motores elétricos, baterias de no-break

4. Resíduos de construção civil.

* Foram destinadas também em 2014 62.144 unidades de lâmpadas.

Itaú BBA

Portfólio Itaú BBA [GRI FS6](#)

O Itaú BBA atua apenas com grandes empresas, totalizando um portfólio de R\$ 194.593,35 milhões.

Porcentagem do portfólio Itaú BBA, por setor, em 2014

SETOR	VALOR DO PORTFÓLIO (EM MILHÕES DE REAIS)	TOTAL DO VALOR DA LINHA DE NEGÓCIO (EM MILHÕES DE REAIS)	VALOR DO PORTFÓLIO (PERCENTUAL DA LINHA DE NEGÓCIO)
Corporate and Investment Banking (CIB)	187.912,94	194.593,35	96,57%
Tesouraria	6.680,41	194.593,35	3,43%

Porcentagem do portfólio Itaú BBA, por região, em 2014

REGIÃO	VALOR DO PORTFÓLIO (EM MILHÕES DE REAIS)	TOTAL DO VALOR DA LINHA DE NEGÓCIO (EM MILHÕES DE REAIS)	VALOR DO PORTFÓLIO (PERCENTUAL DA LINHA DE NEGÓCIO)
Centro-Oeste e Norte	1.906,61	187.912,94	1,01%
Sul	18.556,70	187.912,94	9,88%
Sudeste	148.975,65	187.912,94	79,28%
Nordeste	4.590,02	187.912,94	2,44%
Outras	13.883,96	187.912,94	7,39%

Política de Risco Socioambiental e Princípios do Equador

*Project Finance*¹ contratados (sob os critérios dos Princípios do Equador III) em 2014

	NÚMERO DE PROJETOS CONTRATADOS	INVESTIMENTO TOTAL (MM R\$ ²)	PARTICIPAÇÃO DO ITAÚ BBA (MM R\$ ²)
Categorização do Project Finance			
A	0	0	0
B	2	5.014,1	496,3
C	0	0	0
Sector de atuação dos Project Finance contratados			
Logística	1	2.400,00	104,2
Saneamento	1	2.614,1	392,1
Localização dos Project Finance contratados			
Sudeste do Brasil	2	5.014,1	496,3
Consultor Independente			
Operações analisadas COM consultor independente	2	5.014,1	496,3
Operações analisadas SEM consultor independente	0	0	0
Total de Project Finance contratados			
Total	2	5.014,1	496,3

1 - Project Finance definido por baseleia em www.bis.org/publ/bcbs107.pdf.

2 - Se valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

OBS: Brasil é considerado um país não designado.

Project Finance¹ aprovados pelo Itaú BBA, mas ainda não contratados² (sob os critérios dos Princípios do Equador III) em 2014

	NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS E AINDA NÃO CONTRATADOS	VOLUME APROVADO DE PARTICIPAÇÃO DO IBBA (MM R\$ ³)
Setor de atuação dos Project Finance aprovados (ainda não contratados)		
Energia	2	812,3
Mineração	3	228,3
Localização dos Project Finance aprovados (ainda não contratados)		
Chile	1	177,3
Norte do Brasil	2	103,1
Sudeste do Brasil	1	125,3
Brasil ⁴	1	635,0
Totais de Project Finance aprovados (ainda não contratados)		
Total	5	1.040,6

1. Project Finance definido por baseleia em www.bis.org/publ/bcbs107.pdf.

2. A contratação, por diversos motivos, não ocorreu em 2014.

3. Se valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da aprovação.

4. Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (exemplo: empreendimentos lineares, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Obs: A categorização definitiva do projeto, vide Princípio 1, acontecerá até contratação.

Obs: Brasil é considerado um País Não Designado e o Chile é considerado um País Designado.

Projetos Corporate Finance contratados (sob os critérios dos Princípios do Equador III) em 2014

	NÚMERO DE PROJETOS CONTRATADOS	INVESTIMENTO TOTAL (MM R\$ ²)	PARTICIPAÇÃO DO ITAÚ BBA (MM R\$ ²)
Categorização dos Corporate Finance Contratados			
A	0	0	0
B	1	424,6	300,9
C	0	0	0
Setor de atuação dos Corporate Finance Contratados			
Cimento	1	424,6	300,9
Localização dos Corporate Finance Contratados			
Sudeste do Brasil	1	424,6	300,9
Consultor Independente			
Operações analisadas COM consultor independente	0	0	0
Operações analisadas SEM consultor independente	1	424,6	300,9
Total			
Total	1	424,6	300,9

1. Política de Risco Socioambiental do IBBA.

2. Se valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

3. Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (exemplo: empreendimentos lineares, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Obs: Os projetos de corporate finance não costumam ser aprovados como operações específicas, mas enquadrados em limites existentes.

Obs: Brasil é considerado um País Não Designado.

Assessorias de Projetos Mandatadas em 2014

	ASSESSORIAS MANDATADAS
Setor de atuação dos projetos associados aos mandatos	
Acúcar e Alcool	1
Cimento	1
Energia	7
Florestal	1
Logística	1
Localização dos projetos associados aos mandatos	
Nordeste do Brasil	4
Sudeste do Brasil	4
Sul do Brasil	1
Brasil ¹	1
Uruguai	1
Totais	
Total	11

1. Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (exemplo: empreendimentos lineares, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Projetos Corporate Finance contratados e analisados sob os critérios da Política Socioambiental¹ em 2014

	NÚMERO DE PROJETOS CONTRATADOS	INVESTIMENTO TOTAL (MM R\$ ²)	PARTICIPAÇÃO DO ITAÚ BBA (MM R\$ ²)
Categorização dos Corporate Finance			
A	0	0	0
B	4	1.862,3	393,0
C	29	2.229,4	1.158,0
Setor de atuação dos Projetos Corporate Finance			
Açúcar e Alcool	23	1.683,4	958,6
Agribusiness	5	540,1	149,6
Energia	3	1.525,5	281,6
Indústria	1	48,6	30,9
Telecomunicação	1	294,2	130,4
Localização dos Projetos Corporate Finance			
Centro-Oeste do Brasil	5	352,9	214,8
Nordeste do Brasil	2	1.495,2	271,3
Sudeste do Brasil	20	1.486,0	787,6
Sul do Brasil	3	377,4	87,0
Brasil ³	3	380,3	190,4
Total			
Total	33	4.091,7	1.551,1

1. Política de Risco Socioambiental do IBBA.

2. Se valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

3. Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (exemplo: empreendimentos lineares, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Obs: Os projetos de corporate finance não costumam ser aprovados como operações específicas, mas enquadrados em limites existentes.

Demais operações relacionadas a financiamento de projetos contratadas em 2014 e analisadas sob os critérios da Política Socioambiental¹

	NÚMERO DE OPERAÇÕES CONTRATADAS		
	EMPRÉSTIMO PONTE	FIANÇA DE PROJETO	TOTAIS
Número de operações	9	7	16
Valores das operações contratadas			
Investimento total (MM R\$) ²	67.810,0	11.775,7	79.585,7
Participação do Itaú BBA (MM R\$) ²	1.852,8	869,7	2.722,6
Categorização das operações contratadas			
A	2	0	2
B	6	7	13
C	1	0	1
Localização dos projetos associados às operações contratadas			
Centro-Oeste do Brasil	1	2	3
Norte do Brasil	1	0	1
Nordeste do Brasil	4	2	6
Sudeste do Brasil	1	1	2
Sul do Brasil	0	2	2
Brasil ³	2	0	2
Setor de atuação dos projetos associados às operações contratadas			
Energia	7	3	10
Logística	1	3	4
Óleo e Gás	1	1	2

1 - Política de Risco Socioambiental do IBBA.

2 - Se valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

3 - Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (exemplo: empreendimentos lineares, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Demais operações relacionadas ao financiamento de projetos aprovadas pelo Itaú BBA em 2014 e analisados sob os critérios da Política Socioambiental¹ em 2014, mas ainda não contratadas²

	NÚMERO DE OPERAÇÕES APROVADAS		
	EMPRÉSTIMO PONTE	FIANÇA DE PROJETO	TOTAIS
Número de projetos	12	6	18
Valores das operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Volume aprovado de participação do IBBA (MM R\$) ³	2.705,0	1.170,0	3.875,0
Localização dos projetos associados às operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Brasil ⁴	2	0	2
Centro-Oeste do Brasil	1	1	2
Nordeste do Brasil	5	3	8
Sudeste do Brasil	3	2	5
Sul do Brasil	1	0	1
Setor dos projetos associados às operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Energia	10	6	16
Logística	2	0	2

1 - Política de Risco Socioambiental do IBBA.

2 - A contratação, por diversos motivos, não ocorreu em 2014.

3 - Se estiver em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

4 - Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (exemplo: empreendimentos lineares, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Operações canceladas por questões socioambientais relacionadas ao financiamento de projeto em 2014

	NUMERO DE OPERAÇÕES
Tipo de operação cancelada	
Assessoria	1
Localização dos projetos associados às operações canceladas	
Norte do Brasil	1
Setor de atuação dos projetos associados às operações canceladas	
Mineração	1
Totais	
Total	1

Sumário de Conteúdo da GRI

para a opção “de acordo” – Essencial

GRI G4-32

Content Index
ITAO UNIBANCO S.A.

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS						
Indicador	Página (ou Link)				Verificação Externa	Princípios do Pacto Global
ESTRATÉGIA E ANÁLISE						
G4-1	A-8				Não	
G4-2	A-59				Não	
PERFIL ORGANIZACIONAL						
G4-3	A-10				Não	
G4-4	A-24				Não	
G4-5	A-42				Não	
G4-6	A-7, A-71				Não	
G4-7	Somos uma empresa de capital aberto				Não	
G4-8	A-34 a A-36				Não	
G4-9	A-7, A-20, A-34				Sim, A-194 a A-195	
G4-10	A-184, A-185				Sim, A-194 a A-195	6
G4-11	A-20 a A-21				Não	3
G4-12	A-162 a A-165				Sim, A-194 a A-195	
G4-13	A-14 a A-18				Sim, A-194 a A-195	
G4-14	A-78				Não	
G4-15	A-44, A-149, A-166, A-186				Sim, A-194 a A-195	
G4-16	A-186				Não	
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES						
G4-17	A-10				Não	
G4-18	A-138 a A-142				Sim, A-194 a A-195	
G4-19	A-140, A-141, A-142				Sim, A-194 a A-195	
G4-20	A-138				Sim, A-194 a A-195	
G4-21	A-138				Sim, A-194 a A-195	
G4-22	A-14, A-15, A-185, A-186				Sim, A-194 a A-195	
G4-23	A-15, A-185, A-186				Sim, A-194 a A-195	
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS						
G4-24	A-138, A-151				Sim, A-194 a A-195	
G4-25	A-151				Sim, A-194 a A-195	
G4-26	A-151, A-164, A-165, A-166				Sim, A-194 a A-195	
G4-27	A-143				Não	
PERFIL DO RELATÓRIO						
G4-28	A-10, A-11				Sim, A-194 a A-195	
G4-29	2013				Sim, A-194 a A-195	
G4-30	A-10				Não	
G4-31	A-10				Não	
G4-32	A-191				Não	
G4-33	A-138				Sim, A-194 a A-195	
GOVERNANÇA						
G4-34	A-142 a A-143				Sim, A-194 a A-195	
G4-36	A-143				Sim, A-194 a A-195	
G4-39	A-45				Não	
G4-41	A-45				Não	
G4-51	A-56				Sim, A-194 a A-195	
G4-52	A-156 a A-157				Não	
ÉTICA E INTEGRIDADE						
G4-56	A-138, A-158 a A-159				Sim, A-194 a A-195	10
G4-57	A-144, A-159 a A-160				Sim, A-194 a A-195	10
G4-58	A-144, A-159 a A-160				Sim, A-194 a A-195	10
CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS						
DMA e Indicador	Página (ou Link)	Omissões Identificadas	Razões para Omissões	Explicação para Omissões	Verificação Externa	Princípios do Pacto Global
CATEGORIA: ECONÔMICA						
ASPECTO: DESEMPENHO ECONÔMICO						
G4-DMA	A-178	-	-	-	Não	
G4-EC1	A-181	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-EC2	A-178 a A-179	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	7
G4-EC4	A-167	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
ASPECTO: PRÁTICAS DE COMPRA						
G4-DMA	A-162 a A-165	-	-	-	Não	
G4-EC9	A-164	1 – total em reais alocados a serem gastos com fornecedores no ano do relatório. 2 – proporção de gastos com fornecedores locais, desse mesmo valor,	As informações estão sujeitas a restrições específicas de confidencialidade.	O total das despesas de fornecedores referente a nossas operações é uma informação confidencial para a empresa, portanto, nós preferimos não divulgá-lo.	Não	
CATEGORIA: AMBIENTAL						
ASPECTO: MATERIAIS						
G4-DMA	A-172	-	-	-	Não	
G4-EN1	A-177	-	-	-	Não	7 8
ASPECTO: ENERGIA						
G4-DMA	A-172	-	-	-	Não	
G4-EN3	A-174	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	7 8
G4-EN6	A-174 a A-175	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	8 9
ASPECTO: ÁGUA						
G4-DMA	A-172	-	-	-	Não	
G4-EN8	A-172	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	7 8
G4-EN10	A-173	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	8
ASPECTO: EMISSÕES						
G4-DMA	A-172, A-176	-	-	-	Não	
G4-EN15	A-175	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	7 8
G4-EN16	A-175	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	8
G4-EN17	A-175	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	8
G4-EN19	A-175 a A-176	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	8 9
ASPECTO: EFLUENTES E RESÍDUOS						
G4-DMA	A-172	-	-	-	Não	
G4-EN23	A-188	-	-	-	Não	8
ASPECTO: TRANSPORTES						
G4-DMA	A-172	-	-	-	Não	
G4-EN30	A-176	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	8
ASPECTO: GERAL						
G4-DMA	A-172, A-178	-	-	-	Não	
G4-EN31	A-178, A-186	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	7 8 9
ASPECTO: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES						
G4-DMA	A-162 a A-165	-	-	-	Não	
G4-EN32	A-163	-	-	-	Não	8
G4-EN33	A-163	*O volume de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos significativos, reais e potenciais. c. Impactos ambientais negativos significativos, reais e potenciais, na cadeia de fornecedores. d. Porcentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos significativos, reais e potenciais, cujas melhorias foram aprovadas de acordo com o resultado da avaliação realizada. e. Porcentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos significativos, reais e potenciais, com a qual a organização finalizou a parceria comercial com base em avaliações feitas e razão apontada.	A informação não está disponível no momento	Desenvolvemos um plano de ação para o acompanhamento e comunicação dessas informações em 2015.	Não	8
CATEGORIA: SOCIAL						
SUBCATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE						
ASPECTO: EMPREGO						
G4-DMA	A-153	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-LA1	A-153, A-185, A-186	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	6
G4-LA2	A-157	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO						
G4-DMA	A-153 a A-154	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-LA5	A-153	-	-	-	Não	
G4-LA6	A-181, A-182	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-LA7	A-154	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO: TREINAMENTO E EDUCAÇÃO						
G4-DMA	A-155	-	-	-	Não	
G4-LA9	A-182	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	6
G4-LA10	A-154 a A-155	• Programas de transição para facilitar a empregabilidade em caso de demissão ou rescisão de contrato de trabalho.	A informação não está disponível no momento	Temos um plano de ação para iniciar um projeto-piloto em 2015 e, portanto, este será divulgado no relatório de 2016.	Sim, A-194 a A-195	
G4-LA11	A-155	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES						
G4-DMA	A-152 a A-153	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-LA12	A-182, A-183, A-184	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	6

Contexto	Nosso perfil	Nossa governança	Nossa gestão de risco	Desempenho	Sustentabilidade	Anexos
ASPECTO: IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS						
G4-DMA	A-156 a A-157	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	6
G4-LA13	A-184	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO: AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM PRÁTICAS TRABALHISTAS						
G4-DMA	A-162 a A-165	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-LA14	A-163	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO: MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A PRÁTICAS TRABALHISTAS						
G4-DMA	A-158	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-LA16	A-117, A-158	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
SUBCATEGORIA: DIREITOS HUMANOS						
ASPECTO: NÃO DISCRIMINAÇÃO						
G4-DMA	A-158	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	6
G4-HR3	A-158, A-181	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
SUBCATEGORIA: SOCIEDADE						
ASPECTO: COMUNIDADES LOCAIS						
G4-DMA	A-165	-	-	-	Não	1
G4-SO1	A-165	• Porcentagem de operações que implementaram programas de engajamento com a comunidade	A informação não está disponível no momento	É complexo e desafiador tratar e medir essa informação em nosso relatório. No entanto, estamos comprometidos a realizar um estudo de viabilidade que abranja o gerenciamento e implantação operacional do tema, e apresentar os resultados desse estudo no próximo relatório.	Não	
ASPECTO: COMBATE À CORRUPÇÃO						
G4-DMA	A-158 a A-159	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	10
G4-SO4	A-159	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO: POLÍTICAS PÚBLICAS						
G4-DMA	A-166	-	-	-	Não	10
G4-SO6	A-167	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO: CONCORRÊNCIA DESLEAL						
G4-DMA	A-181	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-SO7	A-181	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
SUBCATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO						
ASPECTO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS						
G4-DMA	A-159	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-PR5	A-159	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO: COMUNICAÇÕES DE MARKETING						
G4-DMA	A-161	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-PR7	A-161	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO: PRIVACIDADE DO CLIENTE						
G4-DMA	A-162	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
G4-PR8	A-162	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
SUPLEMENTO SETORIAL - SERVIÇOS FINANCEIROS						
FORMA DE GESTÃO: PORTFÓLIO DE PRODUTOS						
DMA-FS1	A-146, A-147, A-148, A-149, A-150, A-151	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
DMA-FS2	A-146, A-148, A-149, A-151	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
DMA-FS3	A-147, A-148, A-151	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
DMA-FS4	A-147, A-148, A-149, A-151	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
DMA-FS5	A-147, A-149	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO MATERIAL: PORTFÓLIO DE PRODUTOS						
G4-DMA	A-90	-	-	-	Não	
FS6	A-148, A-151, A-187, A-188	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
FS7	A-149 a A-150, A-151, A-186, A-187	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
FS8	A-149 a A-150	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO MATERIAL: AUDITORIA						
G4-DMA	A-149	-	-	-	Não	
FS9	A-149	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO MATERIAL: CONTROLE ACIONÁRIO ATIVO						
G4-DMA	A-149	-	-	-	Não	
FS10	A-149	-	-	-	Não	
FS11	A-149	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
FS12	A-149	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO MATERIAL: COMUNIDADE						
G4-DMA	A-151	-	-	-	Não	
FS13	A-151	-	-	-	Não	
FS14	A-151, A-152	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
ASPECTO MATERIAL: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS						
G4-DMA	A-143	-	-	-	Não	
FS15	A-143 a A-146	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	
FS16	A-143 a A-146	-	-	-	Sim, A-194 a A-195	

Este documento foi originalmente publicado em 24 de abril de 2015. Esta versão apresenta apenas os seguintes ajustes: adequação na tradução de termos GRI para o português, local de referência de indicadores GRI e formato do Sumário GRI. Com a implementação dessas mudanças, incluímos no referido relatório o selo "Content Index", oferecido pela GRI.

Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014

Aos Administradores
Itaú Unibanco Holding S.A.
São Paulo- SP

Introdução

Fomos contratados pelo **Itaú Unibanco Holding S.A.** ("Itaú Unibanco") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada (i) sobre a compilação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014 do **Itaú Unibanco Holding S.A.**, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e (ii) sobre o atendimento aos princípios definidos na norma AA1000 *AccountAbility Principles Standards 2008* ("AA1000APS") no que diz respeito ao processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade.

Responsabilidades da administração

A administração do **Itaú Unibanco Holding S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014 de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI-G4) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, assim como, é responsável pelo atendimento aos princípios definidos na norma AA1000APS relativa ao processo de engajamento das partes interessadas e definição da materialidade.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – "Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social", emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com base na NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferentes de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de se obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossa responsabilidade é, também, expressar conclusão sobre o processo de engajamento das partes interessadas e de definição da

materialidade ("Processo"), com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a AA1000 Assurance Standard ("AA1000AS") 2008 - tipo 1, que estabelece os seguintes procedimentos:

- confirmar a existência de um processo de identificação e participação das principais partes interessadas;
- confirmar a existência de um procedimento transparente em relação à determinação da relevância quanto aos assuntos materiais; e
- confirmar a existência de um processo de comunicação com as principais partes interessadas e, também, quanto à apresentação de uma estrutura bem definida no Relatório Anual Consolidado, no que se refere ao processo de capacidade de resposta sobre matéria de sustentabilidade.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000, a ISAE 3000 e a AA1000AS consiste, principalmente, em indagações à administração e a outros profissionais envolvidos na elaboração das informações de sustentabilidade, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para se obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações de sustentabilidade, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014 e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014 do Itaú Unibanco;
- o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores mediante entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações de sustentabilidade contidas Relatório Anual Consolidado 2014; e
- Obtenção de evidências dos indicadores do GRI - G4, selecionados como os indicadores mais relevantes (materiais), contidos no Relatório Anual Consolidado 2014, e apresentados no "Sumário GRI";

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, verificações para confirmar o atendimento aos princípios da norma AA1000APS no processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade.

Acreditamos que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014 e o atendimento aos princípios da norma AA1000APS. Consequentemente, não nos foi possível obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014 ou incidência de descumprimento com os princípios da norma AA1000APS. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre esses assuntos.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Além disso, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os exercícios anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar (i) que as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014 do Itaú Unibanco Holding S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4), e (ii) que o processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade não foi executado de acordo com as diretrizes dispostas na norma AA1000 *AccountAbility Principles*.

Ênfase – reapresentação do Relatório Anual Consolidado 2014

Em 24 de abril de 2015, emitimos relatório de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual Consolidado 2014, sem ressalva. Chamamos a atenção ao último parágrafo apresentado na página A-193 do Relatório Anual Consolidado 2014, que descreve as alterações que foram efetuadas nesse documento desde a emissão do nosso Relatório de Asseguração em abril de 2015. Essas alterações não mudaram nossa conclusão sobre o referido Relatório Anual Consolidado 2014. Os procedimentos de asseguração aplicados a eventos subsequentes após 24 de abril de 2015 estão restritos exclusivamente às alterações mencionadas. Nossa conclusão continua sendo sem qualquer modificação.

São Paulo, 17 de novembro de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Informações estatísticas selecionadas

As informações a seguir foram incluídas para fins de análise e devem ser lidas em conjunto com a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Políticas contábeis significativas, Ativos e passivos e item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).

Os dados incluídos ou mencionados nesta seção estão apresentados de acordo com o IFRS, salvo indicação contrária.

Dados médios de balanço patrimonial e taxa de juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos e passivos remunerados, as contas de outros ativos e passivos, os respectivos valores

de receita e despesa de juros e a média de rentabilidade/taxa de juros real referentes a cada período.

Calculamos os saldos médios com base nos saldos contábeis mensais, pois acreditamos que tais saldos representem as nossas operações, e o custo de apresentar saldos médios usando balanços contábeis diários segundo o IFRS seria alto.

A maioria dos nossos negócios é composta por operações bancárias de varejo, que apresentaram um crescimento orgânico e sem variações significativas em curtos períodos. As operações de crédito de curso anormal são divulgadas como ativos não remunerados nos períodos indicados na tabela a seguir:

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

ATIVOS	2014			2013			2012		
	SALDO MÉDIO	JUROS	RENDIMENTO MÉDIO/TAXA (%)	SALDO MÉDIO	JUROS	RENDIMENTO MÉDIO/TAXA (%)	SALDO MÉDIO	JUROS	RENDIMENTO MÉDIO/TAXA (%)
Ativos remunerados ⁽¹⁾	955.416	120.115	12,6	882.472	94.127	10,7	784.686	96.364	12,3
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.019	1.286	5,4	19.880	583	2,9	24.873	1.042	4,2
Aplicações no mercado aberto	170.327	17.929	10,5	162.865	12.630	7,8	122.546	10.096	8,2
Depósitos compulsórios no Banco Central	69.882	5.904	8,4	62.492	4.314	6,9	70.416	5.334	7,6
Ativos financeiros mantidos para negociação	134.695	15.128	11,2	138.667	10.860	7,8	126.160	13.324	10,6
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.559	7.272	9,3	86.571	5.067	5,9	62.527	3.771	6,0
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	24.317	2.347	9,7	4.473	486	10,9	3.094	471	15,2
Operações de crédito e arrendamento mercantil	403.447	69.248	17,2	362.330	59.546	16,4	335.127	61.139	18,2
Outros ativos financeiros	50.170	1.001	2,0	45.193	641	1,4	39.943	1.187	3,0
Ativos não remunerados	97.526			83.025			70.758		
Disponibilidades	17.038			13.806			12.814		
Depósitos compulsórios no Banco Central	4.025			3.850			4.141		
Derivativos	12.647			11.224			9.502		
Empréstimos de curso anormal	17.040			19.216			20.055		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.655)			(24.103)			(24.962)		
Imobilizado, líquido	7.145			5.958			5.360		
Investimentos em empresas não consolidadas	3.964			3.233			3.032		
Ágio	1.798			147			-		
Ativos intangíveis, líquido	6.019			5.110			4.243		
Ativos fiscais	35.000			33.155			28.151		
Bens destinados à venda	137			119			100		
Outros ativos	14.369			11.311			8.423		
Total	1.052.942			965.497			855.444		

(1) Para o rendimento líquido do total médio de juros sobre ativos, consulte "Margem Líquida de Juros e Spread".

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

PASSIVO	2014			2013			2012		
	SALDO MÉDIO	JUROS	RENDIMENTO MÉDIO/TAXA (%)	SALDO MÉDIO	JUROS	RENDIMENTO MÉDIO/TAXA (%)	SALDO MÉDIO	JUROS	RENDIMENTO MÉDIO/TAXA (%)
Passivos remunerados	793.069	72.977	9,2	738.535	46.361	6,3	649.026	48.067	7,4
Depósitos remunerados	234.000	12.064	5,2	209.347	9.802	4,7	206.652	10.544	5,1
Depósitos de poupança	111.473	6.905	6,2	92.964	5.014	5,4	73.404	4.069	5,5
Depósitos interfinanceiros	6.131	692	11,3	7.446	300	4,0	8.661	286	3,3
Depósitos a prazo	116.395	4.467	3,8	108.937	4.488	4,1	124.587	6.188	5,0
Captações no mercado aberto	266.527	26.771	10,0	256.025	16.865	6,6	204.358	17.539	8,6
Recursos do mercado interbancário e do mercado institucional	183.981	25.099	13,6	174.834	16.216	9,3	154.852	13.440	8,7
Recursos de mercados interbancários	113.522	14.404	12,7	104.002	6.245	6,0	94.555	5.747	6,1
Recursos de mercados institucionais	70.459	10.695	15,2	70.832	9.971	14,1	60.297	7.693	12,8
Provisão de seguros e previdência e passivos de planos de capitalização	107.880	8.987	8,3	97.818	3.436	3,5	82.820	6.513	7,9
Outros passivos remunerados	682	56	8,2	511	42	8,2	344	30	8,9
Passivos não remunerados	169.247			148.215			130.293		
Depósitos não remunerados	43.840			36.726			30.324		
Derivativos	13.107			10.355			8.251		
Outros passivos não remunerados	112.300			101.134			91.718		
Patrimônio líquido	89.458			78.747			76.125		
Participações de acionistas não controladores	1.168			878			880		
Total	1.052.942			965.497			855.444		

Variações nas receitas e despesas de juros – análise de volume e taxas

Apresentamos a seguir a distribuição das variações, em termos do volume médio, e as variações na média dos rendimentos/taxas em nossas receitas e despesas de juros. As movimentações dos volumes e das taxas foram calculadas sobre as variações de saldos médios ocorridas no período, e as variações na média dos rendimentos/taxas de juros sobre os ativos e passivos remunerados de um período ao outro.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	AUMENTO/(REDUÇÃO) DEVIDO À VARIAÇÕES EM:								
	2014-2013			2013-2012			2012-2011		
	VOLUME ⁽¹⁾	RENDIMENTO/ TAXA ⁽²⁾	VARIAÇÃO LÍQUIDA ⁽³⁾	VOLUME ⁽¹⁾	RENDIMENTO/ TAXA ⁽²⁾	VARIAÇÃO LÍQUIDA ⁽³⁾	VOLUME ⁽¹⁾	RENDIMENTO/ TAXA ⁽²⁾	VARIAÇÃO LÍQUIDA ⁽³⁾
Ativos remunerados	9.533	16.455	25.988	12.673	(14.910)	(2.237)	6.217	(7.204)	(987)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	142	561	703	(184)	(275)	(459)	267	(115)	152
Aplicações no mercado aberto	602	4.697	5.299	3.084	(550)	2.534	437	(301)	135
Depósitos compulsórios no Banco Central	550	1.041	1.590	(570)	(449)	(102)	(1.688)	(216)	(3.848)
Títulos e valores mobiliários	(302)	4.570	4.268	1.533	(3.997)	(2.464)	604	(1.956)	(1.352)
Ativos financeiros mantidos para negociação	(417)	2.623	2.206	1.404	(108)	1.296	1.137	(254)	883
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.909	(48)	1.861	41	(26)	15	(1)	112	111
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.973	2.729	9.702	7.182	(8.775)	(1.593)	5.609	(2.961)	2.647
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	77	282	359	183	(729)	(545)	(148)	433	284
Passivos remunerados	2.717	23.898	26.615	(4.577)	2.872	(1.706)	8.332	(15.863)	(7.532)
Depósitos remunerados	1.030	1.231	2.261	306	(1.047)	(741)	571	(2.213)	(1.642)
Depósitos de poupança	1.083	807	1.890	1.052	(107)	945	313	(236)	78
Depósitos interfinanceiros	(43)	435	392	(25)	39	14	147	(30)	117
Depósitos a prazo	(11)	(11)	(21)	(721)	(979)	(17)	111	(1.948)	(1.837)
Captações no mercado aberto	718	9.188	9.906	(8.392)	7.717	(675)	1.133	(5.727)	(4.594)
Recursos de mercados interbancários e de mercados institucionais	568	8.315	8.883	1.998	778	2.776	5.293	(7.894)	(26)
Recursos de mercados interbancários	620	7.539	8.159	566	(68)	498	656	(445)	211
Recursos de mercados institucionais	(52)	777	724	1.431	846	2.277	4.637	(7.449)	(2.812)
Provisões de seguros e previdência e Passivos de planos de capitalização	387	5.163	5.551	1.497	(4.574)	(3.077)	1.304	(30)	1.274
Outros passivos remunerados	14	-	14	13	(2)	11	31	-	31

(1) A variação nos volumes foi calculada como variação nos ativos ou passivos remunerados, de um período ao outro, multiplicada pelo rendimento médio/taxa do período anterior.

(2) A variação nos rendimentos/taxas foi calculada por meio da multiplicação da variação nos rendimentos/taxas no período pelos ativos ou passivos médios remunerados do período anterior.

(3) A variação líquida dos efeitos combinados dos volumes e rendimentos/taxas foi apropriada proporcionalmente à variação de volume e rendimento/taxa, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.

Margem de juros líquida e spread

Apresentamos a seguir nossos ativos e passivos médios remunerados, a receita líquida de juros e a margem de juros líquida e o *spread* líquido comparativos.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	2014	2013	2012
Total dos ativos médios remunerados	955.416	882.472	784.686
Total dos passivos médios remunerados	793.069	738.535	649.026
Receita de juros líquida ⁽¹⁾	47.138	47.766	48.297
Rendimento médio sobre os ativos médios remunerados ⁽²⁾	12,6%	10,7%	12,3%
Rendimento médio sobre os passivos médios remunerados ⁽³⁾	9,2%	6,3%	7,4%
Spread líquido ⁽⁴⁾	3,4%	4,4%	4,9%
Margem de juros líquida ⁽⁵⁾	4,9%	5,4%	6,2%

(1) Soma do total da receita de juros menos total das despesas de juros.

(2) Total da receita de juros dividido pelo total dos ativos médios remunerados.

(3) Total da despesa de juros dividido pelo total de passivos médios remunerados.

(4) Diferença entre os rendimentos médios sobre os ativos remunerados e a taxa média sobre os passivos remunerados.

(5) Receita financeira líquida dividida pelo total de ativos médios remunerados.

Retorno sobre o patrimônio e ativos

Apresentamos a seguir alguns dados referentes ao retorno sobre patrimônio e ativos.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	2014	2013	2012
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	21.555	16.424	12.634
Ativos totais médios	1.052.942	965.497	855.444
Patrimônio líquido médio	89.458	78.747	76.125
Lucro líquido como porcentagem dos ativos totais médios ⁽¹⁾	2,0%	1,7%	1,5%
Lucro líquido como porcentagem do patrimônio líquido médio ⁽¹⁾	24,3%	21,1%	16,9%
Patrimônio líquido médio como porcentagem dos ativos totais médios	8,5%	8,2%	8,9%
Índice de pagamento de dividendos por ação ⁽²⁾	31,1%	34,5%	43,5%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação dividido pelo lucro básico por ação. Consulte a seção Nosso perfil, item Em números - Dados Financeiros Seleccionados para informações adicionais sobre o cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio e lucro básico por ação.

Taxas de câmbio

Atualmente, o sistema de câmbio brasileiro permite a compra e venda de moeda estrangeira e a realização de transferências internacionais em reais por qualquer pessoa física ou jurídica, sujeitas a certos procedimentos normativos.

O governo brasileiro pode impor restrições temporárias sobre a conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e sobre a remessa, para investidores estrangeiros, do resultado dos seus investimentos no Brasil. A legislação brasileira permite que o Governo imponha essas restrições sempre que houver um grave desequilíbrio na balança de pagamentos brasileira ou quando houver razões para se prever um desequilíbrio grave. Não podemos prever se o governo brasileiro imporá restrições às remessas no futuro. O real poderá se desvalorizar ou valorizar de forma significativa em relação ao dólar dos EUA no futuro.

Consulte a seção Nossa Gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, item A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente, para mais detalhes.

Em 31 de março de 2015, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar dos EUA (PTAX) era de R\$ 3,2080 para US\$ 1,00.

A tabela a seguir apresenta informações sobre a taxa de venda do dólar dos EUA, conforme dados do Banco Central, nos períodos e datas indicadas.

ANO	TAXA DE CÂMBIO DA MOEDA BRASILEIRA POR US\$ 1,00				TAXA DE CÂMBIO DA MOEDA BRASILEIRA POR € 1,00			
	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA ⁽¹⁾	FINAL DO ANO	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA ⁽¹⁾	FINAL DO ANO
2010	1,6554	1,8811	1,7589	1,6662	2,1699	2,6139	2,3237	2,2280
2011	1,5345	1,9016	1,6709	1,8758	2,1801	2,5565	2,3354	2,4342
2012	1,7024	2,1121	1,9588	2,0435	2,2465	2,7633	2,5277	2,6954
2013	1,9528	2,4457	2,1741	2,3426	2,5347	3,2682	2,8947	3,2265
2014	2,1974	2,7403	2,3599	2,6562	2,8900	3,4320	3,1113	3,2270
2015 (até 31 de março de 2015)	2,5754	3,2683	2,8702	3,2080	2,9080	3,5268	3,2213	3,4457

Fonte: Economática.

(1) Representa a média de fechamento das taxas de câmbio de cada dia do período em questão.

MÊS	TAXA DE CÂMBIO DA MOEDA BRASILEIRA POR US\$ 1,00				TAXA DE CÂMBIO DA MOEDA BRASILEIRA POR € 1,00			
	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA ⁽¹⁾	FINAL DO ANO	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA ⁽¹⁾	FINAL DO ANO
Setembro 2014	2,2319	2,4522	2,2749	2,4510	2,8900	3,1158	2,9215	3,0954
Outubro 2014	2,3914	2,5341	2,3879	2,4442	3,0337	3,2208	3,0161	3,0572
Novembro 2014	2,4839	2,6136	2,4746	2,5601	3,1039	3,2485	3,0741	3,1914
Dezembro 2014	2,5607	2,7403	2,5681	2,6562	3,1538	3,4320	3,1546	3,2270
Janeiro 2015	2,5754	2,7107	2,5599	2,6623	2,9080	3,2379	2,9679	3,0097
Fevereiro 2015	2,6894	2,8811	2,7208	2,8782	3,0527	3,2715	3,0792	3,2276
Março 2015	2,8655	3,2683	3,1395	3,2080	3,2082	3,5268	3,3954	3,4457

Fonte: Economática.

(1) Representa a média de fechamento das taxas de câmbio de cada dia do período em questão.

Considerações para Detentores de ADSs

Riscos Relativos às Nossas ADSs

Antes de investir em nossas ações e ADSs, é importante que o investidor saiba que, além dos riscos relacionados aos nossos negócios, que podem impactar o valor de nossos títulos e valores mobiliários e a nossa capacidade de cumprir com certas obrigações – inclusive o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio –, o investidor estará exposto a riscos adicionais, conforme descrevemos a seguir. Riscos adicionais e incertezas dos quais nós não estamos cientes, ou que, atualmente, consideramos imateriais, também podem se tornar fatores importantes que nos afetam e/ou afetam os detentores de nossas ADSs.

A relativa volatilidade do preço e a liquidez limitada dos mercados de capitais brasileiros podem limitar significativamente a capacidade de nossos investidores venderem as ações preferenciais subjacentes às ADSs pelo preço e na época em que desejarem.

O investimento em títulos negociados em mercados emergentes envolve, com frequência, um risco maior que o investimento em títulos de emissores nos EUA ou em outros países desenvolvidos, pois esses investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários é menor, menos líquido e mais concentrado e pode ser mais volátil do que os mercados nos EUA ou em outros países. Desse modo, a capacidade do investidor de vender as ações preferenciais subjacentes às ADSs no preço e no momento desejado pelo investidor pode ser substancialmente limitada.

As ações preferenciais subjacentes às nossas ADSs não têm direito a voto, exceto em circunstâncias específicas.

De acordo com nosso estatuto social, os detentores de ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs, não têm direito a voto nas assembleias gerais ordinárias, exceto em circunstâncias específicas. Mesmo nessas circunstâncias, os detentores de ADSs podem estar sujeitos às restrições de ordem prática, como a capacidade de exercer o direito de voto em decorrência de passos operacionais adicionais envolvidos na comunicação com esses acionistas, conforme mencionamos a seguir.

De acordo com as disposições do contrato de depósito de ADSs, em caso de uma assembleia geral, notificaremos o banco depositário

que, na medida do possível, repassará a convocação aos detentores de ADSs acompanhada de instruções sobre como esses detentores podem participar daquela assembleia e os detentores de ADSs deverão instruir o banco depositário sobre como exercer o seu direito de voto. Esse passo adicional, de instrução ao banco depositário de ADSs, pode tornar o processo para exercício do direito de voto mais longo para os detentores de ADS.

Os detentores de ADSs podem ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência com relação às ações preferenciais

Podemos não conseguir oferecer, aos detentores de nossas ADSs, nos EUA, os direitos de preferência aplicáveis aos detentores de nossas ações preferenciais em caso de aumento do nosso capital social mediante emissão de ações preferenciais, exceto no caso de concessão de uma declaração válida de registro referente a tais direitos de preferência e às nossas ações preferenciais, ou uma isenção dessa exigência de registro de acordo com a lei de Valores Mobiliários dos EUA estiver disponível. Como não somos obrigados a arquivar a declaração de registro referente aos direitos de preferência de nossas ações preferenciais, não podemos garantir que os direitos de preferência serão oferecidos.

Caso esse registro não seja solicitado ou caso não haja uma isenção do registro, o *Bank of New York Mellon*, como banco depositário, tentará vender esses direitos de preferência no período de exercício; caso a venda seja concretizada, os detentores de ADS terão o direito de receber os resultados referentes à venda. Entretanto, os detentores de ADSs, nos EUA, não receberão qualquer valor decorrente da concessão dos direitos de preferência se o banco depositário não conseguir efetuar a venda daqueles direitos dentro do prazo de exercício.

O cancelamento de ADSs poderá acarretar a perda da possibilidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e de certas vantagens fiscais no Brasil.

Apesar de os detentores de ADSs beneficiarem-se do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, obtido no Brasil pelo custodiante de nossas ações preferenciais representadas por ADSs, o qual permite ao banco depositário converter dividendos e outras distribuições relacionadas às ações preferenciais subjacentes às ADSs

em moeda estrangeira e remeter os resultados para o exterior, a disponibilidade e as exigências referentes a esse certificado eletrônico podem ser afetadas negativamente por futuras mudanças na legislação.

Se o detentor de ADSs solicitar o cancelamento delas e, consequentemente, receber as ações preferenciais subjacentes às ADSs, esse detentor não poderá remeter moeda estrangeira ao exterior mediante a alienação das ações preferenciais ou recebimento de distribuições, a menos que o detentor obtenha (i) o seu próprio certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, o Registro Declaratório Eletrônico – Investimentos Externos Diretos (RDE-IED), ou (ii) qualifique-se nos termos das normas brasileiras que autorizam alguns investidores estrangeiros a comprar e vender ações nas bolsas de valores brasileiras sem a necessidade de obter, separadamente, um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, o Registro Declaratório Eletrônico de Portfólio (RDE – Portfólio). Além disso, mediante recebimento das ações subjacentes às ADSs, a regulamentação brasileira requer que o investidor realize operações de câmbio e pague impostos sobre essas operações de câmbio, conforme aplicável.

O tratamento fiscal da remessa de dividendos, distribuições e resultados de qualquer alienação de nossas ações preferenciais será menos favorável caso o detentor de ações preferenciais obtenha o RDE-IED ao invés do RDE-Portfólio. Além disso, se o detentor de ações preferenciais almejar o seu próprio certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, esse investidor poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de registro, com possível impacto na sua capacidade de receber dividendos ou distribuições relacionadas às nossas ações preferenciais ou o retorno sobre capital de forma tempestiva.

Os detentores de ADSs possuem direitos que diferem dos direitos dos acionistas de empresas organizadas sob as leis dos EUA ou de outros países

Nossos assuntos societários são disciplinados por nosso estatuto social e pela legislação societária brasileira, que podem ter princípios legais diferentes daqueles aplicáveis nos EUA ou em outro país. Nos termos da legislação societária brasileira, os detentores de ADSs e os detentores de nossas ações preferenciais podem ter direitos diferentes em relação à proteção dos interesses do investidor, inclusive às ações disponíveis para os investidores em relação às medidas tomadas pelo nosso Conselho de Administração, ou pelos acionistas detentores de ações ordinárias, que podem ser diferentes do que está previsto na legislação dos EUA ou de outro país.

Tributação de detentores de ADSs

O resumo a seguir contém uma descrição das principais considerações tributárias referentes aos impostos sobre as rendas federais no Brasil e nos Estados Unidos, decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, não apresentando, contudo, uma descrição completa de todas as considerações tributárias que possam ser relevantes sobre essas questões. Tomamos como base as legislações tributárias em vigor nesta data, no Brasil e nos Estados Unidos, as quais estão sujeitas a alterações e diferentes interpretações (possivelmente com efeitos retroativos). Embora não exista, no momento, nenhum acordo internacional referente ao imposto sobre a renda firmado entre Brasil e Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países têm mantido discussões que podem resultar na assinatura de tal tratado. Não podemos assegurar, contudo, quando esse acordo entrará em vigor ou como ele afetará o investidor nos EUA (conforme apresentamos a seguir), detentor das nossas ações preferenciais ou ADSs.

Compradores em potencial das nossas ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus assessores tributários em relação às consequências

tributárias decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, em particular o efeito da legislação tributária, estadual ou municipal, aplicável a não residentes que não sejam dos EUA.

Considerações sobre tributação no Brasil

Resumimos as principais consequências tributárias brasileiras relacionadas à aquisição, titularidade e alienação por detentores não residentes de nossas ADSs.

Investidores não residentes, residentes ou domiciliados em paraísos fiscais

Conforme disposto no artigo 1º da Instrução Normativa nº 1.037, de 4 de junho de 2010, e alterações posteriores, um paraíso fiscal é um país ou localidade (i) que não tributa a renda ou que tributa à alíquota máxima igual ou inferior a 20%; ou (ii) cuja legislação interna impõe restrições sobre a divulgação de composição societária ou titularidade de investimentos. Uma relação dos países e jurisdições que são atualmente considerados paraísos fiscais foi publicada pela referida Instrução Normativa. Os investidores residentes ou domiciliados em paraísos fiscais podem estar sujeitos à tributação no Brasil em alíquotas maiores do que os investidores não residentes que não são residentes ou domiciliados em paraísos fiscais, como descrevemos a seguir.

Tributação de dividendos

O pagamento de dividendos decorrentes de lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996, inclusive os dividendos pagos em espécie, não está sujeito à retenção do imposto de renda na fonte no Brasil. O pagamento de dividendos decorrentes dos lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte no Brasil em alíquotas que variam de acordo com o ano em que os lucros foram gerados.

Tributação de juros sobre o capital próprio

A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, permitem que uma sociedade brasileira constituída por ações, como a nossa sociedade, efetue pagamentos de juros sobre o capital próprio, ao invés de distribuições de dividendos. Consulte a seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório – Tributação para mais informações. O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, ou de 25% no caso de investidores não residentes que são residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais.

Tributação de ganhos

a) Venda ou outras formas de alienação de ADSs

Os ganhos auferidos fora do Brasil por um investidor não residente, relacionados à venda ou outras formas de alienação das ADSs para outro investidor não residente, não estão sujeitos à tributação brasileira. Entretanto, segundo a Lei nº 10.833/03, a alienação de ativos localizados no Brasil, por um investidor não residente, pode estar sujeita à retenção, no Brasil, de imposto de renda à alíquota geral de 15% (a alíquota de 25% se aplica para o investidor estrangeiro residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal para fins tributários brasileiros). Embora a Lei nº 10.833/03 não seja completamente clara sobre o que é considerado um ativo localizado no Brasil, as ADSs, geralmente, não são consideradas ativos localizados no Brasil, pois representam títulos emitidos e negociados em bolsa de valores no exterior. É importante observar, no entanto, que ainda que as ADSs fossem consideradas ativos localizados no Brasil, os investidores não residentes – não residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais – podem solicitar isenção do imposto sobre ganhos de capital, conforme previsto no artigo 81, da Lei nº 8.981/95.

(b) Conversão de nossas ações preferenciais em ADSs

O depósito feito por um investidor não residente com um depositário de ações preferenciais para conversão em ADSs pode estar sujeito à tributação brasileira sobre ganhos de capital se o investidor não residente for residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal ou se as ações preferenciais não tiverem sido registradas no Banco Central, conforme a resolução CMN nº 2.689/00. Para ambos os casos, a diferença entre o custo de aquisição das ações preferenciais, ou outro montante anteriormente registrado no Banco Central, e o preço médio das ações preferenciais, conforme a Resolução CMN nº 1.927/92, pode ser considerada ganho de capital tributável e estar sujeita ao imposto de renda à alíquota geral de 15%. Consulte a seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório, Fundos de investidores estrangeiros, para mais detalhes.

Os investidores não residentes – que sejam residentes ou domiciliados em paraísos fiscais – poderão estar sujeitos a uma alíquota de 25% de imposto de renda sobre ganho de capital na venda ou transferência de ações fora do mercado financeiro no momento dessa conversão.

Por outro lado, quando investidores não residentes – que não sejam residentes ou domiciliados em paraísos fiscais – depositam ações preferenciais registradas de acordo com a Resolução CMN nº 2.689/00 em troca de ADSs, tal depósito não deve estar sujeito à tributação sobre ganho de capital.

(c) Venda ou outras formas de alienação de nossas ações preferenciais

Os investidores não residentes – que não sejam residentes ou domiciliados em paraísos fiscais – que registram seus investimentos de acordo com a Resolução CMN nº 2.689/00, beneficiam-se de um tratamento tributário diferenciado, segundo o qual qualquer ganho de capital decorrente da venda de valores mobiliários na bolsa de valores brasileira está isento de imposto de renda. Por outro lado, a venda de ações não registradas de acordo com a Resolução CMN nº 2.689/00, ou realizada fora da bolsa de valores brasileira, está, geralmente, sujeita ao imposto de renda sobre ganho de capital a uma alíquota de 15%.

Tal tratamento diferenciado não se aplica aos investidores não residentes – que sejam residentes ou domiciliados em paraísos fiscais – sujeitos às regras gerais de tributação aplicáveis a residentes brasileiros na venda de seus investimentos no mercado financeiro, incluindo as bolsas de valores e os mercados de balcão. A alíquota do imposto de renda, nesses casos, é geralmente de 15%. Se esses investidores não residentes venderem ações fora do mercado financeiro, a alíquota de imposto de renda será de 25%. Qualquer exercício de direitos de preferência relativos às nossas ações preferenciais (e relativos ao programa de ADSs) não estará sujeito à tributação brasileira. Os ganhos oriundos da venda ou cessão de direitos de preferência estarão sujeitos ao imposto de renda em alíquotas que variam conforme a localização do investidor não residente e do mercado no qual esses direitos foram vendidos. Se o investidor não residente não for residente ou domiciliado em um paraíso fiscal, a venda dos direitos de preferência está isenta de imposto de renda – se realizada na bolsa de valores brasileira –, ou sujeita ao imposto de renda, à alíquota de 15%, se realizada fora da bolsa de valores. Se o investidor não residente for residente ou domiciliado em paraíso fiscal, a venda dos direitos de preferência está, em geral, sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15%, se realizada no mercado financeiro brasileiro, ou de 25%, se for realizada fora desses mercados.

Imposto sobre Operações Financeiras

IOF/Câmbio e IOF/Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o Decreto nº 6.306/07, e alterações posteriores, o Imposto Sobre Operações Financeiras pode incidir sobre algumas operações de câmbio. Consulte a seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório, Tributação, para mais detalhes sobre o Imposto sobre Operações Financeiras.

A aquisição de ADSs não está sujeita à incidência de IOF. Em 4 de dezembro de 2013, segundo o Decreto nº 8.165, a alíquota de IOF/Títulos e Valores Mobiliários que incide sobre a cessão de ações negociadas na bolsa de valores brasileira, a fim de lastrear a emissão de ADRs a serem negociados no exterior, foi reduzida para zero.

Outros tributos brasileiros

Não há tributação brasileira sobre herança, doação ou sucessão, quando da transmissão da propriedade ou da nua-propriedade (propriedade sem usufruto do bem), das nossas ações preferenciais ou ADRs fora do Brasil, ou sobre a constituição de usufruto gratuito sobre tais ações ou ADRs por um investidor estrangeiro, exceto os tributos sobre doação, herança e legado incidentes em alguns Estados brasileiros – se forem conferidos nesses Estados ou no exterior –, quando o beneficiário for residente ou domiciliado nesses Estados. Não existem, no Brasil, tributos de selo, emissão, registro, ou semelhantes, a serem pagos por investidores não residentes das nossas ações preferenciais ou ADSs.

Tributação nos Estados Unidos

Apresentamos um resumo geral das principais considerações sobre o imposto de renda federal dos EUA, incidente na aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, por investidores dos Estados Unidos (conforme definido a seguir) que detêm tais ações preferenciais ou ADSs como ativos de capital, no contexto da seção 1221 do Código do Imposto de Renda dos Estados Unidos, de 1986, e alterações posteriores, ao qual nos referimos aqui como Código. Este resumo não aborda todos os aspectos da legislação tributária que podem ser relevantes para um investidor específico dos Estados Unidos, à luz de circunstâncias especiais, às quais pode estar sujeito, ou para os investidores sujeitos a um tratamento especial nos termos da legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos, como, por exemplo, bancos, companhias de seguro, planos de previdência, companhias reguladas de investimentos, trustes de investimentos imobiliários, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, entidades isentas de tributação, determinados ex-cidadãos ou ex-residentes dos Estados Unidos, investidores dos Estados Unidos que detêm nossas ações preferenciais ou ADSs como parte de uma estratégia de combinação de opções (*straddle*), uma cobertura contra um risco potencial (*hedging*), uma conversão (*conversion*) ou outra forma de transação integrada, investidores dos Estados Unidos que fazem transações marcadas a mercado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, investidores dos Estados Unidos que possuem moeda funcional diferente do dólar dos Estados Unidos, investidores dos Estados Unidos que possuem (ou considera-se que possuem) 10% ou mais (pelo poder de voto) das nossas ações e investidores dos Estados Unidos que recebem nossas ações preferenciais ou ADSs como remuneração. Adicionalmente, este resumo não aborda o efeito de qualquer legislação tributária estadual ou municipal dos EUA, ou de fora dos Estados Unidos, ou qualquer consideração sobre tributos sobre doação ou considerações sobre tributos de qualquer outra natureza dos EUA.

Este resumo é baseado no Código, nas regulamentações do Tesouro dos EUA – promulgadas ou propostas – e em interpretações administrativas e judiciais, todas em vigor nessa data e sujeitas

a alterações, possivelmente com efeito retroativo, ou sujeitas a interpretações diferentes. Partimos do princípio de que cada obrigação constante do acordo de depósito, e qualquer acordo relacionado, serão executados em conformidade com seus próprios termos.

Para fins deste resumo, o termo “investidor dos Estados Unidos” significa o detentor usufrutuário das nossas ações preferenciais ou ADSs que é, para fins de imposto de renda federal dos EUA, (i) uma pessoa física que seja cidadã ou residente nos EUA; (ii) uma sociedade por ações constituída ou organizada de acordo com as leis dos Estados Unidos, em um de seus Estados ou do Distrito de Colúmbia; (iii) um espólio cuja renda esteja sujeita ao imposto de renda federal dos EUA, independentemente de sua fonte; ou (iv) um truste (x) sobre o qual um tribunal dos Estados Unidos possa exercer a supervisão principal da sua administração e uma ou mais pessoas dos EUA tenham poderes para controlar todas as decisões substanciais, ou (y) cuja opção seja válida nos termos das regulamentações aplicáveis do Tesouro dos EUA para que seja tratado como uma pessoa física ou jurídica dos EUA (*U.S. Person*).

Se uma entidade tratada como uma sociedade de parceria (*partnership*), para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, investir em nossas ações preferenciais ou ADSs, o tratamento para fins de imposto de renda federal dos EUA dispensado a esse investimento dependerá, em parte, da situação e das atividades da entidade e de seus sócios em particular. Qualquer entidade desse tipo deverá consultar seus próprios assessores tributários acerca do imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicável a ela, e aos seus sócios em relação à aquisição, titularidade e alienação dessas ações preferenciais ou ADSs.

Aconselhamos os investidores a consultar seus próprios assessores tributários acerca da tributação municipal, estadual e federal dos estados unidos relacionados com a aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, tendo em vista suas particularidades, e o impacto de quaisquer leis que não sejam aquelas dos Estados Unidos.

Exceto quando especificamente descrito abaixo, este resumo parte do princípio de que não somos e não seremos uma empresa de investimento estrangeiro passivo (*Passive Foreign Investment Company* – PFIC), para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Para maiores detalhes, consulte o item Considerações sobre Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC), abaixo.

Tratamento das ADSs

Em geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, um investidor dos Estados Unidos em ADSs será tratado como o investidor dos Estados Unidos em participação proporcional em nossas ações preferenciais detidas pelo depositário (ou custodiante), representadas comprovadamente por essas ADSs. Dessa forma, quaisquer depósitos ou retiradas das nossas ações preferenciais, em troca de ADSs, não resultarão na realização de ganho ou prejuízo para o investidor dos Estados Unidos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos.

Distribuições

Um investidor dos Estados Unidos que recebe uma distribuição relativa às nossas ações preferenciais (sejam elas detidas diretamente ou por meio de ADSs), incluindo pagamentos de juros sobre o capital próprio, conforme descrito anteriormente em Tributação no Brasil – Tributação de juros sobre o capital próprio, geralmente deverá incluir o montante de tal distribuição (sem redução de eventual imposto brasileiro retido na fonte relacionado com ele), em sua receita bruta como um dividendo, na medida em que forem feitas com nossos lucros correntes ou acumulados (de acordo com as regras

do imposto de renda federal dos EUA), na data em que esse investidor dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso das ADSs) receber, implícita ou efetivamente, tal distribuição, não sendo permitida a dedução dos dividendos às sociedades por ações. A distribuição realizada para os investidores de nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou por meio de ADSs) que ultrapassar o valor de nossos lucros correntes e acumulados será tratada, em geral, primeiramente como retorno não tributável de capital na proporção da participação do investidor dos Estados Unidos em nossas ações preferenciais ou ADSs, conforme o caso, e acima disso, como ganhos decorrentes da venda ou troca de tais ações preferenciais ou ADSs (tratada da mesma forma descrita a seguir em Venda, troca ou outro tipo de alienação das ações preferenciais ou ADSs). Não mantemos, e não planejamos manter, cálculos dos lucros e rendimentos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Como resultado, um investidor dos Estados Unidos pode precisar incluir o valor integral da distribuição em sua receita como um dividendo.

O valor em dólares de qualquer distribuição realizada em reais, de nossas ações preferenciais, deve ser calculado com referência à taxa de câmbio entre o dólar dos Estados Unidos e o real vigente na data do efetivo recebimento da distribuição pelos investidores dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso de ADSs), sendo ou não, os valores em reais recebidos e de fato convertidos em dólares dos Estados Unidos. O investidor dos Estados Unidos, geralmente, terá uma base em reais equivalente ao valor em dólares dos Estados Unidos na data do recebimento. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente, ou outra forma de alienação desses reais pelo investidor dos Estados Unidos, será geralmente tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dos Estados Unidos.

As distribuições tratadas como dividendos, recebidas por investidores dos Estados Unidos – que não são pessoas jurídicas – (inclusive pessoas físicas), relativas às ações de uma sociedade que não é dos Estados Unidos (válidos para as sociedades que não são consideradas, no exercício fiscal durante o qual as distribuições são feitas ou no exercício fiscal anterior, Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo ou PFIC), e prontamente negociável em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, geralmente estão sujeitas a uma alíquota máxima de imposto reduzida a 20% (e outro tributo eventualmente adicional discutido em Tributo *Medicare*, abaixo), desde que certos prazos de carência e outros requisitos sejam atendidos. Uma vez que as ADSs estarão registradas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), a menos que sejamos tratados como uma PFIC em relação a um investidor dos Estados Unidos, os dividendos recebidos por esse investidor, referentes às ADSs, deverão qualificar-se para a alíquota reduzida. Com base nas atuais diretrizes, não está inteiramente claro se os dividendos recebidos pelo investidor dos Estados Unidos, em relação às ações preferenciais, serão qualificáveis para a alíquota reduzida, já que as nossas ações preferenciais, em si, não são registradas em bolsa de valores dos Estados Unidos. Regras especiais são aplicáveis para determinar os rendimentos de investimento (que pode limitar deduções para juros provenientes dos investimentos), os rendimentos de fonte estrangeira do beneficiário (o qual pode afetar o valor do crédito tributário estrangeiro nos EUA) e certos dividendos extraordinários. O investidor dos Estados Unidos – que não seja uma pessoa jurídica – deve consultar seu próprio assessor tributário acerca da possibilidade de aplicação da alíquota reduzida de imposto e das restrições e regras específicas pertinentes.

Venda, troca ou outro tipo de alienação das ações preferenciais ou ADSs

Quando da venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, um investidor dos Estados Unidos, geralmente, reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos

Estados Unidos em um valor igual à diferença, se houver, entre o montante realizado em tal venda, troca ou outro tipo de alienação e a base de cálculo ajustada do imposto do investidor, em tais ações preferenciais ou ADSs. Qualquer diferença assim reconhecida será, geralmente, tratada como ganho ou perda de capital de longo prazo se esse investidor dos Estados Unidos tiver detido as ações preferenciais ou ADSs por mais de um ano quando da venda, troca ou de outro tipo de alienação. Alguns investidores dos Estados Unidos – que não sejam pessoas jurídicas – têm direito a um tratamento preferencial para ganhos líquidos de capital de longo prazo. A possibilidade para um investidor daquele país compensar as perdas de capital com receita ordinária é limitada.

Se o investidor dos Estados Unidos receber um valor em reais pela venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais, geralmente, reconhecerá um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos de tal valor em reais, na data de liquidação de referida venda, troca ou outro tipo de alienação se (i) esse investidor americano adotar o regime de caixa, ou tenha optado por ser contribuinte pelo regime de competência, e as nossas ações preferenciais forem tratadas como “negociadas em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido”; ou (ii) essa data de liquidação for também a data da venda, troca ou outro tipo de alienação. O investidor dos Estados Unidos, geralmente, terá como base em reais um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos de tal montante, na data de liquidação. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente ou outra forma de alienação desses reais pelo investidor dos Estados Unidos será tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dos Estados Unidos. O investidor dos Estados Unidos deve consultar seu próprio assessor tributário acerca das consequências, para fins de imposto de renda federal dos EUA, de receber valores em reais pela venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais nos casos não descritos na primeira sentença deste parágrafo.

Considerações sobre crédito tributário estrangeiro

As distribuições relativas às nossas ações preferenciais (sejam elas detidas por meio de ADSs ou diretamente), inclusive os pagamentos de juros sobre o capital próprio, que sejam tratadas como dividendos, antes da dedução de quaisquer tributos retidos na fonte brasileira, serão – geralmente – incluídas na receita bruta do investidor dos Estados Unidos. Dessa forma, esse investidor americano pode ser obrigado a declarar a receita para tal finalidade, em um montante superior ao que tenha efetivamente recebido em espécie. As distribuições tratadas como dividendos geralmente constituirão receita originada fora dos EUA e geralmente serão categorizadas, para fins de crédito tributário estrangeiro nos EUA, como “receita de categoria passiva”, ou, no caso de alguns investidores dos Estados Unidos, como “receita de categoria geral”. Sujeito às limitações aplicáveis e às exigências de período de carência, um investidor dos Estados Unidos pode obter o direito de reivindicar um crédito tributário estrangeiro naquele país, para compensar o montante do imposto de renda federal nos EUA referente a quaisquer desses impostos retidos no Brasil. De acordo com a legislação em vigor, o ganho resultante da venda ou outro tipo de alienação das nossas ações preferenciais, ou ADSs, pode estar sujeito ao imposto de renda brasileiro retido na fonte. O uso, por um investidor dos Estados Unidos, de um crédito tributário estrangeiro relativo a quaisquer desses impostos de renda, ou retidos na fonte no Brasil, pode ser limitado, já que esse ganho geralmente constituirá receita originada dentro dos EUA. Um investidor dos Estados Unidos que não reivindica um crédito tributário estrangeiro naquele país pode geralmente reivindicar, ao invés disso, uma dedução de quaisquer desses impostos brasileiros, para o exercício fiscal no qual esse investidor dos Estados Unidos optar por fazê-lo, em relação a todos os impostos de renda que não são dos EUA, pagos ou provisionados por esse mesmo investidor, nesse exercício fiscal. O ganho ou a perda cambial com moeda estrangeira,

geralmente, constituirá receita originada dentro dos EUA. As regras relacionadas com os créditos tributários estrangeiros são complexas e o investidor dos Estados Unidos deve consultar seu próprio assessor tributário acerca da aplicação dessas regras.

Considerações sobre Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC)

Normas específicas de imposto de renda federal dos EUA aplicam-se às pessoas daquele país que detenham ações de uma empresa de investimento estrangeiro passivo (*Passive Foreign Investment Company* – PFIC). Em geral, uma sociedade que não é dos Estados Unidos será classificada como uma PFIC, para fins de imposto de renda federal daquele país, em qualquer exercício fiscal em que, após a aplicação das normas de transparência relativas à renda e aos ativos de suas subsidiárias: pelo menos 75% de sua receita bruta for “receita passiva” ou, em média, pelo menos 50% do valor bruto de seus ativos for atribuível aos ativos que gerem receita passiva ou forem detidos para a geração de receita passiva.

Para esse fim, a renda passiva geralmente inclui, entre outros elementos, dividendos, juros, aluguéis, *royalties*, ganhos na alienação de ativos passivos e ganhos em operações com *commodities*.

A aplicação das normas relativas às PFICs nos bancos não é clara na legislação de imposto de renda federal dos EUA, atualmente em vigor. Os bancos geralmente têm uma parte substancial de suas receitas derivada de ativos remunerados por juros ou que poderiam, de outra forma, ser considerados passivos segundo as regras da PFIC. As autoridades fiscais dos EUA (IRS) emitiram um comunicado e propuseram regulamentos que excluem da receita passiva qualquer receita decorrente da condução ativa de negócios bancários, por meio de um banco estrangeiro qualificado, conhecidos como Exceção de Banco Ativo. O comunicado e os regulamentos propostos pelo IRS têm exigências diferentes para qualificar um banco como banco estrangeiro e para apurar a receita bancária que pode ser excluída da receita passiva de acordo com a Exceção de Banco Ativo. Além disso, os regulamentos propostos têm sido discutidos desde 1994 e não entrarão em vigor até que sejam finalizados.

Com base em estimativas de nossa receita e ativo brutos, correntes e projetados, não acreditamos que seremos classificados como uma PFIC nos exercícios fiscais correntes ou futuros. A decisão em relação a sermos uma PFIC, no entanto, é realizada anualmente com base na composição de nossa receita e nossos ativos (inclusive a receita e os ativos de entidades em que detemos pelo menos 25% de participação) e na natureza de nossas operações (nossa capacidade de nos qualificarmos na Exceção de Banco Ativo).

Como os regulamentos definitivos não foram emitidos e o comunicado e os regulamentos propostos são inconsistentes, nossa situação, no que tange às regras da PFIC, é de considerável incerteza. Muito embora conduzamos, e pretendamos continuar a conduzir, um empreendimento bancário significativo, não existem garantias de que atenderemos às exigências específicas da Exceção de Banco Ativo, de acordo com o comunicado ou os regulamentos propostos pelo IRS. Dessa forma, os investidores dos Estados Unidos podem estar sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA conforme as regras descritas a seguir.

Se formos tratados como uma PFIC, em qualquer exercício fiscal no qual um investidor dos Estados Unidos detiver nossas ações preferenciais ou ADSs, qualquer ganho realizado em uma venda ou outro tipo de alienação tributável dessas ações preferenciais ou ADSs, e certas “distribuições excedentes” (em geral, distribuições que ultrapassem 125% da distribuição

média durante os três exercícios anteriores ou, caso inferior, o período de carência para essas ações preferenciais ou ADSs) serão tratados como receita ordinária e sujeitos à tributação como se (i) a distribuição ou ganho excedente tivesse sido realizado proporcionalmente, durante o período de carência do investidor dos Estados Unidos em relação a essas ações preferenciais ou ADSs; (ii) o montante considerado em cada exercício tivesse sido sujeito à tributação, em cada exercício, à taxa marginal mais alta para esse exercício (exceto pela receita alocada ao período corrente ou qualquer período tributável antes de nos tornarmos uma PFIC, a qual estaria sujeita à tributação à alíquota regular da receita ordinária do investidor dos Estados Unidos no exercício corrente e que não estaria sujeita ao encargo financeiro discutido a seguir); e (iii) o encargo financeiro geralmente aplicável aos pagamentos de tributos a menor tivesse sido cobrado sobre os tributos considerados como tendo sido pagos nesses exercícios.

Não esperamos fornecer informações que permitiriam aos investidores dos Estados Unidos evitarem as consequências anteriormente mencionadas ao fazerem opção pelo “fundo qualificado”.

Se formos tratados como PFIC e, a qualquer momento, investirmos em uma sociedade por ações – que não é residente ou domiciliada nos Estados Unidos –, classificada como PFICs (PFICs subsidiárias), os investidores dos Estados Unidos serão considerados, em geral, como investidores em uma PFIC e também estarão sujeitos às regras das PFICs em relação à sua participação acionária indireta nessa PFIC subsidiária. Se formos tratados como uma PFIC, um investidor dos Estados Unidos pode ser cobrado em relação ao imposto diferido e ao encargo financeiro definido anteriormente se (i) recebermos distribuição de, ou alienarmos no todo ou em parte, nossa participação em qualquer PFIC subsidiária ou se (ii) esse investidor dos Estados Unidos alienar no todo ou em parte nossas ações preferenciais ou ADSs.

Um investidor dos Estados Unidos de ações de uma PFIC (possivelmente não de uma PFIC subsidiária, conforme discutido a seguir) pode optar pela “marcação a mercado”, desde que as ações da PFIC sejam ações negociáveis, conforme definido nos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos EUA (i.e., “negociada regularmente” em uma “bolsa de valores qualificada ou outro mercado”). Nos termos dos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos EUA, “bolsa de valores qualificada ou outro mercado” inclui (i) uma bolsa de valores nacional registrada na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), nos EUA), ou no sistema de mercado nacional instituído de acordo com a Lei de Bolsas e Valores Mobiliários de 1934 (*Securities Exchange Act of 1934*), e alterações posteriores, ou (ii) uma bolsa de valores estrangeira que seja regulada ou supervisionada por uma autoridade governamental do país no qual o mercado está localizado e que atenda a certas exigências de negociação, listagem, divulgações financeiras, entre outras estabelecidas nos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos EUA. As ADSs são negociadas na NYSE – uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado – e as ações preferenciais são negociadas na BM&FBovespa. Embora o IRS não tenha afirmado se a BM&FBovespa atende às exigências para ser tratada como bolsa de valores qualificada ou outro mercado, nós acreditamos que a BM&FBovespa deva ser assim nomeada. As ações da PFIC negociadas em uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado são regularmente negociadas no ano-calendário durante o qual essas ações são negociadas, além das quantidades mínimas, em pelo menos 15 dias de um trimestre-calendário. Não podemos assegurar aos nossos investidores dos Estados Unidos que as nossas ações preferenciais ou ADSs serão tratadas como “ações negociáveis” em qualquer exercício fiscal.

As consequências tributárias que se aplicariam caso fôssemos uma PFIC seriam diferentes daquelas descritas anteriormente se uma opção “marcação a mercado” estivesse disponível e se um investidor dos Estados Unidos

fizesse essa opção no início do seu período de carência. Caso tal opção fosse feita, esse investidor dos Estados Unidos geralmente (i) incluiria na receita bruta, integralmente como receita ordinária, um montante equivalente à diferença, se houver, entre o valor justo de mercado de nossas ações preferenciais ou ADSs no fechamento de cada exercício fiscal e a base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos de tais ações preferenciais ou ADSs; e (ii) deduziria, como prejuízo ordinário, a eventual diferença entre a base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos, relativa a tais ações preferenciais ou ADSs, e o valor justo de mercado dessas ações preferenciais ou ADSs, ao final do exercício fiscal e apenas na medida do montante líquido anteriormente incluído na receita bruta como resultado da opção de marcação a mercado. Qualquer ganho auferido na venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, em um exercício fiscal no qual éramos uma PFIC, seria tratado como receita ordinária, e qualquer perda em tal venda, troca ou outro tipo de alienação seria tratado como prejuízo ordinário (na proporção de qualquer ganho líquido de marcação ao mercado anteriormente incluído na receita) e, subsequentemente, como perda de capital. A base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos referente a tais ações preferenciais, ou ADSs, seria aumentada ou diminuída pelo montante do ganho ou perda considerado segundo o regime de marcação ao mercado. Mesmo que um investidor dos Estados Unidos seja elegível para optar pela marcação a mercado relativo às nossas ações preferenciais ou ADSs, não está claro se, ou como, essa opção se aplicaria em relação às ações de qualquer PFIC subsidiária, das quais esse investidor dos Estados Unidos é tratado como titular, pois tais ações podem não ser ações negociáveis. A opção de marcação a mercado é feita, relativamente, às ações negociáveis de uma PFIC com base em cada acionista e, uma vez feita, somente pode ser revogada com a anuência do IRS. Se a opção de marcação a mercado não for feita no primeiro exercício fiscal no qual o investidor dos Estados Unidos detiver qualquer participação acionária conosco enquanto PFIC, aplicar-se-ão normas especiais.

O investidor dos Estados Unidos que detiver nossas ações preferenciais ou ADSs durante qualquer exercício fiscal em que formos tratados como uma PFIC será obrigado a protocolar uma declaração de informações a nosso respeito e de qualquer PFIC subsidiária, na qual o investidor dos Estados Unidos detiver uma participação direta ou indireta. O investidor americano deve consultar seus próprios assessores tributários a respeito da aplicação das normas de PFIC às nossas ações preferenciais ou ADSs, e a possibilidade e a conveniência de fazer opção pela marcação a mercado, caso sejamos considerados uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

Tributo Medicare

Além do imposto de renda federal regular dos EUA, certos Investidores dos Estados Unidos – pessoas físicas, espólios ou trustes – estão sujeitos a um tributo à alíquota de 3,8% sobre toda ou parte de sua “receita líquida de investimento”, o qual pode incluir todas ou parte de sua renda auferida com uma distribuição referente a ações preferenciais ou ADSs, e ao ganho líquido da venda, troca ou outro tipo de alienação de ação preferencial ou ADS.

Retenção preventiva (*backup withholding*) na fonte e apresentação de informações

A obrigatoriedade de fornecer informações e de realizar uma retenção preventiva (*backup withholding*) na fonte geralmente se aplica a certos investidores dos Estados Unidos em relação aos pagamentos efetuados ou recursos provenientes da venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. Um investidor dos Estados Unidos que não estiver, de outra forma, isento da retenção preventiva na fonte, pode geralmente evitá-la mediante a entrega do formulário W-9, do

IRS, devidamente assinado. A retenção preventiva na fonte não é um imposto adicional e quaisquer montantes retidos segundo essas normas serão, em geral, disponibilizados como reembolso ou como crédito para o pagamento de imposto de renda federal dos EUA, devido pelo investidor daquele país, desde que as informações solicitadas sejam fornecidas pelo investidor daquele país, em tempo hábil, para o IRS.

Exigências de divulgação para ativos financeiros específicos no exterior

Os investidores dos Estados Unidos – pessoas físicas e determinadas entidades dos EUA especificadas nas instruções do Departamento do Tesouro dos EUA – que, durante qualquer exercício fiscal, detiverem participação em qualquer “ativo financeiro específico no exterior”, devem, geralmente, protocolar, junto com suas declarações de imposto de renda federal dos EUA, informações previstas no formulário 8938, do IRS, caso o valor total desses ativos ultrapasse montantes específicos. O ativo financeiro estrangeiro específico geralmente inclui qualquer conta financeira mantida em uma instituição financeira que não é dos EUA e pode, também, incluir as nossas ações preferenciais ou ADSs, caso estas não sejam mantidas em uma conta aberta em uma instituição financeira. É possível que muitas substanciais sejam impostas, e o prazo limite de incidência e cobrança de imposto de renda federal dos EUA possa ser prorrogado no caso de descumprimento da obrigação. Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus próprios assessores tributários para verificar se essa obrigação de apresentação de informações se aplica a eles.

Exigências de divulgação para determinados investidores dos Estados Unidos que reconhecem perdas significativas

Um investidor dos Estados Unidos que alegar perdas significativas com nossas ações preferenciais ou ADSs para fins de imposto de renda federal dos EUA (geralmente são de (i) US\$ 10 milhões ou mais em um exercício fiscal, ou US\$ 20 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios fiscais para sociedades por ações ou sociedades de parceria (*partnerships*), cujos sócios sejam todos sociedades por ações; (ii) US\$ 2 milhões ou mais em um exercício fiscal, ou US\$ 4 milhões ou mais em uma combinação de exercícios fiscais para todos os demais contribuintes; ou (iii) US\$ 50 milhões ou mais em um exercício fiscal para pessoas físicas ou trustes, em relação a operações em moeda estrangeira) pode ser demandado a protocolar o formulário 8886, do IRS, referente às “operações passíveis de declaração”. Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus próprios assessores tributários sobre qualquer obrigação de divulgação possível em relação às nossas ações preferenciais ou ADSs.

Lei dos EUA de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras (FATCA)

Consulte a seção Tributação, item Lei dos EUA de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras (FATCA) para mais informações sobre a Lei de FATCA.

Glossário

A

- ABEL – Associação Brasileira de Empresas de Leasing
- Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
- ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas
- ADS – *American Depositary Shares*
- ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
- ANS – Agência Nacional de Saúde
- APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
- ATM – Caixa Automático

B

- Banco Itaú Argentina – Banco Itaú Argentina S.A.
- Banco Itaú BBA International – Itaú BBA International S.A.
- Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A.
- Banco Itaú Paraguay – Banco Itaú Paraguay S.A.
- Banco Itaú Uruguay – Banco Itaú Uruguay S.A.
- Banco Central – Banco Central do Brasil
- BCBA – *Buenos Aires Stock Exchange* (Bolsa de valores de Buenos Aires)
- BCBS – *Basel Committee on Banking Supervision* (Comitê de Supervisão Bancária da Basileia)
- BIS – *Bank for International Settlements*
- BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNY Mellon – *The Bank of New York Mellon*
- Legislação Societária Brasileira – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (incluindo a Lei nº 11.638)
- Sistema de Pagamento Brasileiro – Engloba as instituições, os sistemas e os procedimentos relacionados com transferência de recursos e outros ativos financeiros entre os diversos participantes do mercado financeiro brasileiro, incluindo o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos sob qualquer forma.

C

- CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- CCR – *Counterparty Credit Risk* (Risco de Crédito de Contraparte)
- CDC – Código de Defesa do Consumidor
- CDI – Certificado de Depósito Interbancário
- CEDEAR – Certificado de Depósito Argentino
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
- CGRC – Comitê de Gestão de Riscos e de Capital
- Cia E. Johnston – Companhia E. Johnston de Participações
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados
- COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- CONSIF – Confederação Nacional do Sistema Financeiro
- CSB – *Corporate Site Branch*
- CSAGRO – Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais
- CSC – Comissão Superior de Crédito
- CSEXT – Comissão Superior das Unidades Externas
- CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (*Social Contribution on Profits*)

- CSNIR – Comissão Superior de Normativos Institucionais de Riscos
- CSP – Comissão Superior de Produtos
- CSRisc – Comissão Superior de Políticas de Risco
- CSTI – Comissão Superior de Tesouraria Institucional
- CSTIL – Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários (*Brazilian Securities and Exchange Commission*)
- Comissões Superiores – Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), Comissão Superior de Crédito (CSC), Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI), Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez (CSTIL), Comissão Superior Tributária (CST*), Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais (CSAGRO), Comitê Superior de Políticas Contábeis (CSPC*), Comitê Superior de Ética (CSE*), Comissão Superior de Produtos (CSP), Comissão Superior das Unidades Externas (CSEXT), Comitê Superior de Remuneração, Comissão Superior de Normativos Institucionais de Risco (CSNIR), Comitê de Divulgação e Negociação (CDN*) (*) sem relação com risco

D

- DJSI – *Dow Jones Sustainability Index* (Índice Dow Jones de Sustentabilidade)

F

- FATF – *Financial Action Task Force* (Força-Tarefa de Ação Financeira)
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
- Fed – *U.S. Federal Reserve System* (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos)
- FGC – Fundo Garantidor de Crédito

I

- IASB – *International Accounting Standards Board* (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade)
- IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças
- IBRACON – Instituto de Auditores Independentes do Brasil
- IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
- ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*
- IFRS – *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro)
- IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
- IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
- IRS – *U.S. Internal Revenue Service* (Receita Federal dos Estados Unidos)
- ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
- ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- Itaú BBA Colombia – *Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera*
- Itaú BBA International – Itaú BBA International plc
- Itaucard – Banco Itaucard S.A.
- Itaú Holding Financeira – Itaú Holding Financeira S.A.
- Itaú Unibanco Group – Itaú Unibanco Holding S.A. e todas as suas subsidiárias e afiliadas
- Itaúsa – Itaú Investimentos S.A.
- IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.

L

- LCR – *Liquidity Coverage Ratio* (Índices de Liquidez de Curto Prazo)

N

- NSFR – *Net Stable Funding Ratio* (Índices de Liquidez de Longo Prazo)
- NYSE – *New York Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Nova York)

P

- PAB – Posto de atendimento bancário
- PEP – *Politically Exposed Person* (Pessoas Expostas Politicamente)
- PFIC – *Passive Foreign Investment Company* (Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo)
- PIS – Programa de Integração Social

R

- RAET – Regime Especial de Administração Temporária
- RMCCI – Regulamento de Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais

S

- SEC – *U.S. Securities and Exchange Commission* (equivalente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM))
- SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
- SISBACEN – Sistema do Banco Central do Brasil: banco de dados que coleta as informações recebidas pelas instituições financeiras para o Banco Central.
- SOX – Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002
- STF – Superior Tribunal Federal
- STJ – Superior Tribunal de Justiça
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

T

- TR – Taxa Referencial

U

- Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

V

- VaR – Valor em Risco